UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CAROLINE GARCIA MENDES

GAZETAS, MERCÚRIOS E RELAÇÕES DE SUCESSO: A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DE NOTÍCIAS IMPRESSAS NA PENÍNSULA IBÉRICA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII

SÃO PAULO
2018
(VERSÃO CORRIGIDA)

CAROLINE GARCIA MENDES

GAZETAS, MERCÚRIOS E RELAÇÕES DE SUCESSO: A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DE NOTÍCIAS IMPRESSAS NA PENÍNSULA IBÉRICA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Prof.a Dr.a Ana Paula Torres Megiani

São Paulo

2018

(VERSÃO CORRIGIDA)

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M538g

Mendes, Caroline
Gazetas, Mercúrios e Relações de Sucesso: a produção e a circulação de notícias impressas na Península Ibérica na segunda metade do século XVII. / Caroline Mendes ; orientadora Ana Paula Megiani. - São Paulo, 2018.
297 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. história moderna. 2. história ibérica. 3. notícia. 4. periódicos. 5. guerra. I. Megiani, Ana Paula, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Caroline Garcia Mendes

Data da defesa: 08/04/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Ana Paula Torres Megiani

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 24/05/2019

(Assinatura do (a) orientador (a)

MENDES, Caroline Garcia. *Gazetas, Mercúrios e Relações de Sucesso*: a produção e a circulação de notícias impressas na Península Ibérica na segunda metade do século XVII. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutora em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Este trabalho não é resultado apenas dos anos dedicados a ele em São Paulo, mas fruto de mais de uma década estudando História, cuja jornada se iniciou em Viçosa, Minas Gerais. Eu sinto muito que meu primeiro orientador, o que me ensinou paleografia, que pagava pizza no fim de semestre para os orientandos e que se preocupou em me mostrar a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional não tenha esperado para ver a finalização desse trabalho, tendo partido tão apressadamente dessa vida. Não compartilhamos até o fim os estudos sobre os governadores gerais, mas acredito ter me tornado a pesquisadora que ele esperava. Obrigada, Francisco Cosentino, por todos os ensinamentos e pela amizade.

À minha orientadora Ana Paula, agradeço a confiança em orientar essa pesquisa, às conversas e indicações de leitura e à liberdade com que pude escrever este trabalho desde o início. Agradeço ainda por ter feito parte do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE), em que fui uma aluna a mais dentre seus graduandos e pude participar das aulas de História Ibérica I e II, um presente que a USP proporciona a todos os seus calouros e que deveria se estender às demais instituições de ensino superior do país. Aproveito para demonstrar minha gratidão ao professor José Manuel Santos Pérez, que me recebeu na Universidade de Salamanca (USAL) e aceitou ser o responsável por esta experiência tão enriquecedora, não só para a minha pesquisa, como também para a minha vida. Aos funcionários das Bibliotecas Nacionais de Madrid e Lisboa, meu agradecimento pelo auxílio e paciência.

Uma tese como esta jamais seria aceita, financiada e escrita num país em que não tivéssemos liberdade de pesquisa e utilização de recursos, além de uma universidade pública de qualidade. Este agradecimento é, assim, também um apelo para que nos esforcemos em manter acesa a chama da produção científica no Brasil, e que continuemos nessa caminhada permanente em defesa da democracia. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço o financiamento sem o qual esta pesquisa não teria sido possível (processos FAPESP número 2014/23614-7 e 2016/07247-0).

Aos colegas do Grupo de Estudos em História Ibérica Moderna (GEHIM), todos os agradecimentos do mundo seriam insuficientes! Obrigada à Ximena pelo auxílio na

entrega de trabalhos e na troca de bibliografias, à Viviane que passando por um alfarrábios em Portugal encontrou a obra de Eurico Gomes Dias utilizada nesta tese, ao Ivan meu amigo de PAE e de cafés pela FFLCH, ao Marcos pelo apoio constante e pela ajuda com o espanhol, à Flávia que me ouvia nos momentos de aperto na Espanha e ainda me ajudou com a moradia durante a estadia no país, ao André pelo aprendizado ao ouvi-lo falar de retórica e escrita, à Marcella pela alegria, pelas *cañas*, pela bibliografia enviada pelo celular e pela amizade. Aos demais colegas, saibam que todos contribuíram muito com este trabalho e sempre foi muito enriquecedor estar na presença de todos vocês.

À minha família eu agradeço a paciência pelo tempo sumida, pelos almoços que sempre me rendiam outras refeições mais e pelo apoio sempre que eu escrevia dizendo como estava difícil. Ao Danilo, homem que escolhi como companheiro de vida, só cabe a gratidão eterna por ter aceito fazer parte de tudo isso. Qualquer palavra é insignificante perto do amor que recebo todos os dias e espero conseguir retribuir da mesma maneira. E ao filhote que escolhemos para nos acompanhar, só um pensamento me vem todos os dias: nem tudo eu posso controlar! Vale para a pesquisa, vale para a escrita da tese, vale para o Café e vale para a vida. Por fim, aos amigos de muitos anos e também aos mais recentes: vocês foram fundamentais! Obrigada João Henrique, Nelson Bondioli, Letícia Destro, Carol Rigoni, Hugo Soares, Victória Marchiori e Heloísa Medeiros. Vocês foram muito importantes nessa caminhada.

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.
(...)
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente.

Carlos Drummond de Andrade

Resumo

Este trabalho propõe analisar a produção de notícias impressas nas cidades de Lisboa e Madrid na segunda metade do século XVII, enfatizando o período da guerra da Restauração, ou seja, o período entre 1640 e 1668. O conflito envolvendo Portugal e a Monarquia Hispânica fez surgir na região, sobretudo em Portugal, uma intensa atividade impressora, tema desta pesquisa. Em nossa análise, assim, a partir dos dois periódicos de notícias impressos em Lisboa e um em Madrid, e também das relações de sucesso que tratavam das batalhas entre as duas Coroas, discorremos sobre sua produção, elencando seus impressores e apresentando como era a atividade impressora nesse período. Discutimos ainda como era a circulação do material pelas cidades e sua função dentro daquela sociedade não só de informar, mas também de enaltecer os prestadores de serviços das duas coroas. Trazemos, por fim, a análise do conteúdo dessas notícias e de como esses impressos, enquanto informavam sobre o movimento dos exércitos e os resultados das batalhas, esforçavam-se também em descrever o inimigo dos dois lados da fronteira: enquanto os papéis portugueses enumeravam as características negativas dos castelhanos, estes ainda os tratavam como vassalos de Dom Felipe IV, enganados por um grupo rebelde.

Palavras-chave: Cultura Escrita; Guerra da Restauração; circulação de notícias; periódicos; relações de sucessos.

Abstract

The present study analyzes the production and circulation of printed news in the cities of Lisbon and Madrid in the second half of the 17th Century, focusing on the period of the Restoration War, that is, the period between 1640 and 1668. The conflict between Portugal and the Spanish monarchy led to the emergence, especially in Portugal, of an intense press activity. Bearing this element in mind, this study presents a thorough assessment of two newspapers printed in Lisbon and one in Madrid, as well as an analysis of several news pamphlets (*relações de sucesso*) in both cities, discussing their production, their printers and evaluating the press activity of the period. It also discusses how this news circulated in those cities and their role in society – of not only informing, but also praising those who served the crown. At last, special attention is paid to the content of these newspapers and pamphlets, discussing how each side covered the war movements, battles won and lost, and how they described their enemy; for while the Portuguese always focused on the negative characteristics of the Spanish people, the latter still treated them as vassals of Dom Felipe IV, if misled by a group of rebels.

Key-words: Written Culture; Restoration War; circulation of news; newspaper*;* news pamphlets *(relações de sucesso)*.

Lista de Figuras e Tabelas

Figuras:

Figura 2.1 Capa do impresso denominado Cartel de Desafio y protestacion Cavalleresca de Don Quixote de la Mancha Cauallero de la triste figura en defension de sus Castellanos. 4 folhas; in cuarto. p. 65;

Figura 3.1 Imagem das páginas inteiras do impresso, encadernado junto a outros documentos portugueses do mesmo período na Biblioteca Nacional de España. p. 107;

Figura 3.2 Trecho escrito a mão ao lado de notícias sobre a campanha no Alentejo de 1663. p. 108;

Figura 3.3 Gazeta Nueva. n.o VI abr/mai de 1661. f. 44. p. 110;

Figura 3.4 Gazeta Nueva. n.o VIII dez de 1662. f. 169. p. 111;

Figura 3.5 Relaçam da aclamação qve se fez na capitania do Rio de Janeiro... Impressor Jorge Rodrigues, 1641 f.1. p. 112;

Figura 3.6 Trecho de uma relação portuguesa em que podemos ver o nome Dom Antonio Maldonado escrito sobre uma banderilla. p. 113;

Figura 4.1 Trecho final da Relação impressa por Antonio Alvarez. Podemos ver que não apresenta as licenças, apenas a indicação de que a imprimiu a mando de Sua Majestade (f.2) p. 132;

Figura 4.2 No Mercurio da esquerda, disponível online no site da Biblioteca Nacional de Portugal, podemos ver o Laus Deo escrito corretamente e abaixo a taxa que deveria ser cobrada. Do lado direito, vemos o Laus Deo com as letras trocadas e sem a taxação, obrigatória para a circulação. p. 139;

Figura 4.3 Podemos ver aqui como a indicação de possuir licença aparecia nas relações de sucesso impressas em Madrid. Em: Relacion de la famosa vitoria que han tenido las Catolicas Armas de su Magestad, que Dios guarde, governadas por el Excelentissimo señor Don Rodrigo Pimentel Marques de Viana, Gouernador y Capitan General del Reino de Galicia. Impressor Julian de Paredes, 1658. In fólio. p. 140;

Figura 4.4 Trecho inicial do Mercurio Portugues manuscrito e em castelhano encontrado na RAH. p. 154;

Figura 4.5 Mercurio Portuguez Extraodinario de 1665; Relacion verdadeira y pontval, de la gloriosíssima victoria que en la famosa batalla de Montes Claros alcançò el Exercito delRey de Portugal. p. 161;

Figura 5.1 Capa da Campanha de Portvgal pella provincia do Alentejo... de Antonio Alvares da Cunha, 1663. p. 191;

Figura 6.1 Capa do primeiro exemplar da Gazeta ‘da Restauração’, nov/41. p. 223;

Figura 6.2 Folha 1 do primeiro número da Gazeta Nueva, cujo nome ainda trazia a palavra Relação, que desaparece a partir do segundo número. p. 238;

Figura 6.3 Números da Gazeta Nueva dedicados exclusivamente à Guerra da Restauração. p. 242;

Figura 6.4 Capa do Mercurio Portuguez de janeiro de 1663. p. 246.

Tabelas:

Tabela 3.1 impressores que publicaram sobre a guerra da Restauração em Madrid. p. 116;

Tabela 3.2 impressores que publicaram sobre a guerra da Restauração em Lisboa. p. 116;

Tabela 5.1 primeira sequência de relações seriadas do ano de 1662 publicadas em Madrid sobre a Guerra da Restauração na região do Alentejo. p. 202;

Tabela 5.2 segunda sequência de relações seriadas do ano de 1662 publicadas em Madrid sobre a Guerra da Restauração na região da Galicia. p. 203;

Tabela 5.3 sequência de relações seriadas do ano de 1641 publicadas em Lisboa sobre a Guerra da Restauração na região da Galicia. p. 208;

Tabela 6.1 Impressores da Gazeta da Restauração, indicados no próprio documento. p. 226.

Abreviatura de Bibliotecas e Arquivos Pesquisados

BNE: Biblioteca Nacional de España (Madrid, Espanha)

BNP: Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa, Portugal)

BPA: Biblioteca do Palácio da Ajuda (Lisboa, Portugal)

BPE: Biblioteca Pública de Évora (Évora, Portugal)

RAH: Real Academia de Historia (Madrid, Espanha)

TT: Torre do Tombo (Lisboa, Portugal)

Sumário

Introdução 14
Parte I RESTAURAR 24
Capítulo 1: Sobre fazer parte da Monarquia Hispânica 25
1.1 A Restauração ao longo das mudanças políticas portuguesas 26
1.2 União Ibérica e os sessenta anos filipinos 30
1.3 O lugar de Portugal na Monarquia Hispânica 34
Capítulo 2: Sobre separar-se da Monarquia Hispânica 48
2.1 O apoio divino à Restauração portuguesa 51
2.2 A guerra entre Portugal e a Monarquia Hispânica: o rei de um inverno permanece 58
2.3 A morte de Dom João IV e o agravamento do conflito 66
2.4 A diplomacia no decorrer da Restauração: "pedras de um xadrez complicado" 78
Parte II IMPRIMIR 93
Capítulo 3: Sobre a impressão em Lisboa e Madrid durante a guerra 94
3.1 Questão material: como era imprimir no século XVII 99
3.2 Os impressores de notícias: uma tentativa biográfica 115
Capítulo 4: Sobre a censura e a circulação das notícias 126
4.1 A censura em Lisboa e Madrid 126
4.2 Composição e circulação das notícias 142
4.3 Para definir: o que entendemos por gazetas, mercúrios e relações 157
Parte III PUBLICAR 173
Capítulo 5: Sobre a opinião pública e as relações de sucesso 174
5.1 A opinião pública e as notícias no século XVII 175
5.2 As relações de sucesso impressas em Lisboa e Madrid 196
As relações madrilenas 197
As relações lisboetas 207
Capítulo 6: Sobre os periódicos impressos em Lisboa e Madrid 220
6.1 Gazeta "da Restauração" (1641-1647 Lisboa) 221
6.2 Gazeta Nueva (1661-1663 Madrid) 236
6.3 Mercurio Portuguez (1663-1667 Lisboa) 245
Considerações Finais 262
Anexos 268
Fontes de pesquisa e Referência Bibliográfica 272

Introdução

O historiador será sempre um estudioso impregnado pelo hoje. Assim, é impossível pensar as notícias do século XVII, sua produção, circulação e conteúdo, sem pensarmos ao mesmo tempo nas *fake news* que assolam o mundo atual, justamente porque parte das nossas notícias também tem lá seu viés de propaganda de governo, além de disfarçar ou mesmo falsificar a verdade. Ainda que seja confortável a comparação, já que torna inteligível um processo que remonta a mais de trezentos anos atrás, teremos o cuidado de não o fazer, já que não entendemos ser uma comparação devida.

O fenômeno que vemos hoje e que definiu não só a votação de 2018 no Brasil como as eleições americanas e vem influenciando a política mundial começa a ser estudado timidamente por diferentes áreas do conhecimento. O seminário chamado *Pós-verdade*, organizado pelo Instituto de Estudos Avançados (IDEA) da Universidade de Campinas (UNICAMP) e pelo jornal Folha de São Paulo em setembro de 2018, contribuiu para divulgar as pesquisas e opiniões de filósofos, jornalistas, advogados e especialistas em análise de dados [1]. Alguns consensos podem ser apresentados, ainda que não haja sequer uma definição jurídica do que seriam as *fake news*. Os especialistas concordam, porém, que elas são textos que copiam o estilo jornalístico com o intuito de trazer emoção às pessoas que os recebem – seus títulos promovem uma reação impulsiva do leitor, cuja média de compartilhamento é 70% maior do que das notícias tradicionais, justamente pelo direcionamento passional que carregam. Pablo Ortellado, professor do curso de gestão de políticas públicas da EACH-USP, denominou-as de "notícias hiperpartidárias", que trazem consigo propósitos políticos ou econômicos. Os boatos políticos que teriam tido força nas eleições brasileiras de 2014, assim, migraram para o formato jornalístico, cuja propagação depende fundamentalmente de uma sociedade civil dividida. A jornalista Laura Capriglione do site Jornalistas Livres [2], por outro lado, vê como positiva a ascensão da fala de milhões de pessoas através das redes sociais, cujas vidas antes esquecidas ou apagadas são atualmente colocadas em destaque, e pessoas que antes eram apenas números e estatística agora vem ganhando nome e rosto, como o caso de Amarildo, que

[1] O seminário está disponível em sua íntegra no canal do Instituto no youtube <https://www.youtube.com/channel/UCUmrSBljso6UzqhoqJB8hRw/videos> Acesso: 29-out-2018.
[2] <https://jornalistaslivres.org/>

marcou a mídia brasileira no ano de 2013 [3]. Ela entende que o que acontece hoje em várias partes do mundo seria uma primavera do jornalismo, concomitante à uma crise do modelo tradicional do setor. Para a jornalista, as *fake news* seriam o preço a se pagar pelo acesso à informação e à produção de notícias nos dias de hoje.

As *fake news* são, assim, um movimento articulado e mundial de propagação de notícias falsas com o intuito de conturbar e modificar a situação política em diferentes países. A comparação com notícias que circulavam ainda na Idade Moderna é, apesar de interessante por aproximar o grande público leitor do tema, insuficiente e anacrônica para discorrer sobre um momento da História cujos papéis de notícias começaram a circular numa escala grande para a época, mas insignificante se compararmos aos dias de hoje. Sua influência política também não pode ser equiparada aos dias atuais, ainda que certamente tenham sua função numa sociedade que já demonstrava interesse pela situação além das próprias fronteiras – sobretudo se pensarmos como as guerras interferiam na vida cotidiana mesmo da população mais afastada dos grandes centros. Notícias mentirosas da época, contudo, são notórias e chamam a atenção justamente pela comparação com os dias de hoje, como por exemplo a falsa divulgação da morte de Dom Felipe II com o intuito de desestabilizar a monarquia no ano de 1564 [4] ou, tempos depois, a propagação dessa vez a favor da Monarquia, realizada pelo cônsul do mesmo rei em Roma, de que a Grande Armada teria se saído vitoriosa diante da frota inglesa em 1588 [5]. Assim, mesmo sabendo que as notícias que trazemos neste trabalho influenciaram sobremaneira a sociedade na qual se inseriam, acreditamos que não podem ser comparadas às *fake news* dos dias de hoje. As notícias mentirosas produzidas naquele período são exatamente isso, notícias mentirosas; pensamos as *fake news*, por outro lado,

---

[3] Amarildo era um ajudante de pedreiro morador da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, que desapareceu em (mais uma) ação policial na localidade. Nas palavras de Eliane Brum "a grande notícia era que Amarildo tinha se tornado notícia, num país em que o desaparecimento dos pobres costuma não ganhar nem nota de pé de página, apenas silêncio e impunidade. Que Amarildo tenha sumido é terrível. Que seu sumiço tenha virado faixa e slogan nos protestos, hashtag no Twitter e notícia na imprensa sinaliza – talvez – o começo de uma mudança". Disponível em: <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/eliane-brum/noticia/2013/08/onde-esta-bamarildob.html> Acesso dia: 29-out-2018.

[4] As mensagens falsas usadas no século XVI para tentar sabotar o reinado do espanhol Felipe 2º. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45863680?ocid=socialflow_facebook> Acesso dia: 29-out-2018.

[5] Cf. WARNER, William B. Truth and Trust and the Eighteenth-Century Anglophone Newspaper. In: BRANDTZAEG, Siv Goril. GORING, Paul. WATSON, Christine. (eds.) *Travelling Chronicles*. News and Newspapers from the Early Modern Period to the Eignteenth Century. Boston: Brill, 2018. p. 34.

como um fenômeno do século XXI que ainda cabe aos estudiosos da sociedade contemporânea desvendar [6].

Separados os dois fenômenos, convém aproximá-los novamente; a definição de notícia, no século XVII e no XXI nos parece ser bastante semelhante. Para os dias atuais, é certamente consenso o significado da palavra: uma notícia no jornal, no noticiário da televisão ou no twitter tem a característica básica de informar sobre algo cujo acontecimento é próximo a quem se informa – próximo no sentido de caro, ou de conhecer e se identificar de alguma forma com a informação. Pode ser desde uma guerra – que infelizmente é tema frequente das notícias desde sempre – até o casamento de alguém conhecido por um grupo de pessoas, um acidente, um fenômeno meteorológico fora do comum ou algo considerado pelo grande público como inusitado. Um parto só seria notícia tanto naquela época como agora se remetesse a alguém considerado importante; o nascimento de irmãos siameses contudo, pela raridade da ocorrência, é notícia tanto no século XVII como no XXI, ainda que noticiados de maneiras distintas [7]. Uma notícia, também chamada de *nova* ou *nueva*, remetia naquela época, assim como hoje, a algo não sabido ou raro. Assim, quando vai tratar das supostas mentiras castelhanas que estariam sendo publicadas pelo inimigo, o *Mercurio Portuguez* descreve a surpresa de um "velho de presença venerável" que, ao saber delas, teria afirmado que havia pensado "que se lião alguas nouas; [porém] inventarem os Castelhanos comedias, & relaçoens semelhantes, não são nouas, he já cousa muito ordinária, & velha" (abr/63; f.1v).

Nos dois dicionários coevos que utilizaremos no decorrer deste trabalho encontramos definições bastante semelhantes não só entre si, mas também com o que entendemos nos dias de hoje. Na obra de Raphael Bluteau, *notícia* é definida como "conhecimento, ou cousa que vem ao conhecimento. Há muitas vastas de notícias. Humas

---

[6] Há diversos jornalistas e historiadores atualmente discutindo as *fake news* e suas possíveis origens, remetendo-as mesmo à Antiguidade. Evitaremos essa comparação, sem desmerecer alguns trabalhos pioneiros que lançaram luz sobre a utilização da notícia/texto falso através dos séculos. Um exemplo é o interessante texto que Robert Darnton, historiador especialista em História da Cultura Escrita e da circulação de notícias na França do século XVIII, escreveu para o El País. Ver: DARNTON, Robert. A verdadeira história das notícias falsas. *El Pais*, 01 de maio de 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536_863123.html> Acesso dia: 29-out-2018.

[7] Henry Ettinghausen trabalha com relações de sucesso que trazem notícias de monstros, milagres e acontecimentos excepcionais. Os nascimentos de crianças monstruosas, incluídas irmão siameses e crianças de duas cabeças é descrito pelo autor em: ___ Prensa amarilla y barroco español. In: CHARTIER, Roger. ESPEJO, Carmen (eds.). *La aparición del periodismo en Europa*. Comunicación y propaganda en el Barroco. Madrid: Marcial Pons, 2012. Em outro trabalho seu, o autor reproduz diversas relações deste mesmo teor. Ver em: ___. *Noticias del siglo XVII*: Relaciones Españolas de sucesos naturales y sobrenaturales. Barcelona: Puvill Libros, 1995.

são certas, & evidentes, como he a sciencia; outras são duvidosas, & escuras, como he a opinião, a conjectura, a sospeita (...)" [8]. Há na mesma página as definições para *noticiar* e *noticioso*, sendo o significado da primeira "dar notícia" e a segunda "o que tem muitas notícias". Já no dicionário de Covarrubias Horozco, *notícia* é "el conocimiento de alguna cosa" [9], o que demonstra que mais de cem anos antes, o idioma castelhano já trazia uma definição que se assemelhava ao dicionário português, e os dois remetem ao que entendemos até hoje pelo termo.

Consideradas todas as aproximações e distâncias do tempo de hoje e da época que estudamos, outro ponto a enfatizar será a utilização da notícia como uma arma que seria empunhada frequentemente durante todo o período da guerra da Restauração. O que pretendemos nesse trabalho, assim, é contribuir para a compreensão não só do conflito, mas especialmente sobre a função que esse material adquiriu num momento tão importante para os dois reinos. A guerra chamada 'da Restauração' pelos portugueses e 'de Portugal' pelos espanhóis, se iniciou em dezembro de 1640 e terminou apenas em 1668 com a assinatura da paz entre os dois reinos. Se de um lado temos Portugal, reino que se desvinculou da Monarquia Hispânica e aclamou o rei herdeiro da dinastia que poderia ter assumido em 1580, do outro encontramos uma Monarquia de tamanho excepcional que passava por graves problemas em diversas partes de seus domínios. A divulgação das ações bélicas, bem como do envio e do resultado das embaixadas será foco da Coroa portuguesa nos primeiros anos, enquanto os impressores madrilenos debruçavam-se sobre outras frentes que envolviam os exércitos de Dom Felipe IV. Em meio às notícias que foram publicadas em Lisboa, o sentimento nacional certamente chamará a atenção do leitor de hoje; mais do que sentir-se português negando o outro, a publicística do período exaltará com frequência quais as diferenças entre portugueses e castelhanos – e por suposto, a superioridade dos primeiros.

Da mesma maneira que comparamos as notícias de hoje com as publicadas no século XVII para demonstrar semelhanças e diferenças, o historiador Daniel Saraiva analisa na introdução de sua tese de doutorado a questão da atual União Europeia frente à situação do continente no mesmo período de nosso estudo. Saraiva, assim como nós, também não pode deixar de pensar na sociedade em que estava inserido, já que defendeu

---

[8] BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* vol. 5. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728 p. 754.
[9] COVARRUBIAS HOROZCO, Sebastián**.** *Tesoro de la lengua castellana o española*. Madrid: Luis Sanchez impresor del Rey, 1611 p. 565.

seu doutorado na Universidade Paris-Sorbonne, e concluiu que pensar uma unidade como a dos dias de hoje para o passado também não faria sentido. Concordamos uma vez mais com sua interpretação, quando o historiador afirma que deixar de lado o patriotismo contido nos papéis de notícias faria com que a análise da publicística não fosse possível ou pelo menos, se tornasse incompleta [10]. As notícias, manifestos e tratados produzidos em Portugal a partir do ano de 1641, assim, se esforçavam em encontrar características estritamente portuguesas para separar-se dos domínios filipinos; o material produzido em Madrid, por outro lado, preferia muitas vezes apaziguar os ânimos e demonstrar que os portugueses ainda eram vassalos de Dom Felipe IV, bastando desistir de seguir o "rebelde". As monarquias barrocas, segundo Fernando Bouza, teriam aumentado as dimensões de um espaço de discussão que se aproximava do público, havendo consciência já naquele período da existência de diversas opiniões que se enfrentavam, se não na forma de debate, através do campo literário ou erudito [11].

Tendo em vista que o historiador José Antonio Maravall em seu livro *A Cultura do Barroco* delimita este conceito histórico entre os três primeiros quartos do século XVII, atingindo seu auge entre os anos de 1605 e 1650, podemos trabalhar com outros autores que utilizam a categoria de barroco para analisarmos esses documentos e nos aproximarmos daquela sociedade [12]. É importante esclarecer, contudo, como bem recorda Roger Chartier, que o conceito de *barroco* como trabalhado atualmente por alguns historiadores não existia nas sociedades do século XVI e XVII, consideradas elas mesmas barrocas. Concordamos com Chartier que o barroco tratado por alguns estudiosos que invocaremos a seguir, corresponde mais ou menos a outros recortes cronológicos como Século de Ouro, Idade Moderna ou Antigo Regime, "o bien caracteriza maneras transhistóricas de percibir, representar e imaginar el mundo social, la naturaleza o lo sagrado que pueden encontrarse también en el 'neobarroco' de nuestro tiempo" [13]. Assim, ainda que não utilizemos esse conceito em nosso trabalho, os autores que assim o fazem,

---

[10] Agradecemos a gentileza de Daniel em nos enviar sua tese recém defendida na França. Como ainda não contamos com a versão final do trabalho, não indicaremos suas páginas e aguardaremos a publicação da pesquisa. SARAIVA, Daniel Magalhães Porto. *L'Arche de l'opinión*. Politique et jugement publica u Portugal aux Temps Moderns (1580-1668). Thèse. Université Paris-Sorbonne, 2017.

[11] BOUZA, Fernando. *Papeles y opinión*. Políticas de publicación en el siglo de oro. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008. p. 135.

[12] MARAVALL, José Antonio. *A Cultura do Barroco.* Análise de uma estrutura histórica. Trad. Silvana Garcia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. p. 42.

[13] CHARTIER, Roger. Introducción. Barroco y Comunicación. In: ___ ESPEJO, Carmen. La aparición del periodismo en Europa. Comunicación y propaganda en el Barroco. Madrid: Marcial Pons, 2012. p. 18. "ou bem caracteriza maneiras transhistóricas de perceber, representar e imaginar o mundo social, a natureza ou o sagrado que podem se encontrar também no 'neobarroco' de nosso tempo" (tradução nossa).

como o próprio Maravall, farão parte desta discussão pois contribuem sobremaneira à análise.

As formas de pertencimento que viemos tratando tem de ser pensadas enquanto um sentimento nacional que já existia no período de nossa análise. Devemos evitar, contudo, relacioná-lo à ideia de nação política que começará a se desenvolver no século XIX. Para Jean-Frédéric Schaub, havia um espaço político e cultural chamado Espanha, e ele englobava não somente as regiões atualmente autônomas, mas também antigos reinos da Coroa de Aragão e países hoje independentes, como Portugal. As pessoas nascidas nesses locais reconheciam a Espanha enquanto espaço comum, e a referência hispânica irá perdurar mesmo após o fim da União Ibérica [14]. Com a separação, o esforço português será demonstrar através de seus impressos não só quais eram as características inerentes daquele povo, mas sobretudo o que os distanciava dos castelhanos.

Nossa pesquisa ganhou esta dimensão apenas após a investigação realizada no ano de 2017 nos arquivos portugueses e espanhóis. A bibliografia, mas sobretudo as relações de sucesso que em sua maioria não estão digitalizadas, modificaram a intenção inicial de trabalhar apenas com os três periódicos de notícias produzidos no período. A partir do contato com a documentação, entendemos que as relações eram fundamentais para a compreensão da produção de notícias sobre a guerra. Se no mestrado trabalhamos somente com a América Portuguesa e a administração realizada deste lado do Atlântico, agora ampliamos a discussão não só sobre a História da Cultura Escrita, como também para a Península Ibérica, o que trouxe o grande desafio de entender a vinculação portuguesa à Monarquia Hispânica e as relações estabelecidas entre os reinos de Castela e Portugal após a separação. Assumimos, porém, que o viés da tese será voltado para Portugal e a Coroa de Bragança, ainda que tenhamos buscado um equilíbrio na análise das produções de impressos de notícias em Lisboa e Madrid. Além do direcionamento natural a Portugal devido ao nosso percurso acadêmico, a própria produção de impressos de notícias sobre a guerra é surpreendentemente superior em terras lisboetas. Comparar a produção nas duas cidades, ao nosso ver, será algo novo que contribui para pensarmos a

[14] SCHAUB, Jean Frédéric. Le sentiment national est-il une catégorie pertinente pour comprende les adhésions et les conflits sous l'Ancien Régime ?. In : TALLON, Alain (ed.) *Le sentiment nacional dans l'Europe méridionale aux XVIe et XVIIe siècles*. Madrid: Casa de Velázquez, 2007. Sobre este assunto, ver neste trabalho: *1.3 O lugar de Portugal na Monarquia Hispânica.*

dinâmica das notícias e a função que esses papéis assumiram durante o conflito. Convém discorrer agora sobre o acesso a esta documentação tão extensa quanto diluída em bibliotecas, arquivos e alguns meios digitais.

O acesso às fontes dessa pesquisa que não fosse através de microfilmes ou digitalizações, tanto em Portugal como em Espanha, não foi tarefa fácil. Considerados os primeiros "jornais" de seus países, impressos em papel de baixa qualidade e com mais de 350 anos, é natural que os arquivos e bibliotecas evitem seu manuseio. A Biblioteca Nacional de Portugal permite o acesso online aos dois periódicos que vamos discutir – ainda que a Gazeta "da Restauração" esteja incompleta e tenhamos utilizado para a análise de seu conteúdo a obra de Eurico Gomes Dias [15]. A *Gazeta Nueva* de Madrid foi ainda mais complicada, pois o catálogo virtual da instituição está incorreto quanto a sua localização – a coloca como parte de uma coleção de periódicos do século XIX. Em microfilme é possível acessá-lo rapidamente (constam todas as edições fac-similadas por Varela-Hervias, com exceção da de Sevilha que o autor anexou à sua publicação) [16]. Durante todo o período em que estivemos realizando nossa pesquisa na Biblioteca Nacional de Espanha o original da Gazeta esteve emprestado ao Museu da instituição [17], cabendo utilizar, assim, apenas a obra de Varela-Hervias para este trabalho. Buscamos ainda a Hemeroteca de Madrid, em cujo catálogo também consta a *Gazeta Nueva* de Madrid, mas o acesso a este documento se dá apenas em microfilme da própria edição do dito autor – a obra de Varela-Hervías utilizou o exemplar da Hemeroteca, assim que a instituição apenas microfilmou o fac-símile presente no livro. Com muita paciência, é possível acessar, página à página, a *Gazeta Nueva* no site da *Agencia Estatal Boletín*

[15] DIAS, Eurico Gomes. *Gazetas da Restauração:* (1641-1648). Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita). Colecção Biblioteca Diplomática do MNE, 2006. Apesar de Eurico Gomes Dias e também outros autores acrescentarem "da Restauração" ao título deste periódico, o fato é que este impresso trazia em seu cabeçalho apenas *Gazeta*. Para identificarmos no decorrer do nosso trabalho quando estamos tratando deste documento, assim, manteremos o "da Restauração" entre aspas.

[16] O livro publicado no ano de 1961 – portanto aniversário de 300 anos deste periódico – é um marco no estudo desse importante documento, pois contém, como dito, todas as publicações da Gazeta em fac-simile e uma das melhores análises do tema até hoje. Como o autor não encontrou a gazeta número XIII para a realização do fac-símile (e argumentando a semelhança entre a Gazeta de Madrid e a Gazeta de Sevilha, publicada por Juan Gomes de Blás e que seria uma cópia da publicada na Corte), Varela-Hervías utilizou um exemplar da Gazeta publicada em Sevilha para compor sua obra. VARELA HERVÍAS, Eulogio. *Gazeta Nueva 1661-1663* (notas sobre la Historia del periodismo español en la segunda mitad del siglo XVII). Murcia: Oficina Tipográfica de los sucesores de Nogués, 1960.

[17] Agradecemos aos funcionários da sala Cervantes na Biblioteca Nacional de España toda a disposição na busca deste documento e ajuda durante toda a investigação. A pesquisa nestas instituições só foi possível graças ao financiamento da FAPESP, cuja bolsa no país (processo FAPESP n.o 2014/23614-7 vigência 01/08/2015 a 31/07/2019) e a bolsa de estágio de pesquisa no exterior (processo FAPESP/BEPE n.o 2016/07247-0 vigência 01/12/2016 a 30/11/2017) foram fundamentais para os resultados deste trabalho.

Oficial del Estado. Com as relações, ocorre o mesmo problema, estando em sua grande maioria microfilmadas na Biblioteca Nacional de Portugal. No capítulo 3, utilizamos um exemplo para explicar como a discussão sobre a Cultura Escrita fica prejudicada quando o acesso se dá apenas através dos microfilmes. No Anexo 1 deste trabalho indicaremos o acesso online de alguns catálogos e documentos utilizados.

Ainda que haja outros materiais periódicos ou seriados na Península no período – que iremos apresentar nesse trabalho – a *Gazeta "da Restauração"*, o *Mercurio Portuguez* e a *Gazeta Nueva* são considerados de fato os primeiros periódicos de suas respectivas nações. Respondendo a um movimento que já ocorria em outras partes do continente europeu, Portugal e a Monarquia Hispânica criaram seus papéis de notícias inseridos num momento chave de suas histórias: a chamada Guerra da Restauração. Esses papéis estão interligados desde o início, muitas vezes respondendo uns aos outros e, portanto, sua análise deve ser realizada tendo em mente a guerra e a situação em que ambos se encontravam: a Monarquia submersa em uma crise na qual diversos reinos sob seu comando se rebelavam e ameaçavam a supremacia de Felipe IV; Portugal se rebelando contra a dinastia que aceitara em 1580 e não medindo forças para encontrar aliados e ter a nova coroa reconhecida. Concordando com a historiadora Carmen Espejo, pretendemos assim, colocar em diálogo histórias parciais, para ajudar na construção não de uma história pan-europeia – trabalho do livro organizado pela professora e por Roger Chartier – mas talvez contribuir para uma visão peninsular da história do periodismo e das notícias na Península Ibérica.

A ideia de trabalhar com a circulação de notícias a partir dos periódicos era por si só bastante ambiciosa – apenas o *Mercurio Portuguez* conta com mais de oitocentas páginas. Quando preparamos nosso projeto de pesquisa para o estágio no exterior, contudo, percebemos que deveríamos ampliar nossa análise também para as relações de sucesso. Para tratar da circulação de notícias relacionadas à Guerra da Restauração, seria impossível nos mantermos apenas nos papéis periódicos, espécie de publicação que surge na região justamente nesse período. A imensa quantidade de relações de sucesso produzidas em Portugal e Espanha entre os séculos XVI e XVIII tornou impossível que, até hoje – depois de décadas de estudos dedicados a esses documentos – um catálogo desse material fosse elaborado. Na Espanha, catálogos regionais, temáticos ou temporais foram produzidos, mas muito ainda resta a fazer para que tenhamos ideia da dimensão

dessa produção que felizmente permanece em bibliotecas e arquivos do país [18]. As facilidades da tecnologia nos permitem atualmente adentrar aos catálogos digitais de bibliotecas de todo o mundo e elaborar os roteiros de investigação a serem analisados, roteiros cujo tamanho expande proporcionalmente aos dias passados fisicamente no interior desses centros de pesquisa. Convém destacar ainda a dificuldade na busca por esse material nos arquivos, causada pela falta de padronização quanto à escrita dos títulos dos documentos, que ora segue a grafia original da época, ora é atualizada. Palavras em que há troca do U por V, ou do Z por S, ou cuja escrita castelhana está "aportuguesada" no documento, mas atualizada no catálogo, dificultam a busca nos acervos. Como podemos ver, ainda que nas últimas décadas a discussão sobre a impressão de notícias e sua circulação tenha dado um salto gigantesco, ainda há muito o que fazer nesse tema para que os historiadores possam desvendar os desafios inerentes ao valor que esse material adquiriu na Época Moderna.

O texto da tese está organizado em três partes divididas cada uma em dois capítulos. Assim, na Parte I, iremos discorrer em primeiro lugar sobre as interpretações que a chamada Restauração Portuguesa adquiriu na historiografia portuguesa, demonstrando como foi utilizada politicamente através dos séculos e o valor que adquiriu até os dias de hoje. Depois, ainda que não faça parte do recorte temporal proposto para este trabalho, discutiremos como a União Ibérica foi formada e a situação portuguesa dentro da Monarquia Hispânica; questões que a nosso ver são fundamentais para a compreensão do tema. Já no capítulo 2 adentraremos de fato na guerra entre as duas Coroas, tratando dos principais conflitos e personagens envolvidos, pois a divulgação dos acontecimentos e também das ações desses vassalos é parte importante dos assuntos tratados nos papéis de notícias. Por fim, buscamos focar ainda na década de sessenta do século XVII e na dinâmica em que Dom Afonso VI e Dom Felipe IV se inseriram, discorrendo sobre a diplomacia portuguesa em diferentes partes do continente, um dos temas preferidos dos impressos de notícias.

[18] Nieves Pena Sueiro escreveu um 'estado da questão' quanto aos estudos sobre as Relações de Sucesso ainda no ano de 2001, em que aponta os principais catálogos elaborados em Espanha até aquele momento. In: PENA SUEIRO, Nieve. Estado de la cuestión sobre el estudio de las Relaciones de sucesos. In: *Pliegos de bibliofilia*, 13 (1º trimestre de 2001), p. 43-66. Acesso dia 21 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.bidiso.es/upload/estadocuestion.pdf >

Para a Parte II, preparamos uma discussão com foco na Cultura Escrita para a Época Moderna, nos preocupando em abordar a fase de produção da notícia, que engloba questões técnicas como as pessoas que trabalhavam na oficina impressora, o papel a ser utilizado, sua circulação, preço e acesso, além de buscarmos discorrer sobre quem eram os impressores que publicavam esses papéis. Já no capítulo 4, analisamos como funcionava a censura nas duas cidades tema de nossa investigação, pois sem a aprovação dos censores, teoricamente qualquer material seria proibido de circular. Neste capítulo abordaremos ainda as definições de termos como relação de sucesso, avisos, gazetas, mercúrios e periódicos, tema fundamental para a compreensão de nosso trabalho e importante para abrirmos caminho para a parte final desta pesquisa.

Por fim, na terceira parte, iniciamos o capítulo 5 com a discussão sobre a questão fundamental da opinião pública para o século XVII e como a publicação das notícias contribuía não só para que as pessoas soubessem dos acontecimentos da corte e de fora de suas cidades, mas também para formarem interpretações acerca do governo e suas ações. Será nesse capítulo ainda que, em duas partes, discutiremos o conteúdo das relações de sucesso impressas nas duas cidades tema desta pesquisa, enfatizando como se posicionavam a respeito do inimigo, quais as principais questões discutidas e algumas intenções presentes nestes papéis. No capítulo 6, trataremos finalmente sobre os três periódicos – dois em Lisboa e um em Madrid – publicados durante a guerra e como cada um deles tratou das batalhas, da movimentação dos exércitos e especialmente como descreviam o inimigo, demonstrando assim a função que esses papéis tiveram para divulgar a visão de suas Coroas para quem tivessem acesso a eles. Ainda que não fossem oficialmente publicados pelos governos, contavam com sua aprovação e com escritores interessados em agradar à realeza. Pretendemos com essa análise contribuir com os crescentes estudos sobre a circulação de notícias no continente europeu analisando para isso especialmente o espaço ibérico, local em que a guerra fez surgir o interesse pelo que acontecia em suas fronteiras e suscitou num rei recém aclamado o ímpeto de defender seus direitos à Coroa através do papel impresso.

Parte I RESTAURAR

Capítulo 1: Sobre fazer parte da Monarquia Hispânica

> "(…) los portugueses no tardaron mucho en constatar que en adelante habrían de moverse en un universo político mucho más complejo que aquel al que estaban habituados. Convertidos en vasallos de un soberano que gobernaba varios reinos simultáneamente, los portugueses pasaron a convivir con castellanos, aragoneses, valencianos, gallegos, navarros, granadinos, napolitanos, milaneses, flamencos o 'criollos' de las 'Indias de Castilla', pueblos distintos pero que tenían en común obedecer, todos ellos, al mismo señor" [1].

Para compreendermos as publicações impressas de notícias da guerra entre Portugal e a Monarquia de Felipe IV que se iniciou ao final de 1640, tivemos de recorrer a diferentes autores que trataram do tema. Ficou claro, assim, que o primeiro de dezembro não pode ser explicado sem que voltemos nosso olhar ao momento da união de Portugal à Monarquia Católica [2]. *Vinculação*, como utiliza Pedro Cardim; *agregação* como escreve Rafael Valladares: atualmente a União Ibérica e suas consequências têm sido discutidas dos dois lados da fronteira, em obras que extrapolam o binômio união/restauração que esteve presente na historiografia até o século XX [3]. Fronteira essa que foi, por vinte e sete

---

[1] CARDIM, Pedro. *Portugal Unido y Separado.* Felipe II, la unión de territorios y el debate sobre la condición política del Reino de Portugal. Valladolid: Cátedra Felipe II; Ediciones Universidad de Valladolid, 2014. p. 16. "os portugueses não demoraram muito em constatar que dali em diante teriam de se movimentar em um universo político muito mais complexo que aquele ao qual estavam habituados. Transformados em vassalos de um soberano que governava vários reinos simultaneamente, os portugueses passaram a conviver com castelhanos, aragoneses, valencianos, galegos, navarros, granadinos, napolitanos, milaneses, flamencos ou 'criollos' das Índias de Castela, povos diferentes mas que tinham em comum obedecer, todos eles, ao mesmo senhor" (tradução nossa).

[2] Explicaremos mais detalhadamente no decorrer deste capítulo o que significava para Portugal fazer parte da Monarquia Católica naquele momento. Como esclarece Fernando Dores Costa, o país *Espanha* não existe no século XVII como unidade cultural ou política. Evitaremos, assim, utilizar o termo ao nos referirmos ao adversário português nessa guerra, preferindo assim Monarquia Católica, Monarquia Hispânica, ou relacionando especificamente o rei no poder no período em estudo. In: COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração* 1641-1668. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. Como bem explica Fernando Bouza, sempre que fizermos menção à "união das coroas" ou à "união de Portugal", deve-se entender que nos referimos à existência conjunta do domínio lusitano com outras possessões do Rei Católico sob um mesmo cetro e não a uma situação de identidade. In: BOUZA ALVAREZ, Fernando. *Portugal en la Monarquía Hispánica* (1580-1640) Felipe II, Las cortes de Tomar y la Genesis del Portugal Católico. Tomo I. Tesis Doctoral. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, 1987. p. IX. Tradução nossa. Como será demonstrado, a questão da identidade e o 'ser português' será algo fluido e muito discutido não só durante os sessenta anos da união, mas principalmente após a desvinculação portuguesa da Monarquia Hispânica.

[3] Fernando Bouza realiza um levantamento sobre a historiografia produzida entre 1940 e 1990 sobre a Restauração em: BOUZA, Fernando. Gramática de la crisis. Uma nota sobre la historiografía del 1640 hispánico entre 1940 y 1990. In: *Cuadernos de Historia Moderna*. n.o 11. Edit. Univer. Complutense. Madrid, 1991. p. 223-246.

anos, palco de uma guerra entre duas dinastias que se viam herdeiras e com direitos sobre aquele território. Ainda que hoje seja consenso denominar a ascensão de Dom João IV ao poder de *Restauração* portuguesa, palavra que tem o sentido de conserto ou reparo a algo danificado anteriormente e naquele momento *recuperado*, Rafael Valladares é categórico: "es más práctico llamar a las cosas por su nombre. La 'Feliz Aclamación' de 1640 no fue tal, sino un Golpe de Estado" [4]. A visão nacionalista que permeou os estudos sobre esse período, contudo, enfatizou o conflito pelo viés da exaltação nacional, buscando o apoio popular ao movimento – que pouco participou de fato da tomada de decisões da ascensão brigantina – e impondo àquela guerra a ideia de uma libertação nacional do jugo espanhol. Nosso intuito a partir de agora, auxiliados pela obra de Luís Reis Torgal, será discorrer sobre os usos de que esse golpe de Estado adquiriu no decorrer da história portuguesa.

1.1 A Restauração ao longo das mudanças políticas portuguesas

No interessante epílogo escrito por Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha para a biografia de D. João IV, as historiadoras argumentam que "a aceitação indiferenciada de certos vocábulos e a interdição de outros remete para as concepções seiscentistas destas agitações políticas, em que a legitimidade se aferia pela validade da fundamentação jurídica apresentada" [5]. As autoras concordam com Valladares de que o que houve em Portugal em 1640 não foi uma revolução, mas um golpe de Estado ou uma revolução das elites que não foi acompanhada por revoltas populares ou uma guerra civil, muito menos uma alteração no estatuto dessas mesmas elites. A afirmação da autonomia se deu, dessa maneira, na produção discursiva posterior à aclamação de Dom João IV, onde "procedeu-se a uma intencional recriação da realidade, naturalmente sem a obediência às regras da validação historiográfica contemporâneas, mas que ofereciam

[4] "É mais prático chamar as coisas por seu nome. A 'Feliz Aclamação' de 1640, não foi nada além de um Golpe de Estado". Tradução nossa. In: VALLADARES, Rafael. Sobre reyes de invierno. El diciembre portugués y los cuarenta fidalgos (o algunos menos, con otros más). In: *Pedralbes*: revista d'història moderna. n. 15, 1995. p. 106. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/Pedralbes/article/view/101400> Acessado dia: 15-fev-2018. O autor lançou recentemente um livro com parte de seus artigos publicados. "Sobre reyes de invierno..." consta nesta obra: VALLADARES, Rafael: *'Por toda la tierra'*. España y Portugal: globalización y ruptura (1580-1700). CHAM: Lisboa, 2016. p. 189-228. O livro está disponível online em: <https://run.unl.pt/handle/10362/20745> Acessado dia 15-fev-2018.

[5] COSTA, Leonor Freire. CUNHA, Mafalda Soares da. *D. João IV*. Círculo de Leitores, Lisboa, 2008. p. 325-6.

verossimilhança que inspirava credibilidade" [6]. Na literatura legitimadora da revolta ou golpe, Luís Oliveira Andrade explica que o termo restauração sofreu a concorrência de outras designações, mas acabou se impondo devido ao título de algumas obras que marcaram o período, como a *História de Portugal Restaurado* de que tratamos abaixo [7].

Rafael Valladares também argumenta que a mitologia seguiu dominando os relatos e que, ainda que tenha havido avanços nas discussões sobre o tema, o *golpe* continuou sendo narrado e explicado de acordo com a versão oficial que saiu da pluma de Dom Luis de Meneses entre os anos de 1679 e 1689. Sua *História de Portugal Restaurado* teria, dessa maneira, consagrado os mitos criados pela propaganda dos Bragança durante a guerra [8]. Luis Reis Torgal, por outro lado, afirma que a obra apresenta uma narração por diversas vezes crítica dos acontecimentos "com tais intuitos de correção que não pode deixar de ser considerada um marco importante não só na história da historiografia da Restauração, como, na generalidade, de toda a historiografia portuguesa" [9]. O autor argumenta, porém, que a obra não é isenta de parcialidade política, principalmente por se tratar de um estudo sobre um período que seu autor havia vivido. Torgal entende, assim, que a Restauração passou por um longo processo deformativo da sua narrativa, acusando a época do pombalismo como uma das primeiras grandes responsáveis por essa deformação.

Luis Reis Torgal expõe em seu trabalho que foi nesse período que começou a surgir uma campanha de ataque aos séculos XVI e XVII "considerados como tempos de expressão do poder pontifical e jesuítico e de esterilidade cultural" [10]. O antijesuitismo aparece, assim, em diversas obras, descrevendo como a Companhia de Jesus teria apoiado

---

[6] COSTA, Leonor Freire. CUNHA, Mafalda Soares da. *D. João IV*... p. 336.

[7] Cf. ANDRADE, Luís Oliveira. *História e Memória*. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940. MinervaCoimbra: Coimbra, 2001. p. 116-7. Além da obra de Dom Luís de Meneses, o autor cita ainda *Uzurpação, Retenção, Restauração de Portugal*, de João Pinto Ribeiro e a *Restauração de Portugal Prodigiosa...*, do padre João de Vasconcelos. Segundo o autor, outros termos como *aclamação* e *libertação* também denominaram obras importantes no mesmo período. Sobre o livro de Ribeiro, ver: SCHAUB, Jean-Frédéric. *Le Portugal au temps du comte-duc d'Olivares* (1621-1640). Le conflit du jurisdictions comme exercice de la politique. Madrid : Casa de Velázquez, 2001. p. 80-85.

[8] VALLADARES, Rafael. Sobre reyes de invierno... p. 105 e seguintes. O autor afirma que é difícil pensar em outra obra que obteve tanto êxito como o *Portugal Restaurado* escrito pelo Conde de Ericeira. Em tradução nossa, citamos: "Levado à imprensa várias vezes até hoje, também não conheceu uma edição verdadeiramente crítica e, além disso, continua sendo uma referência 'obrigatória' para, ao menos, tratar de alguns dos acontecimentos que inclui (...). Uma parte de meu ego profissional me obriga a reconhecer que gostaria de ser lido em trezentos anos com a mesma devoção que Ericeira desperta" *Op. Cit.* p. 106.

[9] TORGAL, Luis Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. vol. 1. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981. p. 6.

[10] TORGAL, Luis Reis. Ideologia política e teoria do Estado na Restauração... p. 7

a Monarquia Hispânica em 1580, mancomunando-se com ela após a Restauração. Em finais do século XVIII e início do XIX, também seguiam firme os ideais tradicionalistas e contrarrevolucionários, que entendiam que Portugal possuía uma tradição absolutista, e não liberal. A Restauração seria, dessa maneira, uma confirmação da tradição monárquica portuguesa – fundamento dos ideais legitimistas, absolutistas e nacionalistas.

O autor continua explicando os usos que a Restauração Portuguesa adquiriu através das mudanças políticas, descrevendo que nos períodos pré-liberal e liberal, obras publicadas no início do século XIX descreviam o absolutismo que vinha até então governando o país como uma herança filipina que foi seguida por Dom João IV. Para os liberais estudados por Torgal, dessa forma, Portugal possuía desde a fundação de sua nacionalidade uma constituição de base popular que começou a ser minada ainda na dinastia de Avis, sendo a Restauração uma tentativa de retorno às leis fundamentais do reino. A dinastia dos Bragança, porém, teria continuado um governo absolutista que vinha dos Felipes.

Em meados do século XIX, ainda seguindo a análise de Luis Reis Torgal, podemos encontrar um movimento iberista que será combatido com ideias nacionalistas que invocariam mais uma vez a Restauração, interpretada agora como um movimento nacional e Dom João IV como um rei preocupado com a independência do país. "Foi neste contexto anti-iberista – conclui Torgal – que surgiu a ideia de se dar um certo relevo nacional à Restauração e de se comemorar solenemente a data de 1 de dezembro" [11]. No ano de 1861 se formou no país a "Comissão 1º de Dezembro de 1640", responsável por publicações de marcado sentido nacionalista tratando da Restauração, pela divulgação de sermões e pela construção de monumentos que marcavam a data – como o monumento da praça dos Restauradores, construído em abril de 1886. O autor também cita os republicanos, descritos como os principais animadores culturais da década de 70 do século XIX no país. Esse grupo de pensadores engendraria na Restauração um caráter popular deixado de lado até então, procurando na história exemplos que justificassem sua esperança de que o processo para a república tinha raízes profundas.

Já no século XX o Integralismo Lusitano também se apropriaria da Restauração. Os integralistas seriam herdeiros do tradicionalismo contra-revolucionário, e defendiam uma monarquia orgânica tradicionalista antiparlamentar. O autor utiliza os escritos de

[11] TORGAL, Luis Reis. Ideologia política e teoria do Estado na Restauração... p. 14.

António Sardinha, que interpreta os teóricos da Restauração como precursores das modernas doutrinas nacionalistas, entendendo-a como um momento alto da monarquia tradicional portuguesa. Diferente do absolutismo pombalino, a monarquia portuguesa seria baseada num pacto entre rei e povo, sendo o poder régio, dessa maneira, "limitado" pelas liberdades já existentes. Concluindo sua argumentação sobre a ideologia presente por trás dos usos da Restauração através da história portuguesa, Luis Reis Torgal chega ao Estado Novo, momento em que a Restauração será elevada a acontecimento de comemoração nacional. O estadonovismo teria seguido o caminho traçado pelo integralismo e pelo movimento tradicionalista e contra-revolucionário, "aproveitando o duplo centenário, da formação da nacionalidade e da Restauração, promoveu em 1939-40 as suas festas comemorativas, as quais (...) tinham como objeto, acima de tudo, reforçar o Estado Novo (...)" [12]. Para Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, 1940 foi um momento privilegiado para a reflexão sobre Dom João IV, sobre a Restauração e o processo de afirmação da autonomia portuguesa. Segundo as autoras, "o objetivo da propaganda estado-novista era valorizar a ação nacional coletiva que pusera o empreendimento em marcha e que suportara patrioticamente os custos da sua concretização" [13]. O nacionalismo que veio desde o século XIX, nas palavras de Joaquim Romero Magalhães, ensombrou a história da Restauração, introduzindo e tornando central um elemento emotivo de distinção entre Portugal e Castela para explicar o primeiro de dezembro de 1640. Para o prefaciador de Rafael Valladares, a Restauração "tem de se estudar e interpretar no conjunto de que faz parte na Europa, nessa época de sublevações, rebeliões, motins, frondas" [14]. Mas afinal, como ocorreu a até ali bastante planejada, mas nunca executada, união entre as duas coroas ibéricas?

---

[12] TORGAL, Luis Reis. Ideologia política e teoria do Estado na Restauração... p. 34-5.
[13] FREIRE, Leonor Costa. CUNHA, Mafalda Soares. D. João IV... p. 336.
[14] MAGALHÃES, Joaquim Romero. Prefácio. In: VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal*. Guerra e Restauração (1640-1680). Trad. de Pedro Cardim. A Esfera dos Livros: Lisboa, 2006. p. 17. Sobre o lugar das comemorações da Restauração no conjunto dos outros dias festivos portugueses e sua ascensão como uma celebração "nacional" frente à integração europeia, ver: ANDRADE, Luís Oliveira. *História e Memória*. A Restauração de 1640: Do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940. MinervaCoimbra: Coimbra, 2001.

1.2 União Ibérica e os sessenta anos filipinos

Por que bastante planejada? Porque desde muito tempo foram comuns os casamentos entre as dinastias portuguesa e castelhana, aproximando-se da União Ibérica algumas vezes no decorrer dos séculos. Rafael Valladares explica que "los contínuos matrimónios celebrados entre la Casa de Avís portuguesa y las de Trastámara y Austria españolas entre los siglos XV y XVI, llevaron en más de una ocasión a rozar la unión peninsular" [15]. Após a morte do rei Dom Sebastião aos vinte e quatro anos na batalha de Alcácer-Quibir no ano de 1578, contudo, a falta de herdeiros levaria à extinção da Casa de Avis e a um grande problema político a ser resolvido. A questão da falta de sucessores se iniciaria, contudo, algum tempo antes. Com a morte de Dom João III no ano de 1557 e a consequente falta de herdeiros (também falecidos), seu neto Dom Sebastião receberia o trono ainda com três anos de idade. Após a regência da avó e do tio-avô, o também chamado *Desejado* assumiu o trono aos quatorze anos, e desapareceria dez anos depois na famosa batalha, causando uma crise sucessória de grandes proporções para o reino de Portugal. Os dois anos seguintes, governados pelo então Cardeal Henrique de Portugal, tio-avô de Dom Sebastião e já com 70 anos, foram decisivos para o fortalecimento dos grupos que tentariam assumir o poder após sua morte. Um Portugal sem rei encontrou diante de si pessoas de diferentes partes do continente europeu dispostas a defender seu direito ao trono. Segundo Fernando Bouza, eram cinco os pretendentes reais ao trono

[15] Em tradução livre: "Os contínuos casamentos celebrados entre a Casa de Avis Portuguesa e a Trastâmara e Áustria espanhola entre os séculos XV e XVI, levaram a aproximar a união peninsular em mais de uma ocasião" O autor continua discorrendo sobre as diferentes oportunidades de se unirem pelas quais passaram as duas Coroas: "Cuando más cerca se estuvo de lograrlo fue en 1497. Del enlace entre el rey D. Manuel I de Portugal y la hija mayor de los Reyes Católicos, doña Isabel, nació el príncipe D. Miguel, cuya breve existencia – murió en 1500 – le privó de convertirse en el primer monarca de una España unificada. Pero los intentos siguieron. El emperador Carlos V casó con su prima Isabel de Portugal, al tiempo que la hermana del César, doña Catalina, se unió al rey D. João III. La siguiente generación repitió fortuna: mientras Felipe II contrajo primeras nupcias con su prima María de Portugal, la infanta Juana, hermana del Prudente, se convirtió, tras esposarse con el heredero de Portugal, el la madre del penúltimo rey Avís: D. Sebastián". Tradução nossa: "O mais perto que esteve de consegui-lo foi em 1497. Do casamento entre o rei D. Manuel I de Portugal e a filha mais velha dos Reis Católicos, dona Isabel, nasceu o príncipe D. Miguel, cuja breve existência – morreu em 1500 – privou-o de se converter no primeiro monarca de uma Espanha unificada. Mas os intentos continuaram. O imperador Carlos V casou-se com sua prima Isabel de Portugal, ao mesmo tempo em que a irmã de César, dona Catarina, se uniu ao rei D. João II. A seguinte geração repetiu a fortuna: enquanto Felipe II contraiu primeiras núpcias com sua prima Maria de Portugal, a infanta Joana, irmã do Prudente, se converteu, depois de casar-se com o herdeiro de Portugal, na mãe do penúltimo rei de Avis: D. Sebastião". Será com Dom Sebastião, desaparecido em Marrocos, que se iniciarão as disputas pelo trono português. In: VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquía Hispánica* 1580-1668. Arco Libros: Madrid, 2000. p. 11.

português: o rei Felipe II, os príncipes italianos Manuel Filiberto de Saboya e Rainucio de Parma, Dom Antônio, o prior do Crato e Dona Catarina, duquesa de Bragança [16].

A extensa argumentação jurídica acerca do legítimo sucessor da Coroa se realizou entre Dona Catarina e Dom Felipe II. Seriam estes os dois únicos candidatos consistentes ao trono, e era dentre os dois que a Junta deixada no poder por Dom Henrique teria de escolher [17]. A invasão do duque de Alba, que chegara às portas de Lisboa em nome de Dom Felipe II no entanto, segundo Rafael Valladares, teria apressado a escolha. "Se Felipe era o candidato legítimo – como acabaria por decidir a Junta –, a arrogância da sua demonstração de eficácia militar iria ser, para ele e para os seus descendentes, uma herança embaraçosa e assaz difícil de gerir" [18]. Se Valladares entende que foi através da pressão armada que Portugal se uniu à Monarquia Hispânica, Fernando Bouza defende que a negociação com a nobreza teve maior peso na decisão. Este último historiador reconhece o valor das duas frentes (a negociação e a bélica):

> En efecto, a la vez que se realizaban los preparativos bélicos, Felipe II había empleado a embajadores y juristas en la ardua tarea diplomática de ganar el reino por medio de la negociación. Esta vía pacífica no anulaba la militar, ni ésta a aquella, sino que, por el contrario, corrieron paralelas a lo largo del complicado proceso de la Sucesión y fueron utilizadas según las circunstancias [19].

A imensa maioria dos grupos influentes como nobreza, alto clero e mercadores, seguindo agora com Valladares, estava com Filipe II. Com a oferta de preservar os privilégios dos portugueses, ou mesmo ampliá-los, o monarca tinha a seu lado as elites

---

[16] BOUZA, Fernando. *Portugal en la Monarquía Hispánica* (1580-1640) Felipe II, Las cortes de Tomar y la Genesis del Portugal Católico. Tomo I. Tesis Doctoral. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, 1987. p. 19.

[17] Fernando Bouza explica que Dom Antonio, o prior do Crato, apresentava-se como "filho varão de filho varão", o que o tornaria preferível à Dona Catarina por sua condição feminina e a Felipe II, por ser herdeiro da parte de sua mãe. O filho natural e legitimado do infante Dom Luis foi, porém, considerado bastardo e impossibilitado à sucessão do reino. In: BOUZA, Fernando. *Portugal en la monarquía hispánica*… p. 20. Pedro Cardim também discorre brevemente sobre Dom Antonio, explicando que sua candidatura carecia de consistência jurídica pois o Prior do Crato, apesar de filho de um membro da família real (o infante Dom Luís), era bastardo. In: CARDIM, Pedro. *Portugal Unido y Separado*... p. 81. Tradução nossa.

[18] VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal*... p. 34.

[19] "Com efeito, enquanto eram realizados os preparativos bélicos, Felipe II havia empregado embaixadores e juristas na árdua tarefa diplomática de ganhar o reino por meio da negociação. Essa via pacífica não anulava a militar, nem esta anulava aquela, pelo contrário, correram paralelas ao largo do complicado processo da Sucessão e foram utilizadas segundo as circunstâncias" Tradução nossa. BOUZA, Fernando. *Portugal en la Monarquía hispánica*… p. 221.

lusas. Mesmo a Casa de Bragança, que 60 anos depois reivindicaria o trono, enviou suas exigências para que se afastasse da disputa. Para Mafalda Soares da Cunha,

> se, por um lado, o desejo livremente expresso de negociar revelava algum desinteresse pela tomada de poder ou, pelo menos, o reconhecimento implícito da incapacidade de confrontar com êxito o outro candidato, o resultado prático foi a renúncia voluntária dos direitos de sucessão na Coroa portuguesa [20].

Analisando a correspondência trocada entre a Casa e Filipe II e seus agentes, a historiadora descreve a lista das propostas brigantinas para a efetivação do acordo, que passava pelo destino dos filhos, a questão da honra, a ampliação das prerrogativas excepcionais que esta Casa já detinha e até alargamento das jurisdições.

No livro denominado *Portugal Unido y Separado*, Pedro Cardim realiza uma profunda análise para a compreensão do estatuto português dentro da Monarquia Hispânica. Segundo o historiador, para Felipe II era fundamental que todos os seus reinos fossem adquiridos de maneira legítima, "compreendendo-se assim porque motivo não era concebível para o círculo régio um alargamento territorial mediante uma incorporação que não estivesse baseada na justiça ou que fosse levada a cabo com recurso a meios pouco ajustados à moral e à religião" [21]. O autor continua, explicando que a maneira como um território passava para as mãos de outro rei influenciava sua condição política futura:

> no hay duda de que la condición de 'conquista' suponía para un territorio una cierta 'infracategorización' en lo relativo a su estatuto político ya que un territorio sometido en una 'guerra justa' era casi siempre visto como inferior en términos jerárquicos a los territorios heredados o unidos a través de un pacto [22].

Assim, seguindo ainda com Pedro Cardim, os portugueses tinham consciência de que seria imprescindível destacar a condição de "herança" de Portugal porque, caso lhes fosse atribuído o estatuto de "conquista", as consequências também se aplicariam aos próprios

---

[20] CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança* (1560-1640). Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editorial Estampa, 2000. p. 17.

[21] No original: "comprendiéndose así por qué motivo no era concebible para el círculo regio un ensanchamiento territorial mediante una incorporación que no estuviese basada en la justicia o que fuese llevada a cabo con el recurso a medios poco ajustados a la moral y la religión" In: CARDIM, Pedro. *Portugal Unido y Separado*... p. 22.

[22] "Não há dúvida de que a condição de 'conquista' supunha para um território uma certa infra-categorização no que se relaciona ao seu estatuto político, já que um território submetido em uma 'guerra justa' era quase sempre visto como inferior em termos hierárquicos do que os territórios herdados ou unidos através de um pacto". Tradução nossa. In: CARDIM, Pedro. *Portugal Unido y Separado*... p. 24.

lusos frente ao novo rei e diante dos demais reinos que já integravam a Monarquia Hispânica [23]. Ficou estabelecida, assim, a união *aeque principaliter*, ou seja, uma união igualitária, preservando a personalidade portuguesa dentro da Monarquia. Convém ressaltar que, concordando com Rafael Valladares, Pedro Cardim infere que a disputa sucessória portuguesa "fue resuelta tras una rápida campaña militar de carácter intimidatorio con la imposición de un pretendente – Felipe II – sobre los demás" [24]. Assim, segundo os autores, ainda que tenha de fato havido grande negociação e inclusive a convocação das Cortes para aclamar o novo rei, a campanha militar teve forte impacto na decisão e posterior aceitação para que Portugal integrasse as possessões do rei Católico. A oposição de Dom Antônio teria, assim, explorado o episódio da intervenção militar em Portugal, divulgando-a sobretudo no norte da Europa – reforçando a lenda negra dos Áustrias [25].

Em 1581 as Cortes de Tomar confirmariam, assim, o estatuto português frente à Dinastia dos Áustrias: era um reino agregado, não subjugado pela Monarquia; se manteriam suas leis, instituições e as mercês de outrora; "a união dinástica, ao proporcionar segurança, riqueza e prestígio às duas partes, parecia fadada a percorrer um longo caminho de felicidade, e, até certo ponto, fazia sentido perguntar quem é que se tinha agregado a quem" [26]. A historiadora Ana Hutz apresenta as diferentes perspectivas de historiadores não portugueses como Fernando Bouza, Frederic Schaub e o próprio Valladares. Enquanto os dois primeiros estariam interessados assim, em tratar da acomodação e consenso que envolveu a complexa questão acerca da legitimidade ao trono português, Valladares percebe que, mais do que negociações – ainda que tenham existido – a ação bélica de Filipe II teve maior importância para a anexação de Portugal [27]. Concordamos com Hutz de que negociação e coerção exerceram papéis importantes tanto no início da União Ibérica como também na Restauração portuguesa. Entendemos que,

---

[23] O autor explica que "uma vez integrados, [aqui Cardim está tratando de Castela, Aragão e Portugal] no grande agregado dos Austrias, a preeminência política de cada um desses territórios passou a depender, em parte, dos argumentos históricos que se conseguiam apresentar como fundamento de dignidade". Tradução nossa. No original: "Una vez integrados en el gran agregado de los Austrias, la preeminencia política de cada uno de esos territorios pasó a depender, en parte, de los argumentos históricos que se conseguían presentar como fundamento de dignidad". In: CARDIM, Pedro. *Portugal Unido y Separado…* p. 60.

[24] "Foi resolvida após uma rápida campanha militar de caráter intimidador, com a imposição de um pretendente – Felipe IV – sobre os demais". Tradução nossa. In: CARDIM, Pedro. *Portugal Unido y Separado...* p. 82.

[25] CARDIM, Pedro. *Portugal Unido y Separado...* p. 87.

[26] VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal…* p. 34.

[27] HUTZ, Ana. *Homens de Nação e de Negócio*: redes comerciais no Mundo Ibérico (1580-1640). Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2014. p. 54-5. Esta tese foi publicada sob o título de *Homens de nação e de negócios*: redes comerciais no mundo ibérico (1580-1640). São Paulo: Intermeios, 2017.

para além da historiografia nacionalista portuguesa que imprime à União Ibérica um caráter negativo de "roubo" do poder, ou de ilegitimidade de Filipe II em assumir como Filipe I de Portugal, diferentes pesquisadores demonstraram que o que ocorreu naquele momento foi um pacto entre o rei castelhano e a elite portuguesa: em troca de o reconhecerem como soberano e darem-lhe a posse do reino, teriam a garantia da manutenção de suas graças e dos privilégios de sua fidalguia [28]. Em outro trabalho, o historiador Rafael Valladares explica que os nobres se comportaram como tais: o que lhes importava era o sobrenome, os cargos, a honra e o dinheiro. "La fidelidad al rey – fuese 'natural' o 'extranjero', tanto da – era más un medio para acrecentar el linaje que un fin por el que sacrificarlo" [29]. Teria sido justamente esse abandono dos acordos estabelecidos entre os nobres portugueses e a coroa filipina (especificados na já mencionada Corte de Tomar) que fez com que essa mesma elite articulasse a entrada da dinastia dos Bragança no trono português na aclamação de Dom João como novo rei de Portugal.

1.3 O lugar de Portugal na Monarquia Hispânica

Nesse momento, pretendemos discorrer sobre o que era fazer parte da Monarquia dos Felipes e o que a historiografia interpreta que ocorreu para que essa união de sessenta anos se desfizesse em 1640. Seguiremos a obra imprescindível de Pedro Cardim para tratar desse assunto, por concordarmos com sua argumentação e entendermos que essa discussão se faz necessária quando pensamos na quantidade de material impresso produzida a partir de 1641: se para além da questão militar houve um grande acordo entre Coroa e nobreza, o que ocorreu ao longo dos anos para que esse pacto não fosse mais suficiente e um grande grupo (ainda que da "baixa nobreza", como escreve Rafael Valladares e que explicaremos mais a frente) se rebelasse, convidando a tornar-se rei um duque indeciso e inseguro em assumir esse posto tão importante?

---

[28] Cf. BOUZA, Fernando. Primero de diciembre de 1640: ¿una revolución desprevenida? In: *Manuscrits*: Revista d'Història Moderna. N. 9, 1991. p. 215. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/Manuscrits/article/view/23186> Acesso dia: 26-07-2016.

[29] "A fidelidade ao rei – fosse 'natural' ou 'estrangeiro', tanto faz – era mais uma maneira de acrescentar a linhagem que um fim pela qual sacrificá-la". VALLADARES, Rafael. Sobre reyes de invierno. El diciembre portugués y los cuarenta fidalgos (o algunos menos, con otros más). In: *Pedralbes*. Revista d'História Moderna. N.o 15, 1995. p. 136. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/Pedralbes/article/view/101400> Acesso dia: 25-07-2016.

Foram diversos os compromissos assumidos por Felipe II diante dos portugueses em 1581 (ano em que ocorreram as Cortes na cidade de Tomar [30]), sendo o principal deles que a individualidade política de Portugal seria respeitada. O rei se comprometeu ainda em manter o dispositivo institucional e jurídico português – utilizando a língua portuguesa na administração – e a exclusividade das mercês e títulos portugueses aos naturais do reino. Também ficou acordado que, na ausência do rei (que seria mais frequente do que os portugueses gostariam), o reino só poderia ser governado por um vice-rei de sangue real, e que a Casa Real portuguesa seria mantida – demonstrando a condição régia daquele território [31]. Outra medida importante foi a criação do *Conselho de Portugal*, um órgão que representaria os lusos na corte e que serviria para assessorar o rei com as questões relacionadas a Portugal. Esse Conselho só poderia ser formado por portugueses e não contava com um presidente, pois seria o próprio rei quem o presidiria, em mais um gesto que demonstraria o estatuto de reino de Portugal: "si el Consejo que representaba al reino portugués estiviese presidido por dignatario que no fuese el rey, significaría que Portugal estaria siendo tratado como si fuese una província" [32]. Como é possível perceber diante de tantas nuances expostas por Cardim, a agregação portuguesa foi baseada em diferentes questões – simbólicas ou não – que, dadas como mercê ou acordadas entre rei e Cortes, foram importantes para que a união fosse estabelecida e que seriam lembradas até o seu final. A famosa frase que Felipe II teria dito sobre Portugal "lo heredé, lo compré, lo conquisté" significava, de acordo com Rafael Valladares, exatamente seu oposto: "pese a la herencia recibida, el dinero gastado y las tropas enviadas, nada de esto habría servido para entronizarlo en Lisboa si previamente no hubiera contado con el beneplácito de, al

[30] Rafael Valladares afirma que as cortes eram a expressão de todos os estamentos do reino: clero, nobreza e *povo*, ou seja, as cidades. A aclamação do monarca nesta assembleia (já que os reis portugueses não são coroados) implicava, assim, na legitimidade da Casa dos Áustria entre os portugueses. Por conta da peste em Lisboa, as cortes se reuniram em Tomar, onde em 19 de abril de 1581 o rei católico foi reconhecido como monarca. Aquela reunião serviu também para estabelecer as condições em que a coroa de Portugal permaneceria agregada ao império espanhol. In: VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquía Hispánica* (1580-1668). Arco Libros: Madrid, 2000. p. 14.

[31] Pedro Cardim explica que esse era um diferencial importante, pois nem catalães, nem aragoneses e valencianos contavam com uma Casa Real, incorporadas à residência do rei por iniciativa de Carlos V. "Ao ter a possibilidade de manter sua Casa Real, Portugal se juntava assim a Nápoles e Sicília, preservando desse modo um importante atributo de sua condição reinícola". Tradução nossa. No original: "Al tener la posibilidad de mantener su Casa Real, Portugal se juntaba así a Nápoles y Sicilia, preservando de ese modo un importante atributo de su condición regnícola". In: CARDIM, Pedro. *Portugal Unido y Separado*... p. 95.

[32] "Se o Conselho que representava o reino português estivesse presidido por dignitário que não fosse o rei, significaria que Portugal estaria sendo tratado como se fosse uma província". Tradução nossa. In: CARDIM, Pedro. *Portugal Unido y Separado*... p. 95. Hierarquicamente, explica Cardim, esse Conselho era superior ao conselho italiano, mas situava-se atrás do aragonês, o que representaria o reconhecimento da preeminência portuguesa frente à Itália.

menos, una parte de lo más selecto de la dividida sociedad portuguesa" [33]. A frente armada não seria suficiente, ou pelo menos não teria o resultado esperado e alcançado pelo monarca, se parte da nobreza lisboeta não tivesse apoiado o rei católico.

Mesmo com as diversas "garantias" dadas por Felipe II, muitos portugueses demonstraram insatisfação com a união. Ainda que fazendo parte de uma monarquia com ambições globais e que, portanto, se revelaria um espaço de grandes oportunidades, pertencer ao conjunto territorial dos Habsburgos trouxe para estes vassalos questões nunca antes pensadas. A primeira delas era não ter um rei presente em seu território, o que trouxe a distância da corte e o sentimento de viuvez, explicado por Fernando Bouza [34]. O autor argumenta que no período filipino houve duas alegorias de Lisboa com relação ao afastamento do rei: a de uma cidade adormecida e a da cidade sozinha e quase viúva. Essa última evocada especialmente na primeira (e única) viagem de Felipe III a cidade, na qual o doutor Inácio Ferreira, da Mesa de Consciência e Ordens teria dito: "Na larga ausência de V.M. (...) se pudera dizer por esta nobre e leal cidade o que por Jerusalem no tempo de seus trabalhos tam populosa senhora das gentes princeza das províncias como está desamparada feita quasi viuva (...)" [35] . Ana Paula Megiani escreve ainda que há uma mágoa nesse afastamento, provocada pela distância dos fidalgos dos círculos de influência, perdendo assim, as mercês e privilégios régios que são mais facilmente conquistados com a proximidade do rei. A historiadora continua: "é provável que essa distância em relação aos afetos, às graças e aos favores régios tenha sido uma das causas fundamentais que levaram à aclamação de D. João IV em 1640 e ao fim da União das Coroas" [36]. Vitorino Magalhães Godinho também escreveu sobre o tema, concluindo que "a ausência de corte régia escamoteava uma boa parte da existência fidalga e cavalheiresca, não permitia participar de perto na condução dos negócios públicos, anulava ensejos de convívio e ostentação, inibia atividades de criação literária, teatral e

---

[33] "Herdei-o, comprei-o, conquistei-o" e "pese a herança recebida, o dinheiro gasto, e as tropas enviadas, nada disso teria servido para colocá-lo no trono em Lisboa se previamente não tivesse contado com o beneplácito de, ao menos, uma parte do mais seleto da dividida sociedade portuguesa". Tradução nossa. In: VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquía Hispánica*… p. 15.

[34] BOUZA, Fernando. Lisboa Sozinha. Quase viúva. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Felipes. In: *Penélope*. Fazer e desfazer a história. n. 13, 1994. p. 71-94. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2685741> Acessado dia 22-fev-2018.

[35] Biblioteca Particular de Bartolomé March Severa, Madrid [BMS], 22/5/4/II, A Felipe III entrando en Lisboa. APUD: BOUZA, Fernando. Lisboa Sozinha. Quase viúva... p. 74-5.

[36] MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente*. Festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581-1619). Alameda: São Paulo, 2004. p. 63.

artística" [37]. O afastamento da corte assim, certamente contribuiu para o sentimento de insatisfação de grande parte da nobreza portuguesa distante do rei e do benefício que isso lhes trazia.

Fazer parte de uma grande monarquia trazia ainda um outro problema: as contribuições fiscais a serem feitas para causas relacionadas com territórios com os quais Portugal pouco possuía contato. A Monarquia, explica Pedro Cardim, como um *constructo* político era algo abstrato, e não era simples gerar em um pequeno espaço de tempo "sentimientos de pertenencia y solidaridad para con pueblos tan diferentes y distantes de Portugal" [38]. Interessante pensar que, se por um lado contribuir com essa Monarquia abstrata era alvo de críticas pela dificuldade em ver-se como parte dela – e aqui podemos pensar no trecho escolhido para nossa epígrafe, em que é discutido o estranhamento português diante da nova Coroa e tudo o que ela trazia consigo –, por outro ser seu membro poderia ser enfatizado, tudo dependia das circunstâncias e vantagens a serem recebidas. Em outro trabalho seu, Cardim analisa a obra de Lourenço de Mendonça, um ex-jesuíta português que escreve no final da década de 1620 um tratado de menos de cinquenta páginas intitulado *Suplicación a su Magestad Católica del Rey nuestro señor, que Dios guarde. Ante sus Reales Consejos de Portugal y de las Indias, en defensa de los portugueses.* A finalidade dessa obra era denunciar que os portugueses que viviam na América eram tratados como estrangeiros, sendo obrigados a registrar-se diante das autoridades e a pagar um imposto. Assim, Mendonça se preocupa com "la definición de 'extranjero', procurando demostrar que los portugueses, en cuanto súbditos del Rey Católico, no entraban en esa categoría" [39]. O esforço de Mendonça é demonstrar, assim, não só que os portugueses eram *puros espanhóis*, como *mais espanhóis* que os outros povos ibéricos não-castelhanos, devido as afinidades entre Portugal e Castela. A identificação como espanhol, ainda de acordo com o autor do tratado de meados de 1620, se daria pela combinação da afinidade com Castela, certos elementos históricos e a condição de vassalo do rei da Espanha. Interessante pensar que depois de quarenta anos de agregação, portugueses continuavam pagando impostos como estrangeiros nas Índias

[37] GODINHO, Vitorino Magalhães. 1580 e a Restauração. In: ___ *Ensaios II sobre a História de Portugal*. 2ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978. p. 395.
[38] "sentimentos de pertencimento e solidariedade para com povos tão diferentes e distantes de Portugal". Tradução nossa. In: CARDIM, Pedro. Portugal Unido y Separado... p. 109.
[39] "A definição de 'estrangeiro', procurando demonstrar que os portugueses, enquanto súditos do Rei Católico, não entravam nessa categoria" Tradução nossa. In: CARDIM, Pedro. 'Todos los que no son de Castilla son yguales'. El estatuto de Portugal en la Monarquía Española en el tiempo de Olivares'. In: _____ *Portugal y la Monarquía Hispánica.* (ca. 1550-ca 1715). Madrid: Marcial Pons, 2017. p. 240.

espanholas, questão em que fica clara a fluidez (ou talvez certa confusão) nas identidades dentro da Monarquia. Certo é que, se por um lado era interessante para um português ser espanhol na América, por outro o sentimento antiespanhol seguia firme em território luso, aumentando conforme certas mudanças eram inseridas em sua administração [40].

Enquanto Portugal ainda fazia parte dos domínios de Felipe IV assim, Antonio de Sousa de Macedo, autor do periódico de notícias sobre a guerra de que iremos tratar, escreveu sua primeira obra chamada *Flores de España, Excelencias de Portugal*, livro que discorria sobre todas as maravilhas portuguesas e que incluía o povo, a geografia, a produção de mantimentos, etc. Logo nos preâmbulos, o futuro secretário de Estado explicava porque havia escrito um livro chamado *Flores de España* que só trataria de fato de Portugal:

> La satisfacion de un solo punto, en que podrá considerarse alguna nota, quiero dar aquí. Podran dezirme, que siendo el titulo deste libro *Flores de España, Excelencias de Portugal*, no trato en el de otro algun Reyno de España, sino en orden a Portugal, y assi parece que no concuerda el titulo con la materia, y que pudiera quitarse el nombre de *Flores de España*, a lo qual, dexadas otras respuestas, digo, que como Portugal es parte tan principal de España, y deste modo está muy bien el titulo, pues las Excelencias de Portugal no ay duda, que son Flores de España [41].

Ou seja, o título proposto faria sentido porque Portugal seria *uma* das flores da Espanha, fazendo parte dela. No ano de 1631, em que de fato Portugal estava inserido nos domínios da Monarquia Hispânica, podemos pensar que esse raciocínio fizesse sentido. Mais de vinte anos depois da aclamação de Dom João IV, porém, Antonio de Sousa de Macedo aparentemente ainda entendia de maneira semelhante.

---

[40] No mesmo período, o próprio Conde-Duque de Olivares escrevia seu *Grande Memorial*, em que argumentava que nenhum vassalo da coroa deveria sentir-se excluído ou tratado como estrangeiro por não ser natural de Castela. Para John H. Elliott, "la visión de una monarquía unificada no brilló nunca con más esplendor que en aquellos momentos en los que se veía amenazada por la desintegración". Tradução nossa: "a visão de uma monarquia unificada não brilhou nunca com mais esplendor que naqueles momentos nos quais se via ameaçada pela desintegração" In: ELLIOTT, John H. *El Conde-Duque de Olivares*. El político en una época de decadencia. Trad. Teófilo de Loroya. Austral: Barcelona, 1990.

[41] MACEDO, Antonio de Sousa de. *Flores de España, Excelencias de Portugal*. Officina de Antonio Simoens Ferreyra: Coimbra, 1737. Esta edição está disponível online no Google Books e foi a que utilizamos em nossa pesquisa. A primeira edição, porém, é do ano de 1631. "A satisfação de um só ponto, em que poderá considerar-se alguma nota, quero dar aqui. Poderão me dizer, que sendo o título deste livro *Flores de Espanha, Excelências de Portugal*, não trato nele de nenhum outro reino de Espanha, somente de Portugal, e assim parece que não concorda o título com a matéria, e que se poderia tirar o nome de Flores de Espanha, ao qual, deixadas outras respostas, digo, que como Portugal é parte tão principal da Espanha, e deste modo é muito bom o título, pois as Excelências de Portugal não há dúvida, que são Flores da Espanha". Tradução nossa.

No ano de 1664, quando o *Mercurio Portuguez* discorria sobre o batismo do filho do Conde de Castelo Melhor, ele informava aos seus leitores que o próprio rei Dom Afonso VI seria o padrinho da criança. Após a descrição dos acontecimentos, Macedo concluía que a atitude era "cousa raríssima em Espanha fazerê os Reys esta honra a algum vassallo, & para que se veja a grandeza, & benignidade delRey nosso Senhor, & seu real animo em premiar os que o seruem" (Mercurio Portuguez, mar/64; f. 2v). Assim, lembrando da função adquirida por este periódico de exaltar o novo rei (de que trataremos ainda neste trabalho), Macedo afirmava que era algo raro *na Espanha* que um rei tratasse com tanta benignidade alguém que lhe servia – discorrendo sobre o fato dele ser padrinho da criança. No mesmo ano, o secretário de Estado escreve ainda que "temos o melhor exercito que nunca se fez em Hespanha" (Mercurio Portuguez, mai/65, f. 3v); e tratando ainda do exército, afirma que "he certo que nunca Hespanha o vio desta qualidade" (Mercurio Portuguez, jun/64; f. 2v). Por fim, encontramos uma carta que seria do próprio Dom Afonso VI copiada neste periódico, que parabeniza as câmaras do reino pelas vitórias alcançadas no campo de batalha e escreve enaltecendo o exército português e que nunca "vio Hespanha, não só nesta guerra, mas também nos séculos passados, com gosto grande dos naturaes, & admiração dos Estrangeiros" (Mercurio Portuguez, ago/64; f. 9).

Como vimos até aqui, se houve problemas ocasionados aos portugueses pela indefinição de ser ou não parte da Monarquia – ora eram espanhóis, ora não eram, a depender das vantagens que receberiam –, no momento em que se consideravam definitivamente separados dos domínios filipinos, o secretário de Estado afirmava no *Mercurio* que eles eram parte da Espanha. Tudo indica que Macedo referia-se mais a uma questão geográfica do que política, como fazendo parte da mesma região conhecida também como *Ibéria* [42]. Além disso, não podemos esquecer que havia desde o século XVI uma identidade espanhola partilhada na região, que convivia com as identidades particulares de cada um dos reinos da Monarquia [43]. O que nos parece ainda é que

[42] No dicionário de Horozco Covarrubias o verbete España começa sua definição como "en outro tiempo se dixo Iberia". Cf. COVARRUBIAS HOROZCO, Sebastian**.** *Tesoro de la lengua castellana o española*. Madrid: Luis Sanchez impresor del Rey, 1611 p. 375. A professora Vanda Anastácio menciona em nota de autoria de Kurt Baldinger que "dos denominaciones de la península, *Iberia*, e *Hispania*, cuyos orígenes se remontan hasta la época prerromana, han perdurado a pesar de todas las posteriores corrientes culturales y testimonian aún hoy antiquíssimas oposiciones". Cf. ANASTÁCIO, Vanda. Fragmenting Iberia: Images of Castile in Seventeenth-Century Portuguese Pamphlets. In: *Portuguese Studies*. vol. 25, 2009. p.199.

[43] LOZANO, Antonio Terrasa. O parecer do Conde de Rebolledo (1666) e o fim da guerra da Restauração. In: MARTÍN MARCOS, David. IÑURRITEGUI, José María. CARDIM, Pedro (orgs.) *Repensar a identidade*. O mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia. Centro de História do Além-Mar: Lisboa, 2015.

enfatizar que Dom Afonso VI seria o mais bondoso rei que a Espanha já viu e que o exército português era o maior da Espanha seria mais uma maneira de provocar o inimigo através do impresso.

A ênfase dada muitas vezes ao "patriotismo" – ou proto-nacionalismo, como escrevem Rafael Valladares e Fernando Bouza [44] – como um dos motivos da Restauração é criticada por Antonio Manuel Hespanha que, assim como os autores com quem trabalhamos na abertura deste capítulo, entende que o período da monarquia dual foi obscurecido por uma pré-compreensão nacionalista [45]. O historiador entende que o nacionalismo teria sido um elemento passivo, até que questões concretas tenham atingido interesses sociais. E conclui: "o nacionalismo terá atuado, neste caso, sobretudo como um cimento ideológico do bloco social contestatário, facilitando a compatibilização de interesses e pontos de vista destoantes" [46]. O argumento do autor no trabalho em questão

---

[44] Fernando Bouza afirma que "para a compreensão deste sentimento nacionalista é importante destacar que não consistia unicamente no negativismo de rechaçar o *castelhano* como contrário do *lusitano*, mas que nele começa a se observar a consciência positiva de que existiam certos traços substancialmente portugueses que deviam ser respeitados". Tradução livre em: BOUZA, Fernando. *Portugal en la Monarquía Hispánica*... p. 782.

[45] O verbete *pátria* já estava presente nos dicionários coevos utilizados nesta pesquisa e também aparece nos papéis pesquisados. No *Tesoro de la lengua castellana o española* podemos ler que patria é "la tierra donde uno ha nacido (…)" In: COVARRUBIAS HOROZCO**,** Sebastian**.** *Tesoro de la lengua castellana o española*… p. 581**.** Já no dicionário escrito pelo padre Raphael Bluteau, apesar de verbete extenso voltado para obras clássicas, encontramos que pátria é "a terra, vila, cidade, ou reyno, em que se nasceo. Ama cada hu a sua pátria, como origem do seu ser, e centro do seu descanço (...)". In: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico* ... vol. 6. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. p. 320-1.

[46] HESPANHA, Antonio Manuel. O governo dos Áustrias e a 'modernização' da constituição política portuguesa. In: *Penélope*. Fazer e desfazer História, n.o 2, 1989. p. 50. Fernando Dores Costa é ainda mais enfático ao rechaçar a interpretação nacionalista do conflito entre a Monarquia Hispânica e Portugal: "as explicações da Guerra da Restauração e dos conflitos a ela subjacentes que procurem o seu fundamento no conflito entre nações e, mais propriamente, nas energias e comunhões inerentes aos sentimentos nacionais, evidenciam-se como falsas, desde logo, independentemente de outras razões, por serem em extremo simplificadoras". In: COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração*... p. 109. Lorraine White parte do próprio Dom João IV para argumentar como o sentimento nacional não movia aquela revolta: o grupo de nobres, diante das iniciais recusas de Dom João, teria oferecido a coroa ao seu irmão mais novo, Dom Duarte, e ainda ameaçado declarar uma república – indícios, segundo a autora, de que ao próprio grupo pouco importava *como* se separar da Monarquia Hispânica. Além disso, o rei teria proposto sacrificar a unidade territorial portuguesa, chegando a convidar um regente estrangeiro para governar: numa tentativa de convencer a França em firmar um acordo, entre os anos de 1646-47 Dom João teria proposto dividir a coroa portuguesa em duas, uma parte englobando Brasil e Açores (governada por sua filha e um príncipe francês), outra incluindo a própria metrópole e possessões do oriente, autorizando o pai da futura noiva de Dom Teodósio (francesa) a assumir a regência em Lisboa enquanto o futuro rei fosse menor de idade – o que teria sido um desastre, tendo em vista que o primogênito morreria poucos anos depois. A autora conclui ainda que a população "mudava de lado" com frequência, além de revoltar-se diversas vezes durante todo o governo de Dom João IV, sobretudo devido aos impostos, abolidos em 1640 e recriados pouco tempo depois. Ver em: WHITE, Lorraine. War and the State Development in 17th Century Portugal. In: GARCÍA HERNÁN, Enrique. MAFFI, Davide (eds.) *Guerra y sociedad en la Monarquía Hispánica*: Política, Estrategia y Cultura en la Europa Moderna (1500-1700). vol. 1; Política, Estrategia, Organización y Guerra en el mar. Madrid: Ediciones Labirinto, 2006. p. 289-303. Concordamos, porém, com Hespanha, conforme citado, de que o nacionalismo teria sido um cimento que ajudou a unir blocos com solicitações diversas.

é de que houve grande impacto das medidas governativas dos Felipes, sobretudo fiscais mas não só, modificando de maneira estrutural a "forma de governo" portuguesa e auxiliando no movimento antiespanhol da década de 40. O que Hespanha chama de uma forma "mais moderna" de governo era o poder que começava a ser centralizado e livre das limitações corporativas. A primeira grande mudança, segundo ele, teria sido a nova forma de comunicação política entre a Coroa e os poderes periféricos, que passou a abrir mão da convocação das Cortes, centralizando os pedidos em Lisboa, para desaprovação de cidades como Santarém e Porto. Esse modelo facilitaria o controle político pois convocar cortes como os portugueses eram acostumados era um processo moroso e pouco econômico. Hespanha explica que, apesar de após a Restauração as Cortes terem sido retomadas – afinal era essa uma das queixas mais frequentes contra o modelo filipino – a partir de 1641 a câmara de Lisboa já recuperaria sua função mediadora: "as cortes à antiga, essas, entrarão na sua fase final, conhecendo a sua última reunião ainda antes do final do século" [47]. A segunda modificação apontada por Hespanha é a substituição dos conselhos por estruturas comissariais, como secretários e juntas. As juntas entrariam no século XVII português como um modelo organizativo que se contrapunha aos conselhos institucionalizados até então. Essas modificações foram bastante criticadas, inclusive apontadas como motivos para a insatisfação portuguesa que culminou no primeiro de dezembro. O autor argumenta, porém, que "o advento da dinastia brigantina responde contraditoriamente a esta situação. Por um lado, ensaia-se um retorno a certas formas tradicionais do Poder, reunindo cortes (...) mas, por outro lado, não se poderão evitar, das anteriores mudanças, aquelas que tinham caráter estrutural (...)" [48]. Hespanha entende, assim, que a política filipina foi um fator de modernização do sistema político português, que permaneceu mesmo com a aclamação de Dom João IV. Se os autores entendem que o sentimento nacional não foi a chave para a desvinculação portuguesa e o início da guerra contra a Monarquia Hispânica, não é possível deixa-lo de lado, contudo, para tratar das décadas posteriores, em que toda a publicística se apoiará nele para argumentar contra a supremacia de Dom Felipe IV sobre Portugal.

Nos sessenta anos de vinculação de Portugal à Monarquia Hispânica, os governos dos três Felipes apresentaram diferentes características até culminar no golpe

[47] HESPANHA, Antonio Manuel. O governo dos Áustrias... p. 57.
[48] HESPANHA, Antonio Manuel. O governo dos Áustrias... p. 66.

de 1640. Ao agregar Portugal, Felipe II realizou uma série de concessões àquele reino diante das Cortes em Tomar. Durante muito tempo, porém, se discutiu se aquele juramento era uma graça real, ou seja, algo oferecido por Felipe e que poderia ser posteriormente retirado, ou uma obrigação/pacto que deveria ser cumprido de maneira perpétua [49]. A entrada do exército castelhano em Lisboa, como vimos, também contribuiria para a discussão graça-pacto que perduraria até o final. A via *agregativa*, como denomina Pedro Cardim, era muito praticada na Europa daquele período, permitindo ao território conservar sua individualidade, adaptando o governo em cada região [50]. No decorrer das décadas, porém, parte dos acordos passou aos poucos a não ser cumprida, o que geraria uma insatisfação crescente no reino. Rafael Valladares argumenta que desde muito cedo os conflitos começaram a surgir, especialmente devido às tendências autoritárias de Felipe III, cuja política provocava guerras que não favoreciam Portugal. O autor trata de uma *cronologia de desencanto*: "tudo começa com um período de esperança, que se estende até à trégua com as Províncias Unidas em 1609; depois, a decepção aprofunda-se até à crise do Brasil, em 1630; a partir desse ano, entra-se numa fase dominada pela sombra da sublevação" [51]. Para Valladares, o ano de 1620 foi uma viragem nas relações Madrid-Lisboa devido sobretudo à guerra em Flandres, cara, incerta e com grandes repercussões no ultramar: a cidade da Bahia foi conquistada pelos holandeses em 1624 e recuperada por uma grande operação naval um ano depois; Pernambuco também caiu nas mãos dos holandeses no ano de 1630. Outro motivo de insatisfação era a crescente tentativa do Conde-Duque de Olivares, valido de Felipe IV, em unificar a monarquia sob um mesmo costume e leis, os de Castela. Segundo John Elliott, em tempos de Felipe II o conservadorismo daquele rei não permitiu uma reorganização da monarquia devido a sua fidelidade ao principio de que a dinastia deveria manter suas possessões como entidades distintas, governadas segundo suas próprias leis e instituições. Elliott continua: "para Olivares, en cambio, la desunión elevada a la categoría de principio constituía un lujo que la monarquía no podía seguir permitiéndose"

[49] O quarto capítulo da tese de Fernando Bouza denominado "El espíritu de Tomar. Entre el pacto y la merced real" discute essa questão. Em tradução livre: "essa dicotomia, que acabou se apresentando como oposição irreconciliável entre quem entendia o concedido em Tomar como um 'contrato jurado' e aqueles que só o consideravam uma 'mercê de graça', é a que melhor representa a impossibilidade de integrar um estado moderno como o português em uma monarquia como a Católica no trânsito do século XVI ao XVII, quando as necessidades práticas de sua própria dimensão a levam por caminhos cada vez mais centralizadores e absolutos". In: BOUZA, Fernando. *Portugal en la Monarquía Hispánica*... p. 212.
[50] CARDIM, Pedro. *Portugal Unido y Separado*... p. 100.
[51] VALLADARES, Rafael. A independência de Portugal... p. 35.

[52]. Em trecho bastante famoso do memorial que escreveu ao rei em 1624, Olivares é categórico: "quiero decir, señor, que no se contente con ser rey de Portugal, de Aragón, de Valencia, conde de Barcelona, sino que trabaje y piense con consejo maduro y secreto por reducir estos reinos de que se compone España, al estilo y leyes de Castilla" [53]. O historiador afirma que Olivares almejava, assim, uma *monarquia supranacional*, na qual se compartilhariam leis e instituições comuns.

A crescente pressão do governo central ainda na década de vinte, assim, tornava-se cada vez mais intolerável especialmente para Catalunha e Portugal, cujas classes governativas associavam-na à uma agressividade castelhana. Em trabalho sobre as revoltas que assolaram a Monarquia Hispânica na década de quarenta do século XVII, John Elliott enfatiza que "los castellanos habían monopolizado a la persona real, se habían apoderado de los cargos y empleos más lucrativos, y se hicieron sospechosos de querer imponer sus propias leyes, costumbres e instituciones a los reinos y provincias que tenían tanto derecho como Castila a ser independiente" [54]. Para o autor seria natural, assim, que no momento em que Olivares começasse a colocar seus planos em prática, sua atitude fosse vista como um processo de *castelhanização* de toda a monarquia. Apesar das barreiras legais e institucionais de cada reino dificultarem as propostas de Olivares, a pressão desde Madrid se fez intensa. O valido estava decidido a obter contribuições fixas e regulares de Portugal e Catalunha, provocando inquietação da população nas duas localidades e mesmo levantamentos em Portugal, como ocorreu em Évora. Na década de 30, John Elliott explica que a política levada tanto em Portugal como na Catalunha era introduzi-los pouco a pouco na chamada União das Armas proposta por Olivares, fazendo com sentissem que participavam de uma monarquia cujos interesses ultrapassavam suas fronteiras. A introdução de um imposto que não havia sido aprovado em Cortes foi o estopim para um motim em Évora durante o verão de 1637, espalhando-se por todo o

---

[52] "Para Olivares, por outro lado, a desunião elevada à categoria de princípio constituía um luxo que a monarquia não podia seguir permitindo". Tradução nossa. In: ELLIOTT, John H. El Conde-Duque de Olivares… p. 231.

[53] "Quero dizer, senhor, que não se contente em ser rei de Portugal, de Aragão, de Valência, conde de Barcelona, mas que trabalhe e pense com conselho maduro e secreto para reduzir esses reinos de que se compõe a Espanha, ao estilo e leis de Castela". Tradução nossa. Apud: ELLIOTT, John H. El Conde-Duque de Olivares… p. 231-232.

[54] "Os castelhanos haviam monopolizado a pessoa real, se apoderado dos cargos e empregos mais lucrativos, e se tornavam suspeitos de querer impor suas próprias leis, costumes e instituições aos reinos e províncias que tinham tanto direito quanto Castela de ser independente". Tradução nossa. In: ELLIOTT, John. Revueltas en la Monarquía Española. In: ___. MOUSNIER, Roland (y otros) *Revoluciones y rebeliones de la Europa moderna*. Biblioteca Fundamental de nuestro tiempo. Alianza Editorial: Madrid, 1984. p. 131-132.

Alentejo, pelo Algarve e Ribatejo. Do outro lado da península, a falta de motivação dos catalães nas campanhas contra a França também incomodava Olivares. Após o perdão geral em março do ano seguinte o motim eborense chegava ao fim, sem levar consigo, porém, a inquietude do conde-duque, que percebia ali a impassibilidade da nobreza portuguesa de maneira geral, e do duque de Bragança, em particular [55]. Vitorino Magalhães Godinho argumenta ainda que, apesar de essas revoltas serem o "grande motor da Restauração", encontramos alguns personagens responsáveis pelo primeiro de dezembro ajudando em sua repressão. Nobreza e letrados teriam ajudado a esmagar as sublevações que poderiam colocar em cheque a ordem estabelecida, mas aprendido que eram eles que deveriam "realizar a sua conspiração palaciana, a fim de evitar que venha a triunfar um movimento vindo de baixo" [56].

O aumento constante da pressão fiscal, segundo John Elliott, submetia a fidelidade a um rei ausente a grande tensão, abrindo caminho a uma lealdade que poderia basear-se em uma comunidade idealizada. Para o autor, essa tensão começava a ser notada em toda a Monarquia, em Nápoles, Sicília, Vizcaya, Navarra, Portugal, nos reinos e províncias de Aragão e também na Nova Espanha e Peru: "a medida que la población local intentaba resistirse a las demandas fiscales y militares que les resultaban a todas luces opressivas" [57]. Esse descontentamento implicava maior perigo especialmente nas comunidades que possuíam um sentido de identidade coletiva reforçado por leis, liberdades e foros que restringiam as intervenções do poder central. A discussão de como essas identidades influenciaram diversas revoltas dentro da Monarquia perpassa diferentes localidades, cabendo a esse trabalho tratar, por óbvio, da revolta portuguesa, e também da sublevação catalã, não só pela segunda ter influenciado a primeira, mas também porque ambas se relacionaram de maneira intensa a partir de 1641, trocando panfletos impressos nos dois locais e discorrendo sobre os dois movimentos como revoltas semelhantes, ou seja, contra as injustiças perpetradas por Felipe IV e seu valido.

No início de 1640 a Catalunha estava inserida na guerra da Monarquia Hispânica contra a França, sendo forçada a contribuir com vassalos e impostos e vendo parte de sua

---

[55] Seguimos até aqui com ELLIOTT, John H. *El Conde-Duque de Olivares*… p. 571 e seguintes.
[56] GODINHO, Vitorino Magalhães. 1580 e a Restauração... p. 402. Godinho tem um interessante argumento para defender o valor da sublevação de Évora para a Restauração: "o povo está ausente em 1 de dezembro de 1640. Ou melhor: não é ele que age – dura lição, a de 1637. E, todavia, é de 1637 que parte a Restauração – a ação popular é que força a nobreza e os letrados a agir". Op. Cit. p. 409.
[57] "A medida em que a população local tentava resistir às demandas fiscais e militares que lhes pareciam opressivas". Tradução livre. In: ELLIOTT, John. El Conde-Duque de Olivares... p. 617.

população perder a vida nas fronteiras. Os oficiais que faziam cumprir as ordens vindas de Madrid eram muitas vezes catalães, assim que o sentimento de traição, típico de uma localidade com tradição própria como a Catalunha, atingida níveis elevados com o passar dos dias e das batalhas. A ideia de Olivares de manter um numeroso exército dentro da província – sendo, portanto, responsabilidade dos catalães oferecer abrigo e alimentação a milhares de soldados – somou-se à indignação da população. Para John Elliott, "el alojamiento forzoso de soldados em casas particulares era uno de los principales motivos de sinsabores y de quejas que había en la Europa de comienzos de la Edad Moderna" [58]. As desordens atingiam níveis alarmantes na província, sem que Madrid tomasse qualquer decisão a respeito. Vendo que o exército alojado na Catalunha começava a se desintegrar por falta de provisões e alojamento, Felipe IV aceita a proposta de seu conselho de prender um ou mais *diputats* [59], fazendo com que o vice-rei catalão Don Dalmau de Queralt, conde de Santa Coloma, levasse à prisão o *diputat* Francesc de Tamarit, além de dois conselheiros. Nos meses seguintes nada havia mudado na província em questão à crescente sublevação da população: bandos de campesinos se uniam ao redor de Barcelona e, alimentados pelas denúncias de que os exércitos estariam destruindo igrejas, entendiam-se agora como portadores da missão de expulsar do principado seus opressores. Seguindo ainda com John Elliott, no dia 7 de julho, dia de Corpus Christi, rebeldes armados invadiram Barcelona junto com os trabalhadores do campo, chamados de *segadors*, e destruíram as casas de pessoas ligadas ao poder; o próprio vice-rei tentou fugir por mar, mas foi alcançado e assassinado na praia.

A *Diputació*, presidida por Pau Claris, elaborara assim um memorial das infrações à constituição cometidas pela Coroa, justificando a renúncia da relação contratual que mantinham com Felipe IV na qualidade de príncipe [60]. Com a demora da resolução do conflito em Madrid – que relutou diante da necessidade do envio militar e por fim decidiu pelo confronto – em setembro os catalães assinariam um acordo com a

---

[58] "O alojamento forçado de soldados em casas particulares era um dos principais motivos de decepções e de queixas que havia na Europa de começos da Idade Moderna". Tradução livre. In: ELLIOTT, John. El Conde-Duque de Olivares... p. 622.

[59] Os *diputats* eram, segundo Elliott, os representantes supremos da nação castelhana, que formavam a *Diputació*, órgão máximo da sociedade catalã.

[60] John Elliott explica que "ao assumir o comando do movimento de protesto, os *diputats* estavam fortemente respaldados pela herança do contratualismo da Catalunha, que lhes proporcionava uma justificativa férrea para romper com o rei em caso de que este faltasse com suas obrigações frente a seus vassalos". Tradução nossa. No original: "Al asumir el mando del movimiento de protesta, los *diputats* estaban fuertemente respaldados por la herencia del contractualismo de Cataluña, que les proporcionaba una justificación férrea para romper con el rey en el caso de que éste faltara a sus obligaciones frente a sus vasallos". In: ELLIOTT, John H. Revueltas en la Monarquía Española… p. 135.

França, enviando pedido de ajuda para defender o principado e proclamando a Catalunha uma república sob a proteção francesa. Alain Hugon nos informa ainda que em janeiro de 1641, Luis XIII se convertia em conde de Barcelona, momento em que os catalães teriam, assim, mudado de monarca [61]. Felipe IV e seu valido teriam de lidar agora, com uma província não só rebelada, como acordada com seu atual inimigo.

Logo após a aclamação de Dom João IV em Lisboa, a primeira embaixada que saíra da cidade seguiria para Barcelona. Na *Relaçam do svcesso qve o Padre Mestre Ignacio Mascarenhas da Companhia de Jesv teue na jornada, que fez a Catalunha...* podemos ler todo o trajeto que o padre realizou até chegar à cidade e a reação dos catalães ao saberem do que ocorria em Portugal, "com a qual noua ficarão elles tam fora de sy de contêtamêto, que o não podião crer" [62] e também que

> pedião a carta de crêça de V. M. não menos pera a reuerenciar, & por sobre a cabeça, como fazião, q' por a fe certificarem do q' ouuião, & não acabauão de crer: & a causa de tanta incredulidade, nacia de lá não saberem ao certo nossa felicidade, & a mercê, que Deos nos fizera o primeiro de Dezêbro, porq' o barco, q' de Lisboa partio, com a noua a Catalunha, foy tomado pelos Castelhanos, & estes só espalharão huas noticias confusas, & nouas viciadas, fazendo a Portugal com motim, & dissensão, & não com Rey [63].

A relação enfatizava, assim, a felicidade que as pessoas que já se encontravam em guerra contra Castela sentiram ao saber que Portugal também havia se separado e contava com um rei, diferente das notícias que os castelhanos estariam espalhando, de que o que houvera era apenas um motim.

Quando Ignacio Mascarenhas se ofereceu para ir a Marselha buscar ajuda para os catalães, ele deixava claro na relação o porquê se arriscava: "o sair entam a outros riscos maiores, só era por remediar não os auer tam cedo em Portugal; & o certo he, q'

---

[61] HUGON, Alain. *Felipe IV y la España de su tiempo*. El siglo de Velázquez. Trad. de Carme Castells. Crítica: Barcelona, 2014. p. 184. Para uma análise detalhada dos primeiros anos da guerra para a retomada da Catalunha ver: CAMARERO PASCUAL, Raquel. La Guerra de Recuperación de Cataluña y la necesidad de establecer prioridades en la Monarquía Hispánica (1640-1643). In: GARCÍA HERNÁN, Enrique. MAFFI, Davide. (eds.) *Guerra y sociedad en la monarquía Hispánica*: Política, Estrategia y Cultura en la Europa Moderna (1500-1700) vol. 1. Política, Estrategia, Organización y guerra en el mar. Madrid: Ediciones del Laberinto, 2006. Camarero conclui em sua análise que a conservação da Catalunha custou a perda de todo um reino, que incluía um império colonial. A autora entende que a coroa portuguesa possuía muito mais domínios, riqueza e prestígio, mas que a rivalidade hispano-francesa pesou mais nas escolhas de Felipe IV e Olivares.

[62] *Relaçam do svecesso qve o Padre Mestre Ignacio Mascarenhas da Companhia de Jesv teue na jornada, que fez a Catalunha, por mãdado de S. M. elRey Dom Joam o IV nosso Senhor aos 7 de Janeiro de 1641.* Impressor: Lourenço de Anvers. f. 3.

[63] *Idem*. f. 5.

nisto, & em tudo o mais tiue sêpre diante dos olhos o mayor serviço de Deos, de V.M. & bê deste Reyno: & nesta acção cuido o mostrei mais q' em todas" [64]. O reconhecimento de que a guerra da Catalunha atrasava o envio de soldados às fronteiras de Portugal era aberto e impresso na relação, onde podemos ler que o padre só se arriscava porque buscava benefícios para a nova Coroa. A publicação dessa relação, bem como as relações catalãs impressas em Lisboa com as notícias daquela região, demonstra a ligação que se constituiu entre Portugal e Catalunha logo no início da década de 40 do século XVII [65].

John Elliott conclui enfim, para abrir caminho ao nosso próximo capítulo:

> Durante los casi veinte años transcurridos desde la subida al trono de Felipe IV, Madrid había logrado indisponerse sucesivamente con todos y cada uno de los sectores de la sociedad catalana, incluida la nobleza. En consecuencia, la administración del virrey se vio sin amigos a los que recurrir cuando se produjo la rebelión. En el otoño de 1640, cada vez había más posibilidades de que la historia se repitiera en Portugal, donde el gobierno de la duquesa de Mantua era totalmente impopular [66].

A revolta da Catalunha é, assim, peça fundamental para compreendermos como ocorreu a desvinculação portuguesa da Monarquia Hispânica. Não só por terem raízes semelhantes, denominadas por Elliott como "nacionalistas", no sentido de que a comunidade se unira contra a ameaça da autoridade real – e aqui o autor entende que a revolta catalã foi a única dentre as quatro que analisa (Portugal, Catalunha, Sicília e Nápoles) cuja sublevação contou com apoio de dirigentes do governo e também de ação popular [67] –, mas também porque o movimento luso se aproveitou da fraqueza provocada pela rebelião catalã para, no dia primeiro de dezembro de 1640, jogar pela janela – literalmente – a autoridade vinda de Madrid .

---

[64] *Idem*. f. 9.

[65] Em nossa lista de documentos constam algumas relações impressas em Lisboa sobre a situação catalã e também alguns papéis impressos em Barcelona sobre a situação portuguesa.

[66] "Durante os quase vinte anos transcorridos desde a subida ao trono de Felipe IV, Madrid havia conseguido se indispor sucessivamente com todos e cada um dos setores da sociedade catalã, incluída a nobreza. Consequentemente, a administração do vice-rei se viu sem amigos a quem recorrer quando se produziu a rebelião. No outono de 1640, cada vez havia mais possibilidades de que a história se repetisse em Portugal, onde o governo da duquesa de Mântua era totalmente impopular". Tradução nossa In: ELLIOTT, John. *El Conde-Duque de Olivares*... p. 652. Para compreender como a Revolta da Catalunha foi apropriada pela historiografia espanhola, catalã e estrangeira, ver o interessante artigo de Antoni Simón em: SIMÓN I TARRÉS, Antoni. La revuelta catalana de 1640. In: *Annals de l'Institut d'Estudis Gironins*. vol. 25 n.o 2, 1981. Acesso dia 09-mar-2018. Disponível em: <http://raco.cat/index.php/AnnalsGironins/article/view/53912/0>

[67] ELLIOTT, John. *Revueltas en la Monarquía Española*… p. 140.

Capítulo 2: Sobre separar-se da Monarquia Hispânica

> "Este fue el engaño que hoy se llora sin remedio; con el yugo ajeno, parecían los leones corderos; pero con el propio, que es yugo suave, parecen los corderos leones" [1].

Em 7 de Dezembro de 1640 chegava a Madrid o correio que informava da sublevação ocorrida no dia primeiro de dezembro em Lisboa, na qual o secretário Miguel de Vasconcelos havia sido assassinado – jogado pela janela do Palácio Real – e a vice-rainha duquesa de Mântua, aprisionada. Rafael Valladares nos informa que a notícia causou tanta agitação na cidade que se proibiu sob pena de morte qualquer conversa sobre o assunto [2]. Felipe IV e o Conde-Duque certamente sabiam que a situação em Portugal não ia bem, pois pouco tempo antes ocorriam sublevações em várias partes do reino. O valido também desconfiava das atitudes do conde de Bragança, que mesmo convocado à corte algumas vezes, nunca deixou seus aposentos em Vila Viçosa, na região do Alentejo. Mas a audácia de se deixar aclamar rei de Portugal passava de todos os limites. John Elliott descreve a cena em que o Conde-Duque, satisfeito, teria subido aos aposentos de Felipe IV para levar as *boas notícias* de que o duque de Bragança havia perdido o juízo, de maneira que não possuiria mais direitos sobre suas posses ao ser aclamado rei. Ao que parece, Felipe IV não teria achado graça da piada [3]. Mal sabiam os dois a dificuldade que tiveram os nobres sublevados para convencer Dom João na impressionante façanha de encabeçar uma rebelião contra a Monarquia.

Foram meses de idas e vindas à Vila Viçosa para fazer com que Dom João aceitasse fazer parte da revolta. Rafael Valladares elenca os motivos pelos quais Dom João era fundamental para a sublevação: em primeiro lugar porque o pretexto era restaurar uma dinastia legítima de reis naturais; depois porque a riqueza patrimonial dos Bragança era um fonte necessária para que o "golpe" desse certo; também porque a alternativa à

---

[1] "Respuesta que dio cierto ministro a Felipe IV sobre las cosas de Portugal". Anônimo, s.d. [possivelmente 1666]. Publicado em: JOVER ZAMORA, José María. *Tres actitudes ante el Portugal Restaurado*. Hispania 38, 1950. p. 69. "Esse foi o engano que hoje se chora sem remédio: com o jugo alheio, pareciam os leões, cordeiros; mas com o próprio, que é jugo suave, parecem os cordeiros, leões" (tradução nossa).

[2] VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal.* Guerra e Restauração (1640-1680). Trad. de Pedro Cardim. A Esfera dos Livros: Lisboa, 2006. p. 47.

[3] ELLIOTT, John. *El Conde-Duque de Olivares.* El político en una época de decadencia. Trad. Teófilo de Loroya. Austral: Barcelona, 1990. p. 656.

restauração monárquica seria a República; e por fim, porque ter alguém como cabeça frente à conjura afastava os perigos de uma luta pelo poder entre os nobres que faziam parte da revolta, o que arruinaria seus objetivos [4]. Para Mafalda Soares da Cunha, a Casa de Bragança sempre esteve voltada para seus objetivos internos de primazia dentro de Portugal – e mesmo em todo o continente – e, por isso, teria se afastado da disputa ao trono em 1580 em troca de diferentes benefícios. Em 1640, portanto, Dom João fora impelido a participar da Restauração por forças exteriores à lógica da Casa. Somente em última instância o duque protagonizou essa luta política [5]. Valladares continua, concordando com Cunha de que os interesses do duque e dos conjurados não eram os mesmos, já que a Casa de Bragança pertencia ao círculo dos assimilados ao regime de Felipe IV, de quem recebeu a confirmação de antigos privilégios e a concessão de novos. Os revoltosos teriam, assim, de 1) oferecer mais do que o duque recebia de Madrid e 2) garantir que a conjura daria certo, para que Dom João sentisse confiança em sair de sua neutralidade. O trono de Portugal abarcava o primeiro problema, mas as garantias, por outro lado, eram mais difíceis de conseguir, tendo em vista que Portugal não teria condições de resistir a uma invasão castelhana. De acordo com Valladares, a derrota naval de Las Dunas no final de 1639 [6] e a rebelião catalã de que tratamos foram fundamentais para que o duque de Bragança aceitasse, pois acreditava-se que Madrid não responderia prontamente à rebelião. E foi exatamente o que aconteceu [7]. A revolta da Catalunha, como vimos, também havia sido fundamental por acirrar os ânimos contra as ordens de Olivares, que insistia em envolver a nobreza portuguesa na campanha [8].

---

[4] Cf. VALLADARES, Rafael. *Sobre reyes de invierno.* El diciembre portugués y los cuarenta fidalgos (o algunos menos, con otros más). In: *Pedralbes*. Revista d'História Moderna. N.o 15, 1995 p. 114.

[5] CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança.* (1560-1640). Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editorial Estampa, 2000 p. 554.

[6] A derrota de las Dunas foi um grande desastre para o poder naval da Monarquia Hispânica. Comandada por Antonio Oquendo, a frota contava com aproximadamente cem barcos: "não era tão grande quanto a Invencível Armada, mas sua artilharia era superior", explica J. H. Elliott. Entre os dias 16 e 18 de setembro de 1639, os barcos de Oquendo estiveram em uma batalha contínua contra a frota holandesa no Canal da Mancha – a intenção de Olivares era que essa armada fosse destruída, mas foi a frota de Felipe IV que terminou derrotada. Elliott descreve também os esforços de Olivares para manipular essa notícia. Ainda que não possuísse um boletim que pudesse ser comparado a *Gazette* francesa – que existia desde 1631 e publicava seguindo as determinações de Richelieu – circulavam por todo o reino várias relações de sucesso que traziam "uma interpretação alentadora e otimista das notícias nacionais e estrangeiras". Um dos maiores impressores do período, o sevilhano Juan Gomes de Blas, por exemplo, publicou a *verdadeira relação da grande vitória de dom Antonio de Oquendo sobre os barcos holandeses no Canal da Mancha*. Cf. ELLIOTT, J. H. El Conde-duque de Olivares… p. 603-5.

[7] Cf. VALLADARES, Rafael. Sobre reyes de invierno...

[8] Cf. COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração* – 1641-1668. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. p. 14.

As historiadoras Cunha e Costa descrevem os acontecimentos do dia primeiro de dezembro baseadas especialmente na *Relação de Tudo o que se passou na felice aclamação do mui alto & mui poderoso Rey Dom João o IV Nosso Senhor...*, cuja autoria até hoje não sabemos ser de Nicolau da Maia ou Manuel de Galhegos. Segundo o relato, quando o relógio do paço soou as nove badaladas da manhã, os nobres conjurados se distribuíram por pontos da cidade previamente combinados. Vários fidalgos dirigiram-se para a residência de Miguel de Vasconcelos, encontrando-o escondido em um armário. O administrador braço direito do Conde de Olivares em Lisboa levou dois tiros e teve seu corpo jogado pela janela do edifício, direção na qual teria avançado uma multidão enfurecida [9]. "A duquesa de Mântua – continuam as autoras – gritava por socorro da janela do paço, pelo que logo subiram uns fidalgos à sala onde estava" [10]. Rafael Valladares acrescenta ainda que ela se comprometia diante do povo em interceder diante de Felipe IV para que perdoasse a morte de Vasconcelos – no evento em que a vice-rainha ainda interpretava como mais um motim. O historiador conclui: "aquello no era un motín contra el mal gobierno, sino un Golpe que exigía un cambio de régimen" [11].

O historiador Luis Reis Torgal, em seu trabalho sobre a escrita política pós Primeiro de Dezembro de 1640 em Portugal, entende que de fato a Restauração foi um golpe de Estado, conduzido e realizado sobretudo pela nobreza e, que, portanto, não foi um movimento político revolucionário. Demonstra ainda que esse momento da história portuguesa

> foi um período particularmente fecundo do ponto de vista da produção política. O motivo está à vista: era preciso justificar a insurreição contra o governo filipino, *para convencer os portugueses hesitantes, mas sobretudo para conseguir o apoio das grandes potências*; era necessário dar respostas concretas aos diversos problemas que então se levantavam; era preciso lutar contra a viva polêmica movida por parte da Espanha contra Portugal; era

[9] Pedro Cardim explica que "ao longo dos anos 30 do século XVII o principal papel no governo e na administração dos negócios portugueses foi desempenhado por uma parcialidade chefiada, em Lisboa, por Miguel de Vasconcelos, e em Madrid pelo seu cunhado Diogo Soares (secretário de Estado em 1634). Este verdadeiro clã familiar fazia parte da clientela de Olivares, e foi este grupo que protagonizou os assuntos portugueses entre 1631 e 1640: juntamente com os seus clientes, controlou os mecanismos de distribuição da graça régia, acabando por marginalizar, gradualmente, boa parte da elite nobiliárquica portuguesa". CARDIM, Pedro. O processo político (1621-1807). In: HESPANHA, António Manuel (coord.) História de Portugal. O Antigo Regime. Estampa: s/l, 1998. p. 402-403. Vemos, assim, que Vasconcelos personificava a centralização administrativa proposta por Olivares, o que tornava seu assassinato bastante simbólico diante da população insatisfeita.

[10] COSTA, Leonor Freire. CUNHA, Mafalda Soares da. *D. João IV...* p. 26

[11] "aquele não era um motim contra o mal governo, mas um golpe que exigia uma mudança de regime". Tradução nossa. In: VALLADARES, Rafael. Sobre reyes de invierno... p. 119.

> necessário incentivar o país para uma luta difícil e dura, que exigia sacrifícios pessoais e sociais, contra um Estado muito mais poderoso [12].

Concordando com Torgal, Fernando Bouza afirma que o que ocorreu foi um movimento de oposição política que cinicamente fingiu não o ser, e que se retratou como uma restauração que não foi preparada, "que no había nacido ni de la maquinación ni de la conjura" [13]. Esse movimento iria, nos anos seguintes, retratar-se como movido pela injustiça perpetrada pelo governo filipino, cuja aclamação possuía apoio até dos céus.

2.1 O apoio divino à Restauração portuguesa

A publicística erigida logo após o golpe deu conta de um gama de fatores: desde as origens nobres da aclamação, até o apoio divino foram utilizados para dar corpo a rebelião contra uma das maiores Monarquias daquela época. Junto à Sé de Lisboa, às portas da Igreja de Santo Antônio, a população gritava "milagre", pois a mão direita do Cristo crucificado que ia diante do arcebispo se despregara, como que "abençoando" as ações dos conjurados [14]. Pouco tempo depois, a ideia de que quarenta fidalgos foram responsáveis pela Restauração também já aparecia na literatura, número que atualmente sabemos não corresponder à realidade. A construção de que 40 fidalgos foram os mentores e executores da aclamação de Dom João IV é discutida por Rafael Valladares, o que demonstraria a busca por legitimar a deposição de Felipe IV por "gente responsável", e não por uma rebelião popular. O "amor à pátria" e a revolta contra a tirania dos Felipes seria assim o motivo central da dita Restauração, construção narrativa em que não são mencionados os interesses particulares em voga. Os quarenta fidalgos seriam, segundo Valladares, apenas quatro – os condes de Vimioso, Castanheira e Atouguia, além do marquês de Ferreira – e seriam quase todos aparentados com a Casa de Bragança. O restante dos envolvidos eram parte da nobreza provincial, descrita pelo autor como média ou baixa. A maioria dos fidalgos teria ficado, assim, do lado de Madrid,

---

[12] TORGAL, Luis Reis. *Ideologia Política e Razão do Estado na Restauração*. Biblioteca Geral da Universidade: Coimbra: 1981. p. 121. Itálico nosso.

[13] "Que não nascera nem da maquinação, nem da conjura". BOUZA, Fernando. Primero de diciembre de 1640: ¿una revolución desprevenida? In: *Manuscrits*: Revista d'Història Moderna. n. 9, 1991. p. 205.

[14] Esse milagre será lembrado pela literatura restauracionista por muito tempo, inclusive na publicística de notícias estudadas em nossa pesquisa.

cidade em que já se encontravam. "Colocar um zero ao lado do quatro – para obter o número 40 – tinha grande importância, sobretudo quando se sabia que a maior parte dos conspiradores fazia parte da nobreza provincial" [15], conclui Valadares. Tanto a atribuição dos quarenta fidalgos como o desprendimento do braço da figura de Cristo são lembrados por Fernando Dores Costa, que argumenta que esses sinais corresponderiam à crença "de que forças sobre-humanas atuam cotidianamente na vida dos homens e na disposição que eles próprios apresentam ou não para agir em conformidade com as situações com que se deparam" [16]. O argumento divino será utilizado, assim, no decorrer de toda a guerra.

Entre os anos de 1643 e 1644 foi publicado em Lisboa o livro *Restauração de Portugal Prodigiosa*, uma extensa obra contendo milagres e profecias que enalteciam a dinastia de Bragança no poder em Portugal. Seu autor, que seria o jesuíta João de Vasconcelos ao invés do pseudônimo Gregório de Almeida, queria assim fazer com que seus leitores compreendessem que Deus, através de extensas manifestações antes e depois da Aclamação, aprovava o VIII Conde de Bragança, Dom João IV, como rei de Portugal [17]. Em suas páginas encontramos a descrição do milagre que mencionamos, ocorrido no dia Primeiro de Dezembro de 1640, e que permaneceria na lembrança dos portugueses:

> Sahindo o Arcebispo da Sè na manhaã do Sabbado com os Conegos, fidalgos, & innumervel gente, que se ajuntou em hum momento, levava diante hum clérigo a Cruz Archiepiscopal, chegãdo jûto da porta da Igreja de Sancto Antonio, lhe pedirão alguas pessoas lâçasse a bença, elle pondo os olhos no Crucifixo lhe pedio quizesse bendiçoar aquelle Povo. Dizê alguas pessoas que então despregou o Sancto crucifixo a mão direita que tinha pregada na Cruz. (...) Com esta admirável demonstração do Senhor, conceberão os prezêtes mui grande consolação em suas almas, & a tiveram por claras prendas de o Senhor os aver de defender, & perpetuar na liberdade principiada [18].

Vasconcelos, o presumido autor que enaltece Dom João IV, perpassa o primeiro volume de sua obra discorrendo sobre "o braço de Cristo" que abençoava a Restauração Portuguesa. No início de seu segundo volume, assim, já no capítulo IV, o autor descreve esse braço *literalmente* abençoando a aclamação do novo rei, atribuindo ao sinal da mão direita de Cristo "a paz & quietação, em que tudo ficou despois de Sua Magestade

---

[15] VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal*... p. 272-273.
[16] COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração*... p. 19.
[17] Cf. LIMA, Luís Filipe Silvério. *O Império dos Sonhos*. Narrativas proféticas, sebastianismo & messianismo brigantino. São Paulo: Alameda, 2010. p. 150.
[18] ALMEIDA, Gregório de. (pseud.) *Restauração de Portugal Prodigiosa*. Offerecida ao Serenissimo, e Felicissimo Rey Dom Joam IV, do nome entre os Reys de Portugal. Em Lisboa, por Antonio Alvarez Impressor DelRey N. S. 1643-4. Parte. 2. p. 273.

acclamado Rey, & não aver mais sangue, nem mais morte em hua tam súbita & nunca vista mudança de hum Reyno" [19]. Não só o milagre em si, como o ato de desconfiar de sua veracidade, serão lembrados no primeiro periódico a ser impresso em terras lusitanas. Na *Gazeta "da Restauração"*, podemos ler ainda em seu primeiro número que

> Num lugar da Beira se afirma que houve um homem, que ouvindo dizer numa conversação de amigos que na feliz aclamação del Rey nosso Senhor fizera o crucifixo da Sé o milagre, que a todos é notório: disse que podia acaso a imagem do Senhor despregar o braço; e assim como acabou de dizer estas palavras caiu uma parede junto da qual estavam todos os da conversação, e só a ele matou (Gazeta, Nov/1641, f. 2).

Era importante tornar público o que aconteceria com quem duvidasse do milagre, pois essa contestação poderia desencadear até mesmo dúvidas acerca do próprio movimento restaurador [20]. Para lembrar às pessoas que a nova Dinastia possuía apoio divino e, consequentemente, os perigos de sua contestação, o primeiro periódico português trazia impressa a notícia chegada da Beira.

Não só o tal homem da Beira desconfiava do braço de Cristo que abençoava a nova Coroa, mas também impressos do outro lado da fronteira iriam discorrer a respeito. Coincidindo com a "virada para o ocidente" dos interesses da coroa filipina, no ano de 1658 é publicada em Madrid uma *Exortacion al Reyno de Portvgal, Persvadiendole bvelva a la obediência de su Rey, y Señor Natural, Don Felipe Quarto nuestro señor...*, em que podemos ler que os fundamentos da "rebelião" eram falsos, e o milagre era citado como exemplo, afirmando que

> assi como lo aplicaron los sediciosos a pronostico favorable de su Rebelion, como que les dava la mano para favorecerlos, también podemos entender (y con mas fundamento) la desclavava para castigar en ellos la injusticia que cometían: Pena merecida de su manifiesta desobediencia. (…) [21].

---

[19] ALMEIDA, Gregório de (pseud.) *Restauração de Portugal Prodigiosa...* p. 274.

[20] FARIA, João André de Araujo. *A Restauração de Portugal Prodigiosa*, 1640-1668. Dissertação de mestrado. Seropédica-RJ: ICHS/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

[21] CORA Y BAAMONDE, Manuel Franco de. *Exortacion al Reyno de Portvgal, persvadiendole bvelva a la obediência de su Rey, y Señor Natural, Don Felipe Quarto nuestro Señor*. 1658. Impressor: Don Francisco Nieto y Salcedo. f. 3v. "assim como os sediciosos interpretaram o prognóstico favorável a sua rebelião, como que lhes dava a mão para favorecê-los, também podemos entender (e com mais fundamento) que a descravava para castigá-los a injustiça que cometiam: pena merecida de sua manifesta desobediência" (tradução nossa).

A interpretação de que Jesus abençoava a restauração seria, assim, equivocada e utilizada para convencer o povo português, quando na verdade, "com mais fundamento", ele estaria "castigando a injustiça que cometiam". A exortação, dedicada ao "Luso", finalizava dizendo que Dom Felipe IV oferecia

> en su nombre la salud, y todas las mercedes que fabricare tu imaginación; no aguardes al castigo de vna ingratitud tan grossera, aprovéchate del tiempo, despierta ya de este profundo letargo, mira tu verdadero Principe, aunque al parecer riguroso con las armas en la mano, cõ los braços abiertos para recibirte, y admitir tu arrepentimiento, ofreciéndote no solo el perdón de tu yerro; pero de honrarte con nuevas gracias, y mercedes. (…) gozarás en su gracia mayores felicidades que nunca gozaste, con que volverás a lograr aquellos siglos de oro antiguos, en paz, y sosiego, sin lo penoso de la guerra que oy te molesta, consumiendo todas tus fuerças, y las vidas de tus hijos, contribuyendo dineros, y obsequios a enemigos de España, y aun de la Religiõ Catholica [22].

Em um leve tom de ameaça, pedia aos portugueses que não esperassem os castigos para se arrependerem, e aceitassem seu verdadeiro príncipe que, apesar das armas, esperava de braços abertos com mercês que "fabricarem sua imaginação". O encerramento da guerra era exaltado pelo sossego, pelo fim dos gastos e da perda dos jovens nas batalhas. Como iremos demonstrar no decorrer desta pesquisa, essa será uma marca dos impressos madrilenos que estudamos: esclarecer que bastaria os portugueses se arrependerem e voltarem para os domínios filipinos, que tudo se resolveria, já que estavam sendo enganados por um rebelde.

Anos antes, porém, no aniversário de um ano da aclamação de Dom João IV, a homenagem à Restauração era a primeira notícia veiculada na *Gazeta*, que comemorava a data em que "Deus nosso Senhor pôs seus olhos de misericórdia no miserável estado de Portugal, e foi servido de o restituir a seu legítimo sucessor, o Sereníssimo Rei D. João IV", descrevendo ainda a festa que tomava as ruas de Lisboa e afirmando que não vira o Sol "em quantos milhares de anos há que rodeia a máquina do mundo, mais gala, aparato igual, maior grandeza, nem tantas demonstrações de alegria em todos os triunfos, que a

[22] *Idem*. f. 10v. "em seu nome a saúde, e todas as mercês que fabricar sua imaginação; não espere o castigo de uma ingratidão tão grosseira, aproveita o tempo, desperta já desta profunda letargia, olha teu verdadeiro príncipe, ainda que pareça rigoroso com as armas na mão, com os braços abertos para te receber, e admitir seu arrependimento, te oferecendo não só o perdão de seu erro; mas te honrando com novas graças, e mercês. (…) gozará em sua graça maiores felicidades que nunca gozou, com as quais voltará a conquistar aqueles séculos antigos de ouro, em paz, e sossego, sem o doloroso da guerra que hoje te incomoda, consumindo suas forças, e as vidas de seus filhos, contribuindo com dinheiro, e favores a inimigos da Espanha, e da religião católica" (tradução nossa).

fama soleniza" (Gazeta da Restauração, dez/1641, f. 1;1v). O providencialismo característico da história portuguesa apareceria com frequência em seus periódicos: além da confiança no Criador, é possível perceber na leitura dessa documentação o reforço à nova Dinastia e a certeza de uma relação especial entre Deus e os portugueses. Fernando Bouza afirma que a expansão imperial era explicada como cumprimento de uma missão sagrada, sendo o primeiro de dezembro de 1640 também um fruto da intervenção divina [23]. O rei desejado, antes associado a Dom Sebastião, era identificado agora na figura de Dom João IV. O sebastianismo, segundo Luís Felipe Silvério Lima, "foi ofuscado por uma produção imensa de textos que justificaram a Restauração a partir dos argumentos providencialistas dados na fundação do reino e do corpo de profecias que anunciavam a vinda de um rei Desejado" [24].

Além do milagre do crucifixo e da parede que caiu em cima de quem não acreditava nele, outras espécies de avisos divinos também aparecem na Gazeta, como quando, na Comarca de Miranda, "falou um menino mudo: e disse: VIVA EL REY DOM JOAM O IV" (Gazeta, fev/1642, f. 3). Pela data e localidade em que ocorreu, sabemos que esse mesmo milagre também é descrito pelo jesuíta João de Vasconcelos em sua *Restauração de Portugal Prodigiosa*, onde encontramos mais detalhes e as comprovações do que teria ocorrido. Vasconcelos escreve assim que

> Em um lugar do Bispado de Miranda, a que chamam Milhão, das prebendas da mesma Sé, há um menino, o qual sendo já de seis anos nunca falou porém em véspera dos Reis de 1641 [dia de reis, cinco de janeiro], o ouviram dizer, Viva el Rey Joam; sem poder pronunciar alguma outra palavra mais, e ainda hoje repetindo as mesmas, Viva El Rey Joam, não articula outras [25].

Segundo o jesuíta, o milagre foi comprovado, não podendo a fala do menino ser natural, e sim "haver de recorrer a virtude sobre natural, e divina" [26].

Albino Forjaz de Sampaio, quando analisa a *Gazeta "da Restauração"*, explica a frequência com que crianças que falavam fora da idade ideal (ou mudas, no caso da Gazeta) apareciam em textos portugueses, lembrando que na obra Lusíadas (canto IV, est. 33) há uma menina que também fala fora da idade:

> ante tempo falando... nomeou
> o Mestre de Aviz.
> e como cousa enfim que o céu destina

[23] BOUZA, Fernando. 'Clarins de Jericho'. Oratoria sagrada y publicísta en la Restauração portuguesa. In: *Cuardernos de Historia Moderna y Contemporanea*, Edit. Univ. Complutense, VII-1986. p. 19.
[24] LIMA, Luís Felipe Silvério. *O Império dos Sonhos*... p. 257.
[25] ALMEIDA, Gregório de (pseud.) *Restauração de Portugal Prodigiosa...* vol. 1. p. 157.
[26] ALMEIDA, Gregório de (pseud.) *Restauração de Portugal Prodigiosa...* vol. 1. p. 157.

No berço, o corpo e a voz levantou:
Portugal, Portugal, alcançando a mão,
Disse, pelo rei novo, Dom João [27].

É o que entende também Eurico Gomes Dias, responsável pela publicação da transcrição da Gazeta. Dias explica que esse acontecimento reataria uma antiga tradição medieval que remonta ainda a D. João I, momento em que também teriam acontecido fenômenos como esse, afirmando que seria uma maneira de "reaproveitar" a lenda, num contexto funcional específico [28]. Mesmo o próprio João de Vasconcelos, quando vai tratar desse acontecimento, afirma no início de seu vigésimo sétimo capítulo do primeiro volume que "vozes prodigiosas, e maravilhosas sempre denunciaram traz ordinários efeitos da divina providência, e assim o vemos em mudanças de Reinos, e Impérios, e ainda em outros sucessos menos soberanos com elas quer o Senhor declarar os decretos de sua divina vontade"[29].

Fernando Bouza entende que milagres, profecias, visões e oráculos, ou seja, diferentes recursos ao sagrado, balizam a Restauração e sua própria existência, cheia de inexplicáveis sinais divinos [30]. Esses milagres que se repetem, primeiro com Dom João I, depois com Dom João IV e que, segundo Vasconcelos, sempre trazem a mensagem divina, são indicativos – mais do que uma tradição medieval e reaproveitamento de uma lenda, como afirmou Gomes Dias – de uma adequação do discurso profético, mantendo, porém, sua estrutura básica. É o que entende Silvério Lima quando interpreta as atitudes de Dom João IV, que teria assumido para si as narrativas proféticas anteriores a ele [31]. Essa ideia é discutida por Reinhart Koselleck em seu trabalho *Futuro Passado*, no qual analisa as perspectivas de futuro concebidas por gerações passadas. Nesta obra, Koselleck explica que a história da cristandade, pelo menos até o século XVI, é uma "história das expectativas, ou, melhor dizendo, de uma contínua expectativa do final dos tempos; por outro lado, é também a história dos repetidos adiamentos desse mesmo fim do mundo"

[27] SAMPAIO, Albino Forjaz de. "O jornalismo: as 'Relações' de Manuel Severim de Faria de as 'Gazetas' da Restauração – Os 'Mercurios' – Quem foi o primeiro periodista português?" In: ___. *História da Literatura portuguesa ilustrada*. Vol. 3. Lisboa: Bertrand. 1929-1942. p. 233.
[28] DIAS, Eurico Gomes. *Gazetas da Restauração:* (1641-1648) Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita). Colecção Biblioteca Diplomática do MNE, 2006. p. L; nota 69.
[29] ALMEIDA, Gregório de (pseud.) *Restauração de Portugal Prodigiosa...* Vol. 1. p. 151-2.
[30] BOUZA, Fernando. 'Clarins de Jericho'... p. 30.
[31] LIMA, Luís Filipe Silvério. *O Império dos Sonhos*... p. 256.

[32]. O autor trabalha com duas categorias que são o *espaço de experiência* – entendendo experiência como "o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados" [33] – e o *horizonte de expectativa* – sendo expectativa aquilo que "se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto" [34]. Assim, para o autor, o que se espera para o futuro é limitado pelo que foi experimentado no passado, sendo comum, assim, que profecias de fim de mundo continuassem sendo proferidas, mesmo que de fato não se cumprissem: "uma profecia não realizada sempre podia ser reiterada. E mais, o erro manifestado pelo não cumprimento de tal expectativa passava a ser uma prova de que a profecia apocalíptica do fim do mundo haveria de ocorrer da próxima vez com mais probabilidade". [35] Dessa maneira, entendemos que seria comum àquela sociedade o retorno das mesmas profecias e milagres, como o que encontramos na Gazeta e na obra de João de Vasconcelos, compreendendo, assim a adequação do discurso profético de que trata o historiador.

O messianismo é entendido por José Van Der Besselaar, dentro da sociedade ainda não secularizada que é a que encontramos no período de estudo, como a crença na vinda de um Deus ou seu enviado para salvar o povo oprimido; uma salvação – o professor salienta – que ocorrerá *neste* mundo, ou seja, o messianismo entendido como uma esperança histórica [36]. Por diferentes motivos, Besselaar entende ser o território português um campo fecundo para o surgimento de messianismo e a ideia de povo eleito, também presente nas crenças messiânicas. O milagre de Ourique [37] possui imenso valor em toda a História portuguesa, momento em que Cristo teria aparecido para Afonso Henriques e afirmado que era Portugal o reino eleito por Deus. Convém compreender que o messianismo toma forma em diferentes momentos da História portuguesa, como a espera de retorno do rei Dom Sebastião, posteriormente com a chegada ao trono de Dom

---

[32] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 24.
[33] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado...* p. 309.
[34] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado...* p. 310.
[35] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado...* p. 316.
[36] Cf. BESSELAAR, José Van Der. *O sebastianismo*. História sumária. Lisboa: ICLP, 1987. p. 11.
[37] O Juramento de Afonso Henriques, encontrado no Cartório Real do Mosteiro de Alcobaça no ano de 1596, contém a narrativa do que ficou conhecido como o "Milagre de Ourique". Este documento descreve o momento em que, entre outros acontecimentos, Jesus Cristo teria aparecido para Afonso Henriques, na batalha de Ourique do ano de 1139, e anunciado que ele seria o futuro rei de Portugal, reino escolhido pelo filho de Deus. Luís Felipe Silvério Lima trata deste tema no terceiro capítulo de seu livro. Cf. "Quero em ti, & em teus descendentes fundar para mim um Império": o rei sonhador e o Milagre de Ourique.In: LIMA, Luís Felipe Silvério. *O Império dos Senhos*... p. 99 e seguintes.

João IV na Restauração portuguesa e com seus filhos Dom Pedro II e Dom Afonso VI. O sebastianismo e o messianismo brigantino ou brigantismo são, assim, temas fundamentais para a compreensão do século XVII português, e estão ricamente presentes nos escritos produzidos nesse período. Para o historiador Luís Felipe Silvério Lima, é importante destacar que o brigantismo não deve ser entendido como uma mera variação do sebastianismo ou oportunismo da nova dinastia, mas sim como um projeto dos Bragança "que reformulou a ideia de destino português – e também reformulou, ao se opor, o próprio sebastianismo" [38]. Esse projeto brigantino se faz presente em diferentes publicações do período, valendo-se de acontecimentos interpretados como intervenções divinas para enaltecer seus novos reis e o povo português frente aos (agora) inimigos castelhanos. Esses milagres, que perpassam a literatura portuguesa após dezembro de 1640 e que a percorrem durante toda a Restauração, são demonstrativos de uma preferência divina pelos portugueses – já que, desde o milagre de Ourique, Deus estava do lado dos portugueses – e, ainda, de uma superioridade lusitana frente aos seus inimigos (superioridade bélica mas, ainda mais importante, divina) [39].

Fernando Bouza explica que o Primeiro de Dezembro português se fez entender graças a um monumental corpus de manifestos, discursos, e justificativas que a publicidade da Restauração produziu, atacando em diferentes frentes: em primeiro lugar, demonstrando que havia algo especificamente português, relacionados à língua, à geografia, à história, às instituições e inclusive à religião; depois, minando a legitimidade de Filipe IV e da dinastia dos Habsburgo. Como veremos no decorrer desta pesquisa, os esforços brigantinos na produção de materiais impressos em defesa da Restauração foram bem-sucedidos, descrevendo não só o providencialismo abordado nas páginas anteriores, mas também as demonstrações de apoio vindas de outros reinos europeus, as vitórias portuguesas nas fronteiras e a diminuição do valor do povo castelhano.

2.2 A guerra entre Portugal e a Monarquia Hispânica: o rei de um inverno permanece

Vimos anteriormente que as comparações entre as rebeliões de Portugal e Catalunha são frequentes na historiografia, sobretudo devido à proximidade cronológica

[38] LIMA, Luís Felipe Silvério. *O Império dos Senhos*... p. 236.
[39] A disciplina oferecida na FFLCH/USP pelo professor Luiz Felipe Silvério Lima denominada *Messianismo e Milenarismo no Mundo Atlântico* foi fundamental para tratarmos deste tema em nossa tese.

e geográfica, ao inimigo comum e também à publicística contemporânea aos acontecimentos, que produziu grande quantidade de material sobre os dois reinos e suas semelhanças. Ocorrida mais de vinte anos antes, porém, outra rebelião se aproximaria mais dos acontecimentos lisboetas, a conhecida "defenestração de Praga". Quando o Imperador do Sacro Império Romano Germânico tentou impor em Praga o encerramento de sua assembleia e o fechamento de duas igrejas protestantes, seus representantes foram atirados pela janela do castelo de Hradschin. Os protestantes majoritários da Boêmia romperam, assim, com o imperador Habsburgo e coroaram Frederico V como rei da Boêmia. Embora com apoio popular, essa revolta foi liderada por grupos da alta burguesia e da baixa nobreza. No ano seguinte o imperador Fernando II derrotaria os rebeldes boêmios, tornando o catolicismo a religião oficial [40]. Frederico ficou conhecido assim, como o rei de um inverno, ou seja, que passou apenas um ano no poder. Quando o oitavo duque de Bragança foi aclamado como Dom João IV, rei de Portugal, ouviu-se em Madrid que lhe passaria o mesmo. A comparação que nos apresenta Rafael Valladares é interessante por demonstrar a proximidade de reinos tão distantes:

> Bohemia y Portugal habían sido reinos con personalidad histórica propia, con dinastías 'naturales' y lenguas diferenciadas, incorporados tardíamente a las dos monarquías Habsburgo. En términos jurídicos, bohemios y portugueses presentaron las respectivas deposiciones del Emperador y de Felipe IV – ambos parientes y cabezas de las dos ramas de la dinastía – como 'restauraciones', es decir, como el retorno a un orden político legítimo que había sido sustituido por otro ilegítimo, extranjero y tirano" [41].

É claro que, diferente de Frederico, Dom João IV reinaria por mais dezesseis invernos. A ideia de que a rebelião portuguesa seria passageira e facilmente controlável, contudo, junto a uma sublevação do outro lado da península cujo maior inimigo de Felipe IV oferecia ajuda aos seus vassalos, levou a uma demora de ação que se tornaria cada vez mais intransponível. Se Catalunha voltou aos domínios da Monarquia anos depois,

---

[40] CARNEIRO, Henrique. Guerra dos trinta anos. In: MAGNOLI, Demétrio (org.) *História das guerras.* 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 177. A guerra dos trinta anos é definida por Carneiro como uma guerra de religiões, mas também econômica. Seria, assim, a última sequência de uma série de guerras religiosas entre católicos e protestantes que movimentou grande parte do continente europeu e teve fim com a Paz de Westfália, assinada em 1648. A defenestração de Praga é conhecida como marco inicial dessa guerra.

[41] VALLADARES, Rafael. Sobre reyes de invierno... p. 104. "Boemia e Portugal foram reinos com personalidade histórica própria, com dinastias 'naturais' e línguas diferenciadas, incorporados tardiamente às duas monarquias Habsburgo. Em termos jurídicos, boêmios e portugueses apresentaram as respectivas deposições do Imperador e de Felipe IV – ambos parentes e cabeças dos dois ramos da dinastia – como 'restauradores', quer dizer, como o retorno a uma ordem política legítima que havia sido substituída por outra ilegítima, estrangeira e tirana". Tradução nossa.

Portugal buscou aliados, venceu batalhas e foi reconhecido como reino vinte e oito anos depois.

A situação do governo português após o primeiro de dezembro, contudo, era bastante complicada. Apesar do certo carisma que Dom João IV possuía diante da população, diversas questões tornaram os primeiros momentos da administração brigantina bastante difíceis, como as divisões dentro do próprio grupo rebelde, além da frágil legitimidade que o movimento possuía diante do restante do continente. Grande parte da nobreza portuguesa já se encontrava fora do reino servindo Felipe IV em Flandres, na Itália, ou a frente de combates referentes à Guerra dos Trinta Anos. Após a revolta, muitos portugueses continuaram a servir à Monarquia Hispânica, e muitos outros fugiram de Lisboa para Madrid com o mesmo objetivo. A guerra contra a Monarquia iria mobilizar todo o governo de D. João IV, que pouco dias depois do golpe criou o Conselho de Guerra, composto por fidalgos com experiência bélica [42]. A principal função deste Conselho era elaborar, se solicitado pelo rei, pareceres sobre diferentes assuntos relacionados à guerra. Suas resoluções, apesar de apenas deliberativas, assumiam grande peso na tomada de decisões real – pelo menos em sua fase inicial [43].

Para sustentar a guerra, D. João IV pouco diferiu da política colocada em prática nos anos anteriores: "é certo que o *real d'água* – um dos tributos mais odiados, verdadeiro símbolo da fiscalidade filipina – foi abolido logo após a revolta, mas pouco tempo depois, em setembro de 1641, acabou por restabelecido" [44]. No ano seguinte na reunião das Cortes, foi acordado um novo imposto, a *décima*, que estabelecia uma taxa de 10% sobre o valor de todos os rendimentos, a ser paga por todas as pessoas – imposto apontado por Cardim como um dos grandes fracassos da política brigantina. A constante convocatória das cortes – nos anos de 1645-46, em 1649 e 1653 – demonstrava ainda a debilidade da autoridade régia, que passou a depender cada vez mais dos diversos grupos sociais. A instabilidade da sociedade, como é possível imaginar, vigorou durante o reinado de D. João IV, cuja devastação provocada pelo estado de guerra certamente contribuía. Se

[42] CARDIM, Pedro. O Processo Político (1621-1807)... p. 405 e seguintes.
[43] Costa continua, nos informando que "são atribuições definidas do Conselho a gestão corrente de licenças e de postos inferiores e de consulta dos postos superiores e também dos assuntos logísticos e táticos. Trata de licenças, patentes, nomeações, consultas sobre postos, condução de abastecimento e munições, fortificações, movimento de exércitos, ordens regimentais e supervisiona o estado em que se acham as fortalezas e fortificações e também o cumprimento das obrigações dos cargos e os pagamentos à gente de guerra". In: COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração*... p. 25-6.
[44] CARDIM, Pedro. O Processo Político (1621-1807)... p. 406.

dentro do próprio reino as coisas estavam difíceis, a diplomacia brigantina se movia pelo continente em busca de suporte das potências inimigas de Felipe IV. Além disso, seus enviados buscaram o apoio de Roma durante todo o período da guerra, sem sucesso. A Santa Sé, movida pela proximidade com a Casa de Áustria, não reconheceu a dinastia de Bragança como legítima até o final da década de 60, assunto do qual voltaremos a tratar.

A ação bélica no período de governo de Dom João IV se limitou à chamada guerra de desgaste, que promovia entradas esporádicas em território castelhano – o que poderia resultar em grande quantidade de lucros para seus comandantes e soldados [45]. Apesar de haver diferentes frentes no decorrer da fronteira, o principal espaço de guerra foi o Alentejo, atravessando a região da Estremadura do lado espanhol, onde se via uma maior concentração de tropas permanentes e onde ocorreram os debates decisivos [46]. Até 1656, ano da morte do rei, Rafael Valladares identifica apenas a campanha de 1644 (Montijo) como efetivamente militar, cuja vitória aclamada pelos dois lados é um bom exemplo dos usos da publicística durante essa guerra. No artigo de Camenietzki, Saraiva e Silva, os autores afirmam que até aquele momento e mesmo depois dele, os enfrentamentos se limitavam a dezenas ou centenas de homens envolvidos em pilhagens de uma população que mal podia se defender. Nos campos de Montijo, contudo, "o enfrentamento envolveu milhares de soldados de cada lado, com mais de mil cavaleiros cada, armamento pesado e tralha de guerra volumosa (...) não é estimativa ruim tomar o número de envolvidos na casa de 15 mil pessoas (...)" [47]. No interessante trabalho, os autores identificam diferentes impressos que dão conta da dita batalha, publicados tanto em Lisboa, como Sevilha e Salamanca, cujo único acordo entre eles é a data e o local do combate. Por fim, concluem que a materialidade do desfecho dessa batalha pouco importa aos dias de hoje, mas que podemos considerar Montijo como uma batalha "ganha no

[45] CARDIM, Pedro. O Processo Político (1621-1807)... p. 407.

[46] COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração*... p. 47. Embora grande parte da historiografia que trata da guerra da Restauração aborde apenas as frentes pela Estremadura – por ser nessa região em que ocorreram as maiores batalhas entre Portugal e a Monarquia – toda a fronteira contou com deslocamentos de exércitos e grandes transtornos para sua população. No livro *La guerra olvidada*, Rafael Valladares faz um balanço sobre a situação da guerra contra Portugal na fronteira norte, partindo de Salamanca até Castelo Rodrigo, discorrendo sobretudo acerca dos valores gastos naquelas frentes, a corrupção de grande parte dos oficiais e o peso que recaia sobre aquela população. In: VALLADARES, Rafael. *La guerra olvidada*: Ciudad Rodrigo y su comarca durante la restauración de Portugal (1640-1668). Centro de Estudios Mirobrigenses. Excmo. Ayuntamiento de Ciudad Rodrigo, 1998.

[47] CAMENIETZKI, Carlos Ziller. SARAIVA, Daniel Magalhães Porto. SILVA, Pedro Paulo de Figueiredo. O papel da batalha: a disputa pela vitória de Montijo na publicística do século XVII. In: *TOPOI*, v. 13 n. 24, 2012. p. 12. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2012000100010> Acesso dia: 14-mar-2018.

grito" [48]. A dinastia de Bragança não só imprime diversos papéis dando conta da vitória, como Dom João IV apenas três dias depois de seu desfecho nomeia Matias de Albuquerque (o comandante do exército português naquela frente) como conde de Alegrete [49] – em uma atitude apressada que os autores interpretam mais "como um elemento de viabilização da vitória portuguesa do que uma mercê sobre serviços prestados à esta monarquia" [50]. Com exceção de Montijo, assim, a guerra nos próximos vinte anos ficaria "congelada" nas fronteiras portuguesas [51].

O "grito", nesse momento, teve de ser alto e se fazer ouvir em todos os cantos em busca de apoio. Se a publicística assumiu essa função por um lado, por outro os embaixadores enviados por D. João IV percorreram os principais reinos em que poderiam encontrar aliados. A historiadora Cassiana Gomes explica que com a falta de indivíduos experientes em negociações com outros governos, membros da nobreza eram promovidos para atuar na diplomacia. A nova dinastia no poder se preocupava com o reconhecimento de sua independência e também com o reconhecimento papal, já que desde o início o rei encontrava problemas para nomear bispos tanto no Reino como no ultramar [52]. Trataremos destas embaixadas ainda neste capítulo.

A comunicação quase imediata de Dom João IV com a Catalunha, para além da amizade entre os reinos partia, como vimos, do interesse de que a guerra perdurasse o maior tempo possível. A preferência de Madrid em retomar a Catalunha, além da certeza de que Portugal seria facilmente recuperado, fizeram com que Dom Felipe IV – que não conseguiria levar duas frentes – esperasse a recuperação daquele principado para tomar providências diante de Lisboa. O que não passava por sua cabeça, nem da de seu valido,

---

[48] Fernando Dores Costa infere que a batalha pouco alterou as relações de força nos campos militar ou diplomático, mas que "apenas no campo da propaganda se iniciou uma polêmica interminável, já que ambos os lados reclamam ter obtido a vitória da contenda". In: COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração...* p. 56.

[49] Costa, Leonor Freire. CUNHA, Mafalda. *D. João IV...* p. 213.

[50] CAMENIETZKI, Carlos Ziller. SARAIVA, Daniel Magalhães Porto. SILVA, Pedro Paulo de Figueiredo. O papel da batalha... p. 26

[51] Tanto Rafael Valladares quanto Fernando Dores Costa dividem a guerra em três momentos: Valladares entende que as operações estritamente militares ocorreram em 1644, depois entre 1657-59 e por fim entre 1662-65. Costa por sua vez, separa a guerra em seu início, entre os anos de 1641-46 (também dando ênfase ao ano de 1644 e à batalha de Montijo), depois entre os anos de 1647-56 e por fim 1657-1668, anos marcados pela morte de D. João IV, a regência de Dona Luísa e o reinado de D. Afonso VI. Conforme respectivamente: VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquía Hispánica* 1580-1668. Madrid: Arco Libros, 2000; COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração* 1641-1668...

[52] GOMES, Cassiana Maria Mingotti Gabrielli. *Diplomacia e Concorrência Colonial*. Portugal e França (1640-1715). Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2014. p. 19. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15062015-105757/en.php> Acesso em: 18 abr. 2016.p. 28.

era que um importante nobre castelhano – aparentado com o Conde-Duque – inflamado pelas diferentes rebeliões que ocorriam dentro da Monarquia e contando com apoio português, planejaria uma nova rebelião na tentativa de declarar a autonomia da Andaluzia.

A Casa Ducal de Medina Sidónia é descrita por Rafael Valladares como símbolo do poderio da nobreza espanhola, hierarquicamente logo atrás da própria coroa. Não estranhamos, dessa maneira, que o duque de Bragança – titular da maior Casa portuguesa – tenha se casado no ano de 1633 com Dona Luísa Francisca de Guzmán, irmã do duque de Medina Sidónia. Valladares explica que as finanças desta Casa não iam bem e passavam por uma situação especialmente difícil durante o governo de Felipe IV, agravando-se com as diversas exigências de Olivares, rival do duque [53]. Em janeiro de 1641 corria, assim, a notícia de que o duque de Medina-Sidónia havia se sublevado e autoproclamado rei da Andaluzia. Pouco tempo depois, chamado a Madrid, se dizia arrependido e culpava o marquês de Ayamonte pela iniciativa. O historiador argumenta:

> É difícil dizer se foi o próprio marquês a tomar a iniciativa da rebelião ou se, pelo contrário, essa decisão coube a Medina Sidónia. Também não se pode pôr de lado a hipótese de a iniciativa ter partido de Lisboa, pois todas as partes implicadas tinham muito a ganhar na eventualidade de a operação ser bem sucedida. Não obstante, no relato dos acontecimentos que o governo luso entregou ao seu aliado francês, em 1642, o duque é apresentado como o principal instigador [54].

Para o autor, se a ideia de um novo "rei de Andaluzia" foi tão comentada, era porque não seria tão descabida naquele momento; a riqueza daquela Casa já tinha levado inclusive mais de um poeta a classifica-los como reis ou soberanos. Por fim, Felipe IV perdoou o duque e culpabilizou o marquês de Ayamonte por todos os acontecimentos, desterrando-o de maneira perpétua a Segóvia. A fraqueza do governo central castelhano, aparentemente, era vista desde todos os cantos da península.

A possível revolta orquestrada pelo duque de Medina-Sidônia rendeu para a posteridade um papel bastante interessante. No ano de 1642 circulava pelas ruas de Lisboa um chamado *Cartel de Desafio y protestacion* "assinado" pelo próprio *Don Quixote de la Mancha Cauallero de la triste figura*, protestando – como indica o título – a favor dos

[53] Cf. VALLADARES, Rafael. A independência de Portugal... p. 54 e seguintes.
[54] VALLADARES, Rafael. A independência de Portugal... p. 59.

castelhanos contra os valorosos portugueses [55]. "Quixote" é claro em seus argumentos: se envergonhava dos castelhanos estarem perdendo as batalhas para a incrível coragem dos portugueses "que el Verano passado estos brabos gigantes, sin recebir daño alguno, han por todas partes talado nuestros campos, quemado nuestros lugares, y muerto de nuestras gentes (...)" [56]. O protesto de Dom Quixote iria, assim, para todos a quem chegassem as notícias do que vinha ocorrendo nas fronteiras, pois, devido às atitudes de seus compatriotas, havia sido informado de que daquele dia em diante não poderia mais se intitular "el cauallero de los leones, sino el cauallero de las gallinas, pues los leones del escudo de mi Patria se auian buelto pollos (...)" [57]. A pesquisadora Vanda Anastacio explica que para os leitores coevos, a alusão à Dom Quixote era uma indicação "de que estariam perante um texto destinado a fazer rir", já que o livro de Cervantes não fora lido por aquela sociedade como uma obra de arte, mas sim como "modelo para histórias *de burlas*, isto é, cômicas, ou para fazer rir". A familiaridade do público com as personagens da obra permitia, assim, decifrar "as alusões burlescas presentes no texto" [58].

---

[55] *Cartel de Desafio, y protestación cavalleresca de Don Quixote de la Mancha Cauallero de la triste figura en defensión de sus Castellanos*. Oficina de Domingos Lopes Rosa, 1642.

[56] "que no verão passado, esses bravos gigantes, sem receber dano algum, por toda a parte cortaram nossos campos, queimaram nossos lugares e mataram nossa gente" (tradução nossa). f. 2.

[57] "o cavalheiro dos leões, mas sim o cavalheiro das galinhas, pois os leões do escudo de minha pátria haviam se transformado em frangos" (tradução nossa). f. 2v.

[58] ANÁSTACIO, Vanda. Heroicas virtudes e escritos que as publiquem. D. Quixote nos papéis da Restauração. In: *Iberoamericana*. VII, 28, 2007. p. 127. Em outro trabalho, Anastácio argumenta que Luis XIII desde 1635 estava envolvido diretamente com a disseminação de papéis contra a Espanha, período em que foi criada uma representação satírica chamada *l'Espagnol*, personagem associado às derrotas sofridas pela Monarquia na Catalunha e em Portugal. Essa alegoria trazia algumas características do estereótipo do espanhol aos olhos dos franceses, que eram: cabelos pretos e um bigode que evocava o ridículo de Dom Quixote; uma espada (ou duas); um grande colarinho branco e macio considerado fora de moda no período; vaidade; orgulho e gosto por comer nabos. Cf. ___ Fragmenting Iberia: Images of Castile in Seventeenth-Century Portuguese Pamphets. In: *Portuguese Studies*. Vol. 25, 2009. p. 206-209.

CARTEL
DE DESAFIO, Y
PROTESTACION CAVALLERES-
ca de Don Quixote de la Mancha Cauallero de la triste figura en defension de sus Castellanos.

EM LISBOA. Com todas as licenças necessarias
Na Officina de Domingos Lopes Rosa.
A custa de Lourenço de Queiròs Liureiro do Estado de Bragança.
Taxão este papel em 2 reis. 23 de Iunho de 1642
Ribeiro Menezes.

Figura 2.1 Capa do impresso denominado Cartel de Desafio y protestacion Cavalleresca de Don Quixote de la Mancha Cauallero de la triste figura en defension de sus Castellanos. 4 folhas; in cuarto.

A ironia presente no impresso, que não esconde ter sido produzido em Lisboa logo em sua capa, apesar do triste texto ser assinado por Quixote diretamente da cidade de *Toboso*, é um demonstrativo da frequência com que os portugueses "respondiam" aos papéis que chegavam àquela Corte vindos de cidades como Madrid e Sevilha e que circulavam pela Europa contendo notícias dos encontros nas cidades fronteiriças. O *Cartel* era, assim, uma resposta bem-humorada ao desafio proposto pelo Duque de Medina Sidonia a Dom João IV para provar sua lealdade a Dom Felipe IV, no momento em que este duque era acusado de conspirar pela separação da Andaluzia e proclamar-se rei, como havia feito seu cunhado em Lisboa pouco tempo antes [59].

[59] Sobre a contenda e a publicação do cartel, além do texto da professora Vanda Anastácio citado na nota anterior, ver ainda: BOUZA, Fernando. *Del Escribano a la Biblioteca*. Sintesis: Madrid, 1997. p. 41-43. Este pequeno trecho sobre o *Cartel de Desafio* foi utilizado também para abordar os papéis de notícias impressos em Lisboa e Madrid no Encontro Internacional de História Colonial em setembro de 2018, que aconteceu na cidade de Natal (RN). Ver: MENDES, Caroline Garcia. A guerra da Restauração nos materiais impressos de notícias em Madrid e Lisboa (1640-1668). In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira et al. (orgs.). *Anais do VII Encontro Internacional de História Colonial*. Mossoró-RN: EDUERN, 2018. p. 691-706. Disponível online em:

São nesses primeiros anos do governo de Dom João IV que encontramos uma quantidade imensa de material de notícias, tratados, livros e manifestos a favor da Casa de Bragança como verdadeira detentora do trono português. A impressionante publicística desse período foi controlada de perto pelo rei e seus oficiais – e pelo Santo Ofício, tema de que trataremos posteriormente – e tratou de legitimar Dom João IV diante não só dos seus, mais principalmente por todo o continente europeu. Apesar da diminuição das impressões com o passar do tempo, a ideia de usar a prensa a favor do governo perdurou durante os vinte e oito anos da guerra, culminando no interessante *Mercurio Portuguez* da década de sessenta daquele século, periódico escrito pelo secretário do recém empossado rei Dom Afonso VI, dedicado exclusivamente às batalhas que se iniciariam naquela década.

Após o ano de 1644 houve poucas entradas ofensivas nas fronteiras. Fernando Dores Costa afirma que a partir de 1647 até a morte de D. João IV, a guerra havia se transformado em uma atividade residual e rotineira, podendo denomina-la inclusive de uma trégua imperfeita [60]. Com poucas exceções, a iniciativa militar se manteve sempre nas mãos de Felipe IV, diante de uma atitude meramente defensiva do lado português devido sobretudo à precariedade de seus recursos [61].

2.3 A morte de Dom João IV e o agravamento do conflito

Ainda no final do governo de Dom João IV as tensões entre os diversos partidos da nobreza já se demonstravam latentes. Havia, assim, um "partido velho", liderado por D. Francisco de Faro, e um "partido novo", chefiado por D. Antônio Luís de Meneses, conde de Cantanhede e marquês de Marialva [62]. Com a morte do rei no ano de 1656 e o falecimento prematuro de seu primogênito, Dom Teodósio, três anos antes, Dona Luísa de Guzmán se tornaria a regente por mais anos do que o previsto – e veríamos um acirramento das divisões no interior da monarquia. Diferente do irmão mais velho,

<https://docs.wixstatic.com/ugd/a91bf3_5f33540a01324e238013be96fb4dac91.pdf> Acesso dia: 18-mai-2019.

[60] COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração...* p. 67.

[61] VALLADARES, Rafael. Portugal y el fin de la hegemonía hispánica… p. 300.

[62] Cf. CARDIM, Pedro. O processo político (1621-1807)... p. 408.

descrito como inteligente e com natural pendor para os assuntos de Estado [63], Dom Afonso era nome incerto para governar um reino inserido numa guerra tão longa, e que não possuía previsões de terminar. O interessante capítulo de abertura da biografia de Dom Afonso VI, escrita por Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, nos apresenta um rei cuja história foi escrita em sua grande maioria por aqueles que o depuseram em nome de seu irmão, Dom Pedro. Para os autores, Afonso VI foi um rei inventado pelos discursos que sobre ele se fizeram. Mais ainda,

> as versões sobre a vida de Afonso VI escritas pelos partidários do futuro D. Pedro II foram as mais importantes na construção da memória dominante sobre este rei, e, por isso mesmo, consideradas *historicamente mais verdadeiras*, do que as versões veiculadas pelos partidários de D. Afonso [64].

Sempre que lemos a respeito de Dom Afonso VI, assim, devemos ter em mente o discurso construído após o golpe dado pelo irmão e seu grupo, e posterior exílio.

Afonso nasceu no ano de 1643, momento em que seu pai se encontrava frente às tropas no Alentejo – mais numa tentativa de animar seus soldados, que de fato liderar os ataques ao inimigo. Aos três ou quatro anos de idade teve uma doença que o limitou permanentemente, comprometendo o lado direito de seu corpo. Também se duvidava das suas capacidades intelectuais, questionando-se ainda seu comportamento, que escandalizava a corte portuguesa devido às suas constantes fugas durante a noite, com companhias consideradas pouco adequadas a um infante/futuro monarca [65]. Ganhou o

---

[63] Costa e Cunha descrevem D. Teodósio nas seguintes palavras: "Desde a infância que D. Teodósio mostrava certo interesse pela guerra. Com as manhãs ocupadas nas lições de latim e a ouvir ler história, às tardes organizava uma companhia com outras crianças no paço, tomando o papel de capitão. (...) Mas D. Teodósio tinha também gosto pelas letras e era dado a leituras mais próprias para filósofos e confessores do que para príncipes. (...) Mais versado em línguas que o pai, o príncipe D. Teodósio falava perfeitamente o espanhol, o francês e o italiano. Do latim tinha um excelente domínio e discorria em temas de filosofia e política com uma destreza que espantava o padre Antônio Vieira. In: COSTA, Leonor Freire. CUNHA, Mafalda Soares da. D. João IV... p. 288-9.

[64] XAVIER, Ângela Barreto. CARDIM, Pedro. D. Afonso VI. s/l. Temas e Debates, 2008. p. 11. Itálico dos autores.

[65] Antônio Conti é o nome lembrado pela historiografia contemporânea como inadequado a fazer companhia a D. Afonso: "a acreditar no Conde de Ericeira, aos poucos este jovem italiano foi-se aproximando do rei, sobretudo num lugar do Paço chamado Portaria das Damas. Depois de algum tempo Antônio Conti estava já a privar com o jovem monarca, e a fim de conquistar o humor de D. Afonso, oferecia-lhe continuamente presentes (...) O mercador terá contribuído para que o rei acrescentasse aos seus comportamentos anteriores a frequência de bordéis e das ruas onde havia meretrizes, ao ponto de várias raparigas da cidade começarem a comentar que já tinham passado pelos lençóis de D. Afonso". In: XAVIER, Ângela Afonso. CARDIM, Pedro. D. Afonso VI... p. 96.

apelido de *Vitorioso*, por ter sido em seu governo que a guerra contra a Monarquia Hispânica foi concluída [66].

Como referimos, com a morte de D. João IV em 1656, Dona Luísa de Guzmán assumiu uma regência que deveria durar poucos meses, pois em agosto de 1657 Afonso completaria os catorze anos necessários para assumir o trono português. A rainha-mãe, porém, permaneceu bem mais tempo como regente. Na segunda metade da década de 1650, os autores explicam que a conjuntura da Monarquia Hispânica se encontrava muito melhor, pois vinha de vitórias contra a França, Flandres e Itália, além de ter triunfado também na Catalunha. Nesses anos a fronteira foi palco de diferentes encontros entre o exército luso e o castelhano: tanto no Alentejo, em que a cidade de Olivença acabaria se entregando diante do inimigo, como na região de Entre Douro e Minho, cujo comando do exército português mudaria de mãos algumas vezes: "esta sequência de nomeações e substituições indicia que o padrão não se alterara: os comandos militares eram substituídos a uma velocidade estonteante, ao ponto de, muitas vezes, a coroa proceder à nomeação de novos comandantes sem antes proceder ao aviso dos destituídos" [67]. As Províncias Unidas também ameaçavam Portugal, cobrando a entrega de possessões na América Portuguesa e na África. Os holandeses, assim, declararam guerra a Portugal no ano de 1657 – guerra que duraria até 1661, agravando ainda mais a situação bélica do reino.

Entre os anos de 1657 e 1659 se deu uma nova campanha militar na guerra entre Portugal e a Monarquia. A tomada de Badajoz e a vitória na linha de Elvas – região do Alentejo – daria ânimo aos portugueses, que se viam cada vez mais isolados politicamente no continente. As negociações para o casamento da infanta Dona Catarina com o rei da Inglaterra também deram novo fôlego à disputa. Ainda que certo periódico madrileno informasse a seus leitores de que a proposta portuguesa diante da coroa inglesa era "fantástica" e que o embaixador português teria sido despedido [68], fato é que o casamento

---

[66] Para discorrer brevemente sobre a biografia e governo de D. Afonso VI, seguiremos com XAVIER, Ângela Barreto. CARDIM, Pedro. D. Afonso VI...

[67] XAVIER, Ângela Barreto. CARDIM, Pedro. D. Afonso VI... p. 95.

[68] "Auisan assimismo de Londres, con cartas de primero de Março, que los Portugueses han pretendido casar a D. Catalina de Bergança, hija primogenita de los Duques de aquel nombre, con el Rey de la Gran Bretaña (...) Y auiendose divulgado este casamiento entre la gente popular de aquel Reino, no dexauan de divulgar que podria tener efecto; pero auiendose tratado por la Sala Alta de los señores, donde assiste la Nobleza de aquella Corona, no se admitió la proposición, por fantástica: con que despidierõ al Embaxador Portugues, diziendole, que se contentasse aquel Reino con el comercio que por ahora tiene la Corona de Inglaterra". Em tradução nossa, atualizando a grafia: "Também avisam de Londres, com cartas do dia primeiro de março, que os portugueses pretenderam casar a D. Catarina de Bragança, filha primogênita dos

ocorreu no início do ano de 1662 [69]. Ainda no ano de 1659 uma questão diplomática mudaria a posição de Portugal diante do restante do continente: a chamada Paz dos Pirineus, celebrada em janeiro de 1659 entre a Monarquia Hispânica e a França, colocaria o reino restaurado em posição ainda mais difícil. Além de Madrid poder dedicar-se exclusivamente às fronteiras portuguesas, o acordo de Luís XIV com Felipe IV afastava ainda mais Paris de Lisboa. Fernando Dores Costa argumenta que, se por um lado entendia-se naquele momento a recusa francesa de uma aliança formal com Portugal e que o casamento entre o rei francês e Dona Catarina de Bragança jamais havia sido de fato cogitado, por outro a França continuaria apoiando Portugal informalmente com o envio de cavalaria e de um grande oficial especialista na arte da guerra, o conde de Schomberg [70]. O apoio informal renderia ainda, segundo a *Gazeta Nueva* de Madrid, uma queixa do embaixador castelhano diante de Dom Luis XIV sobre os muitos vassalos franceses que estariam tomando "partido dentro de las Tropas de Portugal, y que los vnos militauan en los Exercitos de tierra, y los otros nauegauan en Nauios con Comissiones de aquel Reyno, no lo pudiendo hazer, segun los Aticulos de las Pazes" (Gazeta Nueva

duques daquele nome, com o rei da Grã-Bretanha (...) E tendo divulgado este casamento entre a gente popular daquele reino, não deixavam de divulgar que podia ter efeito; mas tendo tratado pela Sala Alta dos senhores, onde assiste a nobreza daquela coroa, não se admitiu a proposição, por ser fantástica, com a qual despediram o embaixador português, dizendo a ele que se contentasse aquele reino com o comércio que por agora tem com a coroa da Inglaterra". In: Gazeta Nueva. Número IV. Março de 1661. f.4. Desacreditar as notícias do inimigo era parte importante das notícias impressas nas duas cortes. O *Mercurio Portuguez*, que começaria a ser publicado pouco tempo depois, fazia o mesmo. Como veremos posteriormente, o embaixador português que negociou o casamento da infanta obteve um fim bem mais nobre.

[69] O acordo anglo-português foi firmado com clara vantagem para o lado inglês. Rafael Valladares escreve que o embaixador de Portugal na Inglaterra "entrou então numa corrida contra o tempo. A sua tentadora oferta a Carlos consistiu na aliança matrimonial entre o monarca e a infanta Catarina de Bragança, com um dote majestoso, que incluía 2000000 cruzados, a praça de Tânger e uma liga ofensiva contra os holandeses na Ásia, através da qual a Inglaterra se tornaria dona de todas as antigas praças portuguesas que conquistasse aos holandeses, com exceção de Mascate e metade de Ceilão, Clarendon, principal conselheiro de Carlos, convencido que estava da desesperada situação de Lisboa, decidiu aumentar ainda mais o nível das exigências: a tudo o que foi referido acrescentou-se a cedência de Baçaim, de Moçambique e, ainda ou de Recife, ou do Rio de Janeiro, cabendo a Lisboa escolher. Além disso, Clarendon solicitou o direito de navegar entre Inglaterra e o Brasil sem passar pela metrópole portuguesa". Buscando orientações em Lisboa, Melo voltaria oferecendo "a entrega de Bombaim e algumas vantagens políticas e comerciais, condições que foram de imediato aceites por Clarendon. Em maio a aliança anglo-portuguesa estava decidida, e a 23 de junho o tratado foi assinado". In: VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal...* p. 213.

[70] COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração...* p. 87. Costa explica ainda que o conde era especialista nos assuntos da guerra e que havia ficado disponível após a paz de 1659. Não sendo súdito francês, mas sim natural da Alemanha, Schomberg ficava de fora da intervenção lançada pelo cardeal Mazarino de serem contratados vassalos de Luís XIV. *Op. Cit*. p. 91.

número 5, jul/62; f. 3v) [71]. O periódico informaria, na sequência, que o rei francês teria emitido uma ordem de proibição, cuja eficácia não podemos mensurar.

Diante do comportamento do futuro rei e da situação das fronteiras e das possessões portuguesas, Dona Luísa e seus conselheiros retardaram ao máximo a transferência de poder. O estopim para que o rei considerado inábil para o governo tomasse o poder foi o exílio de Antonio Conti, amigo pessoal do monarca, considerado um perigo para a Coroa e que exercia grande influência em Dom Afonso [72]. No ano de 1662, assim, apoiado por um grupo de fidalgos – no qual encontramos o conde de Castelo Melhor, Luís de Vasconcelos – interessado em fazer parte do novo governo, Dom Afonso afastou sua mãe e os nobres que a apoiavam, e assumiu como rei. Com as mudanças de oficiais advindas com D. Afonso VI, o Conde de Castelo Melhor assumiria como secretário da puridade e posterior valido do rei e Antônio de Sousa de Macedo – nome que nos é caro por ser o autor do *Mercurio Portuguez*, de que trataremos posteriormente – se tornaria seu secretário de Estado. A Gazeta Nueva dava conta mais uma vez do ocorrido em terras lusas, ao discorrer sobre pessoas descontentes com "el tyranico gouierno que los està oprimiendo". E continua, afirmando que o fato da duquesa de Bragança ter desterrado Antonio Conty trouxe aquele reino "algunos disgustos, de que se esperan felizes sucessos, que han de antecipar la conquista, y reduccion de aquel Reyno" (7, nov/62; f. 4v) [73]. Castela estaria, assim, esperando que o golpe provocasse uma crise que auxiliasse na vitória da guerra.

A prática do valimento era o favorecimento real a uma pessoa que terá grande influência no governo, atitude comum durante centenas de anos, mas que atingiria grande relevo especialmente no século XVII europeu. No Portugal restaurado, porém, o valimento não era bem visto especialmente devido à associação às políticas do Conde-Duque de Olivares e sua clientela na administração da Monarquia Hispânica [74]. Ao

---

[71] "partido dentro das tropas de Portugal, e que alguns militavam nos exércitos em terra e os outros navegavam em navios com Comissões daquele reino, não o podendo fazer, de acordo com os artigos da Paz" (tradução nossa).

[72] Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim escrevem que, de um anônimo mercador, Conti passou a possuir um aposento com porta direta para a câmera do rei, o que incomodava toda a Corte, sobretudo devido à sua origem inferior e o poder de influência que exercia sobre o rei. Cf. XAVIER, Ângela Barreto. CARDIM, Pedro. *D. Afonso VI*...

[73] "o governo tirânico que está oprimindo-os", "alguns desgostos de que se esperam sucessos felizes, que anteciparão a conquista, e redução daquele reino" (tradução nossa).

[74] Sobre a importância do valimento durante o governo de Dom Afonso VI, ver: DANTAS, Vinícius Orlando de Carvalho. *O conde de Castelo Melhor*: valimento e razões de Estado no Portugal seiscentista (1640-1667). Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2009. p. 201. Dantas explica que ainda que haja uma diferenciação elaborada por historiadores para descrever *privados* e *validos*, no século

assumir o governo no chamado "golpe de Alcântara", contudo, um dos primeiros movimentos de D. Afonso VI e seu valido foi colocar seus próprios indicados como conselheiros, afastando quase por completo os fidalgos que formavam o governo de Dona Luísa. O Conde de Castelo Melhor foi nomeado escrivão da puridade, ofício que assistiria ao rei "na escrita de documentos, tinha acesso aos segredos da monarquia e tinha em mãos o selo que constava nos documentos régios de caráter oficial" [75], e passou a controlar completamente a comunicação com o rei, monopolizando ainda os mecanismos de distribuição da graça régia. O estilo autoritário, com o passar dos anos, gerou um forte descontentamento de quem se via afastado da influência junto a Dom Afonso VI, e parte da fidalguia virou-se, assim, para o infante Dom Pedro [76].

Na mesma década de 60, a Monarquia Hispânica articulava seus exércitos para marchar em direção às fronteiras do Alentejo. O comandante escolhido, Dom Juan José de Áustria, filho bastardo de Felipe IV, vinha de uma sequência de vitórias em nome da coroa de seu pai, vencendo na Catalunha e em Flandres [77]. No final de 1660, Juan José era nomeado "capitão-general da conquista de Portugal", ficando a cargo do comando supremo sobre todos os outros generais [78]. Aproveitando o golpe palaciano perpetrado por Dom Afonso VI e o conde de Castelo Melhor em Lisboa, Madrid articulou suas tropas, invadindo Portugal em direção a Évora em maio de 1663. No mês seguinte ocorreria a batalha do Ameixial, contra investida anglo-portuguesa comandada pelo conde de Vila Flor cuja vitória lusa rendeu aos castelhanos cerca de 4 mil mortos, 2500 feridos e 3500 prisioneiros. A cidade de Évora também foi recuperada no mesmo mês. De acordo com Dom Juan José de Áustria, o mau comportamento dos soldados teria sido a causa de sua

---

XVII esses termos eram usados indistintamente para tratar da proeminência de indivíduos ao lado dos monarcas. A discussão do termo é realizada por Dantas em sua introdução. Sobre os "espelhos de privanza" que passam a surgir na Europa, semelhantes aos espelhos de príncipe, ver: OLIVEIRA, Ricardo de. O Melhor Amigo do Rei. A imagem da perfeita privanza na Monarquia Hispânica do século XVII. In: *História* (São Paulo), vol. 28, núm, 1, 2009.

[75] DANTAS, Vinícius Orlando de Carvalho. *O conde de Castelo Melhor*... p. 222.

[76] Cf. CARDIM, Pedro. O processo político. In: MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*. O Antigo Regime. Estampa: s/l, 1998. p. 408-410. Conforme o autor, no ano de 1667 um novo golpe palaciano teve vez na corte de Lisboa e o infante estabeleceu-se no palácio real.

[77] Dom Juan José de Áustria nasceu em 1629, filho natural de Felipe IV com uma famosa atriz apelidada *La Calderona*. Mesmo não sendo reconhecido pelo pai após seu nascimento, recebeu educação exemplar ao longo dos anos. Segundo Bruno Aguilera Barchet, o bastardo deveu ao Conde Duque de Olivares seu reconhecimento: ao legitimar sua filha, o valido convenceu o rei a também fazer o mesmo com o filho que já contava com doze anos, numa tentativa de atenuar o escândalo que tal ato despertaria. Após a morte de Felipe IV, Dom Juan se envolveria em diversas desavenças com a regente do reino, a rainha Mariana de Austria. O prólogo de Aguilera Barchet encontra-se na biografia RUIZ RODRÍGUEZ, Ignacio. *Don Juan José de Austria en la Monarquía Hispánica*. Entre la política, el poder y la intriga. Madrid: Dykinson, 2007.

[78] VALLADARES, Rafael. A independência de Portugal... p. 227

derrota. Fernando Dores Costa explica que Áustria afirmara que "o exército que comandava tinha protagonizado uma novidade na história, pois nunca se verificara um exército ser derrotado por um outro que não queria dar batalha e que sempre a evitara" [79]. Alain Hugon acrescenta ainda que a partir dessa derrota as tensões entre Felipe IV e seu filho começaram, tendo o filho natural pedido diversas vezes para voltar à corte e não conseguindo a autorização do pai [80]. A fama de Dom Juan José frente ao exército perdedor certamente espalhou-se pelo reino: no documento anônimo cuja epígrafe abre este capítulo, podemos ler que

> Cuarenta mil hombres llevó el señor Don Juan José de Austria entre infantes, caballos y gastadores; llevó el mayor número de cabos que pudo juntar España, el mayor carruaje que pudo unir el poder, el mayor aparato que pudo prevenir la ostentación y la mayor artillería que se vió en ejército España. Todo esto, Señor, nos quedó destruido. ¿Viéronse más que mil quinientos caballos y mil infantes de todo? Si algunas plazas suyas tenemos, más fue por traición suya que por valentía nuestra. ¿Hay Grande en este reino que no esté pequeño? ¿Hay poderoso que no esté necesitado? ¿Hay rico que no esté pobre, y pobre que no muera de hambre? [81]

O autor argumenta que Felipe IV estaria sendo enganado por seus assessores, e que a Monarquia vinha perdendo a guerra, sendo necessária a negociação pela paz. Jover Zamora não sabe nos dizer acerca do anônimo se sequer é português ou se tem origem castelhana; também podemos apenas cogitar o ano em que foi escrito, certamente posterior à derrota do Ameixial, em 1663. Depois de elencar diversos argumentos sobre a superioridade portuguesa, o anônimo conclui: "señor: en nombre de los Estados habla mi pluma; no se gobierne Vuestra Majestad por quien le dice lo que no sabe, sino por quien sabe lo que le dice" [82].

---

[79] COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração*... p. 98.
[80] HUGON, Alain. *Felipe IV y la España de su tiempo*. El siglo de Velázquez. Barcelona: Editorial Planeta, 2015.
[81] Respuesta que dio cierto ministro… p. 70. "Quarenta mil homens levou o senhor Juan José de Áustria entre infantes, cavalos e gastadores; levou o maior número de cabos que pôde juntar Espanha, a maior carruagem que pôde unir o poder, o maior aparato que pôde prevenir a ostentação e a maior artilharia que se viu em exército em Espanha. Tudo isso, senhor, ficou destruído. Viram mais que mil e quinhentos cavalos e mil infantes do todo? Se algumas praças suas temos, foi mais por sua traição que nossa valentia. Há Grande neste reino que não esteja pequeno? Há poderoso que não esteja necessitado? Há rico que não esteja pobre, e pobre que não morra de fome?". Tradução nossa.
[82] *Ibidem*, p. 71. "Senhor: em nome dos Estados fala minha pluma; Vossa Majestade não governe por quem diz o que não sabe, mas sim por quem sabe o que diz". Tradução nossa.

Após a perda de Évora em 1663 – momento que Rafael Valladares entende ser o verdadeiro fim da guerra – Felipe IV iniciou as primeiras tentativas de trégua, com a mediação inglesa. O historiador cita em nota que

> he encargado – escribió Felipe IV – se encomienden a Nuestro Señor los buenos sucesos del Ejército, y siempre que se abriese camino para una tregua decente, se podrá entrar em la plática de ella para llegar a su efectuación em forma conveniente, por reconocer que obliga a ello el estado em que nos hallamos [83].

A última tentativa de Felipe IV de ao menos conseguir um acordo digno diante de Portugal foi o envio em 1665 do marquês de Caracena frente a um exército de 13 mil homens e 6500 cavaleiros. A chamada batalha de Montes Claros, em que do lado português lutaram cerca de 25 mil homens comandados pelo marquês de Marialva, foi mais uma vez vencida pelos lusos. Desde o início desse ano Felipe IV padecia de hemorragias e crises intestinais, vindo a falecer no mês de setembro, negando-se ainda a receber o filho natural em seus aposentos [84]. Elencamos essas batalhas porque especialmente nessa década a publicística portuguesa sobre a guerra está concentrada em um periódico mensal escrito pelo secretário de estado. A descrição das batalhas será feita, assim, de maneira minuciosa, relatada no *Mercurio*, mas também em longas relações de sucesso, nomeando os inimigos, mas especialmente os comandantes vencedores. Do lado da Monarquia, de maneira mais modesta, encontramos também um periódico de notícias da mesma época, além de relações de sucesso de poucas páginas que detalham os feitos de seus soldados e comandantes.

Voltando a Portugal, convém esclarecer que dentre o grupo de fidalgos que acompanha Dom Afonso VI em seu governo, o nome de destaque será certamente o de Luís de Vasconcelos e Sousa, o terceiro Conde de Castelo Melhor. Pedro Cardim explica que ao redor do rei se forma um triunvirato, encabeçado por Castelo Melhor, que contava ainda com Sebastião César de Meneses e com o conde de Atouguia, D. Jerônimo de Ataíde. Em 1666 Dom Afonso VI se casaria com Maria Francisca de Saboia, princesa

---

[83] Archivo General de Simancas, Estado, leg. 2535, Felipe IV a la Junta de materias sobre Inglaterra, 17/VI/1665. Apud: VALLADARES, Rafael. Portugal y el fin de la hegemonía hispánica. In: ___ *"Por toda la tierra". España y Portugal*: globalización y ruptura (1580-1700). Lisboa: Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, 2016. p. 320. "Encarreguei – escreveu Felipe IV – encomendem a Nosso Senhor os bons sucessos do Exército, e sempre que se abra caminho para uma trégua decente, se poderá colocá-la em prática para chegar a sua efetivação da forma conveniente, por reconhecer que se obriga a isso o estado em que nos encontramos" (tradução nossa).

[84] HUGON, Alain. *Felipe IV y la España de su tiempo…* p. 333.

francesa que serviria para selar oficialmente o apoio da França. A monarquia francesa via o casamento como uma maneira de prolongar a guerra com Dom Felipe IV, além de que a presença da princesa em Lisboa poderia garantir ao rei francês informações importantes, e mesmo influência sobre aquela corte [85]. A descrição não só das festividades deste matrimônio, bem como da viagem realizada pela futura rainha até chegar a Portugal teve destaque no *Mercurio Portuguez* daqueles meses, onde é possível ler no mês de agosto sobre sua chegada que

> Neste tempo hia concorrendo ao Paço toda a Corte com as galas mais ricas que se podem imaginar; porque as sedas, prata, & ouro dos vestidos, & joyas de adorno, sendo tudo de grandíssimo valor, parecia o menos precioso, a respeito das inuentiuas nas guarnições, que dauão um luzimêto particular. (...) Outra vistosíssima vista faziam as carroças, todas, ou nouas, ou renouadas, com sedas, pinturas, & outros (...) (ago/66; f.6v)

Lemos ainda que

> Tanto que o bergantim de suas Magestades se afastou da Capitania, começou ella a desfazerse em fogo, & tiros, imitada dos outros nauios da Armada; & dos que se achauam no porto, & rio, assi Portuguezes de guerra, como mercantis de todas as naçoens; era verdadeiramente alegre aquella horribilidade da artilheria, que mal deixaua ouvir alguma vez as trombetas, & clarins que nam cessauam de tocar (...) (ago/66; f. 9).

E sobre parte da decoração erigida para o momento, ficamos sabendo que

> Pouco antes da porta de Santa Catherina, que he a primeira da Cidade, se passaua pello arco dos Italianos; nem deste, nem dos mais, por todos eram dezaseis (feitos repartidamente pellos homens de negocio Italianos, Francezes, Alemaens, Inglezes, Framengos, Portuguezes, & pellos Mysteres dos officios de Lisboa) se poderá Mercurio com toda a sua eloquência fazer descripçam neste papel, quando apenas poderá bastar hum volume inteiro, que hum excellente escritor está ordenado para se imprimir (...) Permitase só dizer com esta particularidade, que o dos Francezes, feito na portada da Igreja da Sé, foi de huma fabrica, nam somente notauel, mas muito admirauel, & de huma despeza gradíssima (...) (ago/66; f. 14)

Por fim, o *Mercurio* daquele mês enfatiza ainda a admiração do público que viu e participou das festividades, além da riqueza empregada, apesar dos anos de guerra:

[85] Cf. MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho*. A monarquia portuguesa e a colonização da América 1640-1720. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2002. p. 117.

> Este affirma com toda a verdade (a que todas as naçoens contribuem tanto milhares de testemunhas de vista) que nesta entrada de suas Magestades vio Lisboa o mayor triumpho, que pode ser que o mundo haja visto; cuja ostentação, cuja riqueza, & cujo applauso deue ser desengano aos Castelhanos, & a seus amigos, se tiuerem olhos, do que he Portugal depois de vinte & seis annos de continua, & tam porfiada guerra; & do amor com que os Portuguezes seruem a seu Rey natural (ago/66; f. 16v).

Com estes trechos queremos demonstrar o esforço do periódico em descrever a chegada da rainha, a riqueza e participação da população e da fidalguia, bem como o apoio das diversas nações citadas nas dezenove páginas frente e verso, dedicadas ao mês de agosto de 1666, número bastante superior à média do restante do *Mercurio.* As longas citações da participação da nobreza, trazendo o nome dos principais fidalgos e a riqueza empregada na festa e nos ornamentos demonstra a importância que aparecer nesse periódico possuía para aquelas pessoas, questão que iremos tratar em momento oportuno neste trabalho [86].

As entradas reais são práticas que remetem ainda à Idade Média que sofreram várias modificações ao longo dos anos até transformarem-se em cerimônias complexas e suntuosas como as descritas anteriormente. Já em finais do século XVI, "as entradas reais e procissões, bem como os autos-de-fé, tornaram-se eventos longos, que apresentavam várias partes e envolviam o trabalho de toda a sorte de artistas do reino e estrangeiros", começando a formar-se a concepção da festa barroca [87]. A ênfase dada aos arcos triunfais descritos por Macedo no *Mercurio* serviria justamente para demonstrar o apoio recebido de diferentes nações, dedicando-se a tratar especificamente do arco francês, cuja origem remetia à nova rainha.

No mês de outubro o *Mercurio* continua sua descrição dos festejos provocados pelo casamento de Dom Afonso VI, demonstrando como a situação de guerra faria parte mesmo das comemorações do matrimônio:

> Na noite do dia seguinte houue no terreiro do mesmo Paço grandes inuençoens de fogo: fabricou-se de madeira pintada hum bizarro Castello, com seus baluartes, & tudo o mais que pede a arte de fortificação: contra elle se fingio

[86] De acordo com Norbert Elias, "o modelo essencial de marcar uma posição social é documentá-la por meio de um estilo de vida apropriado, segundo os parâmetros desse nível". ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Trad. Pedro Süssekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 83. Sobre a entrada de Maria Francisca Isabel de Saboia na cidade de Lisboa, ver MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho*... p. 117-123.

[87] MEGIANI, Ana Paula Torres. *O rei ausente*. Festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581-1619). São Paulo: Alameda, 2004. p. 122.

> hua inuestida, & delle huma defensa com cargas contrafeitas de mosquetaria, & artifícios abrazados, tam continuados& horriueis, que naturalmente se representou o mais espantoso combate; estaua para sair de dentro hua Serpente a pelejar com hum Leam, ambos de fogo; (...) foi muito para ver o como o Leam se desfez em cinza, despois de hauer despedido de si furiosos rayos, brigando com homens armados de espadas, & rodelas de fogo, que de si lançauam outros semelhantes (10/66; f.1; 1v)

O leão, animal associado à Castela na iconografia do período, é assim derrotado na representação com "grandes invenções de fogos", realizada nas comemorações do casamento. Podemos ler no *Mercurio* ainda que: "nunca a bizarria de Portugal se vio mais aceada, & gentil; nunca sua generosidade se ostentou tam custosa, & liberal; admiramse os Estrangeiros, que se acharam presentes, confundiramse os Castelhanos prisioneiros, que puderam alcançar ver as festas" (10/66; f. 2v). Mais uma vez, o periódico escrito pelo secretário de Estado Antonio de Sousa de Macedo dedica quase dez páginas para as comemorações do casamento do rei, onde podemos ler em trechos como o inserido acima o enaltecimento daquela Coroa diante do inimigo cuja guerra já perdurava vinte e seis anos.

As festas e comemorações não afastavam, contudo, o descontentamento provocado pelo governo de Castelo Melhor descrito páginas atrás, momento em que os nobres de Lisboa passavam a se posicionar cada vez mais ao entorno do infante Dom Pedro – inclusive a própria rainha. Um novo golpe, assim, não demorou a ocorrer: em novembro de 1667, a rainha se recolheu ao convento da Esperança e Dom Pedro se dirigiu ao Palácio Real, onde apresentou a renúncia de D. Afonso VI. Dias mais tarde, o conde de Castelo Melhor partia para o exílio. Em janeiro de 1668, a paz com a Monarquia Hispânica era assinada. O matrimônio de D. Afonso foi ainda cancelado, casando seu irmão mais novo com a mesma princesa francesa tempos depois. Assim, a paz com a Monarquia Hispânica foi um fracasso para a França – pois livrou os exércitos castelhanos para lutar na frente francesa; a posterior demissão de Antônio de Sousa de Macedo – partidário inglês – e o novo casamento do regente, um fracasso para a Inglaterra. Vitorino Magalhães Godinho é categórico:

> A rainha aliás não governará, o Infante, agora regente, posteriormente rei, também não. O juiz do povo, a Câmara e os mesteres desempenharam um papel que não é de desprezar na queda de Castelo Melhor e de Sousa de Macedo; ao que parece, o povo pretendia colocar o Infante à testa do governo e assegurar a sucessão, sem chegar à deposição e exílio de D. Afonso, mas

> manobrado pela nobreza, e também não é ele que governará. O governo de Portugal está nas mãos dos fidalgos e do alto clero: tinha atingido a sua meta [88]

A tragédia de Felipe IV entre os anos de 1660 e 1665 são descritos por Rafael Valladares como motivadas por uma série de circunstâncias insuperáveis, como a internacionalização do conflito (encabeçada pelo acordo anglo-português), a indiferença dos reinos peninsulares [89] e a falta de assistência dos aliados, especialmente Viena, cujo intuito era, de acordo com o historiador, de que Madrid encerrasse a guerra contra Portugal e auxiliasse nos ataques à França [90]. É no ano de 1665, assim, que o historiador Antonio Terrasa Lozano entende se dar o fim da guerra, momento em que se inicia "o crepúsculo de toda a retórica, de todos os discursos, de todos os *topoi* que ela tinha produzido" [91]. O autor explica que já no fim daquele ano começavam as manobras para encerrar a guerra de maneira definitiva ou ao menos temporária, aparecendo naquele período votos no Conselho de Guerra como o do Conde de Rebolledo, analisados por Lozano, que defendiam o fim do conflito [92].

A guerra entre Portugal e a Monarquia Hispânica não pode, assim, ser compreendida apenas no interior da Península Ibérica. A relação com os demais reinos europeus, sobretudo França e Inglaterra, foi fundamental para ambos atingirem seus objetivos. Se por um lado Portugal necessitava não só de reconhecimento, como de recursos, a Monarquia estava inserida em diferentes conflitos, cuja resolução refletiria na guerra contra os portugueses. Devemos, assim, discorrer agora acerca das relações

---

[88] GODINHO, Vitorino Magalhães. 1580 e a Restauração... p. 419.

[89] Rafael Valladares argumenta que, diferentemente da empresa para a recuperação da Catalunha, a reintegração portuguesa era vista como algo indesejável, não só por castelhanos, mas também pelo resto da periferia da península. O historiador entende que, se do lado da Coroa, recuperar Portugal era uma necessidade imperdoável, para a população "aquela empresa era só mais um gesto da hegemonia *non grata* exercida pelos Áustrias, a mesma que havia colocado os reinos da Monarquia em outras operações igualmente complexas e impossíveis de financiar" In: VALLADARES, Rafael. Portugal y el fin de la hegemonía hispánica… p. 310. No original: "aquella empresa era sólo un gesto más del hegemonismo *non grato* ejercido por los Austria, el mismo que había embarcado a los reinos de la Monarquía en otras operaciones igualmente complejas e imposibles de financiar".

[90] VALLADARES, Rafael. Portugal y el fin de la hegemonía hispánica… p. 322.

[91] LOZANO, Antonio Terrasa. O parecer do Conde de Rebolledo (1666) e o fim da guerra da Restauração. In: MARTÍN MARCOS, David. IÑURRITEGUI, José María. CARDIM, Pedro (orgs.) *Repensar a identidade*. O mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia. Lisboa: Centro de História do Além-Mar, 2015. p.132.

[92] O Conde enumera as principais razões pelas quais a paz seria o melhor caminho naquele momento: 1) a certeza de que uma nação não seria conquistada sem que parte dessa mesma nação não contribuísse para isso; 2) a força superior dos portugueses após as sucessivas vitórias. Assim, segundo seu voto, seria melhor assinar uma trégua e esperar a maioridade de Carlos II. Cf. LOZANO, Antonio Terrasa. O parecer do conde de Rebolledo (1666) e o fim da guerra da Restauração...

internacionais que se firmaram ao longo da guerra. Os embaixadores enviados foram parte fundamental do conflito, pois foram responsáveis pelas negociações necessárias para o envio de mantimentos, soldados e a realização de casamentos importantes para que se firmassem os acordos. A espada, assim, cederia "o primeiro lugar às negociações dos diplomatas" [93].

2.4 A diplomacia no decorrer da Restauração: "pedras de um xadrez complicado"

A primeira parte de nosso trabalho tem o intuito de trazer ao leitor a compreensão necessária para a análise da documentação investigada em nossa pesquisa. Dessa maneira, entendemos como fundamental discorrer sobre os diversos embaixadores enviados por Dom João IV – e depois Dom Afonso VI – a diferentes reinos da Europa em busca de apoio à nova dinastia no poder. Não pretendemos esmiuçar as atividades de cada enviado, mas perpassar rapidamente as principais ações destes diplomatas para entendermos as publicações impressas de notícias do período, que frequentemente apresentavam a descrição dessas viagens e os benefícios conseguidos para a coroa portuguesa. A frequência com que essas notícias apareciam em periódicos e relações de sucesso nos faz crer em dois pontos: o interesse que o público coevo possuía nesse assunto e a necessidade – talvez do próprio embaixador, mas também do rei – de fazer publicar os sucessos diplomáticos alcançados.

Ao longo dos anos, o papel dos servidores diplomáticos foi se tornando cada vez mais importante em todo o continente europeu e, de acordo com Pedro Cardim, a pessoa enviada passou a ser vista muitas vezes como possuidora da reputação internacional do príncipe, "chegando mesmo a ser equiparada a uma espécie de 'simulacro' do senhor que representava" [94]. O dispositivo diplomático português no século XVII, contudo, possuía uma organização incipiente e não havia nem órgãos especializados nem uma estrutura clara para o recrutamento desses servidores. Quase todos os convocados, segundo o historiador, haviam previamente ocupado funções militares, de onde concluímos que, para aquela sociedade, a diplomacia enquanto uma "batalha pela paz", era tarefa que

[93] BRAZÃO, Eduardo. *A Restauração*. Relações diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d. p. 154.
[94] CARDIM, Pedro. Embaixadores e representantes diplomáticos da coroa portuguesa no século XVII. In: *Cultura*. Revista de História e Teoria das Ideias. vol. 15, 2002. p. 49.

necessitava de qualidades semelhantes às exigidas no serviço militar. Os principais destinos dos enviados foram França, Inglaterra, Roma e Províncias Unidas:

> A França, a par da Inglaterra, eram os reinos com os quais Portugal mais procurou aliar-se, a fim de obter proteção contra a Monarquia Hispânica; quanto às Províncias Unidas, o principal motivo para todas essas missões era a resolução do conflito que estava em curso na América do Sul; em Roma, por último, procurou-se obter o reconhecimento oficial da nova dinastia reinante e a resolução do problema do não-reconhecimento das nomeações para as dioceses portuguesas [95].

Ainda que fosse incipiente, Dom João teria escolhido nomes de absoluta confiança para as embaixadas enviadas aos diferentes reinos europeus. Oscilou, assim, "entre aclamadores de primeira hora e membros da *família* brigantina", onde teria demonstrado maior apego à fidelidade do que às competências de cada enviado" [96].

Dom Antão de Almada, Francisco de Andrade Leitão e Antônio de Sousa de Macedo (este último como secretário) foram enviados para tratar diretamente com o rei inglês, buscando sobretudo apoio no abastecimento do reino. Uma possível aliança com a Inglaterra, lembra Cassiana Gomes, poderia despertar o governo francês no apoio a Portugal: "se a Inglaterra poderia ser mais útil na questão do abastecimento, a França poderia atuar junto ao Papado, a fim de ter reconhecida a legitimidade da dinastia de Bragança, objetivo este que evidentemente a Monarquia inglesa e anglicana não poderia alcançar em Roma" [97]. Apesar de um primeiro acordo ainda no ano de 1642 – no qual ficou autorizado o acesso dos navios ingleses aos portos de Portugal e das conquistas de África e Oriente, além de privilégios aos seus comerciantes e a obrigação portuguesa de adquirir seus navios na Inglaterra – a Revolução Inglesa e a guerra civil que ocorreu em seguida complicou a relação entre Portugal e Inglaterra. Em 1649, após a morte do pai, Carlos II se exilou na França, enquanto o governo português mantinha-se neutro diante da situação inglesa. Quando uma esquadra realista aportou no Tejo, Dom João teve de se posicionar, não permitindo que as forças inimigas ao herdeiro da coroa a atacassem – fazendo com que os republicanos iniciassem um bloqueio ao Tejo. Após vários meses fechando a principal entrada de mercadorias do reino, os navios republicanos capturaram

---

[95] CARDIM, Pedro. Embaixadores e representantes diplomáticos... p. 59.
[96] Cf. COSTA, Leonor Freire. CUNHA, Mafalda Soares da. *D. João IV*... p. 109.
[97] GOMES, Cassiana Maria Mingotti Gabrielli. *Diplomacia e concorrência colonial*. Portugal e França 1640-1715. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2014. p. 57. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15062015-105757/pt-br.php> Acesso dia: 18-abr-2018.

nove barcos carregados de açúcar vindos da colônia, encerrando o bloqueio. Seguindo ainda com Cassiana Gomes, em 1654 a coroa portuguesa conseguiu assinar novo acordo com a Inglaterra (republicana), se comprometendo em devolver aos ingleses a mercadoria confiscada durante o bloqueio ao Tejo, pagando ainda uma indenização de 50 mil libras [98]. Por outro lado, Portugal não foi recompensado por todas as perdas sofridas – um sinal de como a relação entre os dois reinos seria com frequência desigual, especialmente durante a guerra contra a Monarquia Hispânica. A restauração da monarquia inglesa trouxe a Portugal novos benefícios, especialmente com as negociações do casamento entre Carlos II e Dona Catarina, filha de Dom João IV [99]. O embaixador castelhano em Londres realizou diversas manobras no intuito de que o matrimônio não ocorresse, oferecendo novas alianças (diga-se novas candidatas) e espalhando boatos: "todos estes esforços buscavam afastar o governo de Lisboa de sua primeira aliança matrimonial do pós Restauração, que lhe garantiria grande apoio político-diplomático e militar, além do reconhecimento da dinastia de Bragança (...)" [100]. Para Eduardo Brazão, o casamento trouxe consigo uma nova fase da aliança anglo-portuguesa, sendo o responsável pela consolidação da coroa de Bragança no poder [101]. Na *Relacion de las fiestas qve se hizieron en Lisboa, Con la nueua del casamento de la Serenissima Infanta de Portugal* que, apesar de escrita em espanhol foi impressa em Lisboa, podemos ler o que era de conhecimento das pessoas do período:

> Los casamientos de los Principes son tan vtiles al comun, por el fin de la sucession, y por la amistad que concilian entre las naciones, q' no es lisonja sino deuda el celebrarlos con fiestas publicas; y por la misma razón es cõueniente hazer relación dellas, para comunicarlas a los amigos absentes, y para mostrar a todos, que no se ha faltado a lo que se deuia [102].

---

[98] Eduardo Brazão explica que no ano de 1652 eram enviados a Londres Dom João Rodrigues de Sá e Meneses, Conde de Penaguião, como embaixador extraordinário, e o secretário Dr. Henrique da Silva. In: BRAZÃO, Eduardo. *A Restauração*... p. 220. Brazão entende que, apesar das enormes pretensões do governo inglês, a coroa portuguesa teve de ceder ao acordo porque era necessário preparar-se para o caso da França "nos abandonar". Op Cit. p. 226.

[99] Pedro Cardim nos informa que – certamente sabendo da importância do que estava em jogo – o embaixador português em Londres, Francisco de Melo Torres, vendo que o tratado estava prestes a ser assinado, escreveu a Lisboa afirmando que só seguiria com as negociações se lhe fosse dado o título de Conde – o que de fato conseguiu. Cardim explica, porém, que "quanto à maioria dos enviados, quase todos recebiam mercês de menor valia". In: CARDIM, Pedro. Embaixadores e representantes diplomáticos... p. 81-2. Como podemos perceber, ao invés de ser expulso da corte inglesa – como afirmava a Gazeta Nueva de Madrid – o embaixador português foi agraciado com importante título nobiliárquico.

[100] GOMES, Cassiana Maria Mingotti Gabrielli. *Diplomacia e concorrência colonial*... p. 62.

[101] BRAZÃO, Eduardo. *A Restauração*... p. 262. Na nota 69 deste capítulo elencamos os principais pontos do acordo em que, se aproveitando da fragilidade portuguesa, a Inglaterra leva clara vantagem.

[102] *Relacion de las fiestas qve se hizieron en Lisboa, Com la nueua del casamento de la Serenissima Infanta de Portugal*. 1662. Impressor: Henrique Valente de Oliveira. f.1v. "os casamentos dos príncipes são tão úteis ao comum, pela sucessão e pela amizade que conciliam entre as nações, que não é lisonja mas dívida

Era notório, assim, a função dos casamentos reais naquela sociedade para conciliar as nações, utilizando-se assim as relações impressas para comunicar aos ausentes e mostrar a todos que tudo havia sido feito da maneira que se devia. Esses espetáculos eram entendidos como "manifestos da realidade de um reino, nos quais a sociedade que comparecia podia contemplar-se a si mesma em sua coerência social e política, mantendo as hierarquias, mas ao mesmo tempo exaltando a sua unidade" [103]. No mesmo relato, o autor desconhecido deixa claro que "celebró Portugal este casamiento, con tan grãde dote, solemnidad, y despesa tan grande en el mismo tiempo, que tiene en campaña contra Castilla tres poderosos Exercitos en tres Prouincias diferentes (…)" [104]. Toda a relação esforça-se por demonstrar como um reino envolvido numa grande guerra como Portugal conseguia dispor de recursos para produzir dias de comemorações pelo casamento da infanta. Ainda que tratando do casamento de Dom Afonso VI anos depois, podemos assumir como válida a afirmação de Rodrigo Bentes Monteiro quando ele escreve que estas festas revelavam várias intenções, "mas um só sentido: projetar para o estrangeiro o poder do rei português associado a uma potência maior (...)" [105]; neste momento a Inglaterra, anos depois, a França.

Uma aliança com as Províncias Unidas seria mais complicada sobretudo devido à sua guerra de independência contra a Monarquia Hispânica. Em abril de 1641 chegava a Haia o enviado Tristão de Mendonça Furtado, descrito por Eduardo Brazão como um soldado destemido mas pouco experiente nesses assuntos [106]. Essa guerra motivou a expansão colonial holandesa, num momento em que parte das possessões portuguesas no Estado do Brasil estavam em mãos holandesas, além de outros territórios na África e no Oriente:

> O que havia se iniciado como uma afronta à empresa colonial ibérica – prejudicando o comércio do açúcar realizado pelos portugueses e o controle do tráfico de escravos e do comércio de especiarias – em 1640, consistia num

---

celebrá-los com festas públicas; e pela mesma razão é conveniente fazer relação delas, para comunicá-las aos amigos ausentes, e para mostrar a todos, que não se faltou com o que se devia" (tradução nossa).

[103] MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho*... p. 125.

[104] *Relacion de las fiestas qve se hizieron*… f. 12v. "celebrou Portugal este casamento com tão grande dote, solenidade, e despesa tão grande ao mesmo tempo que tem em campanha contra Castela três poderosos exércitos em três provincias diferentes" (tradução nossa).

[105] MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho*... p. 127.

[106] BRAZÃO, Eduardo. *A Restauração*... p. 338.

> empecilho à aliança entre Portugal e Províncias Unidas, aliados potenciais, num momento em que ambas lutavam contra a dominação Habsburgo [107].

Em um tratado firmado no ano de 1641 foi acordado uma trégua, momento em que o governo de Lisboa não poderia promover qualquer resistência nos territórios do Brasil – o que não seria cumprido tempos depois. No mesmo ano, uma relação de sucesso descrevia o resultado da embaixada, informando que a Holanda enviava "vin[te] Naos fortes preparadas de gente de mar, bastimentos, artelharia, & mais pertrechos de guerra para que siruão & dem ajuda a V. Magestade em dano do comum inimigo Rey Castelhano, & de seus aliados" [108]. Nesse momento em que a situação das colônias também era delicada, também foi impressa uma relação que divulgava a chegada da notícia ao vice-rei da Bahia e a carta que ele teria enviado ao Conde de Nassau em Pernambuco, com a resposta deste. Após a cópia da dita carta do vice-rei Marquês de Montalvão, lemos a resposta do Conde de Nassau, que teria escrito que

> Com tanto desejo esperaua a certeza desta noua, por me auer chegado auia cousa de hum mês, por carta que tiue de Inglaterra passando por aly a vltima nao vinda de Olanda para este porto, que lhe afirmo a V. Exc. me sinto muy feliz deuedor pella vontade, & fauor, com q' ma quis certificar, Della me nace o mesmo conhecimento, que a V. Exc. de auer sido destino executado do poder diuino, o qual deuemos esperar, que com tais princípios não aja de faltar nos meyos da paz entre aquelle Reyno, & os Principados de Europa [109].

A publicação de uma carta de apoio do Conde de Nassau à nova Coroa era assim outra maneira de demonstrar a força necessária diante da Monarquia, já que o inimigo indicava estar do lado português e, portanto, contra Dom Felipe IV. Convém ascrescentar que, sendo membro de uma família que ascendeu durante o governo filipino, logo após a aclamação Dom Jorge Mascarenhas é convocado de volta a Lisboa. Apesar da relação impressa com as novas sobre a aclamação e a ligação estabelecida com o Conde de

---

[107] GOMES, Cassiana Maria Mingotti Gabrielli. *Diplomacia e concorrência colonial*. p. 64.

[108] *Copia da carta qve os Estados de Olanda escreuerão a Sua Magestade o Serenissimo, & Potentissimo Senhor Rey Dom João IV de Portugal. Com outra relação da entrada, que o Fronteiro mor Dom Gastão Coutinho fez pelo Reyno de Galiza em noue de Setembro deste Anno de 641*. 1641. Impressor: Jorge Rodrigues. f. 1v.

[109] *Cartas qve escreveo o Marqves de Montalvam sendo VisoRey do Estado do Brasil, ao Conde de Nassau, que gouernaua as armas em Pernambuco dandolhe auiso da felice acclamação de sua Magestade o Senhor Rey Dõ Jão o IV nestes seus Reynos de Portugal, e reposta do Conde de Nassau.* 1642. Impressor: Domingos Lopes Rosa. f. 3.

Nassau, o marquês de Montalvão morreria em 1652 ainda prisioneiro no castelo de São Jorge [110].

Em 1645, liderados por João Rodrigues de Sá e Meneses, o conde de Penaguião, que à época era camareiro-mor do rei, diversos nobres se envolveram num plano de insurreição para a retomada de parte das colônias em poder dos holandeses [111]. Enquanto isso, chegava a Haia Francisco de Sousa Coutinho, "um dos mais ilustres diplomatas que a Restauração teve ao seu serviço" [112], cujo intuito inicial era incluir Portugal no Congresso de Münster – e nada sabia dos planos da insurreição. Sua instrução secreta dizia que ele deveria:

> 1) Conseguir os bons ofícios dos Estados para que Portugal fosse incluído em qualquer tratado de paz que se fizesse com Castela e para que os plenipotenciários portugueses fossem admitidos ao Congresso; 2) negociar uma paz perpétua com a Holanda; 3) obter a devolução das praças tomadas pelos holandeses antes e depois da Revolução do 1º de dezembro de 1640 [113].

Nos anos seguintes, temendo um apoio francês aos insurrectos no Brasil, Dom João IV admitiu enviar auxílio para a expulsão dos holandeses de Recife. Enquanto isso, Coutinho informava o governo das Províncias Unidas de que Dom João IV abria mão de Pernambuco, em mais uma ação descoordenada entre corte e embaixador. Por essa atitude extremada, Coutinho ficaria conhecido como Judas do Brasil [114]. As negociações de um

---

[110] Cf. MEGIANI, Ana Paula Torres. O Brasil no contexto da Guerra de Restauração Portuguesa (1640-1668). In: ___. SANTOS PÉREZ, José Manuel. SILVA, Kalina Vanderlei (orgs.) *O Brasil na Monarquia Hispânica* (1580-1668). Novas interpretações. São Paulo: Humanitas, 2014. Seu filho, que permaneceu fiel a Dom Felipe IV será lembrado no decorrer deste trabalho.

[111] Cassiana Gomes argumenta que seria improvável que Dom João IV não soubesse dos planos de seus vassalos, mas não poderia se envolver, correndo o risco de comprometer as relações diplomáticas entre os reinos. In: GOMES, Cassiana Maria Mingotti Gabrielli. *Op. Cit*. p. 66. Eduardo Brazão defende ainda que as ofensivas por parte dos holandeses também não cessaram após a assinatura do tratado: "E assim, pouco depois de assinado o expresso acordo a que vimos fazendo referência, os Países Baixos ocupavam-nos o Maranhão, no Brasil e em 26 de agosto de 41 o Almirante Jol, por ordem de Maurício de Nassau, tomava posse de Angola e de S. Tomé!". Devido assim, segundo Brazão, à deslealdade holandesa, um novo embaixador foi enviado, Francisco de Andrade Leitão, que estava antes em Londres. O novo enviado, contudo, mesmo rebatendo "um a um os argumentos que lhe apresentavam", não obteve sucesso. Ele partiria, assim, para o Congresso de Westfália. In: BRAZÃO, Eduardo. *A Restauração*... p. 350-2.

[112] BRAZÃO, Eduardo. *A Restauração...* p. 352. Mesmo tendo sido um grande embaixador, a relação entre Coutinho e a corte portuguesa é descrita por Pedro Cardim como uma "completa descoordenação", pois enquanto o embaixador negociava uma solução pacífica, a Coroa apoiava, com descrição, a revolta. In: CARDIM, Pedro. Embaixadores e representantes diplomáticos... p. 73-4.

[113] PRESTAGE, Edgar. As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668. Trad. Ferraz de Carvalho p. 211 Apud: BRAZÃO, Eduardo. *A Restauração...* p. 352.

[114] Cf. COSTA, Leonor Freire. CUNHA. Mafalda Soares. *D. João IV*... p. 240.

acordo com as Províncias Unidas, dessa maneira, passaram sempre pelas possessões portuguesas no ultramar, sobretudo por Pernambuco e as capitanias anexas.

Foram enviados ainda como embaixadores portugueses a Haia Antônio de Sousa de Macedo e seu secretário Dr. Antônio Raposo, substitutos de Coutinho no ano de 1650, e depois, no ano de 1658, Fernando Teles de Faro [115]. Ainda assumiu o lugar de embaixador em Haia o Dr. Feliciano Dourado em 1659 e no final do mesmo ano, Dom Henrique de Sousa de Tavares, Conde de Miranda. A paz com as Províncias Unidas só foi assinada no ano de 1661. Entre os pontos mais importantes do acordo encontramos a indenização a ser paga pelos portugueses pela retomada de Pernambuco e Bahia – de quatro milhões de cruzados – e a abertura dos portos do Brasil e demais colônias para os holandeses, além da autorização do comércio holandês dentro do reino. O tratado, descrito como injusto por Edgar Prestage já que "não continha nenhumas disposições para indenizar Portugal dos prejuízos que havia sofrido da parte das Companhias holandesas", foi visto por Brazão como um triunfo diplomático.

A França foi um dos reinos de maior interesse da coroa portuguesa. Em guerra declarada com a Monarquia Hispânica desde 1635, Luís XIII e Richelieu – e depois Luís XIV e Mazarino – mostravam-se interessados em Portugal desde as primeiras sublevações de 1637 em Évora. Após o primeiro de dezembro, a expectativa francesa era de que Dom João IV iniciasse uma ofensiva nas fronteiras castelhanas, aliviando assim, as frentes da Monarquia do outro lado da península. O problema era que Portugal não possuía meios de planejar um grande ataque e a ideia inicial de uma aliança não aconteceu. Não sendo possível a ofensiva bélica, Portugal partiria para a ofensiva diplomática. Assim, seguindo com Cassiana Gomes, em 1646 Antônio Vieira iria a Paris levando a proposta da divisão da coroa portuguesa que já mencionamos [116] – ideia ousada, mas rejeitada por Mazarino. Além da fragilidade da diplomacia portuguesa, que de certa forma pouco tinha a oferecer à coroa francesa, a política interna deste país também não facilitou na busca por uma aliança.

Antes do padre Antônio Vieira, contudo, Eduardo Brazão nos informa que foram como embaixadores portugueses para a França o monteiro-mor Francisco de Melo, o

[115] Caso único, de acordo com Eduardo Brazão, Faro aceitou o suborno do embaixador enviado por Felipe IV e fugiu para Madrid para "buscar o prêmio por sua traição". In: BRAZÃO, Eduardo. *A Restauração...* p. 371. O caso deste embaixador foi notório, já que ele foi executado em estátua no Rossio de Lisboa com a finalidade de dar o exemplo. In: CARDIM, Pedro. Embaixadores e representantes diplomáticos...
[116] Tratamos dessa questão na nota 46 do primeiro capítulo.

doutor Antônio Coelho de Carvalho e o secretário João Franco Barreto no ano de 1641. No ano seguinte, foram enviados ainda Dom Vasco Luís da Gama, o Conde da Vidigueira (e depois marquês de Niza), e seu secretário Dr. Antônio Moniz de Carvalho [117]. O conde permaneceria em Paris por quatro anos, convivendo com outros enviados extraordinários de Portugal como o Dr. Luís Pereira de Castro – responsável por negociar o casamento do príncipe Teodósio com uma sobrinha de Luís XIII e que seguiu depois para o Congresso de Vestfália (1648) no séquito dos embaixadores franceses. Castro encontrou ali outros enviados portugueses, mas nenhum deles conseguiu as credenciais necessárias para participar das negociações, que terminaram com a paz entre a Monarquia Hispânica e as Províncias Unidas, mas sem o acordo da primeira com a França. O tratado entre os dois países – chamado *dos Pirineus* – foi assinado apenas em 1659. Eduardo Brazão acrescenta que Luís XIV, mesmo descumprindo o acordo com Felipe IV, enviou embaixador a Lisboa acompanhado do Conde de Schomberg – que já conhecemos – e seiscentos oficiais que havia recrutado para lutar em Portugal. O autor afirma que "ficavam interrompidas as relações diplomáticas oficiais de Portugal com a França, mas no período que vai até à nossa paz com a Espanha em 1668, continuamos a manter um contato quase permanente com a monarquia de Luís XIV, ainda que por vias secretas e indiretas" [118]. Para a França, nos informam os dois autores, não conviria a paz entre Lisboa e a Monarquia, motivo pelo qual o reino apoiava informalmente Portugal mesmo após o tratado de paz com Felipe IV. Cassiana Gomes entende ainda que o não cumprimento de partes do tratado, como o pagamento do dote de Maria Teresa no casamento com Luís XIV no ano de 1661 teria convencido o governo francês dos benefícios de continuar apoiando os Bragança [119]. O acordo com a França viria, assim, apenas em 1666, ano do casamento de Dom Afonso VI com Maria Francisca Isabel de Saboia, prima de Luís XIV.

O envio a Roma de diferentes embaixadores, sobretudo de religiosos, para conseguir o importante reconhecimento papal da nova dinastia no poder em Portugal não surtiu qualquer efeito ao longo dos anos em que durou a guerra contra a Monarquia Hispânica. O primeiro enviado, o Bispo de Lamego, Dom Miguel de Portugal (junto do Dr. Pantaleão Rodrigues Pacheco e do secretário Rodrigo Rodrigues de Lemos), esteve por um ano na Santa Sé esperando ser recebido pelo papa como embaixador de Portugal,

[117] BRAZÂO, Eduardo. *A Restauração*... p. 62 e 87.
[118] ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Tomo III, parte II. p. 72. Apud. BRAZÃO, Eduardo. *A Restauração*... p. 149. Convém esclarecer que todo o livro de Brazão é escrito na primeira pessoa do plural: *nós* portugueses e os *outros*.
[119] GOMES, Cassiana Maria Mingotti Gabrielli. *Diplomacia e concorrência colonial*... p. 93-4.

mas a influência dos enviados de Felipe IV foi mais forte que os poucos recursos de Lisboa. A atenção que a ida de Lamego a Roma obteve nos papéis de notícias lisboetas – de que trataremos posteriormente – demonstra a importância que aquela sociedade e também a nova Coroa viam na aprovação papal. Além da questão simbólica de um reino católico como o português não ser reconhecido pelo Sumo Pontífice, o principal problema era a não confirmação dos bispos apresentados por Dom João IV. Eduardo Brazão, citando Fortunato de Almeida, explica que "em toda a Índia já havia só um prelado, que era o arcebispo de Goa; igualmente se encontravam sem bispos a diocese de Angra e oito dioceses de Portugal" [120]. O argumento do lado da Monarquia era que Dom João IV deveria ter obtido os direitos antes, consultando o papa; a instauração de um novo governo seria, dessa maneira, uma insubordinação a Roma [121]. A carta do embaixador castelhano ao papa, publicada sem qualquer indicação de local ou data, enumera todos os motivos pelos quais o Santo Padre não deveria receber o enviado português. Em primeiro lugar, explica que por sessenta anos a união vigorou e foi "jurada por el Duque moderno, padre, y aguelo, à las tres Magestades de Felipe Segundo, Tercero, y Quarto", chamando de crime de lesa majestade a atitude de Dom João IV diante do juramento que toda a família havia feito aos Felipes nos anos anteriores [122]. O papel impresso continua ainda mais incisivo ao explicar quem era o bispo de Lamego

> en el Obispo, ni en quien le embia, no se representa Reino, ni Portugal, sino vn violento Detentador, a pesar, y perjuicio de todos los Estados, y su mandatario: vn Duque ingrato a muchas mercedes de su Principe: vn vassallo que juró fidelidad a su Rey, y auiendola quebrantado contra los fueros diuinos y humanos, embia vn Prelado participe en el mismo crimen, sin mas necesidad, ni otro fin, de que V. Santidad bendiga esta rebelión, y con admitirle aprueue lo hecho (…) [123].

[120] BRAZÃO, Eduardo. *A Restauração*... p. 279.
[121] GOMES, Cassiana Maria Mingotti Gabrielli. *Diplomacia e concorrência colonial*... p. 32-3.
[122] *Beatissimo Padre. Don Juan Chumacero y Carrillo, Embaxador extraordinario de la Magestad Catolica. Sobre la exclusión del Obispo de la Mego* (sem impressor, sem data, sem local). f. 2. "jurada pelo duque moderno, pai e avô, às três majestades de Felipe segundo, terceiro e quarto" (tradução nossa).
[123] *Idem*. f. 3v. "no bispo, nem em quem lhe envia, não se representa o reino, nem Portugal, senão um violento detentor, com pesar e prejuízo de todos os Estados, e seu mandante é um Duque ingrato às muitas mercês de seu príncipe; um vassalo que jurou fidelidade a seu rei, e tendo rompido com os foros divinos e humanos, envia um prelado que participa do mesmo crime, sem mais necessidade, nem outro fim, que nossa Santidade abençõe esta rebelião, e ao admití-lo aprove o fato (...)". Tradução nossa.

A suposta carta do embaixador ao papa é assim, enfática: o chefe da Igreja Católica não poderia receber o enviado de Dom João IV pois essa atitude demonstraria sua aprovação diante da rebelião de um traidor. Chumacero ainda teria perguntado ao Santo Padre:

> Como también lo hiziera V. Santidad en el caso presente, si la Iglesia huuiera posseido el Reino de Portugal por sesenta años, con los mismos títulos que su Magestad Catholica, y se le rebelara vn vassallo. Que dixera V. Santidad, si otro Principe autorizara la acción, admitiendo Embaxador del rebelde, o poniéndolo en junta? [124]

O que faria o papa se Portugal fosse vinculado aos domínios da Igreja e depois de sessenta anos um vassalo se rebelasse? E o que ele faria se outro príncipe admitisse o embaixador do rebelde, autorizando assim, a ação? O embaixador afirma ainda que o único meio de resolver a situação seria uma convocação dos príncipes católicos para que ajudassem a reaver o reino português, repreendendo vigorosamente quem se opusesse. E conclui, com um leve tom de ameaça, demonstrando o poder filipino e esclarecendo que receber o bispo afastaria Dom Felipe IV de Roma:

> No es buen trueque vn rebelde de Portugal, por vn Rey de las Españas, de las dos Sicilias, Duque de Milan, que por si poder, por su Religion, y por la vecindad está hábil, dispuesto, y pronto para seruir, y defender esta santa Sede: y solo quien la olvidare, no hará el aprecio justo deste brazo derecho, y de lo que importa conseruarle sin diminuicion [125].

Do outro lado, Portugal reconhecia que não só pelo lado espiritual era importante essa embaixada ser recebida, mas também pelo prestígio internacional que lhe traria a aprovação papal. Outro papel anônimo também foi impresso deste lado da fronteira, defendendo o recebimento do bispo pelo papa e acusando os castelhanos, inclusive, de não serem católicos. O autor do texto, ao saber por informações seguras – "que entiendo será cierto, por no venir de *Genoua*, *Milan*, o *Napoles"* – que o vice-rei de Nápoles não

[124] *Idem*. f. 6v. "como faria Vossa Santidade no caso presente, se a Igreja tivesse possuído o Reino de Portugal por sessenta anos, com os mesmos títulos que sua Majestade Católica, e se rebelasse um vassalo. O que diria Vossa Santidade, se outro príncipe autorizasse a ação, admitindo embaixador do rebelde e o colocando em junta?" (tradução nossa).

[125] *Idem*. f. 13. "não é boa troca um rebelde de Portugal, por um rey das Espanhas, das duas Sicílias, Duque de Milão, que por seu poder, por sua religião e pela proximidade está hábil, disposto e pronto para servir, e defender a santa Sé; e só quem se esquecesse, não teria apreço por este braço direito, e do que importa conserva-lo sem que diminua" (tradução nossa).

receberia o arcebispo enviado por Roma antes do papa confirmar que não receberia o bispo de Lamego, escreve que

> ni es cosa nueva alos *Reyes de Castilla* impugnar *a Dios*, y a sus *vicarios*, ni a los *Castellanos viles* (no trato de los Nobles) siendo quasi todos *Ateos* tan *inficionados* con *Caçallas*, *Alûbrados, Matrimonios Espirituales, Cõmuniones de S. Placido, Hebraismos, Marranismos*, y otras *Enfermedades da Fe* (…) [126].

Afirma ainda que não só Dom Felipe II teria mandado matar o irmão, Dom Juan de Áustria (notícia difundida no período da morte do comandante vitorioso da batalha de Lepanto e que perdurou na Península Ibérica por todos esses anos) como também teria ocupado Portugal de maneira injusta e mandado matar a "infinitos religiosos". Termina por fim, afirmando que os reis castelhanos contradiziam o título de *católicos*, mas que em breve seria impresso um tratado que discorreria sobre o tema. Mais uma vez os impressos com questões atuais envolvendo as duas coroas no período da guerra apresentam-se como "campo de batalhas" em que os argumentos servem como ataque de um lado e de outro da fronteira.

Sem efeito a ida do bispo de Lamego, em janeiro de 1645 chegava a Roma o doutor Nicolau Monteiro, prior da colegiada de Cedofeita. Mesmo também sendo apoiado pelos franceses como foi Lamego, Eduardo Brazão escreve que Monteiro não foi bem acolhido na cúria e tampouco obteve sucesso nas negociações. Outros embaixadores portugueses chegavam a Roma – como o próprio Francisco de Sousa Coutinho –, cartas de Dom João IV, de nobres e clérigos portugueses também eram enviadas, mas a resolução da questão veio apenas no ano seguinte à paz com a Monarquia: em 1669 o Colégio de Cardeais – devido à morte do papa Clemente IX – receberia o enviado por Dom Pedro, o Conde do Prado (depois marquês das Minas) como embaixador extraordinário de Portugal [127].

Apesar de termos visto Francisco de Sousa Coutinho em diferentes embaixadas pelo continente, foram Dinamarca e Suécia seus primeiros destinos. Acompanhado do

---

[126] *Antipelargesis Ibero*. Anônimo. 1642. Impressor: Des. Ioverianus Bon'artis. f.1;f.1v. itálico do documento. "nem é coisa nova aos reis de Castela impugnar Deus, e a seus vigários, nem aos castelhanos vis (não trato dos nobres) sendo quase todos ateus, tão praticantes com *caçallas*, *alumbrados*, matrimônios espirituais, comunhões de São Plácido, hebraísmos, marranismos e outras enfermidades da fé" (tradução nossa).

[127] BRAZÃO, Eduardo. A Restauração... p. 328.

secretário Antônio Moniz de Carvalho, em março de 1641 Coutinho saía de Lisboa rumo ao primeiro reino. Em Copenhagen, ainda que bem recepcionado, Coutinho não foi recebido pelo rei, segundo Eduardo Brazão, devido à posição de neutralidade que buscava diante dos outros reinos – sobretudo a Monarquia de Felipe IV. Assim, ambos partiram à Suécia no mês de maio, sendo recebidos diante da rainha Cristina no mês seguinte e voltando a Lisboa com um tratado assinado entre as duas partes, que preocupava-se com o livre comércio entre os reinos. A *Memoria da Jornada e Svcessos, qve ovve nas duas Embaixadas, q' Sua Magestade, que Deos o guarde, mãdou aos Reynos de Suecia, & Dinamarca* contém as informações das viagens realizadas no intuito de conseguir reconhecimento e apoio nos dois reinos. Primeiro tratando dos sucessos ocorridos na Dinamarca, a *Memória* informa aos leitores como os enviados foram bem recebidos em Copenhagen e o tempo que levou até descobrirem que o rei de fato não os receberia enquanto enviados de Dom João IV, desculpando-se por não saber das relações que se estabeleciam entre seus embaixadores e o governo em Madrid. Mesmo assim, o rei teria chamado o embaixador ao seu encontro e afirmado que

> o não ouvir a embaxada era pelas rezoens, que auia mandado dizer, mas que para o Reyno de Portugal, oferecia tudo, & para elle Embaxador o que quizesse. Respondeo o Embaxador: que não ouuindo elRey a Embaxada vinha a tomar por suas somente todas aquellas honras, que para elle erão mui grandes, & só dignas do respeito de seu Rey, mas que as recebia como particular, para que ficasse liure a sua Magestade seu Senhor o procedimento que em todo o caso lhe parecesse ter conforme a razão de seu real Estado [128].

Assim, como o rei não recebera a embaixada de fato, o embaixador agradecia as honras dedicadas apenas a ele, e não à sua função enquanto enviado de Dom João IV. Ficava claro, segundo a *Memória*, que "não faltaua na vontade ouvir, mas que não podia mais pelos apertos, em que nesse tempo o tinha posto sua rezão de estado, a respeito do Emperador, & do Embaxador, que tinha em Castella" [129]. O impresso tentava convencer o leitor que, ainda que a embaixada não tenha sido recebida, as intenções daquele rei eram as melhores diante do reino português. Diferente da Dinamarca, a descrição sobre os acontecimentos na Suécia são as melhores possíveis para as relações entre as duas coroas. A rainha Catarina, de apenas 15 anos, possuía segundo a *Memória* os "desejos de que

[128] *Memoria da Jornada e Svcessos, qve ovve nas duas Embaixadas, q' Sua Magestade, que Deos o guarde, mãdou aos Reynos de Suecia, & Dinamarca.* 1642. Impressor: Domingos Lopes Rosa. f. 6.
[129] *Idem*. f.6v.

triumphasse, & se acrescentasse sempre o Real estado de sua Magestade de Portugal aceitando a irmandade & paz com muito agradecimento" [130]. Ao final, lemos ainda que na espedida "beijaram a mão à Raynha indose o Embaxador a despedir, & dar graças de tudo, & da liança, & pazes: & foy vltimamente respondido do mesmo modo, com grande satisfação, & mostras da vontade, que sempre conheceram todos os da Embaxada em aquelle Reyno" [131]. Por fim, a *Memória* anexa ainda cartas que teriam sido escritas pela própria rainha da Suécia em que parabeniza o rei de Portugal, a rainha e recomenda ainda o embaixador enviado pelo rei, Antônio Moniz de Carvalho.

Outros embaixadores portugueses também foram enviados a Estocolmo no decorrer da guerra, mas a partir dos anos cinquenta as relações tornaram-se menos amistosas devido ao desejo da Suécia de manter boas relações com a Monarquia Hispânica. Antes de abandonar a coroa no ano de 1653, Cristina cortaria relações com Portugal, expulsando o embaixador português da corte. Outras tentativas de aproximação comercial entre os dois reinos foram realizadas, mas nada de concreto foi assinado até o fim da guerra [132].

Para Eduardo Brazão, apesar das dificuldades diplomáticas encontradas no decorrer dos anos, "todas as peças deste xadrez complicado que era a nossa política restauracionista eram jogadas com saber e cuidado, não descurando nós qualquer delas, pois todas representavam grande interesse no conjunto da partida" [133]. De fato, as embaixadas foram parte fundamental da guerra contra a Monarquia Hispânica, e as alianças alcançadas, ainda que tardias, certamente auxiliaram no tratado de paz assinado em 1668 – mas também nas ações bélicas no decorrer daquela década. Por outro lado, quando retornavam à corte portuguesa, estes embaixadores buscavam tornar públicas suas ações em outras terras no intuito de conseguir boas recompensas, imprimindo e fazendo circular pelo reino as façanhas realizadas durante a estadia no estrangeiro. Assim, parte das descrições que encontraremos em nossas notícias são fruto da autopromoção destes agentes, que publicavam "relatos elogiosos dos feitos desempenhados ao serviço da Coroa, relatos esses que continham sempre descrições hiperbólicas das despesas e dos

[130] *Idem*. f. 9v.
[131] *Idem*. f. 10v.
[132] Cf. BRAZÃO, Eduardo. A Restauração... p. 378-448.
[133] BRAZÃO, Eduardo. A Restauração... p. 319.

sacrifícios dos diplomatas no decurso da representação do seu rei junto de uma corte estrangeira" [134].

Encontraremos, dessa maneira, duas fontes bastante férteis de notícias: as embaixadas e os oficiais nas fronteiras portuguesas. Serão estas as bases nas quais a publicística portuguesa se fundará no decorrer de toda a guerra. Há ainda cartas enviadas de outros locais por portugueses ou apoiadores da dinastia dos Bragança, escrevendo novidades sobre a situação dos locais em que se encontravam ou apenas defendendo a Restauração. Esse conflito que se estendeu por quase trinta anos fomentou, assim, intensa produção de materiais de notícias impressos, com o intuito de informar não só o restante do continente e conseguir apoio, mas sobretudo convencer a própria população portuguesa de aliar-se à nova Coroa.

Durante muitos anos a Monarquia Hispânica relegou a guerra contra Portugal a um segundo plano, dedicando-se à publicação de notícias com maior frequência apenas na década de 60. Portugal, por outro lado, esforçou-se sobremaneira logo nos primeiros anos, enviando notícias sobre a Restauração para todo o continente. Mario Infelise afirma que a guerra normalmente alimentava o desejo de informação e entende que eram estes conflitos que também estavam por trás do surgimento do periodismo impresso. Para este autor, a autorização para publicar gazetas impressas tinha o objetivo de proporcionar uma informação controlada pelo poder [135]. Apesar de manuscritos circularem com mais facilidade e serem copiados discretamente em todos os locais – e, portanto, terem seu controle pela censura dificultado – o material impresso sofreu pesado controle das coroas envolvidas, inclusive muitas vezes financiados por elas, o que não foi suficiente para impedir que muitos papéis circulassem sem as devidas aprovações.

Nesta primeira parte nos dedicamos, assim, a discorrer sobre as relações entre Portugal e a Monarquia Hispânica desde antes da união entre as coroas, até o fim da guerra entre elas. Para além de contextualizar o leitor para que compreenda a sociedade em que os objetos de nossa investigação estão inseridos, só será possível analisar esses documentos conhecendo certos pormenores da guerra: as principais batalhas, a

[134] CARDIM, Pedro. Embaixadores e representantes diplomáticos... p. 80-1.
[135] INFELISE, Mario. El mercado de las noticias en el siglo XVII: las tipologías de la información. In: GÓMEZ, Antonio Castillo. AMELANG, James S. (coord.) *Opinión pública y espacio urbano en la Edad Moderna.* Gijón: Trea, 2010. p. 160.

movimentação dos exércitos e seus oficiais e os embaixadores ao redor do continente. Para isso elencamos, ainda que brevemente, as embaixadas portuguesas enviadas para diferentes reinos porque parte das impressões de notícias no período se dedicava a elas. Como dissemos, essas eram as duas frentes fundamentais movidas pela coroa dos Bragança para ver a nova dinastia reconhecida e vencer a guerra – o que era de certa maneira a mesma coisa.

Na segunda parte de nosso trabalho discorreremos sobre a historiografia voltada para a análise da Cultura Escrita na Época Moderna. Se durante muitos anos periódicos e relações de sucesso foram utilizados apenas como fonte de dados objetivos de dada sociedade, atualmente são analisados enquanto objetos produzidos por essa mesma comunidade. Nos preocuparemos, assim, com a produção desse material, circulação e inserção que as notícias impressas e a escrita em si assumiam no período.

Parte II IMPRIMIR

Capítulo 3: Sobre a impressão em Lisboa e Madrid durante a guerra

> *En cuanto a toda la cultura de Occidente, ésta puede considerarse como una cultura de lo impreso porque hay una relación con lo escrito a través de lo impreso, en las ciudades por lo menos, donde se ven los carteles, las inscripciones, los libros en las tiendas de los libreros, los edictos o los textos oficiales pegados en los muros. Hay una presencia del escrito impreso, aun para los analfabetos, que cuentan ahí con mediaciones para poder establecer una relación con esta cultura impresa: mediación de la lectura colectiva en voz alta, mediación de un desciframiento del texto a partir de la imagen cuando tiene una imagen que da entrada al texto, y otras* [1].

A ideia de que a cultura ocidental é permeada por uma cultura do impresso desde a criação de Gutenberg, espalhada pelas cidades e na qual mesmo a população analfabeta se inclui – de que trata Roger Chartier no trecho escolhido para a abertura deste capítulo – será a chave para compreendermos a dinâmica em que se inserem os materiais impressos de notícias publicados durante o período da guerra entre Portugal e a Monarquia Hispânica. Nesta parte de nosso trabalho trataremos, assim, do valor que a escrita e sobretudo o impresso possuíam naquela sociedade, pensando a notícia publicada enquanto *objeto*, para além da mensagem que carrega. Trataremos em primeiro lugar, dos usos que a escrita adquire no período em estudo, passaremos depois a descrever como as notícias eram impressas e, por fim, discorreremos sobre os impressores que trabalharam na publicação deste material de notícias foco de nossa análise.

É com uma frase de 1674 que Antonio Castillo Gómez inicia uma de suas obras: "Monarquía sin letras, Imperio sin luz" [2]. Foi esse o viés bastante explorado ao longo dos anos para tratar da importância da escrita para os séculos XV a XVII, viés que enaltecia

---

[1] CUE, Alberto (ed.) *Cultura escrita, literatura e historia*. Coacciones transgredidas y libertades restringidas. Conversaciones de Roger Chartier con Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin y Antonio Saborit. México: Fondo de Cultura Econômica, 1999. p. 44. Sempre que esse livro for utilizado em nosso trabalho, serão respostas dadas pelo historiador Roger Chartier às perguntas realizadas pelos demais estudiosos citados no título do trabalho em questão. Em tradução nossa: "Sobre toda a cultura do Ocidente, esta pode considerar-se como uma cultura do impresso porque há uma relação com o escrito através do impresso, nas cidades pelo menos, onde se veem os cartazes, as inscrições, os livros nas lojas dos livreiros, os editos ou os textos oficiais grudados nos muros. Há uma presença do escrito impresso, mesmo para os analfabetos, que contam ali com mediações para poder estabelecer uma relação com esta cultura impressa: mediação da leitura coletiva em voz alta, mediação de uma decodificação do texto a partir da imagem quando há uma imagem que abre o texto, e outras".

[2] SERNA, M. Bravo de la. Espejo de la juventud. Madrid: Marco de Espinosa y Arteaga, 1674. p. 246. *Apud*. CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Entre la pluma y la pared*. Una historia social de la escritura en los Siglos de Oro. Madrid: Akal, 2006. p. 7. Gómez explica ainda que a frase expressa bem "a importância destinada à escrita na condução de um mundo tão extenso como aquele que esteve submetido ao poder dos Áustrias".

a função burocrática e governativa de seu uso e deixava de lado a função social que ela assumia e sua utilização cotidiana. É impossível tratar da expansão dos Impérios português e hispânico sem recorrer à escrita como meio fundamental de conhecimento, controle e administração. Ronald Raminelli explica que

> Eram por meio de papéis que o monarca tomava conhecimento das terras, traçava estratégias para posse e efetiva exploração. Os escritos também denunciavam os desmandos dos poderes locais, os contrabandos e as práticas contrárias aos interesses da Real Fazenda. (...) Por meio de inventários, crônicas e mapas, o mundo colonial era codificado e transformado em papel para ser enviado ao núcleo administrativo [3].

O que convém notar é que, para além da função burocrática de uma *'Monarquía de papeles'*, escrever assumia também outros sentidos muitas vezes esquecidos nas análises sobre o tema.

Esse esquecimento vem de uma visão dicotômica que entendia o mundo europeu dividido entre uma cultura erudita e uma cultura popular que estratificaria o acesso e utilização da escrita, relegando apenas à elite esse meio de comunicação. A comunicação oral, a icônico-visual e a escrita coexistiram e habitaram, assim, a vida de diferentes estratos da sociedade europeia, questão que vai de encontro a ideia de que, ao passar da Idade Média para os tempos modernos, a oralidade e a transmissão de conhecimento através de imagens foram deixadas de lado. Fernando Bouza explica que durante esse período estavam em pleno auge as formas de expressão oral e icônico-visual, e que elas não se circunscreveram aos limites da esfera popular dos iletrados ou a espaços geográficos demarcados por fronteiras religiosas [4]. Ainda que não soubesse ler, a maioria não letrada tinha acesso, assim, aos escritos presentes em livros e periódicos através da leitura em voz alta ou da pregação religiosa. Como explica Bouza:

> Las noticias que testimonian el contacto de la población analfabeta con la escritura que no podían entender por sí mismos son tan abundantes que permiten romper las barreras establecidas por la historiografía entre las culturas letrada y no letrada. Bien mediante la lectura en voz alta o la predicación, bien por medio de la delegación de escritura en terceros, los

[3] RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas*. Monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008. p. 20.

[4] BOUZA, Fernando. *Del Escribano a la Biblioteca*. La Civilización Escrita Europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVIII). Madrid, Editorial Sintesis (col. Historia Universal, Moderna, nº 5), 1992. p. 24.

> analfabetos accedieron a los textos escritos y convivieron cotidianamente con ellos, llegando incluso a ser sus propietarios [5].

Longe de se manter apenas na esfera privada e restrita às questões de governo, a necessidade da escrita transborda para o público não só na Península, como também em várias partes do continente europeu. Além de ouvirem notícias serem lidas em locais públicos, havia diferentes motivos para que a população comum, ou seja, a não alfabetizada e com pouco ou nenhum acesso aos meios de conhecimento formal buscasse a escrita. Um deles foi a distância provocada pelos descobrimentos e as viagens ao Novo Mundo. Ainda que a carta não seja uma invenção daqueles séculos – pois remete à Antiguidade – é certo que a ausência prolongada "primero como descubridores y luego como emigrantes, determinó en ellos un largo uso de la forma epistolar" [6]. Além disso, se durante a Antiguidade e a Idade Média o ato de escrever era algo excepcional, conectado e determinado por minorias sociais e obrigações de trabalho, na Alta Modernidade, ainda que império da voz e do ouvir frente aos olhos, a escrita vai sendo uma prática cada vez mais necessária, útil e em progressiva ascensão. O historiador Alberto González Sánchez escreve ainda que,

> el establecimiento de la imprenta, los primeros atisbos del 'Estado Moderno' y el desarrollo de las actividades económicas burguesas impulsaron la alfabetización en grupos antes casi totalmente ajenos a ella (la baja nobleza, los mercaderes y, menos, los artesanos y determinados segmentos de los trabajadores urbanos, el campesinado y las mujeres) [7].

Numa época em que o leitor moderno estava em plena construção, a carta manuscrita pressupõe, assim, um circuito de comunicação pequeno e muitas vezes

---

[5] Tradução nossa: "As notícias que testemunham o contato da população analfabeta com a escrita que não podiam entender por si mesmos são tão abundantes que permitem romper as barreiras estabelecidas pela historiografia entre as culturas letrada e não letrada. Através da leitura em voz alta ou da predicação, ou por meio da delegação da escrita para terceiros, os analfabetos tiveram acesso aos textos escritos e conviveram cotidianamente com eles, inclusive chegando a serem seus proprietários". BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito*. Una historia cultural del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001. p. 68.

[6] "Primeiro como descobridores e logo como emigrantes, determinou neles um grande uso da forma epistolar". CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Entre la pluma y la pared...* p. 20.

[7] "O estabelecimento da imprensa, os primeiros sinais do 'Estado Moderno' e o desenvolvimento das atividades econômicas burguesas impulsionaram a alfabetização de grupos antes quase totalmente alheios a ela (a baixa nobreza, os mercadores, e, menos, os artesãos e determinados segmentos dos trabalhadores urbanos, os camponeses e as mulheres)". GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Carlos Alberto. *Homo Viator, Homo scribens*. Cultura Gráfica, información y gobierno en la expansión atlántica (siglos XV-XVII). Madrid: Marcial Pons, 2007. p. 39. Tradução nossa.

individual [8] – uma troca de informações cujo assunto poderia variar de questões pessoais até algum conhecimento sigiloso sobre o Novo Mundo. Os manuscritos analisados por Fernando Bouza transformam-se, assim, em um meio de difusão de notícias e uma estratégia de publicidade *mais controlada* do que a imprensa. A opção por manuscritos ou por impressos correspondia assim, a uma clara consciência de quem leria as notícias. González Sánchez explica que a curiosidade, a ânsia de coisas diferentes, a felicidade e glória duradoura, mais ainda o desejo de fugir da trivialidade cotidiana são os fundamentos do que ele chama de *homo viator* renascentista [9]. Para ele, foi nesse período o início da mundialização atual, tendo em vista a impressionante circulação jamais vista de homens e notícias em escala planetária. Foi essa circulação, ele continua, que trouxe para o mundo ibérico sua acumulação de saberes e informações de todo o tipo e origem, e um tráfico contínuo de seres, objetos, mercadorias e crenças [10].

A necessidade de informações exigiu, assim, a criação de redes de correspondência que dessem conta de percorrer a Europa e o Novo Mundo trazendo as novas necessárias, não só para o governo e a diplomacia, mas também para satisfazer à curiosidade crescente de uma população cada vez mais urbana. Interessante pensar, dessa forma, na recepção que alguns escritos tiveram em solo europeu, tendo em vista o crescente interesse por notícias de outras localidades, o que Ana Paula Torres Megiani chama de "rumores de outras partes". Para a historiadora, "o que se observa nos relatos que circulavam, de prensa ou de mão, é que não guardavam segredos de Estado, pelo contrário, eram mesmo inflamados por um certo teor de curiosidade e encenação (...)" [11]. E são, certamente, as redes de correspondência que alimentavam essas informações que circulavam para sanar a curiosidade europeia acerca dos demais recantos da Europa e do mundo.

Apesar de se tratar de uma parcela reduzida da população que tinha acesso aos escritos que pretendemos analisar em nosso trabalho, entendemos que já existia espaço e

---

[8] Cf. BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito*... p. 143.
[9] GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Carlos Alberto. *Homo Viator, Homo scribens*.... p. 14.
[10] GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Carlos Alberto. *Homo Viator, Homo scribens*... p. 17. Para a questão da mundialização tratada por González Sánchez, ver também: GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo*. História de uma mundialização. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte; São Paulo: Editora UFMG; EDUSP, 2014.
[11] MEGIANI, Ana Paula Torres. Contar coisas de todas as partes do mundo: as Relaciones de Sucesos e a circulação de notícias escritas no período filipino. In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. SILVA, Gian Carlo de Melo. RIBEIRO, Marília de Azambuja (orgs.). *Cultura e sociabilidades no mundo Atlântico*. Recife: Ed. Universitária, 2012. p. 476.

interesse naquela sociedade para a produção e circulação de um material periódico. Em 1641 a periodicidade começava a se desenvolver em terras lusas, controlada, a exemplo de outros países como a França, pela Coroa. O fato de ser *oficiosa*, ou seja, contar com aprovação real para ser publicada, não diminui o valor desse material enquanto representante da sociedade em que se inseria, na medida em que o tempo de sua circulação e, portanto, permanência na vida portuguesa, demonstram que havia interesse naqueles escritos, ou não teriam sido comercializados durante tanto tempo. Seus editores certamente não continuariam a escrevê-los, nem seus impressores a publicá-los, compilando novas de todo o continente, traduzindo periódicos estrangeiros e submetendo todo o material à censura, se não houvesse interesse da população (ainda que fração reduzida dela) em informar-se.

Temos em mente ainda que o desenvolvimento da imprensa no século XV, apesar de fundamental para a circulação periódica de que iremos tratar, por si só não explica o anseio daquela sociedade em ter acesso às notícias locais e de outras partes do continente. O desenvolvimento da arte tipográfica, contudo, modificou a relação da sociedade de maneira geral com a escrita, superando o monopólio clerical e multiplicando "os objetos escritos, intensificando as trocas culturais, disseminando a produção intelectual em relação aos seus centros tradicionais, criando novos ofícios e novos públicos leitores" [12] operando, assim, uma ampliação da circulação da escrita impressa entre letrados e iletrados [13]. Ana Isabel Buescu explica ainda que a difusão da imprensa obedece a uma lógica centro-periferia, na qual tem preeminência a Alemanha onde, por volta de 1470, todas as grandes cidades já possuíam oficinas tipográficas. O surgimento de uma técnica, porém, não significa sua utilização e, ainda mais, não justifica a crescente popularidade que o material impresso passa a obter em diferentes partes da Europa. Relacionar exclusivamente o surgimento da tipografia com seu uso e expansão, assim, é perder de vista outras formas de análise e deixar de fazer outras perguntas aqueles documentos e àquela sociedade. Devemos nos preocupar, dessa maneira, em compreender o porquê da abundância desse gênero de documentos num determinado momento e o que isso revela sobre essa sociedade. Assim, o volume e a natureza da informação que se encontra em

[12] BUESCU, Ana Isabel. *Memória e Poder*. Ensaios de história cultural (séculos XVI-XVIII) Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p. 31.
[13] Ampliação no sentido de maior acesso, sem esquecer, no entanto, que a maioria da população nesse momento ainda não é alfabetizada e não teria recursos financeiros para o acesso ao material impresso.

circulação são expoentes de uma maneira de imaginar a comunidade e também de fazer política [14].

Nosso primeiro passo deve ser assim pensar a sociedade da segunda metade do século XVII como possuidora de um espaço e da necessidade da circulação de notícias, e que essa circulação começava naquele período a concretizar-se regular e periódica [15]. A linha evolutiva proposta por alguns autores – em que a circulação de notícias teria se iniciado com a cultura epistolar, depois com avisos e relações de sucesso manuscritas e impressas, e que por fim se teria concluído nos impressos periódicos do século XVII – contudo, deve ser deixada de lado para melhor entendimento do início da cultura periódica em Lisboa e Madrid. Esses periódicos circulavam concomitantemente a diversos papéis de notícias e cartas, impressas ou manuscritas, e muitas vezes tomavam a forma desses materiais, num momento em que todos eles coexistiam e completavam uns aos outros.

3.1 Questão material: como era imprimir no século XVII

Quando analisa a produção impressa europeia na época moderna, Roger Chartier trata de uma "ordem dos livros", ordem essa imposta de diferentes maneiras, seja a ordem em que devem ser decifrados ou "a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação" [16]. O *objeto* livro seria responsável também por outro sentido da ordem de que trata o autor, pois essas obras só existiriam quando transformadas em realidades físicas. Mesmo que suscetíveis à certa liberdade e transgressão do leitor, sua forma impõe um sentido ao texto, delimitando seus usos e apropriações. Para Roger Chartier, contra uma definição apenas semântica do texto, "é preciso levar em conta que as formas produzem sentidos e que um texto, estável por extenso, passa a investir-se de uma significação e de um status inéditos, tão logo se modifiquem os dispositivos que convidam à sua interpretação" [17]. O autor é enfático ao escrever que não há texto fora do

---

[14] Cf. BOUZA, Fernando. Estudio Preliminar. In: EIRAS ROEL, Antonio (dir.) *Actas de las Juntas del Reino de Galicia.* Vol. VI 1648-1654. Xunta de Galicia, Consellería de Cultura, Comunicación Social e Turismo. Santiago de Compostela, 1999.

[15] LISBOA, João Luís. Introdução. In: _____. (coord.) Gazetas. A informação política nos finais do Antigo Regime. *Cadernos de Cultura 4*. Suplemento da Revista Cultura, 2002. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/chc/pdfs/Cadernos4.pdf> Acesso em: 18-04-2016.

[16] CHARTIER, Roger. *As ordens dos livros*: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Mary del Priore. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2ª edição, 1998. p. 8.

[17] CHARTIER, Roger. *As ordens dos livros...* p. 13.

suporte que o dá a ler, dependendo da *forma* sua compreensão: "os autores não escrevem livros: não, eles escrevem textos que se tornam objetos escritos, manuscritos, gravados, impressos e, hoje, informatizados" [18]. Mesmo que o historiador se dedique especialmente ao estudo dos livros, podemos utilizar suas análises para tratar também das notícias tema de nossa pesquisa: os impressos de notícias são em sua maioria, cartas enviadas da frente da batalha ou de embaixadas e informantes de outros reinos, e naquele momento escritas com uma função; narrativas pensadas por seu produtor, interessado em quem a leria – se o rei, um secretário, ou diversos leitores espalhados pela cidade [19]. Para além dessa primeira composição do texto, certamente elas não eram impressas e circulavam exatamente como foram escritas: encontramos desde relações de sucesso escritas em primeira pessoa no formato de uma carta, até narrativas totalmente reescritas contendo as principais notícias que chegavam à cidade, como o *Mercurio Portuguez* e a *Gazeta Nueva*. Assim, diversas composições são realizadas – sem contarmos ainda os recortes que poderiam ser feitos pela censura – até que a notícia seja colocada em circulação. Devemos então, pensar o suporte no qual essas novas do campo de batalha (ou das frentes diplomáticas) eram colocadas, quem as produzia e como a população acessava e lidava com elas.

Para discorrermos sobre a atividade impressora no período de nosso trabalho, escolhemos abordar em primeiro lugar um manual publicado por volta do ano de 1680, cujo autor desejava que "aproveche, si llegare à alguno, que no ignore nada de lo que en èl digo, guardele para sus hijos, ò sus discípulos, ò puede darsele de caridade (...)" [20]. Podemos contar hoje em dia com uma edição desse manual voltado para o impressor, produzido por Alonso Víctor de Paredes e denominado *Institución y origen del Arte de la Imprenta* – cujo prólogo escrito por Jaime Moll nos encanta desde o primeiro parágrafo. Moll explica que, ainda em finais dos anos 70, enquanto lia o segundo volume do livro *Printing types, their history, forms, and use* de Daniel Berkeley Updike, se deparou com

---

[18] CHARTIER, Roger. *As ordens dos livros...* p. 17.

[19] Esses relatos impressos de notícias e sobretudo as relações de sucesso são entendidos pelo historiador Daniel Saraiva como "janelas de realidade", um canal pelo qual o leitor acessa os acontecimentos de maneira imediata, levando-o à ilusão de estar diante dos fatos em si e não de uma versão deles. Cf. SARAIVA, Daniel M. P. As janelas da realidade: a função política das relações de sucessos na Guerra da Restauração de Portugal (1640-1668). In: GARCÍA LOPEZ, Jorge. BOADAS, Sònia. *Las relaciones de sucesos em los cambios políticos y sociales de la Europa moderna.* Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2015.

[20] MOLL, Jaime (ed.). *Institución y origen del Arte de la Imprenta y reglas generales para los componedores*. Por Alonso Víctor de Paredes. Profesor del mismo Arte. Madrid: Calambur, 2002. f. 46. Em tradução livre: "aproveite, se chegar a alguém, que não ignore nada do que digo nele, guarde-o para seus filhos, ou seus discípulos, ou pode dá-lo à caridade".

informações sobre o *Institución y origen*... e leu a frase "in my copy...", que significaria que Updike teria tido em seu poder uma cópia da obra – até então desaparecida. Isso seria comprovado por Moll ao procurar pelo acervo doado pelo bibliófilo à *Providence Public Library*. Como a (até então) única obra impressa conhecida atravessou o oceano, ainda é um mistério.

Além de um testemunho inigualável sobre a atividade impressora do século XVII, escrita por um impressor membro de uma importante família que seguia o mesmo ofício, a obra possui outra característica que a torna única: foi composta diretamente com os tipos móveis, aparentemente não contando com versão manuscrita anterior. Seu autor explica que "como avia de gastar el tempo en escrivirlo, le fuy gastando en irlo componiendo, y imprimiendo para mi solo para que me sirva de original" [21]. Segundo Moll, a maneira como foi produzido explicaria sua péssima qualidade e fez com que o documento não pudesse, nos dias de hoje, ser publicado em fac-símile, mas contando atualmente com uma edição fiel em todos os seus detalhes. Seguiremos essa edição para analisarmos a interessante obra de Alonso Víctor de Paredes no decorrer deste capítulo.

No primeiro de seus onze capítulos, que inicia escrevendo sobre a história da imprensa, Paredes explica a seus leitores os dois motivos pelos quais ela teria sido inventada:

> La primera, porque concurren em ella muchos medios para prevenir à su fin, que es sacar impresso un pliego de escriptura, ò cient mil pliegos (…) La segunda razón es, por la grande utilidad que della se sigue. Notorio es, que antes de su invención eran muy raros los que alcançavan los secretos, assi de la Sagrada Scriptura, como de las otras Artes, ò libros, por el mucho precio que valían (…) [22].

[21] *Ibidem*. f. 46v. Por ter sido produzida de maneira tão peculiar, Jaime Moll acreditava que esse exemplar era o único existente do trabalho de Paredes. Ele explica no epílogo de nossa edição, porém, que foi encontrado na Biblioteca General e Histórica de la Universitat de València uma outra cópia, procedente da livraria dos Capuchinhos de Valência, "exatamente igual a existente em Providence, com a mesma composição, as mesmas manchas nas margens (...) com iguais correções de tinta. Paredes imprimiu ao menos duas cópias, ainda que possa ter imprimido mais algumas". *Ibidem*, p. XXII.

[22] MOLL, Jaime (ed.) *Institución y origen del Arte de la Imprenta*… p.4 e 4v. "A primeira, porque concorrem nela muitos meios para prevenir o seu fim, que é tornar impresso um prego de escrita, ou cem mil pregos; (...) a segunda razão é pela grande utilidade que se segue a ela. É notório que antes de sua invenção, eram muito raros os que alcançavam os segredos, tanto das Sagradas Escrituras, como de outras artes, ou livros, pelo preço alto que valiam". Tradução nossa.

O reconhecimento coevo, assim, de que a imprensa foi a responsável pela multiplicação das publicações e do acesso da população ao conhecimento antes mais restrito, é expresso já no início do trabalho de Paredes.

Mas, como eram divididas as funções no interior da oficina impressora? Roger Chartier argumenta que os livros, manuscritos ou impressos, serão sempre um resultado de múltiplas operações, permeadas por decisões, técnicas e habilidades, enumerando como seria o processo da publicação de um livro impresso durante o chamado Antigo Regime Tipográfico, que teria perdurado entre os séculos XV e XVIII:

> (...) a produção de uma 'cópia correta' do manuscrito do autor por um escriba profissional; o exame dessa cópia pelos censores; as escolhas feitas pelo livreiro/editor quanto ao papel a ser usado, o formato escolhido e a tiragem; a organização do trabalho de composição e impressão na gráfica; a preparação da cópia por um editor de cópia, então a composição do texto pelos compositores; a leitura das provas por um revisor; e, finalmente, a impressão dos exemplares, que, na época da prensa manual, permitia novas correções durante o processo de impressão [23].

Não é certo que o procedimento seja o mesmo para a publicação das notícias, tendo em vista a rapidez que a circulação de novidades sobre a guerra exigia. Nos atentaremos aqui ao processo que se dava no interior da oficina, discorrendo posteriormente em nosso trabalho acerca da censura, tema bastante complexo e que causava problemas aos nossos impressores.

Seguindo então com os alguns dos procedimentos enumerados por Chartier a partir do manuscrito "correto" que chega à oficina temos:

O papel a ser utilizado, formato e tiragem

São diferentes os tipos de papel encontrados para a impressão nesse período, uns mais baratos, outros entendidos como mais "nobres" e, portanto, mais caros. Tanto em Portugal como na região da atual Espanha, grande parte do papel utilizado nas prensas era importado. Para além da impressão de livros e de notícias, o papel tornou-se material imprescindível na sociedade europeia do século XVII. A historiadora Maria del Carmen

[23] CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 39.

Hidalgo Brinquis explica que além das questões burocráticas dependentes do papel, como a administração de conselhos, audiências e consulados, o papel se converteu também em "protagonista da vida cotidiana", auxiliando em drogarias e mercearias no embrulho de mercadorias e no desenvolvimento da arquitetura efêmera do barroco e seus arcos triunfais, túmulos e outras obras semelhantes utilizadas em diferentes festividades [24]. Mesmo muito utilizado, porém, a autora explica que depois do auge atingido durante a Idade Média com a civilização hispano-árabe, o século XVII espanhol passaria por um período de decadência quanto à fabricação do papel. A autora argumenta que essa carência se deveu à falta de instalações e de mão de obra especializada, causada pela expulsão dos judeus e dos artesãos mouriscos, herdeiros da tradição papeleira hispano-muçulmana. Também não facilitava o desenvolvimento da fabricação do papel, que cidades como Gênova instaurassem legislação que proibia a emigração de mestres papeleiros e também de carpinteiros especialistas na construção de máquinas e móveis necessários para a produção do famoso "papel de Gênova". Muitos avanços na produção do papel eram vistos, assim, como "segredos de Estado" – o que de fato não impedia que parte dos mestres papeleiros ibéricos fossem originários de regiões italianas e francesas famosas pela produção de papel.

O papel de Gênova tornou-se sinônimo de qualidade naquele período e seu comércio em Castela era facilitado pela presença de muitos banqueiros que prestavam ajuda econômica à Monarquia, recebendo privilégios e monopólios comerciais no abastecimento de algumas mercadorias, entre as quais o papel. O papel francês, mesmo que em menor quantidade, também foi bastante utilizado nas prensas da atual região da Espanha. Assim, os principais centros europeus que a abasteciam eram italianos (Gênova, Veneza, Fabriano, Papua e Bolonha) e franceses (Angulema, Perigord, Auvernia e Lion), além de Flandres [25]. Hidalgo Brinquis elabora, por fim, uma lista com os principais moinhos de fabricação de papel na região da atual Espanha durante os séculos XVI e

[24] BRINQUIS HIDALGO. María del Carmen. La fabricación del papel en España e Hispanoamérica en el siglo XVII. In: GALENDE DÍAZ. Juan Carlos (dir.) *V Jornadas Científicas sobre documentación de Castilla e Indias en el siglo XVII*. Dpto. de Ciencias y Técnicas Historiográficas. Universidad Complutense de Madrid, 2006. Disponível em: <https://www.ucm.es/citehar/v-jornadas-cientificas-sobre-documentacion-en-espana-e-indias-en-el-siglo-xvii> Acessado: 04-mai-2018. A autora descreve o cotidiano em um moinho de papel, que se transformava em um local de convívio: nele moravam o dono ou arrendatário e vários trabalhadores com suas famílias, não existindo horário de trabalho, mas demandas que deveriam ser supridas; "era um trabalho duro, com um grande índice de mortalidade onde tinham de lutar com uma grande umidade, mal cheiro e barulho ensurdecedor. Em troca de tantas dificuldades, os operários qualificados costumavam cobrar um bom salário". p. 210. Tradução nossa.

[25] Seguimos até aqui com Hidalgo Brinquis.

XVII, instalados ao redor de localidades como Barcelona, Granada, Segóvia e Zaragoza. Mesmo com essa produção interna, os papéis produzidos eram de qualidade inferior aos comercializados por seus vizinhos.

A produção papeleira em Portugal só encontraria seu auge no século XVIII. Maria José Ferreira dos Santos, que analisa as marcas d'água presentes nos papéis produzidos em diferentes localidades, argumenta que a concorrência na fabricação do papel foi a responsável por uma maior personalização do material. Ela nos informa ainda que a marca d'água era "uma garantia de qualidade do produto apresentado, desencadeando por isso, e num processo quase simultâneo, a falsificação da marca de água, por inteiro (principalmente nos papéis de maior qualidade), ou através da cópia do motivo principal (...)" [26]. Em nosso trabalho não trataremos das marcas d'água presentes nos documentos analisados, mas entendemos ser importante perceber como a questão levantada por Santos sobre a falsificação das marcas d'água demonstra o reconhecimento do valor e qualidade de determinados papéis frente a outros. Ela remete ao ano de 1411 como a referência mais antiga a um moinho de papel em Portugal, o qual o escrivão da Puridade de D. João I pede para instalar em Leiria. Santos recorda ainda do engenho de papel de D. João II, duque de Bragança – futuro rei D. João IV – em Vila Viçosa, cuja produção possivelmente se iniciou em finais da década de trinta e se manteve em atividade até 1641.

Quanto ao engenho construído por Dom João em Vila Viçosa, João Ruas nos informa que, assim como o duque havia se interessado por atividades como a produção de vidro e livraria de música, se dedicou também ao papel e à tipografia. Dom João, assim, teria impressos dois livros em Vila Viçosa em papel francês, para o que mandou vir de Évora o impressor Manuel de Carvalho [27]. O moinho de papel, contudo, não teria relação com a tipografia, já que há informações de que havia um mestre e um carpinteiro no engenho em 1639 – lembrando que os livros são de anos anteriores. O contrato com o mestre do engenho, encontrado por Ruas, nos mostra como se dava a divisão do trabalho no interior do moinho de Vila Viçosa:

> um *laborante*, homem que faz as folhas isto é, mergulha a forma na pasta, igualiza e retira; um *poedor*, homem que põe as folhas nas baetas e na prensa

[26] SANTOS, Maria José Ferreira dos. Marcas de água e história do papel. In: *Cultura* [Online], Vol. 33, 2014, p. 3. Disponível em: <http://cultura.revues.org/2334> Acessado: 04-mai-2018.
[27] RUAS, João. O engenho de papel. In: *Revista semestral de Edifícios e Monumentos*. Dossiê Vila Viçosa. n.o 27, 2007. p. 152.

> para retirar a água que resta; um *peloteiro*, provavelmente o homem que trabalha com o martelo de pilão; e um *lavrador*, homem que lava as baetas e pode talvez pôr a cola e brunir o papel. Além destes homens, também aí trabalhavam dois rapazes (...) *para alimparem o trapo* (...), isto é, prepararem o trapo para se pôr no podridor, local onde o trapo apodrecia durante dois meses, antes de ser retalhado e, finalmente, colocado nas tinas para fazer a pasta. Também se estipula que teriam uma mulher (...) *de fazer de comer e lavarlhe a roupa e tudo mais que lhe for necessário e ater hu[m]a cavalgadura pera serviso do moinho* (...) [28].

Os oficiais contratados nos dão ideia de como era o trabalho no interior de um moinho de produção de papel, embora Ruas não tenha encontrado mais documentos que discorram sobre o funcionamento do engenho. Após a aclamação de Dom João como rei de Portugal, Vila Viçosa passaria por uma época de menor importância e o moinho teria encerrado suas atividades já no ano de 1641 [29].

A questão da melhor ou pior qualidade do papel e de seu valor monetário, de que trataram as pesquisadoras anteriormente citadas por nós, nos é elucidado através do interessante artigo do professor Cristóbal Espejo. No ano de 1680 se iniciava em Madrid uma questão judicial que duraria décadas envolvendo a Congregação dos Cegos – responsáveis pela distribuição e venda de certos materiais impressos como orações e notícias – e alguns impressores nomeados. O primeiro deles, Julian de Paredes, irmão de Alonso Víctor de Paredes de quem tratamos no início deste capítulo e responsável pela publicação da *Gazeta Nueva*, foi acusado pelos cegos de imprimir "en dos o tres géneros de papel, y que los hechos en el de Génova bueno 'los vende él solo en su casa' (...) dando a los ciegos, en papel malo (...)" [30]. Ou seja, acusam Paredes de imprimir o mesmo texto em papéis de diferentes qualidades, entregando para os cegos venderem os de papel inferior e, portanto, mais baratos, e mantendo os melhores para si, vendendo em sua própria casa. O impressor responde que imprimia sempre em "papel de Cuenca fino" [31], e que se havia algumas poucas impressões em papel de Gênova, eram para pessoas de

---

[28] RUAS, João. O engenho de papel... p. 154. (itálico do autor).

[29] O autor conclui: "Sabemos que, daí em diante, o moinho e o terreno que o circunda foram sempre arrendados como terra agrícola, designada por courelinha do moinho de papel, e, de acordo com o montante do seu foro (2000 réis no século XVII, 3000 no século seguinte e 4800 no XIX) não seria muito grande, nem de produção assinalável. Nos dias de hoje o terreno em volta (cerca de um hectar) e a ruína pertencem a um particular e encontram-se à venda. Espera-se que a Câmara Municipal de Vila Viçosa possa vir a considera-lo como patrimônio municipal". In: Ruas, João. O engenho de papel... p. 157.

[30] ESPEJO, Cristóbal. Pleito entre ciegos e impresores (1680-1755). In: *Revista de la Biblioteca, Archivo y Museo*. Año II, n.o 5, 1925. p. 207. Tradução nossa: "em dois ou três gêneros de papel, e que os feitos no de Gênova bom, 'os vende em sua casa' dando aos cegos os de mau papel".

[31] Cuenca é uma cidade nos arredores de Madrid.

autoridade. Aqui percebemos como a distinção social influenciaria até no tipo de papel a ser utilizado para a impressão, cabendo às ditas autoridades o melhor papel. A discussão segue, o procurador dos cegos afirmando que o impressor imprimia em papéis inferiores ao de Cuenca – o que significaria que o papel produzido próximo à Corte não era de qualidade tão ruim – e da parte de Paredes, dizendo que isso não ocorria. A discussão sobre a qualidade do papel a ser utilizado na impressão demonstra como esse tema era de fundamental importância no século XVII, o que leva a Congregação dos Cegos a entrar na justiça contra os impressores que lhes entregavam papéis de qualidade inferior para serem vendidos.

Quanto à tinta empregada pelos impressores, era na maioria das vezes produzida por eles mesmos. De acordo com Fernando Bouza, em um pátio ou ainda na mesma rua, os impressores queimavam peixe em um artefato coberto com uma tela com tecido, chamados sacos. A fumaça que sobrava dessa queima era misturada com trementina (composto químico combustível utilizado até os dias de hoje para a pintura) e compunha a tinta que era passada com rolos nas letras de forma [32].

O formato no qual seriam impressas as notícias é sobretudo in cuarto em Lisboa, e in fólio em Madrid, e podemos apenas especular o motivo: talvez uma economia de papel em Lisboa diante de uma produção massiva? Apenas um costume de leitura e dos usos do impresso nas duas regiões? [33] Todas as relações de sucesso sobre a guerra da Restauração que encontramos impressas em Madrid eram in fólio; somente a *Gazeta Nueva* – único periódico do período – era in cuarto (de dimensão menor do que o fólio). Os papéis de notícias produzidos em Lisboa, por outro lado, eram todos in cuarto. Não sabemos o que levava um impressor a escolher entre um formato e outro, ou se o autor possuía autoridade para escolher. Concordamos, contudo, com Ana Maria Maldonado Cuns, que ao analisar relações de sucesso que tratavam do casamento entre Ana de Áustria e Luís de Borbon, entende que a impressão em papéis de menor tamanho se devia sobretudo a uma questão comercial: "(...) ya que la inversión en papel era menor y los costes de producción también, por lo que el precio era menor que en otras relaciones con

[32] BOUZA, Fernando. *Papeles y Opinión*. Políticas de Publicación en el siglo de Oro. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008. p. 24.

[33] Sobre os uso das Relações de Sucesso impressas em Madrid que encontramos na Biblioteca Nacional de España notamos que a maioria possuía marcas de dobra, o que faz sentido tendo em vista o manuseio e transporte das notícias, além dos empréstimos entre as pessoas, o que certamente era comum para a leitura das novas sobre a guerra – dobrar a folha ao meio para guardar ou caminhar pela rua faria sentido para nós até hoje.

mayor tamaño. Otra finalidad atribuida a su pequeño tamaño era el fácil manejo de las mismas para su lectura”[34].

Os usos que a população fazia desses impressos de notícias também são de nosso interesse, ainda que tenhamos poucas informações sobre esse tema. Além do costume já tratado da leitura em voz alta em locais de grande circulação de pessoas, encontramos ainda a escrita a mão nas bordas do texto impresso. Ora um grifo em algum tema que chamara a atenção do leitor, ora uma observação que questionava o escrito – costume que pouco difere do leitor atual. Em um material impresso em Lisboa que encontramos na Biblioteca Nacional de España que trata das batalhas ocorridas na região do Alentejo no ano de 1663, ao lado do trecho em que descreve a retirada do exército inimigo “deixando a praça não de todo perfeita de fortificaçoens, ainda que muito auentejada”, podemos ler escrito a mão: “porque no tenia viveres ny los podia esperar de un pais todo enemigo” [35].

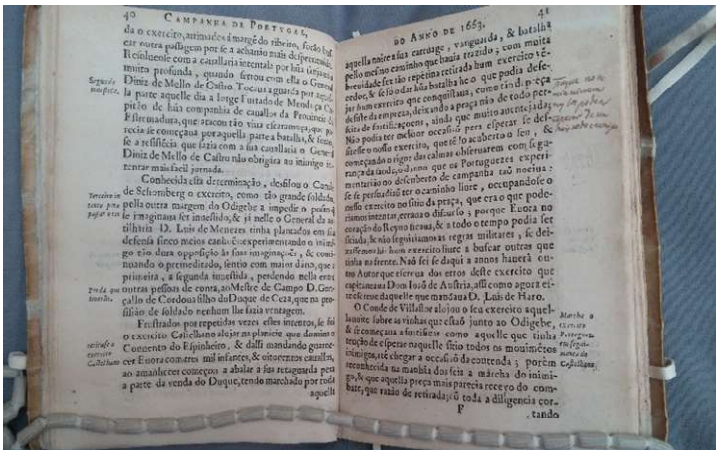


Figura 3.1 Imagem das páginas inteiras do impresso, encadernado junto a outros documentos portugueses do mesmo período na Biblioteca Nacional de España.

[34] Em tradução nossa: “já que o investimento em papel era menor e os custos de produção também, pelo que o preço era menor que nas outras relações de tamanho maior. Outra finalidade atribuída ao seu tamanho pequeno era o fácil manuseio das mesmas para sua leitura”. MALDONADO CUNS, Ana María. La relación verdadera de López Maldonado y su paralelismo con otras relaciones de la época para explicar la boda de Ana de Austria y Luis de Borbón. In: GARCÍA LÓPEZ, Jorge. BOADAS, SÒNIA (eds) *Las relaciones de sucesos en los cambios políticos y sociales de la Europa Moderna*. Universitat Autònoma de Barcelona; Servei de Publicacions: Bellaterra, 2015. p. 85.

[35] CUNHA, Antonio Alvares. *Campanha de Portvgal: pella província do Alentejo Na Primauera do Anno de 1663. Governando as Armas daquela Prouincia Dom Sancho Manoel Conde de Villa Flor. Offerecida a Magestade de ElRey D. Affonso VJ Nosso Senhor*. Lisboa. Com todas as licenças necessárias. Na Officina de Henrique Valente de Oliveira. Impressor delRey N.S. Anno de 1663. f. 41.

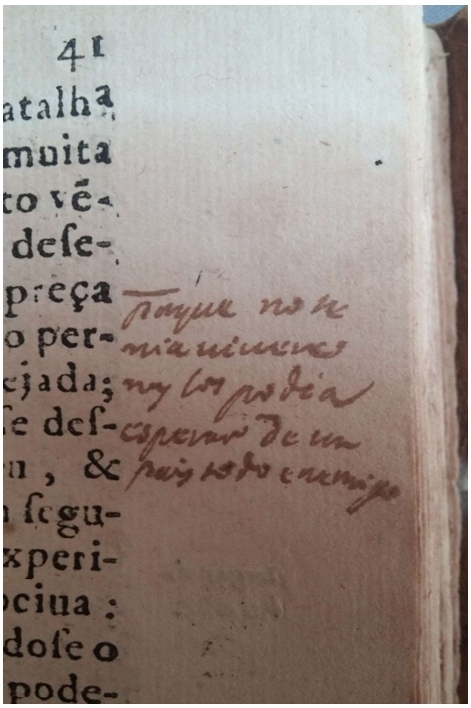

41
atalha
muita
to vé-
dese-
preça
o per-
ejada;
se des-
u, &
segu-
xperi-
ciua:
dose o
pode-

Figura 3.2 Trecho escrito a mão ao lado de notícias sobre a campanha no Alentejo de 1663.

O leitor, assim, "discute" com o impresso ao explicar porque houve a retirada do exército liderado por Juan José de Áustria, defendendo a ação do comandante, já que não havia mantimentos no "país" inimigo. Há outras intervenções no decorrer do texto que, apesar de contar com mais de cem páginas, é chamada pelo próprio autor de "relação", o que denota que esses termos possuíam significado fluido no período [36]. Quando o leitor escreve em um material de leitura como um livro, ou no nosso caso, um impresso de notícias, ele demonstra sua relação pessoal com o que está lendo e reforça sua relação íntima com a leitura e o livro [37]. Compreendemos assim, a familiaridade de quem faz anotações no texto com a leitura e também com a escrita, demonstrando que essa atividade seria cotidiana na vida de quem lê. Uma pessoa sem o hábito da leitura dificilmente anotaria e "discutiria" com o texto, da maneira como podemos ver nas Figuras 3.1 e 3.2.

A composição e impressão do texto

Nesse momento, podemos retornar ao manual de Alonso Víctor de Paredes, cujo texto é voltado para os impressores e compositores das oficinas. Após as apresentações iniciais, o autor passa a enumerar todos os tipos de letras utilizados nas prensas conhecidos por ele, que são onze ou doze, elencando no terceiro capítulo os usos de todas as vinte e três letras do alfabeto castelhano, "necessario para que no se atribuya à ignorancia del Impressor" [38]. Entendemos dessa maneira, que Paredes compreende seu

[36] Tratando das notícias impressas em Lisboa, aparentemente tudo o que descreve acontecimentos é denominado *relação*, não importando seu tamanho – é frequente alguns historiadores delimitarem o termo *relação* aos papéis impressos de notícias com poucas páginas (quatro em média), mas entendemos que isso não se aplica ao período de nosso estudo no que se refere a Portugal, cujos papéis periódicos como o *Mercurio* também eram chamados de relação no decorrer do texto.
[37] Cf. LISBOA, João Luis. MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A cultura escrita nos espaços privados. In: MATTOSO, José (dir.) *História da Vida Privada em Portugal*. A Idade Moderna. Círculo de Leitores. s/l, 2011.
[38] MOLL, Jaime (ed.) *Institución y origen del Arte de la Imprenta*… p. 13v.

ofício como sendo muito mais do que apenas copiar do manuscrito para as letras de molde: um bom impressor deveria ter conhecimento da gramática castelhana, para evitar "vnas palabras tan ridiculamête escritas, que suelo tomar el papel solo para divertirme leyendole. A todos estos llamo yo, con su licencia, sectarios de Ortographia" [39]. De acordo com Paredes, dessa forma, cabia assim ao impressor e não ao autor do papel original – como poderíamos pensar atualmente – a boa ortografia do impresso. Jaime Moll nos informa em outro trabalho seu que desde o ano de 1573 os compositores das oficinas granadinas deveriam ser também ortógrafos, costume que o autor identifica como responsável por uma certa unificação ortográfica, o que denota que seria comum essa habilidade entre os impressores [40]. Por fim, Paredes conclui esse capítulo com um longo quadro de palavras que ele julgava serem escritas frequentemente de maneira incorreta.

A discussão gramatical continua no decorrer do livro, demonstrando a importância que Paredes atribuía à boa escrita e a responsabilidade que recaía sobre o impressor. Depois, o autor se dedica a descrever as medidas das páginas e a explicar como a impressão em diferentes tamanhos (fólio, in cuarto, in oitavo, etc) deverá ser realizada. É uma parte bastante técnica do livro, que o autor conclui no capítulo 8 explicando a importância de se contar as linhas e as letras corretamente, para que não sobrem espaços no final da impressão pois "queda la composicion feíssima (...) [o que denotaria] poco curia del Impressor" [41]. Assim, caso deixe de contar as letras e palavras corretamente, "sobraria" espaço no final da folha, que aparentemente eram completados com sinais que deixavam a impressão *feíssima*.

Paredes descreve ainda uma técnica dos impressores do período que encontraremos em nossos documentos, chamada *pie de copa* ou "pé de taça", onde o responsável por compor as letras no molde termina a impressão diminuindo o tamanho das linhas, centralizadas, até concluir com apenas uma palavra ou sílaba – denotando o formato de uma taça. O autor do manual entende que "si estava bien ajustado, que parecia

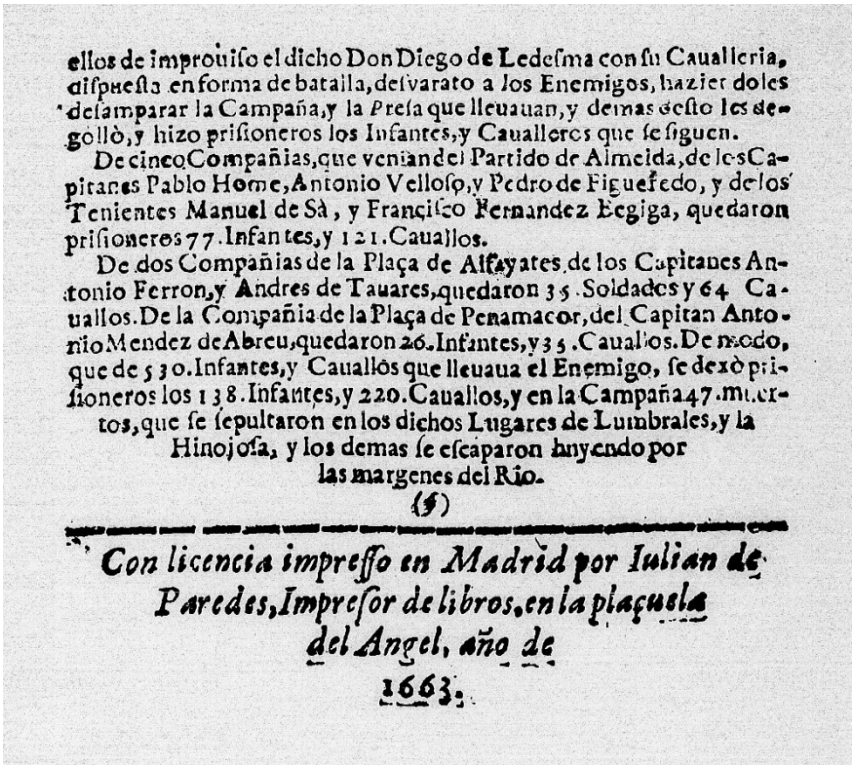
---

[39] *Ibidem*. p. 14. "Umas palavras tão ridiculamente escritas que costumo pegar o papel somente para me divertir lendo-o. A todos estes eu chamo, com sua licença, de sectários da ortografia". Tradução nossa.

[40] MOLL, Jaime. Problemas bibliográficos del libro del Siglo de Oro. In: *Boletín de la Real Academia Española*. Tomo 59, cuaderno 216, 1979. p. 93-4. Este texto também está disponível na Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/problemas-bibliograficos-del-libro-del-siglo-de-oro--0/html/991e03ab-cf57-4f73-accd-b5d3621e934a_10.html#I_0_> Acesso dia: 05-mar-2018.

[41] MOLL, Jaime (ed.) *Institución y origen del Arte de la Imprenta*… p. 36v. "fica a impressão feíssima, [o que denotaria] pouco *curia* do impressor". Tradução nossa (não encontramos significado para *cúria* nem atual, nem no dicionário de Covarrubias Horozco que satisfizesse essa tradução, mas entendemos que o autor quis dizer pouca acura, ou cuidado, esmero).

lindamente, y que era menester mucha destreza para ello, y me holgara que no se huviera dexado, aunque en Sevilla los hize algunas vezes, y aun en Madrid en vna ocasion, mas me lo hizo el Corrector deshacer" [42]. O impressor entende que esses "triângulos" que se usavam anteriormente chamados pé de taça não eram mais utilizados no período da escrita de seu manual, o que aparentemente ele não concordava por demonstrar que gostava de fazê-los pois denotava habilidade e ele considerava que "parecia lindamente" – em sua obra ele utiliza o pé de taça no mesmo trecho em que o explica. Compreendemos através deste trecho que o corretor que trabalhava junto ao impressor na oficina também tinha voz diante das impressões, pois Paredes informa que tentou imprimir algum material que continha esse pé de taça e foi obrigado a desfazer a composição. Nas imagens abaixo, demonstramos o que era o pé de taça e como ele foi utilizado pelo irmão de Alonso Víctor de Paredes ao imprimir a Gazeta Nueva de Madrid no início dos anos sessenta do século XVII:


ellos de improuiso el dicho Don Diego de Ledesma con su Caualleria, dispuesta en forma de batalla, desvarato a los Enemigos, hazierdoles desamparar la Campaña, y la Presa que lleuauan, y demas desto les degollò, y hizo prisioneros los Infantes, y Caualleros que se siguen.

De cinco Compañias, que veniandel Partido de Almeida, de los Capitanes Pablo Home, Antonio Velloso, y Pedro de Figueredo, y de los Tenientes Manuel de Sà, y Francisco Fernandez Ecgiga, quedaron prisioneros 77. Infantes, y 121. Cauallos.

De dos Compañias de la Plaça de Alfayates, de los Capitanes Antonio Ferron, y Andres de Tauares, quedaron 35. Soldados y 64 Cauallos. De la Compañia de la Plaça de Penamacor, del Capitan Antonio Mendez de Abreu, quedaron 26. Infantes, y 35. Cauallos. De modo, que de 530. Infantes, y Cauallos que lleuaua el Enemigo, se dexò prisioneros los 138. Infantes, y 220. Cauallos, y en la Campaña 47. muertos, que se sepultaron en los dichos Lugares de Lumbrales, y la Hinojosa, y los demas se escaparon huyendo por las margenes del Rio.

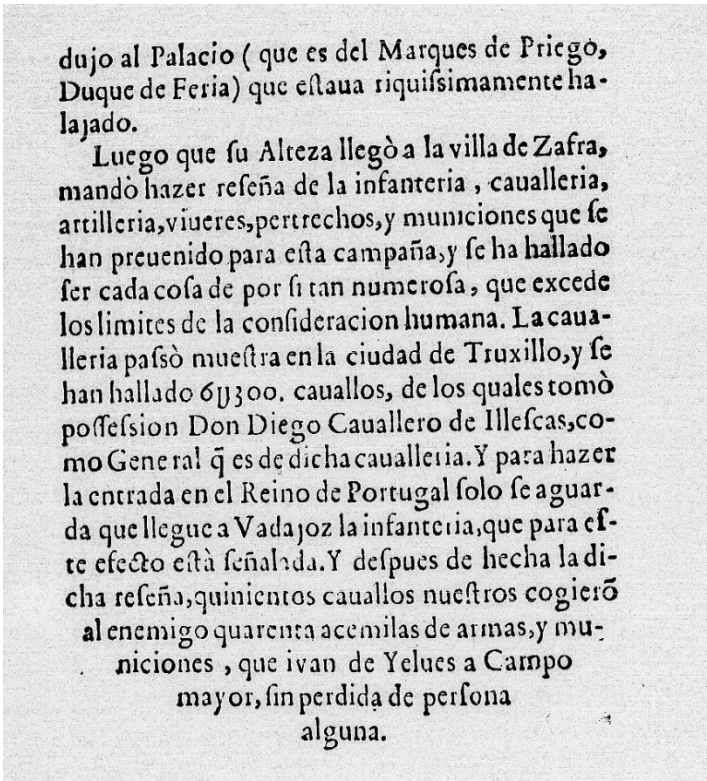
(5)

Con licencia impresso en Madrid por Iulian de Paredes, Impresor de libros, en la plaçuela del Angel, año de 1663.

Figura 3.3 Gazeta Nueva. n.o VI abr/mai de 1661. f. 44

[42] MOLL, Jaime (ed.) *Institución y origen del Arte de la Imprenta*… p. 38. Tradução nossa: "se estava bem ajustado, que parecia lindamente. E que era necessário muita destreza para ele, e eu ficaria feliz que não houvessem deixado de fazê-lo, ainda que em Sevilha eu o tenha feito algumas vezes, e em Madrid em uma ocasião, mas o corretor me fez desfazer".

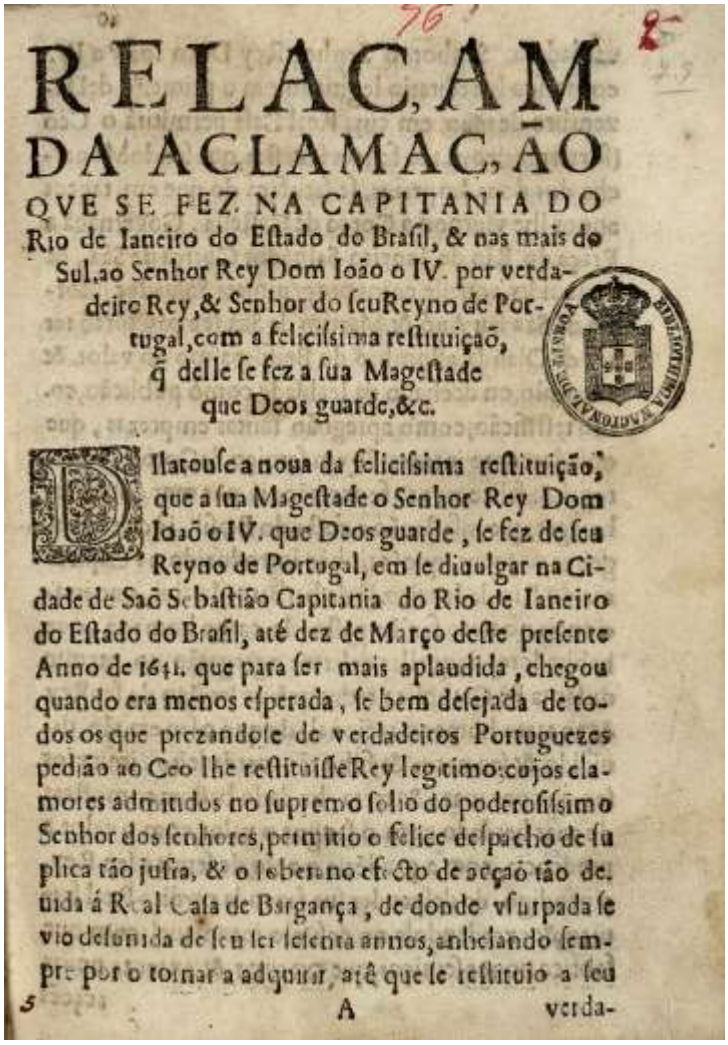
Como a Gazeta Nueva era dividida por localidades de onde chegavam as notícias, Julian de Paredes optou por utilizar o pé de taça para que pudesse iniciar uma nova localidade na página seguinte, sem deixar um grande espaço vazio na folha anterior (Fig. 3.3).


dujo al Palacio (que es del Marques de Priego, Duque de Feria) que eſtaua riquiſsimamente halajado.

Luego que ſu Alteza llegò a la villa de Zafra, mandò hazer reſeña de la infanteria, caualleria, artilleria, viueres, pertrechos, y municiones que ſe han preuenido para eſta campaña, y ſe ha hallado ſer cada coſa de por ſi tan numeroſa, que excede los limites de la conſideracion humana. La caualleria paſsò mueſtra en la ciudad de Truxillo, y ſe han hallado 6U300. cauallos, de los quales tomò poſſeſsion Don Diego Cauallero de Illeſcas, como General q̃ es de dicha caualleria. Y para hazer la entrada en el Reino de Portugal ſolo ſe aguarda que llegue a Vadajoz la infanteria, que para eſte efecto eſtà ſeñalada. Y deſpues de hecha la dicha reſeña, quinientos cauallos nueſtros cogierõ al enemigo quarenta acemilas de armas, y municiones, que ivan de Yelues a Campo mayor, ſin perdida de perſona alguna.

Figura 3.4 Gazeta Nueva. n.o VIII dez de 1662. f. 169.

Mais comum do que no decorrer do número (como mostrado na figura 3.4), no encerramento da publicação encontramos o pé de taça com um pouco mais de frequência, com a indicação da cidade em que foi impressa, o nome do impressor e a localização de sua oficina, além do ano em que foi publicada (Figura 3.3). Esse recurso é claramente uma maneira de deixar o impresso mais bonito e servia ainda para demonstrar a habilidade do impressor, não possuindo qualquer função prática à publicação pois, como podemos ver, essa informação poderia ser colocada em menos linhas.



RELACAM
DA ACLAMAC,ÃO
QVE SE FEZ NA CAPITANIA DO
Rio de Ianeiro do Estado do Brasil, & nas mais do
Sul,ao Senhor Rey Dom Ioão o IV. por verda-
deiro Rey,& Senhor do seuReyno de Por-
tugal,com a felicissima restituiçaõ,
q̃ delle se fez a sua Magestade
que Deos guarde,&c.

Dllatouse a noua da felicissima restituição,
que a sua Magestade o Senhor Rey Dom
Ioaõ o IV. que Deos guarde, se fez de seu
Reyno de Portugal, em se diuulgar na Ci-
dade de Saõ Sebastião Capitania do Rio de Ianeiro
do Estado do Brasil, até dez de Março deste presente
Anno de 1641. que para ser mais aplaudida, chegou
quando era menos esperada, se bem desejada de to-
dos os que prezandose de verdadeiros Portuguezes
pedião ao Ceo lhe restituisse Rey legitimo: cujos cla-
mores admitidos no supremo solio do poderosissimo
Senhor dos senhores, permitio o felice despacho de su
plica tão justa, & o soberano efecto de acçaõ tão de-
uida á Real Casa de Bargança, de donde vsurpada se
vio desunida de seu ser setenta annos, anhelando sem-
pre por o tornar a adquirir, atê que se restituio a seu
5 A verda-

Figura 3.5 Relaçam da aclamação qve se fez na capitania do Rio de Janeiro... Impressor Jorge Rodrigues, 1641 f.1

Na relação de sucessos portuguesa acima [43], o impressor Jorge Rodrigues também utiliza o pé de taça, dessa vez no título de seu impresso, onde percebemos claramente que há um esforço em compor o título nesse formato, tendo em vista que Rodrigues separa as palavras no intuito de dar forma ao cabeçalho e escolhe em que momento abreviar o "que" com "q'". O intuito em enumerar esses trechos de nossa documentação é demonstrar que a descrição que Alonso de Paredes elabora em seu manual é recorrente décadas antes de seus escritos, tanto em Lisboa como em Madrid. É um recurso estilístico que aparenta ser recorrente e difundido entre os impressores, não só em livros, mas utilizado também nos materiais de notícias do período.

[43] *Relaçam da aclamação qve se fez na capitania do Rio de Janeiro do Estado do Brasil, & nas mais do Sul ao Senhor Rey Dom João o IV, por verdadeiro Rey, & Senhor do seu Reyno de Portugal, com a felicíssima restituição, q' delle se fez a sua Magestade que Deos guarde, &c*. Lisboa, Jorge Rodrigues, a custa de Domingos Alures livreiro, anno 1641.

Alonso Víctor de Paredes não cita em seu manual uma atividade importante que também estava presente na oficina impressora: a correção do material. Jaime Moll explica que algumas vezes são os próprios autores que corrigem suas obras, mas que isso não era o habitual. O mais comum era que a oficina impressora se encarregasse da correção, porém a função do corretor não era exatamente corrigir as erratas, mas conferir o exemplar impresso com o original que havia sido aprovado pela censura. Assim, outro compositor poderia ser o responsável pela correção, ou mesmo o próprio impressor que fez aquele material. Quando o erro é visto a tempo, é possível refazer o molde e corrigir para uma nova impressão – seria bastante interessante comparar as relações e periódicos de diferentes cidades para saber se há alguma variação desse tipo, o que infelizmente não corresponde a nossa atual investigação –, porém quando tudo já estava pronto e um erro era notado, uma maneira descrita por Jaime Moll era corrigir utilizando *banderillas* ou pequenos papéis cortados no tamanho exato da palavra errada, colados por cima com a escrita correta [44]. Um dos problemas advindos com a crescente digitalização dos acervos (e consequente impossibilidade de analisarmos os originais) é que através de microfilmes e fac-símiles, dificilmente podemos identificar essas correções, o que traz enorme perda à análise da Cultura Escrita da Época Moderna.

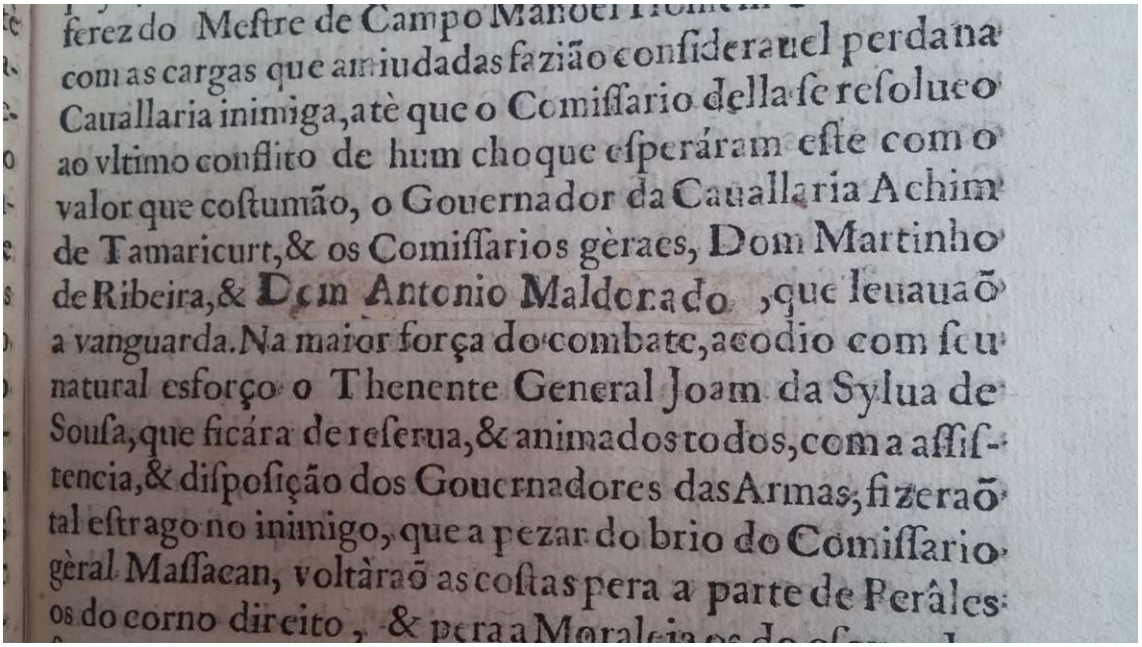

ferez do Mestre de Campo Manoel
com as cargas que amiudadas fazião consideraueI perdana
Cauallaria inimiga, atè que o Comissario della se resolueo
ao vltimo conflito de hum choque esperáram este com o
valor que costumão, o Gouernador da Cauallaria Achim
de Tamaricurt, & os Comissarios gèraes, Dom Martinho
de Ribeira, & Dom Antonio Maldonado, que leuauaõ
a vanguarda. Na maior força do combate, acodio com seu
natural esforço o Thenente General Joam da Sylua de
Sousa, que ficára de reserua, & animados todos, com a assis-
tencia, & disposição dos Gouernadores das Armas, fizeraõ
tal estrago no inimigo, que a pezar do brio do Comissario
gèral Massacan, voltàraõ as costas pera a parte de Perâles
os do corno direito, & pera a Moraleia

Figura 3.6 Trecho de uma relação portuguesa em que podemos ver o nome Dom Antonio Maldonado escrito sobre uma banderilla

[44] MOLL, Jaime (ed.) *Institución y origen del Arte de la Imprenta*… p. 69.

Tivemos acesso à relação identificada na imagem 3.6 na Biblioteca Nacional de Espanha em seu original e foi graças a isso que foi possível identificar a *banderilla* de correção, já que a mesma relação na Biblioteca Nacional de Portugal está microfilmada e em sua leitura não conseguiríamos observar a correção. A grande maioria das relações de sucesso que analisamos nesta biblioteca portuguesa está em microfilme, assim que não poderíamos saber se há outras correções como essa. A surpresa que tivemos ao pesquisar pequena parte do acervo da Biblioteca do Palácio da Ajuda – em que temos acesso aos documentos em seu formato original – foi encontrar a mesma relação sem a dita *banderilla*. Pensávamos que o erro seria o nome do fidalgo que havia lutado na batalha em questão, mas descobrimos que o que ocorreu foi a escrita de seu nome em caixa alta – DOM ANTONIO MALDONADO – e por isso a correção foi realizada [45]. Com essa correção, ficou claro que a técnica era utilizada também em papéis de menor valor como uma relação de sucesso de apenas quatro páginas, e não apenas em livros cuja perda financeira seria grande caso não fossem vendidos por conta de um erro. Além disso, a correção também levanta algumas questões: o nome em caixa alta certamente chama a atenção do leitor (o nome destoa totalmente do restante da impressão), mas por que então foi composto dessa forma, se posteriormente teve de ser corrigido? Foi um pedido do próprio vassalo, ou de quem financiou a impressão? Foi iniciativa do compositor da relação? Houve reclamação para que o nome fosse corrigido? Certamente não foi apenas um erro, já que a caixa alta deveria ser encontrada em outras partes do texto caso fosse uma falta de atenção do compositor. Além disso, o material circulou sem a correção, como podemos ver no documento encontrado na Biblioteca da Ajuda, o que pode indicar que foi recolhido para correção, ou que o responsável pela relação vendeu parte delas sem corrigi-la. São questões cujas respostas não podemos fornecer, mas que denotam sobretudo que aparecer em um papel de notícias lutando contra a Monarquia Hispânica certamente adquiria grande valor na sociedade portuguesa.

[45] Já no final de nossa investigação em terras portuguesas, infelizmente não tivemos tempo hábil de pedir a digitalização da imagem – diferente da Biblioteca Nacional de España, em que podemos tirar fotos com nossos próprios equipamentos após pedir a devida autorização, na Biblioteca da Ajuda alguns dias são necessários para que os técnicos da instituição realizem a digitalização do material. Ao nos dedicarmos a recolher a documentação presente na Biblioteca Nacional de Portugal (que, como dissemos, está em sua maioria microfilmada), diminuímos nosso tempo de pesquisa no acervo da Ajuda, pois entendemos que a BNP teria maior quantidade e mais fácil acesso a esses documentos. Pretendemos um dia ampliar nossa investigação no acervo da BPA, de valor incalculável para este tema. O documento citado é: *Relação da vitória qve o Conde de Villa Flor D. Sancho Manuel e João de Mello Governadores das Armas da Provincia da Beira, Ganharão aos castelhanos*. 1661. Impressor: Antonio Craesbeeck.

Pretendemos até aqui levantar algumas questões referente à produção dos materiais de notícias que são foco de nossa pesquisa, já que muitas vezes a parte técnica é deixada de lado. Ainda que muitas perguntas continuem sem resposta, através do manual escrito por Alonso Víctor de Paredes e dos papéis de notícias referentes à guerra da Restauração, conseguimos discorrer sobre algumas características das oficinas impressoras da época.

Outro objetivo da nossa investigação nas bibliotecas portuguesas e espanholas era elucidar quem foram os impressores que trouxeram a luz as notícias que são tema de nossa pesquisa. É o que faremos no tópico a seguir.

3.2 Os impressores de notícias: uma tentativa biográfica

Foram vários os impressores responsáveis pela publicação das notícias sobre a guerra da Restauração. Não queremos dizer que se dedicavam apenas a produzir relações de sucessos e papéis de poucas páginas com as novas das batalhas, mas que, para além da impressão de livros e manifestos, a composição dos "efêmeros" era fonte de renda nestas oficinas [46]. De Madrid, encontramos muitas oficinas dedicadas à produção de impressos, mas poucas interessadas em publicar notícias que tratassem especificamente da guerra da Restauração. Para a Monarquia Hispânica, inserida em diversas guerras pelo continente, retomar Portugal seria fácil e pouca atenção foi dada "ao rebelde" Dom João IV no início do conflito. Percebemos, assim, que não só a Coroa relegava a guerra contra a Casa de Bragança ao segundo plano, mas seus impressores pouco produziam sobre o que ocorria na fronteira ocidental – como vimos, de fato pouca coisa acontecia nos primeiros anos da guerra, o que não impediu, contudo, as oficinas portuguesas de produzirem uma quantidade impressionante de relatos de guerra.

[46] Ricardo Exposito afirma que "los papeles menores garantizaban la actividad diaria de su taller, una característica compartida por el mundo editorial hispánico al menos desde las primeras décadas del Seiscientos". Ver: EXPOSITO, Ricardo. La prensa catalana en la guerra de sucesión: entre la información y el privilegio. In: CÁTEDRA GARCÍA, Pedro M. (dir.*) Géneros Editoriales y Relaciones de Sucesos en la Edad Moderna*. Sociedad Internacional para el Estudio de las Relaciones de Sucesos: Salamanca, 2013. p. 105. "os papéis menores garantiam a atividade diária de sua oficina, uma característica compartilhada pelo mundo editorial hispânico ao menos desde as primeiras décadas do seiscentos" (tradução nossa).

Impressores que publicaram relações de sucesso sobre a Guerra da Restauração em Madrid (1641-1668)		
Nome	**período**	**Quantidade**
Juan Sanchez	década de 40	1
Pablo de Val	década de 50	1
Julian de Paredes	década de 50 e 60	3
Francisco Nieto	década de 60	8
Diego Diaz de la Carrera	década de 60	1
José Fernandez de Buendía	década de 60	5
Domingo García Morras	década de 60	1

Tabela 3.1 Elaborada a partir da análise da documentação

Como podemos ver pela Tabela 3.1, encontramos apenas um impressor madrileno que tenha se dedicado à impressão de notícias sobre a guerra da Restauração nos primeiros dez anos da guerra, o que denota o pouco interesse que esse conflito suscitou naquela sociedade nos primeiros anos. Assim como demonstramos na primeira parte de nosso trabalho, foi na década de 60 que o conflito se intensificou, momento em que a Monarquia Hispânica se viu livre das outras guerras em que estava inserida e pode se dedicar às fronteiras portuguesas. A produção de notícias nesse período demonstra o maior interesse neste tema.

Impressores que publicaram relações de sucesso sobre a Guerra da Restauração em Lisboa (1641-1668)		
Nome	**período**	**Quantidade**
Lourenço de Anvers	década de 40	18
Domingos Lopes Rosa	década de 40	22
Jorge Rodrigues	década de 40	11
Manoel da Silva	década de 40	10
Antonio Alvares	década de 40	10
Paulo Craesbeeck	década de 40	8
Henrique Valente de Oliveira	década de 50 e 60	8
Antonio Craesbeeck de Melo	década de 50 e 60	5
Domingos Carneiro	década de 60	1

Tabela 3.2 Elaborada a partir da análise da documentação

Por outro lado, para a Coroa portuguesa, os primeiros anos da guerra eram cruciais para conseguir apoio diplomático e recursos financeiros. Assim, diferente do que

ocorria em Madrid, em Lisboa a produção de papéis de notícias foi intensa na primeira década da guerra, momento em que até uma gazeta de periodicidade mensal foi desenvolvida. Todos os impressores que encontramos também se dedicavam à publicação de notícias da guerra contra "os castelhanos". Na última década da guerra, aparentemente as informações sobre as batalhas contra seus vizinhos foram reunidas no periódico *Mercurio Portuguez*, motivo pelo qual os demais impressores da cidade se dedicaram a outras questões em seus papéis de notícia – a produção de notícias sobre a guerra, contudo, não diminuiu, pois o *Mercurio* trouxe mensalmente grande quantidade de informações em suas páginas [47].

Comparando as duas produções, não há dúvidas de que a frente de papel organizada pela Coroa portuguesa saiu vitoriosa diante de uma Monarquia cuja a atenção se fragmentava por parte do continente europeu. Como bem explica Fernando Bouza "a publicística antirrestauradora é muito menor que a realizada pelos defensores da separação lusitana, à qual [a Monarquia Hispânica] tentou responder com uma política *antimanifestos* que deixou claro que não chegou a tomar a iniciativa quase em nenhum momento" [48].

Pretendemos aqui discorrer brevemente sobre quem foram esses impressores. Há nos últimos anos uma grande produção sobre a circulação de notícias, mas pouco tem se produzido sobre seus agentes. Salvo o trabalho da professora Carmen Espejo da Universidade de Sevilha, que tem se dedicado nos últimos anos a mapear a vida e a produção de um dos maiores impressores espanhóis do século XVII, Juan Gomes de Blas [49], são poucas as pesquisas que tratam destes importantes personagens. Um dos motivos é certamente a dificuldade de encontrar informações sobre eles. Ainda que de maneira

---

[47] Convém esclarecer que podem haver outras relações de sucesso publicadas pelos impressores elencados nas duas tabelas. Ainda não existe um levantamento definitivo e certamente há papéis de notícias espalhados em diferentes arquivos e bibliotecas de diversos países da Europa. A lista que apresentamos ao final deste trabalho contendo as publicações enumeradas nas tabelas, contudo, dá ideia da dimensão da produção destas oficinas.

[48] BOUZA, Fernando. *Papeles y opinión*. Políticas de publicación en el siglo de oro. Consejo Superior de Investigaciones Científicas: Madrid, 2008. p. 151. No original: "la publicística antirrestauradora es, con mucho, menor que la desplegada por los defensores de la separación lusitana, a la que intentó responder con una política *antimanifiestos* que dejan claro que no llegó a tomar la iniciativa casi en ningún momento" Itálico do autor.

[49] Sobretudo em: ESPEJO Cala, Carmen. El impresor sevillano Juan Gómez de Blas y los orígenes de la prensa periódica. La Gazeta Nueva de Sevilla (1661-1667). In: *Zer*. Vol. 13. n.o 25, 2008. p. 243-267. Disponível em: <https://www.unav.es/fcom/communication-society/es/articulo.php?art_id=600>. Acessado 07-mai-2018. Juan Gómez de Blas foi o responsável ainda pela publicação de uma versão da *Gazeta Nueva* de Madrid em Sevilha – trataremos do tema no tópico sobre a circulação de notícias.

breve, assim, elencaremos aqui os impressores presentes nas duas tabelas anteriores e discorreremos brevemente sobre suas biografias e trabalhos [50].

Lisboa

A *Gazeta "da Restauração",* primeiro periódico português de que trataremos posteriormente, foi publicada por três impressores em diferentes momentos de sua duração (1641-1647). Foram eles Lourenço de Anvers, Domingos Lopes Rosa e Antonio Alvarez, todos também responsáveis pela produção de papéis de notícias durante a guerra da Restauração. O primeiro foi um tipógrafo flamengo que imprimiu em Lisboa entre os anos de 1641 e 1647 [51]. Canaveira escreve ainda que Anvers teve muitos ofícios públicos depois que deixou de ser impressor e Eddy Stols identifica-o como parente de Paulo Craesbeck, de quem trataremos em momento oportuno [52]. Maria Isabel Loff também aponta que Anvers teve uma carreira pouco notável e que foi impressor, editor e livreiro [53]. Domingos Lopes Rosa começa suas impressões de notícias em Lisboa no ano de 1642, e, de acordo com Loff, imprime pela última vez no ano de 1659. Não há mais muita informação sobre ele. Encontramos muitos papéis de notícias impressos em sua oficina e a autora Maria Teresa Esteves Payan Martins analisa em seu trabalho um processo da

[50] A Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior concedida pela FAPESP (processo 2016/07247-0 Projeto denominado "La circulación de noticias en la segunda mitad del siglo XVII en la Península Ibérica: las publicaciones periódicas y no periódicas y sus impresores") foi fundamental não só para o recolhimento e análise de grande parte do material só encontrado nas bibliotecas ibéricas, como para discorrermos sobre a biografia dos impressores. Agradecemos assim, à FAPESP e ao professor José Manuel Santos Pérez por nos receber na Universidad de Salamanca para a realização de nossa pesquisa.

[51] CANAVEIRA, Rui. *Dicionário de Tipógrafos Famosos*. Agora Publicações, S.l.: 1997. p. 7

[52] STOLS, Eddy. Livros, Gravuras e Mapas flamengos nas rotas portuguesas da primeira mundialização. In: THOMAS, Werner. STOLS, Eddy. KANTOR, Iris. FURTADO, Junia (orgs.) *Um mundo sobre papel*: livros, gravuras e impressos flamengos nos Impérios Português e Espanhol (séculos XVI-XVIII). São Paulo/ Belo Horizonte: Editora Universidade de São Paulo; Editora UFMG, 2014. p. 76. Ao contrário do que alguns autores indicam, porém, esse Lourenço de Anvers não é o filho homônimo de Pedro Craesbeeck (artesão da famosa impressora flamenga Plantin), mas algum parente. Eddy Stols afirma que o Lourenço filho de Craesbeeck mudou-se por motivos de saúde para Coimbra ainda no ano de 1639, com uma nova impressora que funcionaria até 1648. Esclarece ainda que o segundo filho de Craesbeeck, Paulo, editava livros utilizando o nome de um primo chamado Lourenço de Anvers – já que não poderia acumular a função de livreiro e impressor. Depois da ida do irmão para Coimbra, ele passa a utilizar o nome de Oficina Craesbeeckiana, o que denota assim serem duas casas impressoras diferentes, a do nosso Lourenço de Anvers e a dos Craesbeeck, ainda que certamente possuíam algum vínculo. Há dezenas de obras impressas por Lourenço de Anvers no catálogo da Biblioteca Nacional de Lisboa, não só de livros, como também relações de sucesso e material religioso. Algumas delas, inclusive, contam com a informação de que foram impressas em sua oficina, e "vendem-se na loja de Paulo Craesbeeck", ou que foram impressas "às custas de Paulo Craesbeeck", o que de fato confirmaria a hipótese de Stols acerca da ligação dos dois.

[53] LOFF, Maria Isabel. *Impressores, Editores e Livreiros no século XVII em Lisboa*. Coimbra, s.n., 1967. p. 55.

Inquisição contra Rosa, que publicou um papel anônimo sem as autorizações necessárias [54]. Segundo Gabriel Silva, Rosa obteve privilégio por dez anos, a partir de 1639, para a impressão do *Manual de Orações* e, em 1641, para o *Flos Sanctorum* de frei Diogo do Rosário, além de ter publicado várias obras do padre António Vieira. Silva aponta ainda que, "seja por encomenda, seja por iniciativa própria, [Domingos Lopes Rosa] tomou parte ativa no esforço propagandístico português com dezenas de títulos publicados dentro da temática das guerras da Restauração e de luta pela legitimação do novo regime"[55]. Por fim, Antonio Alvarez era filho de um impressor de mesmo nome e herdou sua oficina impressora. Possuía o título de impressor régio de Dom João IV, o que não lhe protegeu de também ter problemas com a Inquisição, devido a uma das relações de sucesso impressas em sua oficina não conter uma das autorizações necessárias para circular [56].

Os outros três impressores que encontramos que imprimiam na década de quarenta foram: Manoel da Silva, Jorge Rodrigues e Paulo Craesbeck. Dos dois primeiros possuímos pouca informação. Stols escreve que a irmã de Paulo Craesbeck (novamente a família Craesbeck) se casou com Manoel da Silva, e que era "um impressor de pouca fama" [57]. Dele sabemos ainda que no ano de 1644 imprimia em um local chamado Poço da Forea, indicado em uma de suas relações e localizado na cidade de Lisboa, na Paroquia de Nossa Senhora da Conceição [58]. Anos antes, porém, era vendida uma relação "em sua casa, na Rua Nova" [59]. O impressor de maior expressão no período foi sem dúvidas Paulo Craesbeck e sua família. João José Alves Dias escreveu um livro sobre os Craesbeck e sua grande produção. Ele aponta que o primeiro da família em Lisboa foi Pieter van Craesbeck, que nasceu na Antuérpia e foi aprendiz na tipografia mais famosa do século

---

[54] MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. p. 554. Veremos no próximo capítulo que a censura do Santo Ofício pode ter a ver com o encerramento das atividades de Domingos Lopes Rosa.

[55] SILVA, Gabriel. Redatores e impressores da Gazeta 'da Restauração' In: SOUSA, Jorge Pedro et al. *A Gazeta 'da Restauração'*: Primeiro periódico português – uma análise do discurso. Covilhã-Porrtugal: Livroslabcom, 2011. p. 409.

[56] Torre do Tombo. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 13031.

[57] STOLS, Eddy. Livros, Gravuras e Mapas... p. 76.

[58] *Relaçam em qve se refere parte dos gloriosos svcessos, que na Prouincia da Beira tiuerão contra Castelhanos, as armas de S. Magestade, governadas por D. Aluaro de Abranches, seu Capitão General, nos meses de Mayo até Dezembro de 643*. Por Manoel da Sylua Impressor no Poço da Forea, anno 1644. Disponível em: <http://purl.pt/12510> Acesso dia 06-ago-2018. Sobre o local chamado de Poço da Forea, ver: COSTA, Padre Antonio Carvalho da. *Corografia Portugueza, e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal*... Tomo terceyro. Na Officina Real Deslandesiana: Lisboa, 1712. Capítulo 27 p. 450.

[59] *Copia de hva carta em qve se da breve noticia do succedido desde o dia da felice acclamação delRey nosso Senhor até o prezente*. Paulo Craesbeck, 1642.

XVI, fundada por Plantin. Ele teria saído da Antuérpia no ano de 1592 e já em 1598 assinava seus impressos em Lisboa com o nome "aportuguesado" de Pedro Craesbeck (e algumas variações) [60]. "Em 1599 nasceu-lhe um primeiro filho varão – Lourenço –, tendo o segundo – Paulo – chegado em 1605. A casa de Pedro Craesbeck situava-se no centro da cidade de Lisboa (...)" [61]. Há uma grande bibliografia sobre a família e seus impressos. Na década de quarenta do século XVII encontramos muitas publicações de notícias e livros impressos pelos Craesbeck.

Esses seis impressores foram descritos pela professora Vanda Anastácio como dominantes do mercado editorial de Lisboa no período. Anastácio sustenta que o "volume de publicações que a literatura da Restauração ocasionou parece ter-lhes assegurado a sobrevivência, senão a reforma", e afirma que em pouco tempo todos eles deixaram a atividade impressora [62]. Os últimos dois impressores que aparecem em nossa tabela são Henrique Valente de Oliveira e Domingos Carneiro, os dois responsáveis, em tempos distintos, pela publicação do *Mercurio Portuguez*. Há ainda dois impressores que publicaram o *Mercurio* em seu último ano. São eles João da Costa, de quem nada sabemos, e Antonio Craesbeck de Mello, filho de Paulo Craesbeck que continuou os trabalhos do pai.

Temos de ter sempre em mente que a oficina impressora, vista pelo viés do impressor, é uma atividade econômica. Iremos descrever no próximo capítulo todas as questões por trás do material de notícias, sobretudo a questão honorífica de aparecer nesses escritos – e a cobrança quando algum oficial tinha seu nome esquecido –, e a importância de fazer circular os apoios estrangeiros atingidos pelas embaixadas enviadas por Dom João IV. O outro lado da produção impressa, contudo, é financeiro, e esquecer esse viés desequilibraria a análise. Assim, encontramos no ano de 1641 dois impressos exatamente iguais, produzidos por dois impressores diferentes: o que acreditamos ser o primeiro, publicado por Lourenço de Anvers "A custa de Lourenço de Queirós, livreiro

---

[60] DIAS, João José Alves. *Craesbeeck*. Uma dinastia de impressores em Portugal. Lisboa: Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, 1996. O livro apresenta uma importante introdução sobre a família e depois enumera as capas de grandes publicações dos Craesbeck no decorrer do século XVII.
[61] *Ibidem*, p. XI.
[62] ANASTACIO, Vanda. "Heróicas virtudes e escritos que as publiquem". D. Quixote nos papéis da Restauração. In: *Iberoamericana*. Nueva Epoca, año 7, no 28, 2007. p. 122. A atividade impressora, de acordo com Anastácio, possuía "riscos económicos assinaláveis, num mundo em que a maioria da população se encontrava fracamente alfabetizada e no qual as obras podiam ser eliminadas ou sofrer mutilações a qualquer momento, por decisão dos censores, sem direito a reembolso do capital investido". *Ibidem*, p. 123.

da Casa de Bragança", apresenta taxa do dia 2 de setembro daquele ano; o segundo, impresso por Antonio Alvarez, informa apenas "Com todas as licenças necessárias", não por falta de espaço ou por economia, já que sua publicação se encerra com uma xilogravura [63]. *O TRESLADO da carta original que S. Magestade el Rey D. Joam IV nosso Senhor, escreueo a elRey Christianissimo Luis XIII de França, que lhe enuiou pelos Embaxadores Francisco de Mello, & Antonio Coelho de Carualho* possui a cópia das cartas que Dom João IV teria enviado ao rei francês e a seu ministro Richelieu e suas respostas. Demonstrar assim que as relações com a potência francesa estavam excelentes, como podemos ler na resposta de Luis XIII que "por sua boca [dos embaixadores] nos representarão o consentimento vniuersal, & applauso geral, com o qual V. Magestade foy recebido por legitimo successor dos antigos Reys de Portugal, & acclamado por soberano desse Reyno", era de suma importância para a Coroa bragantina, e deve ter levantado os ânimos da população. Os dois impressores, assim, se interessaram em publicar exatamente o mesmo documento, o que denota o possível sucesso de vendas deste impresso e a disputa que certamente ocorria no interior desta atividade.

Madrid

As notícias impressas sobre a guerra contra Portugal são muito escassas na década de 40 em Madrid. Só encontramos uma relação que trata de Portugal, impressa por Juan Sanchez no ano de 1649. Juan Delgado Casado afirma que Sanchez morreu no ano de 1640 e que sua viúva continuou as impressões, assinando "viuda de Juan Sanchez" ou somente o nome de seu marido. Certamente é o caso da relação que encontramos em seu nome. Delgado Casado afirma ainda que Sanchez teve uma atividade impressora muito irregular e que sua última impressão, em 1639, foi os *Lusiadas* de Camões [64]. Encontramos um impressor chamado Carlos Sanchez no banco de dados desenvolvido pela professora Sagrario López Poza na Universidade de A Coruña (Banco Digital de

[63] *TRESLADO da carta original que S. Magestade el Rey D. Joam IV nosso Senhor, escreueo a elRey Christianissimo Luis XIII de França, que lhe enuiou pelos Embaxadores Francisco de Mello, & Antonio Coelho de Carualho.* 1641. O de Lourenço de Anvers se localiza na sala de reservados da BNP e o de Antonio Alvarez está digitalizado, constando a licença ao final da primeira carta. A publicação está dividida nas quatro cartas mencionadas, e não sabemos porque a BNP escolheu dispor o documento desta maneira em seu acervo online.

[64] DELGADO CASADO, Juan. *Diccionario de impresores españoles* (siglos XV-XVII). Madrid: Arco Libros, 1996. p. 631-632.

Relaciones de Sucesos, BDRS), em que há elencada uma relação de sucessos denominada *Relacion verdadeira de lo que sucedio en veinte y seis de Mayo passado, en el reeencuentro que tuvieron las armas de sua Magestad con las del Rebelde Portugues en la campaña del Montijo...* Certamente os dois Sanchez são irmãos, pois estão produzindo no mesmo período e era comum a atividade impressora se desenvolver no interior das famílias, ocupando parte de seus membros. Não podemos concluir, contudo, de que se tratava da mesma oficina, pois como veremos abaixo, nem sempre os irmãos imprimiam nos mesmos locais.

Julian de Paredes e a família Paredes foram grandes impressores na década de 50 e 60. No prólogo escrito para a edição da obra *Institución y origen del arte de la imprenta*, Jaime Moll elabora uma biografia muito interessante sobre a família Paredes. Mais uma vez, lemos que pai e filhos possuíam o mesmo ofício, algo muito comum no período. Alonso de Paredes teria nascido em San Sebastián de los Reyes e foi aprendiz do impressor Luís Sanchez: "éste se comprometía a enseñarle durante seis años el 'oficio de componedor de letra, bien y cumplidamente' (…) dándole de comer, vestir, calzado, cama y ropa limpia" [65]. No ano de 1612 se casou com Mariana Izquierdo e foi seu padrinho o impressor Alonso Martín, o que pode indicar que trabalhava em sua imprensa [66]. Em 1645 já possuía oficina própria, mas faleceria dois anos depois. "Unos días antes, el 27 de noviembre, había testado ante el notario Juan Londoño Ibarra, nombrando testamentarios a su mujer, Mariana Izquierdo, y a sus hijos Alonso, Julián y Juan. Éstos, junto con una hija, Claudia, son declarados herederos (…)" [67]. O filho menor, Juan, morreu no ano de 1648. Alonso Victor de Paredes – autor da obra publicada centenas de anos depois por Jaime Moll – e seu irmão Julián, continuaram o oficio do pai em oficinas diferentes. Alonso viajou a Sevilha e não se sabe por onde mais. Sua última impressão em Madrid foi em 1651. Publicou vários impressos de notícias, mas nunca sobre a guerra contra Portugal. Seu irmão Julián, além de imprimir vários papéis sobre a guerra, ainda foi o impressor da *Gazeta Nueva*, uma publicação mensal de notícias que tratava muitas

[65] MOLL, Jaime. *Institución y origen del Arte de la Imprenta…* p. XII. Não podemos deduzir que este terceiro Sanchez fosse familiar dos mencionados acima, mas certamente é algo possível. Tradução nossa: "este se comprometia a ensinar-le durante seis anos o 'ofício de compositor de letra, bem e de maneira completa' (...) dando-lhe de comer, vestir, calçado, cama e roupa limpa".

[66] Chama-nos a atenção como os impressores construíam uma comunidade e era muito comum casarem-se entre eles. É uma pesquisa que ainda deve ser realizada, sobretudo para a Península Ibérica, onde ainda há pouca informação a respeito.

[67] *Ibidem*, p. XIII. Tradução nossa: "uns dias antes, em 27 de novembro, havia deixado testamento diante do notário Juan Londoño Ibarra, nomeando testamentários a sua mulher, Mariana Izquierdo, e a seus filhos Alonso, Julián e Juan. Estes, junto com uma filha, Claudia, são declarados herdeiros".

vezes da guerra da Restauração entre os anos de 1661 e 1663. Outra informação bastante interessante sobre a vida de Julián de Paredes de que já tratamos é que ele e outros impressores foram processados pela *Congregación y Hermandad de la Visitación de ciegos rezantes y papelistas*, que os acusaram de "imprimir almanaques y otras piezas menores con muy mala calidad y elevado precio" [68].

Francisco Nieto e José Fernandes de Buendía foram os dois grandes impressores de notícias sobre a guerra contra Portugal na década de 60 em Madrid. Produziram grande quantidade sobretudo nos anos de 1662 e 1663, sempre com notícias dos *fronts* nas fronteiras. Delgado Casado escreve que não há muitas informações sobre Nieto (que algumas vezes assinava Francisco Nieto *Salcedo*), apenas que sua oficina era na rua Carmen, enumerando ainda algumas obras impressas por ele. O que sabemos sobre José Fernandes de Buendía está no dicionário de Delgado Casado, que nos informa que ele comprou a oficina dos herdeiros de Andrés de Parra, imprimindo de maneira contínua, ainda que com alguns vazios, desde o ano de 1650. Buendía e Nieto se alternaram nas produções de 62 e 63, produzindo muitas relações sobre a guerra contra Portugal. D. Juan Pérez de Guzmán y Gallo no seu *Bosquejo Histórico-Documental de la Gaceta de Madrid* escreveu que haveria uma divisão entre os impressores madrilenos: "el Estado dejó explotar con cierta libertad las Gacetas o Relaciones de Flandes, casi exclusivamente, al impresor Diego Díaz de la Carrera; las de la campaña de Cataluña, a Julián de Paredes; y las de la de Portugal, a Francisco Nieto" [69]. Através de nossa pesquisa, hoje sabemos que esta informação não está correta, porque além de Julián de Paredes possuir publicações sobre Portugal, assim como Diego Díaz de la Carrera, Guzmán y Gallo se esqueceu de Buendía, que imprimiu muitas relações sobre Portugal nesse período. Mais do que uma divisão entre os impressores, acreditamos que o que ocorria era a disponibilidade das notícias que chegavam e a influência das oficinas para que pudessem imprimi-las. No processo dos cegos contra os impressores em 1680, podemos ler na argumentação do impressor Lucas Antonio de Bedmar y Valdivia que

> mi parte busca, solicita y adquiere, con gran fadiga, trabajo y diligencia, las noticias ciertas y que por si mismo las junta, coloca y compone, y las reduce a la prensa con la verdad, decencia y acierto que es notorio, no solo viene a ser quien fabrica y costea dichos papeles, sino que también viene a ser el

[68] ESPEJO, Cristóbal. Pleito entre ciegos e impresores...
[69] GUZMÁN Y GALLO, Juan Pérez de. *Bosquejo Histórico-Documental de la Gaceta de Madrid.* Imprenta de la sucesora de M. Minuesa de los Rios: Madrid, 1902. p. 41. Tradução nossa: "o Estado deixou explorar com certa liberdade as Gazetas ou Relações de Flandes, quase exclusivamente, ao impressor Diego Díaz de la Carrera; as da campanha de Catalunha, a Julián de Paredes; e as de Portugal, a Francisco Nieto".

> legítimo y verdadero autor de ellos y legítimo dueño, contra cuyo derecho no puede pretender alguno las partes contrarias, ni disfrutar el aprovechamiento de ellas [70].

Este interessante trecho demonstra que havia uma busca pelas notícias, além de não tratar de uma divisão pré-estabelecida dos assuntos, mas sim que o impressor se considerava o dono delas, porque era ele quem "las junta, coloca y compone, y las reduce a la prensa".

Por fim, Diego Díaz de la Carrera, que começou seus trabalhos como impressor em Valladolid e depois foi a Madrid, onde estava instalado desde 1637 e passou trinta anos realizando grande número de impressões. Delgado Casado afirma ainda que Carrera possuía o título de "impressor do Reino", e que sua oficina era na rua dos Negros naquela cidade [71]. Carrera foi o impressor da obra escrita por Jerônimo de Mascarenhas sobre a campanha de Juan José de Áustria em Portugal no ano de 1662 [72]. Como dissemos, em 1662 e 1663 foi grande a quantidade de notícias impressas sobre a guerra, o que certamente demonstra o interesse das pessoas em ler sobre aquelas batalhas.

A pesquisa sobre quem eram os impressores do material de notícias que é tema de nosso trabalho é fundamental para a compreensão de como funcionava a produção e circulação de notícias. Sem a discussão sobre as pessoas e suas relações na sociedade em que viviam – os cegos que vendiam em Madrid, os problemas com a Inquisição em Lisboa – o trabalho estaria incompleto. Esses impressores são descritos por Henry Ettinghausen como "empreendedores", cuja impressão de notícias deveria ser considerada como um negócio suplementar à publicação de obras mais extensas [73]. Esse material, assim como os livros e manifestos, contudo, era regulado por uma censura que atuava de maneira diferente dos dois lados da fronteira, a qual era seguida, mas também poderia ser burlada. No próximo capítulo, assim, abordaremos o que se seguia à intenção da impressão e como

---

[70] ESPEJO, Cristóbal. *Op. Cit.* p. 209-210. Tradução nossa: "minha parte busca, solicita e adquire, com grande esforço, trabalho e diligência, as notícias certas, e que por nós mesmo as junta, coloca e compõe, e as reduz à prensa com a verdade, decência e acerto que é notório, não só vem a ser quem fabrica e custeia os ditos papéis, mas também quem vem a ser o legítimo e verdadeiro autor deles e legítimo dono, contra cujo direito não podem pretender as partes contrárias, nem disfrutar o aproveitamento delas".

[71] DELGADO CASADO, Juan. *Op. Cit*. p. 185-186.

[72] *Campana de Portugal por la parte de Estremadvra. El año de 1662. Exectvada por el Serenissimo Señor Don Ivan de Avstria, Gran Prior de Castilla de la Orden de San Ivan, del Consejo de Estado de Su Magestad, Covernador, y Capitan General de los Payses Baxos, Governador de las Armas marítimas, y Capitan General del Exercito de la recuperacion de Portugal*. Impreso por Diego Diaz de la Carrera, impresor del Reyno, año de 1663. Trataremos desse documento no próximo capítulo.

[73] ETTINGHAUSEN, Henry. *Noticias del siglo XVII*: Relaciones Españolas de sucesos naturales y sobrenaturales. Barcelona: Puvill Libros, 1995. p. 11.

esse papel circulava: existindo a oficina impressora, tendo acesso à informação a ser publicada, havendo interesse e financiamento para isso, qual era o próximo passo do impressor? Em primeiro lugar, passar pela aprovação da censura.

Capítulo 4: Sobre a censura e a circulação das notícias

Depois de discorrermos sobre a questão material que envolvia a produção de impressos de notícias e tratar das pessoas inseridas nesta atividade, pretendemos agora analisar como funcionava nas duas cidades tema de nosso trabalho as permissões necessárias para que eles fossem publicados e circulassem. Trataremos, então, da censura pela qual passavam, que envolvia não só o cuidado em não divulgar informações que fossem de encontro ao governo, mas também não ofender à religião católica que imperava nos dois reinos. Veremos como os impressores, elo mais fraco da corrente formada desde a intenção de produzir uma publicação, até seu financiamento, impressão e circulação, podem ser prejudicados diante da Inquisição e serem inclusive processados pela venda em sua própria casa ou oficina dos materiais que eles mesmos produziam.

Em seguida, pretendemos tratar especificamente da circulação dessas notícias pelas grandes cidades europeias, enfatizando é claro as duas cidades que são tema de nosso trabalho, discorrendo ainda sobre como ocorria a composição das notícias nestes materiais, tendo em vista que muitos deles retiravam suas notícias de outros impressos de notícias, sucessivamente. Por fim, nosso intuito será definir o que significava para aquelas pessoas cada um dos termos utilizados para se referir aos impressos de notícias: *Mercurio*, *Gazeta*, *Relação de Sucesso*, *Aviso*. Adiantamos aqui, porém, que estes termos são fluidos e entendidos de maneira menos engessada naquele período por seus contemporâneos. Seguindo a bibliografia, mas também nossa experiência na leitura desses documentos, foi possível chegar à algumas conclusões que auxiliam na compreensão deste tipo de fonte e enriquece nosso trabalho.

4.1 A censura em Lisboa e Madrid

A autorização de impressão é algo que antecede ao impresso e é parte importante da circulação de notícias. Sem ela, não só autor e impressor poderiam ser punidos, como o material já produzido ser queimado. A estrutura territorial composta da Monarquia Hispânica trazia consigo a necessidade de tramitar diferentes pedidos de impressão e

venda em cada um dos domínios [1]. Ou seja, para que um impressor – ou livreiro ou autor que financiasse a obra – pudesse imprimir e vender sua publicação em Portugal, Castela ou Catalunha, por exemplo, teria de pedir permissões distintas em todos estes locais [2]. As regras para a aprovação da impressão em Lisboa, como iremos demonstrar, permaneceram as mesmas, mesmo com a anexação de Felipe II à Monarquia em 1580. Quando Dom João IV assume o governo de Portugal, ele reitera as Ordenações Filipinas que exigiam a autorização real para a impressão, mas perduraria até aquele momento – e muito tempo depois – a necessidade de autorização do Santo Ofício *para imprimir*, diferente do que veremos em Castela. Analisaremos, assim, como se dava a censura em Lisboa e Madrid – a última cidade respondendo ao Conselho de Castela.

Portugal

O trabalho da investigadora Maria Teresa Esteves Payan Martins é fundamental quando tratamos da censura literária em Portugal. Ainda que sua pesquisa deixe de lado a impressão de papéis de notícias como as relações e gazetas – pois preocupa-se especialmente com a publicação de livros no decorrer dos séculos XVII e XVIII – sua obra traz importantes contribuições por analisar o meio no qual esses impressores estavam inseridos e as questões relacionadas à produção impressa de maneira geral. Possivelmente por contar com mais material de análise, o século XVIII é privilegiado no trabalho de Martins. Sua obra tem fôlego, porém, para discorrer sobre o século anterior e trazer luz a um período menos analisado pela historiografia quando se trata da publicação impressa em Portugal. Para compreendermos a dinâmica da impressão de notícias no período de nosso estudo é fundamental pensarmos a questão da censura e as autorizações necessárias para que um impressor pudesse fazer circular seus papéis pelas ruas de Lisboa. Seguiremos aqui o trabalho de Martins para esclarecermos o tema.

A autora explica que entre o ano de 1515 – data do Concílio de Latrão que estabeleceu a obrigatoriedade da censura prévia a todos os livros – e 1536, ano da criação

[1] Cf. BOUZA, Fernando. '*Dásele licencia y privilegio'*. Don Quijote y la aprobación en el siglo de Oro. Madrid: AKAL, 2012.
[2] Para a impressão na Catalunha, ver: EXPÓSITO AMAGAT, Ricardo. La prensa catalana en la guerra de sucesión: entre la información y el privilegio. In: CÁTEDRA GARCÍA, Pedro M. (dir.) *Géneros Editoriales y Relaciones de Sucesos en la Edad Moderna*. Sociedad Internacional para el Estudio de las Relaciones de Sucesos: Salamanca, 2013 p. 103-123.

da Inquisição em Portugal, não foram encontrados vestígios de censura literária sobre os livros portugueses. No ano de 1539, porém, dois livros impressos já ostentavam a aprovação prévia da Inquisição. O poder político apenas no ano de 1576 regulamentou o tema com Dom Sebastião, que institui em Portugal o sistema da censura tríplice que perduraria por mais de duzentos anos, submetendo, assim, qualquer publicação à autorização do Ordinário, da Inquisição e do Desembargo do Paço [3].

Podemos entender a censura do Ordinário como a autorização do responsável pela diocese na qual a obra era publicada, sendo cronologicamente a censura mais antiga. O documento que consagra a obrigatoriedade de submeter a obra que seria impressa à autorização do bispo da diocese remonta ao Concílio de Trento. O índice de 1564 confirmado por Paulo IV transcreve as "dez regras sobre a censura prévia, circulação e comercialização de livros fixadas pelo Concílio de Trento, sendo a última relativa à competência do Ordinário", onde é possível ler que nos outros lugares (já que o documento tratava antes de Roma) os papéis deveriam ser examinados por quem o bispo mandasse [4]. Assim, o cruzamento entre a jurisdição episcopal e a inquisitorial, porque desempenhadas muitas vezes pelas mesmas pessoas, tornou-se tão natural ao ponto de, nas Ordenações Filipinas no ano de 1603, não se encontrar qualquer menção ao Ordinário: "mandamos que nenhum morador nestes reinos imprima, nem mande imprimir neles nem fora deles obra alguma, de qualquer matéria que seja, sem primeiro ser vista e examinada pelos Desembargadores do Paço, *depois de ser vista e aprovada* pelos Oficiais do Santo Ofício da Inquisição" [5]. Vemos aqui a preponderância do Santo Ofício sobre o órgão governamental responsável pela censura. A reconstrução que Martins elabora de um pedido de impressão diante do Santo Ofício é didática e fundamental para demonstramos o processo necessário a qualquer impressor do período. Mesmo que trate sempre da publicação de livros, esclarecemos que o mesmo deveria ser realizado para a impressão

---

[3] MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. p. 13-14. Ana Paula Torres Megiani explica ainda que no ano de 1536 Dom João III criou o Tribunal do Santo Ofício, o que culminou na censura prévia já em 1540 e "frustrou as aspirações desses novos empreendedores até então protegidos pelos privilégios concedidos por Dom Manuel". MEGIANI, Ana Paula Torres. Imprimir, regular, negociar: elementos para o estudo da relação entre Coroa, Santo Ofício e impressores no mundo português (1500-1640). In: SOUZA, Laura de Mello e. FURTADO, Junia Ferreira. BICALHO, Maria Fernanda (orgs.) *O governo dos povos.* São Paulo: Alameda, 2009. p. 141.

[4] Cf. MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. p. 21.

[5] Ordenações Filipinas, Livro 5, Título 102 "Que se não imprimam livros sem licença de el Rei" p. 1249. Acesso dia: 17 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm> itálico nosso.

de relações e periódicos, ainda que contendo apenas 4 folhas ou que – como veremos mais adiante – contassem com autorização prévia do rei.

O primeiro passo seria, assim, requerer diante do Santo Ofício a licença de impressão da obra, levando seu original manuscrito. Em seguida, o Conselho Geral do Santo Ofício designava um qualificador dando um despacho que lhe solicitava um parecer sobre a obra. Dessa forma, o qualificador examinava a obra e emitia um parecer, que era levado ao Conselho que, diante deste parecer, pronunciava-se pela aprovação ou reprovação da obra [6]. Caso aprovado para impressão, o manuscrito poderia ser liberado sem nenhuma ressalva ou autorizado mediante "correções" (por correção podemos entender aqui supressão de trechos inteiros, modificação do sentido de uma frase e trocas de palavras) propostas pelo qualificador e posteriormente aprovadas pelo Conselho – que inseria as ditas correções à margem do manuscrito, cortava as partes censuradas e autorizava a impressão apenas se as mudanças fossem realizadas. Caso concordasse com as modificações impostas pelo Santo Ofício, o autor ou seu representante confiava o manuscrito a um impressor.

Após a impressão, o original manuscrito e um exemplar impresso voltavam à Inquisição para que o qualificador conferisse os dois – observando se estava "conforme o original" ou se as modificações (caso tivessem sido requisitadas) haviam sido realizadas. Aprovado o cotejo, o Santo Ofício autorizava a circulação da obra. Por fim, Martins explica que a circulação ainda dependia da autorização do Ordinário e do Desembargo do Paço. Assim, "se todos se pronunciassem favoravelmente, era necessário, para completar o processo, fazer imprimir as segundas licenças, (ou de conferência) e integrar essa página nos exemplares já impressos" [7]. Se é possível observar através dos processos da Inquisição – alguns citados pela dita autora – que muitos impressores não seguiam o protocolo por completo quando imprimiam seus livros, a agilidade necessária para a publicação de notícias fazia com que muitas vezes relações e avisos também não apresentassem todas as licenças – a inscrição "com todas as licenças necessárias" era frequente, mas nem sempre verdadeira. Por fim, a submissão ao Desembargo do Paço

[6] De acordo com a autora, os despachos proibitórios poderiam contar com apenas uma palavra: "proibido", "suprimido", "escusado". O original poderia assim, ser devolvido ao interessado ou confiscado e arquivado. Com o pedido de impressão negado, o processo consequentemente terminava. Cf. MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. p. 37.

[7] MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. p. 41.

aparece em um alvará de 1576 de Dom Sebastião, fixando-se como norma legal nas Ordenações Filipinas em 1603. Assim como a Inquisição, o Desembargo do Paço solicitava pareceres a personalidades de reconhecido mérito, muitas vezes teólogos.

Em meio ao movimento restaurador que ocorreu em dezembro de 1640 e cujos anos seguintes foram de fundamental importância para sua efetivação, a necessidade de fazer circular com maior rapidez as notícias dos encontros com os castelhanos nas fronteiras, bem como as novidades relativas às embaixadas e apoios recebidos, fez com que ocorressem tentativas de transpor alguns passos do longo protocolo necessário para as licenças. É o que podemos inferir do interessante processo do Santo Ofício contra o impressor Antônio Alvarez, responsável pela impressão de muitas relações, bem como de alguns números da Gazeta. Convém aqui esclarecer que dentre a grande quantidade de relações de sucesso publicadas entre os anos de 1641 e 1642 encontramos, impressas por diferentes impressores, relações que apresentavam a seguinte frase (ou variação dela): "Manda elRey nosso Senhor que no Dezembargo do Paço se dè a licença necessária pera se imprimir esta Relação. Alcantara 15 de Junho de 1642. Francisco de Lucena" [8]. Depois dessa inscrição, aparece apenas a informação de "com todas as licenças necessárias" e o valor da taxa a ser paga. Em um primeiro momento, assim, poderíamos pensar que a autorização do rei, assinada por seu secretário de Estado, bastasse para a impressão. Talvez tenha sido o que de fato pensou Antônio Alvarez. Como já adiantamos que um processo contra ele foi movido pela Inquisição, é de se imaginar que não foi o que aconteceu.

Apesar do documento citado acima ter sido impresso por Lourenço de Anvers, não há na Torre do Tombo de Lisboa um processo inquisitorial contra ele. Consta, porém, um processo contra Antônio Alvarez por abrir mão de parte do protocolo de concessão das licenças e inserir no lugar, a dita mensagem: "O livreiro del Rey Nosso Senhor, faça imprimir hua Relação do sucesso, & vitoria que Dom Gastão Coutinho alcançou entrando em Galiza, que assi o manda Sua Magestade. Em Lisboa a 23 de Setembro de 1641. Francisco de Lucena" [9]. No processo consta, inclusive, o papel assinado pelo secretário de Estado, numa tentativa do impressor de provar que possuía autorização do rei para a

---

[8] *Relação da victoria qve o Monteiro mor Francisco de Mello General da Cavalleria, alcansou dos Castelhanos em os campos, & villa de Alconchel*. Impressa por Lourenço de Anvers, 1642. f. 4.

[9] *Relaçam do qve em svstancia contem a carta que o general Dom Gastam Coutinho, [escreueo] Sua Magestade de 12 do presente mês de Setembro, de 1641 sobre a entrada que com o exercito da Prouincia de entre Douro & Minho, fez em Galiza, segunda feira que forão noue do dito mês*. Impressa por Antonio Alvarez, 1641. f. 2.

dita impressão. Como o próprio título da relação descreve, o papel que foi impresso tratava exclusivamente de um episódio pontual de entrada na Galícia, descrito por um general português numa carta enviada a Dom João IV. Sua impressão serviria, assim, para apresentar aos leitores os esforços realizados no norte do país na tentativa de demonstrar força diante de Castela. Mesmo se tratando apenas de duas folhas impressas que traziam informações como que o dito general, "pelejando com o inimigo, lhe queimou trezentas & trinta casas, & quintas, redutos, & trincheiras, pondo tudo por terra (...)" [10], Antonio Alvarez foi chamado diante dos inquisidores no dia 28 de setembro de 1641 – portanto, mesmo mês da impressão da dita relação [11].

O problema encontrado pelos inquisidores foi que, apesar de possuir autorização de impressão da Inquisição, Antonio Alvarez não cumpriu todo o procedimento que descrevemos anteriormente, que previa voltar ao Santo Ofício com o papel impresso e o original manuscrito para a última comparação e, aí sim, conseguir a autorização necessária para a venda de sua relação. No processo podemos ler que

> perguntado, se despois de impresso o dito papel o troxe a esta meza pera se conferir como no último despacho se lhe mandou disse que não, por não imprimir o ditto papel por sua orde', senão por orde' de sua Magestade, o qual lhe mandou pello decreto de Francisco de Lucena, q' também apresenta que logo o imprimisse e asy lhe pareceo que não era necess. mais licença do Santo Officio [12].

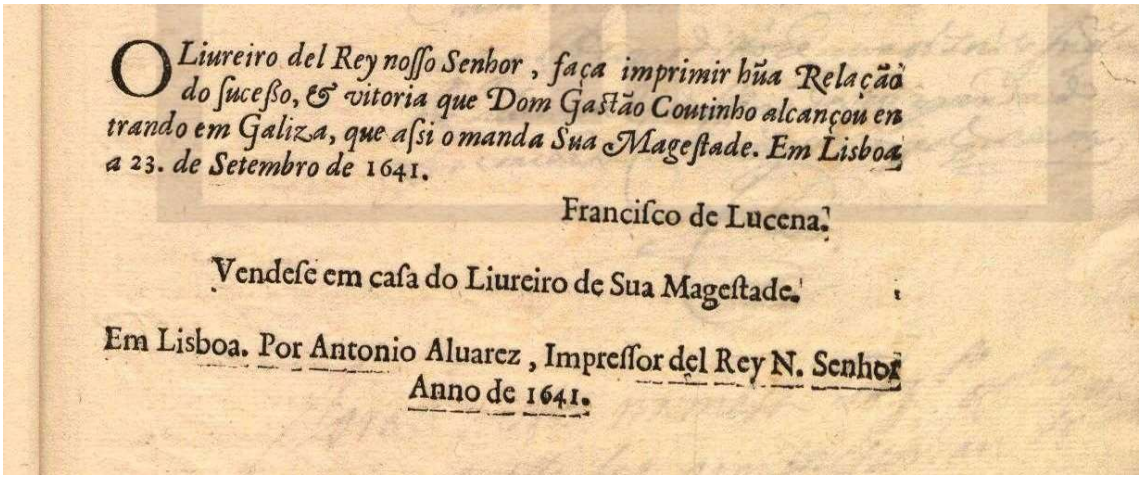
O impressor teria entendido, assim, que o papel assinado pelo secretário de Estado (anexado ao processo) era suficiente para fazer correr suas relações impressas, atitude vista pelos inquisidores como uma espécie de afronta à autoridade do Santo Ofício, como podemos entender ao continuar a leitura do processo "que sabendo [incorre] em sent.ça de excomunhão quem imprime papeis sem l.ça do santo officio, como podia cuidar que sua Magestade dispensaria a ella, quando a jurisdição que tem he secular e não ecclesiastica (...)" [13]. Antonio Alvarez disse ainda que "sempre se costumou a imprimir oq' ElRey mandava sem outra algua licença" e, perguntado se possuía outra razão para não possuir todas as licenças, insistia sempre que só o havia feito por entender que não necessitava de todas elas por ter a autorização real. Dois dias depois, o impressor é novamente chamado diante dos inquisidores, respondendo às mesmas questões e

[10] *Idem*, f.1v.
[11] Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 13031. Processo de Antônio Alvares, f. 15.
[12] *Idem*, f. 15 e 15v.
[13] *Idem*. f. 16.

insistindo que, apesar de saber que aquela mesa era a responsável pela autorização de impressão e circulação de papéis no reino, entendeu que

> o escuzava o decreto de Francisco de Lucena q' tem apresentado em que lhe mandava da parte de Sua Magde imprimisse a ditta carta per quanto senão lembra que p.a papel algum q' se imprimisse por ordem de Sua Mag.de se precise l.ça pera isso ao Santo Off.o e que assy o costumão sempre elle e seu pay como puderão mostrar por papeis que ainda tem [14].

Nesse ponto do processo, o inquisidor é ainda mais enfático ao perguntar a Antonio Alvarez se "lhe parece ou tem para sy que os Principes seculares tem tambem juridição ecclesiastica e podem dispensar nas excomunhões postas por Bullas Apostólicas", deixando claro ao impressor que nem o rei poderia salvá-lo de uma excomunhão.


O Liureiro del Rey nosso Senhor, faça imprimir hũa Relação do sucesso, & vitoria que Dom Gastão Coutinho alcançou entrando em Galiza, que assi o manda Sua Magestade. Em Lisboa a 23. de Setembro de 1641.

Francisco de Lucena.

Vendese em casa do Liureiro de Sua Magestade.

Em Lisboa. Por Antonio Aluarez, Impressor del Rey N. Senhor Anno de 1641.

Figura 4.1 Detalhe do final da Relação impressa por Antonio Alvarez. Podemos ver que não apresenta as licenças, apenas a indicação de que a imprimiu a mando de Sua Majestade (f.2) [15]

Felizmente para Antonio Alvarez, ele foi apenas admoestado pelo Santo Ofício tendo se comprometido a retornar frente aos inquisidores sempre que lhe fosse pedido. Mesma sorte não teve outro dos impressores estudados em nosso trabalho. Convém destacar ainda sobre esse acontecimento que, conforme argumenta Ana Paula Torres Megiani, a Restauração trouxe a reorganização das hierarquias e o Santo Ofício procurava recolocar

[14] *Idem*. f. 17-17v.

[15] Relação anexada ao processo do Santo Ofício, também encontrada na Biblioteca Nacional de Lisboa – o que demonstraria que não foi recolhida ou que pelo menos possuiu certa circulação.

sua autoridade; por outro lado, essa dinâmica "era validada pela própria Coroa, que vê nos Tribunais os principais guardiães de sua fé e missão evangelizadora" [16].

O processo inquisitorial contra Domingos Lopes Rosa pela impressão de um documento chamado *Cypriano Pantagatho* no ano de 1647 é analisado por Maria Teresa Esteves Payan Martins. A autora explica que o dito documento era um texto escandaloso, em latim, sobre a ida do vice-coletor para Roma e que, segundo a Inquisição, era "satírica, injuriosa e continha proposições malsonantes e escandalosas e falava com menos respeito da pessoa do Sumo Pontífice, seus Ministros e Religiões" [17]. Diferente da acusação contra Antonio Alvarez, que confessou não haver cumprido parte do protocolo necessário para a autorização de circulação, Domingos Lopes Rosa foi responsável por uma edição clandestina, ou seja, que não contava com qualquer autorização e impressa com a intenção de anonimato de seu autor e impressor – possuindo a falsa indicação de local de impressão "Francofurti", isto é, Frankfurt [18]. Pressionado pela Inquisição, denunciou que agira a mando do Camareiro-mor Dom João de Sá, e que ele lhe havia pedido segredo [19]. Martins infere assim que ficou claro

> perante as autoridades inquisitoriais que João Soares de Brito era o autor da carta latina, pois entre outros depoentes, o Padre Francisco da Costa, capelão da Casa do Conde Camareiro-Mor [Dom João de Sá], declarou que vira, em casa do referido Conde, o impressor Domingo Lopes Rosa e um estrangeiro alemão, de nome Gabriel, 'homem que sabia muito bem latim', quando ambos estavam a conferir o texto impresso de Cypriano Pantagatho: Domingos Lopes Rosa tinha 'na mão a folha impressa' e Gabriel 'a folha de letra de mão' [20].

Mesmo tentando afastar as próprias culpas ao acusar o Camareiro-mor, Domingos Lopes Rosa foi condenado pela Inquisição a um ano de suspensão do exercício de seu ofício de impressor, além de ter de pagar 20 cruzados para as despesas do Santo Ofício; os papéis

---

[16] MEGIANI, Ana Paula Torres. Imprimir, regular, negociar: elementos para o estudo daa relação entre Coroa, Santo Ofício e impressores no mundo Português (15800-1640)... p. 151.

[17] MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*... p. 584. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 1804. Processo de Domingos Lopes Rosa. Disponível digitalizado em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2301705> Acesso dia 31-jul-2018.

[18] A autora explica que "o recurso à *fausse-adresse* foi outra técnica de fraude ao serviço de autores e de editores para ludibriar a ação dos poderes instituídos" MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*... p. 560. Fermín de los Reyes Gómez acrescenta ainda que poderia ocorrer a falsificação dos lugares de impressão atribuindo à uma cidade de maior prestígio com o intuito de melhoras as vendas. In: REYES GÓMEZ, Fermín de los. *El libro en España y América*. Legislación y Censura (siglos XV-XVIII) vol.1. Madrid: Editorial Arco/Libros, 2000. p. 26.

[19] MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*.... p. 554.

[20] MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*... p. 555.

impressos também foram queimados [21]. Segundo Martins, em 13 de abril de 1647 a sentença foi executada, porém um mês depois, o próprio impressor fez chegar ao Conselho Geral do Santo Ofício uma petição em que se lia que

> 'pelas chagas de Cristo, que, havendo respeito a sua muita pobreza e a que tinha algumas obras que acabar na sua impressão, que estavam principiadas, e se se lhe tirassem de casa ficaria a sua oficina deserta para ao diante, e já a esse respeito tinha padecido grande perda com se lhe ausentarem a fugirem de casa os oficiais', lhe perdoassem a dita condenação e lhe dessem licença para, 'não obstante a dita sentença, poder imprimir na sua oficina as obras que nela tinha começadas e as que lhe viessem, com todos os protestos necessários que faria, porquanto estava muito arrepeso de sua culpa e dela pedia perdão' [22].

O pedido de Rosa foi aceito pelo Conselho Geral e o impressor pode concluir os trabalhos já começados antes da sentença, não sendo autorizado, porém, a dar início à nenhuma nova obra [23].

Atualmente poderíamos pensar que o autor de uma obra considerada irregular teria mais culpa diante do Santo Ofício, recebendo penas maiores e exemplares, sendo o impressor mero trabalhador mecânico diante do responsável intelectual. O entendimento coevo, porém, era diferente. Martins infere que as penas aplicadas ao impressor eram sempre mais severas do que as aplicadas aos autores, pois os primeiros eram entendidos como co-autores materiais do crime. Para as autoridades censórias, "o poder de multiplicar e difundir indefinidamente o objeto do delito sobrevalorizava a sua responsabilidade criminal, sendo esta equiparada à do autor ou, até, considerada mais grave, pelo que devia ser punido de forma exemplar" [24]. Tendo em vista o caso de Domingos Lopes Rosa, entendemos ainda que o Camareiro-mor, devido à influência e ao elevado ofício que ocupava, dificilmente seria punido da mesma maneira que o impressor.

Proibições extraordinárias também podiam ocorrer onde, mesmo com as licenças corretas e com notícias que enalteciam o valor português na guerra, a publicação dos acontecimentos pudesse incomodar. É o que argumenta ter acontecido José Tengarrinha com a *Gazeta* conhecida como *"da Restauração"* que, depois de nove exemplares

---

[21] De fato, não encontramos o dito documento na Biblioteca Nacional de Portugal, mas há uma cópia anexada ao processo da Inquisição na Torre do Tombo.
[22] MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*... p. 585.
[23] *Idem*.
[24] MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*... p. 582.

discorrendo sobre os encontros nas fronteiras e as novas vindas de fora de Portugal e mesmo contando com privilégio real [25] ao escritor Manuel de Galhegos, foi proibida de circular por alguns meses e depois retornou, dessa vez sem as notícias relativas à Restauração – que dava nome ao primeiro exemplar. Segundo o autor, em 19 de agosto de 1642 uma lei passou a proibir "as gazetas, com notícias do reino ou de fora, em razão da pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas" [26]. Algumas notícias das movimentações e, o que poderia ser pior, das intenções dos exércitos podem ter de fato incomodado o governo. Na gazeta de dezembro de 1641 lemos que "sairão de Campo mayor duas companhias de cauallo, forão atreueçando os campos do Guadiana por atalhos, & *sempre fora do caminho Real*, & meterãose tanto pella terra dentro (...)" (Gazeta da Restauração, dez/41; f.2 itálico nosso); já na de janeiro do ano seguinte, foi publicado que

> Por via de hum nauio do Norte, o qual tomou o porto do Fayal, & veyo de Viana, se sabe que os nossos da Ilha Terceira *estão com grandíssimos desejos* de entrar na fortaleza à escala vista; & jà o intentarão; mas *por ser a fortaleza muito alta, & as escadas virem curtas*, não estam senhores dela (Gazeta da Restauração, jan/42; f. 1v itálico nosso).

No primeiro exemplo, ficamos sabendo como a movimentação do exército português se dava naquela região, ou seja, utilizando atalhos que saíssem do caminho real; no segundo, a publicação informa que uma falha dos portugueses que se encontravam na Ilha Terceira fazia com que, ainda que quisesse invadir a fortaleza, não tinham acesso a ela. Informar também que uma nau genovesa que saiu da cidade de Rochella com soldados portugueses foi atacada após deixá-los em terra e acabou "com grandíssimo dano" (Gazeta da Restauração, jan/42; f.2v) provavelmente não era interessante para um governo que acabara de se colocar no poder.

Meses depois, porém, a gazeta voltou a circular, já sem nenhuma notícia que tratasse dos encontros entre Portugal e a Monarquia, o que pode sugerir que eram as novas do campo de batalha que estariam incomodando o governo. A Gazeta, bem como todas as publicações de modo geral, estavam ainda submetidas às regras de censura prévia de que tratamos, e Dom João IV as confirmaria ainda na lei de 29 de janeiro de 1643 que

---

[25] A regra de Privilégio Real é válida tanto para Portugal quanto para a Monarquia Hispânica, e será explicada no tópico dedicado à censura em Castela.

[26] TENGARRINHA, José. *História da Imprensa periódica portuguesa*. (2ª edição) Lisboa: Editora Caminho, 1989. p. 39.

especificava que "não se imprimiam livros sem licença D'el-rei". Uma das preocupações da nova dinastia foi, dessa forma, regular a imprensa tendo ciência, assim, do poder que a circulação de notícias possuía. Se fossem papéis que não movimentassem a opinião de seus leitores e não tivessem seu alcance reconhecido, não só não imprimiriam tanto, como também não se importariam em regular (e proibir).

Castela

A impressão na cidade de Madrid, cujas regras remetem ao Conselho de Castela, também passava pela censura, mas o processo difere do que ocorria em Portugal. Através da análise de Fernando Bouza, podemos compreender que o Conselho era soberano na autorização para a impressão, e que o Santo Ofício poderia questionar e até chamar o impressor diante de sua mesa, mas isso acontecia *após* a impressão e circulação do material. Pesquisadores como Carmen Espejo e Eulogio Varela Hervías concordam que o Conselho era ineficaz no controle dos impressos, ajudando ainda o fato de que até o século XVIII a singularidade jurídica de cada território persistia [27]. Para tratarmos do tema, além do livro de Bouza, utilizaremos o trabalho de Fermín de los Reyes Gómez, obra em dois volumes que trata das questões relacionadas ao livro no dito país e também na América. O foco de Reyes Gómez é interessante por voltar-se a um aspecto pouco explorado por Martins – que trata, como ilustra o título de seu livro, apenas da censura – que é a questão econômica que envolvia a produção de livros já nesse período. Se pensamos na importância que a tipografia assumiu em um momento conturbado da história destes dois reinos – especialmente Portugal, que a utiliza de maneira ampla para validar-se diante dos demais reinos europeus – não podemos esquecer que essas pessoas possuíam outros interesses que apenas agradar à nova Coroa portuguesa (ou Felipe IV, no caso de Castela). Esses impressores também eram movidos pelos incentivos financeiros que a atividade lhes trazia e já havia em Castela o que podemos chamar de uma "proteção do mercado" para que os livros daquele reino não pudessem ser impressos

[27] ESPEJO, Carmen. Un marco de interpretación para el periodismo europeo en la primera Edad Moderna. In: CHARTIER, Roger. ESPEJO, Carmen (eds.) *La aparición del periodismo en Europa.* Comunicación y propaganda en el Barroco. Madrid: Marcial Pons, 2012; VARELA HERVIAS, Eulogio. *Gazeta Nueva* 1661-1663 (notas sobre la historia del Periodismo Español en la segunda mitad del siglo XVII. Madrid; Murcia: Oficina Tipográfica de los sucesores de Nogués, 1960. Segundo Varela Hervias, os papéis pequenos "escapavam" à todas as regulamentações do Conselho de Castela. *Op. Cit.* p. XII.

fora dali. Assim como fizemos com Portugal, vamos analisar brevemente como se davam os pedidos de impressão em Castela. Demonstraremos as semelhanças e diferenças com o processo que era exigido em Lisboa.

O impressor, livreiro ou autor que quisesse imprimir qualquer material em Madrid, deveria enviar um memorial ao Conselho de Castela pedindo sua autorização. Chamado de memorial de petição – similares a qualquer memorial que se empregava para solicitar diferentes licenças e privilégios –, ele era direcionado para os chamados *encomendante*, *encomendero* ou senhor da encomenda, membros do Conselho responsável que indicariam um censor para a obra. Ao chegar ao Conselho, a obra muitas vezes já possuía autorização do Ordinário (como um vigário), cabendo naquele momento ao censor resolver se ela poderia ser impressa ou não. O procedimento, assim, era bem semelhante ao encontrado em Portugal: os interessados deveriam apresentar os originais e, caso obtivessem a licença de impressão, deveriam voltar ao Conselho para que o impresso fosse conferido com o original apresentado anteriormente. Era expresso, contudo, que o impressor não imprimisse a capa e outros textos preliminares, o que deveria ser feito após o cotejo com o original e a fixação da taxa. Na capa e nos textos preambulares deveriam aparecer: a licença, a taxa, o privilégio (caso houvesse), o nome do autor e do impressor, o lugar onde se imprimiu e, a partir de 1627, também o ano. Os impressos de notícias, incluídos por Fernando Bouza na chamada "literatura popular impressa", também passavam por todo esse processo, ainda que não apresentassem a censura completa em sua impressão: apesar de conterem apenas a indicação de "Con licencia", a censura estaria presente nos expedientes originais de aprovação [28].

Do lado da atual Espanha havia, como dissemos, uma proteção de mercado para que o reino não fosse inundado de impressos vindos de outras cidades famosas por sua atividade impressora. Reyes Gómez cita uma pragmática do ano de 1610 que proibia que qualquer pessoa enviasse para imprimir ou imprimisse sua obra fora do reino sem uma licença especial para isso – o que não impediu que o Conselho aprovasse essa licença para várias pessoas [29]. Anos depois, vários impressores – incluindo Julian de Paredes –

[28] Seguimos até aquí com BOUZA, Fernando. '*Dásele licencia y privilegio'*… e MOLL, Jaime. Problemas Bibliográficos del Libro del Siglo de Oro… Moll cita a pragmática de 1558 promulgada em Valladolid para explicar os procedimentos que deveriam ser tomados pelos interessados em imprimir, explicando que ela perdurou até o final do Antigo Regime e que modificou inclusive a configuração externa do livro, como podemos ver referente à capa e aos preâmbulos, que deveriam conter informações específicas.

[29] REYES GÓMEZ, Fermín de los. *El libro en España y América*… p. 274. Jaime Moll nos informa que essa regra já existia na pragmática de 1558 que citamos, o que demonstra que a entrada de livros

entraram na justiça contra livreiros que estavam descumprindo a dita pragmática, e ganharam a disputa. O pleito, transcrito em parte pelo autor, é categórico em dizer que a pragmática não era cumprida e que era frequente a impressão em Lyon, Paris, Genebra e em outras cidades estrangeiras, concluindo que por conta disso "todas las imprentas de estos nuestros reinos se habían reducido a las pocas que había en esta Corte, y tres o cuatro de la ciudad de Sevilla, por no tener sus artífices en qué poder trabajar" [30]. É claro que a preocupação dos impressores não era com a "imprensa desses nossos reinos", mas sim em ver suas chances de ganhos financeiros serem diminuídas quando os livreiros do reino preferiam imprimir em outras cidades. Podemos pensar aqui que, para além da taxa, que estipulava o preço máximo que a obra poderia ser vendida, imprimir fora do reino seria mais barato, possivelmente devido a uma melhor técnica e mais fácil acesso aos melhores papéis.

O privilégio de impressão, situação também existente em Portugal – e que marca a atividade impressora do período de maneira geral, preocupada em assegurar o monopólio sobre determinada obra – é o direito de exclusividade, válido por um período de tempo e para um território específico. Não era incomum encontrar assim, obras marcadas com a informação "Com privilégio real", ainda que, no caso das notícias, isso não ocorresse. No caso hispânico, além de passar pela censura, a oficina deveria contar ainda com uma licença de impressão, que era uma autorização para realizar a atividade. Possuir o privilégio, assim, pressupõe ter a licença, mas ter a licença não significa possuir a exclusividade de impressão [31]. A taxa também era necessária para a circulação dos

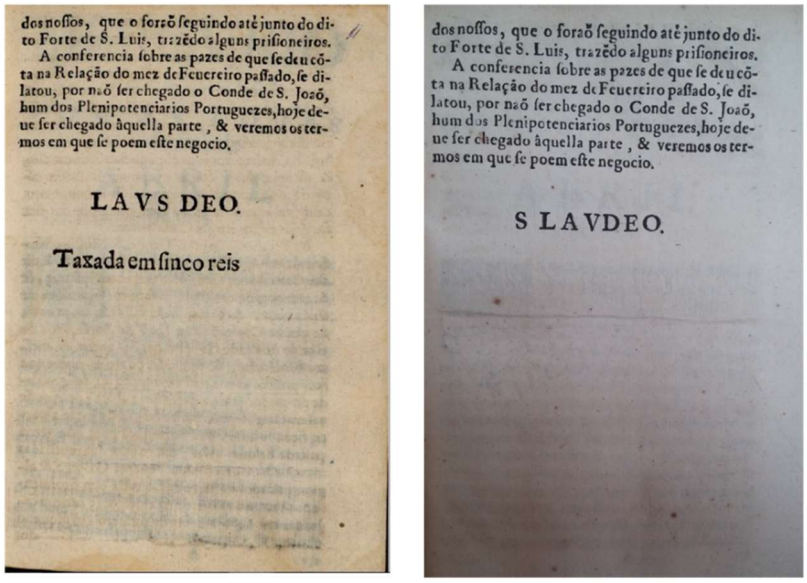
---

estrangeiros deveria ser comum e a resolução, frequentemente reiterada. In: MOLL, Jaime. Problemas Bibliográficos del Libro en el Siglo de Oro…

[30] Copia de los Autos del Pleito que se siguió en el Consejo Real entre los Mercaderes de Libros e Impresores de esta Corte, sobre los libros que se llevaban a imprimir fuera del Reino s.l. [Madrid]. S.i. s.a. [1658] Fol. 11 h. (Madrid. Archivo de San Ginés. San Gerónimo. Pleitos y documentos h. 1r y v). APUD: REYES GÓMEZ, Fermin de los. *Op. Cit*. p. 286. No mesmo pleito, não podemos deixar de mencionar outras acusações dos impressores contra os livreiros que imprimiam fora do reino: de que buscavam o pior papel, utilizavam letras pequenas e não deixavam margens, assim os livros que deveriam contar com cem folhas, se imprimiam em oitenta mas poderiam ser vendidos por preços altos, pois não recebiam a taxação do reino. Reiteramos aqui que, se havia benefícios honoríficos ao autor em escrever uma obra, ou ao vassalo que aparecia nela, não podemos nunca esquecer das vantagens financeiras buscadas por outra parte envolvida na produção do mesmo material. Tradução nossa: " todas as imprensas de estes nossos reinos se reduziram a poucas que havia nesta Corte, e três ou quatro da cidade de Sevilha, por não terem seus artífices em que pudessem trabalhar".

[31] Cf. REYES GÓMEZ, Fermín de los. *El libro en España y América*… p. 40. Segundo Jaime Moll, "o autor ou editor, em uma época em que ainda não havia se desenvolvido o direito de propriedade intelectual, nem muito menos os acordos internacionais de direito do autor, ficava exposto para que sua obra fosse editada imediatamente por outro editor. Para impedi-lo, existia o caminho de solicitar do rei um privilégio para que durante certo número de anos e em um âmbito geográfico determinado, ninguém mais pudesse, legalmente, editar sua obra. Na realidade, o privilégio só é uma concessão de exclusividade de edição, que poderia se prorrogar no seu fim. É uma abordagem muito diferente do conceito moderno de direito do

impressos, tanto em Portugal como no interior da Monarquia, o que significava a proibição da obra caso não apresentasse essa indicação. O valor era dado pela quantidade de páginas, tipo de papel e existência ou não de imagens, e era na maioria das vezes menor do que pediam os memoriais escritos por seus responsáveis diante do Conselho de Castela. Essa taxa era o preço máximo que poderia ser cobrado pela impressão, para evitar que circulassem por valores muito altos. Como demonstramos abaixo, porém, não deveria ser incomum que certos materiais de notícias circulassem sem a taxa, possivelmente por já contarem com autorização e devido à velocidade com que necessitavam que as novas fossem divulgadas. No caso que encontramos podemos supor ainda que o *Mercurio* cuja impressão saiu errada não foi taxado (talvez porque devesse inclusive ser destruído), e após nova composição recebeu a taxa que lhe cabia. O interessante, porém, é que o *Mercurio* não taxado (e que, teoricamente, seria proibido de circular) foi encontrado na Biblioteca Nacional da Espanha:


dos nossos, que o forão seguindo até junto do dito Forte de S. Luis, trazẽdo alguns prisioneiros.
A conferencia sobre as pazes de que se deu cõta na Relação do mez de Feuereiro passado, se dilatou, por não ser chegado o Conde de S. Joaõ, hum dos Plenipotenciarios Portuguezes, hoje deue ser chegado àquella parte, & veremos os termos em que se poem este negocio.

LAVS DEO.

Taxada em sinco reis

dos nossos, que o foraõ seguindo até junto do dito Forte de S. Luis, trazẽdo alguns prisioneiros.
A conferencia sobre as pazes de que se deu cõta na Relação do mez de Feuereiro passado, se dilatou, por naõ ser chegado o Conde de S. Joaõ, hum dos Plenipotenciarios Portuguezes, hoje deue ser chegado àquella parte, & veremos os termos em que se poem este negocio.

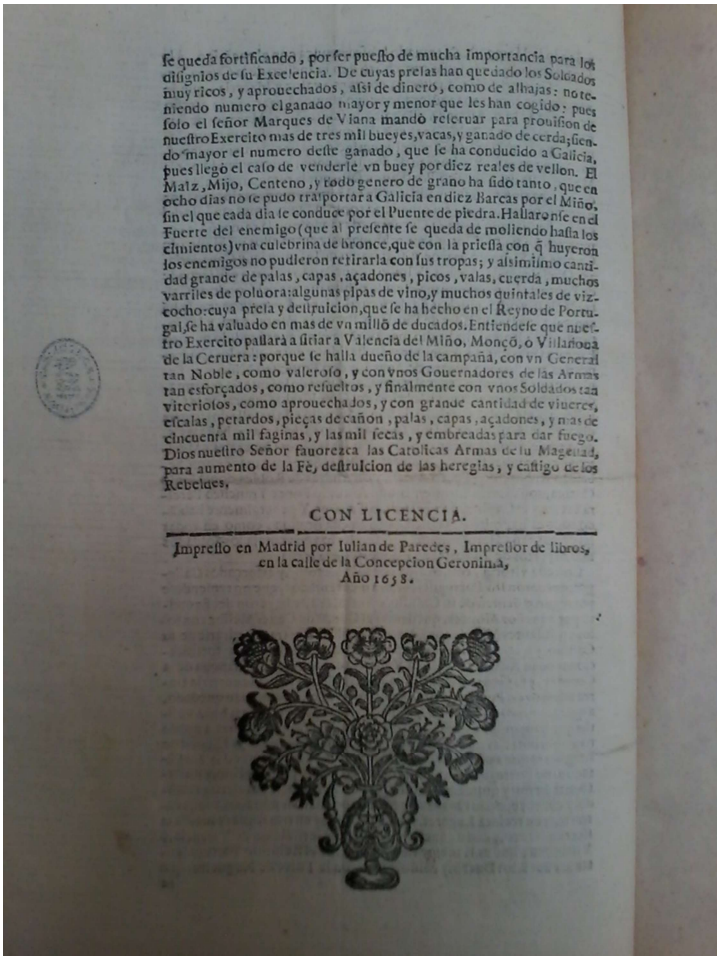
S LAVDEO.

Figura 4.2 No *Mercurio* da esquerda, disponível online no site da Biblioteca Nacional de Portugal, podemos ver o Laus Deo escrito corretamente e abaixo a taxa que deveria ser cobrada. Do lado direito, vemos na mesma página, disponível na Biblioteca Nacional de España, o Laus Deo com as letras trocadas e sem a taxação, obrigatória para a circulação [32].

autor". Op. Cit, p. 55. No original: "El autor o editor, en una época en que aún no se había desarrollado el derecho de la propiedad intelectual, ni mucho menos los acuerdos internacionales de derecho de autor, quedaba expuesto a que su obra fuese editada inmediatamente por otro editor. Para impedirlo, (sic) existía el camino de solicitar del rey un privilegio para que, durante un cierto número de años y en un ámbito geográfico determinado, nadie más pudiese, legalmente, editar su obra. En realidad, el privilegio sólo es una concesión de exclusiva de edición, que podía prorrogarse a su término. Es un planteamiento muy distinto al del concepto moderno del derecho de autor".

[32] *Mercurio Portuguez* com as novas do mez de março de 1663, 4v. Na Biblioteca Nacional da Espanha encontram-se todas as publicações do Mercurio do ano de 1663, encadernada junto a outros impressos portugueses.

Ainda que a taxa fosse obrigatória dos dois lados da fronteira, assim, é possível encontrar nos dias de hoje material não-taxado nas bibliotecas, mesmo que também haja o mesmo impresso apresentando a taxa correspondente. Entendemos que os dois circularam no mesmo período, talvez por um erro, talvez por uma economia – pois, ao invés de queimar ou se desfazer do material impresso errado, seu responsável o vendeu da mesma maneira. Na sequência, podemos ver a impressão de Julian de Paredes informando que possuía as licenças, mas sem a taxa obrigatória – algo comum para os impressos de notícias que encontramos no período:



se queda fortificando, por ser puesto de mucha importancia para los disignios de su Excelencia. De cuyas prelas han quedado los Soldados muy ricos, y aprouechados, assi de dinero, como de alhajas: notenienda numero el ganado mayor y menor que les han cogido: pues solo el señor Marques de Viana mandò reseruar para prouision de nuestro Exercito mas de tres mil bueyes, vacas, y ganado de cerda; siendo mayor el numero deste ganado, que se ha conducido a Galicia, pues llegò el caso de venderse vn buey por diez reales de vellon. El Maiz, Mijo, Centeno, y todo genero de grano ha sido tanto, que en ocho dias no se pudo trasportar a Galicia en diez Barcas por el Miño, sin el que cada dia se conduce por el Puente de piedra. Hallaronse en el Fuerte del enemigo (que al presente se queda de moliendo hasta los cimientos) vna culebrina de bronce, que con la priesa con q̃ huyeron los enemigos no pudieron retirarla con sus tropas; y assimismo cantidad grande de palas, capas, açadones, picos, valas, cuerda, muchos varriles de polvora: algunas pipas de vino, y muchos quintales de vizcocho: cuya presa y destrucion, que se ha hecho en el Reyno de Portugal, se ha valuado en mas de vn millõ de ducados. Entiendese que nuestro Exercito passarà a sitiar a Valencia del Miño, Monçõ, ò Villafoca de la Ceruera: porque se halla dueño de la campaña, con vn General tan Noble, como valeroso, y con vnos Gouernadores de las Armas tan esforçados, como resueltos, y finalmente con vnos Soldados tan victoriosos, como aprouechados, y con grande cantidad de viueres, escalas, petardos, pieças de cañon, palas, capas, açadones, y mas de cincuenta mil faginas, y las mil secas, y embreadas para dar fuego. Dios nuestro Señor fauorezca las Catolicas Armas de su Magestad, para aumento de la Fè, destrucion de las heregias, y castigo de los Rebeldes.

CON LICENCIA.

Impresso en Madrid por Iulian de Paredes, Impressor de libros, en la calle de la Concepcion Geronima, Año 1658.

Figura 4.3 Podemos ver aqui como a indicação de possuir licença aparecia nas relações de sucesso impressas em Madrid, e como a taxa nem sempre era indicada. Em: *Relacion de la famosa vitoria que han tenido las Catolicas Armas de su Magestad, que Dios guarde, governadas por el Excelentissimo señor Don Rodrigo Pimentel Marques de Viana, Gouernador y Capitan General del Reino de Galicia.* Impressor Julian de Paredes, 1658. In fólio.

Diferente do apontado acerca da censura portuguesa, porém, Fernando Bouza demonstra que o texto do censor – muitas vezes um religioso, mas não necessariamente –, aprovando

ou reprovando a obra, não era fundamental para que o manuscrito pudesse ser impresso. A última palavra seria, assim, do Conselho de Castela, que poderia enviar a obra para outro censor e ter um texto positivo acerca do material. Segundo o autor, "la existencia de las censuras de impresión en sí misma no parece haber sido demasiado cuestionada en el Siglo de Oro, al tratarse de una regalía la concesión de las licencias que pasaba por ellas" sendo comuns, continua, "las quejas del Santo Ofício ante la permisión de demasiadas obras" [33].

O grande diferencial da censura do Portugal pós-1640 e de Castela era, assim, que no primeiro, o Santo Ofício era determinante na aprovação das impressões, podendo chamar diante dele os impressores que não cumprissem suas regras ameaçando-os de excomunhão, e punindo-os de outras maneiras, enquanto do outro lado da fronteira, o Conselho de Castela era soberano em autorizar as impressões, mesmo com as queixas da Inquisição – e mesmo que *posteriormente* os responsáveis pudessem ser chamados diante do Santo Ofício. Vimos que mesmo quando era um papel que engrandecia os soldados portugueses na guerra e sem teor religioso, ele poderia ser questionado ainda que contasse com a autorização real. Em Castela, por outro lado, mesmo que houvesse uma censura "negativa" de um religioso, o Conselho poderia procurar outra pessoa disposta a reavaliar a obra e esta ter sua impressão autorizada [34].

Com o crescente envolvimento da Monarquia Hispânica no século XVII em guerras com seus vizinhos e a popularização da tipografia, certamente a produção de impressos de notícias que tratavam de questões de Estado teve grande crescimento, ou não encontraríamos uma disposição régia já no ano de 1627 para que não fossem impressas

> ni estampas relaciones ni cartas, ni apologías ni panegíricos, ni gazetas, ni nuevas ni sermones ni discursos o papeles en materias de Estado ni Gobierno, ni arbitrio ni coplas, ni diálogos ni otras cosas, (...) sin que tengan ni lleven

[33] BOUZA, Fernando. '*Dásele licencia y privilegio'*… p. 128. Tradução nossa: "a existência das censuras de impressão em si mesmo não parece ter sido muito questionada no Século de Ouro, por tratar-se de uma regalia a concessão das licenças que passava por elas" e "as queixas do Santo Ofício diante da permissão de muitas obras".

[34] Bouza descreve o caso do livro denominado *Flor de sainetes* que, depois de ter uma censura negativa escrita pelo padre Diego Ramírez de Arellano, o Conselho teria solicitado uma nova aprovação a um agostinho chamado Francisco Suárez, dessa vez favorável. In: *Ibidem*, p. 126-7.

> primero examen y aprobación en la Corte de uno de los del Consejo que se nombre por Comisario de esto [35].

Vimos que logo após o início das publicações da *Gazeta "da Restauração"* o mesmo aconteceu: uma resolução real que impedia sua circulação e que certamente influenciou na mudança "editorial" do periódico, que passou a trazer somente notícias de fora do reino. Era notório, assim, que essas novas circulavam entre a população e influenciavam o conhecimento acerca da guerra e a opinião que possuíam do governo. Convém, assim, pensarmos em como circulavam os ditos "papéis menores" e influenciavam a opinião pública do século XVII.

4.2 Composição e circulação das notícias

Pretendemos agora abordar a circulação das notícias em dois momentos distintos: quando são utilizadas para compor os periódicos e relações de sucesso e quando estão já impressas e não só são vendidas pelas cidades em que foram publicadas, mas também "viajam" para diferentes localidades. Por *composição*, assim, entendemos a utilização de diferentes informações, escolhidas pelo escritor do material, para montar uma única notícia, resumida, mas que cumpre a função de levar a informação ao leitor [36].

A correspondência que circulava pelo continente servia para abastecer os periódicos que começavam a aparecer na Europa. Para conhecermos como eram construídos esses materiais, precisamos discorrer sobre a rede de informações em que estavam inseridos seus editores e impressores. Ao contrário da correspondência pessoal,

---

[35] BOUZA, Fernando. *Dásele licencia y privilegio…* p. 91 nota 138. O autor explica que, apesar da resolução de se criar um comissário para estes assuntos, o procedimento no Conselho não mudou, nem havia alguém específico com essa função. Tradução nossa: "Nem estampas, relações nem cartas, nem apologias nem panegíricos, nem gazetas, nem novas nem sermões nem discursos ou papéis em matérias de Estado nem Governo, nem arbítrio nem coplas [poesia e canção popular], nem diálogos nem outras coisas, (...) sem que tenham nem levem primeiro exame e aprovação na Corte de alguém do Conselho que nomeie por Comissário".

[36] Não confundir com a composição realizada pelos impressores ao organizar as letras de molde para a impressão. *Compor,* aqui, denota a busca por diferentes novas no intuito de "rearranjá-las" numa notícia diferente. Conforme explicou o impressor Lucas Antonio de Bedmar y Valdivia no processo do ano de 1680 de que tratamos, "minha parte busca, solicita e adquire, com grande cansaço, trabalho e diligência, as notícias certas (...), junta, coloca e *compõe*, e as reduz à prensa com a verdade". Para a citação completa no original e explicação do processo, ver 3.2 *Os impressores de notícias*..., neste trabalho. Itálico nosso.

porém, em sua análise sobre a *Gazeta de Lisboa,* João Luís Lisboa explica que o que nos interessa para construir esse circuito são as cartas

> entre pessoas que se destinam a fazer circular as vozes, a leitura das gazetas chegadas de várias cortes, a informação obtida através de cartas do mesmo tipo, informação que se recebe e se reproduz. É de redes de correspondentes que estamos a falar, e é destas redes que se serve o essencial da informação que passa formalmente a um periódico, manuscrito ou impresso [37].

Devemos lembrar, dessa forma, que esses documentos devem ser analisados não só enquanto produtos pensados para o consumo, mas também para serem utilizados por um grupo – ainda pequeno – de receptores [38].

A Gazeta "da Restauração" era um periódico que possuía diferentes maneiras de manter-se abastecido com novas de várias partes do continente europeu e também de fora dele, claramente inserido em uma rede de informação que perpassava longínquas regiões. Quem o escrevia, contudo, informava também seus leitores acerca da origem daquelas notícias, como na Gazeta de dezembro de 1641 em que escreve que "as mais destas novas são colhidas de cartas, e pessoas dignas de crédito, que vieram de varias partes" (Gazeta, dez/1641, f. 8v). Era muito comum indicar que os informantes eram de confiança e "dignos de crédito", e que estavam presentes no acontecimento, no intuito de demonstrar a veracidade das informações. A menção à chegada de cartas é bastante frequente no decorrer da Gazeta, como quando se escreve que foram recebidas "boas novas, que tivemos da Índia Oriental, por um correio que veio da Itália por via da Pérsia" (Gazeta, mar/1642, f. 2), ou quando lemos que "por via da Holanda foi a França uma carta de um português, que assiste nas Índias de Castela (...)" (Gazeta, Nov/1641, f. 5); se na primeira fase da Gazeta essas menções são feitas no decorrer do texto, na segunda fase as notícias são já divididas por localidades, muitas vezes aparentando uma tradução literal de alguma nova acerca das batalhas que ocorrem no continente europeu.

Podemos encontrar ainda referência a pessoas que vinham de determinadas regiões trazendo informações, como quando se escreve que "pessoa digna de credito que veyo de Madrid, affirma que elRey Felipe auia gastado dentro de dez meses nas guerras de Portugal, e suas dependencias, tres milhoes, e trezentos mil cruzados" (Gazeta, dez/1641, f. 8v). Outra fonte de informação que abastecia esta Gazeta eram os periódicos

---

[37] LISBOA, João Luís. MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. OLIVAL, Fernanda. *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora* vol. 1 (1729-1731). Lisboa: Edições Colibri, 2002. p. 15.
[38] Cf. GONZÁLEZ SÁNCHEZ. *Homo Viator, Homo scribens*... p. 26.

de outras partes da Europa, como indica o trecho: "na gazeta que veyo de França, estaõ as propostas que os Irlandezes agora fazem a elRey Carlos de Inglaterra" (Gazeta, abr/1642, f.6). Em seguida, em quase duas páginas da Gazeta, são transcritas e traduzidas para o português o artigo publicado na Gazeta da França que continha os pedidos dos católicos irlandeses ao rei da Inglaterra [39].

Em uma relação manuscrita denominada *Relação da entrada do Marques de Cascaes em Paris e audiências dos Christianissimos* [40], podemos ler exatamente a mesma notícia publicada na *Gazeta "da Restauração*" de maio-junho de 1644, cujo subtítulo nos informa: *Em qve se da conta do recebimento, e entrada, que fizerão em Paris ao Marques de Cascaes Embaixador extraordinário delRey de Portugal em França, & audiência dos Chistianissimos Reys*. Ao que nos parece, ambos os papéis utilizaram um terceiro documento para se informar das notícias que vinham de Paris, já que a *Gazeta "da Restauração"* continua discorrendo sobre outros acontecimentos de França, Itália e Polônia, e a relação manuscrita acrescenta uma última notícia não encontrada na Gazeta. Quem organiza os papéis de notícias, manuscritos ou impressos, escolhe o que entende que vá interessar ao seu destinatário – fossem poucos leitores para o caso manuscrito, ou muitos para o papel impresso.

Enquanto os periódicos eram formados, assim, por diferentes fontes que chegavam às cidades, as Relações de Sucesso normalmente traziam uma única notícia, muitas vezes a transcrição literal de uma carta – e se chamava "Cópia da Carta", ou "Treslado da Carta", enviada por alguém que esteve no local onde acontecia o fato de interesse. No caso específico do nosso tema, encontramos com frequência essa indicação, as Relações trazendo inclusive a assinatura de quem a teria escrito. Na chamada *prensa amarilla* ou *prensa popular* de que trata Ettinghausen em diferentes trabalhos, havia frequentemente um reaproveitamento das notícias que pudessem chamar a atenção dos leitores: enquanto uma notícia de guerra era específica e relatava um acontecimento ocorrido na fronteira em um dia marcado na Relação, as notícias de desastres naturais,

[39] Não nos foi possível cotejar as duas publicações, mas além das informações contidas no próprio periódico, a doutora Patrícia Teixeira também infere que as notícias francesas eram copiadas para a gazeta portuguesa. Ver em: TEIXEIRA, Patrícia Oliveira. *Os sistemas jornalísticos europeus no século XVII e a gênese do jornalismo* – Uma comparação entre Portugal, Espanha e França. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2013. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/4235Acesso dia 02-ago-2018. >.
[40] *Relação da entrada do Marques de Cascaes em Paris e audiências dos Christianissimos*. s/l; s/d.

milagres e monstros, ainda que especificassem onde e quando aconteceram, podiam ser reimpressas décadas depois sob a indicação de que "ocorreu no ano anterior" [41].

Se os periódicos produzidos em Portugal e Castela eram abastecidos por outras gazetas e relações vindas de diferentes partes do continente, as notícias impressas enviadas para bem mais longe tinham como fonte também os próprios periódicos. É o que podemos inferir ao analisar o documento denominado "*Escriuense los sucessos mas notables de la Europa, desde 15 de Abril de 1660 por todo el de 1661*", uma publicação impressa com o intuito de reunir os principais acontecimentos que ocorreram entre meados de 1660 e todo o ano de 1661. Apesar da indicação de seu título, a data que aparece ao final do documento é de setembro de 1662. Assim, ainda que a ideia inicial fosse tratar das novas até o final de 61, seu editor agrega notícias também do ano seguinte, como podemos ver na nova de 7 de março de 1662 que consta em "Casos Particulares". Neste trecho do impresso podemos ler sobre um grave acidente ocorrido no momento em que a população se aglomerava para ver um enforcamento na Calle Mayor onde, devido à quantidade de pessoas, desabaram as grades da Igreja de São Felipe, causando a morte de 20 pessoas e ferindo outras 60, "caso raro, y lastimonioso! y que ha causado en esta Corte notable sentimento" [42]. Talvez pela estranheza do fato, seu editor tenha entendido que a notícia merecesse estar no impresso.

Esse documento está localizado na Real Academia de Historia em Madrid, no tomo quarto de uma coleção chamada "Papeles Diferentes", onde estão agrupados dezenas de outros documentos do século XVII, manuscritos e impressos. Além de não possuir autoria – o que não é incomum para uma publicação de notícias do período – também não traz indicação de impressor, o que nos deixa apenas com a informação de sua data provável de circulação – após setembro de 1662. Se não fosse a numeração

[41] ETTINGHAUSEN, Henry. Prensa amarilla y Barroco español. In: CHARTIER, Roger. ESPEJO Carmen (eds.) *La aparición del periodismo en Europa*. Comunicación y propaganda en el Barroco. Marcial Pons: Madrid, 2012. O autor descreve o caso de uma relação barcelonesa do ano de 1628 que trazia a nova de um menino nascido em Lisboa "com o corpo coberto de conchas, botas nos pés e uma cruz no peito". Trinta anos depois, porém, a mesma notícia era publicada em Madrid sob o título de "Verdadera y nueva Relación...", especificando desta vez que o menino havia nascido em Cagliari no ano anterior. O autor conclui: "se trata, desde luego, de otro caso de la descarada reinvención de una exclusiva sensacional". *Op. Cit*. p. 148. Interessante marcar que, no caso das Relações com notícias "fantásticas", os acontecimentos nunca se davam próximos às cidades que as publicavam, o que fazia com que sua veracidade nunca fosse colocada em cheque. Sobre a chamada prensa popular, ver: ETTINGHAUSEN, Henry. *Noticias del siglo XVII*: Relaciones Españolas de sucesos naturales y sobrenaturales. Barcelona: Puvill Libros, 1995. Tratamos da definição de notícia utilizando outro exemplo da obra de Ettinghausen em nossa Introdução.

[42] Impresso sem data, local de impressão nem autoria. "caso raro e doloroso e que causou nesta Corte sentimento notável" (tradução nossa).

impressa presente, poderíamos entender que "*Escriuense los sucessos*..." conteria apenas 18 folhas. Fato é que essa numeração continua e abarca outros documentos que tratam do ano seguinte ao período proposto em seu título. São eles: "*Entrada qve hizo el Serenissimo Señor Iuan de Austria, con las Catolicas Armas de Su Magestad en la campaña, y tierra del Rebelde de Portugal, desde el dia primero de Mayo deste año de 1662*"; e "*Continua la Guerra de Portugal de 1662*". Temos, assim, 26 folhas tratando de dois anos e meio de notícias. Dividindo assim o documento, vamos nos concentrar em sua primeira parte, que traz um resumo das principais notícias europeias dos ditos anos.

"*Escriuense los sucessos*..." já seria interessante por si só, por conter novas de diferentes partes do continente: batalhas contra os turcos, ocorrências climáticas, alianças políticas, casamentos e falecimentos, divididos pelos nomes das cidades das quais tratavam. Ao iniciar a análise desse documento, porém, reconhecemos aquelas notícias de outras leituras. Assim, resolvemos comparar a *Gazeta Nueva* de Madrid com essa publicação e descobrimos que esse documento é uma compilação de notícias encontradas todas elas na Gazeta. Após essa constatação, iniciamos uma longa análise cotejando os dois documentos para compreendermos melhor como cada notícia era (re)publicada.

As notícias de Roma, por exemplo, são formadas pelas novas que constam em diferentes números da *Gazeta Nueva*. No primeiro parágrafo, o autor reuniu a morte de religiosos na capital italiana, uma notícia construída a partir de informações que constam em diferentes Gazetas do ano de 1661 – reunindo, possivelmente por questão de espaço, apenas as informações do falecimento de Cardeais e suprimindo os locais de falecimento e idade que aparecem na Gazeta. Em *Escriuense los sucessos* consta que

> Avisan de Roma, que han muerto los Eminêtissimos señores Cardenales Don Juan de Lugo Españal (sic), natural de Seuilla, Religioso de la Compañía de Jesus. Don Christoual Vvidmã, Veneciano, Don Vincencio Costaguti, Ginoues. El Cardenal Palucci. El titulo de San Juan Au te Portam Latinam" [43].

A *Gazeta* de dezembro de 1660, da mesma maneira, informa que "han muerto los Eminentissimos señores Cardenales Don Juan de Lugo, Español, natural de Seuilla, Religioso de la Compañía de Jesus: En Roma, de edad de 75 años: y Don Christoual Vvidman, Veneciano, que falleció en Castillo de S. Martin de la Ciudad de Viterbo, de donde era Obispo" (Gazeta Nueva, dez/60; f.1). Lemos na *Gazeta* de Janeiro de 1661 que

[43] Escriuense los sucessos... f.11v.

> a cinco de Diziembre, murió em aquella Corte [de Roma] el Eminentissimo señor Cardenal Don Vicencio Costaguri, del titulo de Santa Maria in Porticu, Genoues de nacion, criatura del Papa Vrbano VIII de edad de 47 años. Fue sepultado en la Iglesia de los Padres Jesuitas. Con que quedan tres Capelos vacos en el sacro Colegio (Gazeta Nueva, jan/61; f. 2).

Por fim, na *Gazeta* de setembro de 1661 encontramos a informação de que "a 9 de julio murió en Roma en señor Cardenal Palucci, del Titulo de San Juan Ante Portam Latinam, de edad de 82 años: con que están vacos cinco Capelos en el Sacro Colegio" (Gazeta Nueva, set/61; f. 2). Podemos ver, assim, como a *Gazeta Nueva* foi possivelmente a fonte das notícias encontradas neste interessante documento, que escolhia as informações que considerava pertinentes e as realocava em uma nova notícia. As datas, idades e locais de falecimento são deixadas de lado para que apenas o considerado mais importante por ele – a morte de Cardeais – aparecesse.

O mesmo ocorria com as notícias vindas da França, cuja a entrada neste impresso é um resumo das notícias que constam na *Gazeta Nueva* dos meses de dezembro de 1660 e janeiro, março, abril-maio, maio, junho, julho e novembro de 1661. Assim como na *Gazeta "da Restauração"* e na *Gazeta Nueva*, em *Escriuense los sucessos* encontramos com mais frequência as mesmas cidades, normalmente capitais como Paris, Londres, Amsterdam e a já citada Roma, mas também Veneza e Sevilha. Com a notícia referente a Portugal, demonstraremos como esse documento "resumia" os acontecimentos do reino vizinho, retirados da Gazeta Nueva. A notícia que trata de Portugal, em primeiro lugar, se chama "Zafra", uma cidade da fronteira de onde veio a informação inicial. A notícia, porém, abarca tudo o que se tratou de Portugal na *Gazeta Nueva* do ano de 1661:

> Lunes 21 de Março entró en Serenissimo señor Don Juan de Austria en la villa de zafra, no admitiendo los aparatos militares que renian preuenidos para su recibimiento; y luego que su Alteza llegó marcó hazer reseña de la infantería, caualleria, artilleria, viueres, petrechos, y municiones que estauan preuenidos para esta campãna, y se ha hallado ser cada cosa de por si tan numerosa, que excede los limites de la consideracion humana. La caualleria passó muestra en la ciudad de Truxillo, y se han hallado 6U300 cauallos, de los quales tomó possessión Don Diego Cauallero de Illescas, como General que es de dicha caualleria. Despues de hecha la dicha reseña, 500 cauallos nuestros cogieron al enemigo quarenta acémilas de armas, y municiones, que ivan de Yelues a Campomayor, sin perdida de persona alguna.

Na *Gazeta Nueva*, a primeira notícia também se chama Zafra, mas muda de título conforme mudam também as localidades no decorrer das publicações, enquanto no

impresso da Real Academia só consta o nome desta cidade. O resumo preocupa-se em enumerar com cuidado os dias dos quais as notícias se tratam e a quantidade de munição e soldados, mas escolhe não dar nomes e detalhes:

> Lvnes 21 de Março, entrò el Serenissimo Señor Don Juan de Austria en la villa de Zafra, auiendole salido a recibir el Cabildo de la Iglesia a Villafranca; y el Cabildo de la Villa (y en su nõbre Don Tomas Mazariegos Alcalde Ordinario, Y Diego Gonçalez Zamorano Regidor) a Guadalupe, que dista 27 leguas de la villa de Zafra. Salieron tambien a recibir a sua Alteza el Duque de Sangerman, y demas Cabos del exercito de Estremadura. No quiso su Alteza entrar en Zafra con tanto aparato militar, y assi lo despidió todo antes de llegar a la Vila, cuyo Corregidor (que lo es Don Antonio Suarez de Ocampo) salió a recibir a su Alteza a la puerta del Lugar, y le condujo al Palacio (que es del Marques de Preigo, Duque de Feria) que estaua riquissimamente halajado.
>
> Luego que su Alteza llegó a la villa de afra, mandò hazer reseña de la infantería, caualleria, artilleria, viueres, pertrechos, y municiones que se han preuenido para esta campaña, y se ha hallado ser cada cosa de por si tan numerosa, que excede los limites de la consideracion humana. La caualleria passò muestra en la ciudad de Truxillo, y se han hallado 6U300 cauallos, de los quales tomò possession Don Diego Cauallero de Illescas, como General q' es de dicha caualleria. Y para hazer la entrada en el Reino de Portugal solo se aguarda que llegue a Vadaloz la infantería, que para este efecto està señalada. Y despues de hecha la dicha reseña, quinientos cauallos nuestros cogierõ al enemigo quarenta acemilas de armas, y municiones, que ivan de Yelues a Campo mayor, sin perdida de persona alguna (Gazeta Nueva abr-mai/1661 grifo nosso)

A partir dos dois trechos acima, podemos demonstrar as preferências do editor deste impresso, onde vemos na parte retirada da *Gazeta Nueva*, que está grifada, o que foi reaproveitado pelo escritor: 1) apontar que era Don Juan José de Áustria o comandante; 2) dizer que ele não entrou na cidade com todos os aparatos bélicos porque eram tantos que "excediam os limites da compreensão humana"; 3) especificar a quantidade de cavalos e armas; 4) especificar o nome do General Don Diego. O resumo, assim, trazia informações suficientes para que o possível leitor soubesse que o exército comandado pelo filho de Felipe IV possuía armamento e cavalos suficientes para a batalha, mas sem se prolongar nos detalhes e nomes. Há o cuidado ainda de modificar certas palavras para trazer sentido ao segundo trecho, mas sem se prolongar demais ao explicar que Don Juan José de Áustria não entrou na cidade com o armamento.

A continuação da notícia podemos encontrar na *Gazeta Nueva* de junho de 1661, com o título de Badajoz. Desejando não deixar nossa análise exaustiva, podemos enumerar que todas as novas referentes a Portugal no dito documento são encontradas nas

seguintes Gazetas: abril-maio (que já citamos); junho; julho; agosto e novembro de 1661. Alguns arranjos foram feitos para dar sentido à publicação, como quando lemos na Gazeta que "dexando su Alteza en este Castillo 160 infantes y cauallos, com vn Sargento Mayor, y bien abastecido de todo lo necessário, se retiro outra vez a Zafra, y las tropas a sus alojamentos, *hasta la primauera del año que viene de 1662*" (Gazeta Nueva, nov/61 [44]); em *Escriuense los sucessos*, podemos ler a mesma frase, mas concluída com "hasta la Primauera *deste año de 1662*", atualizando, assim, o texto para o ano da publicação [45]. São pequenas modificações que demonstram o cuidado em atualizar o texto com as notícias, ora resumindo, ora modificando palavras. A *Gazeta* se preocupa em diferentes números em tratar da entrega de Tânger aos ingleses como parte do dote de Dona Catarina e de como isso teria sido algo terrível para os portugueses, mas quem escolhe as notícias que foram impressas no documento da Real Academia, sequer menciona essa questão. A relação com a Inglaterra apenas é lembrada na última notícia, única que não encontra correspondência na Gazeta, que discorre sobre os piratas de Argel que saquearam os navios portugueses, mas não os navios ingleses que iam juntos na frota.

Há ainda outros documentos de mesma aparência e layout encadernados junto ao material de notícias que viemos tratando. São referentes ao ano de 1663 e 1664; um só sobre o ano de 1664; um específico sobre a morte de Felipe IV (portanto, provavelmente do ano de 1665); um de 1666 e outro sobre o fim de 1666 até 1668 [46]. A partir do segundo documento, nos chamava a atenção algumas vezes constar a enumeração dos eclesiásticos e seculares que iriam para o Peru e para a Nova Espanha, informação que não é comum encontrarmos em nossos documentos. No último deles, lemos, por fim, que "los sucessos desta conquista no se escriuen por necesitar de mayor volumen, solo se refieren algunos del Armada Real, por ser mas aplausibles en las partes de las Indias, que es para donde se dirige este corto discurso" [47]. Dessa forma, suspeitamos que todas essas notícias eram recompiladas e impressas para serem enviadas à América, o que confirma não termos encontrado menção a estes papéis em outros arquivos espanhóis. Ao invés de enviar vários números da Gazeta Nueva, que poderia conter detalhes que não interessavam

[44] "deixando sua Alteza neste Castelo 160 infantes e cavalos, com um Sargento Maior, e bem abastecido de todo o necessário, se retirou outra vez a Zafra, e as tropas a seus alojamentos, *até a primavera do ano que vem de 1662*" (tradução e itálico nossos).
[45] *Escriuense los sucessos*… f.9. itálico nosso.
[46] Real Academia de Historia M-RAH 9/3746(35); (36); (37); (39); (40); (42).
[47] "os sucessos desta conquista não se escrevem por necessitar de maior volume, somente se referem alguns da Armada Real, por ser mais plausível nas partes das Índias, que é para onde se dirige este curto discurso" (tradução nossa).

àquele público leitor, quem quer que tenha composto esses papéis resumiu as notícias que considerou mais importantes de muitos meses e de todo o continente europeu, organizando por localidade, e não cronologicamente, essas novidades.

Dentro do próprio território também era natural o movimento da informação. Em Madrid havia pessoas especializadas em enviar cartas contendo as notícias que consideravam mais importantes, evidenciando a opinião pública presente na cidade, de que trataremos no próximo capítulo. A *Gazeta Nueva* impressa por Julian de Paredes porém, para além de ajudar a construir as notícias que iam à América, também circulava através do reino e chegava a Sevilha, uma das grandes cidades de Castela. Nesta cidade um dos impressores que mais publicaram no período chamado Juan Gómez de Blas reimprimia esse periódico, acrescentando novas referente à própria cidade. A *Gazeta Nueva* de Gómez de Blás porém, tomou vida própria e, enquanto sua gêmea madrilena deixava de ser impressa logo no ano de 1663, encontramos publicações da irmã sevilhana até o ano de 1675, ainda que desde 1667 seja o filho de Juan Gómez de Blás, chamado Juan Francisco de Blás, quem continuava a impressão após a morte do pai – a partir do ano de 1663, porém, são encontrados poucos números em cada ano [48]. Assim como *Escriuense los sucessos...* a *Gazeta Nueva* impressa em Sevilha acrescenta, suprime e rearranja notícias de outras procedências, desconhecidas pelo autor de Madrid. Eulogio Varela Hervías encontra a *Gazeta Nueva* de Madrid reimpressa ainda em Zaragoza, Valência, Málaga e, caso curioso, no México, reimpressa, porém, a partir da Gazeta de Sevilha.

Quanto a Portugal, encontramos na Biblioteca Pública de Évora como as notícias eram também recompiladas através da cópia manuscrita. Além das próprias relações impressas em Lisboa, em Évora, a maior cidade do sul de Portugal e bastante próxima às batalhas, existem ainda várias relações manuscritas contendo as notícias da guerra e trazendo até os desenhos das formações dos exércitos. É o que podemos encontrar na *Rellação do q' sucedeo na entrada q' fes o snor Mathias em Castella com o exercito de*

[48] VARELA HERVÍAS, Eulógio. *Gazeta Nueva 1661-1663*. Notas sobre la Historia del Periodismo Español en la segunda mitad del siglo XVII. Madrid; Murcia: Oficina Tipográfica de los sucesores de Nogués, 1960. p. XLV-XLIX. Qualquer obra que trate da *Gazeta Nueva* impressa por Julian de Paredes passa obrigatoriamente pelo trabalho de Varela Hervías, devido ao seu pioneirismo e à qualidade de sua pesquisa. Para o autor, não há dúvidas de que o periódico sevilhano baseava-se na Gazeta de Madrid "pero, si hubiera sospecha, un solo dato lo demuestra claramente: el número 6 de Sevilla está compuesto, em parte, con los materiales publicados en el número 5 de la gaceta de Madrid". *Op. Cit*. p. XLIX. "mas, se houver suspeita, um só dado demonstra claramente: o número 6 de Sevilha está composto, em parte, com os materiais publicados no número 5 da gazeta de Madrid". Tradução nossa.

sua Mgde q' D.s gde o qual assiste nesta frnt.ra de Alentejo [49], do ano de 1644 e relativa à batalha de Montijo. Esta relação tem 10 folhas e se conclui com o desenho dos "batalhões pintados como peleyarão, e como investirão", recurso não disponível quando o material de notícias era impresso. Em outra relação manuscrita, denominada *Relação do que passou o nosso exercito na entrada que fez em Castella o s.or Mathias de Albuquerque aos 26 de Mayo de 1644*, foi possível identificar como as notícias que circulavam impressas eram "escolhidas", deixando de lado informações que não favorecessem ao exército português. Em dado trecho, podemos ler que "tudo isto foi a hu tempo com tao grande ira q' parecia que ate o Ceo se virava contra nos, porq' foi tao grande a desordem q' todos quantos morrerão dos nossos os mais matamos nos mesmos, porq' nem nome tivemos q' foi o que nos mais matou" [50]. Em nenhum material impresso de notícias português lemos que "parecia que até o céu se virava contra nós", justamente porque o que sempre era exaltado nesses papéis era o auxílio divino que vinham recebendo a nova Coroa e o exército português. Mais ainda: nenhum papel impresso iria divulgar que a desordem dos soldados foi responsável pelo fogo amigo que matou parte dos portugueses no Alentejo. Ainda que possivelmente essas notícias circulassem oralmente ou através de papéis manuscritos, os impressos dificilmente escreveriam que Deus parecia estar contra eles, ou que o exército português estivesse desorganizado a ponto de matarem-se uns aos outros. E o autor da relação conclui, agora de maneira muito semelhante ao encontrado nos impressos, enfatizando a veracidade dos escritos: "isto fes hum home' q' se achou em tudo, e por essa rezão o fas p.a q' saibão os q' o não virão oq' foi q' foi mais q' dia de m.to Juiso; pois q' não auia quem conhecesse pay nem mai, nem parente, isto aconteceo aos vinte e seis de Maio de 1644".

Através dos impressos circulava, assim, o que era permitido ou pela tecnologia empregada, ou pela conveniência da guerra: não era possível encontrar desenhos específicos como a organização de um exército, apenas xilogravuras empregadas dezenas de vezes, como adorno e marca do impressor; não ganharia a prensa também informações que desqualificassem o exército real, a organização dos comandantes e muito menos que contivessem menção à desaprovação divina, cabendo apenas aos manuscritos e à sua

[49] Depois de várias relações impressas, encontramos encadernadas juntas outra dezena de relações manuscritas.
[50] *Relação do que passou o nosso exercito na entrada que fez em Castella o s.or Mathias de Albuquerque aos 26 de Mayo de 1644.* f.7v.

circulação diminuída – chamada por Fernando Bouza de "publicidade restrita" – ostentar este tipo de informação [51].

As notícias da guerra catalã contra a Monarquia também circulavam em Portugal, e as relações impressas em Lisboa também foram lidas e republicadas em Barcelona, demonstrando a proximidade que os dois inimigos de Felipe IV alcançaram durante a década de 40. Encontramos diferentes relações escritas em catalão e publicadas na Catalunha sobre o que ocorria em Portugal, como a *Relacio Molt verdadera de la victoria qve han tingut las armas delRey de Portugal, contra las del Rey de Castella, a 17 de Noembre 1642* entre outras [52]. Diferente dos papéis impressos em Madrid, que se referiam a Dom João IV como "tirano" ou "rebelde", na Catalunha os impressos sempre o chamam de "rei de Portugal" já que, assim como eles, os portugueses haviam se rebelado contra o poder da Monarquia. A relação que se formou entre Portugal e Catalunha superou, assim, a esfera diplomática "pois suas ações solidárias no âmbito da comunicação lhes reportou a possibilidade de atuar mais além das esferas públicas nacionais, conscientes de que o resultado último de suas revoluções estava sendo negociado a nível internacional" [53].

Na *Relação da vitoria qve Dom Jozeph Margarita Governador de Catalunha por elRey Christianissimo, alcançou dos Castelhanos em o Valle de Aram, por ordem do Marichal da Motha,* podemos ler sobre o encontro entre as tropas catalãs e as enviadas por Felipe IV. Impressa por Lourenço de Anvers, a relação de sucesso trata sempre dos "nossos" soldados, ainda que estes sejam os catalães, e conclui

> Esta vitoria, alé da restauração de todo o pais, teve de mais dous notáveis effeitos; o primeiro, q' o humor ligeiro de Toraila ficou servindo de prova, &

[51] Fernando Bouza afirma que "se pode dizer também que a escrita de punho e letra é o melhor suporte para a privacidade, a solenidade e a deferência, que a cópia manuscrita se move no que poderíamos chamar publicidade restrita e, por último, que o impresso persegue a livre publicidade, dependendo esta, de novo, somente da amplitude da tiragem". Tradução nossa In: BOUZA, Fernando. *Del escribano a la biblioteca*. Editorial Síntesis: Madrid, 1997. p. 47; Ver também ___. *Corre Manuscrito.* Una historia cultural del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001.

[52] *Relacio Molt verdadera de la victoria qve han tingut las armas delRey de Portugal, contra las del Rey de Castella, a 17 de Noembre 1642*. Impressa por Jaume Matevat. Em nossa lista de Fontes de Pesquisa enumeramos algumas relações de sucesso impressas em Barcelona que tratavam da situação portuguesa.

[53] CASAS DELGADO, Immaculada. GONZÁLEZ FANDOS, Pilar. GUTIÉRREZ JIMÉNEZ, Eugenia. Ecos del movimiento de restauración de Portugal en las relaciones de sucesos hispano-lusas (1640-1668) In: GARCÍA LÓPEZ, Jorge. BOADAS, SÒNIA (eds) *Las relaciones de sucesos en los cambios políticos y sociales de la Europa Moderna*. Universitat Autònoma de Barcelona; Servei de Publicacions: Bellaterra, 2015. p. 341. No original: "pues sus acciones solidarias en el ámbito de la comunicación les reportó la posibilidad de actuar más allá de las esferas públicas nacionales, a sabiendas de que el resultado último de sus revoluciones se estaría negociando a nivel internacional".

> toque à fidelidade dos Catalães: o outro, q' os maos sucessos dos Castelhanos nesta ocasião os fará menos atrevidos pera intétaré semelhãtes empresas [54]

Assim, as notícias vindas da Catalunha também importavam aos portugueses por indicarem as perdas dos castelhanos nas frentes de batalha, tornando públicas suas derrotas e encorajando outros soldados diante da Monarquia. Eram, dessa forma, reimpressas em Lisboa e circulavam pela cidade.

É notório também que as notícias de Portugal circulavam em Castela e o contrário também acontecia. A Real Academia de Historia em Madrid contém um manuscrito bastante interessante. Indicado no catálogo da dita instituição como *Mercurio Portuges con las nuebas de henero deste anno de 1669,* qual foi nossa surpresa ao percebermos que este Mercurio era na verdade uma cópia manuscrita traduzida fielmente do *Mercurio Portugues* de janeiro de 1665 e que, portanto, o 9 contido no título do catálogo era na verdade um 5?

Encontramos, assim, uma cópia manuscrita do dito Mercurio traduzida para o castelhano, cuja datação no catálogo da RAH está incorreta (pois os números de fato são passíveis de confusão).

[54] *Relação da vitoria qve Dom Jozeph Margarita Governador de Catalunha por elRey Christianissimo, alcançou dos Castelhanos em o Valle de Aram, por ordem do Marichal da Motha.* Impressa por Lourenço de Anvers,1643. f. 4v. Esse documento continua com outro impresso, em que podemos ler a tradução de uma relação francesa sobre a vitória contra os castelhanos. Quando vai enumerar os nomes dos participantes franceses da batalha, encontramos o seguinte: "cujos nomes, como tambem os dos feridos agora deixa o traductor, por não molestar com elles aos leitores, tanto pella difícil pronunciação, que na nossa língua tem, quanto pello pouco conhecimêto, que de suas pessoas temos, perdoemnos os senhores franceses, aquém por suas relações são manifestos". O que corrobora a discussão que faremos no próximo capítulo sobre a importância de aparecer nos impressos de notícias: como eram franceses desconhecidos em Portugal, não faria diferença não colocar seus nomes no papel português, ainda que o tradutor pedisse desculpas. Op. Cit. f. 3v. (enumeraremos como dois documentos diferentes, mesmo que estejam digitalizadas juntas, pois apresentam duas taxas separadas, inclusive em dias diferentes, o que denota não se tratar do mesmo documento).

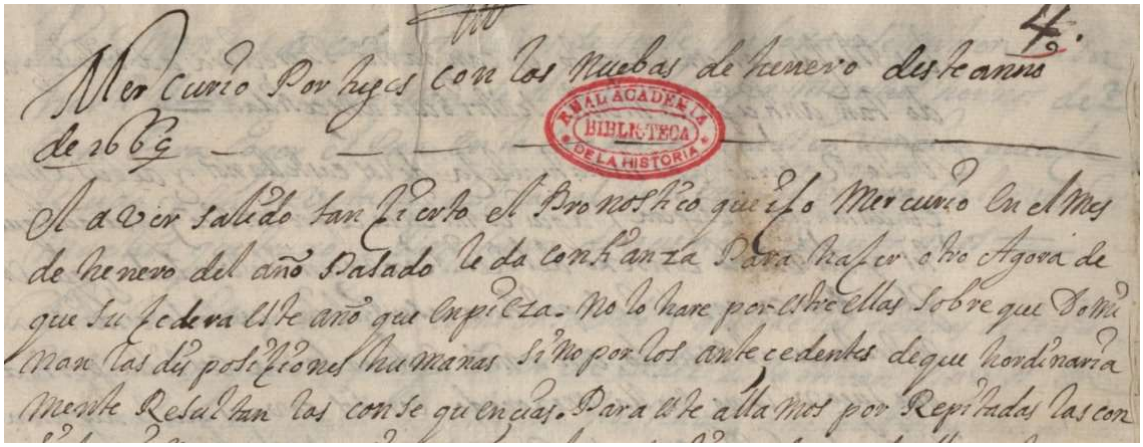


Figura 4.4 Trecho inicial do *Mercurio Portugues* manuscrito e em castelhano encontrado na RAH

Acima podemos ver o 5 que foi confundido com um 9 no início da segunda linha do título e, assim, fez constar 1669 no catálogo da Real Academia. Podemos ler o início do prognóstico publicado no *Mercurio* de janeiro de 1665 copiado em castelhano neste documento. Comparamos os dois documentos e ele é uma tradução que corresponde exatamente ao *Mercurio Portugues* de janeiro de 1665. Seguem abaixo o trecho das transcrições do Mercurio da RAH (em castelhano) e do Mercurio da BNP (em português):

> Mercurio Portuges con las nuevas de henero deste año de 1665
>
> A a ver salido tan cierto el pronostico que iso Mercurio en el Mes de henero del año pasado se da confianza para hacer otro agora de que sucederá este año que enpieza. No lo hare por estrellas sobre que dominan las disposiciones humanas sino por los antecedentes de que hordinariamente resultan las consequencias (…)

E a transcrição do *Mercurio Portuguez* de mesma data, com a diferença que este Mercurio tem uma capa onde consta o título, brasão da Coroa de Bragança e dados de impressão:

> A ver saído tão certo o pronostico que Mercurio fez no mez de Janeiro do anno passado, lhe dà confiança para agora fazer outro do que sucederá no anno que começa. Não o faz por estrelas, sobre que dominão as disposições humanas; mas pellos antecedentes de que ordinariamente rezultão as consequências (Mercurio Portuguez; jan/65; f.2).

As notícias publicadas dos dois lados da fronteira são importantes a ponto de serem recompiladas em um novo material impresso, como também serem copiadas a mão, traduzidas e enviadas para se saber o que divulgavam os inimigos. Ainda que muitas das

notícias pudessem ser publicadas com o intuito de entreter – como as relações fantásticas estudadas por Henry Ettinghausen – era fundamental para os agentes da guerra conhecerem as táticas inimigas, o que publicavam, e consequentemente responder ao que consideravam uma ameaça aos movimentos bélicos ou diplomáticos.

Discorrendo sobre a circulação de notícias, não podemos deixar de mencionar um agente comum de difusão da informação, seja de notícias, seja uma oração ou uma canção: os cegos. Eles aparecem no decorrer de todo o período estudado e eram muitas vezes a porta de acesso dos analfabetos e semianalfabetos ao mundo da cultura escrita [55]. Já tratados aqui quando discorremos sobre o processo de sua Congregação contra os impressores no ano de 1680 e sua tentativa de controlar o comércio dos papéis impressos, no processo contra Antonio Alvarez de que também tratamos, está anexada uma declaração contra seu pai, de mesmo nome. Mencionado por um cego chamado Manoel Marques ao ser perguntado onde havia conseguido os papéis que vinha vendendo pela cidade de Lisboa, podemos ler abaixo a interessante interação entre a comunidade de cegos da cidade e o impressor:

> Aos vinte dias do mes de settembro do anno de mil e seiscentos e dezoito em esa cidade de Lx.a (...) mandou vir perante sy a hu cego que foi trazido a sala do Sancto officio (...) com imagens e (...) impressa vendendo papeis e fazendo plateia ao povo e sendo prezente disse chamarse Manoel Marques (...) esta manhã e vendia ao povo huns papeis de meia folha pequena com Imagem de nossa S.ra e hua oração ao que e por titulo devoção a nossa senhora de Penha de França, e outros papeis com a mesma oração e com a imagem de nossa S.ra do Rozario e demasia de quarto. E [outros] da mesma marca de quarto com a imagem do minino Jesus (...) e os estava vendendo ao povo cada hu per esmola de hua moeda fazendolhe [plateia] (...) dizendo que quem [havia] de ter aquella imagem da S.ra que hia nos ditos papeis encomendandose a S.ra com hu padre nosso e avemaria ella alcançaria o livralos de perigos, elle dizia mais grandezas da S.ra N.sa. (...) Perguntado q.e impressor lhe imprimio os dittos papeis. Disse q lhos imprimio e estampou Antonio Alvares impressor que mora em hua travessa junto à rua nova por paga e dinheiro que lhe dá. Perguntado com que licença imprimia os ditos papeis disse q elle respondente se não [mette] em licença nem lhe da papel original p.a por elle imprimir, mas somente quando tem dinheiro vai a sua officina e pede dos dittos papeis os que lhe parece & lhos compra e o dito impressor os tem impressos, e elle diz q tem licença do S.to Officio p.a os imprimir. Perguntado se vende a mais cegos semelhantes Papeis disse que a quantos lhos vão comprar (...) [56]

[55] Cf. IGLESIAS CASTELLANO, Abel. El ciego callejero en la España Moderna: balance y propuestas. In: *LaborHistórico*. Rio de Janeiro, 2 (1), 2016. p. 74-90. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/4809> Acesso dia: 06-ago-2018.
[56] Processo Antonio Alvares. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 13031. f. 2-2v.

Aparentemente o processo de 1618 contra o pai foi anexado para demonstrar que a família já vinha imprimindo sem autorização do Santo Ofício, mas trouxe até nós a informação de como esses cegos eram abastecidos por impressores da cidade. O cego interrogado, assim, ia até a casa do impressor na Rua Nova e pagava pelos impressos que já estivessem prontos para a distribuição, não encomendando nada original. Afirma ainda que o impressor confirmava ter as licenças necessárias do Santo Ofício, e que vendia os papéis a quem fosse comprá-los. O processo esclarece também que estes folhetos eram vendidos por "esmola de uma moeda" e o cego assegurava à população que bastava ter a posse do impresso e realizar as rezas corretas para que o comprador estivesse protegido do perigo.

Abel Iglesias Castellano explica que por serem cegos e terem como principal atividade rezar pela cidade, parte da população acreditava que eles possuíam qualidades místicas, vantagem utilizada na hora de vender os papéis impressos por Antonio Alvarez. O cego *callejero*, que era o que andava pelas ruas recitando poemas e orações e vendendo impressos, pode ser interpretado, assim, como um mediador cultural, ocupando função na formação na opinião pública [57].

Em uma relação de sucesso impressa com notícias vindas da província da Beira, podemos ler também o reconhecimento das atividades dos cegos no trecho que abre o documento:

> Dias há que para satisfazer a remoques de amigos, deseja escreuer este papel, hu curioso de Riba Coa; tomão por matéria delles os muitos cegos, que por Lisboa pregoão vitorias de Alentejo, entre Douro, & Minho, & Tras os montes, sem poderem encontrar hu, que publique as da Beira, como se Nós os Beirões, obráramos, não pera cantarem cegos, mas chorarê Castelhanos, & o nosso General não tiuera por maior gloria, como outro Capitão Lacedemonio, andar antes nos olhos dos inimigos por lagrimas, que nas violas dos cegos por cantigas. (...) E q' importa faltarem duas folhas de papel na estampa, ou quatro cegos na publicação às vitorias de D. Aluaro de Abranches, pois se guardão pera ellas os bronzes da eternidade, & lingoa de todas as nações [58].

Para além das reclamações do autor de que não eram impressas em Lisboa notícias sobre a região da Beira, a relação nos informa da interessante atividade dos cegos de pregoarem

[57] IGLESIAS CASTELLANO, Abel. El ciego callejero en la España Moderna… p. 86.
[58] Relaçam em qve se refere parte dos gloriosos svcessos, que na Prouincia da Beira tiuerão contra Castelhanos, as armas de S. Magestade governadas por D. Aluaro de Abranches, seu Capitão General, nos meses de Mayo ate Dezembro de 643. 1644. Impressor: Manuel da Silva.

e cantarem pela cidade as vitórias da guerra. O general mencionado andaria nos olhos dos inimigos somente pelas lágrimas, e não pelas cantigas presentes nas violas dos cegos, já que estes não estariam imprimindo as notícias que chegavam da região. No fim, o autor desdenha destes impressos – talvez pela pouca qualidade em que eram publicados – e conclui que as vitórias de Dom Álvaro de Abranches permaneceriam na eternidade e seriam conhecidas por todas as nações. Mais do que cobrar a publicação das notícias daquela região, o autor cobrava especificamente os cegos que não estariam cantando pela cidade as vitórias vindas da Beira. Mais do que a impressão em si, vemos o valor que, ainda que desdenhados pelo autor, os cegos possuíam por recitarem pelas ruas as notícias da guerra e os nomes dos oficiais envolvidos nessa atividade.

4.3 Para definir: o que entendemos por gazetas, mercúrios e relações

Há atualmente uma extensa bibliografia a respeito dos papéis de notícias no continente europeu. As relações de sucessos são impressos característicos do século XVI e XVII e estão presentes em todas as partes da Europa; analisá-los regionalmente, assim, ainda que necessário para compreendermos seus nuances, é perder de vista sua ampla presença e circulação. É o que diferentes grupos de pesquisa têm feito nos últimos anos: com a organização de congressos e seminários agregando pesquisadores de vários países, estão editando livros que analisem esse material de maneira ampla, já que, para além das distâncias, ele possui características comuns [59]. É o que argumenta Henry Ettinghausen ao tratar das relações de sucessos como um fenômeno "pan-europeu", que adquiriu diferentes nomes através dos anos e por isso foi muito tempo estudado de maneira regional: "relaciones de sucesos, avvisi a stampa, occasionnels, canards, newsletters, Flugschriften, Flugblätter ou Neue Zeitungen" [60] são alguns dos termos encontrados em diferente países para tratar do mesmo tipo de material. Se ainda no século XV esses papéis de notícias traziam em sua primeira folha o que poderíamos chamar de um título,

[59] São de fácil acesso as atas da Sociedade Internacional para o Estudo das Relações de Sucesso, por exemplo, material onde encontramos discussões de diferentes países sobre a circulação de notícias através deste tipo de impresso. Todas as vezes que citarmos uma ata da Siers, dessa forma, ela está disponível neste link e pode ser acessada livremente. Ver em: <http://www.siers.es/publicacion/acta/listar.htm> acesso: 21-set-2018.

[60] ETTINGHAUSEN, Henry. Relaciones Internacionales: las relaciones de sucesos, un fenómeno paneuropeo. In: GARCÍA LÓPEZ, Jorge. BOADAS, Sònia (eds.) *Las relaciones de sucesos en los cambios políticos y sociales de la Europa Moderna*. Sociedad Internacional para el Estudios de las Relaciones de Sucesos. Universitat Autònoma de Barcelona; Servei de Publicacions: Bellaterra, 2015. p. 17.

relacionado ao fato que seria apresentado – como uma espécie de resumo –, o historiador explica que no início do XVI já começavam a ser usados nomes genéricos como *Tractado*, *Discurso* e *Descripción*; o termo *Nueva* teria sido utilizado pela primeira vez em 1536. A origem epistolar desses papéis também ficava evidenciada em seus títulos, onde era possível ler já naquele período "cópia da carta" e "traslado da carta", termos que, como vimos, continuaram a ser utilizados no século seguinte. *Aviso* teria começado a circular na Espanha trazido da tradução italiana *avvisi,* ainda no final do século XVI. Por fim, o termo *relação* e suas variáveis datariam ainda do início do século XVI, chegando ao século seguinte acompanhados, como *relación verdadera*, *relación cierta*, *relación muy verdadera*, etc. Certamente não poderíamos realizar em uma pesquisa de doutorado uma análise que abarcasse grandes territórios, mas entendemos que tratar dos papéis de notícias impressos em duas cidades anos antes sob o domínio da mesma Coroa contribuiria para uma discussão mais ampla do tema [61].

Em nossa pesquisa, todos os papéis de poucas folhas que traziam notícias da guerra da Restauração foram agrupados sob o termo de relação de sucesso, mesmo que seus títulos fossem os mais variados: treslado da carta, cópia da carta, relação verdadeira e até o cartel de desafio "escrito" por Dom Quixote. A definição de todos eles, ainda que seus títulos variassem, é a mesma: a descrição de uma única notícia, impressa in fólio ou in cuarto, de quatro ou oito folhas, muitas vezes em primeira pessoa. A historiadora Ana Paula Torres Megiani explica que relações de sucesso são "textos ocasionais, sem periodicidade regular, nos quais são relatados acontecimentos com o objetivo de informar, entreter e comover o receptor sobre 'coisas que têm sucedido" [62]. Em sua maioria apresentavam, assim, uma capa com o título, o nome da oficina impressora, a cidade e o ano de impressão. Algumas vezes continham xilogravuras que chamassem a atenção do público leitor, ainda que não tenhamos encontrado com frequência, tendo em vista a rapidez com que tinham que circular e o preço baixo que possuíam. Eram papéis

[61] Há ainda outra obra que reúne uma grande quantidade de pesquisadores de diferentes nacionalidades, denominada *News Networks in Early Modern Europe*. Neste trabalho podemos encontrar alguns capítulos escritos a muitas mãos, onde a situação de diferentes países é abordada de maneira conjunta. Para este tema, ver: ARBLASTER, Paul. BELO, André. ESPEJO, Carmen. *et al*. The Lexicons of Early Modern News. In: RAYMOND, Joad. MOXHAM, Noah (ed.) *News Networks in Early Modern Europe*. Brill: Leiden; Boston, 2016.

[62] MEGIANI, Ana Paula Torres. Contar coisas de todas as partes do mundo: as *Relaciones de Sucesos* e a circulação de notícias escritas no período filipino. In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. SILVA, Gian Carlo de Melo. RIBEIRO, Marília de Azambuja (orgs.) *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 473.

impressos na medida em que a oportunidade permitisse, marcados pela chegada de notícias às cidades em que as oficinas impressoras se localizavam.

Foi a partir do seminário organizado por Carmen Espejo e Roger Chartier que Henry Ettinghausen afirma ter passado a pensar na problemática envolvendo o que ele chama de prensa pré-periódica e o Barroco. O seminário mencionado pelo historiador deu origem ao livro chamado *La aparición del periodismo en Europa: comunicación y propaganda en el Barroco*, obra fundamental por contar com diferentes autores discorrendo sobre a circulação das notícias naquele continente [63]. Enquanto neste livro o enfoque de Ettinghausen é apresentar as relações de sucesso que fazem parte do que ele chama de *prensa amarilla* – ou seja, os impressos de notícias fantásticas e curiosas – nas atas da Siers de 2013 ele afirma reconhecer que o auge das relações de sucesso coincide com o período entendido como Barroco pela historiografia [64], concluindo que eram elas que estavam mais em sintonia com o que costuma se entender por aquele período:

> Ahí están sus titulares y su tipografía, destinados a llamar la atención del eventual comprador; sus grabados, que muchas veces excitan la curiosidad y dan indicios del tipo de contenido del reportaje; su tendencia – sobre todo en las relaciones redactadas en verso –, a manipular claramente los sentimientos de sus lectores u oidores; el tono frecuentemente sermonístico con el que inculcan conclusiones patrióticas y cristianas, etc [65].

Essas relações que trazem notícias "populares" seriam, assim, características do período conhecido por barroco, por sua estética e temática. Outro grupo de relações de sucesso é o das que dão conta das ações do governo, tanto do âmbito bélico como do diplomático, discorrendo sobre as frentes armadas, os encontros e movimentações dos exércitos e também sobre o envio de embaixadores e acordos firmados entre os reinos europeus. É esse segundo conjunto de documentos o tema deste trabalho e com o qual viemos tratando, impressos de notícias que informam aos leitores sobre os acontecimentos

---

[63] O livro, com o qual trabalhamos frequentemente em nossa discussão, é: CHARTIER, Roger. ESPEJO, Carmen (eds.) *La aparición del periodismo en Europa*: Comunicación y propaganda en el Barroco. Marcial Pons: Madrid, 2012.

[64] ETTINGHAUSEN, Henry. La prensa preperiódica española y el Barroco. In: CÁTEDRA GARCÍA, Pedro M. (dir.) *Géneros Editoriales y Relaciones de Sucesos en la Edad Moderna*. Sociedad Internacional para el Estudio de las Relaciones de Sucesos. Seminario de Estudios Medievales y Renacentistas: Salamanca, 2013.

[65] *Ibidem*. p. 100. "Ali estão seus títulos e sua tipografia, destinados a chamar a atenção do eventual comprador; suas gravuras, que muitas vezes incitavam à curiosidade e dão indícios do tipo de conteúdo da reportagem; sua tendência – sobretudo nas relações escritas em verso – a manipular claramente os sentimentos de seus leitores ou ouvinte; o tom frequentemente de sermão com o que inculcam conclusões patrióticas e cristãs, etc". Tradução nossa.

envolvendo a Monarquia Hispânica e Portugal relacionados à guerra da Restauração. Para discorrermos sobre as notícias durante o período da guerra, assim, não podíamos deixar as relações de fora de nossa análise; o que iremos demonstrar aqui é que o termo abarca outros significados e é utilizado de diferentes maneiras naqueles tempos.

Apesar das relações de sucesso impressas em Madrid terem sempre o mesmo formato – in folio, 4 folhas – o material encontrado em Lisboa foi mais variado. Em primeiro lugar, a grande maioria de relações que encontramos foi in cuarto, um tamanho menor que pode se dever, como já tratamos, à uma busca por economia. Em segundo lugar, encontramos relações que ultrapassavam sobremaneira as 4 folhas impressas, no que percebemos tratar-se de uma diferença ao conceber o que era uma relação: é muito comum, por exemplo, no decorrer do *Mercurio Portuguez* encontrarmos este periódico denominado como relação. Podemos citar diferentes passagens: "a conferencia sobre as pazes de que se deu conta na *Relação* do mez de Feuereiro passado, se dilatou (...)" (mar/63; f.4 itálico nosso); ou "Quãdo se imprimio a *Relação* de Março passado, não tinha chegado auiso do successo q' em 29 daquelle mez ouue no Minho" (abr/64; f.1 itálico nosso). Havia, assim, o entendimento de que um *Mercurio* seria uma *relação* dos acontecimentos, sendo o termo utilizado com frequência como sinônimo. Porém, ainda que haja *Mercurios* com muitas páginas – encontramos desde *Mercurios* com apenas 4 páginas porque teria havido pouco movimento bélico no período até mais de 30 páginas que descrevem, como vimos, a chegada da nova rainha no ano de 1666 a Lisboa – percebemos uma divisão de "funções" nos impressos de notícias portugueses. Mesmo que nem sempre a brevidade tenha sido respeitada por Antonio de Sousa de Macedo já que, como dissemos, há *Mercurios* que trazem longas descrições de festas e batalhas, o autor argumenta que seriam as relações e não o *Mercurio* o local adequado para pormenores, como quando afirma que "*da disposição, & particularidades da batalha se imprimo relação*, que escuza repetir o que já está dito" ou que "Dom João de Austria na maior fúria da batalha, encontrando-se com o Conde da Torre (a que logo virou as costas, sem ser conhecido, *como mais largamente se deue referir em relação mais copiosa*, que se fará desta batalha)" (jun/63; f.3v e f.5 itálicos nossos). Um acontecimento específico pode ajudar-nos na compreensão da utilização dos termos.

No ano de 1665 ocorreu a famosa batalha de Montes Claros, na qual o Marquês de Caracena, enviado de Felipe IV para comandar o exército castelhano, foi derrotado pelos soldados portugueses. Essa vitória teve grande significado para a Coroa de

Bragança e foi comemorada também nos papéis de notícias. O *Mercurio Portuguez* começa a tratar deste acontecimento ainda no mês de maio, onde conclui que

> a 25 & 26 deste [mês de maio] sahio o Marquez de Caracena de Badajoz, cõ o exercito; foise alojar entre Xeuora, & Botoua, terra de Castella, duas para tres legoas de Badajoz, com a cara para a parte de Arronches. Ali está parado até o dia em q' se imprime esta relação, q' he em 2 de Junho (mai/65 f.3v).

Mas é obviamente no mês de junho em que traz todas as notícias a respeito de Montes Claros, circulando no mesmo período uma relação de sucesso de mais de 50 páginas e um *Mercurio Portuguez Extraordinario* trazendo as primeiras informações da tomada de duas cidades fronteiriças após a batalha. A função do *Mercurio Extraordinario* é trazer uma informação importante que não pode esperar até o fim do mês para ser publicada, como no ano de 1664 em que também foi publicado e explica que "o Mercurio ordinário refirirá no fim deste mês as mais particularidades, de que ainda não chegou notícia" (Extraordinario de julho/64; f.1). Nesse caso, tratava-se de uma carta do governador Pedro Jaques Magalhães ao rei, publicada aparentemente de maneira integral e em primeira pessoa, sobre a tomada da cidade de Castelo Rodrigo [66]. No ano de 1665

MERCVRIO
PORTVGVEZ,
EXTRAORDINARIO.
DE COMO FVERON ASSOLADAS
la Plaça de Sarça, y la villa de Ferrera en Castilla
por las Armas Portuguesas, gouernadas por
Alfonso Furtado de Castro Rio
y Mendoça.
Refierelo en Castellano para los que no
quieren entender otra lengua.
LISBOA.
Con las licencias necessarias.
En la Officina de Henrique Valente de Oliuera,
Impressor delRey Nuestro Señor,
Año de 1665.

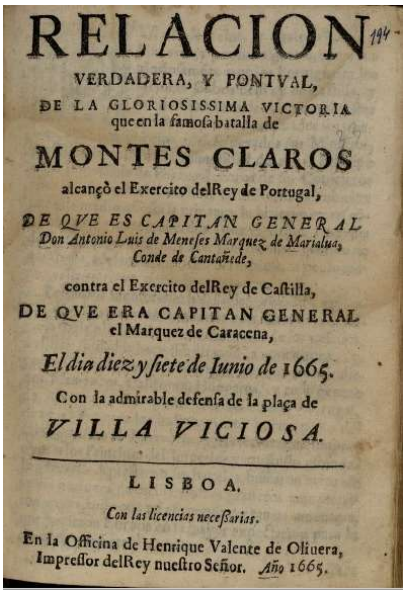

RELACION
VERDADERA, Y PONTVAL,
DE LA GLORIOSISSIMA VICTORIA
que en la famosa batalla de
MONTES CLAROS
alcançò el Exercito delRey de Portugal,
DE QVE ES CAPITAN GENERAL
Don Antonio Luis de Meneses Marquez de Marialua,
Conde de Cantañede,
contra el Exercito delRey de Castilla,
DE QVE ERA CAPITAN GENERAL
el Marquez de Caracena,
El dia diez y siete de Iunio de 1665.
Con la admirable defensa de la plaça de
VILLA VICIOSA.
LISBOA.
Con las licencias necessarias.
En la Officina de Henrique Valente de Oliuera,
Impressor delRey nuestro Señor. Año 1665.

Figura 4.5 Mercurio Portuguez Extraordinario de 1665; Relacion verdadeira y pontval, de la gloriosíssima victoria que en la famosa batalla de Montes Claros alcançò el Exercito delRey de Portugal... os dois documentos estão digitalizados com o Mercurio Portuguez e abrem o ano de 1665.

[66] Esta carta foi enviada diretamente a Dom Afonso VI e entregue pelo filho do governador, Henrique Jaques Magalhães. Pelo documento, seu pai não tem nenhum pudor em pedir diretamente ao rei mercês para o filho que levava a carta, de quem escreve que "V. Mag. foi seruido honrar com o posto de Capitão de infanteria, que ainda que nos seus poucos annos não assente bem o titulo de Embaixador, a assistência que fez neste felice dia o faz capaz da narração delle; & da grandeza de V. Mag. espero as demonstrações que se deuê a semelhante vitoria". As cartas pedindo mercês são bastante comuns para o período e fonte de renda e honraria para as famílias; um pedido de mercê tão incisivo ser publicado, por outro lado, não é tão frequente, ainda que tenhamos encontrado outros casos. Os dois *Mercurios Extraordinarios* citados são os únicos em todos os anos de circulação do periódico.

importava informar através do *Mercurio Extraordinário* a tomada de duas cidades após a batalha de Montes Claros, enaltecendo ainda mais as vitórias daquele momento.

O que podemos notar nas capas dos dois documentos anteriores (Figura 4.5) é que ambos são escritos em castelhano, algo comum naquele período entre os letrados portugueses devido à proximidade dos dois reinos e ao intercâmbio cultural com o predomínio castelhano sobre Portugal. No *Mercurio Extraordinario* podemos ler logo em sua capa que "refierese en castellano para los que no quieren entender outra lengua" ou seja, caso alguém diga que não pode ler em português, o secretário de Estado já escreveria logo na língua do inimigo. Em outra obra sua, porém, Antonio de Sousa de Macedo também se explicaria quanto à escolha do idioma, escrevendo em seu *Flores de España, Excelencias de Portugal*, que "perdonaa, si dexada la excelente lengha Portuguesa, escribo en la Castellana, porque como mi intento es pregonaros por el mundo todo, he usado desta por mas universal, y porque también los portugueses saben estas excelencias, y assi para ellos no es menester escriuirlas" [67]. Macedo usa o castelhano, assim, para que seus escritos se espalhem de maneira "universal", e tem ciência de que o espanhol é mais difundido do que o português pelo continente europeu. A justificativa da utilização do castelhano é semelhante ainda em outro papel, denominado *Marte Portugves contra Emvlaciones castellanas o ivstificaciones de las armas delRey de Portugal contra Castilla,* onde podemos ler que "se postra Marte Portugues en trage de Castellano, no cõ animo de trânsfuga, mas de pedir licencia a V.A. paraque disfraçado, pueda entrar por Castilla" [68]. O disfarce de Marte seria um traje castelhano, para que pudesse entrar com ele em Castela. Ana Isabel Buescu explica que a presença do castelhano nos círculos letrados portugueses representa um dos sinais mais evidentes da proximidade cultural dos dois reinos peninsulares, realidade também presente em outras camadas sociais, especificamente urbanas. A autora explica ainda que

> a vitalidade da presença do castelhano não se esgota, no entanto, nos círculos da cultura erudita que têm na corte o seu polo irradiador, tornando-se sensível em outros níveis da sociedade. A literatura de cordel e os romances, as canções e os provérbios castelhanos circulavam nas ruas de Lisboa, e a sua presença

[67] MACEDO, Antonio de Sousa de. *Flores de España, Excelencias de Portugal*. Officina de Antonio Simoens Ferreyra: Coimbra, 1737. "Me perdoe se deixo a excelente língua portuguesa, escrevo na castelhana porque como meu intento é pregar pelo mundo todo, usei desta por mais universal, e porque também os portugueses sabem essas excelências, e assim para eles não é necessário escreve-la" (tradução nossa)

[68] ARAUJO, João Salgado. *Marte Portugves contra Emvlaciones castellanas o ivstificaciones de las armas delRey de Portugal contra Castilla*. Traduzido do português para o castelhano. 1642. Impressor: Lourenço de Anvers. f..IVv.

> nas vivências de um quotidiano urbano refletem-se mesmo na produção literária de autores como Gil Vicente, Chiado e António Prestes [69].

A opção pelo castelhano não se devia, contudo, como deixou claro Macedo, apenas a um bilinguismo cultural advindo da proximidade peninsular. Buescu afirma que escrever em castelhano era uma opção mesmo a quem estava a favor da Restauração, como o editor do *Mercurio*, possuindo como objetivo uma difusão mais ampla de seus escritos, que ultrapasse a (nova) fronteira política. Vanda Anastácio argumenta ainda que houve uma mudança no valor da língua castelhana em Portugal, já que anteriormente ela era vista como indicativo da elite e após a aclamação de Dom João IV, tornou-se a linguagem do opressor [70].

O conteúdo desses documentos é bastante semelhante ao teor que sempre prevalece no *Mercurio* ordinário, demonstrando assim, que o Extraordinário era para a divulgação de notícias em caráter de urgência – sempre positivas, já que a tomada de Évora no ano de 1663 foi gravíssima para o reino mas não houve um *Mercurio* para publicá-la – e a relação de sucesso utilizada para pormenorizar os feitos do exército e seus comandantes, enumerando os nomes dos principais envolvidos. *Relação*, no caso português, dá nome assim tanto ao papel efêmero de quatro a oito páginas contendo apenas uma notícia, utilização comum ao restante do continente, como a grandes relatos detalhados de acontecimentos considerados importantes.

Esperamos ter conseguido esclarecer o que significava o termo *relação* no século XVII, utilizado em todo o continente europeu e traduzido para diferentes idiomas, ressaltando seu uso em Portugal para as longas descrições de acontecimentos. Os pormenores, assim, não deveriam constar nos periódicos de notícias, sendo estes últimos preferidos para discorrer brevemente sobre diferentes acontecimentos locais e estrangeiros. No *Mercurio* de junho de 1665, assim, depois de serem publicados o *Mercurio Extraordinário* e a relação de mais de cinquenta páginas sobre a batalha de Montes Claros, Macedo explica que

> em Relações particulares, *por se deuer especialidade a acçoens tão ilustres*, se contarão já os sucessos principaes deste mez de Junho na defensa de Villa

[69] BUESCU, Ana Isabel. 'Y la Hespañola es fácil para todos'. O bilingüismo, fenómeno estrutural (séculos XVI-XVIII). In: ___ *Memória e Poder*. Ensaios de história cultural (séculos XV-XVIII). Lisboa. Edições Cosmos, 2000. p. 55.

[70] Cf. ANASTÁCIO, Vanda. Fragmenting Iberia. Images of astile in Seventeenth-Century Portuguese Pamphlets. In: *Portuguese Studies*. Vol. 25, 2009. p. 205.

> Viçosa, victoria de Mõtes Claros, & assolação de Sarça & Ferreira. Com tudo, por não se faltar ao fio desta narração ordinária, se repetirá o mesmo; porém só na substancia (jun/65; f.1 itálico nosso)

As relações são produzidas, assim, porque "se deve especialidade à ações tão ilustres". O *Mercurio* deveria, por outro lado, manter o "fio da narração ordinária" e, portanto, trazer as notícias já tratadas em outros papéis, ainda que "só na substância".

Agora que esclarecemos a definição de *relação de sucesso* baseada também em sua contraposição aos periódicos, convém discorrer sobre a origem dos termos Mercurio e Gazeta, o primeiro utilizado em Lisboa e o segundo encontrado nas duas cidades. A palavra *gazeta*, tanto para Portugal como para a atual Espanha teria sua origem na *gazette* francesa, que por sua vez teria copiado o termo *gazzetta* italiano. A palavra remeteria à uma moeda veneziana que teria circulado no século XVI e cujo nome teria passado a denominar o papel de notícias de mesmo valor, ainda que hoje em dia haja outras possíveis explicações etimológicas [71]. Já o termo Mercúrio seria originário dos primeiros periódicos impressos de notícias, cujo título se refere ao deus romano de mesmo nome, mensageiro dos deuses. Esses são os títulos dos periódicos encontrados para o período de nosso estudo.

A definição do termo periódico esbarra em diversas questões, sobretudo porque quando pensamos sobre ele, a ideia de periodismo atual permeia nossa análise. Diversos autores discorrem sobre como definir este termo, como o professor Joad Raymond, que enumera alguns critérios essenciais: i) a periodicidade regular; ii) a serialidade (ou seja, diferentes tiragens que apareçam separadamente, onde cada uma pretenda continuar a anterior); iii) numeração; iv) a continuidade na aparência física e no título; v) a heterogeneidade das notícias; vi) o conteúdo em tópicos; vii) publicação (ou seja, acessível ao público) [72]. O autor explica, porém, que "el grado hasta el que insistamos en el cumplimiento de estos criterios determina la cronologia que marquemos para la aparición del periódico, y a qué países y regiones otorguemos razones para esgrimir su

[71] Cf. ARBLASTER, Paul. BELO, André. ESPEJO, Carmen. *et al*. *Op Cit*. p. 68. Para uma abordagem exclusiva sobre a origem italiana do termo *gazeta*, ver no mesmo livro: INFELISE, Mario. The History of a word: Gazzetta/Gazette.

[72] RAYMOND, Joad. El rostro europeo del periodismo inglês. In: CHARTIER, Roger. ESPEJO, Carmen. *La aparición del periodismo en Europa*… p. 178. (tradução nossa).

preeminencia en el asunto" [73] – e não podemos esquecer que essa preeminência muitas vezes implica em certo orgulho nacional. Seria muito difícil, assim, encontrar todos esses critérios num mesmo periódico no século XVII, ora porque muitas vezes modificam seu título com o passar das tiragens, ora porque muitos deles não são numerados ou são sim baseados em apenas um assunto específico. Mesmo a própria ideia de periodicidade deve ser relativizada quando pensamos na Época Moderna.

Dessa maneira, concordamos com Carmen Espejo e Francisco Baena quando estes autores discorrem sobre os problemas de se pensar os periódicos do século XVII comparando-os com o jornalismo atual. Eles afirmam, assim, que falta ainda uma teoria da História do primeiro periodismo Europeu, sempre analisado em relação ao surgimento da Modernidade e, portanto, buscando resquícios do mundo contemporâneo – e dos periódicos atuais – nas análises do passado. O anacronismo, dessa maneira, seria analisar esses periódicos do século XVII procurando características do periodismo atual, como a própria periodicidade da maneira que a conhecemos hoje. Para os autores:

> La lectura en clave de 'modernización' que hasta ahora resulta dominante en el campo, conceptualiza la periodización con los mismos rasgos con los que se manifiesta en el periodismo contemporáneo: emisión de un producto informativo, reconocible a través de una cabecera permanente, con regularidad periódica exacta (…). Pero la periodicidad de la información fue percibida por los contemporáneos de los primeros periódicos europeos de acuerdo con otros rasgos y criterios [74].

Indo de encontro à ideia de que o documento periódico era definido justamente por sua periodicidade e permanência do mesmo título, estes historiadores argumentam que o que compreendemos por periodicidade nos dias atuais não é o mesmo que as pessoas do século XVII entendiam, cabendo aos historiadores atuais relativizar essa ideia e reconhecer que a publicação periódica se ajustava, naquele período, à vida daquela população. Espejo e Baena explicam, assim, que estes impressores "dotaram seus

---

[73] *Idem*. "o tanto em que insistimos no cumprimento destes critérios determina a cronologia que marcamos para a aparição do periódico, e a que países e regiões outorgaremos razões para identificar sua preeminência no assunto". (Tradução nossa).

[74] "A leitura na chave da 'modernização' que até agora é dominante no campo, conceitualiza a periodização com os mesmos traços com que se manifesta o periodismo contemporâneo: emissão de um produto informativo, reconhecível através de um cabeçalho permanente, com regularidade periódica exata (...) Mas a periodicidade da informação foi percebida pelos contemporâneos dos primeiros periódicos europeus de acordo com outros traços e critérios". (Tradução nossa). ESPEJO, Carmen, BAENA, Francisco. Los Orígenes del periodismo en España: una revisión metodológica. In: GARCÍA LOPEZ, Jorge. BOADAS, Sònia. *Las relaciones de sucesos en los cambios políticos y sociales de la Europa Moderna.* Bellaterra: Universidad Autònoma de Barcelona, 2015. p. 31-2.

produtos informativos de periodicidade não tanto no sentido restritivo de uma regularidade temporal, mas em um sentido mais frouxo de ir ajustando pouco a pouco o ritmo de produção das notícias ao ritmo vital dos seus leitores" [75]. Tratando das primeiras gazetas europeias, os autores afirmam que se formos analisá-las partindo de um esquema fixo de publicação dentro de um intervalo concreto de tempo, muitas delas teriam sua periodicidade colocada em dúvida. Para os contemporâneos dessas gazetas, assim, a periodicidade não seria considerada um critério indispensável para que um impresso fosse entendido como informação seriada.

Para definir o termo *periódico*, trabalharemos com as ideias propostas por Espejo e Baena, cujos critérios são mais simples e menos rígidos do que os propostos por Joad Raymond: i) normatização do impresso (como um cabeçalho reconhecido por seus contemporâneos como parte de uma sequência); ii) internacionalização das notícias, variadas e obtidas de maneira "oficial", como através de outros papéis de notícias, e não um formato de carta enviada a um particular [76]; acrescentaríamos aqui uma terceira necessidade: iii) uma *intenção* periódica, que encontramos por exemplo na *Gazeta "da Restauração"* e no *Mercurio Portuguez*, nos quais quem escreve a notícia afirma que haverá outra publicação no mês seguinte ou retoma uma publicação passada – o mesmo que propõe Raymond chamando de serialidade. É o que podemos demonstrar na *Gazeta "da Restauração"* ao nos depararmos com diversas menções no decorrer de sua primeira fase que remetem a outros números da publicação, interligando-os, como a notícia abaixo, vinda de São Tomé e publicada na Gazeta de dezembro de 1641: "O governador Manoel Quaresma Carneiro (como soldado velho, & de tanta experiêcia) despejou logo a cidade de toda a gente inhabil para a guerra, entrincheirou-se; repartio a infantaria; preparou a fortaleza de tudo o q' lhe era necessário, & esperou co' grande valor" (Gazeta, dez/1641, f. 4v). Dois meses depois, porém, a própria Gazeta se explicava ao final da última página, após o encerramento da publicação que "No q' se diz na gazeta de deze'bro acerca de S. Thome se advirta, q' o governador Manoel Quaresma Carneiro era jà morto" (Gazeta, fev/1642, f. 6v). Vemos assim, tratar-se da mesma Gazeta, cujos editores mantém a forma da escrita e a sequência das notícias no decorrer das publicações. A ideia de uma

[75] ESPEJO, Carmen, BAENA, Francisco. Los Orígenes del periodismo en España… p. 33 (tradução nossa).
[76] ESPEJO, Carmen. BAENA, Francisco. Los orígenes del periodismo en España: una revisión metodológica. In: GARCÍA LÓPEZ, Jorge. BOADAS, Sònia. (eds.) *Las relaciones de sucesos en los cambios políticos y sociales de la Europa Moderna*. Siers. Universitat Autònoma de Barcelona; Servei de Publicacions: Bellaterra, 2015. p. 29-40.

publicação periódica também era clara na publicação do mês seguinte, em que se lê, também após o encerramento da publicação que

> No mesmo ponto em q' se acabou de imprimir este papel, veio da Ilha Terceira Jorge de Mesquita, & trouxe aviso de q' a fortaleza se avia re'dido & estava já por elRey Nosso Senhor. Por ser nova de grade alegria para este Reyno se poz nesta Gazeta, não obstante que *pertence á do mes de Abril* (Gazeta, mar/1642, f. 6v itálico nosso).

Assim, a notícia continuou na Gazeta seguinte, explicando de maneira mais detalhada que "a Nova da Ilha Terceira, de que se fala por mayor na Gazeta do mes de Março, veyo aos oito do mes de Abril no navio Dourado. Foy de grande alegria para todo este povo" (Gazeta da Restauração, abr/1642, f. 1v). Mesmo em sua segunda fase, no ano de 1645, encontramos trecho que demonstra a ligação entre as publicações e o entendimento de seus editores de que era a mesma Gazeta que se publicava todos os meses: "os francezes em Catalunha depois da Praça de Agramõt, de q' se fez mençaõ na *Gazeta passada*, tomaraõ tãbém a cidade e o castello de Camaras (...)" (Gazeta da Restauração, jul/1645, f.2 itálico nosso). A *Gazeta Nueva* impressa em Madrid também traz a mesma ideia: quando lemos acerca da tentativa de assassinato da família real inglesa, o escritor deste periódico afirma que "descubrio la conjuracion referida en la Relacion del Numero II" (Gazeta Nueva III, mar/61; f.1). Percebemos não só o entendimento de que uma gazeta *é* uma relação, na medida em que relata os acontecimentos, mas que aquele papel estava inserido numa sequência que se complementa e se relaciona. Vemos assim que a ideia sequencial, típica de uma publicação periódica, está presente nestas Gazetas, que durante anos mantém sua impressão nas mesmas oficinas, mudando poucas vezes de impressor no caso lusitano. Entendemos ainda que a sequência do estilo, bem como do formato e das notícias demonstram a intenção de periodicidade. Assim, se compararmos a *Gazeta "da Restauração"* com o *Mercúrio Portuguez* – publicado a partir do ano de 1663 – é possível ver uma grande mudança, o que explicaria a afirmação de João Luis Lisboa de que ainda não existia em 1641 uma periodicidade [77]. Os elementos apontados acima, contudo, demonstram que efetivamente a *Gazeta "da Restauração"* possuía a intenção de periodicidade, trazida pela ligação entre suas notícias e correções de informações publicadas em números anteriores.

[77] LISBOA, João Luís. Introdução. In: _____. (coord.) Gazetas. A informação política nos finais do Antigo Regime. *Cadernos de Cultura 4*. Suplemento da Revista Cultura, 2002. p. 9 Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/chc/pdfs/Cadernos4.pdf> Acesso em: 18 abr. 2016.

No *Mercurio Portuguez* a periodicidade é ainda mais clara, tendo em vista que esta publicação foi impressa mensal e ininterruptamente por quatro anos e meio. Sempre manteve o mesmo título, durante quatro anos o mesmo escritor, trocando poucas vezes de oficina impressora e possuindo as mesmas intenções periódicas que citamos acerca da Gazeta. Podemos identificar ainda uma permanência marcada anualmente no *Mercurio*, os prognósticos que abrem todos os anos e aparentemente, segundo o autor, eram esperados pelos leitores. Macedo explica, porém, que

> Não o faz por estrelas, sobre que dominão as disposições humanas; mas pellos antecedentes de que ordinariamente rezultão as consequêcias. Para estes ajamos por repetidas as consideraçoens que propusemos naquele pronostico; & além dellas combinemos o estado notório de hua, & outra Coroa (Mercurio Portuguez, jan/65; f.1)

Ainda que Macedo faça essa interessante distinção entre um prognóstico baseado na astrologia e outro pelos *antecedentes*, ou seja, pelo conhecimento que ele carrega a respeito daquela guerra, convém esclarecer que a magia e a astrologia eram consideradas naquele período "perfeitamente racionais e [corpos teóricos] legítimos na construção do saber sobre a natureza" [78]. O secretário de Estado entende, porém, que as disposições humanas interfeririam na interpretação das estrelas, o que não ocorreria se seu prognóstico fosse baseado combinando os antecedentes da guerra com a estado em que se encontrava cada Coroa. Eduardo d' Oliveira França afirma que tanto o padre Antônio Vieira como o próprio Macedo se decepcionariam com a astrologia cedo ou tarde, utilizando um trecho da obra *Eva e Ave* do segundo autor, publicada mais de uma década depois, para esclarecer seu pensamento sobre a astrologia. Nela ele escreveu "quantum astronomi metiuntur tantum astrologi mentiuntur", ou seja, "os astrólogos mentem na mesma medida em que os astrônomos calculam" [79]. Assim, esses prognósticos não serão baseados nos astros, mas no conhecimento bélico do secretário.

Os prognósticos apareceram em todos os meses de janeiro a partir de 1664 (já que em janeiro de 1663 Macedo se dedicou a descrever o cotidiano de governo de D. Afonso VI) e recorriam de fato aos acontecimentos do ano anterior para "prever" o que

---

[78] CAROLINO, Luís Miguel. *Ciência, Astrologia e sociedade*. A teoria da influência celeste em Portugal (1593-1755). Porto: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003. p. 39.

[79] MACEDO, Antonio de Sousa de. *Eva, e ave ou Maria triumphante theatro da Erudiçam, e da filosofia christam...* Impressor: Antonio Craesbeeck de Mello, 1676. *Apud*: FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. Hucitec: São Paulo, 1997. p. 237. Ainda que não tenhamos tido acesso à esta obra, ela se encontra na sessão de reservados da BNP em [BNP RES 1052A; RES 1053A].

ocorreria no ano vindouro. Em janeiro de 1666, Macedo assume que aquele prognóstico "lhe custou menos diligencia que nos outros annos; porque com poucas horas de estudo achou demonstraçoens que parecem infalliueis" (jan/66; f.1v). É a partir do estudo, assim, que o autor do Mercurio constrói suas previsões, e naquele ano de 1666 ele já teria percebido a fraqueza castelhana para continuar a guerra, chamando de *astrologia de Estado* as previsões que realiza a respeito dos comportamentos da Coroa inimiga. E conclui: "saber de certo o successo he contingente, reservado à sabeduria diuina. O em que Mercurio se afirma, & empenha seu credito he, que nesta duuida formará Portugal hum bisarro exercito para a campanha seguinte com mayores designios q' todos passados" (jan/66; f. 2v). Como era de se esperar, as previsões relativas ao exército português não são divulgadas no periódico, já que Macedo afirma que "do que o nosso exercito há de intentar tem Mercurio grandes sinaes, & quase demonstraçoens. Porém Marte (a quem elle obedece como a senhor desta matéria) lhe manda que as não diga" (jun/65; f. 4v).

O único prognóstico que destoa é o publicado no ano de 1667, logo após o próprio Macedo se despedir da escrita do *Mercurio* em dezembro de 1666. Não se sabe até hoje quem foi o escritor destes últimos sete números, mas quem quer que seja não segue o mesmo tom proposto pelo secretário de Estado em todos esses anos. Chamando os prognósticos anteriores de *Almenak* – termo que não apareceu no *Mercurio* até ali – o novo autor dedica-se a dar notícias e previsões de países como França e Inglaterra, preocupação nunca antes demonstrada por Macedo, já que o *Mercurio* teria o intuito de trazer notícias apenas da guerra entre Portugal e Castela.

Os Almanaques astrológicos eram publicações anuais que traziam previsões para o ano em que eram impressos. Luís Miguel Carolino explica que

> sendo vendidas a baixos preços e conhecendo largas tiragens, através destas peças a teoria da influência celeste ganhava uma maior expressão social, tornando-se patrimônio cultural não apenas dos filósofos que a teorizavam, dos médicos que a aplicavam e dos messiânicos que a desejavam, mas também de todos aqueles que acompanhavam a publicação destas obras [80].

[80] *Op. Cit*. p. 199-200. O autor conclui: "Em suma, os almanaques astrológicos sendo publicações de pequenas dimensões, conteúdo determinado e distribuição anual, singularizavam-se não apenas pelos seus baixos preços e fácil localização nas cidades seiscentistas e setecentistas, mas também pela informação, diversão e, sobretudo, pela utilidade contida nas suas páginas. Estes fatores explicam o seu sucesso junto dos leitores e o continuado interesse por parte dos autores e, especialmente, dos editores dos séculos XVII e XVIII". p. 206.

Comparar os prognósticos elaborados por Macedo através da chamada por ele *astrologia de Estado,* que denotava estudos dos acontecimentos da guerra para propor suas previsões, com esses almanaques "populares", talvez demonstre certo desconhecimento ou desprezo do novo autor aos juízos elaborados pelo antigo secretário de Estado de Dom Afonso VI. Ainda que mude o autor e o estilo da escrita, porém, o prognóstico é mantido. O *Mercurio Portuguez* é, assim, um exemplo perfeito de um papel periódico impresso de notícias no século XVII.

Um pouco antes do início da circulação do *Mercurio* – e que inclusive talvez tenha incentivado sua produção – foi publicada por dois anos em Madrid a *Gazeta Nueva*, um periódico de notícias escrito por Fabro Bremundán, secretário de Don Juan José de Austria, filho bastardo de Dom Felipe IV. Essa gazeta é considerada pela historiografia como o primeiro periódico espanhol, apesar de Carmen Espejo e Francisco Baena terem identificado décadas antes um periódico de notícias em Valência. Para os autores, se buscamos no passado a ideia de periodicidade dos dias de hoje, deixamos escapar documentos que certamente eram entendidos pelos leitores coevos como uma "informação seriada de atualidade". Eles citam o exemplo da *Gazeta de Roma*, papel publicado em Valência no ano de 1619 escrito provavelmente por alguém que residia em Roma e recolhia informações internacionais que chegavam àquela cidade. Os autores argumentam que a busca por uma série que mantivesse a mesma capa e título idênticos durante todo o tempo de publicação fez com que a historiografia não reconhecesse a *Gazeta de Roma* como um periódico, ainda que haja atualmente nos arquivos várias publicações semelhantes que abarcam dois anos de impressão em Valência [81]. Dito isso, ressaltamos a importância de separar o que compreendemos por periodicidade nos dias de hoje do que o que aquela sociedade entendia. A *Gazeta Nueva* será, assim, o terceiro periódico com o qual trabalharemos em nossa análise, ainda que pretendamos não nomeá-la como o primeiro periódico espanhol.

[81] ESPEJO, Carmen. BAENA, Francisco. Los orígenes del periodismo en España: una revisión metodológica. In: GARCÍA LÓPEZ, Jorge. BOADAS, Sònia. (eds.) *Las relaciones de sucesos en los cambios políticos y sociales de la Europa Moderna*. Siers. Universitat Autònoma de Barcelona; Servei de Publicacions: Bellaterra, 2015.

Nesta parte nos preocupamos em discutir e esclarecer algumas questões a respeito da Cultura Escrita e de como a questão material e anterior ao impresso tem de ser trazida à tona para uma melhor análise da produção de notícias no século XVII. Discutimos em primeiro lugar como era imprimir no período de nosso estudo, discorrendo sobre essa atividade através de um manual impresso no mesmo período. Além disso, elaboramos uma pequena biografia para tratar das pessoas por trás desse material, inseridas em suas famílias, buscando incentivos financeiros e sujeitos às leis que controlavam essa atividade. Vimos como a censura poderia interferir no documento que chega às nossas mãos no dia de hoje. Gazetas, Mercúrios e Relações de Sucesso eram passíveis da censura e poderiam ser questionadas ou pelo Santo Ofício, ou pela Coroa, cabendo aos impressores – elo mais fraco de uma corrente que privilegiava nobres e fidalgos – saber caminhar por entre estes obstáculos para atingir sua meta, que era o benefício financeiro. Havia, assim, um grupo de trabalhadores que dependia de seu ofício para sua sobrevivência e poderia ser impedido de exercê-lo caso burlasse alguma regra e fosse pego. Se em Portugal a palavra do Santo Ofício era definidora do que poderia ser publicado ou não, para Castela foi possível perceber que o Conselho dava a palavra mais importante, ainda que o impressor pudesse ser questionado pela Igreja depois do escrito ser publicado. Coroas e o Santo Ofício se esforçavam para manter tudo sob controle, em meio à guerra, à falta de recursos financeiros e aos problemas familiares ora entre irmãos, ora por falta de herdeiros.

Nosso intuito foi ainda analisar como as notícias eram compostas, discorrendo sobre a utilização de relações de sucesso e de periódicos para que fossem formados novos papéis de notícias contendo o resumo anual de determinada região, resumindo e atualizando os escritos conforme a necessidade do editor. Foi possível ver ainda como essas notícias circulavam através das fronteiras, enumerando as indicações de origem das novas publicadas nos periódicos e encontrando inclusive um manuscrito com a perfeita tradução do português para o castelhano, cujo intuito era certamente informar sobre o que era publicado pelo inimigo. Por fim, preparamos o caminho a ser percorrido na sequência deste trabalho e explicamos o que entendemos pelos termos utilizados até aqui: *periódicos* devem ser entendidos mais a partir do pensamento coevo e menos por uma série de ideias que vigoram da nossa percepção contemporânea; *relações de sucesso*, para os portugueses, também poderiam ser longas descrições dos acontecimentos, muitas vezes entendidas pelo escritor do *Mercurio Portuguez* como um suplemento à descrição do

periódico, que deveria manter a linha cronológica dos fatos e deixar para as relações os pormenores. Na terceira parte, discutiremos a ideia de opinião pública para a qual estes documentos certamente contribuíam e analisaremos de maneira mais detalhada as relações impressas nas duas cidades e os três periódicos de notícias publicados em Lisboa e Madrid.

Parte III PUBLICAR

Capítulo 5: Sobre a opinião pública e as relações de sucesso

Aqui jaze Torre y Puente
que dava passo al Tyranno
y aun bramido Castellano
postro su fuerça eminente [1].

Neste capítulo nosso intuito será abordar a questão da opinião pública que já existia no período, desde os boatos que circulavam pelas cidades, até locais de distribuição das notícias e pessoas específicas responsáveis pela atividade de venda das relações de sucesso. Pretendemos analisar a importância que aparecer em determinados impressos de notícias adquiriu no interior daquela sociedade, tendo em vista a necessidade de ser visto (ou lido) e de tornar públicas as ações e os méritos de oficiais que serviam a seus reis nas batalhas entre Portugal e a Monarquia Hispânica. A circulação de notícias discutida no capítulo anterior será demonstrada também através da publicação em Madrid de um material que discorria sobre as campanhas no Alentejo e sua resposta pouco tempo depois por um autor em Lisboa. Essa dinâmica será discutida devido não só à interessante desavença em si, mas também para demonstrar a inserção dos letrados na produção de escritos que tratavam diretamente das campanhas da guerra da Restauração.

Nesta terceira parte, por fim, entraremos especificamente na análise do conteúdo do material impresso de notícias diluído em nosso trabalho até agora. Nos voltaremos em primeiro lugar para as relações de sucesso e qual era o teor de suas notícias, principais assuntos abordados e algumas relações "seriadas" – mas não periódicas – que apareciam nas duas cidades para informar sobre os conflitos nas fronteiras. Apenas no último capítulo discorreremos sobre os três periódicos de notícias que foram impressos durante o período da guerra, não porque sejam de fato assuntos que devessem constar separados, mas sim porque entendemos que a divisão auxilia na compreensão da discussão.

[1] *Decimas q' o inimigo castelhano deixou fixdas na porta da ermida de São Brás q' esta junto a ponte de Olivença em 4 de Agosto de 1645 que arruinarão seis arcos della com hua torrezinha que estava em o meio della*. Manuscrito. s/a; s/l. A décima continua: "no la rendio nuestra gente/ que aspira a mais su valor/ solo la rendio el temor/ q' como servio a traidores/ entre sus mismos temores/ esta su dano mayor (...)". "aqui jaz torre e ponte/ que dava passo ao tirano/ e a um brado castelhano/ prostrou sua força eminente/ [continuando] não a rendeu nossa gente/ que aspira mais seu valor/ só a rendeu o temor/ que como serviu a traidores/ entre seus mesmos temores/ está seu maior dano" (tradução nossa).

5.1 A opinião pública e as notícias no século XVII

"*Quod privatum est, fit universorum*". É a partir de um trecho da definição do verbete *comunicar*, apresentada por Sebastián de Covarrubias em seu dicionário e resgatada por Roger Chartier, que iniciamos nossa discussão sobre a função dos materiais de notícias em tempos de guerra não só na Península, como em grande parte do continente europeu. A informação, conhecimento ou negócio que era particular, através do ato de comunicar, era agora partilhada com alguém, ou com todos [2]. E se a comunicação através do papel que corria distâncias era algo que remetia aos tempos antigos, tornar público utilizando as letras de molde atinge seu auge entre os séculos XVI e XVII, sobretudo através das relações de sucesso e periódicos que traziam notícias de todas as partes do mundo. *Publicação*, assim, tornou-se quase sinônimo de impressão, correspondendo à ação de tornar algo conhecido por todos, público e notório [3]. É bom lembrar, contudo, que em uma sociedade marcadamente analfabeta, ver e ouvir também seguiam sendo maneiras de publicar, ora um bando com questões de governo, ora um panfleto ou papel "inútil" [4]. Os panfletos analisados por António Castillo Gómez eram lidos em praças e "outros lugares públicos" como sapatarias e livrarias, locais para os quais gente simples

---

[2] CHARTIER, Roger. Introducción, Barroco y Comunicación. In: ____ ESPEJO, Carmen (eds.). *La aparición del periodismo en Europa*. Comunicación y propaganda en el Barroco. Marcial Pons: Madrid, 2012. p. 16; COVARRUBIAS HOROZCO, Sebastián. Tesoro de la lengua castellana o española. En Madrid por Luis Sanchez, 1611. f. 229v.

[3] Cf. BOUZA, Fernando. *Papeles y opinión*. Políticas de Publicación en el siglo de Oro. Consejo Superior de Investigaciones Científicas: Madrid, 2008.

[4] Sobre as leituras ditas inúteis, que são realizadas com o intuito apenas de fugir da realidade ou informar-se, mas sem o aprendizado que buscam os leitores eruditos, ver o livro recém lançado: CASTILLO GÓMEZ, António. *El placer de los libros inútiles y otras lecturas en los Siglos de Oro*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas: Madrid, 2018. Acesso livre após cadastro em: <http://libros.csic.es/product_info.php?products_id=1201&language=es> Acesso dia 05-jul-2018. Acerca da leitura dos bandos, o autor argumenta que "o ato de publicação, sobretudo em algumas circunstâncias, não podia ser produzido de qualquer maneira, mas estava revestido de certos gestos e condições, começando por realizar o pregão em voz alta, devagar e bem pronunciado. Estes requisitos influenciavam a favor da comunicação, obviamente, mas também no papel exercido pelo pregoneiro, que exercia a mediação entre o poder e a população". Após a leitura, o próximo passo era a colocação imediata do documento em locais públicos durante um período curto de tempo. No original "el acto de publicación, sobre todo en algunas circunstancias, no podía producirse de cualquier manera, sino que estaba revestido de ciertos gestos y condiciones, comenzando por efectuar el pregón en voz alta, despacio y bien pronunciado. Estos requisitos influían en favor de la comunicación, obviamente, pero también en el papel asignado al pregonero, que ejercía la mediación entre el poder y la población". p. 50-1. Sobre os ditos "papéis menores" o autor publicou ainda os seguintes trabalhos: CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Outros textos, outras leituras. Divagações Metodológicas em Torno de Efêmeros e Papéis Menores. Trad. Cláudio Giordano. In: *Livro*. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição. n. 6. Ateliê Editorial; Universidade de São Paulo: São Paulo, 2016. p. 351-364 (neste texto o autor aborda sobretudo as questões metodológicas referentes à Cultura Escrita e à História do Livro, e como os papéis efêmeros se encaixam – ou não – nestas categorias) CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Efímeros y menudencias. Otras lecturas en tempos de Carlos I. In: DÍEZ BORQUE, José María (dir.) *Bibliotecas y librerías en la España de Carlos V*. Biblioteca Litterae: Madrid, 2015. p. 125-157.

como ferreiros e carpinteiros se dirigiam para ouvir histórias e saber das novas. Em outro momento, panfletos poderiam ser pregados nas igrejas e jogados pelas ruas e praças para serem recolhidos pela população. A leitura pública se daria, assim, "no mesmo cenário onde outras vezes eram lidas cartas de avisos, relações de sucessos, editos e textos de ficção" [5]. O exército castelhano utilizava-se também de papéis pregados, dessa vez para demonstrar sua superioridade e informar à população da região de sua vantagem bélica, como a décima pregada na ponte destruída que abre este capítulo. O uso da escrita ultrapassava a comunicação e a informação sobre o que ocorria na guerra, podendo ser utilizada como arma também para intimidar a população que já sofria com o conflito.

Diferentes autores nos últimos anos vem discutindo a formação da opinião pública já no século XVII europeu. O livro *Guerre de Plumes*, da historiadora Héloïse Hermant, é frequentemente lembrado sobre o tema, onde a autora aborda a desavença ocorrida durante os anos de 1668 e 1677 entre Don Juan José de Áustria – filho bastardo de Felipe IV – e os validos da rainha após a morte do rei, explicitada através de centenas de panfletos e papéis publicados dos dois lados da contenda. Ela explica que as discussões envolvendo diferentes pessoas através da escrita já havia começado – como explicitamos em nosso trabalho – ainda na época da Restauração portuguesa e nos textos publicados neste período [6]. No mesmo sentido também encontramos os trabalhos de Michele Olivari, que entende a primeira metade do século XVII como um momento chave para o nascimento da opinião pública, época em que já encontrávamos um público

> preparado para valorar en voz alta, o silenciosamente, los hechos de los cuales se le informaba y, por tanto, propenso a convertirse en un juez colectivo al que las realidades político-sociales y los instrumentos de información nuevos empezaban a proporcionar la consistencia y la estabilidad que serían características de las opiniones públicas [7].

Os portos, ruas e praças se convertiam, assim, em locais nos quais pessoas de diferentes camadas sociais conversavam acerca do que ocorria no reino e fora dele, ainda mais num

---

[5] CASTILLO GÓMEZ, António. *El placer de los libros inútiles y otras lecturas en los Siglos de Oro*… p. 31.

[6] HERMANT, Héloïse. *Guerre de Plumes*. Publicité et cultures politiques dans l'Espagne du XVIIe siècle. Madrid: Casa de Velázquez, 2012.

[7] OLIVARI, Michele. *Avisos, pasquines y rumores*. Los comienzos de la opinión pública en la España del siglo XVII. Ediciones Cátedra: Madrid, 2014. p. 14. Tradução nossa: "preparado para avaliar, em voz alta ou silenciosamente, os fatos dos quais se informava e, portanto, propenso a converter-se num juiz coletivo para quem as realidades político-sociais e os novos instrumentos de informação começavam a proporcionar a consistência e estabilidade que seriam características da opinião pública".

período de guerras constantes e alianças que eram erguidas e desfeitas em seguida e que interessavam a todos, de comerciantes, a artesãos e nobres [8]. O espaço público já era utilizado para debates entre a população, lugar em que diferentes camadas sociais se encontravam não só para saber o que ocorria no reino e fora dele, mas também questionar, criticar e caçoar.

O "ocupar-se da política" que no século anterior era reservado às conversas e escritos de altos burocratas e letrados eram agora, de acordo com José Antonio Maravall, generalizados e de alcance ordinário: "as pessoas falam publicamente e, considerando-se com capacidade para tanto, criticam a administração dos que mandam" [9]. No prefácio escrito para a obra de Pedro Cardim *Portugal Unido y Separado*, Jean-Frederic Schaub argumenta que já há algum tempo os historiadores se libertaram da ideia de que antes da segunda metade do século XVIII não havia espaço público na Europa. Ele afirma ainda que diferentes estudiosos "han sugerido e incluso demostrado hasta qué punto la escritura y el consumo de papeles, manuscritos e impresos, formaron corrientes de opinión desde al menos el siglo XVI en la Península Ibérica" [10].

Para o período deste estudo, a literatura coeva apresenta abundantes exemplos das conversas constantes e das discussões pelos lugares em que a população circulava: desde poemas de Lope de Vega – "aqui se trata de Flandes/ hay nuevas de todo el mundo,/ y de él y del mar profundo/ se cuentan mentiras grandes" [11] – até cartas de jesuítas em que se solicitava o desterro dos "novidadeiros", ou seja, pessoas "alarmistas e inconformistas"

---

[8] Todos os autores que trabalham com a ideia de opinião pública no período de nossa análise retornam ao trabalho de Jürgen Habermas para relativizar a ideia do sociólogo e aplicá-la também ao século XVII. Como afirma Michele Olivari, atualmente utilizar as ideias habermasianas para tempos anteriores aos que ele propôs em sua obra não é tarefa tão difícil como há alguns anos. Ele complementa, citando John Elliott, que "aunque se ha dado mucha importância a la suposición de Habermas de que solo en el siglo XVIII surgió uma 'esfera pública', no se puede dudar de la existencia de como mínimo una opinión pública en estado embrionario en las sociedades de la Europa moderna". Concordando com Olivari e também com Castillo Gómez, Heloïse Hermant e outros, utilizaremos o conceito para o nosso período. Ver: HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2014; ELLIOTT, John. *Haciendo Historia*. Madrid: Taurus, 2012 Apud: OLIVARI, Michele. *Avisos, Pasquines e Rumores…* p. 13. "ainda que tenha-se dado muita importância para a suposição de Habermas de que somente no século XVIII surgiu uma 'esfera pública', não pode-se duvidar da existência pelo menos de uma opinião pública em estado embrionário nas sociedades da Europa Moderna" (tradução nossa).

[9] MARAVALL, José Antonio. *A Cultura do Barroco*. Análise de uma Estrutura Histórica. Trad. de Silvana Garcia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. p. 97.

[10] SCHAUB, Jean-Frederic. Prólogo. In: CARDIM, Pedro. *Portugal Unido y Separado*: Felipe II, la unión de territorios y el debate sobre la condición política del Reino de Portugal. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2014. p. 11. Tradução nossa: "sugeriram e inclusive demonstraram até que ponto a escrita e o consumo de papéis, manuscritos e impressos, formaram correntes de opinião desde ao menos o século XVI na Península Ibérica".

[11] Citado em: CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *El placer de los libros inútiles y otras lecturas en el Siglo de Oro…* p. 69.

que comentavam as notícias políticas [12]. Havia ainda locais específicos para os quais parte da população se dirigia para discutir questões cotidianas e de governo, como por exemplo para o caso inglês, os cafés [13], mas também as casas de jogos no caso castelhano. Fernando Bouza descreve que no ano da morte de Felipe IV existiam em Madrid aproximadamente cinquenta casas de jogos em que se refugiavam "toda a gente vagabunda" [14].

Os *mentideros* eram locais em que a população de grandes cidades da atual Espanha se reunia para conversar, ouvir as notícias e também histórias de livros de cavalaria, além de discutir as novidades – verdadeiras ou não, daí o nome do lugar – sobre diferentes assuntos. Em Sevilha, as grades da Catedral eram consideradas o *mentidero* da cidade, local onde também estavam instalados os escrivães públicos. A ampla atividade marítima da cidade fazia com que uma grande quantidade de pessoas, de diferentes regiões da Monarquia, e também de fora dela, se reunisse nestes locais. Em Madrid, havia três *mentideros*: o que se encontrava ao redor do Palácio, em que se discutiam as notícias relacionadas à Corte e à realeza, além de certas questões políticas; o dos comediantes, localizado no bairro das Letras entre as ruas de Santa María e Leon, onde encontrávamos atores e escritores; e o maior, nas grades da igreja de São Felipe na Porta do Sol, "povoado por soldados e pessoas de condição muito variada, que o frequentavam para informar-se de sucessos extremamente variados, uns acontecidos realmente e outros pura invenção" [15]. Em apenas uma manhã, era possível se deslocar por todos eles e saber dos diferentes assuntos que seriam discutidos pelas ruas da cidade naquele dia. Em Lisboa, encontramos no Pelourinho Velho desde o século XVI entre dez e doze escrivães com licença da Câmara cuja função era atender à população que precisasse de auxílio com a escrita. Certamente era uma área de discussão de diversos assuntos, "no coração da Ribeira",

---

[12] Cf. MARAVALL, José Antonio. *A Cultura do Barroco*… p. 99.

[13] De acordo com Maria Lucia Garcia Pallares-Burke, os cafés surgiram em Londres no ano de 1652 e multiplicaram-se rapidamente, "configurando-se como autênticos centros de notícias, leituras, rumores, comunicação e discussão, era aí que se faziam as opiniões". Em: PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. *The Spectator*. O Teatro das Luzes. Diálogo e Imprensa no Século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 40. Jürgen Habermas cita em nota que no ano de 1674 já circulava em Londres uma petição "das mulheres contra o café", numa luta vã, segundo o autor, contra as novas instituições – já que as mulheres eram deixadas em casa enquanto os homens iam para estes estabelecimentos. De acordo com o autor, já na primeira década do século XVIII existiam em Londres mais de 3 mil cafés, cada qual com seu círculo de clientes assíduos. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública...* p. 144-5; nota 11.

[14] BOUZA, Fernando. Estudos Preliminares. In: EIRAS ROEL, Antonio (dir.) *Actas de las Juntas del Reino de Galicia*. Volumen VI. 1648-1654. Xunta de Galicia, Consellería de Cultura, Comunicación Social e Turismo. Santiago de Compostela, 1999. p. 52-3.

[15] CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *El placer de los libros inútiles y otras lecturas en los Siglos de Oro*… p. 65-6. Em português, o autor publicou com o mesmo tema: ___. *Livros e leituras na Espanha do século de Ouro*. Trad. Claudio Giordano. Cotia: Ateliê Editorial, 2014. Especialmente o capítulo V: *Ler na rua. Versos, Avisos e Panfletos*.

onde o fluxo de pessoas que circulavam contribuía para fomentar a curiosidade sobre diferentes temas [16]. No período de nosso estudo, a guerra contra Felipe IV sem dúvidas era assunto de discussões acaloradas em praças, Igrejas e portos.

No *Mercurio Portuguez* de abril de 1663 há uma descrição que demonstra a discussão das notícias em espaços públicos de Lisboa. Descrevendo a chegada à cidade de relações impressas em castelhano e gazetas francesas com notícias "nunca imaginadas e sem algum fundamento", ficamos sabendo que "hum Francez, e dous Portugueses as lião no pátio da Capella com tantas risadas, que convidavão muita gente de varias nações a ouvillas" (Mercurio Portuguez, abr/1663; f.1). Verdadeira ou não, a cena descrita demonstra que a leitura em voz alta de relações de sucesso e gazetas chegadas do estrangeiro era certamente algo comum, ou não apareceriam nas páginas do *Mercurio*. No mês seguinte sabemos ainda que as notícias da tomada de Évora chegaram à Lisboa, "e divulgandose no dia 25 pela manhãa, foi tal o fervor do Povo para a defensa de sua Patria, que concorreo tumultuozamente ao Terreiro do Paço clamando todos que querião ir pelejar com o Castelhano". E continua afirmando que "as notícias da entrega de Évora, e do tumulto de Lisboa, espalhadas pelo Reyno, excitarão briosamente tal amor nos Portugueses, que como por emulação se offerecião por soldados nas companhias que se levantavão" (Mercurio Portuguez, mai/63; f.2v). Hoje é bem conhecido que o tumulto ocorrido em Lisboa não se deveu ao amor dos portugueses, mas ao conhecimento de que Évora havia se rendido e aceitado o domínio de Don Juan José de Áustria com a promessa de que os tributos criados pelos Braganças seriam abolidos. Assim, os gritos que ecoavam na capital de Portugal eram de "viva el rei Dom Afonso, morram os traidores!", o que culminou em saques aos palácios de nobres importantes como o marquês de Marialva e de Sebastião César de Meneses. A traição de grande parte do comando da principal cidade alentejana, contudo, não poderia aparecer no principal impresso de notícias português – escrito pelo próprio secretário de Estado – sobretudo porque o medo de que outras cidades seguissem o exemplo eborense era crescente. As notícias eram, assim, controladas, o que não fazia com que a população se informasse por outros meios e não aceitasse a comunicação "oficial" [17].

---

[16] LISBOA, João Luis. MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A cultura escrita nos espaços privados... p. 375-6. Sobre o tema, ver também: MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras:* leitura e escrita em Portugal no século XVII. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. Especialmente o primeiro capítulo.

[17] Sobre a rendição de Évora, ver: VALLADARES, Rafael. *A Independência de Portugal*. Guerra e Restauração (1640-1680). Trad. Pedro Cardim. A Esfera dos Livros: Lisboa, 2006; COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração* 1641-1668. Livros Horizonte: Lisboa, 2004.

Em Madrid, por outro lado, há estudos sobre a existência de espécies de "correspondentes profissionais" de notícias, como Dom José Pellicer y Tovar e Dom Jerónimo de Barrionuevo, homens que possuíam relações com a nobreza e eram bem-informados a ponto de enviar periodicamente notícias a seus destinatários sobre os mais diversos assuntos, desde política, até notícias que hoje constariam nas sessões policiais ou de fofocas de jornais e revistas. Seus Avisos – Pellicer escreveu entre os anos de 1639 e 1644 e Barrionuevo entre 1654 e 1658 – fornecem abundante informação sobre o cotidiano madrileno e sobre as notícias que formavam a opinião pública que corria a cidade. O primeiro, como cronista oficial, era possivelmente um dos homens mais bem informados da corte em seu período. María Soledad Arredondo afirma que "por espacio de casi diez años Pellicer se convirtió en testigo-transmisor de los acontecimientos de su tiempo, y singularmente de los conflictos bélicos de Felipe IV" [18]. Seus escritos semanais, elaborados todas as terças-feiras, eram enviados manuscritos para possivelmente vários destinatários que talvez estivessem ausentes da corte. Como seus avisos não eram direcionados ao grande público, Pellicer escrevia abertamente sobre a situação do reino, informando sobre as derrotas dos exércitos da Monarquia e também sobre as revoltas ocorridas na década de 40 de Portugal e Catalunha (esta última muito mais discutida, possivelmente devido a possuir mais informantes em Barcelona que em Lisboa) [19].

Barrionuevo também possuía acesso a informações privilegiadas da nobreza madrilena e comunicava-se com seus correspondentes sobre as condições precárias em que se encontravam a Monarquia, sem dinheiro e até sem comida no palácio. Seus escritos são irônicos e cínicos e, segundo Henry Ettinghausen, oferecem a imagem de uma sociedade corrompida e que ostentava em casamentos, mesmo sem possuir recursos. Pellicer e Barrionuevo nos dão ideia, assim, das fofocas que deviam ocupar parte do dia

[18] ARREDONDO, María Soledad. Las noticias de la corte en los Avisos de Pellicer. In: REY HAZAS, Antonio. GUTIÉRREZ, Mariano de la Campa. JIMÉNEZ PABLO, Esther (coords.) *La corte del Barroco. Textos literarios, avisos, manuales de corte, etiqueta y oratoria*. Ediciones Polifemo: Madrid, 2016. p. 147. Tradução nossa: "Pelo tempo de quase dez anos Pellicer se converteu em testemunha-transmissor dos acontecimentos de seu tempo, e singularmente dos conflitos bélicos de Felipe IV". Ricardo de Oliveira nos informa ainda que Pellicer foi autor de um espelho de príncipe chamado *La constância christiana, necessária a um valido*. Ver em: OLIVEIRA, Ricardo de. O melhor amigo do rei: a imagem da perfeita privanza na Monarquia Hispânica do século XVII. *História*. São Paulo. Vol. 28, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/23.pdf> Acesso dia: 10-nov-2018.

[19] Ainda sobre Pellicer, ver: ETTINGHAUSEN, Henry. Pellicer y la prensa de su tiempo. In: *Janus*: estudios sobre el Siglo de Oro. n. 1, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/345707> Acesso dia: 13-jul-2018.

dos madrilenos e que, graças aos serviços dos dois, se estendiam para longe da corte [20]. Barrionuevo dá conta ainda da frequência com que circulavam papéis maldizendo o governo, criticando e até ridicularizando o rei: "são colocados nos muros de algumas igrejas, em praças, nas esquinas, até no palácio. Por todos os rincões públicos se veem panfletos pintados (...) que maldizem o rei e seus ministros" [21]. Pellicer comenta também que falar mal do rei e do governo acarretava em prisões na cidade, concluindo Maravall a partir de diversos escritores da época de que "nos passeios dos cidadãos comuns 'se fala de política'" [22].

Dessa maneira, encontramos no século XVII grandes cidades como Lisboa e Madrid – e muitas outras não só na Península Ibérica mas para além Pirineus como Paris, Londres e Amsterdam – com uma opinião pública formada por uma população que se informava por diferentes meios: escritos impressos e manuscritos mas também ouvindo as notícias sendo declamadas pelas ruas pelos cegos, observando cartazes e folhetos pregados em paredes de igrejas e discutindo em praças, portos e casas de jogos sobre diferentes temas que pautavam a vida daquela sociedade. Por outro lado, porém, parte dos papéis de notícias também se dedicavam a enumerar os feitos de fidalgos que se destacavam nas batalhas, já que *aparecer* também fazia parte da sociedade barroca em questão.

Fazendo parte de uma sociedade que também se movia pela aparência e pela prestação de serviços ao rei, encontramos nos papéis de notícias diferentes menções a comandantes e suas realizações, ferimentos e ousadias nas descrições das batalhas em que se encontravam. Essas notícias da corte são encontradas também na *Gazeta de Lisboa*, periódico manuscrito do início do século XVIII analisado por André Belo. Recorrendo a Habermas, Belo explica que estes chamados jornais políticos não eram feitos *para* uma elite, e sim *por* elas, denominando estes "constrangimentos" a que eram submetidas as notícias publicadas nestes periódicos como filtros de informação. Assim, estes periódicos limitavam "as suas notícias a fazer eco da solenidade desses gestos e cerimônias. Ao reproduzir, sem se distanciar deles, um ambiente e uma hierarquia palacianos" [23], a *Gazeta*

---

[20] Ver: ETTINGHAUSEN, Henry. Informació, comunicació i poder a l'Espanya del segle XVII. In: *Manuscrits*: Revista d'història moderna. n. 23, 2005. p. 45-58. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/record/4793> Acesso dia: 13-jul-2018.
[21] MARAVALL, José Antonio. *A Cultura do Barroco*… p. 95.
[22] *Ibidem*, p. 97.
[23] BELO, André. *As Gazetas e os Livros*. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2001. p. 45.

prolongava essa atmosfera. Tanto a *Gazeta "da Restauração"* como o *Mercurio Portuguez* possuem no decorrer de seus números, novas que se relacionam direta e exclusivamente à vida na Corte – ainda que a *Gazeta* se preocupasse muito mais com as notícias de fora de Portugal durante a grande maioria de suas publicações. O constrangimento imposto aos seus escritores para que tratassem de determinadas pessoas nestes periódicos se vê na *Gazeta*, mas torna-se explícito no *Mercurio*. Antonio de Sousa de Macedo escreve que

> como a tenção de Mercurio nestas relações he sòmente dar ao Mundo verdadeira noticia do Estado das cousas de Portugal em comum, não lhe he necessário para isto especificar pessoas e sò lhe serviria de se malquistar, e causar queixas aos que por esquecimento, ou falta de informação se não achassem nomeados, e louvados (...) (*Mercurio Portuguez* jun/63; f.3)

Dois anos depois as reclamações certamente continuaram, pois aparece escrito no Mercurio que:

> As [ações] que se exprimirão na dita Relação que se fez, deixarão queixosas as de que então não havia noticia, e porque sempre succederà o mesmo; parece mais seguro fallar sò em geral, porque a demasiada generosidade, alguas vezes não admitte razão; sofre melhor hum silêcio total, que hua narração de parte. Pella mesma causa não nomeamos pessoas; assi como he impossível fazer menção de todas, poderia ser injusta a eleição de alguas (...) Os nomes de todos se vão depositando em historia que com seus requisitos verá outro tempo. (Mercurio Portuguez jun/65; f.6v)

Em poucos meses, Macedo passaria a mencionar no *Mercurio* apenas os oficiais de maior patente, e escreve que mesmo que determinado sujeito mereça ser nomeado, "a justa resolução que prohibe nomearse alguém particularmente" o impede de fazê-lo (Mercurio Portuguez ago/65; f. 2). Para além das notícias que enumeram os atores das façanhas bélicas, contudo, também iremos encontrar, tanto nos periódicos como nas relações de sucesso, novas que tratam dos mais diferentes assuntos, dentre os quais nos dedicaremos aos relacionados à guerra entre Portugal e a Monarquia Hispânica.

A *Gazeta Nueva* publicada nos anos de 1661 e 1662 em Madrid e considerada o primeiro periódico espanhol, para além de trazer as notícias de diferentes cidades da Europa e informar sobre as vitórias castelhanas, foi produzida pelo secretário de Dom Juan José de Áustria, Francisco Fabro Bremundan. A primeira iniciativa de um material impresso de notícias que circulasse de maneira periódica foi, assim, promovida pelo filho

bastardo de Dom Felipe IV e, mesmo trazendo informações esparsas sobre Portugal, inicia o número X do ano de 1661 discorrendo que

> Despues que el Serenissimo Señor Don Juan de Austria, Gran Prior de los Reinos de Castilla, y Leon, a cuyo cargo estan las Armas del Exercito de Estremadura, conquino por fuerça de armas la villa de Arronches, famosa en los venideros siglos, no tãto por la hermosura de sus edificios, (…) quanto por auerla honrado su Alteza con la asistencia de su persona, y eligidola por Plaça de Armas de las Catolicas de Su Magestad, en orden a proseguir la Conquista del Reino de Portugal por la Prouincia de Allentejo (…) (Gazeta Nueva X, 1661; f.1) [24].

A praça de Arronches seria famosa nos anos vindouros a partir daquela data não pela beleza de suas construções – e muitas outras qualidades enumeradas por Bremundan – mas por ser a localidade escolhida por Dom Juan José de Áustria para prosseguir a conquista de Portugal! E continua, escrevendo que Don Juan passou pela praça e "amendrontó a los enemigos, quemandoles, y destruyendoles sus Villas, Quintas, Arboledas, y Sementeras de toda aquella Comarca" [25], alojando seu exército até o final de setembro na região (*idem*). Mesmo um periódico que traz poucas notícias relacionadas à guerra contra Portugal – lembrando que a década de 60 do século XVII é marcada por constantes derrotas dos exércitos castelhanos nas fronteiras do Alentejo – quando as menciona, enaltece sobretudo o filho bastardo de Felipe IV, cujo secretário era quem escrevia as notícias [26]. Os papéis de notícias tanto em Lisboa como em Madrid, dessa forma, eram objetivos na medida em que traziam as novas que interessavam àquela

[24] "depois que o Serenissimo senhor Dom Juan José de Áustria, Grande Prior dos Reinos de Castela e León, a cujo cargo está as Armas do Exército de Extremadura, conquistou por força das armas a vila de Arronches, famosa nos séculos vindouros não tanto pela beleza de suas construções (...) quanto por Sua Alteza tê-la honrado com a assistência de sua pessoa e eleito-a por praça das armas Católicas de Sua Majestade, com o intuito de prosseguir a conquista do reino de Portugal pela província do Alentejo (...)" (tradução nossa).

[25] "amedrontou aos inimigos, queimando e destruindo suas vilas, quintas, bosques e semeaduras de toda aquela comarca" (tradução nossa).

[26] A personalização produzida pelos escritos de Bremundan pode ser notada ainda quando, no ano de 1663, o secretário segue Dom Juan José de Áustria até Zaragoza e passa a publicar os "Avisos de los felices sucesos que ha tenido su Alteza el Señor Don Juan de Austria desde los primeiros de mayo hasta que se rindió Ebora". Também o primeiro livro publicado por ele foi dedicado à atuação de Dom Juan José como comandante do exército castelhano na Catalunha, denominado *Historia de los hechos del Serenissimo Señor Don Juan de Austria, en el Principado de Cataluña*, no ano de 1673. Ver respectivamente em: DÍAZ NOCI, Javier. La circulación de noticias en la España del Barroco. In: CHARTIER, Roger. ESPEJO, Carmen (eds.) La aparición del periodismo en Europa. Comunicación y propaganda en el Barroco. Marcial Pons: Madrid, 2012. p. 227; VARELA HERVIAS, Eulogio. *Gazeta Nueva – 1661-1663* (notas sobre la Historia del Periodismo Español en la segunda mitad del siglo XVII). Madrid; Murcia: Oficina Tipográfica de los sucesores de Nogués, 1960. p. XXIX. Sobre a relação entre Fabro Bremundan e Don Juan José de Áustria, ver: LAMARQUE, Maria Pilar. Cartas de Francisco Fabro Bremundans al Dr. Diego J. Dormer. In: *Cuadernos de Historia Jerónimo Zurita* 23-24, 1970. Especialmente páginas 192-4. Disponível em: <https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/07/06/3lamarque.pdf> Acesso dia: 17-jul-2018.

população. Não importa para nosso estudo se eram verdadeiras ou não, mas sim que eram produzidas com o intuito de influenciar a opinião de seus leitores. Mesmo assim, esses papéis não ignoravam a necessidade de nomear os principais vassalos que prestavam serviços a seus reis.

Quando o historiador Diogo Ramada Curto analisa a cultura escrita na Época Moderna, denomina de "longo século XVII" o período que vai de 1570 a 1706, intervalo em que, segundo ele, há uma intensidade exemplar na reflexão sobre a nação entre os escritores portugueses. Para Curto, "os indivíduos ou mais especificamente os autores, os grupos e os Estados negociam e concorrem na atribuição de diversos significados a esse mesmo processo, recorrendo para isso à escrita" [27]. Ele argumenta, assim, que a prática da escrita faz parte de um "conjunto alargado de formas simbólicas de comunicação", cujo autor não pode ser entendido como um artista ou simples oficial, desprovido de interesse quando escreve. É necessário, assim, inscrever a análise da cultura escrita nos conflitos e práticas de identidade das quais faz parte. Todos os que se dedicam à escrita devem ser compreendidos dentro de um quadro caracterizado por fortes pressões sociais e por uma economia redistributiva da mercê. Curto explica ainda que é impossível conceber as carreiras dos historiadores (e podemos estender a outros escritores a serviço de suas Coroas) do século XVI numa esfera separada do poder: "são os poderes que suscitam a escrita da história, fazendo dela uma das suas ações, as quais reencontram a lógica de muitas carreiras" [28]. Para o historiador, todos os que se dedicam à escrita entre os séculos XVI e meados do XVIII dificilmente podem ser compreendidos fora das pressões sociais e ou de uma economia de mercê. Quando trata da prestação de serviços em terras brasílicas, Ronald Raminelli analisa a mesma questão proposta por Diogo Ramada Curto, ao entender que a escrita se tornara um importante serviço dedicado ao rei pois informava-o dos acontecimentos em terras distantes. Para o historiador, os letrados não possuíam outro alvo que não o monarca; o conhecimento era, antes de tudo, elemento de negociações [29]. Os escritores de nossas notícias não são diferentes dos personagens analisados por Curto ou por Raminelli pois buscam, como eles, diferentes benefícios diante de suas Coroas. Além disso, as tensões provocadas pela aparição ou não

[27] CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais* (séculos XV a XVIII). Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 145-6.
[28] CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Escrita*. Séculos XV a XVIII. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. p. 117.
[29] RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas*. Monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008.

de determinados vassalos nos periódicos analisados, trazem à tona a importante ideia de que, para aquela sociedade, além de produzir um material para enaltecer os monarcas, aparecer em suas páginas também traria benefícios honoríficos diante de seus reis, ou pelo menos diante de seus iguais. Dentro da análise desse material só não podemos esquecer, contudo, que havia ainda outros personagens por trás dessas publicações, que são os impressores. Se um grupo escrevia e publicava por questões honoríficas – que poderiam refletir em riqueza, mas não só –, outra parte da população se interessava em ganhos financeiros e um não vivia sem o outro.

Além das relações de sucesso e dos periódicos fabricados para informar sobre o andamento da guerra, havia ainda a produção de longos relatos impressos que traziam detalhes impossíveis de serem resumidos em poucas páginas. Dois deles, escritos na década de sessenta do século XVII, um de cada lado da fronteira, são interessantes para entendermos a importância de se publicar em um momento que as lealdades eram ainda questionadas. O primeiro deles, escrito por Dom Jerônimo de Mascarenhas – português que permaneceu fiel a Dom Felipe IV fugindo em um barco para Castela no ano de 1641 unido a outros fidalgos [30] – descreve em mais de cem páginas as ofensivas castelhanas do ano de 1662. Denominado *Campaña de Portugal por la parte de Estremadura,* foi impresso por Diego Días de la Carrera no início do ano de 1663 – a taxação do material, obrigatória para sua circulação e última coisa a ser impressa, data de fevereiro de 1663; a dedicatória ao rei, por outro lado, é de dezembro de 1662, o que denota possivelmente a data da conclusão do material e também demonstra certa rapidez em passar pelos processos da censura. Mascarenhas escreve em sua dedicatória que:

> Con esta consideracion me resolvi en dar la Estampa estas memorias, que despuse con la mayor puntualidad que me fue posible. En ellas se ven ya unas

[30] Segundo o historiador Fernando Bouza, Dom Jerônimo de Mascarenhas era o segundo filho do marquês de Montalvão, vice-rei do Brasil de quem tratamos brevemente no segundo capítulo e que acabou morrendo preso devido às desconfianças sobre sua lealdade. Jerônimo Mascarenhas foi agraciado com diferentes mercês por Felipe IV ao longo dos anos, terminando seus dias como Bispo de Segóvia. Além disso, foi um homem das letras que escreveu várias obras e reuniu uma grande coleção de manuscritos e impressos, parte dela conservada na Biblioteca Nacional de Madrid. Sobre os fidalgos que permaneceram fiéis à Monarquia Hispânica, ver: BOUZA, Fernando. Entre dos reinos, una patria rebelde: fidalgos portugueses en la monarquía hispánica después de 1640. In: *Estudis*: Revista de Historia Moderna, No. 20, 1994. p. 83-104. Sobre a Coleção Mascarenhas, ver: MEGIANI, Ana Paula Torres. Memória e conhecimento do mundo: coleções de objetos, impressos e manuscritos nas livrarias de Portugal e Espanha, séculos XV-XVII. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 17. n. 1, 2009. p. 155-171. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000100010> Acesso dia: 10-nov-2018; a família Mascarenhas, bem como alguma bibliografia sobre o tema, é abordada também em: VALLADARES, Rafael. De ignorancia y lealtad. Portugueses en Madrid, 1640-1670. In: ___ '*Por toda la tierr*a'. España y Portugal: globalización y ruptura (1580-1700). Lisboa: Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, 2016.

> sombras de aquella dicha, con que el Serenisimo Señor D. Juan de Austria puso tantos otros vassalos inobedientes en manos de la Real piedad de V.M.[31]

Enaltecer Dom Juan José de Austria também parece ser o foco de Mascarenhas pois, antes de enumerar os principais nobres que o acompanhavam no exército, o bispo descreve o bastardo de Felipe IV como

> Gran Prior de Castilla del a Orden de San Juan, del Consejo de Estado de su Magestad, Governador, y Capitan General de los Payses Baxos, Governador de las armas marítimas, y Capitan General del exercito de la recuperacion de Portugal, bien acostumbrado en otras empresas a reducir à la obediencia delRey nuestro señor à sus vassallos inobedientes [32].

Mascarenhas inicia seu relato discorrendo sobre a tomada de Arronches, praça portuguesa, ainda em meados de 1661 – que já havia aparecido na *Gazeta Nueva*, como citamos anteriormente –, informando que os "amotinados" haviam publicado em seus manifestos "que vna de las causas de faltar a la obediencia del Rey Nuestro Señor fue,

---

[31] MASCARENHAS, Dom Gerónimo. Campana de Portugal por la parte de Estremadvra. El año de 1662. Exectvada por el Serenissimo Señor Don Ivan de Avstria, Gran Prior de Castilla de la Orden de San Ivan, del Consejo de Estado de Su Magestad, Covernador, y Capitan General de los Payses Baxos, Governador de las Armas marítimas, y Capitan General del Exercito de la recuperacion de Portugal. Impresso por Diego Días de la Carrera, Impresor del Reino, 1663. "com esta consideração resolvi dar estampa destas memórias, que dispus com a maior pontualidade que me foi possível. Nelas já se veem do que foi dito, com que o Sereníssimo senhor D. Juan de Áustria colocou tantos outros vassalos desobedientes nas mãos da Real piedade de V.M." (tradução nossa). Sobre a dedicatória nos livros do gênero histórico no século XVII, André Sekkel Cerqueira explica que "desde a página de rosto até o início da matéria do livro propriamente dito (...) prólogos, dedicatórias, cartas ao leitor, advertências etc – têm função de exórdio, uma vez que são textos preocupados em captar a benevolência do leitor ou ouvinte, deixa-lo dócil (ou favorável) à matéria tratada e atento ao que se segue". In: CERQUEIRA, André Sekkel. *A donzela alada*. Reflexão sobre a retórica e história em Portugal no século XVII. Tese de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2017. p. 37. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17072017-192645/pt-br.php> Acesso dia 17-jul-2018. Como preâmbulo do texto, dessa maneira, a dedicatória a Felipe IV não possui número de página. Apesar de já estabelecido hierarquicamente no interior da Monarquia, uma dedicatória ao rei e uma exaltação a seu filho certamente contribuíam para que a obra de Mascarenhas fosse aprovada diante da censura e ganhasse leitores após a publicação, bem como reconhecimento diante da Coroa.

[32] *Ibidem*. f. 21. "grande Prior de Castela, da ordem de São João, do Conselho de Estado de Sua Majestade, Governador e Capitão Geral dos Países Baixos, Governador das Armas marítimas, e Capitão Geral do Exército da recuperação de Portugal, acostumado em outras empresas a reduzir à obediência do Rei Nosso Senhor a seus vassalos desobedientes" (tradução nossa). O título do documento, como podemos ler acima, traz exatamente as mesmas palavras, o que talvez signifique menos uma espontaneidade do autor, e mais um texto pronto a ser inserido em seu trabalho. Através do memorial escrito por Jerónimo de Mascarenhas defendendo a publicação desta obra, ficamos sabendo que o autor a enviou ao próprio Dom Juan José de Áustria, "para que viesse si estava en forma conveniente". O comandante não só fez anotações no decorrer dos escritos, como enviou ainda "dos pleigos de advertências, que miran al hecho, y en cuya emenda obedecí enteramente a S. A." Podemos questionar não só as correções propostas por Dom Juan José de Áustria relativas às batalhas, mas também os constrangimentos impostos por um personagem citado constantemente que pôde ler a obra antes de sua impressão. Sobre o memorial de Mascarenhas, ver abaixo nota 36.

porque se pensaba en Castilla en estender esta contribucion a aquel Reyno: discurso vano, è inventado por los enemigos de la paz, y quietud pública de la Patria" [33]. Todo o texto de Mascarenhas (e a grande maioria das publicações da Monarquia, como iremos ver), diferente das publicações portuguesas no período da guerra, nunca generaliza o povo português como rebelde, nem o desqualifica: são sempre um grupo de pessoas enganado pelos Braganças, ora por manifestos mentirosos, ora por pura ingenuidade. Quando são esclarecidos das reais intenções de Felipe IV e seu filho, a descrição dos documentos é de que em poucas horas se rendem e o recebem com alegria.

Antes de entrar propriamente nas campanhas militares, Mascarenhas trata ainda do casamento de Dona Catarina de Bragança com o rei inglês, afirmando ironicamente que buscavam a Inglaterra para "prevenirse de armas auxiliares, y como la contenda era con las Catolicas, llamaron a favor de las suyas las heréticas", discorrendo ainda sobre o desespero dos portugueses por sua Coroa ter entregue os templos católicos em Tânger aos protestantes – praça que foi cedida aos ingleses como parte do dote da princesa – "para las ceremonias de sus abominables sectas" [34]. O descontentamento da Monarquia com a importante aliança conseguida pela Coroa de Bragança – para a qual uma das resoluções era que se enviassem panfletos subversivos a Portugal e às colônias, fomentando uma oposição quanto à entrega de Tânger e Bombaim aos ingleses, incumbido desses escritos o próprio Jerônimo de Mascarenhas [35] – contudo, não era suficiente para encontrar unanimidade entre os censores, e o bispo foi questionado em uma diligência secreta no Conselho de Estado sobre a inconveniência de suas palavras contra os ingleses. Felizmente para Mascarenhas, o próprio rei sequer respondeu à consulta do Conselho, mas autorizou o autor a continuar com sua publicação [36].

---

[33] *Ibidem*. f. 8. "que uma das causas de faltar à obediência do Rei Nosso Senhor foi porque se pensava em Castela em estender esta contribuição aquele reino: discurso vão e inventado pelos inimigos da paz, e quietude pública da pátria" (tradução nossa).

[34] *Ibidem*. f. 8-9. "se previnirem de armas auxiliares, e como a contenda era com as católicas, chamaram à favor das suas as heréticas" e "para as cerimônias de suas ceitas abomináveis" (tradução nossa).

[35] Cf. VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal...* p. 217-8.

[36] O escritor Antonio de Solís, apesar de aprovar a obra de Mascarenhas com palavras elogiosas, elaborou uma diligência secreta contra a publicação das *Campanhas de Portugal*, enumerando diversos reparos relativos aqueles escritos. Entre otros pontos, citando o trecho que utilizamos acima sobre as armas "heréticas" inglesas, o autor argumenta que "aunque estas son verdades christianas y constantes en nuestra santa fee, como no es del caso afear con vituperios la religión (aunque falsa) de aquellos con quien se profesa o afecta amistad (…)". ["ainda que estas sejam verdades cristãs e constantes em nossa santa fé, não é o caso de enfraquecer com vitupérios a religião (ainda que falsa) daqueles com que se professa amizade" tradução nossa]. Sabendo da tal diligência, o próprio Mascarenhas enviou um memorial ao rei Felipe IV, em que escreve: "pongo agora el libro acabado en las Reales manos de V. Mgd, con declaración que imprimí mil quinientos cuerpos, y estos estoy pronto para entregarlos a la persona que V.Mgd fuere servido, para

Mascarenhas passa então a descrever os movimentos dos exércitos dos dois reinos, afirmando que, após o recuo dos soldados castelhanos em um encontro com os portugueses, o comandante "inimigo" Dom Antonio de Meneses teria enviado as novas da vitória para a duquesa de Bragança:

> duró la alegría de esta nueva en el enganado pueblo de Lisboa dos, o tres días, que bastaron, para que se imprimiesen relaciones de la vitoria. Llegaron estas brevemente à Castilla por la parte de Galicia, que parece se corrieron sus Autores de introducilas por Estremadura, donde todo passava al contrario [37].

Nesse momento o autor deixa explícita sua tentativa de desacreditar os papéis de notícias portugueses, já que foram impressos às pressas e davam a vitória aos soldados dos Braganças mas, na Estremadura "todo passava al contrario".

As páginas seguintes são uma sequência de dias enumerados descrevendo cada movimento, inclusive com as horas em que ocorriam, costume comum das relações que

---

que se pueda quemar la impressión de una vez, si se hallare algún impedimiento en este libro (…) Pero no escuso de representar a V.Mgd que es parte de la dicha de los Reyes que hombres de mi calidad, de mi graduación y de mi zelo se apliquen a escribir sus sucessos, porque con estas calidades llevan vencido el crédito común, no solamente entre los vassallos sino también entre las Naciones". [coloco agora o livro acabado nas reais mãos de V. Mgd, com a declaração que imprimi mil e quinhentas cópias, e estou pronto para entregá-las à pessoa que V. Mgd for servido, para que se possa queimar a impressão de uma vez, se se encontrar algum impedimento neste livro (...) Mas não deixo de representar a V. Mgd que é parte da felicidade dos reis que homens da minha qualidade, da minha graduação e do meu zelo, se dediquem a escrever seus sucessos, porque com estas qualidades ganha o crédito comum, não somente entre os vassalos, mas também entre as nações" tradução nossa]. Como dissemos, apesar de nunca responder à consulta do Conselho, o rei anotou no próprio memorial enviado por Mascarenhas sua resposta, dizendo que "este libro podrá correr en la conformidade que está, y hállome con entera satisfación de vuestro celo de mi servicio (…)" ["este livro poderá correr na conformidade que está, e me encontro com inteira satisfação de vosso zelo de meu serviço (...)" tradução nossa]. Através do memorial de Mascarenhas, soubemos também que o autor imprimiu 1500 exemplares de seu relato sobre a campanha de 1662 na Estremadura. Estes documentos foram transcritos integralmente no artigo esclarecedor de CID, Jesús-Antonio. Castellanos y portugueses en la historiografía de Felipe IV. Antonio de Solís contra Jerónimo de Mascareñas (1662-1663). In: ÁLVAREZ SELLERS, María Rosa (ed.) *Literatura portuguesa y literatura española*: influencias y relaciones. Universitat de València, Departament de Filología Espanyola: València, 1999. p. 155-174. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/castellanos-y-portugueses-en-la-historiografia-de-felipe-iv-antonio-de-solis-contra-jeronimo-mascarenas-1662-1663/> Acesso dia 17-jul-2018. Fermín de los Reyes Gómez também trata dos problemas enfrentados por Mascarenhas ao publicar sua obra, afirmando que o material teria sido recolhido a mando do Conselho. A partir do texto de Jesús-Antonio Cid, não sabemos se isso de fato ocorreu. Ver: REYES GÓMEZ, Fermín de los. *El libro en España y América.* Legislación y Censura (siglos XV-XVIII) vol.1. Madrid: Editorial Arco/Libros, 2000. p. 338-9.

[37] MASCARENHAS, Dom Gerónimo. *Campana de Portugal por la parte de Estremadvra...* f. 37. Mascarenhas nomeia o comandante apenas como Dom Antonio de Meneses, mesmo que este já possuísse título de marquês pelos serviços prestados a Dom João IV. Mascarenhas escreve apenas "que se intitula Marque de Marialva". Chamá-lo por esse título em sua obra corroboraria a nomeação de Dom João IV enquanto rei de Portugal, o que certamente não era o intuito de Mascarenhas. *Ibidem*. f. 27. "durou a alegria desta nova no enganado povo de Lisboa dois ou três dias, que bastaram, para que se imprimisse relação da vitória. Estas chegaram rapidamente à Castela pela parte da Galícia, que parece que seus autores correram para introduzi-las pela Extremadura, onde tudo passava ao contrário" (tradução nossa).

traziam informações da guerra com o intuito de trazer a ideia de verdade aos relatos, com a descrição detalhada. Apenas na folha 87 finalmente Mascarenhas descreve a tomada de Jurumenha no dia de Corpus Christi (08 de junho), discorrendo sobre todas as vitórias que o exército de Felipe IV já havia alcançado sobre os portugueses naquele mesmo dia: Montijo em 1644; Olivença em 1657 e Arronches no ano anterior. Para concluir, já na folha 128 que

> Estos son los progresos de las armas de su Magestad, gobernadas por el Serenissimo señor D. Juan de Austria, a quien dedica la fama repetidos aplausos, y gloriosas memorias, que redunden en honra, y gloria de la Monarquia Española, bien, y vtilidad del Reyno de Portugal, viéndose reducido à la obediencia de su Rey, y señor natural, por medio del valor, y disposicion de su Alteza Serenissima [38].

O texto termina assim, com novo enaltecimento do bastardo de Felipe IV por ter "reduzido à obediência" a praça portuguesa. Pelos trechos que apresentamos, podemos ver que, para além de ser lido em Madrid e ser bem visto pelo monarca pelo serviço prestado ao escrever uma obra como essa, o texto certamente foi elaborado para chegar do outro lado da fronteira e ser conhecido pela população portuguesa, para que esta aceitasse seu "senhor natural". A publicística da Casa de Bragança, porém, respondeu prontamente.

Em outubro de 1663 já circulava em Lisboa a *Campanha de Portvgal pella província do Alentejo na primauera do anno de 1663*, escrita por Antonio Alvares da Cunha e impressa por Henrique Valente de Oliveira. Ainda nos preâmbulos, lemos na censura escrita por Jerónimo Bahia que o autor havia igualado suas palavras às ações, não ficando "inferior sua pena à nossa espada, antes parece que se escreveo aqui com o mesmo espirito, com que lá se pelejou". Continua ainda, afirmando que julga

> esta obra por benemérita, não sò da luz da estampa, não sò da grandeza do assumpto, não só do talento do Autor, mas tambem da proteção de V. Magestade. Saya, pois, a dilatarse pelo vniverso esta Cãpanha há pouco tempo de Marte, & agora de Apollo, para gloria de nossa Patria, & inveja das estranhas, & conheção todas as naçoens, que no Felice Imperio de V.Magestade, competindo-se as proezas de Bellona, & os estudos de Minerua, assi como há soldados, que podem dar a tudo quanto encontrão morte: assi

[38] *Ibidem*, p. 128."estes são os progressos das armas de sua majestade, governadas pelo Sereníssimo senhor D. Juan de Áustria, a quem dedica a fama, repetidos aplausos, e gloriosas memórias, que revertem em honra e glória da Monarquia Espanhola, bem, e utilidade do Reino de Portugal, vendo-se reduzidos à obediência de seu rei, e senhor natural, por meio do valor e disposição de sua Alteza Sereníssima" (tradução nossa).

> tambem há Escritores, que sabem adquirir a tudo quanto celebrão, imortalidade [39].

A obra era, assim, autorizada à "luz da estampa" e merecia a proteção do rei por fazer com que o universo conhecesse a campanha realizada pelos portugueses; para que todas as nações soubessem que, assim como possuíam soldados dispostos a morrer em batalha, também havia escritores que celebravam a imortalidade. A censura de Bahia transforma-se, dessa maneira, em parte da exaltação da obra de Cunha e expressa o desejo de que aqueles escritos se espalhassem por "todas as nações". Na dedicatória do autor a Dom Afonso VI, encontramos novamente a expectativa de que as notícias se espalhassem, não só geograficamente, mas também através do tempo:

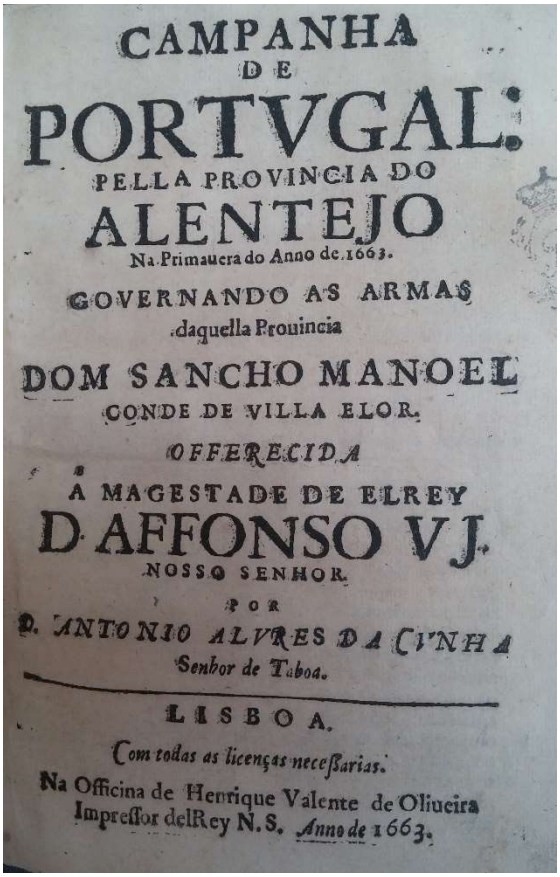
> Aos olhos de todos se mostrão hoje neste papel, para os séculos vindouros, as memoraueis acçoens, que tambem als olhos de todos se manifestáraõ na Campanha de Alentejo, os dias passados; nem sempre, por antigo costume entre os Portuguezes, se há de cõdenar ao silencio como delito, o q' merecia estar entalhado nos bronzes para triûpho (...) [40]

A preocupação em informar a todos ao invés de "condenar ao silêncio o que merecia estar entalhado em bronze" – ou seja, que fosse conhecido e que permanecesse, já que entalhar em bronze seria uma maneira dos acontecimentos não serem esquecidos – é latente, assim, também nos escritos de Cunha.

---

[39] CUNHA, Antonio Alvares. Campanha de Portvgal: pella província do Alentejo Na Primauera do Anno de 1663. Governando as Armas daquela Prouincia Dom Sancho Manoel Conde de Villa Flor. Offerecida a Magestade de ElRey D. Affonso VJ Nosso Senhor. Lisboa. Com todas as licenças necessárias. Na Officina de Henrique Valente de Oliveira. Impressor delRey N.S. Anno de 1663. Discorrendo sobre a censura e a aprovação de livros, Fernando Bouza explica que "as censuras deviam deixar constância dos méritos dos autores, da qualidade da obra e dos benefícios que redundariam de sua publicação", o que parece fazer sentido, também, para as publicações portuguesas. Em: BOUZA, Fernando. 'Dásele licencia y privilegio'. Don Quijote y la aprobación de libros en el siglo de Oro. Akal: Madrid, 2012. p. 109. No original: "las censuras debían dejar constancia de los méritos de los autores, la calidad de la obra y los beneficios que redundarían de su publicación". Tradução nossa.

[40] CUNHA, Antonio Alvares. *Campanha de Portvgal*... s/f.



CAMPANHA
DE
PORTVGAL:
PELLA PROVINCIA DO
ALENTEJO
Na Primauera do Anno de 1663.
GOVERNANDO AS ARMAS
daquella Prouincia
DOM SANCHO MANOEL
CONDE DE VILLA ELOR.
OFFERECIDA
A MAGESTADE DE ELREY
D. AFFONSO VJ.
NOSSO SENHOR.
POR
D. ANTONIO ALVRES DA CVNHA
Senhor de Taboa.
LISBOA.
Com todas as licenças necessarias.
Na Officina de Henrique Valente de Oliueira
Impressor delRey N.S. Anno de 1663.

Figura 5.1 Capa da Campanha de Portvgal pella provincia do Alentejo... de Antonio Alvares da Cunha, 1663.

Depois de esclarecer que finalmente Felipe IV voltava suas forças para a retomada de Portugal "em vinte anos de separação destas Coroas", Antonio Alvares da Cunha explica que o rei "tratou de ocupar todas as forças de sua Monarchia nesta vnica guerra". Retornando também à questão da praça de Arronches, como fez Jerônimo de Mascarenhas, Cunha explica que após sua tomada ficaram, "vfanos com esta presa os inimigos (se pode valer muyto o que custou taõ pouco) começarão a fortificar a Praça, & a dar a entender ao mundo que tinhão aberto hua porta no coração da Provincia, para invadila, ficando sem oposição o caminho ao Tejo, como confirma o referido autor" [41]. Aqui podemos apontar duas questões recorrentes na publicística dos dois lados da fronteira: a preocupação com a divulgação de notícias – "dar a entender ao mundo" – e o menosprezo das vitórias inimigas – pois como "se pode valer muyto o que custou taõ pouco", se referindo à facilidade em tomar uma praça tão pouco protegida [42]. Sobre terem

[41] Mascarenhas havia sido descrito na página anterior como "Castelhano por inclinação, ainda que Portuguez por natureza". f. 2.
[42] Em outro momento Cunha afirma que a tomada de Arronches se "fez a facilidade da praça, & não a conueniencia da Conquista". *Ibidem*. f. 6.

aberto uma entrada para o Tejo e, assim, para a tomada de Lisboa a partir de Arronches, Cunha é bastante irônico: "lembrando que de Arronches ao Tejo vão 15 legoas de áspera & estéril campanha, (...) mas quem se esqueceo tanto da pátria na obrigação, não he muito esquecerse della na Geografia" [43]. Aqui, o autor ironiza uma vez mais Mascarenhas, que havia "esquecido da pátria", já que o bispo havia passado para o lado castelhano.

Quanto à tomada de Jurumenha, descrita em pormenores por Mascarenhas na publicação anteriormente analisada, Cunha se refere apenas que ocorreu "com pouca resistência" e que após a retirada de ambos os exércitos devido já à ação rigorosa do tempo – o calor na região fazia com que os enfrentamentos não ocorressem no período do verão – "se seguio publicarem os castelhanos tinhão conseguido a nossa conquista, pois tinhão para a entrada duas importantes portas já abertas". A ironia de Cunha continua, desmerecendo as conquistas por serem duas praças "hua fraca, & outra taõ pequena" e de pouca consideração, e afirmando que "cento & oitêta legoas há da foz de Guadiana á foz do Minho, & cada hua podia ser hua porta, senão tiuerão tão valerosos defensores" [44]. Ao citar os rios dos extremo sul e norte da Península, Cunha ironiza assim, que qualquer parte seria uma porta para a conquista, não fossem os portugueses tão valorosos.

Discorrendo agora sobre as campanhas do ano de 1663 e a perda de Évora de que também tratou o *Mercurio Portuguez* (e certamente muitos outros papéis, devido à importância da cidade para Portugal), Cunha descreve a formação dos exércitos e cita Afonso Furtado de Mendonça, governador da praça de Estremoz que se junta ao exército do novo comandante português, Conde de Vila Flor, pois entendia que era "seu valor maior na gloria o ser soldado entre os perigos, que Capitão donde os não hauia" [45]. Enaltecer os comandantes portugueses que combatiam o inimigo também era função dos papéis publicados em Lisboa, e Antonio Alvares da Cunha não seria diferente. Sobre a tomada de Évora, o autor minimiza mais uma vez os feitos do lado castelhano, escrevendo que "vendo o pouo seu evidente perigo, fomentados por algus afeiçoados ao outro partido, cessarão as armas, & tornarão às capitulações (...) com estes contratos deixamos a vinte & dous de maio nas mãos de nossos inimigos aquella cidade" [46]. Não foi, assim, mérito do inimigo tomar a praça, mas a preocupação com a população do local que fez com que

[43] *Ibidem*, f. 4.
[44] *Ibidem*. f. 9-10.
[45] *Ibidem*. f. 26.
[46] *Ibidem*. f. 26-7.

os portugueses se rendessem. Interessa ainda comentar a réplica do autor referente à aliança com os "hereges" de que tratou o bispo em sua publicação, momento em que Cunha responde de maneira veemente que

> se Deos castiga os pecados de rezão de Estado, como o alegado Autor nos ameaça com a entrega de Tangere, que leuou em dote a Serenissima Rainha da Grão Bretanha, ó quanto experimentão dannos, & quanto tem que temer de ruinas os Castelhanos nos governos presentes, & passados! (...) que mais foi ocuparem os Ingrezes Tangere, que largasse Tunes aos Mouros? Não há differença dos templos de Lutero ás mesquitas de Mafoma [47].

Aparentemente o autor não consegue defender o governo português quanto à decisão de deixar uma praça importante no norte da África para um reino declaradamente não-católico, mas culpa a razão de Estado pela aliança. A maneira encontrada é acusar os castelhanos de também terem realizado o mesmo ao abandonar uma cidade, dessa vez em prol dos muçulmanos. E conclui que não há diferença entre os templos protestantes e as mesquitas, já que são ambos não-católicos.

Nas próximas páginas, Cunha se preocupa em descrever os exércitos dos dois reinos e as movimentações dos soldados no mês de junho, o que culminaria na vitória portuguesa até à entrega de Évora no fim do mesmo mês. Iniciando no dia 08, ao informar que Dom Juan José de Áustria havia enviado um papel a seus Cabos sobre a razão que tinham de lutar com a constância "que esperaua dos coraçoens Espanhoes", o autor engrandece ainda mais o comandante português ao escrever que "o que D. João de Austria fez por hum papel, obrou o Conde de Villaflor por sua pessoa (...) assegurou a todos a victoria, & animou à peleija (...) mostrou-lhes a justiça que defendião pera ter propicia a vontade diuina; a liberdade que nos vsurpauão (...)" [48]. Enalteceu ainda os exércitos estrangeiros que também lutavam ao lado dos portugueses, afirmando que

> As tropas Ingrezas, & Francezas obrando maravilhas, se auantajauão ás Portuguezas, senão no excesso do cõbate, na razão da peleija, que se os Portuguezes peleijauão pella victoria, tambem defendião a liberdade, & elles sò pella victoria contendião, & tão bizarramente cõ o exemplo do Barão de Schomberg, & seu irmão, nos quaes se virificou aquelle prouerbio, que as Aguias não produzem Pombas [49].

---

[47] *Ibidem*. f. 31
[48] *Ibidem*. f. 46.
[49] *Ibidem*. f. 51.

O marechal Schomberg, enviado pelo governo francês e um dos preferidos de Luís XIV, teve papel fundamental nas vitórias portuguesas da década de sessenta contra os exércitos de Felipe IV – apesar do acordo de paz entre os dois reis, o monarca francês não estaria disposto a permitir a recomposição da unidade ibérica e para tanto apoiava secretamente a Casa de Bragança [50].

Além das novas da vitória, Cunha se preocupa ainda em avisar em seus escritos sobre a riqueza de Portugal, informando que "em quanto os ouuidos atendião ao successo Felice de suas Armas, os olhos se deleitauão em sessenta & quatro galioês, & nauios que lhe traziao ao porto de Lisboa naquele mesmo dia as fazendas de toda a America" [51]. Ou seja, para além de derrotar o exército de Felipe IV, a Casa de Bragança ainda estava abastecida por sessenta e quatro galeões vindos da colônia portuguesa no continente americano. Para o autor, ainda que toda a Europa julgasse "nossa ruína", agora eram testemunhas "os seus Manifestos, & testemunha será tambem esta relação" [52]. Mencionar a chegada de recursos em sessenta e quatro galeões numa relação voltada para à descrição de uma batalha demonstra claramente que a intenção era que fosse lida pelos inimigos, para que soubessem que a dinastia "rebelde" estava preparada. Além disso, esperava-se ainda que as notícias também tranquilizassem os próprios portugueses, que meses antes haviam tomado as ruas da capital quando souberam que a principal cidade do sul do reino havia sucumbido diante do filho de Felipe IV. Antonio Alvares da Cunha responde, assim, a todas as críticas a Portugal elaboradas por Jerónimo de Mascarenhas, utilizando da ironia e das boas novas que de fato chegavam do Alentejo.

Ainda que a "discussão" se dê através do papel, os dois autores erigem um local onde seus argumentos são debatidos, aos quais o público leitor e também o que apenas ouve sua leitura tem acesso. Esse debate não era incomum e são frequentes as obras publicadas no intuito de responder à determinado autor sobre o direito ou não de Dom João IV como rei português e até sobre os direitos do próprio Felipe II ainda na época da união. Chamadas de obras "polêmicas" por Luis Reis Torgal, tiveram seu auge nos anos que se seguiram à proclamação de Dom João IV e se preocupavam em responder qualquer manifesto publicado pelos defensores dos direitos da Monarquia [53]. Jean-Frédéric Schaub,

---

[50] Cf. VALLADAERS, Rafael. *A independência de Portugal*… p. 229 e sgts.
[51] CUNHA, Antonio Alvares. *Campanha de Portvgal: pella província do Alentejo*... f. 77
[52] *Ibidem*. f. 81.
[53] TORGAL, Luis Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. 2 vols. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: Coimbra, 1981. Especialmente entre as páginas 135 a 146, em que o autor resume as principais polêmicas ocorridas nos primeiros anos da guerra – e que no decorrer do livro irá

analisando outros escritos do mesmo período, argumenta ainda que a literatura letrada, longe de funcionar como um arcaísmo separado das realidades, representava um poderoso arsenal cultural [54]. Essa república letrada será a responsável pela publicação de textos como os que acabamos de analisar, imersos que estavam na situação política de seus reinos e visando também o reconhecimento diante de seus reis. Fernando Bouza denomina de República das Letras esse grupo de homens que escrevem, mas ao mesmo tempo leem uns aos outros e tem a função de validarem mutuamente seus escritos, como Jerônimo Bahia, indicado como responsável pela censura da obra de Antonio Alvares Cunha, que publicava no mesmo período uma *Canção Heroica a Magestade Serenissima de nosso Invicto Monarcha* onde podemos ler que:

> Ouvem: morra Felippe, Affonso viva;
> Viva Affonso, de Affonso imagem viva;
> De cujo excesso nome a clara sombra
> Illustra Portugal, Castella assimbra.
> Já na veloz fugida se despenha
> Austria, deixando a bellica fadiga,
> E a noite o favorece; porque tenha
> Quando estrela contraria, noite amiga [55].

Ainda que a maioria de nossas fontes de pesquisa não contem com autoria, interligar essas pessoas e esses escritos quando possível auxilia na compreensão de como funcionava aquela sociedade.

Escolhemos esses dois documentos para constarem em nosso trabalho porque são descrições detalhadas sobre notícias da guerra que não deixavam também de provocar

---

analisá-las; ver também: ARREDONDO, María Soledad. *Literatura y propaganda en tempo de Quevedo*: Guerras y plumas contra Francia, Cataluña y Portugal. Iberoamericana, Vervuert: Madrid, Frankfurt, 2011. Sobretudo o capitulo III *La guerra de papel*; CIDADE, Hernani. *A literatura autonomista sob os Filipes*. Livraria Sá da Costa: Lisboa, 1940 (acerca do livro de Hernani Cidade e os problemas de uma obra considerada dotada de um "patriotismo intransigente" ver: ASENSIO, Eugenio. España en la Épica portuguesa del tiempo de los Felipes (1580-1640). Al margen de un libro de Hernani Cidade. In: ___. *Estudios Portugueses*. Pares: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1974); sobre os sermões, que desempenhavam papel ainda mais importante em Portugal e não só eram ouvidos nas Igrejas, mas também circulavam manuscritos e impressos pelas cidades, ver: MARQUES, João Francisco. *A Parenética portuguesa e a Restauração.* 1640-1668. A Revolta e a mentalidade. 2 vols. Dissertação de doutorado. Universidade do Porto: Porto, 1983. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18106> Acesso dia 20-jul-2018.

[54] SCHAUB, Jean-Frédéric. *Le Portugal au temps du comte-duc d'Olivares* (1621-1640). Le conflit du jurisdictions comme exercice de la politique. Madrid : Casa de Velázquez, 2001. p. 126.

[55] BAHIA, Jerônimo. *Canção Heroica a Magestade Serenissima de nosso Invicto Monarcha* D. Affonso VJ na singular victoria, que suas sempres justas, & agora triunfantes Armas alcançarão, na Memorável Batalha do Canal. Impressor: Henrique Valente de Oliveira, 1663. f. 11. Sobre a República das Letras, ver: BOUZA, Fernando. *Dásele licencia y privilegio*... p. 187.

o outro lado, ora afirmando que os portugueses estavam buscando ajuda com hereges, ora enaltecendo o papel do oficial enviado por Dom João IV em detrimento do comandante inimigo. A "polêmica", portanto, continua ainda na década de 60 onde, diferente dos primeiros anos, em que foram poucos os embates bélicos entre as duas Coroas, ocorreram várias batalhas no sul da Península. Além de comunicar as notícias em relações de sucessos cujas páginas muitas vezes eram em pouca quantidade, traziam à luz longas descrições dos encontros, imbuídas da polêmica característica do período em análise.

5.2 As relações de sucesso impressas em Lisboa e Madrid

Como já dissemos, a produção de relações de sucesso sobre a guerra da Restauração em Portugal alcançou um número bastante superior do que o impresso em Castela. Escolhemos assim as cidades sedes destas Coroas para analisar o material impresso de notícias que foi publicado neste período, ainda que certamente não tenhamos lido tudo o que foi produzido nestas localidades. Nos quase trinta anos que durou a guerra, foram impressos centenas de papéis, sobretudo do lado português, argumentando sobre a validade do movimento de dezembro de 1640 e as razões que levaram à aclamação de Dom João IV. Preocupado com outras frentes de batalha, pouco se imprimiu em Madrid sobre Portugal até o final da década de 50 do século XVII. A década de 40 do lado castelhano ficou marcada pelos manifestos contra os Braganças e a "traição" perpetrada pela maior casa portuguesa, que discorriam acerca do direito de Felipe II e, portanto, de seu neto, ao poder sobre Portugal. Em um momento em que, como já vimos, os vassalos dos dois lados buscavam reconhecimento através da menção de seus nomes nos papéis de notícia, numa "propaganda em escala menor" – e por outro lado eram ridicularizados proporcionalmente a sua função nas batalhas e título que carregava –, Lisboa passa a produzir incessantemente desde janeiro de 1641 dezenas de relações de sucesso, e a partir de 1642 concomitante a elas sua *Gazeta "da Restauração"*. A Monarquia Hispânica, por sua vez, e Madrid, no nosso estudo, somente na última década da guerra passa a publicar relações de sucesso – e também sua Gazeta – discorrendo sobre as batalhas contra Portugal. Para além das preocupações com outras frentes de batalha, Fernando Bouza encontra ainda um outro argumento para explicar essa diminuta produção: a publicística antirrestauradora flertaria com um discurso antiportuguês bastante perigoso para os intuitos castelhanos. A presença na corte de Madrid tanto de um grande grupo de fidalgos

portugueses como de banqueiros assentistas da mesma origem, era por um lado necessário financeiramente e por outro carregado do valor simbólico agregado a sua lealdade [56]. A intenção de continuar como Felipe III de Portugal trazia, assim, a necessidade de sempre distinguir entre quem eram os rebeldes que seguiam um rei tirano dos verdadeiros portugueses. Nossa análise das relações parte dessa ideia para discorrer sobre as notícias em folhas soltas publicadas dos dois lados da fronteira.

As relações madrilenas

Apenas a partir de 1658 e sobretudo na década de sessenta do século XVII é que poderemos encontrar uma quantidade expressiva de relações de sucesso publicadas em Madrid, enquanto em Lisboa houve certa diminuição, se compararmos com os primeiros anos da guerra, possivelmente devido à publicação do *Mercurio Portuguez.* Nas décadas de 40 e 50 foram poucas as relações de sucesso encontradas em nossa investigação que tratassem de Portugal. Os impressos de notícias preocupavam-se com outros conflitos que envolviam a Monarquia Hispânica e pouco tratavam das questões portuguesas. Havia em Madrid a frequente publicação de manifestos contra Dom João IV e a separação de Portugal, defendendo o direito de Felipe IV sobre a Coroa portuguesa, mas quanto às notícias que circulavam impressas pela cidade, eram muito poucas, num momento descrito por Fernando Dores Costa como uma "situação de trégua imperfeita" após a única batalha que contou de fato com o encontro dos dois exércitos, conhecida como batalha de Montijo, no ano de 1644 [57]. Ainda que existam relações de sucesso sobre essa batalha, não encontramos nenhuma que tenha sido impressa em Madrid, o que pode significar o pouco interesse da cidade sede da corte naquele momento com os acontecimentos na fronteira com Portugal.

Encontramos, assim, apenas três papéis de notícias publicadas em Madrid que tratassem das batalhas contra Portugal anterior a 1658. Até esse ano, pouco se imprimia

[56] BOUZA, Fernando. *Papeles y Opinión*. Políticas de Publicación en el Siglo de Oro. Consejo Superior de Investigaciones Científicas: Madrid, 2008. p. 148.

[57] Sobre a publicística através de manifestos, ver: TORGAL, Luis Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. vol. 1. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981; FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. Hucitec: São Paulo, 1997; CARDIM, Pedro. *Portugal Unido y separado*. Felipe II, la unión de territórios y el debate sobre la condición política del Reino de Portugal. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2014 (sobretudo o tópico 6.4 Portugal y Castilla separados).

na cidade sobre os portugueses, mas o tratamento que os antigos vassalos de Felipe IV recebia se manteria durante toda a guerra: em todas as notícias os portugueses nunca são ridicularizados nem generalizados como rebeldes; o conflito teria sido gerado por um pequeno grupo, influenciado por um tirano – Dom João IV ou Dom Afonso VI. Obviamente Dom João IV nunca é chamado de rei, apenas de "rebelde" ou "tirano", diferente do tratamento recebido nas relações de sucessos impressas em Barcelona, cujo inimigo comum fazia com que a realeza dos Braganças nunca fosse questionada nas relações impressas na década de 1640. Tomemos como exemplo a R*elacion fidedigna del feliz svcesso qve han tenido las armas de su Magestad Catolica, contra el Exercito del Rebelde de Portugal: Sucedido media légua de Alcantara, junto a la Cruz, que llaman de Rebollo, a 6 de Março deste presente año de 1652* [58]. Este relato, escrito em primeira pessoa para que "se sirua de tenerlo entendido, y darla a su Magestad deste buen sucesso que hã tenido sus Reales Armas" [59], descreve como teriam ocorrido as entradas do inimigo atrás de gado em terras castelhanas e a resposta do exército de Felipe IV. Depois de uma perda considerável de gado provocada pela entrada dos "rebeldes", a relação descreve a vingança dos soldados castelhanos, que terminou com mais de 150 mortos e 350 prisioneiros do lado inimigo, devendo-se ao "Cõde de Tronçán, y al Comissario General Maçacán, por auerlo obrado también", concluindo que "se assegure, que si aquí tuuieramos algunas fuerças, y medios de poder obrar, el Rebelde estuuiera a raya, y no se atreuiera a hazer entradas. Pero como la frontera es tan dilatada, y tan cortas nuestras fuerças, no es posible estoruarselo" [60]. Nas entrelinhas, o escritor reclamava, assim, da falta de forças do exército castelhano diante de uma fronteira tão grande como a que separava Castela de Portugal, nomeando os responsáveis pela (pequena) vitória. Mais uma vez chamamos a atenção para a definição do inimigo: é o rebelde e seus oficiais, não os portugueses.

Foi a partir do ano de 1658, contudo, que as notícias relacionadas a Portugal passaram a aparecer com maior frequência nas oficinas impressoras de Madrid. Julián de

---

[58] *Relacion fidedigna del feliz svcesso qve han tenido las armas de su Magestad Catolica, contra el Exercito del Rebelde de Portugal: Sucedido media légua de Alcantara, junto a la Cruz, que llaman de Rebollo, a 6 de Março deste presente año de 1652*. Impressor: Pablo de Val, 1652.

[59] "sirva para entender-se e dar a sua Majestade o bom sucesso que tiveram suas Armas Reais" (tradução nossa).

[60] "Conde de Tronçán, e ao comissário geral Maçacán, por ter atuado também"; "se assegure que se aquí tivéssemos algumas forças, e meios de poder atuar, o rebelde estaria no limite, e não se atreveria a fazer entradas. Mas como a fronteira é muito extensa, e tão curtas nossas forças, não é possível atrapalha-lo" (tradução nossa).

Paredes continua imprimindo e, além de trazer a luz a *Gazeta Nueva*, publica ainda algumas relações de sucesso com notícias da guerra. Junto a ele, encontramos Francisco Nieto, Joseph Buendía e Domingo García Morrás além de Diego Diaz. Passar a imprimir notícias sobre a guerra da Restauração demonstra, assim, não só o interesse de um público leitor pelo tema, mas o fim dos demais conflitos em que a Monarquia Hispânica estava inserida e a retomada das batalhas na fronteira com Portugal, já que no ano seguinte seria celebrada a Paz dos Pirineus com a França.

Dessa forma, no ano de 1658 encontramos três relações impressas em Madrid, duas por Julian de Paredes e uma por Diego Diaz. As publicações de Paredes tratam da mesma região da Galícia, enquanto a de Diaz descreve o ocorrido no sul da fronteira, em Estremoz. Assim, na *Relacion de la famosa vitoria que han tenido las Catolicas Armas de su Magestad, que Dios guarde...*[61] e na *Copia de vna carta remitida desde el campo sobre Monçon, en las fronteras de Portugal, à vn Cauallero de esta Corte...*[62] encontramos a descrição dos acontecimentos para aquele ano na região entre Douro e Minho. Na primeira relação podemos ler o ocorrido em setembro sobre a entrada em Portugal do exército comandado por Dom Baltasar de Roxas y Pantojas e pelo marquês de Peñalva Dom Bernardino de Meneses. O que nos chamou a atenção neste papel foi a identificação do exército como *galego* durante todo o documento, sempre enfatizando seu valor:

> los quales pelearon con tanto desnuedo, y valentía, que co auer el enemigo ocupado los mejores puestos, no pudo resistir el ímpetu de *nuestra gente*, que entrando por la Vanguardia del Exercito Portugues, salio por la retaguardia, abriendo, y deshaziendo los escuadrones de tal forma, que perecio la mayor parte de los enemigos. (…) Y generalmente hablado, todo el *Exercito de Galicia* obró en esta ocasión, como en todas las demas, tan valerosamente, que no les hacen ventaja los Soldados mas expertos de los Paises de Flandes, y de Italia. (…) Con esta vitoria, conseguida *por los valerosos, y esforçados Gallegos*, quedaron los Portugueses tan amedrentados, que no teniéndose por

[61] *Relacion de la famosa vitoria que han tenido las Catolicas Armas de su Magestad, que Dios guarde, governadas por el Excelentissimo señor Don Rodrigo Pimentel Marques de Viana, Gouernador y Capitan General del Reino de Galicia. Contra las de los Rebeldes del Reino de Portugal.* Impressor: Julián de Paredes, 1658. Essa relação possui publicação idêntica em Sevilha por Juan Gomez de Blás no mesmo ano. Em: [BNE VC/250/98].

[62] *Copia de vna carta remitida desde el campo sobre Monçon, en las fronteras de Portugal, à vn Cauallero de esta Corte, dándole cuenta de lo sucedido en quitarles a los Portugueses el socorro que querían introducir por el Miño a dicha Plaça. Sucedido el Sabado siete deste presente mes de Diziembre de 1658*. Impressor: Julián de Paredes, 1658.

> seguros dentro de su Castillo, o Fortaleza, se huyeron del Exercito por aquellos Montes (…) (f.2 itálico nosso) [63].

Demonstrar o valor dos homens daquela região era certamente parte da função deste documento, que enfatiza que eles eram melhores do que os soldados vindos de outras regiões da Monarquia, numa clara busca por reconhecimento diante de seu rei.

Apesar da mudança no título do documento, a Carta que se publica na sequência tem o mesmo formato e aparentemente foi escrita pela mesma pessoa, pois podemos ler logo no início que "continuando con lo que V.m. me manda en sus cartas le auise, y de cuenta por menor de lo que va sucediendo con los Portugueses en la Prouincia entre Duero, y Miño le siruo con vna breue suma (...)" [64]. A cópia da carta descreve apenas mais uma entrada bem sucedida em terras portuguesas, que ocorreram, como podemos ler no título completo da carta (nota 434), no dia 7 de dezembro daquele ano. À diferença da relação de sucesso, a Carta apresenta a data em que foi escrita e o local: "del campo sobre Monçon a 10 de Diziembre de 1658 años" [65], mantendo o formato de uma missiva.

A terceira relação que encontramos para esse ano traz notícia da morte do Conde de Penaguião após ser preso em batalha. O papel enfatiza o respeito com que o oficial foi tratado e parece querer demonstrar a superioridade castelhana diante do falecimento de um fidalgo da alta hierarquia portuguesa:

> El Conde prisionero murió a la noche. Miercoles por la tarde, embió el señor D. Luis de Haro vn trompeta a la Villa de Yelves a auisar si gustauã se embiasse el cuerpo del dicho Cõde; dixeron le recibirían; Su Excelêcia hizo buscar en su Recamara vn vestido de mucha gala, y no pareciéndole le tenia, se vulcó en el Exercito, y se halló vno muy rico del Conde de CastelMendo [sic], de valor de mil escudos; este le puso, y en vna litera se lleuó con orden;

---

[63] "os quais brigaram *sem medo* e com valentia, que tendo o inimigo ocupado os melhores postos, não pode resistir ao ímpeto de nossa gente, que entrando pela vanguarda do exército português, saiu pela retaguarda, abrindo, e desfazendo os esquadrões de tal forma, que pereceu a maior parte do inimigo (…) E falando de maneira geral, todo o Exército da Galícia atuou nesta ocasião, como em todas as demais, tanto valor, que não tem vantagem os soldados mais especialistas dos países de Flandres e de Itália. (…) Com esta vitória, conseguida pelos valorosos e esforçados galegos, ficaram os portugueses tão amedrontados, que não se sentindo seguros dentro de seu castelo, ou fortaleza, fugiram do exército por aqueles montes" (tradução nossa).

[64] "continuando com o que V.m. me manda em suas cartas que lhe avise, e dê contra com detalhes do que vai acontecendo com os portugueses na província de Douro e Minho lhe sirvo com um pequeno resumo" (tradução nossa).

[65] "do campo de Monçon, dia 10 de dezembro do na ode 1658". (tradução nossa)

> que se quedasse la litera allá, por si gustassen de embiar el cuerpo a Lisboa, y que daría Cavalleria que lo acompañassen hasta donde gustassen [66].

Dom Luís de Haro teria, assim, recorrido às roupas de alto valor de um dos oficiais para que se vestisse o Conde de maneira adequada ao ser entregue de volta ao exército inimigo, oferecendo ainda a liteira para que o corpo fosse levado até Lisboa e cavalaria para que o acompanhassem. O respeito com que os portugueses seriam tratados pelos castelhanos prevalece, assim, nos papéis castelhanos, onde mesmo um membro falecido do exército do "rebelde" era tratado com os cuidados que demandavam um Conde. Será na década de sessenta daquele século, porém, onde encontraremos a maior quantidade de papéis de notícias publicados que tratavam da guerra contra Portugal.

Diferente do que D. Juan Pérez de Guzmán y Gallo no seu *Bosquejo Histórico-Documental de la Gaceta de Madrid* escreveu, contudo, de que haveria uma divisão entre os impressores madrilenos e cada um seria autorizado a imprimir sobre determinado tema, veremos, pelo contrário, que nesse período eles se alternavam publicando sobre as batalhas contra Portugal [67]. Encontramos dentre as relações madrilenas um formato bastante interessante: para além de sua *Gazeta Nueva* foram publicadas na cidade algumas relações seriadas, ou seja, que possuíam certa sequência das notícias publicadas. Encontramos dois grupos de relações do ano de 1662:

---

[66] *Relacion en que se da cventa de todo lo sucedido al Exercito de su Magestad (que Dios guarde) governado por el Excelentissimo Señor D. Luis Mendez de Haro, desde diez y seis de Octubre deste presente año de 1658 que salió de la Ciudad de Badajoz, para el sitio, y Campaña de Yelves, hasta 27 de dicho mes*. f.1v-2. "o conde prisioneiro morreu a noite. Quarta-feira pela tarde, eviou o senhor D. Luis de Haro um trompeta a vila de Yelves para avisar se gostariam que se enviasse o corpo do dito Conde; disseram que lhe receberiam; Sua Excelência fez buscar em sua câmara um vestido de muita gala, e parecendo que não o tinha, buscou no exército, e encontrou um muito rico do conde de CastelMendo[sic], de valor de mil escudos; colocou-o, e em uma liteira levou com ordem que se deixasse a liteira lá, caso quisessem enviar o corpo a Lisboa, e que daria cavalaria que o acompanhasse até onde quisessem" (tradução nossa).

[67] Cf. GUZMÁN Y GALLO, D. Juan Pérez de. *Bosquejo Histórico-Documental de la Gaceta de Madrid*. Imprenta de la Sucesora de M. Minuesa de los Ríos: Madrid, 1902. p. 41.

	Título	Impressor	período a que se refere
1	Relacion verdadera, y diario de lo sucedido em la entrada que há hechi el Serenissimo Señor Don Juan José de Austria, con las Catolicas Armas de Su Magestad em la campaña, y tierra del Rebelde de Portugal, desde el dia primero de Mayo deste año de 1662	Francisco Nieto [68]	01 de maio a 16 de maio
2	Relacion verdadera, y segundo Diario de la feliz vitoria que han tenido las Catolicas Armas de Sua Magestad (que Dios guarde) contra el Rebelde de Portugal governadas y assistidas por su Alteza el Serenissimo señor Don Juan de Austria, em el sitio y toma de Jurumeña	Francisco Nieto	17 de maio a 12 de junho
3	Relacion verdadera, y tercer diario de la feliz vitoria que han tenido las Catolicas Armas de su Magestad (que Dios guarde) contra el Rebelde de Portugal, governadas y assistidas por su Alteza el Serenissimo señor Don Juan de Austria, em los rendimientos, y tomas de las plaças de Beyros, y Monforte	Francisco Nieto	23 de junho a 27 de junho
4	Relacion Verdadera, y quarto diario de la feliz Vitoria que han tenido las Catolicas Armas de Su Magestad (que Dios guarde) contra el rebelde de Portugal, governadas y assistidas por su alteza el Serenissimo señor Don Juan de Austria, em el sitio, y tomada de la valla de Ocrato, con otros doze lugares de su Priorato, que sus nombres van al fin desta relación	Francisco Nieto	28 de junho a 08 de julho

Tabela 5.1: primeira sequência de relações seriadas do ano de 1662 publicadas em Madrid sobre a Guerra da Restauração na região do Alentejo. Tabela elaborada a partir da análise da documentação.

[68] Dom Juan Pérez de Guzmán y Gallo afirma que Fabro Bremundan, o autor da *Gazeta Nueva* de Madrid, teria sido o escritor que imprimiu as notícias sobre a guerra entre a Monarquia Hispânica e Portugal na oficina de Francisco Nieto, embora não possamos confirmar essa afirmação. In: GUZMÁN Y GALLO, Dom Juan. *Op. Cit.* p. 44. Eulogio Varela Hervias, que utiliza o trabalho de Guzmán y Gallo, também não acredita que essa informação tenha base sólida.

	Título	Impressor	período a que se refere
1	Primera relacion diaria de los felizes sucessos que las armas de Su Magestad (que Dios guarde) tuvieron contra el Rebelde de Portugal entre Duero, y Miño, este año de 1662	Francisco Nieto	04 de julho a 02 de agosto de 1662
2	Segunda Relacion diaria de la feliz vitoria que han tenido las Catolicas Armas de Su Magestad (que Dios guarde) por la parte de Galicia, contra el Exercito Rebelde de Portugal, governadas por los señores D. Baltasar Pantoja, y el Marques de Penalva...	Francisco Nieto	08 de agosto a 10 de agosto
3	Tercera Relacion diaria de todo lo sucedido desde el dia diez de Agosto hasta 21 del dicho, al Exercito de Su Magestad em la Conquista del Reyno de Portugal por parte de Galicia, assistido, y governado por el Ilustrissimo señor Pedro Carrillo, Arçobispo de Santiago...	Joseph Fernandez Buendía	10 de agosto a 21 de agosto
4	Quarta Relacion diaria de todo lo sucedido desde el dia 21 de Agosto, hasta 14 de Septiembre deste año de 1662 al exercito de su Magstad em la Conquista del Reyno de Portugal por la parte de Galicia, assistido y governado por el Ilustrissimo Señor Pedro Canello, Arçobispo de Santiago, Capitan General de dicha Conquista...	Joseph Fernandez Buendía	21 de agosto a 14 de setembro
5	Quinta Relacion diaria de lo sucedido a las católicas Armas de Su Magestad (que Dios guarde) em la frontera de Portugal, por la parte de Galicia, donde se dá cuenta, y declara los sucessos de mar, y tierra, que han passado desde el dia treze deste mês de Septiembre, hasta el dia diez y nueve de dicho; assi las presas, municiones, y pertrechos, que les hemos tomado, como los Navios y Baxeles....	Joseph Fernandez Buendía	13 de setembro a 19 de setembro
6	Sexta Relacion de los felices sucessos, y vitorias que han tenido las Armas de la Magestad Catolica Assistidas por el ilustrissimo señor D. Pedro Carrillo de Acuña, Arçobispo de Santiago; y el Excelentissimo señor Don Baltasar Pantoja, Maestre de Campo General de aquel Exercito...	Domingo Garcia Morras	25 de agosto a 25 de setembro

Tabela 5.2: segunda sequência de relações seriadas do ano de 1662 publicadas em Madrid sobre a Guerra da Restauração na região da Galicia. Tabela elaborada a partir da análise da documentação.

Através da leitura dos títulos presentes nas duas tabelas anteriores, podemos perceber que as relações de sucesso enumeradas apresentavam uma sequência onde o leitor poderia acompanhar os movimentos bélicos ao norte e ao sul da fronteira. Aparentemente essas relações são publicadas com a oportunidade da notícia, e não com a periodicidade encontrada em Gazetas e Mercurios – no caso dos periódicos, os editores abastecem um título já existente com notícias que chegam através das redes de correspondência já consagradas no continente europeu (as mesmas notícias circulavam por toda a Europa individualmente ou agrupadas, impressas ou manuscritas, adaptadas ou

traduzidas, através dos serviços postais e correios [69]). A tabela 5.2 ainda demonstra que a mesma série de notícias, que mantem o título – de primeira, segunda, etc – e layout semelhantes (como podemos ver no Anexo 2) é impressa em diferentes oficinas. Podemos pensar assim que havia uma disputa de acesso e impressão da notícia ou, o que é mais provável – tendo em vista a já apontada organização entre eles quando por exemplo se defenderam das acusações da Congregação dos Cegos,[70] – uma organização em corporações que significava uma divisão ao publicar as relações de notícias e os impressos em Madrid [71].

Nas relações encontradas na Tabela 5.1, podemos ler a descrição diária da movimentação dos exércitos e dos resultados obtidos devido, sobretudo, ao comandante Dom Juan José de Áustria. Na terceira delas, devido aos sucessos obtidos na campanha, afirma-se que "partiremos de aquí mañana, no se sabe a donde, pero yendo como va este negocio, nos juzgamos ir à Lisboa" [72]. O otimismo expresso no papel era tanto que já supunham tomar a direção de Lisboa para a tomada da cidade. Escreve ainda que "ellos tienen famoso miedo a Su Alteza, y estos días se han venido a rendir algunos soldados de acauallo, Franceses, y Portugueses, y todos conuienen en que mueren de hambre, y que nos les pagan (…)" [73]. Descrever assim, não só o medo que sentiam de Dom Juan José de Áustria como a péssima situação do exército inimigo é parte do interesse de desqualificar os "rebeldes" e demonstrar que estão passando fome e perdendo soldados. No *quarto diário...* encontramos mais uma vez a superioridade do exército castelhano sendo descrita quando lemos que "no se ha oído sucediesse muerte, violación de mugeres, ni robos en la

---

[69] Cf. DÍAZ NOCI, Javier. La circulación de noticias en la España del Barroco. In: CHARTIER, Roger. ESPEJO, Carmen (eds.) La aparición del periodismo en Europa… p. 210. Tratamos da circulação e reelaboração das notícias no capítulo 4 deste trabalho. Sobre os sistemas postais europeus, ver SCHOBESBERGER, Nikolaus. ARBLASTER, Paul, *et al*. European Postal Networks. In: RAYMOND, Joad. MOXHAM, Noah. (eds.*) News Networks in Early Modern Europe*. Brill: London, 2016. Sobretudo as páginas 37 a 46 para Espanha e Portugal.

[70] Como podemos ver no terceiro capítulo.

[71] Essa questão foi discutida na II Jornadas História Moderna em Foco, realizadas entre os dias 20 e 22 de agosto de 2018 na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) onde apresentamos a seguinte comunicação: "'Contra el rebelde de Portugal': as relações de sucessos impressas em Madrid durante a guerra da Restauração (1640-1668)". Agradecemos a intervenção do professor Luís Felipe Silvério Lima que apontou a pertinência em se pensar as corporações de ofício para discutirmos os impressores do período, ainda que não seja possível abordarmos a questão neste trabalho com a profundidade necessária.

[72] *Relacion verdadeira, y tercer Diario de la fez vitória que han tenido las Catolicas Armas de Su Magestad (que Dios guarde) contra el Rebelde de Portugal, governadas, y assistidas por su Alteza el Serenissimo señor Don Iuan de Austria en los rendimientos, y tomas de las plaças de Beyros, y Monforte*. Impressor: Francisco Nieto. f. 2. "partiremos daqui amanhã, não se sabe para onde, mas vendo como está este negócio, julgamos ir a Lisboa" (tradução nossa).

[73] *Idem*. "eles têm famoso medo de Sua Alteza, e esses dias vieram render-se alguns soldados a cavalo, franceses e portugueses, e todos concordam que morrem de fome, e que não lhes pagam" (tradução nossa).

Iglesia, de que su Alteza quedó muy gozoso, porque en días de tanta confusión, y horror no suele ser fácil euitar estos acidentes (...)" [74]. A acusação de que estes soldados não respeitavam as Igrejas e eram extremamente violentos com a população era uma aparição frequente nos papéis portugueses, cabendo assim, responder que essas ações eram "acidentes", e que não haviam ocorrido naquelas entradas.

Quanto às relações da Tabela 5.2, que tratam da região da Galícia, na primeira delas vemos novamente a menção ao saque das Igrejas, onde mais uma vez se demonstra que aquilo não era concebível para os comandantes castelhanos:

> y porque de una Iglesia sacarõ algunas cosas los soldados, mando el señor Marques prenderlos (…) dando con esto a vn tiempo satisfacion a Dios, y al mundo del atreuimiento, acción muy digna de su zelo, y prudencia, con que puso freno a la variedad de Naciones de que se compone el Exercito [75].

Neste trecho a ideia é ainda afirmar que não eram os castelhanos quem estariam saqueando as Igrejas, mas soldados de várias nações que compunham aquele exército. Mais uma vez, o que nos parece ser uma frequência nos papéis que tratam da batalhas na região da Galícia, encontramos o enaltecimento dos soldados galegos: "no es creible el valor con que los Gallegos, y las Naciones han obrado, y obran, y muy hermanablemente, y en los choques, y auances andan a porfia obre quien ha de ser primero; con q' han obrado lo que se sabe, dexando al enemigo muy medroso (…)" [76].

---

[74] *Relacion Verdadera, y quarto Diario de la feliz vitória que han tenido las Catolicas Armas de Su Magestad (que Dios guarde) contra el Rebelde de Portugal, governadas, y assistidas por su Alteza el Serenissimo señor Don Iuan de Austria, en el sitio, y toma de la villa de Ocrato, con otros doze lugares de su Priorato, que sus nombres van al fin desta relación*. Impressor: Francisco Nieto. f.1v. "não se ouviu que ocorresse morte, estupro de mulheres nem roubos à Igrejas, do que sua Alteza ficou muito feliz, porque em dias de tanta confusão e horror não costuma ser fácil evitar esses acidentes" (tradução nossa).

[75] *PRIMERA relacion diaria de los felizes sucessos que las armas de su Magestad (que Dios guarde) tuuieron contra el Rebelde de Portugal entre Duero, y Miño, este año de 1662*. Impressor: Francisco Nieto. f.1v. "e porque de uma Igreja tiraram algumas coisas os soldados, mandou o senhor Marquês prendê-los (…) dando com isto [ao mesmo] tempo satisfação a Deus e ao mundo do atrevimento, ação muito digna de seu zelo e prudência, com que colocou freio à variedade de nações de que se compõe o exército" (tradução nossa).

[76] *TERCERA Relacion diaria de todo lo svcedido desde el dia diez de Agosto hasta 21 del dicho, al Exercito de su Magestad en la Conquista del Reyno de Portugal por la parte de Galicia, assistido, y gouernado por el Ilustrissimo Señor Don Pedro Carrillo, Arçobispo de Santiago, Capitan General de dicha Conquista, y el señor Don Baltasar Pantoja, Maestre de Campo General, y el Excelentissimo Señor Marques de Penalva, Capitan General de la Caualleria.* Impressor: Joseph Fernandes Buendía. f. 2. "não é crível o valor com que os galegos e as nações atuaram e atuam, fraternalmente, e nos choques, e avanços andam insistentes quem quer que seja o primeiro; com que atuaram o que se sabe, deixando o inimigo muito amedrontado" (tradução nossa).

Nestas relações podemos ler a descrição detalhada do movimento dos exércitos dia após dia, com o cuidado de nomear os principais comandantes frente aos exércitos e sempre contra "o rebelde de Portugal". Nestes papéis é mais comum enaltecer os próprios soldados e comandantes do que inferiorizar os portugueses. Com o intuito de que esses impressos cruzassem a fronteira, as relações traziam ainda informações sobre moradores que passavam a lutar do lado castelhanos, "porque desejam se ver livres das opressões, tiranias e tributos que padecem" [77]. A imagem da primeira página de todas as relações seriadas encontradas nas duas tabelas anteriores está no Anexo 2 ao fim deste trabalho.

Outras relações também são impressas no mesmo ano de 1662, como a que se chama "*Copia de carta escrita de vn cortesano de Lisboa a vn ciudadano de Cadiz, en que le dá quenta de algunas cosas que allá pasan, traducida de Portugues en Castellano".* Nessa relação podemos ler, novamente em primeira pessoa, sobre todas as vitórias da Monarquia Hispânica e como isso estaria afetando a população "q' somos (aunque Portugueses) Castellanos en el efecto a nuestro Rey" [78]. O autor da carta escreve ainda que "lo mas que tiene a este Reyno triste, es, ver que en Castilla, por todas partes, se preuiêne gruessos, y numerosos Exercitos para esta Primauera, y esperan mucho daño, y acá no ay oposición, ni es posible jûtar vn tostón, ni vn hombre" [79]. Outra questão lembrada por outros impressos madrilenos de que já tratamos e mencionada também nesta relação é o casamento de Dona Catarina de Bragança, filha de Dom João IV, com o rei inglês e o grandioso dote pago por essa união, que incluiu a entrega de Tânger, no norte da África, ao reino não-católico. O autor afirma, assim, que todos os maus sucessos se deviam ao casamento com a Inglaterra e terem lhe dado Tânger, para ultrajar e profanar a fé católica. Concluindo que "somos mas los afectos a Castilla que a Portugal, vnos de amor, otros yá de hartos de guerra" [80]. A impressão, publicada como se fosse uma carta enviada de Portugal, visa assim demonstrar não só as vitórias castelhanas, como o apoio

---

[77] *Qvarta relacion diaria de todo lo svcedido desde el dia 21 de Agosto, hasta 14 de Septiembre deste año de 1662 al exercito de su Magestad en la Conquista del Reyno de Portugal por la parte de Galicia, assistido, y gouernado por el Illustrissimo Señor Pedro Carrillo, Arçobispo de Santiago, Capitan General de Dicha Conquista; y señor D. Baltasar Pantoja, Maestre de Campo General, y el Excelentissimo Señor Marques de Penalva, Capitan General de la Caualleria*. Impressor: Joseph Fernandes Buendía. f. 2.

[78] *Copia de carta escrita de vn cortesano de Lisboa a vn ciudadano de Cadiz, en que le dá quenta de algunas cosas que allá pasan, traducida de Portugues en Castellano.* Impressor: Francisco Nieto. f.1v. "que somos (ainda que portugueses) castelhanos na verdade nosso rei" (tradução nossa).

[79] *Ibidem*. f. 2-2v. "o que mais faz este reino triste é ver que em Castela por todas as partes se previnem grossos e numerosos exércitos para esta primavera, e esperam muito dano, e aqui não tem oposição, nem é possível juntar um tostão, nem um homem" (tradução nossa).

[80] "somos mais partidários a Castela que a Portugal, uns por amor, outra já fartos da guerra" (tradução nossa).

do povo português a Felipe IV e seu descontentamento com as decisões tomadas pela Coroa portuguesa, discorrendo ainda sobre o sofrimento dos moradores da cidade de Lisboa com a falta de mantimentos e o caro preço dos alimentos.

A última relação de sucesso que encontramos impressa em Madrid é também a publicação de uma carta dando notícias sobre a tomada da cidade de Évora na região do Alentejo. A *Copia de carta venida del Exercito, en que se auisa la toma de Ebora Ciudad, y el feliz sucesso de las Armas de su Magestad, que Dios Guarde* descreve já no ano de 1663 a importância daquele feito, que teria deixado Lisboa "inquieta", já que era uma cidade no "coração do Alentejo" e "a dez léguas de Lisboa", exagerando a proximidade das duas cidades. Esta carta, datada de primeiro de junho, é a última publicada em formato de relação de sucesso em Madrid que conseguimos encontrar, silêncio que pode se dever à derrota seguida por Dom Juan José de Áustria em Évora no fim do mesmo mês. A intenção dos papéis era, como demonstramos, descrever a movimentação dos exércitos exaltando seus oficiais e ainda, mostrar que a população portuguesa estava do lado castelhano e divergia das decisões tomadas pela Coroa dos Bragança, chamando de rebelde apenas o rei aclamado, seus familiares e o exército português, mas não o povo. Por fim, o silêncio que encontramos após junho de 1663 demonstra como as relações poderiam trazer apenas notícias que favorecessem o governo de Felipe IV, tendo em vista as constantes derrotas sofridas por seus exércitos a partir de então.

As relações lisboetas

Como dissemos, é bastante expressiva a quantidade de relações de sucesso impressas em Lisboa nos primeiros anos após a aclamação de Dom João IV e convém para este trabalho discorrermos sobre os principais temas relacionados à guerra que foram abordados por estes papéis. Diferente, assim, das relações madrilenas, das quais foi possível tratarmos de maneira quase individual devido à pouca quantidade produzida, em Portugal a produção de papéis de notícias se concentrou em Lisboa, o que fará com que nossa análise perpasse pelos assuntos que foram discutidos.

Assim como em Madrid, Lisboa também contou, para a primeira década da guerra, com algumas relações seriadas. Encontramos quatro relações de sucesso que também possuíram dois impressores diferentes em sua produção. Enquanto nas tabelas

5.1 e 5.2 apontamos o período de tempo descrito em cada documento para termos uma ideia da cronologia daquelas informações, para os papéis lisboetas temos a vantagem de contar com a data da taxa, último passo para a permissão da circulação:

	Título	Impressor	data da taxa para circulação
1	Relaçam do svcesso qve Ruy de Figveiredo fronteiro d'Arraya de tralos montes teue na entrada que fez no Reyno de Galiza	Manoel da Sylua	07 de setembro de 1641
2	Segvnda relaçam verdadeira e algvns svcessos venturosos q' teue Ruy de Figueiredo Fron[]iro mor da Villa de Chaues, na entrada que fez, & ordenou em algus lugares do Reyno de Galiza, nos vltimos dias de Agosto até se recolher a dita villa: copiada de hua carta que o dito Frõteiro enuiou a S. Magestade	Manoel da Sylua	28 de setembro de 1641
3	Terceira Relaçam do sucesso, que teve Rui de Figueiredo de Alarcão nas fronterias de Chaves, Monte Alegre & Monforte, segunda feira, nove do mês de setembro de 641. de que he general & fronteiro mor, tirada da carta que escreveo a sua magestade	Jorge Rodrigues	15 de outubro de 1641
4	Qvarta Relaçam verdadeira da victoria, qve o fronteiro mor de Traslos Montes Ruy de Figueiredo de Alarcão ouue na sua fronteira, sinco legoas de Miranda, em Brandelhanes terra de Castella, em que por sua ordem se achou com elle Pedro de Mello Capitão mor de Mirãda. A qual mandou a sua Magestade o dito fronteiro mor assinada por sua mão &c.	Jorge Rodriguez	18 de novembro de 1641

Tabela 5.3: sequência de relações seriadas do ano de 1641 publicadas em Lisboa sobre a Guerra da Restauração na região da Galícia [81]. Tabela elaborada a partir da análise da documentação.

Pelas datas da taxação obrigatória podemos conferir a frequência com que os papéis que tratam das ações de Ruy Figueiredo foram impressos no ano de 1641 e perceber certo padrão de comportamento dos impressores das duas cidades, ao publicar relações de sucesso seriadas nos dois tempos distintos da guerra: para Portugal, no ano seguinte à aclamação e portanto momento fundamental de impressão de notícias; para a Monarquia Hispânica, na última década da guerra, quando Felipe IV e seu exército se voltou para o reino ocidental e necessitava demonstrar suas vitórias e sua força diante dos vassalos rebeldes e também do restante da Europa [82].

[81] Não foi possível anexar as imagens das ditas relações como fizemos com o material madrileno porque tivemos acesso apenas aos documentos microfilmados na Biblioteca Nacional de Portugal.

[82] No ano de 1662 também encontramos em Lisboa uma indicação de relação seriada, mas no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal há infelizmente apenas uma delas: *Relaçam terceira e qvarta da victoria*

A primeira relação é assinada pelo próprio Ruy Figueiredo, que descreve sua entrada na região da Galícia após receber uma carta de Sua Majestade mandando que "rompesse guerra com o inimigo". Após três entradas feitas de maneira simultânea, lemos que os moradores da região se entregavam com pouca resistência e "querião ser vassalos de el Rey de Portugal, & mãdar suas fazendas, & famílias pera este Reyno, & por isso os fui deixando com o nome de vassallos obedientes, sem lhe fazer mais dano que o que receberão nas entradas" [83]. E encerra a relação concluindo que

> Temos cá entendido com fundamentos muito certos, que os Gallegos estão com tam grande medo desta entrada, & do que tem sabido das nossas armas, que seu eu tiuer moniçoes bastantes para me poder deter em Galiza, farei por toda ella grande estrago. V. M. me faça mercê de o representar assi a sua Magestade, & saber delle o que mais me manda que faça, porque o desejo que tenho de me empregar em seu serviço helhe muito prezente, me faz parecer que tenho feito muito pouco, para o muito que desejo obrar nelle: & assi espero que V. M. me auize do que S. Magestade me manda, que faça, porque o tornar a entrar por Galiza, não só me não cauza receo, mas o hauerei por particular mercê de S. Magestade, que Deos guarde [84].

Os galegos, dessa forma, estariam com medo das entradas portuguesas e dependia do envio de mantimentos para a guerra as vitórias naquela região, afirmando Ruy Figueiredo o gosto que tinha em obedecer às ordens de Dom João IV. Além disso, da mesma maneira que as relações de sucesso madrilenas descrevem que os portugueses das fronteiras estariam passando para o lado deles, nos papéis lisboetas os galegos também estariam do lado português.

Como os títulos das demais relações apontam, elas teriam sido retiradas de cartas escritas por Ruy Figueiredo para o rei português, e eram escritas em primeira pessoa tratando do andamento dos encontros com os castelhanos na região da Galícia. Será uma constante nas relações portuguesas, como já tratamos, que descrevem um momento particular do acontecimento e passam a ideia de veracidade por aparentar terem sido escritas diretamente do front. Em outra relação, por exemplo, o texto também em primeira pessoa afirma que escrevia por ser "historia conhecida o relato a V.M. como *testemunha*

---

qve o Conde de Villa Flor Dom Sancho Manvel Gouernador das Armas da Prouincia da Beira alcançov das Armas Castelhanas a noue & a dez de Agosto deste anno de 662. Impressor Domingos Carneiro.

[83] *Relaçam do svcesso qve Ruy de Figveiredo fronteiro d'Arraya de tralos montes teue na entrada que fez no Reyno de Galiza*. 1641. Impressor: Manoel da Silva. f.2.

[84] *Ibidem*. f. 3v-4.

de vista, para que o comunique aos amigos" [85]. Por fim, encontramos na quarta e última relação da série uma demonstração da devoção portuguesa: num momento da batalha em que castelhanos se escondem em uma Igreja e dali continuam proferindo ataques, a relação afirma que um dos oficiais sugere queimar o templo para desaloja-los, ao que o outro oficial teria respondido que "mais queria que ficassem o dito Conde, & Marques, que por em risco as cousas sagradas: porque assi lho ordenaua sua Magestade, cujo piadoso zelo & Religião não queria ganhar monarquias com menor desacato do Diuino culto" [86]. A devoção portuguesa à religião católica, aliada à profanação perpetrada aos templos pelos castelhanos será também uma constante nos papéis de notícias portugueses.

É o que podemos encontrar em diferentes relações de sucessos impressas nos primeiros anos da guerra, como quando um papel descreve a entrada dos castelhanos em uma vila portuguesa e afirma que já a haviam saqueado "sem nenhuma reuerêcia ao culto diuino, fazendo pedaços a hum Christo, & descompondo as mais Imagens, leuando todos os gados com outros roubos, & insultos nunca imaginados" [87]. Ou ainda a descrição de outra entrada em que os castelhanos, usando de sua "costumada impiedade" roubaram a Igreja dedicada à Nossa Senhora de Ventosa onde, "(pondo de parte o deuido respeito), despirão de seus vestidos facto sanctos, pondo juntamente fogo ao hermitão, que nella assistia cujo danado incêndio chego a tanto, que tocou o precioso, & diuino Jesu que a Senhora tinha em seus santos braços" [88]. Por outro lado, como era de se esperar, "nunca a veneração do Sanctissimo Sacramento estaua mais segura, que quando o exercito Portugues andaua em campanha" [89]. A primeira "característica castelhana" que os papéis

---

[85] *Relaçam da vitória qve alcançov em dovs deste mês de Setembro, o General Martim Afonso de Melo, nos campos da Cidade d'Eluas, contra o inimigo Castelhano.* 1641. Impressor: Manoel da Silva. f. 1. Itálico nosso. Ser "testemunha de vista", assim, traria a confiança dos leitores ao relato.

[86] *Qvarta Relaçam verdadeira da victoria, qve o fronteiro mor de Traslos Montes Ruy de Figueiredo de Alarcão ouue na sua fronteira, sinco legoas de Miranda, em Brandelhanes terra de Castella, em que por sua ordem se achou com elle Pedro de Mello Capitão mor de Mirãda. A qual mandou a sua Magestade o dito fronteiro mor assinada por sua mão &c. 1641*. Impressor: Jorge Rodriguez. f.2v.

[87] *Relaçam da entrada qve o mestre de Campo Dom Francisco de Sovza fez na villa de Valença de Bomboy em Sabbado tres de Agosto deste prezente anno de mil & seiscentos, & quarenta & hum*. 1641. Impressor: Jorge Rodrigues. f.1.

[88] *Relaçam do felice svcesso milagrosa vitoria, que ouue o Capitão Luis Mendes de Vasconcellos, contra o inimigo Castellano, no termo da cidade de Eluas [10] de Julho de 1641.* Impressor Manoel da Silva. f.1v.

[89] *Relaçam da entrada qve fizeram em Galliza os gouernadores das armas da Prouincia de entre Douro, & Minho o Mestre de Campo Violi de Athis, que por carta de Sua Magestade exercita o cargo de Mestre de Campo General, & Manoel Telles de Menezes Gouernador do Castello de Vianna, & Frey Diogo de Mello Pereira Cõmendador de Moura Morra, & Veade da Religião de sam Joam de Malta, Capitam mor de Barcellos*. 1642. Impressor: Domingo Lopes Rosa. f. 4v.

de notícias darão ênfase, assim, será a heresia presente entre seus soldados, cujas relações inimigas, como descrevemos no tópico acima, se esforçavam em desmentir.

Aliada à profanação dos templos sagrados, a violência com que castelhanos tratariam a população das vilas ocupadas também é amplamente divulgada nas relações de sucesso lisboetas e são o motivo da resposta portuguesa:

> Pareceo a D. João de Sousa, q' conuinha tomar logo vingança disto, & não desperdiçar finezas de moderação na limpeza da guerra com inimigo, q' desejandoa pera sy, não corresponde com ella, quando acha ocasião, nê respeita a fraqueza do sexo nas molheres, nê da idade nos velhos, & mininos, & talvez rompe pella veneração deuida aos templos, & às imagens. Tinha o Gouernador mostrado quanto de sua parte desejaua esta limpeza de guerra nas entradas, q' com ella mandara fazer neste verão, despois da pratica q' os soldados do inimigo tiuerão com os nossos sobre esta matéria: mas vendo que com a morte do velho, & molheres na entrada de S. Esteuão, comprouara elle que não concorria no mesmo desejo, ordenou a Dom Manuel de Sousa seu filho, que com trezentos & sincoenta infantes, & oitenta cauallos fosse a Mayaldes lugar do inimigo, sinco legoas de Chaues, & o destruísse, & abrazasse, matãdo todos os homes, q' encontrasse, sem fazer dano a molheres, nem a mininos, porq' ainda que a vingança para ser igual pedia isto, não o consentia o respeito, que deuia ao esplendor de nossas armas, & asy mesmo, q' ainda nos casos, em que o inimigo o não merece, se nam deuê macular com acçoes indignas [90].

De acordo com a relação, o comandante português, ainda que quisesse uma guerra "limpa", teria sido obrigado a responder ao tratamento dado às mulheres, velhos e crianças pelo exército castelhano. Mesmo depois de destruir o lugar, colocar fogo e matar os homens, porém, os soldados portugueses teriam poupado mulheres e crianças devido ao respeito às armas portuguesas, que não deveriam ser maculadas com ações indignas.

A violência dos castelhanos não era exclusiva contra os portugueses, já que na *Relaçam do svcesso qve o Padre Mestre Ignacio Mascarenhas da Companhia de Jesv teue na jornada, que fez a Catalunha, por mãdado de S. M. elRey Dom Joam o IV nosso Senhor aos 7 de Janeiro de 1641,* podemos ler a descrição de uma batalha, onde Mascarenhas afirma que os catalães:

> finalmente andauão, assi elles como ellas, tam encarniçados no sangue castelhano, q' não se contentauão com lhe derramar quanto podião, mas cada qual pretendia trazer lêbrança dos q' deixauão mortos: & nas espadas trazião esperatado, qual as orelhas, qual os narizes, qual as lingoas castelhanas. Não

[90] *Relação dos svcessos, qve nas fronteiras deste Reyno tiuerão as armas DelRey Dom Joam o qvarto N. S. com as de Castella, despois da jornada de Montijo, ate fim do anno de 1644 com a victoriosa defensa de Eluas*. 1645. Impressor: Antonio Alvarez. f.89-90.

> pareça isto feridade demasiada dos Catalães, a vista da q' vsou com elles o Marques de los Veles em Cambrilex, porq' depois q' os Catalães ali se lhe renderão a partido, os fez sair por hua azinhaga, & à falsa fé, sendo q' se renderão a partido, a sangue frio os matou, não perdoado a molheres, nê meninos, exercitando nelles crueldades nuca vistas; nê ao sagrado perdoou nesta ocasião, porq' abrazou os Têplos, depois de os saquear, & queimou os Sacrarios; emfim, não perdoou nê aos Santos de Catalunha [91].

A primeira vista, a atitude violenta dos catalães poderia ser interpretada como uma "feridade demasiada", a qual a relação logo explica, indicando mais uma vez que era uma resposta às atrocidades cometidas pelos castelhano: mesmo após os catalães terem se rendido, o marquês de los Veles "a sangue frio os matou", não perdoando nem mulheres ou crianças e "exercitando nelles crueldades nuca vistas", não poupando nem os santos da Catalunha. A violência de orelhas, narizes e línguas espetadas em espadas seria, assim, justificada.

Encontramos a mesma justificativa para a violência do exército português contra os inimigos em uma relação tratando dos encontros na região da Galícia, onde lemos que

> como os nossos soldados leuauão tão frescas as memorias dos emsultos, que o Castelhano tinha cometido matandolhes tão deshumanamente os inocentes filhos, & amadas molheres, deposta a piedade Portuguesa, & imitando ao mesmo inimigo, sem q' os Capitães, & Officiaes de Milicia os podessem refrear, não perdoarão ao sexo, & qualidade dos miseraueis Gallegos, & Castelhanos passando a todos os que se rendião, à ponta da espada [92]

Mais uma vez, uma violência que poderia ser vista como desmedida, já que os adversários já haviam se rendido, é justificada pela memória dos assassinatos de mulheres e crianças cometidos por galegos e castelhanos. Seriam apenas os portugueses "imitando ao inimigo".

Para enaltecer os exércitos portugueses, era bastante comum ainda descrever como mesmo com uma quantidade superior de soldados, os castelhanos acabavam perdendo e, pior, fugindo do campo de batalhas. Lemos assim que, logo após um ataque

---

[91] *Relaçam do svecesso qve o Padre Mestre Ignacio Mascarenhas da Companhia de Jesv teue na jornada, que fez a Catalunha, por mãdado de S. M. elRey Dom Joam o IV nosso Senhor aos 7 de Janeiro de 1641*. Impressor: Lourenço de Anvers. f. 7.

[92] *Relaçam de hua carta do Dovtor Ignasio Ferreira, do Dezembargo delRey Nosso Senhor & outra de hum Religioso do Mosteiro de Bouro, em ' se referem alguas entradas, q' se fizerão no Reyno de Galiza.* 1641. Impressor: Jorge Rodrigues. f.3.

português "o inimigo depois de dar alguas cartas, fugio, como costuma" [93]. Em outra relação, em que se descreve que os moradores da vila atacada se defendiam com valentia, lemos que "os nossos pelejarão com mais valor que de homens, porque de cento mal armados, & mais costumados ao exercício do campo, que ao militar, se não podia esperar tam glorioso sucesso: o qual teue fim com a vergonhosa retirada dos Castelhanos" [94]. No intuito de realçar ainda mais o brio do povo português, essas relações traziam algumas vezes a participação de mulheres no enfrentamento do exército inimigo, demonstrando assim que *mesmo* uma mulher era capaz de derrotar os castelhanos. É o que inferimos ao lermos que dentre os duzentos inimigos mortos, nove foram mortos por "hua moça donzela, & nobre, em defenção de sua casa, & honra, cuja valerosa acção merece ficar eternizada para sempre" [95]. A ação da moça ao matar nove castelhanos deveria, assim, ser eternizada através da publicação na relação de sucesso. Outras mulheres aparecem ainda nos papéis de notícias impressos em Lisboa, descrevendo com mais detalhes suas ações dentro da batalha:

> Aqui vimos renouadas as façanhas nam só dos homes, mas ainda das mulheres Portuguezas, de que fazem mençam as Chronicas Romanas, & as nossas. Porque aqui andaram as mulheres no meyo do conflito ajudando aos maridos, & carregando-lhe os arcabuzes, para os descarregarem no castelhano, a que fizeram retirar, deixando à vista dos nossos mortos infantes, & sessenta caualleiros, & por aqui se pode entender o que seria de feridos. (...) Nam foy menor o zelo de hua mulher do mesmo lugar, que vendo entre os inimigos hum tio seu, que daquelle lugar se passara fugitivo para Castella, & tornaua contra sua pátria, lhe atirou com hua pedra, de que o matou, mostrando que a quem negaua sua pátria, os mesmos parentes por honra sua lhe deuiam dar a morte. E sobre todos se realçou o feito de outra mulher, que na mesma villa matou de traz de hua porta com hua cachaporta a sete Castelhanos, imitação da celebre [forneita] de Aljubarrota, mas menos venturosa no successo, pois com dous pilouros a mataram por sima de hum telhado, que rosto a rosto nenhum Castelhano se atreueo ao fazer a sua cachaporra (sic) [96]

---

[93] *Relaçam da entrada qve fizeram em Galliza os gouernadores das armas da Prouincia de entre Douro, & Minho o Mestre de Campo Violi de Athis, que por carta de Sua Magestade exercita o cargo de Mestre de Campo General, & Manoel Telles de Menezes Gouernador do Castello de Vianna, & Frey Diogo de Mello Pereira Cõmendador de Moura Morra, & Veade da Religião de sam Joam de Malta, Capitam mor de Barcellos*. 1642. Impressor: Domingos Lopes Rosa. f. 2v.

[94] *Relaçam de dvas vitorias qve os moradores da Aldeya de S. Aleixo, & das Villas de Mourão, & Monfarás alcançarão dos Castelhanos a 6 & 16 deste mez de Octubro, & socorros, que lhes mandou o General Martim Affonso de Mello, & de outro sucesso na Villa de Campo Mayor em o mesmo mês de Outubro 641*. Impressor: Jorge Rodrigues. f. 2.

[95] *Relaçam das victorias qve o Mestre de Campo Dom Sancho Manoel alcançou dos inimigos Castelhanos por si só, & em companhia do General Fernão Telles de Meneses, neste presente mês de Nouembro de 1642*. Impressor: Antonio Alvarez. f. 2.

[96] *Facçoens ventvrosas qve tiverão na fronteira de Almeida o General Fernão Telles de Menezes, & o Mestre de Campo D. Sancho Manoel contra o inimigo Castelhano em 2 & 4 deste mês de Nouembro do anno presente 1642*. Impressor: Domingo Lopes Rosa. f.4-4v.

É bastante interessante imaginar as mulheres andando por entre seus maridos, carregando suas armas enquanto eles combatiam o inimigo! Certamente o leitor coevo também se empolgaria com a descrição desses eventos. Castigar os traidores era outro tema frequente nos papéis de notícias, em que podemos ler que recebiam a justiça divina em algum acidente ou eram descobertos e sentenciados à morte em locais públicos, para que servissem de exemplo. A notícia assim, coloca nas mãos de uma mulher a justiça em matar o parente que "negava sua pátria". Na sequência, vemos ainda que outra mulher foi a responsável pela morte de sete castelhanos, sendo comparada à "padeira de Aljubarrota", famosa na história popular de Portugal porque teria matado sete castelhanos com sua pá de padeira no dia da batalha de Aljubarrota (1350). Ainda que hoje em dia não se tenha certeza sequer se a história de Brites de Almeida foi real, sua lenda se espalhou através dos séculos e era utilizada justamente para inflar o patriotismo português contra os castelhanos, como podemos conferir na menção de seu nome na relação que trata da Restauração portuguesa quase trezentos anos depois.

Ainda que em capítulos anteriores já tenhamos tratado brevemente do providencialismo nos impressos portugueses no pós-restauração, convém acrescentar aqui como os favores divinos também foram utilizados nas relações de sucesso para demonstrar que Deus estava do lado da dinastia de Bragança. O providencialismo será assim, outro tópico que aparecerá com frequência nesses impressos, como na *Relaçam de hua carta do Dovtor Ignasio Ferreira, do Dezembargo delRey Nosso Senhor & outra de hum Religioso do Mosteiro de Bouro, em ' se referem alguas entradas, q' se fizerão no Reyno de Galiza*. Nela lemos que de três rajadas de tiros "que deu o inimigo nenhum dos nossos padeceo perigo, caindo as balas, & pilouros aos pés dos soldados Portugueses, que as tomauão, & a outros dauão nos corpos sem fazer lesão, caso milagroso, & indicio certo de que Deos nosso Senhor está de nossa parte, & nos toma debaixo de seu amparo" e na mesma relação podemos ver ainda que os portugueses saíram vitoriosos "a pezar do soberbo Castelhano, a que Deos castigando suas insolências cometidas cõtra sua diuina Magestade há de prostrar a nossos pees fazêdonos justos vingadores das afrontas, que por mãos destes sacrílegos se cometerão" [97]. Assim, as balas disparadas pelos inimigos caiam

[97] *Relaçam de hua carta do Dovtor Ignasio Ferreira, do Dezembargo delRey Nosso Senhor & outra de hum Religioso do Mosteiro de Bouro, em ' se referem alguas entradas, q' se fizerão no Reyno de Galiza.* 1641. Impressor: Jorge Rodrigues. f.5v e 6v.

aos pés dos soldados portugueses, indicativo de um milagre enviado por Deus e ao mesmo tempo um castigo aos castelhanos, para vingar as afrontas perpetradas por eles contra sua "divina Majestade". A "milagrosa vitória" contra o castelhano é descrita também em outra relação que traz esta expressão já em seu título, onde lemos que

> São tam grandiosas as mercês, cõ que a diuina prouidencia prouê de cõtino este seu amado Reyno, nas fronteiras inimigas, despois da Felice aclamação do nosso inuicto Principe, & soberano Monarcha Dom João IV, de eterna, & gloriosa memoria, que mais se julga por milagrosa, & diuina a obra delas, do que adquirida por humanos meios, como por experiencia se tem visto nos encontros, que os nossos Portugueses tiuerão até o prezente com o inimigo Castelhano, cujo poder foi sempre rendido do nosso, por ser o seu fundamento em insolências, roubos, & desprezo do culto diuino, & o nosso na reuerencia delle, decoro das cousas sagradas, & na conservação do bem publico do Reyno [98].

Mais uma vez, as vitórias alcançadas pelo exército português seriam obra da providência, e não de "meios humanos", ao mesmo tempo que os castelhanos estariam sendo punidos por suas "insolências, roubos e desprezo do culto divino".

Por fim, gostaríamos de trazer uma última citação a esta análise, que é a lembrança de Bandarra, inserida na Relação que trata da retomada de Vila Viçosa e da batalha de Montes Claros. Antonio de Sousa de Macedo, depois de finalizar sua descrição dos acontecimentos, afirma que "el célebre Bandarra predixo esta batalla, y la mortandad y gemidos de los vencidos, gran cabaña del Duque de Bragança Rey de Portugal, que él introduze con nombre de Pastor mayoral, en estes versos de sus bayles misteriosos" [99] e insere, na sequência, os versos que entende terem sido escritos pelo sapateiro tratando daquela batalha:

Ao redor da grã Cabana
Naqueles Montes erguidos,
No Valle que se diz Cana.
Ouvimos esta somana
Lobos que andavão fugidos.

---

[98] *Relaçam do felice svcesso milagrosa vitoria, que ouue o Capitão Luis Mendes de Vasconcellos, contra o inimigo Castellano, no termo da cidade de Eluas [10] de Julho de 1641*. Impressor: Manoel da Silva. f.1-1v.

[99] *Relacion Verdadera, y pontual, de la gloriosissima victoria que en la famosa batalla de Montes Claros Alcançó el Exercito delRey de Portugal… Con la admirable defensa de la plaça de Villa Viciosa.* Lisboa. Con las licencias necesarias. En la Officina de Henriques Valente de Olivera, Impressor delRey nuestro Señor. Año 1665. f. 47. "o célebre Bandarra previu esta batalha, e a mortandade e gemidos dos vencidos, a grande cabana do duque de Bragança rei de Portugal, que ele introduz com o nome de pastor maioral, nestes versos de seus bailes misteriosos" (tradução nossa).

Dando grandes alaridos,
Fazendo grande agonia,
Muitos mortos, & feridos,
Outros andavão fugidos,
Cae no bayle de Garcia [100]

Macedo explicara que a batalha de Montes Claros havia ocorrido próxima a um vale que chamavam *Caña* o que, portanto, confirmaria os versos de Bandarra que tratavam deste feito português.

O professor José Van Den Besselaar explica que quase tudo que sabemos hoje sobre Gonçalo Anes de Bandarra se deve ao seu processo inquisitorial. Seu nascimento foi por volta do ano de 1500 na vila de Trancoso, onde passou toda a sua vida como sapateiro. Famoso na historiografia portuguesa graças às suas trovas, teve suas profecias relacionadas à diferentes reis durante dezenas de anos, sobretudo após o desaparecimento de Dom Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir. Mesmo enquanto vivia, suas trovas conheceram grande popularidade e, ainda que condenadas pela Igreja, agradavam "ao povo inculto e [atraíam] a curiosidade de diversos intelectuais, embora estes se sentissem um pouco embaraçados em manifestar abertamente o seu interesse por uma poesia tão pouco limada" [101]. Devemos ter certo cuidado com o termo *popular*, como lembra Jacqueline Hermann, por ser uma palavra que só aparecerá nos dicionários dois séculos depois. A autora argumenta que havia a circulação de folhetos e papéis volantes desde o século XVI que "contavam a vida de santos, exaltavam príncipes e heróis, ou reproduziam situações do cotidiano, muitas vezes em tom de crítica social" [102], sem esquecer as restrições que devemos ter em mente relacionadas ao impacto e ressonância desses escritos dentro de diferentes grupos sociais.

O Bandarra construído ao longo do seiscentos divergia do que se sabe hoje deste personagem: ele saberia ler e escrever, tinha acesso à Bíblia em vulgar e não era pobre. Naquele período, porém, o sapateiro era entendido como "um profeta rústico inspirado divinamente, enquanto dormia" [103]. O que nos interessa aqui é compreender que suas trovas foram apropriadas por diferentes intérpretes, em diferentes períodos da História

[100] *Idem*, f. 48. Para não alterarmos as famosas trovas de Bandarra, preferimos manter a ortografia como Macedo as copiou no documento.
[101] BESSELAAR, José Van Der. *O sebastianismo*. História sumária. Lisboa: ICLP, 1987. p. 46.
[102] HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado*. A construção do sebastianismo em Portugal. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
[103] LIMA, Luís Felipe Silvério. *O Império dos Sonhos*... p. 147.

portuguesa, utilizadas para reafirmar novos reis – como D. João IV, mas também Dom Afonso VI e Dom Pedro II (especialmente pelo padre Antonio Vieira) – ou no retorno de um rei desaparecido, como o famoso Dom Sebastião. De acordo com Luís Felipe Silvério Lima, há uma viragem ao longo da década de 20 do século XVII, realizada sobretudo pelos escritos de Bocarro, que transfere o Encoberto de Dom Sebastião para os Duques de Bragança: "Bocarro, que pertencia à rede de graças e mercês da casa ducal, indicou uma primeira viragem mais clara do sebastianismo para o messianismo brigantino" [104]. Assim, a espera do retorno de um rei português para governar passa de Dom Sebastião para Dom João IV e após sua morte, para seus descendentes. O padre Antonio Vieira, grande expoente da ideia de um destino português a frente da cristandade, não escrevia acerca de uma pessoa específica que iria governar Portugal, mas que seria um Bragança. Foi, assim, "depositando suas esperanças nos reis e herdeiros brigantinos. Tanto que, com certa engenhosidade, pôde superar o engano sobre o infante falecido" [105].

A apropriação de Antonio de Sousa de Macedo em sua Relação sobre a batalha de Montes Claros não fugia à regra ao utilizar versos de Bandarra para confirmar o apoio divino aos soldados portugueses contra os castelhanos e à nova Coroa. No mesmo ano da publicação de Macedo, contudo, meses depois, o Santo Ofício proibiria "a lição, comunicação e retenção das ditas Trovas do dito Gonçalo Annes de Bandarra (...) sob pena de excomunhão maior (...) e sob as mais penas com que parecer ao S. Ofício proceder contra os desobedientes e transgressores desta proibição" [106]. Assim, em julho eram lembradas por Macedo em sua Relação – cuja publicação possuía as licenças necessárias e era impressa pelo impressor do rei; em novembro eram proibidas pelo Santo Ofício, sob risco de excomunhão. As Trovas de Bandarra perpassam a história portuguesa desde sua

---

[104] LIMA, Luís Felipe Silvério. *O Império dos Sonhos...* p. 254. Manuel Bocarro foi, de acordo com Jacqueline Hermann, um filósofo e matemático lusitano que, entre outras obras, escreveu a *Anacephaleosis da monarquia lusitana*, no ano de 1624. Dividida em quatro partes, a primeira delas, denominada *Estado Astrológico,* trouxe problemas a Bocarro – já em situação desconfortável diante do Santo Ofício devido às denúncias por judaizante de seu próprio irmão – por conter um discurso ambíguo que ora parecia uma celebração à dinastia reinante, ora demonstravam nostalgia e afronta ao monarca espanhol. Segundo Hermann, contudo, é em sua quarta parte, publicada somente na Itália no ano de 1626, depois de sair da prisão em Lisboa, que Bocarro consolida sua interpretação messiânica e original para o destino do reino português. Cf. HERMANN, Jacqueline. *No reino do Desejado...*

[105] LIMA. Luís Felipe Silvério. O Império dos Sonhos... p. 213. Ao receber a notícia que o herdeiro de Dom Pedro II e Maria Sofia havia nascido, padre Antonio Vieira afirmaria no 'Sermão de Ação de Graça pelo nascimento do príncipe D. João' que seria ele quem reinaria no Quinto Império, e que este seria português. A criança, contudo, morreria semanas depois.

[106] *Os do conselho geral do Sancto Officio da Inquisição... fazemos saber... a todos os fieis Christão... prohibimos e hauemos por prohibida, a lição, comunicação, & retenção das ditas trouas do dito Gonçalaannes Bandarra...* Inquisição. Manoel da Costa de Britto, que serve de Secretario do Conselho Geral a fez. Lisboa, 3 de novembro de 1665.

produção, no início do século XVI, até o século XIX, momento em que teve uma nova publicação, acrescida de novos capítulos [107]. Os papéis produzidos com o intuito de divulgar as notícias das batalhas contra Castela, dessa forma – como representantes também de sua época – utilizaram, ainda que brevemente, as profecias de Bandarra como ilustrativas da preferência divina pelos portugueses.

Vimos nesse capítulo a análise acerca de como a população participava das discussões nas ruas das grandes cidades europeias, seja através da leitura, seja principalmente ouvindo as notícias lidas por outros. Essas pessoas falavam dos boatos que movimentavam os centros urbanos e frequentavam locais famosos por disponibilizar informação a quem quisesse, chamados *mentideros*, mas também praças, portos e grades de igrejas. Publicar através do papel impresso fez parte da vida dessas pessoas, e foi também utilizado por quem já compreendia naquele período o poder mobilizador que ele possuía. Não só os impressores obtinham ganhos financeiros, como vimos nos capítulos anteriores, mas as notícias também poderiam ser fonte de renda para informantes profissionais como Pellicer e Barrionuevo, que mantinham suas notícias para um grupo seleto de pagantes.

Aparecer nestes papéis, por outro lado, era motivo de orgulho e também de cobrança de quem lutava na guerra, sendo notável o enaltecimento de alguns personagens no decorrer dos relatos e frequente as reclamações que sempre chegariam ao escritor do *Mercurio Portuguez*, que acaba por não mais nomear para evitar a questão. Tratamos ainda de publicações sobre o andamento da guerra que obtinham resposta através da fronteira. Dom Jerônimo Mascarenhas, notável pela produção letrada e por ter permanecido do lado castelhano após a Restauração, escrevia atacando a antiga pátria e encontrava resposta na pena de Antonio Alvares Cunha, munido da ironia e das boas novas que vinham do campo de batalha.

Por fim, através da análise das relações de sucesso impressas em Madrid e Lisboa, foi possível discorrer sobre a frequência com que eram publicadas, as principais notícias que traziam, mas principalmente como era descrito o inimigo de cada lado da fronteira: enquanto os papéis castelhanos identificavam o tirano e seu grupo, desculpando os portugueses e reafirmando seu pertencimento à Monarquia Hispânica como vassalos

[107] Cf. HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado...*

de Dom Felipe IV, os impressos lisboetas traziam uma série de características negativas sobre o inimigo e reiteravam sua fidelidade ao novo rei. No último capítulo deste trabalho, pretendemos abordar os três periódicos de notícias que foram publicados durante o período da guerra, buscando analisar especialmente as notícias que tratam do conflito e enfatizando ainda o valor que o inimigo recebia em suas folhas. Como demonstraremos, as gazetas possuíam traços semelhantes em sua constituição e tratamento das notícias; o Mercurio Portuguez, por outro lado, se diferenciava em suas mais de oitocentas páginas, talvez por seu autor ser o secretário de Estado de Dom Afonso VI e ele iniciar sua publicação meses depois do golpe que destituiu Dona Luisa de Gusmão como rainha regente.

Capítulo 6: Sobre os periódicos impressos em Lisboa e Madrid

Aqui jaz Simon Antom
Que matou muito Castellom,
E debaixo de seu couom
Desafia a quantos som [1].

Como já escrevemos no decorrer de nosso trabalho, serão três os periódicos de notícias que analisaremos nesta tese. Pretendemos discorrer sobre seus (prováveis ou certos) autores, seu formato e a maneira como tratavam das notícias que divulgavam através de suas publicações. Seguiremos a ordem cronológica em que foram publicados. Para tanto, convém esclarecer como o periodismo se espalhara pelo continente europeu décadas antes de chegar à Península Ibérica.

Para tratar brevemente do surgimento dos periódicos no continente, seguiremos diferentes autores, mas alertamos que não há unanimidade quando se trata da discussão sobre o primeiro periódico europeu, já que é comum as discussões focarem um viés nacionalista buscando uma gênese do jornalismo, o que não é nossa intenção. Além disso, como mencionamos, a ideia de periodismo e proeminência de determinado país ou região em sua produção dependerá sempre dos critérios seguidos pelo estudioso do tema de que já tratamos: rigorosos como no caso de Joad Raymond; flexíveis como Carmen Espejo e Francisco Baena.

O professor Raymond identifica o *Mercurius Gallobelgicus* do ano de 1594, impresso na cidade de Colônia e depois em Frankfurt, como o primeiro periódico do continente. Era escrito, segundo ele, na língua da comunicação trans-europeia: o latim, aparecendo apenas duas vezes ao ano e possuindo um volume considerável, diferente dos periódicos posteriores [2]. Diferenciava-se, assim, de muitos impressos de notícias que não possuíam periodicidade e vinham aparecendo na Europa em Paris, Polônia, Veneza,

---

[1] Epitáfio que estaria escrito na cova de um português, segundo o *Mercurio Portuguez* de janeiro de 1665, f.5v. Em português atual: "Aqui jaz Simão Antom/ Que matou muito castelhano/ e debaixo da sua cova/ desafia a quantos são".

[2] RAYMOND, Joad. El rostro europeo del periodismo inglés. In: CHARTIER, Roger. ESPEJO, Carmen. (eds.) *La aparición del periodismo en Europa*. Comunicación y propaganda en el Barroco. Marcial Pons: Madrid, 2012. p. 177. Sobre a origem de alguns termos relacionados às notícias em todo o continente europeu, ver: ARBLASTER, Paul. BELO, André. *Et al*. The Lexicons of Early Modern News. In: RAYMOND, Joad. MOXHAM, Noah. (eds.) *News Networks in Early Modern Europe*. Brill: Boston, 2016.

Viena, etc. Os periódicos semanais, explica ainda o autor, foram aparecendo nas décadas seguintes, primeiro em Estrasburgo e Amberes em 1605, depois em Basileia a partir de 1610, em Paris em 1613, em Frankfurt e Viena por volta de 1615 e em Hamburgo, Berlim, Amsterdã, Londres e Estocolmo nos anos seguintes, abandonando o latim e sendo impresso nos idiomas locais. A preocupação com o conteúdo das notícias, especialmente com as novas de teor político, fazia com que as Coroas vissem os periódicos com certa suspeita e se esforçassem para controlar seu conteúdo. A inspiração francesa para a *Gazeta "da Restauração*", por exemplo, era controlada por Luís XIII através do cardeal Richelieu. *La Gazette* era, assim, escrita por Théophraste Renaudot, que seria uma espécie de "relações públicas e propagandista" daquele governo [3].

O historiador José Tengarrinha foi um dos primeiros a se preocupar com a produção portuguesa de periódicos, e escreveu na década de 60 do século passado uma extensa obra sobre o assunto. Ele explica que o "jornalismo" português surgiu da mesma maneira que nos outros países, ou seja, relacionado ao progresso da tipografia, à melhoria das comunicações e ao crescente interesse do público por notícias [4]. Jorge Pedro Sousa afirma ainda que a gazeta era "uma publicação noticiosa mais frequente e barata, com poucas páginas e não encadernada, que correspondia melhor às crescentes necessidades informativas de uma sociedade sujeita a fenômenos de instabilidade e mudança, que ademais precisava de saber das coisas em tempo útil" [5].

6.1 Gazeta "da Restauração" (1641-1647 Lisboa)

A Gazeta conhecida como "*da Restauração"* foi publicada entre os anos de 1641 e 1647 em Lisboa. Era um caderno que trazia a Portugal não só a ideia de periodicidade impressa, mas também era um "órgão informativo e publicitário oficial do reino de Portugal" [6]. De uma regularidade ocasional das relações, a *Gazeta* traz consigo a

[3] RAYMOND, Joad. El rostro europeo del periodismo inglés… p. 180.
[4] TENGARRINHA, José. *História da Imprensa periódica portuguesa*. (2ª edição) Lisboa: Editora Caminho, 1989. p. 35. Preferimos não utilizar os termos "jornalismo" e "jornalista" para o período porque é uma palavra que tem seu sentido diferente do atribuído atualmente. Para as pessoas que escreviam esse material, iremos preferir trata-los por editores ou escritores/autores.
[5] SOUSA, Jorge Pedro. *Em busca do primeiro jornal português*: as Relações de Manuel Severim de Faria e a Gazeta 'da Restauração'. Disponível em: <http://gazeta.ufp.edu.pt/20-textos-conexos/20-09-em-busca-do-primeiro-jornal-portugues> Acesso dia: 11-nov-2018.
[6] BERGEL, Antonio Jesús Alías. As Relações de sucessos nas origens do jornalismo. In: *Leituras*. Revista da Biblioteca Nacional. N.os 14-15 Primavera – Outono 2004. p. 228.

periodicidade marcada mensalmente. Assim, sua publicação se inicia em novembro de 1641 e segue sendo impressa mensalmente até julho de 1642, momento em que foi interrompida, voltando em novo formato em outubro do mesmo ano. Se antes apresentava uma divisão entre notícias de dentro e fora do reino, em outubro de 1642 seu título sofre modificação para *Gazeta primeira do mês de outubro de novas de fora do reino*, onde de fato as notícias tratam quase exclusivamente de outras localidades que não Portugal. Algumas notícias de dentro da corte voltam a aparecer apenas nas últimas edições da Gazeta.

No ano de 2006 o pesquisador português Eurico Gomes Dias publicou uma edição transcrita da *Gazeta "da Restauração"*, que foi de grande importância para nossa pesquisa [7]. Dias considera, porém, uma *Relação* publicada após agosto de 1648 como parte da *Gazeta "da Restauração",* por isso o recorte proposto por sua publicação estende-se até o dito ano. Trabalharemos aqui com a noção de que este periódico, com este título e formato, encerrou-se em 1647, já que a publicação do ano seguinte aparece mais de um ano após o último exemplar impresso em agosto, sem contudo desmerecer a proposta do autor, já que, como é percebido em nossas análises, o formato das Relações, Gazetas e Mercúrios na segunda metade do século XVII é bastante semelhante e os termos são utilizados sem muita distinção.

[7] Infelizmente o arquivo online que a Biblioteca Nacional de Portugal disponibiliza não possui todos os exemplares elencados por Dias em seu trabalho, assim que tivemos de recorrer à sua transcrição para termos acesso a todas as publicações. DIAS, Eurico Gomes. *Gazetas da Restauração:* (1641-1648). Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita). Colecção Biblioteca Diplomática do MNE, 2006.

GAZETA,
EM QVE SE
RELATAM AS NOVAS
TODAS, QVE OVVE NESTA
CORTE, E QVE VIERAM DE
varias partes no mes de Noucm-
bro de 1641.

Com todas as licenças necessarias.
E priuilegio Real.
EM LISBOA.
Na Officina de Lourenço de Anueres.

Fig. 6.1 Capa do primeiro exemplar da Gazeta "da Restauração", nov/41.

Em dezembro de 1641 – data da segunda publicação deste periódico – um ano após a Coroa de Bragança ter assumido o trono português, a Gazeta se iniciava exaltando a importante data: "Domingo, o primeiro dia do venturoso mês, tem que Deus nosso Senhor pôs seus olhos de misericórdia no miserável estado de Portugal, e foi servido de o restituir seu legítimo sucessor, o Sereníssimo Rei D. João o IV" (Gazeta da Restauração, dez/1641, f. 1). Declarações como esta são frequentes no decorrer do periódico, cuja autorização de impressão constava ao final de cada publicação "com todas as licenças necessárias" ou "visto estar conforme com o original, pode correr esta Gazeta". As notícias relacionadas às batalhas contra os castelhanos são grande maioria nos números iniciais da Gazeta. São comuns ainda menções aos nomes de quem liderou os exércitos vencedores, quem morreu nas batalhas ou realizou algum feito importante. Na Gazeta de junho de 1642 há quatro páginas tratando da ida do general Fernão Telles de Menezes para Almeida "por ter aviso de q' o inimigo pretendia fazer alguas entradas por aquellas partes (...)". Na mesma publicação encontramos notícia bastante detalhada, na qual um oficial da cavalaria das fronteiras do Alentejo saiu da cidade de Elvas "a 2 deste mês com 11 companhias de Cavallo, e foy para Olivença, donde chegou as 4 da tarde, e logo dahi a 2 horas foi de Olivença a correr a campanha (...)" (Gazeta, nov/1641, f. 2v).

A Gazeta também é permeada por diversas menções a Dom João IV e seu primogênito e sucessor do trono, Dom Teodósio. Todas as cerimônias em que a família

aparecia eram descritas com grande quantidade de detalhes, inclusive sendo mencionados os vassalos presentes nesses acontecimentos. Quando ocorreu a cerimônia em que Dom Teodósio recebeu o Sacramento da Crisma, por exemplo, lemos que

> Dia de Sam Joseph [19 de março] fez annos el Rey Nosso Senhor: ouve muita gala, e grande festa na capella Real pela manhã e à tarde recebeo o Sacramento da Chrisma o Serenissimo Principe D. Teodosio. Veyo abaxo ao lado del Rey Nosso Senhor, acompanhado com toda a regia casa (...) e o ilustríssimo Senhor D. Rodrigo da Cunha Arcebispo Metropolitano se vestio de Pontificial deo lhe água às mãos o Bisconde de Villa Nova da Serveira, e servio a toalha o Conde Regedor (Gazeta, mar/1642, f. 3v; 4).

Como se vê, a proximidade com a Casa de Bragança era descrita com riqueza de detalhes, fundamentais no interior de uma sociedade baseada na corte e na busca por mercês junto ao rei. Eram prestadores de serviços membros de Casas importantes do Reino, que teriam a honra de dar água ou passar a toalha ao príncipe na sua cerimônia de Crisma – e de ter essa cerimônia e participação descritas nas páginas da Gazeta. Em sua obra clássica *Sociedade de Corte*, Norbert Elias argumenta que era na etiqueta das cerimônias que a engrenagem social se equilibrava: "era na etiqueta que esse estado de equilíbrio se expressava aos olhos de todos. Para quem estava envolvido, ela significava uma garantia – precária, é verdade – de sua existência social e de seu prestígio" [8]. No decorrer deste trabalho demonstramos a frequência com que alguns personagens da guerra eram mencionados e exaltados no decorrer dos papéis de notícias e tratamos ainda de como era comum – no caso, por exemplo, de Antonio de Sousa de Macedo e seu *Mercurio Portuguez* – que o autor fosse cobrado caso não os mencionasse adequadamente. Podemos inferir, assim, que aparecer nas notícias impressas fazia parte do "fazer-se ver" importante para aquela sociedade, baseada não só no *ser*, mas principalmente no *parecer ser*. A descrição minuciosa de quem acompanhava o rei, quem molhava suas mãos ou lhe oferecia a toalha não era, como podemos pensar para os dias de hoje, algo supérfluo ou um mero detalhe, mas fundamental naquela sociedade. O papel de notícias, assim, se inseria como parte importante da etiqueta e da hierarquia baseada no prestígio da proximidade ao rei.

Ao analisar a Gazeta de Lisboa, André Belo explica que Portugal pode inserir-se no chamado "Antigo Regime Tipográfico", conceito cunhado por Roger Chartier, cuja

[8] ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Trad. Pedro Süssekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 105.

definição seria a de um regime editorial de longa duração vigente em toda a Europa entre o século XVI até início do XIX [9]. A Gazeta analisada por Belo possui semelhanças com o periódico do século anterior que é objeto de nossa pesquisa, como a questão da circulação restrita e, principalmente, o que era ou não publicado:

> Se é certo que não se pode negar o caráter restrito da sua circulação nesta época, gostaria de pôr em causa a ideia de que ela veiculasse informações de caráter sobretudo utilitário (...). Ela não se rege por puros critérios de novidade. Melhor dito: a definição de 'novidade' ou 'notícia' para um periódico como a Gazeta depende do seu caráter 'histórico'. Como tal, ela é aproximada das regras que presidem à escrita dos relatos históricos, as quais não coincidem com as concepções jornalísticas de notícia que nos são hoje familiares [10].

É certo que havia o interesse de informar aos leitores, mas assim como a Gazeta do século XVIII, as notícias de nossos periódicos pós-Restauração fogem das concepções jornalísticas que são contemporâneas a nós. O objetivo desta Gazeta era também enaltecer a dinastia de Bragança que acabava de chegar ao poder. As notícias das vitórias portuguesas nas batalhas contra Castela possuíam, assim, o mesmo valor de novas cujo tema eram milagres que aconteciam em todo o Reino, que comprovariam a aprovação divina diante da nova dinastia. Dessa forma, a Gazeta foi um instrumento importante para a Restauração no intuito de enfatizar a aclamação de Dom João IV de diferentes maneiras, seja informando acerca de milagres que ocorriam para confirmar a Casa de Bragança no poder, seja para demonstrar o apoio que eles recebiam para além das fronteiras e as vitórias que alcançavam.

Seus impressores e escritores

Foram três impressores ou oficinas impressoras responsáveis pela publicação da Gazeta: Lourenço de Anvers, Domingos Lopes Rosa e o único identificado como impressor do rei, Antonio Alvarez. Das 37 gazetas encontradas e publicadas no trabalho de Eurico Gomes Dias, apenas 5 não contém a informação de onde foram impressas – e ao que tudo indica, apenas por uma questão de espaço na publicação, pois parecem também terem sido impressas por Domingos Lopes Rosa, já que as lacunas estão

[9] BELO, André. *As Gazetas e os Livros*... p. 30.
[10] BELO, André. *As Gazetas e os Livros*... p. 45.

presentes numa sequência de publicações saídas de sua oficina. Acerca das 32 Gazetas restantes, temos a seguinte divisão: 12 impressas na oficina de Lourenço de Anvers, 18 na oficina de Domingos Lopes Rosa e apenas 2 por Antonio Alvarez.

Impressores da Gazeta "da Restauração"		
Impressores	**Período de impressão**	**Quantidade**
Lourenço de Anvers	nov/41 a jan/42; out/42 a jul/43	12
Domingos Lopes Rosa	fev-jul/42; nov/43 a set/47	18
Antonio Alvarez	set e out/43	2
sem indicação	intercaladas entre o período de impressão de Domingos Lopes Rosa	5
TOTAL		37

Tabela 6.1: Impressores da Gazeta "da Restauração", indicados no próprio documento.

As gazetas impressas por Anvers são as publicadas entre novembro de 1641 e janeiro de 1642 e as entre outubro de 1642 e julho de 1643. Domingos Lopes Rosa foi o impressor responsável pelo maior número de publicações da Gazeta, imprimindo seus exemplares entre fevereiro a julho de 1642 e entre novembro de 1643 e setembro de 1647. Por fim, António Alvarez imprimiu apenas duas Gazetas durante todo o período de sua publicação, sendo o único que assinava além de seu nome, as palavras "impressor del Rei". Já tratamos de todos eles em capítulos anteriores, e lembramos ainda que os dois últimos tiveram alguns problemas com a Inquisição, o que aparentemente significou o fim da atividade impressora de Rosa.

Os riscos econômicos da atividade de impressão nesse período são muitos, num momento em que a maioria da população não era alfabetizada e onde as obras poderiam ser eliminadas ou sofrer cortes provindos dos censores. O volume das publicações ocasionado pela Restauração, contudo, aparentemente foi responsável pela (curta) permanência de nossos personagens na estampa de livros, relações e periódicos: Lourenço

de Anvers deixou de imprimir ainda na década de 40; António Alvarez cessou suas atividades em 1654 e Domingos Lopes Rosa teria saído do mercado em 1659 [11].

Durante o que chamamos de primeira fase da Gazeta, foram publicadas nove edições, as duas primeiras impressas por Lourenço de Anvers e as restantes por Domingos Lopes Rosa. O único exemplar que apresenta capa é o primeiro [12], onde consta a informação de que possuía todas as licenças necessárias e privilégio real para ser impresso. Com média de seis folhas impressas frente e verso, de acordo com a historiografia, era Manuel de Galhegos quem tinha autorização para imprimi-la e vende-la, por alvará de 14 de novembro de 1641. Infelizmente não há muitos elementos a respeito da vida de Galhegos. As informações que utilizaremos foram encontradas na obra de Heitor Martins, denominada *Manuel de Galhegos. Um poeta entre a Monarquia Dual e a Restauração,* do ano de 1964. Este autor afirma que Manuel de Galhegos era provavelmente um dos mais influentes letrados nos anos que vão de 1630 a 1660. Mesmo os trabalhos atuais que tratam dos periódicos e seus editores não apresentam informações diferentes das encontradas por Martins para seu trabalho.

Galhegos nascera em Lisboa no ano de 1597, filho de Simão Rodrigues Galhegos e Gracia Mendes Morato. Martins afirma ainda que ele contraiu matrimônio com Luiza Freyre Pacheco e, após o falecimento de sua esposa, ordenou-se presbítero. Viveu longos anos na Espanha, onde era amigo de Lope de Vega e membro de um grande grupo de intelectuais, tendo escrito e encenado várias obras de teatro. No retorno a Lisboa, Martins indica que sua relação com os Braganças era bastante próxima, afirmando que Galhegos se tornou Capelão ou Capelão e preceptor dos filhos do rei, de acordo com diferentes obras pesquisadas pelo autor. Manuel de Galhegos faleceu em 9 de julho de 1665.

O autor afirma ainda que, apesar de constar outra autoria, é quase certo que fora Manuel de Galhegos o autor da *Relação de tudo o que passou na felice aclamação do Mui alto, e Mui Poderoso Rey Dom João IV nosso Senhor...,* impressa também por Lourenço de Anvers, no ano de nascimento da *Gazeta "da Restauração"* [13]. Essa Relação provavelmente circulou a partir do dia 8 de outubro de 1641, data em que foi taxada em

---

[11] ANASTÁCIO, Vanda. 'Heroicas virtudes e escritos que as publiquem'. D. Quixote nos papéis da Restauração. In: *Iberoamericana*. Nueva Época, Año 7, n.o 28, 2007. p. 123. Disponível em: <http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Iberoamericana/2007/Nr_28/28_Anastacio.pdf> Acesso em: 18 abr. 2016.

[12] Dentre os exemplares disponíveis no arquivo digitalizado da BNP.

[13] Luis Reis Torgal, por outro lado, afirma que esta Relação teria sido escrita provavelmente pelo Padre Nicolau de Maia. Cf. TORGAL, Luis Reis, *Ideologia Política e Razão do Estado na Restauração...* p. 78.

30 reis, e dois meses antes da primeira *Gazeta* objeto de nosso estudo (relativa ao mês de novembro, mas que circulou apenas em dezembro). Apesar de certamente Galhegos demonstrar potencial literário diante da nova Coroa, a Relação foi proibida poucos dias depois por decreto de D. João IV. Martins entende que essa proibição se devia a dois fatores: a Relação teria diminuído a influência do próprio monarca na Restauração e teria dado muita importância ao povo [14]. Se há dúvidas acerca da autoria de Galhegos quanto a esta Relação, para Martins a suspeita de que a Gazeta não tenha sido escrita por ele é totalmente infundada. Segundo este autor, "nunca se deu, em alvará ou licença régia, permissão para se *escrever* alguma coisa" [15], sendo possível conferir nas introduções de qualquer livro do período que as licenças eram dadas somente aos autores. De acordo com Martins, seria inadmissível um autor como Manuel de Galhegos pedir uma licença com intuito comercial e entregar a parte literária para outra pessoa. Ainda há controvérsias sobre sua autoria. Alguns autores afirmam que Galhegos teria encarregado Miguel de Mascarenhas de Azeredo de escrever a Gazeta, informação que não podemos comprovar.

O estilo de escrita desta Gazeta é bastante diferente de sua segunda fase. Suas notícias são divididas por parágrafos, algumas ocupando várias páginas da (já pequena) publicação. Era comum, como já vimos, a circulação concomitante da Gazeta e de uma Relação que tratasse do mesmo tema, de maneira expandida e detalhada. Assim, a notícia vinda da Ilha Terceira que já mencionamos se encerra com o seguinte aviso: "E de tudo o que se passou desde o dia, em que sahio deste porto o Capitão mór Frãcisco de Ornellas da Camara, atè o em que se entregou a fortaleza *se faz hûa relação verdadeira, a qual se imprime* na officina de Domingos LopesRosa" (Gazeta, abr/1642, f.2 itálico nosso). A indicação de que seria publicada pelo mesmo impressor demonstra como os diferentes materiais se relacionam, abastecendo e divulgando uns aos outros, para benefício de quem os produzia, e para suprir o desejo de informação da população que tinha acesso a eles. Mais uma vez a ideia de que as relações de sucesso eram encaradas como complementos do periódico, que deveria manter o fio cronológico dos fatos sem, contudo, detalhar os acontecimentos.

Infelizmente as notícias de dentro do reino deixam de ser publicadas a partir de outubro de 1642, momento em que a Gazeta se preocupa apenas com a movimentação de outros exércitos, que não os portugueses. Chama bastante a atenção como D. João IV

[14] MARTINS, Heitor. *Manuel de Galhegos.* Um poeta entre a Monarquia Duas e a Restauração. Anadia: Tipografia Cisial, 1964. p. 76
[15] MARTINS, Heitor. *Manuel de Galhegos...* 78

utilizou este periódico para enaltecer a dinastia de Bragança no poder, onde foram publicadas diferentes notícias relacionadas à exaltação e aceitação de D. João, não só dentro de Portugal, mas principalmente tratando das diversas embaixadas enviadas para que o novo governo fosse reconhecido. Desde a primeira publicação da Gazeta encontramos notícias referentes aos representantes enviados por Dom João IV para reafirmar a independência do reino português em diferentes cortes europeias. O envio a Roma do bispo de Lamego – Dom Miguel de Portugal – recebeu certo destaque, estando presente em parte das nove Gazetas e em muitas notícias também da segunda fase; sua atuação em Roma é descrita com grande entusiasmo. Ainda que já tenhamos mencionado sua atividade na sede da Igreja no segundo capítulo, aqui pretendemos discorrer de maneira mais detalhada sobre o aparecimento dessas notícias na Gazeta.

Sua função era se dirigir não só ao papa, mas também aos cardeais, ao assistente geral da Companhia de Jesus e ao embaixador francês na corte do papa, exaltando a condição cristã de Dom João IV [16]. Na Gazeta de novembro de 1641, encontramos na sessão denominada *Novas de fora do Reino* que o bispo de Lamego estava em Marselha, seguindo para Roma (Gazeta da Restauração, Nov/1641, f.5). Em dezembro do mesmo ano, a notícia é que ele já chegara a Roma e fora recebido com grande aplauso (Gazeta, dez/1641, f.5v). Na Gazeta de fevereiro de 1642, é publicada uma notícia mais detalhada sobre o trajeto do bispo de Lamego até Roma, informando que mesmo o bispo tendo entrado na cidade às duas da manhã para que "o desgosto dos Hespanhoes & a alegria do povo naõ fosse causa de algûa inquietação", homens e mulheres "andavaõ como doudos pellas ruas gritado: VIVA'L RE D. GIOVANNE' Lquarto.". A notícia informava ainda que fora colocado um retrato de Dom João IV na sala do palácio do embaixador da França, e que "despovoavase Roma para o ver: & todos os pintores faziaõ infinitas copias; q' se cõpravaõ para adornar as casas em Roma, & para mandar a outras partes" (Gazeta, fev/1642, f. 6). Enumeramos estas notícias, publicadas em Gazetas diferentes, para demonstrar a sequência que um assunto de grande interesse para os portugueses ganha neste periódico. A estadia de Lamego em Roma será tratada em diferentes exemplares da Gazeta, tanto na primeira como na segunda fase.

Por carta chegada de Londres, escrita pelo abade Carleno, a Gazeta informava que o papa Urbano VIII falara sobre a aclamação de Dom João IV, "díscorrêdo largamente com grande erudiçaõ sobre as muitas & indubitaveis razoês de direito, que tem neste

[16] GOMES, Cassiana Maria Mingotti Gabrielli. *Diplomacia e Concorrência Colonial*. Portugal e França (1640-1715). Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2014. p. 31.

Reyno, de que hoje está de posse", resolvendo que "o excellentissimo Senhor Bispo de Lamego Embaxador de Portugal fosse recebido como Embaxador" (Gazeta, abr/1642, f. 5). A Gazeta dava a entender aos seus leitores que havia grande aceitação de Dom João IV em Roma, mas apesar destas notícias, o bispo não foi sequer recebido pelo papa durante o tempo que permaneceu na cidade [17].

Heitor Martins afirma que Manuel de Galhegos era um poeta. Nas páginas das nove Gazetas cuja autoria (acreditamos que) lhe pertencia, há um grande número de notícias "maravilhosas, de milagres, de meninos mudos que falam (...) de grandes feitos das armas portuguesas (sem perdas, sempre!), de superstições e crendices sebastianescas" [18]. Estes nove exemplares são de fato, bastante interessantes para compreendermos a sociedade portuguesa pós-Restauração, cujo novo governo deveria ser exaltado através de publicações que circulariam não só por Lisboa, mas por diferentes reinos europeus, assim como seus embaixadores que buscavam a aceitação da nova Dinastia frente ao governo do país ibérico.

Poucos meses depois de iniciar sua circulação, como dissemos, a Gazeta foi suspensa, voltando a ser publicada apenas em outubro de 1642, deixando de conter as notícias de dentro do reino durante muitos anos. A segunda fase da Gazeta, assim, difere bastante da que acabamos de descrever. Passou a ser chamada de *Gazeta Primeira do mês de Outubro de novas de Fora do Reyno* – modificando-se o título conforme o mês correspondente – e Manuel de Galhegos não era mais o responsável por sua elaboração. Jorge Pedro Sousa e Nair Silva explicam que, por alvará de 29 de julho de 1642, João Franco Barreto obteve licença para "traduzir e imprimir as relações de França e suas gazetas" [19]; o alvará, mais uma vez, não significa especificamente que era Barreto o responsável por sua edição, podemos apenas supor que era ele quem as escrevia.

Segundo estes autores, João Franco Barreto nasceu em Lisboa no ano de 1600 e em 1624 teria ido a Bahia auxiliar na expulsão dos holandeses. Assim como Galhegos, após a morte de sua esposa, tornou-se sacerdote. Teria, assim, aderido à causa da

---

[17] Tratamos da divisão da Gazeta em duas fases e de alguns assuntos que permearam suas páginas em um artigo publicado ainda no início de nossa investigação. Parte do que estamos discutindo aqui, dessa forma, está publicado em: MENDES, Caroline Garcia. "Por ser nova de grande alegria para este reino, se pôs nessa Gazeta": A circulação de notícias e a Gazeta 'da Restauração' em Portugal (1641-1647). In: *LaborHistórico*. Cultura escrita moderna: entre múltiplos saberes. Vol. 2 número 1. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. p. 124-136. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/issue/view/421/showToc> Acesso dia 11-nov-2018.

[18] MARTINS, Heitor. *Manuel de Galhegos...* p. 79.

[19] SOUSA, João Pedro. SILVA, Nair. A Gazeta 'da Restauração': uma apresentação. In: _____. (et al). *A Gazeta 'da Restauração': primeiro periódico português* – uma análise do discurso. Covilhã: Livros Labcom, 2011. p. 56. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/book/18> Acesso em: 18 abr. 2016.

Restauração e, "por este motivo, foi escolhido para secretariar a missão diplomática de D. Francisco de Melo à França, em 1641" [20]. Outra pessoa que também pode ter ajudado na edição da segunda fase da Gazeta teria sido Frei Francisco Brandão, monge cisterciense e doutor em teologia pela Universidade de Coimbra. Após a Restauração, foi nomeado por Dom João IV cronista-mor do reino. Presume-se que tenha auxiliado na edição da Gazeta a partir da edição de julho de 1645.

A partir de outubro, a Gazeta passa a publicar apenas as notícias de fora do reino. Deixa então de apresentar a divisão entre notícias de dentro e de fora, e apresenta suas novas divididas por localidades, em ordem cronológica do envio das notícias. Lourenço de Anvers volta a ser seu impressor até julho de 1643 depois, durante dois meses foi Antonio Alvarez o responsável pelas publicações. Ao que tudo indica – pois há alguns exemplares que não apresentam a oficina de origem –, a partir de novembro de 1643 foi Domingos Lopes Rosa quem assumiu a impressão desse material até seu fim, em setembro de 1647.

Cada notícia parece, assim, ser transcrita de correspondência vinda de diferentes regiões. Outra característica em que difere da primeira fase é a existência de duas Gazetas publicadas no mesmo mês, denominadas *Gazeta primeira* e *Gazeta segunda*, como é o caso das Gazetas de outubro e novembro de 1642. A *Gazeta primeira do mês de outubro* traz novas de Viena, Holanda, Londres, e Paris, cada uma possuindo a data de quando saiu de sua origem, constando dentro de cada aviso destas cidades, novidades advindas ainda de outras regiões. É comum, assim, encontrarmos a expressão "avisam de..." no interior da notícia, para informar que de determinado local, chegava uma nova específica, como publicado na *Segunda Gazeta de Outubro*:

> De Mastrich [Maastricht - Holanda] de 2 de Setembro de 1642
>
> *(...) Avisaõ* de Roma que o Padre Santo assentou, e decretou em pelo consistorio, que a pessoa que estiver aclamada, & levantada do povo por Rey do Reyno, & estiver hum anno de posse, dando obediencia a sua Santidade o Papa de Roma, será recebida, & admitida (...)
> De Colônia *avisaõ* que os exercitos do Christianissimo, & dos Suecos (...)
> (Gazeta Segunda, out/1642, f. 1; 1v; 2 itálico nosso)

Essas expressões que indicam certa modificação das notícias que chegavam, deixam de ocorrer nos meses seguintes, onde acreditamos haver mais uma cópia literal das cartas ou

[20] SOUSA, João Pedro. SILVA, Nair. A Gazeta 'da Restauração': uma apresentação... p. 56.

das novas publicadas em periódicos de cidades estrangeiras do que uma edição destas notícias – seus editores poderiam escolher *o que* publicar, mas a construção do texto demonstra que, a partir desta escolha, havia uma íntegra transcrição para a Gazeta:

> De Roma de 11 de Septembro de 1642
>
> A 16 do passado *chegou a esta cidade* [Roma, e não Lisboa] hu' correyo de Florença, & trouxe por novas, que aos 24. havia parido a Duquesa de Toscana hu' filho (...)
> O dito embaixador de Castela Marques de los Veles se sahio *daqui* (...)
> Estamos *aqui* em grande quietação, & repouso depois da partida do Embaixador de Castella (...) (Gazeta Primeira, Nov/1642, f. 1v; 2 itálico nosso)

A variedade de cidades de onde vêm as notícias publicadas nesta Gazeta impressiona: Roma, Hoxter, Stokolin, Praga, Hamburgo, Tolosa, Amsterdam, Barcelona, Wexford, Nottingham e de Londres. Essa variedade persiste em todos os seus exemplares, apresentando algumas vezes inclusive, notícias da mesma cidade mais de uma vez no mesmo exemplar, deixando claro que era uma nova correspondência ou mesmo um periódico já impresso que chegava e era copiado para a Gazeta. É bastante frequente no decorrer das Gazetas da segunda fase, notícias vindas de Roma, Londres e Paris, além de outras cidades menores inseridas também nessa rede de notícias que se espalhava por toda a Europa. A movimentação dos exércitos e as embaixadas de Portugal espalhadas por diferentes cidades têm certo destaque, e o bispo de Lamego em Roma aparece com bastante frequência em suas páginas. A aceitação do papa era fundamental para o reconhecimento da nova Dinastia que assumiu o poder em Portugal, tendo o bispo passado um ano em Roma na tentativa de ser recebido como embaixador da Corte portuguesa. Na primeira fase da Gazeta, vimos que o periódico esforçava-se em demonstrar que Lamego era bem vindo em Roma, tendo seus moradores exaltado Dom João IV e o retrato do novo rei causado tumulto na embaixada francesa para ser visto e copiado. A segunda fase da Gazeta também trazia diversas informações de Roma e da situação do bispo. A presença do embaixador português em Roma, como era de se esperar, causa grande insatisfação ao rei castelhano.

A relação tumultuada que Lamego possuía com o embaixador de Filipe IV em Roma tem destaque no periódico, certamente no intuito de acirrar ainda mais os ânimos entre portugueses e castelhanos, e também devido ao interesse dos leitores em um tema tão importante quanto o reconhecimento papal. Em um aviso que chegou de Paris

publicado na Gazeta, lê-se que o embaixador Marquês de los Velez e seus companheiros "fazião mil protestos de que em cazo fosse recebido [o bispo de Lamego pelo papa], se haviaõ de sair fora de Roma em hu' instante", levando consigo cardeais e em dois meses, todos os súditos castelhanos. As provocações realizadas pela embaixada portuguesa e seus aliados também são expostas na Gazeta, onde lemos no mesmo aviso que "Francezes, Portuguezes e Catalaes se ajuntaraõ hum dia todos, & andaraõ passeando por Roma, para dar hûa vista ao dito Embaixador de Castella, & mostrarlhe em effeito como seu poder não era tão grande como sua imaginaçaõ" (Gazeta Primeira, out/1642, f. 6). O argumento castelhano, segundo Cassiana Gomes, era que o movimento restaurador português era ilegítimo, na medida em que seus direitos deveriam ter sido obtidos antes, mediante pedido ao próprio papa. O novo governo de Lisboa seria, assim, uma insubordinação a Roma e, portanto, seu representante não poderia ser recebido pelo papa [21].

O historiador A. Borges afirma que a Corte em Madrid não teria gostado da atitude de indiferença do papa, pois esperava que o Sumo Pontífice fosse enérgico em reprimir o emissário do "rei rebelde". Assim, o Marquês de los Velez fora enviado com instruções de que deveria fazer de tudo para impedir que o embaixador português fosse recebido, "ainda mesmo que fosse preciso tirar a vida ao emissário do Duque de Bragança, não devia hesitar, sendo-lhe prometido o cargo de Vice-Rei de Nápoles, se levasse a bom termo a sua missão" [22]. Borges explica ainda que de fato o Marquês atentou contra a vida do bispo de Lamego, discorrendo que no dia 20 de agosto de 1642 (a Gazeta informa dia 23), o embaixador castelhano esperava o bispo no centro da cidade, onde se travou uma verdadeira batalha entre os soldados do Marquês e a criadagem do embaixador português. A Gazeta não traz as notícias do atentado, mas informa que "depois do sucesso, que aos 23. do dito mes de Agosto ouve aqui entre o Embaixador de Portugal, & o de Castella, foraõ postas guardas e' muitos lugares da cidade, & se dobràram as que estavaõ na porta dela (...)". O papa ainda mandara conferir os muros e realizar reparos, colocando barris de pólvora e outras munições no Castelo de Santo Ângelo, "porque o pouco respeito que o Embaixador de Castella mostrou em o cometimento do de Portugal, deo a entender claramente, que nam esperava mais que a occasião (...) de emprender descubertamente

[21] GOMES, Cassiana Maria Mingotti Gabrielli. *Diplomacia e Concorrência Colonial*... p. 31-2. Analisamos no segundo capítulo uma carta impressa que teria sido enviada pelo embaixador castelhano ao papa enumerando os motivos pelos quais o Pontíficie não deveria receber o enviado de Dom João IV.

[22] BORGES, A. Antunes. Provisão dos bispados e Concílio Nacional no reinado de D. João IV In: *Lusitanea Sacra*. Centro de Estudos de História Eclesiástica, 1957. p. 126. Disponível em: <http://biblioteca.versila.com/2752858> Acesso: 18 abr. 2016.

algûa acção contra Sua Santidade" (Gazeta Primeira, Nov/1642, f.2). Certamente a ideia de um atentado contra o papa não fazia parte dos planos do embaixador de Castela, mas a Gazeta enfatizava a má índole dos inimigos e sugeria que os castelhanos seriam capazes de atacar o chefe da Igreja. Na mesma Gazeta ainda há informações sobre a partida do Marquês e da devassa tirada pelos Cardeais acerca do ocorrido, "dado a culpa toda ao primeiro: & assi mandaraõ a Madrid hûa relaçaõ verdadeira de tudo, & muy contraria á do Embaixador de Castella, que lançou fama, que o de Portugal havia sido o Agressor" (f.2v).

A Gazeta informa ainda, por aviso enviado de Roma no dia 9 de janeiro de 1643, que o bispo de Lamego deixou a cidade junto ao embaixador francês no dia 18 de dezembro de 1642 (Gazeta, jan/1643, f.2v). O memorial escrito por ele e dedicado ao papa é publicado integralmente na Gazeta de Abril de 1643, onde consta o título de *Gazeta do mez de abril de 1643. De novas fora do Reyno. Com o protesto que fez a S. Santidade o bispo de Lamego Embaixador deste Reyno de Portugal, quando sahio de Roma.* É a primeira Gazeta que, a exemplo das diversas relações de sucesso que circulavam pela Europa desde o século anterior, possuía no título menção a seu conteúdo, talvez no intuito de atrair mais leitores, em vista de um tema que interessava sobremaneira a população portuguesa – costume que encontramos nas Relações de Sucesso. O texto é bastante claro em evidenciar o tempo de um ano que o bispo permanecera em Roma à espera de uma audiência com o papa e que "não podendo a reputação real tolerar mais tempo a desestimação, & pouco respeito, com que he tratado publicamente era forçoso reconhecer o desengano, de que neste Pontificado não havia que esperar melhoria do agravo" (Gazeta, abr/1643, f.6). Assim o bispo deixava a cidade, sem ter atingido o objetivo de melhorar as relações portuguesas com o Sumo Pontífice. Toda a trajetória de Dom Miguel de Portugal estar presente nesta Gazeta demonstra a importância dada por seus editores, e certamente por seus leitores, pelo restabelecimento dos laços entre Roma e Lisboa.

Por fim, gostaríamos de destacar ainda o retorno de notícias de dentro do reino em alguns exemplares a partir do ano de 1644. Com o título de "de Lisboa aos 13 de Setembro", as novas publicadas no final da Gazeta de julho e agosto de 1644 (a partir de 1644 passam a ser publicadas algumas Gazetas referentes a dois meses, e não apenas a um) informam sobre a chegada no porto da frota da Bahia, além de outra embarcação da Índia, concluindo que acerca daquelas novas, "daremos mais copiosa relação na futura Gazeta do corrente" (Gazeta, jul-ago/1644, f. 6v.). Quase dois anos depois, podemos notar

o retorno da Corte portuguesa às folhas do periódico, informando a Gazeta que "o Mez passado fez sua Majestade merce ao Conde de Vidigueira do titulo de Marquez de Niza (...). Tambem sua Majestade confirmou a Dom Diogo de Lima o titulo de Bisconde de Villanova da Sirveira". Mencionou ainda, para além de muitas outras novas, a morte de dois vassalos que trouxeram tristeza aos "Generaes, & mais officiaes da guerra, assi Portugueses, como Franceses, por serem estes dous fidalgos tão mancebos & tão valorosos" (Gazeta, set-out/1646, f. 4v; 5). Esse aviso de Lisboa, diferente da Gazeta de 1644 mencionada anteriormente, ocupa quase metade deste exemplar, com notícias de diferentes partes do continente.

A primeira fase da Gazeta demonstra o dia-a-dia da corte e da realeza, a prestação de serviços de nobres em diferentes batalhas contra Castela, e traz ainda algumas notícias das Índias, do Brasil, de outras partes do Império e de algumas cidades europeias. A segunda fase, por outro lado, publica novas de dezenas de cidades por todo o continente, informando aos seus leitores o andamento de batalhas, guerras internas como as de Inglaterra, e dá destaque às embaixadas enviadas para diferentes nações no intuito de fortalecer e tornar reconhecida nova Dinastia. Os editores da Gazeta, entre acertos e erros no decorrer de suas publicações, encontraram um equilíbrio que agradava tanto à Coroa portuguesa, quanto aos seus leitores. A permanência dos assuntos através dos anos, como a estadia do bispo de Lamego em Roma, informa aos pesquisadores atuais quais eram os tipos de notícias que agradavam àquela sociedade e ao mesmo tempo eram permitidas por Dom João IV. Entendemos assim que, ainda que haja clara evidência de propaganda voltada para a nova dinastia no poder, a Gazeta também se preocupava com a divulgação de notícias que interessassem aos leitores. Como bem define Jorge Pedro Sousa, a Gazeta é assim um "periódico de novidades selecionadas", ainda que com claro viés de enaltecimento da Coroa de Bragança. A lei de agosto de 1642 que proibiu a publicação de gazetas "com notícias do reino ou de fora" e aparentemente fez com que as publicações de agosto e setembro não fossem impressas – só voltando em outubro do mesmo ano –, pode dever-se, assim, à publicação de notícias que revelavam informações sobre questões bélicas portuguesas importantes para o andamento da guerra [23]. O que denotaria certo interesse do autor em publicar as notícias, para além de apenas publicizar a Restauração.

[23] SOUSA, Jorge Pedro. *Jornalismo em Portugal no Alvorecer da Modernidade*. Media XXI: Porto, 2013. p. 261.

6.2 Gazeta Nueva (1661-1663 Madrid)

Até o ano de 1661, diferente do restante das grandes cidades europeias, Madrid ainda não havia produzido nenhum periódico de notícias. Pedro Pascual enumera os diferentes periódicos produzidos no mesmo período em que a *Gazeta Nueva* de Madrid começava a circular na atual Espanha. A primeira teria sido traduzida do francês e impressa pela oficina de Jaume Romeu (responsável também por relações escritas em catalão que tratavam da situação portuguesa no mesmo período) em Barcelona no ano de 1641 [24]. Eulogio Varela Hervias, estudioso dos periódicos e responsável pela publicação do fac-símile da *Gazeta Nueva* também infere ser o periódico catalão o primeiro a ser publicado na atual Espanha, ainda que não fosse um ensaio original, já que era uma tradução dos papéis franceses. Ele afirma, assim, que a "fundação" de um periódico original no país teria ocorrido com a dita Gazeta.

Apoiando-se também na obra de Varela Hervias – o mesmo que fará a grande maioria dos historiadores que buscam analisar este documento – Pascual afirma que a ideia da publicação deste periódico teria partido de Dom Juan José de Áustria, filho bastardo de Dom Felipe IV com uma atriz conhecida como María Calderón (ou La Calderona) [25]. Quando era governador em Flandres, teria conhecido Francisco Fabro Bremundán, "oficial mayor de las Secretarías de Estado y de Guerra, más hábil propagandista que escritor, quien se unió al Austria de forma incondicional" [26]. Os dois teriam se inspirado nas dezenas de gazetas que circulavam pelas cidades europeias para

---

[24] PASCUAL, Pedro. Los periódicos nacen en España en el siglo XVII. In: ALCALÁ-ZAMORA, José. BELENGUER, Ernest (coord.) *Calderón de la Barca y la España del Barroco.* Vol II. Centro de Estudios políticos y constitucionales: Madrid, 2001.

[25] Apesar de receber uma educação privilegiada durante toda a infância, o filho bastardo de Dom Felipe IV não foi reconhecido prontamente, devendo seu reconhecimento ao Conde Duque de Olivares que, para evitar o escândalo de transformar um filho ilegítimo em seu herdeiro legítimo (já que sua filha morrera sem descendência) teria convencido o rei de fazer o mesmo. Apenas aos 12 anos Juan José ganha o sobrenome de *Áustria* e o priorado de São João. Para sua biografia, indicamos: RUIZ RODRÍGUEZ, Ignacio. *Don Juan José de Áustria em la Monarquía Hispánica.* Entre la política, el poder y la intriga. Dykinson: Madrid, 2007.

[26] PASCUAL, Pedro. *Op. Cit.* p. 511. "mais um propagandista hábil do que um escritor, quem se uniu ao Áustria de forma incondicional" (Tradução nossa). Segundo Javier Díaz Noci, "nascido Faivre Bremondans em Borgonha, provavelmente em 1621, era secretário maior de línguas desde 1656, quando o de Áustria, que estava ali destinado, o conheceu", discordando assim que os dois teriam se conhecido em Flandres. O secretário teria sido ainda gazeteiro oficial em Madrid desde o ano de 1677 (até aquele momento, seguidor fiel de Don Juan José, que morreria em 1679), detendo o monopólio da produção informativa – ainda que seus contemporâneos vissem o ofício como uma piada. Ver: DÍAZ NOCI, Javier. La circulación de noticias en la España del Barroco. In: CHARTIER, Roger. ESPEJO, Carmen (eds.*). La aparición del periodismo en Europa*. Comunicación y propaganda en el Barroco. Madrid: Marcial Pons, 2012. p. 227 (tradução nossa).

fazer algo semelhante porque acreditariam na propaganda como caminho de penetração política em direção ao poder [27]. Assim, Bremundán organizou uma secretaria para o oficial, necessária para estabelecer boas relações com o restante do continente, fazer parte de uma rede de correspondentes e receber informações, além de contar ainda com as gazetas estrangeiras que já circulavam dentro da atual Espanha [28].

Impressa por Julián de Paredes entre os anos de 1661 e 1663, a Gazeta Nueva foi, assim, resultado da iniciativa de Don Juan José de Áustria. Como já indicamos, ainda que não haja excessivo interesse pelas notícias de Portugal neste periódico, há importantes menções ao conflito e mesmo edições inteiras dedicadas aos acontecimentos na fronteira. O formato do material é in cuarto, e é em sua maioria composto por quatro folhas. O tamanho dos caracteres varia no decorrer das publicações, ora maiores e ocupando mais espaço, ora de tamanho bastante reduzido. As notícias estrangeiras eram segundo Varela Hervias, procedentes das gazetas francesas, italianas e dos Países Baixos, sendo as informações que chamaríamos hoje "nacionais", escassas e de pouco interesse.

Assim como veremos no *Mercurio Portuguez*, a *Gazeta Nueva* começa explicando ao leitor os motivos pelos quais era escrita:

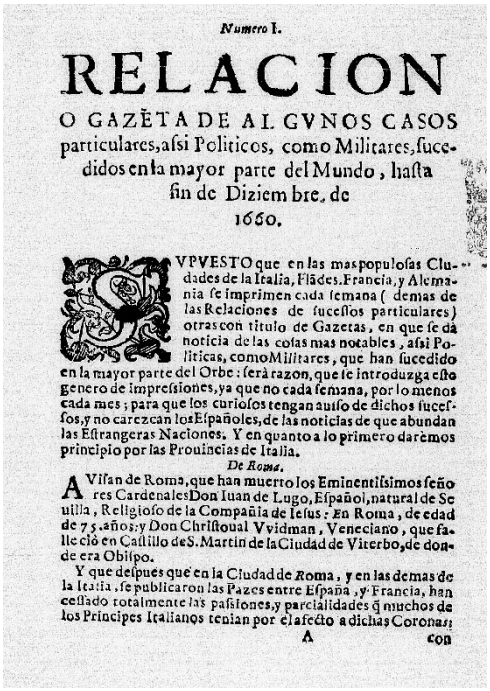
> Svpvesto que en las mas populosas Ciudades de la Italia, Flãdes, Francia, y Alemania se imprimen cada semana (demas de las Relaciones de sucessos particulares) otras con titulo de Gazetas, en que se da noticia de las cosas mas notables, assi Politicas, como Militares, que han sucedido en la mayor parte del Orbe: será razón, que se introduzga esto genero de impresiones, ya que no cada semana, por lo menos cada mes; para que los curiosos tengan auiso de dichos sucessos, y no carezcan los Españoles, de las noticias de que abundan las Estrangeras Naciones (I, dez/60; f.1) [29].

[27] Reconhecimento que teria prevalecido sobretudo após a morte de Dom Felipe IV, momento em que as ruas madrilenas teriam sido tomadas por panfletos contra o governo da nova rainha e pelas ameaças de Dom Juan José de Áustria e sua tentativa de fazer parte da Coroa e aproximar-se do irmão. Sobre o tema, ver: HERMANT, Heloise. *Guerres de plumes*. Publicité et cultures politiques dans l'Espagne du XVIIe siècle. Casa de Velásquez, Madrid: 2012.

[28] PASCUAL, Pedro. *Op. Cit*. p. 511.

[29] Todas as Gazetas contam com uma numeração acima do cabeçalho de título: o primeiro ano apresenta a sequência Numero I, Numero II, etc e o segundo ano traz a numeração em Numero Primeiro, Numero Segundo, etc. A maioria das edições traz numeração nas folhas, diferente da *Gazeta* "*da Restauração*" e do *Mercurio Portuguez*. "Suposto que nas mais populosas cidades da Itália, Flandres, França e Alemanha se imprimem a cada semana (além das relações de sucessos particulares) outras com título de Gazetas, em que se dá notícia das coisas mais notáveis, assim políticas, como Militares, que aconteceram na maior parte do orbe: será motivo para que se introduza esse gênero de impressões, não a cada semana, pelo menos a cada mês, para que os curiosos tenham aviso de tais sucessos, y não necessitem os espanhóis das notícias que abundam nas nações estrangeiras" (tradução nossa).

O intuito era, assim, levar ao leitor as notícias estrangeiras que já eram publicadas através de relações de sucesso e gazetas em outros países da Europa. Para isso, Bremundan separa as novas por localidades e as cidades mais abordadas são bem semelhantes às da *Gazeta "da Restauração"*: Roma, Veneza, França, Áustria, Suécia e Inglaterra.



Numero I.

RELACION

O GAZETA DE ALGVNOS CASOS particulares, assi Politicos, como Militares, sucedidos en la mayor parte del Mundo, hasta fin de Diziembre, de 1660.

SVPVESTO que en las mas populosas Ciudades de la Italia, Flãdes, Francia, y Alemania se imprimen cada semana (demas de las Relaciones de sucessos particulares) otras con titulo de Gazetas, en que se dà noticia de las cosas mas notables, assi Politicas, como Militares, que han sucedido en la mayor parte del Orbe: serà razon, que se introduzga esto genero de impressiones, ya que no cada semana, por lo menos cada mes; para que los curiosos tengan auiso de dichos sucessos, y no carezcan los Españoles, de las noticias de que abundan las Estrangeras Naciones. Y en quanto a lo primero darèmos principio por las Prouincias de Italia.

De Roma.

AVisan de Roma, que han muerto los Eminentissimos señores Cardenales Don Iuan de Lugo, Español, natural de Seuilla, Religioso de la Compañia de Iesus: En Roma, de edad de 75. años; y Don Christoual Vvidman, Veneciano, que falleciò en Castillo de S. Martin de la Ciudad de Viterbo, de donde era Obispo.

Y que despues que en la Ciudad de Roma, y en las demas de la Italia, se publicaron las Pazes entre España, y Francia, han cessado totalmente las passiones, y parcialidades q̃ muchos de los Principes Italianos tenian por el afecto a dichas Coronas;

A con

Fig. 6.2 Folha 1 do primeiro número *da Gazeta Nueva*, cujo nome ainda trazia a palavra Relação, que desaparece a partir do segundo número

Na primeira página os leitores já poderiam informar-se sobre os benefícios que a paz com a França trouxe para a Monarquia. De Roma, podemos ler que após sua publicação "han cessado totalmente las passiones, y parcialidades q' muchos de los Principes Italianos tenian por el afecto a dichas Coronas", afirmando ainda que "el trato que alli tienen los Españoles y Franceses, es como si todos fuessen de vna Nacion misma" (I, dez/60; f.1-1v) [30]. Mesmo que encontremos reduzido número de notícias que tratam diretamente da guerra com Portugal, percebe-se a diluição das informações no decorrer do periódico. Podemos ler na sequência da notícia de Roma, que "los señores Don Gaspar

[30] "Cessaram totalmente as paixões e parcialidades que muitos príncipes italianos possuíam pelo afeto das ditas coroas (...) o trato que ali têm os espanhóis e franceses, é como si todos fossem de uma mesma nação" (tradução nossa).

de Bracamonte, Conde de Peñarãda, & Virrey de Napoles, (...) demas de la gente de los Tercios viejos de Alemania, Napoles, y Lõbardia, que hasta aora han remitido a España para seruir el la guerra contra Portugal, en siete galeras (…)" (I, dez/60; f.1v) [31]. A nova demonstrava, assim, o apoio conseguido na Itália para as batalhas contra a Coroa portuguesa, mesmo que a informação esteja marcada como *Roma* na Gazeta.

Portugal também era lembrado em notícias que tratavam da Inglaterra, reino visado pelo governo da rainha regente para o casamento de sua filha e futura aliança após o matrimônio. A nova informa, assim, que o rei inglês teria aprovado o casamento secreto que o Duque de York, seu irmão, havia realizado com a filha de um cavaleiro, matrimônio que teria causado grande sentimento sobretudo aos portugueses "porque tratauan de casar al dicho Duque, com Doña Catalina, hija primogênita de la Duquesa de Bergança" (II, jan/61;f. 2v) [32]. No mês seguinte, uma notícia exclusiva de Portugal dava conta do desgosto com que a notícia do casamento do Duque de York teria sido recebida em Lisboa, descrevendo ainda a dificuldade da Coroa portuguesa em conseguir soldados vindos de outros reinos da Europa e o descontentamento dos fidalgos que "desean a entrada de nuestros exércitos en aquel Reyno, para manifestar el afecto que tienen al Rey nuestro señor, y suyo" (III, 61/fev; f.4v) [33]. As relações de sucesso trariam com frequência menção de que a população portuguesa estaria do lado da Monarquia Hispânica, apenas esperando que Dom Felipe IV retomasse o poder. A ideia de que eles ainda eram fidalgos deste rei – "afeto que tem ao rei nosso senhor, e seu" – também aparece em diferentes papéis durante todo o período da guerra.

Em meados de junho, momento em que o casamento de Dona Catarina com o rei inglês já havia sido acertado e divulgado, o foco de Fabro Bremundan passa a ser os problemas causados pelo acordo entre os dois reinos. Como já dissemos, a aliança alcançada com o matrimônio foi prejudicial para as finanças portuguesas, mas necessária para o momento da guerra. As notícias do mês de julho e agosto de 1661 assim, se alternam entre as batalhas e o acordo nupcial: em junho a *Gazeta Nueva* afirma que

[31] "Os senhores Dom Gaspar de Bracamonte, Conde de Peñarãda, & vicerrei de Nápoles, (…) além da gente dos terços velhos de Alemanha, Nápoles, e Lombardia, que até agora remeteram à Espanha para servir na guerra contra Portugal em sete galeras (...)" (tradução nossa).
[32] Como já referimos no segundo capítulo deste trabalho, a notícia de que dona Catarina poderia se casar com o rei inglês é vista como absurda pela Gazeta Nueva, até que se concretiza.
[33] "Desejam a entrada de nossos exércitos naquele Reino, para manifestar o afeto que têm ao Rei nosso senhor e seu" (tradução nossa).

> aquel Reyno se siente mal de los procedimientos de la Duquesa de Bergança, y de que esta trate casar su hija com vn Principe Estraño (...) y que assi mismo o solicite entregar a los Ingleses las Plaças que son de la conquista da Portugal, que costaron a la Nacion lusitana la sangre, y dinero que decantan las Historias humanas (IX, jun/61; f. 3v) [34]

O autor apela assim para o patriotismo da "nação lusitana" e afirma que os portugueses estariam se sentindo mal com o acordo nupcial que lhes custaria suas conquistas. No ano seguinte, dando notícia da chegada dos ingleses a Tanger e consequente saída dos portugueses daquele local, a descrição é ainda mais densa e recorre novamente ao amor lusitano pela pátria:

> (...) desampararon la Ciudad casi todos los Portugueses que la hauitauan; despues de auer consumido en casi todos los Templos el Santissimo Sacramento de la Eucaristia, y retirado a los Nauios las Imágenes de Christo Redemptor nuestro, las de su Santissima Madre, y de los Santos. Caso espantable, y que deuiamos llorarle los Catholicos con gotas de sangre, vertidas de lo mas intimo de nuestros coraçones, considerando que vna Ciudad tan antigua como Catholica, en cuyos Templos ha sido venerada la Ley de Dios, con la decencia que los Lusitanos acostumbran, se vea oy expulso della el Culto Diuino, los Templos profanados (…) [os moradores] nauegaron la vuelta de Lisboa, llorando todos, assi hombres, como mujeres, con gritos y clamores, que los ponían en los Cielos, culpando la mala resolución que auia tomado, de no auer dado oído a las conueniencias que tan repetidamente se les auia ofrecido por los Castellanos: y el auerse entregado a los Ingleses, (…) y el verse los Portugueses expulsos de su Patria, desposseidos de sus haciendas, y expuestos a padecer las calamidades que se pueden colegir (1, jan/62; f.3v-4) [35]

A longa citação se faz necessária para analisarmos como o autor se coloca do lado dos portugueses diante de uma situação certamente desoladora para aquela população, que teve de sair de suas casas devido à uma resolução da Coroa de Bragança para conseguir

[34] "Aquele reino se sente mal dos procedimentos da duquesa de Bragança, e de que esta case sua filha com um príncipe estranho (...) e que assim mesmo o solicite entregar aos ingleses as praças que são da conquista de Portugal, que custaram à nação lusitana o sangue, e dinheiro que decantam as Histórias humanas" (tradução nossa).

[35] "desampararam a cidade de quase todos os portugueses que a habitavam; depois de ter consumido em quase todos os templos o Santíssimo Sacramento da Eucaristia, e retirado dos navios as imagens de nosso Cristo Redentor, as da sua Santíssima Mãe, e dos Santos. Caso espantoso, e que devíamos os católicos chorarmos gotas de sangue, vertidas do mais íntimo de nossos corações, considerando que uma cidade tão antiga como católica, em cujos templos se venerou a lei de Deus, com a decência que os lusitanos são acostumados, veja-se hoje expulso dela o culto divino, os templos profanados (...) [os moradores] navegaram de volta a Lisboa, chorando todos, homens e mulheres, com gritos e clamores, que chegavam aos céus, culpando a má resolução que foi tomada, de não terem ouvido as conveniências que tão repetidamente tinham sido oferecidas pelos castelhanos; e ser entregue aos ingleses (…) e verem-se os portugueses expulsos de sua pátria, despossuídos de suas fazendas, e expostos a padecer as calamidades que se podem concluir" (tradução nossa)

um importante aliado. Bremundan recorre mais uma vez às emoções de um possível leitor português e se solidariza com a tristeza que essas pessoas teriam passado não só por abandonar suas casas, mas também ao ver os templos destituídos de suas imagens, concluindo que: "deveríamos os católicos chorarmos gotas de sangue, vertidas do mais íntimo de nossos corações". O autor inclui-se como parte dos afetados demonstrando solidariedade, e afirma que aqueles moradores agora se arrependiam de não terem aceitado as resoluções castelhanas a tempo. O aviso nos parece claro: a Coroa de Bragança não estaria preocupada com sua população, nem com sua Igreja, e os portugueses deveriam voltar para o lado castelhano enquanto fosse tempo [36]. As notícias de meses depois de que os ingleses teriam transformado os templos católicos em armazéns, quartéis e estábulos eram certamente para escandalizar ainda mais a entrega daquela praça para um reino não-católico (3, abr/62; f.3v). Não atacar diretamente o povo português, mas apenas seus governantes parece uma premissa dos papéis castelhanos, que preferem trata-los ainda como vassalos.

Os dois números da *Gazeta Nueva* que tratam especificamente de Portugal são o número X do ano de 1661 e o número 6 do ano seguinte. No primeiro as notícias são divididas por localidade: *del Exercito de Estremadura*; *del Exercito de Castilla la Vieja*; e *del Exercito de Galicia*. Era na primeira região onde se encontrava Dom Juan José de Áustria, de quem já discorremos sobre o personalismo com que era tratado neste periódico [37]. A próxima notícia tratava da chegada do Duque de Ossuna à Cidade Rodrigo, "con la grandeza que sacó de la Corte, assi de camaradas, y criados, como de séquito de coches, literas, carruage, y azemilas (...)" (X, ago/61; f. 2). A movimentação do exército é descrita através dos dias, detalhando as vitórias castelhanas. A bondade de Felipe IV e seus oficiais também é enfatizada, como podemos ler no seguinte trecho

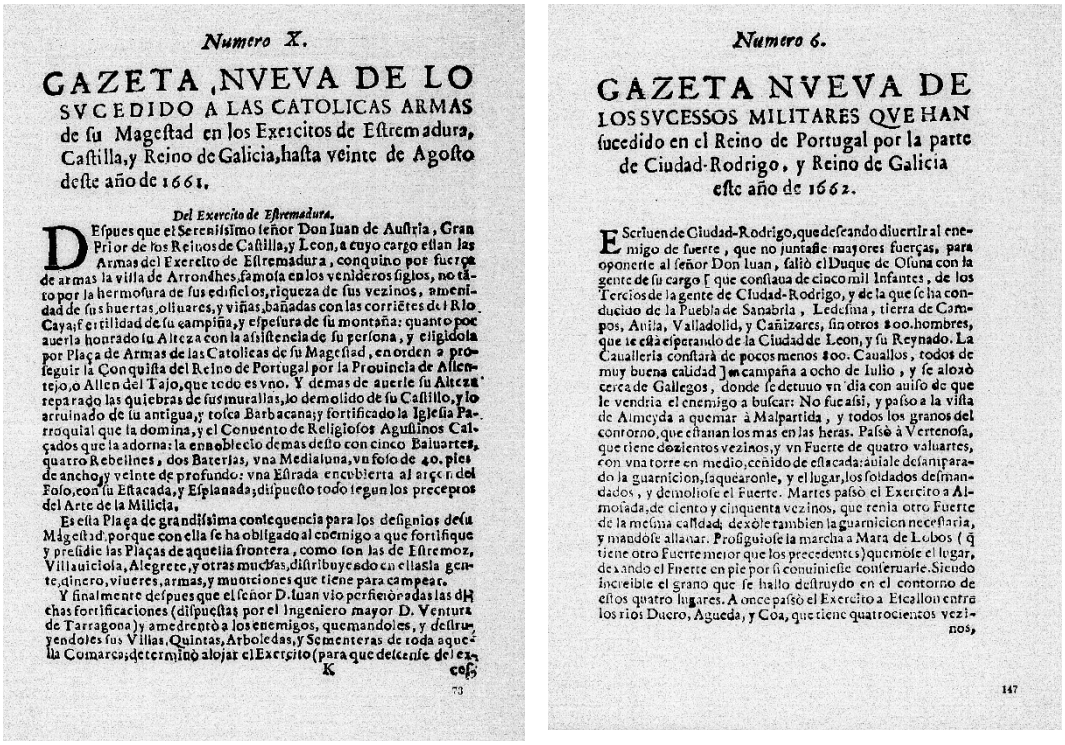
> Dicho dia por la tarde embió su Excelencia al Comissario General de la caualleria con 200 cauallos a la villa de San Pedro, ofreciendo al Gouernador,

[36] Na Gazeta do mês seguinte há outra notícia sobre essa questão: "Qve llegaron a Lisboa las 148 familias de Portugueses Africanos, que salieron rendidos de la ciudad de Tanger, culpando el mal gobierno de la Duquesa de Bergança, pues por ella se veian expulsos de su pátria, sin haziendas, ni casas a dõde poderse aluergar cuyas razones ocasionaron en los Portugueses de Lisboa tanta tristeza, y melancolia, que se temio aquel dia vna grande soleuacion popular (...)" (2, mar/62; f.4) Esse mesmo assunto também é discutido na contenda envolvendo Dom Jerônimo Mascarenhas e Antonio Alvares Cunha, que tratamos no capítulo anterior. Como podemos ver, o tema foi amplamente discutido pela publicística do período. "Que chegaram a Lisboa as 148 famílias de portugueses africanos, que saíram rendidos da cidade de Tânger, culpando o mal governo da duquesa de Bragança, pois por ela se viam expulsos de sua pátria, sem fazendas, nem casas onde se abrigar, cujas razões ocasionaram nos portugueses de Lisboa tanta tristeza, e melancolia, que se temeu aquele dia uma sublevação popular" (tradução nossa).

[37] Ver capítulo 5.

> que la benignidad de su Magestad para con sus vassallos era tal, que aunque en el obrar no lo pareciã los Portugueses, deseaua siempre perdonarles; y que assi le pedia se rindiesen a su Real clemencia, antes de experimentar con la hostilidad lo riguroso de sus Armas (X, ago/61; f.3) [38]

Segundo ainda esta notícia, o governador da praça teria respondido "muy poco a proposito", fazendo com que o Duque fosse até lá com parte das armas, o que teria feito os soldados renderem-se imediatamente: "apenas vieron los Portugueses nuestro Exercito, quando se rindieron" [39]. Por fim, as novas que chegam da Galícia descrevem a movimentação do exército liderado por Dom Rodrigo Pimentel, marquês de Viana, que também são positivas – como todas relacionadas ao exército de Dom Felipe IV por esta gazeta.



Numero X.

GAZETA NVEVA DE LO SVCEDIDO A LAS CATOLICAS ARMAS de su Mageſtad en los Exercitos de Eſtremadura, Caſtilla, y Reino de Galicia, haſta veinte de Agoſto deſte año de 1661.

Del Exercito de Eſtremadura.

DEſpues que el Sereniſsimo ſeñor Don Iuan de Auſtria, Gran Prior de los Reinos de Caſtilla, y Leon, a cuyo cargo eſtan las Armas del Exercito de Eſtremadura, conquino por fuerça de armas la villa de Arrondhes, famoſa en los venideros ſiglos, no tãto por la hermoſura de ſus edificios, riqueza de ſus vezinos, amenidad de ſus huertas, oliuares, y viñas, bañadas con las corriẽtes del Rio Caya; fertilidad de ſu campiña, y eſpeſura de ſu montaña: quanto por auerla honrado ſu Alteza con la aſiſtencia de ſu perſona, y eligidola por Plaça de Armas de las Catolicas de ſu Mageſtad, en orden a proſeguir la Conquiſta del Reino de Portugal por la Prouincia de Allentejo, o Allen del Tajo, que todo es vno. Y demas de auerle ſu Alteza reparado las quiebras de ſus murallas, lo demolido de ſu Caſtillo, y lo arruinado de ſu antigua, y roſca Barbacana; y fortificado la Igleſia Parroquial que la domina, y el Conuento de Religioſos Auguſtinos Calçados que la adorna: la ennoblecio demas deſto con cinco Baluartes, quatro Rebelines, dos Baterias, vna Medialuna, vn foſo de 40. pies de ancho, y veinte de profundo: vna Eſtrada encubierta al arçon del Foſo, con ſu Eſtacada, y Eſplanada; diſpueſto todo ſegun los preceptos del Arte de la Milicia.

Es eſta Plaça de grandiſsima conſequencia para los deſignios de ſu Mageſtad; porque con ella ſe ha obligado al enemigo a que fortifique y preſidie las Plaças de aquella frontera, como ſon las de Eſtremoz, Villauiciosa, Alegrete, y otras muchas, diſtribuyendo en ellas la gente, dinero, viueres, armas, y municiones que tiene para campear.

Y finalmente deſpues que el ſeñor D. Iuan vio perfeccionadas las dichas fortificaciones (diſpueſtas por el Ingeniero mayor D. Ventura de Tarragona) y amedrentò a los enemigos, quemandoles, y deſtruyendoles ſus Villas, Quintas, Arboledas, y Sementeras de toda aquella Comarca; determinò alojar el Exercito (para que deſcanſe del ex-

K coſ-

73

Numero 6.

GAZETA NVEVA DE LOS SVCESSOS MILITARES QVE HAN ſucedido en el Reino de Portugal por la parte de Ciudad-Rodrigo, y Reino de Galicia eſte año de 1662.

EScriuen de Ciudad-Rodrigo, que deſeando diuertir al enemigo de ſuerte, que no juntaſſe mayores fuerças, para oponerſe al ſeñor Don Iuan, ſaliò el Duque de Oſuna con la gente de ſu cargo [que conſtaua de cinco mil Infantes, de los Terçios de la gente de Ciudad-Rodrigo, y de la que ſe ha conducido de la Puebla de Sanabria, Ledeſma, tierra de Campos, Auila, Valladolid, y Cañizares, ſin otros 800. hombres, que le eſtà eſperando de la Ciudad de Leon, y ſu Reynado. La Cauallería conſtarà de pocos menos 800. Cauallos, todos de muy buena calidad Jen campaña a ocho de Iulio, y ſe aloxò cerca de Gallegos, donde ſe detuuo vn dia con auiſo de que le vendria el enemigo a buſcar: No ſucaſsi, y paſsò a la viſta de Almeyda a quemar à Malpartida, y todos los granos del contorno, que eſtaban los mas en las heras. Paſsò à Vertenoſa, que tiene dozientos vezinos, y vn Fuerte de quatro valuartes, con vna torre en medio, cenido de eſtacada: auiale deſamparado la guarnicion, ſaquearonle, y el lugar, los ſoldados deſmandados, y demoliòſe el Fuerte. Martes paſsò el Exercito a Almoſada, de ciento y cinquenta vezinos, que tenia otro Fuerte de la meſma calidad; dexòle tambien la guarnicion neceſſaria, y mandòſe allanar. Proſiguioſe la marcha a Mata de Lobos (q̃ tiene otro Fuerte meior que los precedentes) quemòſe el lugar, dexando el Fuerte en pie por ſi conuinieſſe conſeruarle. Siendo increible el grano que ſe hallo deſtruydo en el contorno de eſtos quatro lugares. A once paſsò el Exercito a Etcallon entre los rios Duero, Agueda, y Coa, que tiene quatrocientos vezinos,

147

Figura 6.3 Números da Gazeta Nueva dedicados exclusivamente à Guerra da Restauração

O número 6 do ano de 1662 também é exclusivo sobre as batalhas com Portugal, onde podemos ler a continuação das notícias do ano anterior. Diferente da publicação de

[38] "neste dia pela tarde, enviou sua Excelência o comissário geral da cavalaria com 200 cavalos à vila de São Pedro, oferecendo ao governador, que a benignidade de Sua Majestade para com seus vassalos era tal, que ainda que no atuar não o pareciam os portugueses, desejava sempre perdoar-lhes; e que assim o pedia que se rendessem à sua real clemência, antes de experimentar com a hostilidade o rigor de suas armas" (tradução nossa).

[39] "muito pouco a propósito"; "apenas os portugueses viram nosso exército e se renderam" (tradução nossa).

1661, porém, o documento só faz menção a Dom Juan José de Áustria quando afirma que o Duque de Ossuna se preocupava que o inimigo "no juntasse mayores fuerças, para oponerse al señor Don Juan" (6, [ago]/62; f.1) [40], e que por isso teria saído com seu exército em campanha [41]. Da Galícia também chegaram novas sobre a guerra, descrevendo a quantidade de pessoas que se encontravam no exército daquela região através de uma tabela e nomeando seus capitães e demais oficiais; o autor afirma que "van siuiendo em este Exercito muchos Titulos, y Caualleros, de cuyos nombres, Nobleza, y heroicas proezas se pudieran hazer Relaciones muy dilatadas (…)" (6, [ago]/62; f.3) [42]. Para encerrar as notícias, no último parágrafo desta gazeta podemos ler que

> Es tan grande el terror que de esta marcha ha percibido la Prouincia de Entre Duero, y Miño, que de Ponte de Barca, Põte de Lima, y las demas Villas, y Lugares de su comarca, en mas distancia de seus leguas, ban sacado sus vezinos la ropa, y la han lleuado a la Ciudad de Braga, y a otras Plaças de lo mas interior de la Prouincia. Y hasta el Conde de Prado, que gouierna las Armas del Rebelde, y los demas Cabos de su Exercito, que habitan en la Ciudad de Viana, han sacado de ella sus haciendas, y familias, para assegurarlas de las inuasiones de nuestros Soldados (6, [ago]/62; f.4v) [43].

O temor dos moradores das regiões por onde passava o exército castelhano era tanto, que a população estaria retirando seus bens e levando-os para outras cidades, inclusive o próprio comandante das "armas do rebelde" estaria fazendo o mesmo. O intuito deste trecho é claro: demonstra não só a força daquele exército, mas também a fraqueza do inimigo, que já estaria fugindo diante da ameaça. Os dois periódicos produzidos na Península Ibérica na década de sessenta do século XVII, assim, trazem características semelhantes quando tratam do inimigo, a diferença era que os castelhanos eram

---

[40] "não juntasse maiores forças para se opor ao senhor Dom Juan" (tradução nossa).

[41] Já que dois meses antes o periódico já havia afirmado que, depois de tomar Jurumenha, Dom Juan José de Áustria havia saído "con la mayor parte del Exercito, y fue marchando ázia Portugal por las margenes de Guadiana" (4, jun/62; f.4v). "com a maior parte do exército, e foi marchando em direção a Portugal pelas margens de Guadiana" (tradução nossa).

[42] "servem neste exército muitos títulos, e cavaleiros, de cujos nomes, nobreza e heroicas proezas puderam fazer relações muito longas" (tradução nossa).

[43] Na *PRIMERA relacion diaria de los felizes sucessos que las armas de su Magestad (que Dios guarde) tuuieron contra el Rebelde de Portugal entre Duero, y Miño, este año de 1662*. Impressor: Francisco Nieto. podemos ler praticamente o mesmo trecho, demonstrando como uma mesma notícia abastecia diferentes meios de divulgação e o quanto este acontecimento importava para seus autores, já que demonstrava a fraqueza do exército inimigo e deu seus comandantes. "é tão grande o terror que desta marcha percebeu a provincia de Entre Douro e Minho, que de Ponte de Barca, Ponte de Lima, e as demais vilas, e lugares de sua comarca, e mais distância de seis léguas, vão tirando seus moradores o vestuário, e levaram à cidade de Braga, e a outras praças mais interiores da província. E até o Conde do Prado, que governa as armas do rebelde, e os demais cabos de seu exército que moram na cidade de Viana, tiraram dela suas fazendas, e famílias, para assegurá-las das invasões de nossos soldados" (tradução nossa).

considerados inimigos dos portugueses, mas nem todos os portugueses eram inimigos castelhanos.

São raras as novas que traziam informações sobre a cidade de Madrid. Em uma delas, podemos identificar que a ideia de que a Gazeta seria o local de notícias breves e pontuais perpassa os periódicos que estudamos e está presente também no impresso de Madrid, onde podemos ler acerca do nascimento de Carlos II que "la forma, y Magestuosa funcion con que fue bautizado, se dirá en Relacion particular" (XII, nov/61; f. 4) [44]. Neste mesmo número, o autor invoca a tristeza provocada pela morte de Felipe Próspero e o nascimento de Carlos II para afirmar que

> encierra em si este sucesso [mirado a todas luzes] circunstancias tan sublimadas, q' cada vna dellas le haze muy milagroso. Sea la primera, el auernos Dios embiado sucessor a estos afligidos Reinos, em la mesma semana q' faltó em ellos sucession. La segunda, ser tan feliz el parto (...)" (*idem*) [45].

Sobre a tentativa de assassinato da família real na Inglaterra, Bremundan também escreve que "y por auer tenido este sucesso algunas particularidades, dignas de eterna memoria, se pretende dar a la Estampa vna Relacion particular, que las explique con la breuedad que fuere possible" (II, jan/60; f. 3). A eterna memória do acontecimento, assim, deveria ser atingida através de uma relação particular – ainda que a menção no periódico seja realizada, aparentemente no mesmo intuito com que Antonio de Sousa de Macedo também informa no *Mercurio* o que seria descrito com detalhes na relação.

Por fim, compreendemos que as informações que traziam este periódico tratavam sobretudo de questões políticas europeias nas quais a Monarquia se inseria ou era afetada de alguma forma. Havia, porém, algumas notícias que destoavam das demais, como o excesso de chuvas que assolou a cidade de Málaga e ocupou duas páginas e meia da *Gazeta Nueva* de setembro de 1661 (número XI), o registro das mercadorias que chegaram em A Coruña com a Carreira das Índias na gazeta de novembro de 1661 (número XII), ou ainda a única notícia vinda de Cartagena de Levante, que o último

[44] Varela Hervias explica que foi de fato publicado um livreto com dez folhas bastante detalhado denominado *Aparato célebre y descripción de lo que passó en la celebración del bautismo del Principe nuestro señor D. Carlos Iseph, que Dios guarde* (...) Con licencia en Madrid, por Julián de Paredes, impressor de libros en la plaçuela del Angel, 1661. Cf. VARELA HERVIAS, Eulogio. *Op. Cit.* p. XXXVI. "a forma e majestosa função com que foi batizado, se dirá em relação particular" (tradução nossa).

[45] "encerra em si este sucesso [visto por todas as luzes] circunstâncias tão sublimes, que cada uma delas se mostra muito milagrosa. Seja a primeira, em Deus nos ter enviado sucessor a estes reinos afligidos, na mesma semana que faltou neles sucessão. A segunda, foi ser tão feliz o parto" (tradução nossa).

número do periódico informa sobre o desembarque de padres que iriam ajudar no resgate de cativos cristãos (8 dez/62; f.3).

Quando comparamos com o periódico que será analisado a seguir, certamente a *Gazeta Nueva* não possui tantas notícias sobre a guerra com Portugal como traz o *Mercurio Portuguez*. Veremos que, enquanto esta Gazeta se propunha informar sobre as notícias europeias, o *Mercurio* por outro lado deixava claro seu intuito desde o início, que era discorrer exclusivamente sobre as batalhas entre Portugal e a Monarquia Hispânica.

6.3 Mercurio Portuguez (1663-1667 Lisboa)

O *Mercurio Portuguez* foi impresso em Lisboa entre os anos de 1663 e 1667 e se propunha, como indica a sua primeira folha de notícias, a "seruir ao bem publico de Europa com as nouas certas da guerra entre Portugueses, & Castelhanos" (jan/63; f.2). Sua principal ênfase explícita, no decorrer de todos os números, irá se repetir: "torno a pedir que não se dè credito aos que inventarem as gazetas Castelhanas" (fev/63; f.4). Ainda no mês de janeiro, seu autor explica suas intenções: já que os castelhanos estavam publicando informações "tão erradamente, que fica a relação sem a alma, que he a verdade, e sua lição muito prejudicial a quem lhe dá crédito; (...) para servir ao bem publico da Europa com novas certas da guerra entre Portugueses, e Castelhanos (unica hoje entre Christãos) se dispoem Mercurio (...)" [46]. Nessa mesma página, faz a relação entre o periódico, o planeta e o deus romano, explicando que o *Mercurio*

> segundo a natureza do seu planeta, senão desvie dos rayos do sol da verdade, sob pena de perder o credito, pois se esta se pode por breve eclipsar, em fim não se pode escurecer. Dará cada mez hua' relação, porem se ouver cousa digna de saberse antes, não tardará; porque a velocidade incansável de suas azas não repara em fazer por todo o mundo quantas jornadas forem convenientes (Mercurio Portuguez, Jan/1663, f. 1v.).

Na citação acima podemos observar ainda o termo *relação* para tratar do *Mercurio*, demonstrando o que já havíamos argumentado acerca da fluidez dos termos utilizados nesse período: "Dará cada mês uma relação", *relação* utilizada aqui enquanto uma

[46] *Mercurio Portuguez, com as novas da guerra entre Portugal e Castela. Novas do mez de janeiro de 1663*.f. 1; 1v. Assim como fizemos com as *Gazetas*, a partir de agora indicaremos apenas o nome e mês referente. A numeração das páginas tem o intuito de facilitar a busca pelas citações no documento, já que o próprio não é numerado.

publicação periódica de notícias, chamada *Mercurio Portuguez*. Em outro trecho do periódico, é possível ver mais claramente o que seu editor entendia por estes termos: "e nesta occasião, que foi muito bizarra, se obrarão pellos Portugueses ações dignas de se fazer dellas menção, por q' *como a tenção de Mercurio nestas relações* he sòmente dar ao Mundo verdadeira noticia (...)" (Mercurio Portuguez, Jul/1663, f. 20 itálico nosso). Mercúrio é assim, muitas vezes utilizado neste periódico enquanto nome próprio, enquanto entidade ou ser que escreve as relações que possuem esse nome – personificado muitas vezes no deus romano e em suas características, como a "velocidade incansável de suas azas" citada também acima.

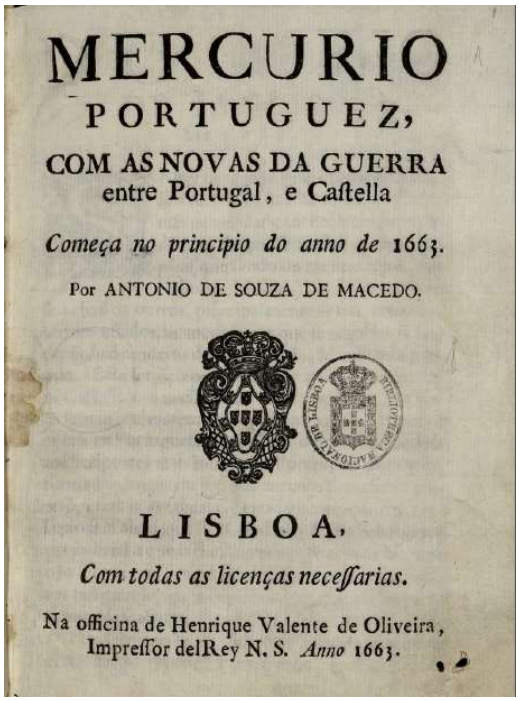

MERCURIO
PORTUGUEZ,
COM AS NOVAS DA GUERRA
entre Portugal, e Caſtella
Começa no principio do anno de 1663.
Por ANTONIO DE SOUZA DE MACEDO.
LISBOA,
Com todas as licenças neceſſarias.
Na officina de Henrique Valente de Oliveira,
Impreſſor delRey N. S. *Anno* 1663.

Figura 6.4 Capa do Mercurio Portuguez de janeiro de 1663

Diferente da *Gazeta "da Restauração"*, o *Mercurio Portuguez* possuía o nome de seu autor na capa, como podemos ver na Figura 6.4. Antonio de Sousa de Macedo, além de ter atuado nas embaixadas enviadas durante o governo de Dom João IV, era o atual secretário de Estado de Dom Afonso VI. Macedo já era conhecido dos Bragança, pois além de produzir extenso material impresso a favor da Restauração desde o ano de 1640, chegou a integrar uma de suas embaixadas a Londres e participou do governo de

diferentes maneiras antes de ser nomeado, logo após Dom Afonso VI assumir o poder, como secretário de Estado [47].

Para a análise do *Mercurio*, partíamos sempre da premissa de que era escrito para exaltar o exército português e publicar boas novas que tratassem da guerra contra Castela – combatendo as ditas mentiras publicadas do outro lado da fronteira. O que podemos perceber é que o principal intuito deste periódico, intuito este de certa forma implícito no discurso, é enaltecer Dom Afonso VI, sobretudo em seu primeiro ano de publicação. O novo rei havia tomado o poder das mãos de sua mãe seis meses antes, a Rainha Regente Dona Luísa de Gusmão, que prolongou ao máximo seu governo devido às incertezas de que o filho do meio seria apto a assumir o Reino. Desde janeiro de 1663 em que podemos ler o cotidiano de governo do novo rei, é latente a constante menção às qualidades de Dom Afonso VI. Pedimos licença para a longa citação abaixo, mas o leitor perceberá que se faz necessária para tratar do que viemos afirmando:

> As coisas maiores se vem & se propõem a elRey em Conselho de Estado pleno, quando se offerecê: o despacho ordinário de consultas & petições faz elRey cõ seus dous mesmos Conselheiros de Estado deputados para isto, & com os dous Secretarios, a q' repartidamente tocão as matérias, todos os dias q' não são santos à tarde, assistindo pelo menos hora & meia por relógio de área, com o Secretario de Estado, nas segundas, quartas, & sestas feiras; com o do Expediête & Merces, nas terças, quintas & sabbados, sendo as quintas feiras destinadas particularmente para mercês em recompensa de serviços, mas nestas assistem de presente sò dous dos ditos Conselheiros. Todas as noites, ainda que sejão de dias santos, assina elRey os papéis que deue assinar, no que, por serem muitos, gasta horas inteiras, & dizendoselhe que para escusar este grande trabalho podia vsar de caixilho, como costumão os outros Reys, respondeo, que o faria quando se achasse cançado, & assina tudo de mão própria. (...) De modo q', repartidas as horas das manhãas em ouvir Missa, dar audiência, & jantar quase sempre em publico para com sua vista alegrar os Vassallos; & as das tardes, & noites em despachar, & assinar os papeis, se deixa ver, que poucas ficão para se entreter retirado; sêdo admirauel em hu Rey moço tão repêtina mudâça a tãto trabalho, & aplicação, do ócio, & passatêpos em q' os Principes costumão ser criados (jan/63; f.2-2v)

Assim, era notável um rei tão jovem se dedicar a tantos afazeres de governo, abrindo mão de auxílio para assinar tudo "de mão própria", além de jantar em público para "alegrar os

[47] A importância do *Mercurio Portuguez* enquanto produto e instrumento da ação política do governo de Dom Afonso VI e o papel de Antonio de Sousa de Macedo são discutidos em: CARVALHO, Daniel Pimenta Oliveira de. *Mais na opinião que nas forças*. Antonio de Sousa de Macedo e a impressão do Mercurio Portuguez (1663-1667). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. IFCS/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009; ver também: SILVA, Pedro José Barbosa da. *Antonio de Sousa de Macedo*. Diplomata, Conselheiro da Fazenda, Secretário de Estado. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras da universidade de Coimbra, 2015.

vassalos", ouvir missa, dar audiência, sobrando pouco tempo para o entretenimento que, discorrem as más línguas lisboetas, era bastante frequente apenas meses antes – essa última informação, obviamente esquecida pelo *Mercurio*.

A bondade do novo rei também é lembrada no mesmo ano de 1663, como quando o periódico escreve que

> Era segunda feira, & indo sua Magestade a cauallo para a quinta de Alcantara, como costuma, naquele dia, encontrou o Santissimo Sacramento da Parochia de S. Paulo; apeouse sua Magestade com aquella piedade herdada de seus auós, & acompanhou o Senhor até a casa da doente que hia visitar; & sabendo que era hua mulher muito pobre, lhe mandou dar sincoenta cruzados, deixando ordem para se lhe dar o mais de que necessitasse. E tornando a acompanhar até a Igreja, mandou dar mil cruzados de esmola à Confraria para hum ornamento (11/63; f.7v)

São notícias que nada tem a ver com a guerra da qual o *Mercurio* se propunha discorrer, mas enfatizam o bom governo e as qualidades do novo rei, que com um golpe destituiu a mãe e afastou seus principais aliados, nomeando novos ministros. Quando o assunto é a guerra, Dom Afonso VI também é lembrado por sua coragem:

> Em 17 deste mez à tarde, chamou S. Magestade a sua Real presença o Conselho de Estado, & jûtamente o Conselho de Guerra, estando tambem presente o senhor Infante Dom Pedro, & lhes fez a proposição seguinte.
> O muito que se empenhão nossos inimigos pera esta campanha, principalmente pella parte de Alentejo, me persuade a passar em pessoa a aquella Prouincia com o Infante meu irmão (...) (04/63; f. 3)

O que de fato, nunca ocorreu. Quanto aos seus dotes bélicos, é descrito no mesmo ano pelo próprio *Mercurio* que o rei, ao se dirigir como sempre a sua quinta de Alcântara,

> acompanhado de alguns fidalgos particulares representaua hum General, que o pudera ser de todos os exércitos do mundo; facilmente se entenderá que não he isto encarecimento, pois o sangue dos Reys Portuguezes, já se sabe qual he a inclinação deste Principe toda guerreira, & atè de seu nome Affonso disseo o Camoens.
> *Nome em Armas ditoso em nossa Hesperia* (10/63; f. 8v-9 itálico da obra)

Antonio de Sousa de Macedo recorre, assim, a Camões para enfatizar o quanto Dom Afonso VI teria uma inclinação "toda guerreira".

Em outro momento, segundo o *Mercurio*, no dia do aniversário de D. Afonso VI o padre da Companhia de Jesus Antonio de Sá teria realizado um sermão que incomodou o governo. Macedo escreve que a própria Companhia estaria cogitando afastá-lo da Corte, mas que o Conde de Castelo Melhor teria interferido e encomendado a Sua Majestade

"por hum decreto firmado de Sua Real mão, affirmãdo que gostara muito de o ouvir, & que queria q' os Pregadores falassem com toda a liberdade". O autor do *Mercurio*, porém, "aconselha (se lhe he licito) que uzem della [da liberdade] nos termos deuidos a tão graue lugar, sé se fiarem desta permissão, porque nem sempre as horas são huas, & sempre he bom hir sobre o seguro" (ago/63; f. 3-3v). O que ocorreu na verdade é descrito por Carlos Ziller Camenietzki, que cita em nota o agressivo sermão de Antonio de Sá:

> Num dos momentos mais agudos, o pregador acusa: '... que até a capa há de dar o vassallo, ainda que não seja mais, que para ser pisada do Rei: porém não é justo, que dando eu a minha capa para que El-Rei a pise, em lugar de a ver a seus pés a veja em outros ombros. O que se pede para o Rei: o que se pede para as fronteiras, gaste-se com o Rei; gaste-se com as fronteiras; o que se pede para os soldados gaste-se com os soldados, & veja o Reino que se o dá, naquilo para que o dá, se gasta' [48].

Como se vê no trecho, as graves acusações recaem diretamente no rei, cujo valido estaria tomando a frente do governo e também à má administração dos recursos financeiros. Ainda que o trecho do *Mercurio* discorresse sobre a liberdade que os pregadores teriam para tratar em seus sermões e sobre o decreto que seria assinado pelo próprio rei, o resultado foi outro: o jesuíta foi retirado da Corte e enviado para Coimbra e, pouco tempo depois, retornou ao Brasil para as missões, onde terminou seus dias [49]. Como bem disse Macedo através do *Mercurio*, os pregadores deveriam usar a liberdade "nos termos devidos em tão grave lugar", o que incluía não atacar o rei e o escrivão da puridade na Capela Real, diante de toda a corte reunida. O que lemos no periódico é, porém, a grande bondade de Dom Afonso VI e Castelo Melhor, não sendo abordado o afastamento do padre.

As notícias sobre o novo rei português passam a ser menos frequentes no decorrer dos anos, ainda que seja possível encontrar menções ao seu bom governo. No ano de 1663, contudo, como pudemos demonstrar, Dom Afonso VI é frequentemente mencionado e enaltecidas sua habilidade administrativa, bondade, religiosidade e comando bélico. Esse lado do *Mercurio*, para além da guerra contra Felipe IV deve ser

---

[48] SÁ, Antônio de. Sermão que pregou o P. Antonio de Saa da Companhia de Jesu no dia que S. Magestade faz annos em 21 de agosto de 663. Coimbra: Thome de Carvalho impressor da Universidade, 1665. Apud: CAMENIETZKI, Carlos Ziller. O Paraíso Proibido. A censura à *Chronica* de Simão de Vasconcellos em 1663. In: MILLONES FIGUEROA, Luis. LEDEZMA, Domingos (eds.). *El saber de los jesuitas, historias naturales y el Nuevo Mundo*. Vervuert; Iberoamericana: Frankfurt; Madrid, 2005. p. 126.
[49] *Idem*.

assim, lembrado, sobretudo quando temos em mente que quem o escreve até dezembro de 1666 era o secretário de Estado Antonio de Sousa de Macedo.

O impressor responsável pela publicação do *Mercurio* desde seu início até o fim do ano de 1665 foi Henrique Valente de Oliveira, cujas páginas dedicadas a ele nos *Documentos Históricos para a Typographia Portuguesa* afirmam que era um impressor régio, residente em Lisboa, que possuía o privilégio de impressão e venda da *Baculo pastoral*, e responsável ainda pela impressão e venda do *Advertencias de boa grammatica* [50]. O próprio *Mercurio*, contudo, não é citado na publicação de Venâncio Deslandes. Após a edição de dezembro de 1665, são mencionados três novos impressores, que não podemos saber com qual frequência se dedicaram à impressão do *Mercurio*, pois não há menção das oficinas na maioria das publicações: Domingos Carneiro, João da Costa e Antonio Craesbeeck de Melo. Todos foram brevemente citados no capítulo sobre a impressão, já que não temos muitas informações sobre eles.

Castelhanadas e Comédias: desmerecendo o inimigo e suas notícias

O *Mercurio* menciona com grande frequência os papéis castelhanos, ora afirmando que "inventão, e se consolao como famozos Comediantes" (Mercurio Portuguez, Fev/1664, f. 71), ora explicando que "se Mercurio fora Castelhano, fizera relações do q' não avia succedido; mas porq' he Portuguez, nê do q' já succedeo as faz, senão com muito exactas informações" (Mercurio Portuguez, Jul/1664, f. 112v). Os papéis castelhanos como relações e cartas são transcritos com frequência para o *Mercurio*, ou para serem desmentidos, ou para demonstrar como as notícias estavam sendo escritas pelo inimigo. Encontramos uma relação castelhana cujo trecho foi publicado no *Mercurio* acerca da fuga do exército de Felipe IV frente aos portugueses, onde podemos ler que

> Como rio (…) arrastra consigo qualquer obstáculo; assi esta fuga tan repentina, y sin ocasion atropelo los officiaes y Cabos que quisieron detenerla (...) quedamos como quien despierta de un profundo sueño, en que le parece ver numeroso exercito, y abriendo los ojos se queda solo (Mercurio Portuguez, out/1664, f. 139v;140) [51].

[50] DESLANDES, Venâncio Augusto. *Documentos para a História da typographia portugueza nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. vol. 1. p. 72.

[51] "como rio (...) arrasta consigo qualquer obstáculo; assim esta fuga tão repentina, e sem ocasião atropelou os oficiais e cabos que quiseram detê-la (...) ficamos como quem desperta de um sonho profundo, no qual parecia ver numeroso exército, e abrindo os olhos está sozinho" (tradução nossa).

Macedo é irônico e conclui: "Braua comparação poética!", em que o autor da relação descreve como os soldados castelhanos fugiram abandonando o campo de batalha. Já demos conta aqui de uma relação castelhana mencionada pelo *Mercurio* que de fato faz parte do acervo atual da Real Academia de Historia. A relação citada anteriormente, chamada *Relacion de lo sucedido en el sitio, y recuentro de Castel Rodrigo, que hizo al Rey nuestro señor el Marques de Buscayolo...* também existe no acervo da Biblioteca Nacional de España, ainda que esta não tenhamos tido acesso [52]. O compromisso com a verdade, nestes casos, parece ser mantido por Macedo.

A preocupação com as mentiras espalhadas pelos castelhanos também se devia ao fato de que suas relações e gazetas atravessavam as fronteiras e abasteciam com informações incorretas a outros periódicos. Em abril de 1665, o *Mercurio* publica que "se imprimio este anno em gazetas de Italia, de que o Principe de Monte Sarchio avia tirado do Rio de Lisboa seus navios Portugueses vindos do Brasil (...) sendo que o tal Principe he tão prudente, que não se atreve a aparecer nos nossos mares" (Mercurio Portuguez, abr/1665, f. 174v). Para um reino que necessitava de reconhecimento da nova Coroa no exterior, os papéis castelhanos eram prejudiciais também nas questões diplomáticas que se discutiam nas diferentes capitais para as quais foram enviados embaixadores portugueses desde 1641.

O periódico português esforça-se não só em diminuir essas publicações que chegavam do estrangeiro, como em revidar suas provocações, encerrando o *Mercurio* do mês de maio de 1664 com o ataque abaixo:

> Chegou de Madrid nova de que o Chronista de Dom João de Áustria; por não ter façanhas suas pera contar, se occupa em escrever contra o nosso Mercurio; mas se nao fizer maiores progressos do que atègora, ainda recearemos menos a pena do escriptor que a espada do Heroe (Mercurio Portuguez, Mai/1664, f. 84v).

O editor do *Mercurio* elege em alguns momentos certos personagens castelhanos de destaque para difamar, oficiais inseridos nas batalhas com Portugal e que possuíam certa fama entre os inimigos. Entre os anos de 1663 e 1664, o filho de Felipe IV, Dom Juan de Austria e seu secretário Fabro Bremundán, como vimos anteriormente, foram os

[52] BNE PORCONES/57/46.

escolhidos. A partir do ano de 1665, o Marquês de Caracena, que ataca a vila de Viçosa e toma a cidade de Évora por um mês, terá destaque naquele periódico.

As páginas que o *Mercurio* dedica para difamar o marquês de Caracena, além de dever-se à invasão de Vila Viçosa, são explicadas também por um documento ao qual Macedo teria tido acesso, cuja a autoria, segundo o autor do periódico, era deste oficial [53]. Este documento foi publicado integralmente no *Mercurio* do mês de março do ano de 1665, informando que "chegou de Madrid hu' papel intitulado *Voto do Marquez de Carracena* (...) e representa ao vivo o corpo, e a alma de todos os Castelhanos em palavras, arrogancias, vaidade e odio, com que destinão a vingança ao desterro e à morte tudo o que de Portugal poderem alcançar" (Mercurio Portuguez, mar/1665, f. 160). Macedo parece não ter certeza se de fato o papel é verdadeiro, mas escreve que "Puderase duuidar que papel tão sem fundamento saísse de juízo a que se fia o governo das armas, senão forão todos Castelhanos; & eu ainda o duuido; mas se o Autor não he suposto, bom papel fará vindo a Portugal". Ou seja: ainda que não tenha sido escrito pelo próprio Marquês, era bom ele ter chegado a Portugal mesmo assim.

O documento foi escrito em primeira pessoa, e se inicia com Caracena se desculpando, que é "más soldado que orador (...) me es más peso uma pluma, que uma lança, naci quiçà más a ser escrito, que a escribir (no suene a arrogancia;) muchos papeles tienen mi nombre en la contextura, pocos en la firma" (Mercurio Portuguez, mar/1665, f. 1v-2)[54]. E continua, categórico, explicando como o rei castelhano poderia derrotar os portugueses: "un rancor nacional acaba, si la nación acaba; dura, si la nación dura. Los Portugueses, con la heredada ojeriza aborrecen este Imperio, mientras viven podrá este Imperio domarlos, pero no unirlos" (Mercurio Portuguez, mar/1665, f. 3v) [55]. O marquês teria inclusive discordado da decisão de Felipe II ao agregar Portugal no ano de 1580 com respeito a jurisdição e os costumes locais: "La negociación del de Osuna, y Don

[53] Não sabemos se de fato este documento existiu ou foi obra do próprio Macedo para escrever contra os castelhanos. Caso o editor do *Mercurio* tenha mesmo recebido esse material assinado por Caracena, também não foi possível averiguar se era mesmo da autoria deste oficial. Ainda que nossa curiosidade seja grande em saber a veracidade acerca deste documento, o que nos interessa aqui é demonstrar como o periódico era utilizado como propaganda política contra os castelhanos, valendo-se de uma suposta declaração do oficial que liderava os exércitos de Felipe IV contra os portugueses. Nosso intuito é demonstrar ainda a dimensão que esse papel pode ter adquirido naquele momento.

[54] "mais soldado do que orador (...) e me é mais pesada uma pluma do que uma espada, nasci quiçá mais para ser escrito, do que para escrever (que não soe arrogância) muitos papéis têm meu nome no contexto, poucos na assinatura" (tradução nossa).

[55] "um rancor nacional acaba, se a nação acaba; dura, se a nação dura. Os portugueses, com a ojeriza herdada, aborrecem este Império, enquanto vivem este império poderá domá-los, mas não uní-los" (tradução nossa).

Christoual de mora, quando el señor Rey Abuelo de vuestra Magestad se encorporó aquel Reyno, fue dañosissima, fue deslumbramiento político, entrar a poseer aquellos Estados con la paz. Era vtil empeçar a mandar aquellos Prouinciales, matándolos" (Mercurio Portuguez, mar/65; f.4) [56] . Escreve por fim que suas cidades deveriam ser destruídas, para assim castigar a rebelião, "assi castra Vuestra Magestad la rebeldia. Lleguen ya al oído de aquel inobediente Joven coronado las espantosas vozes del clarin (...) y aquella Babilonia Europa vea tender la cuchilla (Mercurio Portuguez, mar/1665, f. 4v) [57]. Caracena teria incitado, assim, a destruição de Portugal e de sua população, texto que certamente contribuiu para acirrar os ânimos entre os portugueses contra os castelhanos – mesmo que não saibamos se foi mesmo o oficial castelhano quem o escreveu. Tendo em vista que os documentos utilizados por Macedo até então contra Castela eram verdadeiros, podemos supor que este voto também o seja, ainda que o próprio secretário escreva que não tem certeza de sua autoria.

Encontramos um voto atribuído ao Marques de Caracena na Biblioteca Pública de Évora, manuscrito e com poucas identificações [58]. Diferente do teor encontrado na suposta transcrição de Macedo para o *Mercurio Portuguez*, o tal voto era apenas uma série de indicações sem qualquer sinal do tom agressivo que vimos no periódico português. Podemos ler assim que:

> Habiendose preguntado al S.r Marques de Carazena, la forma que se tomaría para asegurar los Granos, y las demas cosas necesarias para la conservación de aquel exer.to y ponendo en estado conueniente para obrar ano que viene, satisface en la forma siguiente.
> Que el hauer pensado se podía conquistar a Portugal en un año, ha sido lo que lo ha embarasado, pues oy estan los Pueblos mas aguerridos, que en tiempo del Duque de Alba, que los halló sin viueres, sin gente estrangera, y sin una Plaza fortificada. Que siendo Portugal tierra esteril de Granos, no solo para mantener un Exercito, sino para sus naturales, tiene por mas preciso que todo, una Armada, que embaxarse los Viueres, lo qual obligará a una Comozion, de que se pueden esperar buenos efectos (…) [59]

---

[56] "a negociação do de Ossuna, e Dom Christoval de Mora, quando o senhor Rei avô de Vossa Majestade se incorporou aquele reino, foi danosíssima, foi um deslumbre político, entrar para possuir aqueles Estados com a paz. Era útil começar a mandar naqueles provincias, os matando" (tradução nossa).

[57] "assim castra Vossa Magestade a rebeldia. Que chegue já ao ouvido daquele inobediente jovem coroado as espantosas vozes do clarim (...) e aquele Babilônia Europa veja cair a lâmina".

[58] No catálogo de manuscritos da BPE encontramos como título *VOTO do Marquez de Carracena, sobre a guerra com Portugal. Madrid, 13 de dezembro de 1664*. In: RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense*. Tomo III. Imprensa Nacional: Lisboa, 1870; o título no próprio documento, porém, aparece como: *Resumen de una carta del Marques de Carazena, General del exercito de Estremadura contra Portugal*.

[59] *VOTO do Marquez de Carracena, sobre a guerra com Portugal...* f. 2-3v. "perguntado o senhor marquês de Carazena sobre a maneira que asseguraria os grãos e as outras coisas necessárias para a conservação

A cópia encontrada era, assim, uma espécie de resumo do voto de Caracena e dos principais conselheiros de Felipe IV a respeito da guerra contra Portugal, no qual o marquês discorre a respeito da obtenção de mantimentos e a formação dos exércitos. O teor agressivo do voto publicado pelo *Mercurio* foi deixado de lado, ainda que possamos ler que "el hauer pensado se podía conquistar a Portugal en un año, ha sido lo que lo ha embarasado" ou seja, que o Marquês pensar que poderia conquistar Portugal em um ano lhe causou constrangimento. As respostas dos conselheiros também estão resumidas, e podemos ler que "Dn Diego Sarmento se conforma con el Marq.es de Carazena, y solo se le haze dificultoso que pueda aquartelarse de Imbierno la Caualleria en estremadura (...)" [60], além de outros posicionamentos.

A derrota que Caracena sofreria meses depois seria não só comemorada pelo próprio *Mercurio*, mas através de papéis de notícias sem autoria que lembravam o voto do marquês. O tom irônico que permeia esse material é uma resposta ao texto agressivo que certamente circulou por Portugal com as possíveis opiniões do oficial enviado por Felipe IV. Há três papéis atribuídos pelo catálogo da BNP a Rui Fernandes de Almada ("segundo bibliografia", de acordo com a BNP), impressos no ano de 1665 mas sem qualquer indicação de autoria, local ou oficina impressora. O primeiro deles, denominado *Carta de vn sargento portvguez al Marqvez de Caracena sobre la perdida de su Exercito* afirma que "(…) Ser Conde, Duque, Marquez, es para grandes señores, mas lo que haze Emperadores es postrarse a nuestros pies; si vuecelencia lo hiziera, o quanto mejor le fuera" [61]. Menosprezando o título de Caracena, o texto escrito em rima sugere que não importava se era conde, duque ou marquês, mas que todos os grandes se prostraram diante dos pés portugueses, relembrando ainda o voto ao escrever que "por vida mia, señor, q'

---

daquele exército e colocando em estado conveniente para atuar no ano que vem, satisfez da forma seguinte: que ter pensado que podia conquistar Portugal em um ano foi o que lhe causou constrangimento, pois hoje estão os povos mais aguerrido, que no tempo do duque de Alba, que os encontrou sem mantimentos, sem gente estrangeira e sem uma praça fortificada. Que sendo Portugal uma terra estéril de grãos, não só para manter um exército, mas também para seus naturais, tem por mais certo que tudo, uma Armada, que diminuísse seus mantimentos, o que obrigará a uma comoção, da qual pode se esperar bons efeitos (...)" (tradução nossa).

[60] *VOTO do Marquez de Carracena, sobre a guerra com Portugal...* f. 7v-8. "dom Diego Sarmento concorda com o marquês de Carazena, e só entende como difícil que se possa aquartelar no inverno a cavalaria em Extremadura" (tradução nossa).

[61] *Carta de vn sargento portvguez al Marqvez de Caracena sobre la perdida de su Exercito.* f. 1-1v. "ser conde, duque, marquês é para grandes senhores, mas o que fazem Imperadores é prostrarem-se aos nossos pés; se vossa excelência o fizesse, melhor seria" (tradução nossa).

gasta mui lindo humor, porque ver a vuecelencia votar con tanta insolencia, y luego no aver obrado nada de lo que ha votado". E por fim, ainda nomeia o algoz português da derrota de Caracena, perguntando "ahora, señor, me falta perguntar a vuecelencia, que tal halló la presencia de Marialva el Marquez? No tiene tan lindas manos, como vuecelencia pies?" [62]. A referência aos pés certamente se deve à fuga do oficial, relatada em pormenores pelos papéis de notícias portugueses.

Outro papel atribuído ao mesmo autor pela BNP é a *Carta de vn sargento Portugves de vn tercio de la guarnicion de Lisboa al Marquez de Carracena sobre su voto al Rey de Castilla,* que já especifica no próprio título o motivo pelo qual escrevia. Nele podemos ler uma resposta direta ao texto publicado no *Mercurio Portuguez* já que, enquanto este periódico publicou que "Dauid enseñó como se derriba vn cuerpo, arrojemosle la piedra a la caueça" (mar/65; f. 2) [63], a carta impressa retruca que "pues digame señor, Cid, com quiere ser Dauid que nos ha de derribar, (…) Lisboa es tan gran cabeça, q' todo el mûdo no pesa [] que ella suele pesar, como la ha de derribar?" [64]. Responde ainda que "sepa que si la fortugna nos hiziesse perder vna [batalha], por Dios biuo que vno solo que quedasse con la vida, bastaua para vmicida de toda Castilla entera, que vn Portuguez vale mas que ella con su Carracena" [65], afirmando assim que um português poderia assassinar toda Castela, porque valeria mais que todos os seus moradores e Caracena juntos, chamando, por fim, o oficial de "marquez parlero", ou marquês falador.

Os três papéis de notícias encontrados para o ano de 1665 são atribuídos ao mesmo autor, que publica ainda uma *Carta do svcesso da Campanha, para João Nvnez da Cvnha, Visorrey da India. Escrita por hum soldado, que esteue com elle em Setuual.* O documento – que imita uma carta para o vice-rei da Índia – enfatiza mais uma vez a fuga de Caracena do campo de batalha e relembra novamente seu voto: "bem vistes aquelle voto do Marquez de Carracena, bem vistes que a sua penna, & o estudo do seu

---

[62] "pela minha vida, senhor, que tem muito humor, porque ver vossa excelência votar com tanta insolência e logo não ter feito nada do que votou"; "agora, senhor, me falta perguntar a vossa excelência, o que achou da presença do marquês de Marialva? Não tem lindas mãos, como vossa excelência, pés?" (tradução nossa).
[63] "David ensinou como se derruba um corpor, atirando a pedra na cabeça" (tradução nossa).
[64] *Carta de vn sargento Portugves de vn tercio de la guarnicion de Lisboa al Marquez de Carracena sobre su voto al Rey de Castilla.* f. 1v. "pois diga-me, senhor, Cid, como quer ser David que vai nos derrubar, (...) Lisboa é tão grande cabeça que todo o mundo não pesa [] o que ela costuma pesar, como vai derruba-la?" (tradução nossa).
[65] "saiba que se a fortuna nos fizesse perder uma [batalha], por Deus vivo que um só que ficasse com vida, bastava de homicida de toda Castela inteira, que um português vale mais que ela com seu Caracena" (tradução nossa).

têpo tudo espalhou pello vento". Composta de duas folhas frente e verso, as duas páginas finais são dedicadas a enaltecer os generais que lutaram naquela batalha, afirmando que "estes são os generaes que forão a Cãpanha neste anno, & nascidos para açoute do soberbo Castelhano". Por fim, conclui que "seja Deos muito louuado, que nos deu meu Visorrei, [João Nunes da Cunha, para quem a carta teria sido escrita] tal fortuna no nosso Rey, & a tal Rey hû tal priuado, que cuida tãto no Reyno, e tanto na preuenção, que tê feito dantemão, já para o anno que vem, os assentos que conué, de dinheiro, palha & pão" [66]. O autor utiliza a carta que foi publicada não só para dar notícia da derrota do marquês de Caracena e exaltar Dom Afonso VI, mas principalmente ainda para enaltecer o Conde de Castel Melhor que já estaria preparando os mantimentos para as batalhas do ano seguinte.

Vemos, assim, o surgimento de impressos contra o oficial castelhano baseados no texto publicado pelo *Mercurio Portuguez*, o que pode nos indicar o alcance que este periódico possuía naquele período e o impacto que o dito voto teria causado ao ser agregado aquele papel. Diminuir o inimigo através das palavras será, dessa forma, bastante comum enquanto durar a guerra.

Analisando um impresso publicado contra os apoiadores de Dom João IV, provavelmente entre os anos de 1641 e 1642, o historiador Diogo Ramada Curto explica que estes portugueses são julgados como baixos, numa desqualificação dos inimigos que obedecia aos critérios da paródia, "a cargo dos bufões, da representação do mal e dos vícios no âmbito da linguagem das virtudes, e da folclorização ou atribuição de características baixas e populares a um determinado personagem" [67]. É exatamente o que também podemos ver do lado oposto dessa guerra de informação: os castelhanos de maneira geral, e alguns oficiais específicos, são ridicularizados com grande frequência na tentativa de enaltecer os portugueses e seus exércitos. Quando descobrem as cartas que constavam na secretaria de Dom Juan de Áustria, o *Mercurio* trata de algumas delas, afirmando que

> he muito para notar, que homes' que se tem por políticos, e Ministros de hum grande Rey, tratem as matérias tanto no ar. A qualquer homem vilíssimo dão credito infalivel nas patranhas q' lhes vai vender para remediar sua necessidade co' o dinheiro q' lhe dão (...) fabricão torres de vento (...) as disposições muito soberanas, e apertado tudo he fumo, e faltalhe a substancia;

[66] *Carta do svcesso da Campanha, para João Nvnez da Cvnha, Visorrey da India. Escrita por hum soldado, que esteue com elle em Setuual*. Anonimo. (atribuído a Rui Fernandes de Almada pelo catálogo da BNP).
[67] CURTO, Diogo Ramada. A Restauração de 1640: nomes e pessoas. In: *Península.* Revista de Estudos Ibéricos. n.o 0, 2003. p. 324. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo12731.pdf> Acesso dia: 30-06-2016.

> porque fabricão sem fundamento. Em fim tudo Castelhanadas e Comedias (Mercurio Portuguez, Jul/1663, f. 4).

Não só seus oficiais e soldados, como também seus políticos e ministros são mencionados pelo periódico como inaptos para o governo, baseando suas decisões em torres de vento e que, portanto, não tem fundamento.

Último exemplo que gostaríamos de considerar a respeito da diminuição do valor dos castelhanos e do caráter de burla presente no *Mercurio* para se referir a eles ocorreu na tentativa de fuga de um prisioneiro. O periódico do mês de setembro de 1663 trata, assim, da tentativa de fuga do Marquês de Eliche, que estava preso no Castelo de Lisboa. Este marquês pediu a um dos guardas do castelo que deixasse sair de maneira muito discreta uma mulher que passara a noite com ele, pois "queria sahir sem ser reconhecida, e que lhe pedia a deixasse hir, sem a destapar". Macedo explica que

> entrou o Marquez para hua' camera, e com muita pressa rapou a barba e vestiose de mulher (porque a civilidade co' que era tratado tinha dado lugar a lhe poderem entrar os vestidos,) e logo sahio tapado o rosto com seu manto, e com elle hum pagem, que disse ao soldado, que aquella era a mulher em que lhe fallara o Marquez (Mercurio Portuguez, set/1663, f. 3v)

Outros quatro guardas teriam ainda deixado o marquês passar, mas um sargento desconfiado o teria seguido até a rua, reconhecendo "que o mode de andar era de homem, e não de mulher, e chegando-se ao Marquez, o descobrio, dizendo: *Que velhaca é esta, tão cheirosa*?" (Mercurio Portugues, set/1663, f. 4, itálico do periódico). Mesmo o marquês tendo ainda oferecido dinheiro ao sargento, este teria respondido "*Que dobroens nem que calabaças, darlhehei com esta alabarda na cabeça, torne por aqui*, e o levou pelo braço ao Castello" (*idem*). A notícia não só desqualifica o marquês que fugia vestido de mulher da prisão onde se encontrava, como descreve a civilidade com a qual o nobre castelhano era tratado e a inteligência e lealdade portuguesa, que além de descobrir a fuga, ainda não havia aceitado o dinheiro oferecido pelo marquês.

O *Mercurio* é certamente o periódico mais interessante com o qual trabalhamos, por conter uma gama enorme de assuntos e trazer informações extremamente relevantes sobre o andamento da guerra contra a Monarquia Hispânica, sobre o rei Dom Afonso VI e ainda sobre as funções dos impressos de notícias na sociedade portuguesa. Em

dezembro de 1666, Antonio de Sousa de Macedo se despedia de sua escrita, escrevendo que

> Com isto tem mercúrio referido em cada mez dos quatro annos próximos passados tudo o que chegou a sua noticia dos principaes sucessos que nelles vio este Reyno. (...) Conseguio o intento que o incitou a escrever, que foi tapar a boca aos Castelhanos, que vendonos mudos, imprimiam licenciosamente relaçoens fantásticas do que desejauam, fiados em que os Estrãgeiros lhes dauam credito, parecendo-lhes que em calarmos, consentíamos, & depois que Mercurio escreueo, nam se atreveram a prosseguir (...). Despedese dos leitores, [a pena que escreve] agradecida ao aplauso com que os bem affectos, & entendidos liam seus escritos; & faz notório que por agora os nam prosiguirá; & que se ouuer outrem que o faça por curiosidade, ou zelo da Patria, se lhe deuerá o louuor, ou reprehensão do que escreuer; que em nada disto quer mais ter parte; poque nem tem espirito para martyr, nem cobiça para ladram; & tambem diz aos curiosos, que se huma certa pena com quem falou quiser escarregarse desta ocupação, a fará com tanto maior luzimento, que se veja que he pena de Aguia filha do Sol, nem lograrám tantas ventagens, que a esta antigua se deua mais por desistir, que por começar a escreuer.
>
> *Claudite jam riuos pueri; sat prata biberunt.*[68] (dez/66; f. 2v)

O autor conclui sua escrita ao dizer que o periódico contribuiu no intuito de "tapar a boca" dos castelhanos, que antes imprimiam "relações fantásticas" nas quais os estrangeiros acreditavam. Afirma ainda que deixa de escrevê-lo por não querer ser um mártir ou um ladrão, mas espera que alguém continue seu trabalho, "por curiosidade ou zelo da pátria". Percebemos ainda que Macedo já tem alguém em mente para assumir seu papel, já que já havia conversado a respeito "com uma certa pena".

No ano seguinte, como dissemos, é possível perceber uma certa mudança no tom da escrita, no prognóstico anual e mesmo nos assuntos, onde podemos ler com mais frequência não só as notícias estrangeiras – devido talvez ao fato de que havia pouca movimentação bélica para descrever, apenas pequenas entradas atrás de mantimentos – como voltadas ao mundo das letras. O novo autor insere no *Mercurio* pela primeira vez informações sobre as Academias de letrados que já existiam em Portugal. Ainda que Macedo demonstrasse grande conhecimento de obras clássicas da literatura e as utilizasse no decorrer do periódico e de outros escritos seus – como demonstra por exemplo a citação de Virgílio em sua despedida – a escrita do atual responsável pelo *Mercurio* é

[68] "Fechai os regatos, rapazes; os prados já beberam bastante". Fonte: Virgílio, Éclogas, III, 111. "claudite jam rivos, pueri; sat prata biberunt", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: https://www.priberam.pt/dlpo/claudite%20jam%20rivos,%20pueri;%20sat%20prata%20biberunt Acesso 14-set-2018.

mais rebuscada e parecida com um romance, como quando escreve "Oh! Se tãtas hórridas luminárias, quãtas o Ceo mostra nas terras de Castella, acõduzisse já ao dia aprasivel do desêgano! A cõtêplação do Leitor deixa Mercurio o amargo prãto dos vencidos, & o doce contentamento dos vêcedores" (jun/67; f. 4v). No final do *Mercurio* de julho de 1667, último produzido, lemos assim as informações sobre as Academias portuguesas pois,

> avendo dado noticia dos progressos das Armas, lhe pareceo dala juntamente dos aumentos das Letras, pois cãpeão de modo neste Reino Lusitano, q' sem embaraço do estrondo da milícia, demais das Vniversidades Regias, & antiguas, há nele oje muitas Academias particulares, & modernas adõde concorrê sujeitos de grandes prendas (jul/67; f. 5v-6)

Dessa maneira, o autor discorre sobre as academias lisboetas denominadas *Generosos de Lisboa*, cujos membros se reuniam na casa de Dom Alvares da Cunha, trinchante de Sua Magestade; e a dos *Singulares*, que se celebrava na casa de Pedro Duarte Ferião, "enqueredor da Corte". Em Santarém, havia ainda a *Academia Escalabitana*, que se reunia na casa de João de Saldanha e cujos membros se denominavam os *solitários.* E conclui que era

> seu secretario D. Luis de Meneses, General da artelharia na Provincia de Alentejo, aquém a fama tem pintado com a espada em hua mão, & com a pena em outra: Censor o Doctor Andre da Silva Mascarenhas Provedor da Comarca da referida Vila: Lentes Inacio da Silva Vasconcelos, & o Doutor Luis do Couto Feliz Corregedor da mesma Comarca: o primeiro do corpo politico de Tacito, o segundo do espiritu épico de Camões. Foi logo seu primeiro Prisidente o Conde de Ericeira, cujo maior encomio he seu próprio Apelido (jul/67; f. 6v) [69]

Percebemos, assim, o interesse do novo autor em elencar o nome dos principais membros de cada Academia, dando ainda maior ênfase à de Santarém, e podemos apenas supor que o letrado responsável pela escrita dos últimos sete números do *Mercurio* até aqui seja membro ou aspirante de alguma delas. O esforço de pela primeira vez nomear letrados num periódico fundado primeiramente com o intuito de publicar notícias da guerra

[69] A *Academia dos Generosos* existia em Lisboa desde o ano de 1647 e perdurou até o ano de 1668, retornando posteriormente entre 1685 e 1686. Para as demais, não encontramos maiores informações. Ver: ANDRADE, Maria Fernanda Macedo Nogueira de. Academias Portuguesas dos sécs. XVII e XVIII – Um acadêmico: Paulo Nogueira de Andrade. In: *Revista século XVIII*. Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII. Volume I. Tomo I: Lisboa, 2000.

também pode demonstrar o caminho para o fim do conflito, cuja paz seria assinada meses depois.

Nesta parte procuramos analisar especificamente os três periódicos que foram objeto de nossa curiosidade desde o início do projeto de pesquisa com o qual começamos esta investigação. Descobrir que havia já naquela época um material de notícias tão rico não só tratando da guerra, mas também inserido nas relações que se formavam entre os nobres e as Coroas das quais faziam parte, nos fez buscar mais informações sobre a produção de notícias no século XVII e o surgimento dos periódicos no continente europeu. Para tanto, identificamos seus autores e impressores, analisamos todo o seu conteúdo e conseguimos elencar uma série de elementos comuns às impressões dos dois lados da fronteira. Vimos assim, que a movimentação dos exércitos é descrita muitas vezes com riqueza de detalhes pelo *Mercurio,* as Gazetas, por outro lado, preferiam enumerar as notícias de maneira mais resumida e deixavam para as relações de sucesso descreverem os pormenores dos eventos, numa espécie de complemento ao fio cronológico que seguiam. O autor do *Mercurio*, por sua vez, em seu intuito de enaltecer Dom Afonso VI, seu governo e os nobres que prestavam serviços na guerra, não se importava em fazer longos relatos não só da guerra, mas também das ações dos comandantes, das celebrações no reino e do cotidiano do monarca, como vimos no decorrer de todo este trabalho.

Enquanto a *Gazeta "da Restauração"* em seus números iniciais e o *Mercurio Portuguez* traziam com frequência as notícias da guerra, a *Gazeta Nueva* madrilena possuía poucas novas referentes às batalhas, dedicando, porém, dois números inteiros de sua publicação aos acontecimentos nas fronteiras com Portugal. Os papéis castelhanos tentavam convencer os possíveis leitores portugueses de que estavam sendo enganados por um tirano e de que Dom Felipe IV os receberia de braços abertos assim que se arrependessem de seguir os rebeldes Dom João IV e Dom Afonso VI. A entrega de Tânger à Inglaterra foi lembrada em diferentes impressos ao longo da década de sessenta e também na *Gazeta Nueva*, buscando a simpatia portuguesa diante de uma perda importante para a Coroa.

Enquanto os escritos castelhanos enfatizavam a permanência dos portugueses ainda como vassalos de Dom Felipe IV, os papéis produzidos em Lisboa enumeravam

uma série de características negativas acerca de seus inimigos: eram hereges ao saquearem Igrejas, violentos, covardes que fugiam do campo de batalhas e sobretudo mentirosos. O principal intuito do *Mercurio* segundo ele mesmo era, assim, levar a verdade sobre guerra, já que os impressos castelhanos mentiam com frequência acerca dos acontecimentos.

Apesar de todo um capítulo dedicado a estes periódicos, utilizamos seus conteúdos para discorrer sobre todos os temas de nosso trabalho, alguns mais como o *Mercurio Portuguez*, tendo em vista suas mais de oitocentas páginas e a variedade de relatos sobre a guerra, outros menos como a *Gazeta Nueva*, cujas notícias preocupavam-se mais com a situação do restante do continente. Esperamos, contudo, ter consigo demonstrar suas principais características comuns: a inserção numa sociedade de corte que preocupava-se em nomear os nobres próximos ao rei e seus prestadores de serviços no campo de batalha; a busca por desqualificar o inimigo; o intuito de ser lido fora de suas fronteiras e convencer sua própria população. A ideia do inimigo, porém, era diferente: enquanto os autores castelhanos se identificavam com os portugueses e afirmavam que estes eram vassalos de Dom Felipe IV, os impressos lisboetas esforçavam-se em deslegitimar seu inimigo e englobá-los todos em categorias negativas que facilitassem a separação.

Considerações Finais

Entender como funcionava a produção e circulação de notícias na segunda metade do século XVII era o intuito deste trabalho desde que nos propomos a estudar os periódicos publicados em Lisboa e Madrid no período da guerra da Restauração. Através do contato com a bibliografia e com os acervos das bibliotecas que visitamos, contudo, nos demos conta que não discorrer também sobre as relações de sucesso certamente deixaria esta discussão incompleta. Assim, Gazetas, Mercurios e Relações de Sucesso tornaram-se o foco de nossa investigação sobre a impressão de notícias na Península Ibérica.

Iniciamos esta tese explicando como a Restauração Portuguesa foi vista e utilizada através dos anos, chegando ao século XX dotada de um caráter nacionalista que respondia às necessidades do governo vigente. O esclarecimento, porém, de que houve pouca participação popular e de que uma camada da sociedade se articulava pela separação da Monarquia Hispânica com outros interesses – insatisfeitos pelo descumprimento de acordos pré-estabelecidos, mas também em busca de ganhos pessoais – se fez necessário porque, ainda que a motivação não tivesse sido o nacionalismo exaltado pelo Estado Novo português, o sentimento nacional tornou-se fundamental na publicística que se construiu nos anos seguintes. Enaltecia-se, assim, o valor e a coragem dos portugueses ao mesmo tempo em que se demonstrava o oposto no então inimigo: o castelhano. Do outro lado, por não aceitar a aclamação do novo rei, entendido apenas como um rebelde que deveria ser punido, nada mudou com relação aos portugueses: continuavam sendo vassalos de Dom Felipe IV.

Foi através da publicação de diversos livros, manifestos e tratados que se construiu a nova Coroa portuguesa no poder, demonstrando através desses papéis seu direito ao trono e elencando as tiranias impostas a Portugal ao longo das décadas. Da parte de Castela, obras demonstrando os direitos de Dom Felipe IV também foram escritas, ainda que seu governo estivesse mais preocupado em retomar a Catalunha por sua proximidade com a França, certo que estava de que Portugal seria facilmente reconquistado. Nos primeiros anos, assim, enquanto o exército castelhano se dedicava aos outros conflitos em que estava inserido, Dom João IV se preocupou em enviar

embaixadores para diversos reinos em busca de alianças e recursos financeiros, num momento em que os conflitos nas fronteiras se resumiam à pequenas entradas em busca de mantimentos. Foi só na década de 60 do século XVII que ocorreram grandes movimentações bélicas, de cujas duas maiores batalhas os portugueses saíram vitoriosos. No ano de 1668 se assinaria, por fim, a paz entre Portugal e a Monarquia.

No decorrer deste longo conflito, a publicação de notícias foi parte da guerra, dessa vez de informação, já que demonstrar poder num momento delicado como o qual ambos os reis passavam era fundamental na busca por aliados e para convencer também a própria população. Para além de uma "explosão informativa" explicada pela guerra da Restauração, devemos ir além ao compreender o que fez aquela sociedade utilizar desse meio com tamanho ímpeto e entendê-lo como a melhor maneira de "espalhar" informações e auxiliar em seus objetivos de vitória. Apresentamos aqui uma série de elementos que, juntos, contribuíram para que isso ocorresse. Em primeiro lugar, a própria guerra e a busca incessante de reconhecimento, auxílio e, porque não, rebaixamento do inimigo. Depois, uma técnica que revolucionara a cópia antes manuscrita e trabalhadores que a dominavam e estavam em busca de ganhos financeiros através de seu ofício. Tudo isso inserido em uma sociedade que já contava com espaços públicos de discussão, cuja população já tecia interesse pelas ações do governo, mas ainda se preocupava com a prestação de serviços e o fazer-se ver diante do rei, escrevendo e financiando obras literárias, ou aparecendo nos papéis de notícias em atitudes heroicas e vitoriosas. A guerra sem dúvidas fomentou a produção de notícias impressas e essas relações e gazetas também interferiam no cotidiano dessa mesma guerra da qual eram resultado/arma. A escrita ultrapassava as barreiras da alfabetização e chegava às pessoas através dos cegos cantando as novas da guerra, papéis pregados em pontes destruídas e a conversa diária nas ruas e praças das grandes cidades.

Ao mesmo tempo, temos ainda um governo interessado em trazer para si a opinião pública que já se formava e poderia tornar-se um risco se mal orientada – ou manipulada. Assim, o espaço público do qual fazia parte a notícia é entendido aqui como um terreno paralelo ao político-institucional que se relaciona com este, em que forças políticas, econômicas e sociais fazem política com outros meios [1]. Ainda que os materiais impressos de notícias com os quais trabalhamos fossem oficiosos e assim, dirigidos pelos

[1] BENIGNO, Francesco. *Las palabras del tiempo*. Un ideario para pensar históricamente. Trad. De Jesús Villanueva. Ediciones Cátedra: Madrid, 2013. p. 261.

governos, inseriam-se num jogo maior da opinião pública e circulavam porque havia interesse naquelas sociedades: o impressor que compete com o colega de ofício imprimindo a mesma relação ou que publica um material clandestino, não se interessa em aparecer em seus impressos levando a toalha ao rei – até porque essa cena seria impossível; estão interessados, sim, nos benefícios financeiros que a atividade acarreta. E só imprimem e entram em conflitos com cegos, inquisidores e colegas, porque o impresso *vende*. Mais ainda: só vemos leis sobre a regulamentação da atividade sendo reiteradas porque esses papéis eram acessados pela população e repercutiam de alguma forma.

A população se manifesta: lê ou ouve, fala e debocha e as notícias circulam pela cidade. O nobre que deseja aparecer na publicação impressa faz por onde e reclama quando isso não acontece. O impressor atrás de ganhos financeiros busca as notícias, reorganiza-as e imprime de novo, num momento em que a autoria só poderia ser cobrada caso houvesse um privilégio real para isso (de impressão, mas bem longe de um direito autoral). Pensar as notícias no século XVII é procurar escapar de alguns conceitos contemporâneos e compreender o que significava para aquelas pessoas produzir, aparecer naqueles papéis e ter acesso a eles, seja através da leitura, seja ouvindo pelas praças, portos e ruas da cidade.

Esperamos ter esclarecido ainda como a utilização do termo *periódico* para o século XVII já está estabelecida na historiografia e que a diferenciação de relações de sucesso (e outros papéis que chamamos avulsos, como avisos, traslados de cartas, cópias de cartas, etc) da produção periódica é fundamental para nossa análise. Enquanto as relações são produzidas a partir da oportunidade de acesso às notícias que chegam tanto do campo de batalhas como pelos correios cujas rotas já atravessam todo o continente, os periódicos com os quais trabalhamos são papéis de notícias cuja produção se difere por contar com um título comum a todos os números publicados, a permanência de um ou alguns poucos escritores/editores e a continuidade de um layout comum. Para os casos ibéricos que estudamos – ainda que nas grandes cidades europeias já existissem periódicos semanais – todos circularam mensalmente; a *Gazeta "da Restauração"* algumas vezes deixando de publicar em certos meses, outras vezes trazendo dois meses em apenas um impresso, mas mantendo-se por mais de seis anos como um difusor de notícias de todo o continente; tanto a *Gazeta Nueva* madrilena e o *Mercurio Portuguez*, por outro lado, mantiveram suas publicações mensais durante todo o período em que

circularam, a primeira preocupada em abastecer seus leitores com notícias de diferentes partes, o segundo dedicado exclusivamente às notícias sobre a guerra contra Castela. A permanência é assim, mais uma marca de como esses papéis tiveram espaço naquela sociedade.

A guerra da Restauração – ou guerra de Portugal, dependendo do ponto de vista em que se analisa – foi tratada de maneira muito distinta nas duas cidades sedes das cortes de Dom João IV/ Dom Afonso VI e Dom Felipe IV. Enquanto na primeira houve uma gigantesca produção de papéis de notícias com o intuito de propagar as novas da desagregação dos dois reinos e buscar aliados, na segunda pouco se produziu nos primeiros vinte anos pós separação, preocupados que estavam com outras frentes e menosprezando o movimento português como algo que seria facilmente resolvido. Na década de sessenta, porém, quando Castela pode voltar-se para o reino a oeste, a produção madrilena sobre a guerra aumentou exponencialmente, enquanto em Lisboa a maioria das notícias se concentrava no *Mercurio Portuguez*, produzido pelo secretário de Estado Antonio de Sousa de Macedo e com viés marcadamente pró-Afonso VI.

Dentre a centenas de papéis que descrevem com detalhes a movimentação dos exércitos, as decisões de seus comandantes e os acontecimentos no campo de batalha, é possível estabelecer alguns pontos de vista sobre o inimigo que permeiam todos eles. As notícias portuguesas seguem alguns padrões para tratar do inimigo castelhano: ele seria mentiroso por publicar muitos papéis que contavam mentiras sobre o estado da guerra; herege por atacar Igrejas; violento com uma população que não era capaz de se defender como mulheres e crianças; covarde e pouco apto para as batalhas, já que mesmo com maior número de soldados, acabava fugindo do inimigo. Por outro lado, os soldados portugueses eram descritos em seus próprios papéis como valentes e respeitosos com o inimigo, além de protegidos e abençoados por Deus na guerra. A população portuguesa do campo, mesmo que destreinada para as questões bélicas, se mostrava tão valorosa que enfrentava e vencia ao inimigo, contando com a ajuda de suas mulheres no campo de batalha.

Do lado castelhano, como era de se esperar, a visão difundida por seus papéis de notícias muda, sobretudo porque não encara todos os portugueses como inimigos. Os comandantes castelhanos buscavam "o rebelde" e seu exército, esses sim o grupo que deveria ser derrotado, não os portugueses de modo geral, como, ao contrário, fazem os papéis do outro lado da fronteira, que unificam o inimigo em "todos os castelhanos" – e

as vezes também os galegos, mas nunca os catalães. Além disso, qualquer violência contra mulheres e crianças, além do saque e destruição de templos religiosos teria sido realizada por soldados que não condiziam com as ordens de seus comandantes, ou por membros de outras nações, já que seria inadmissível pelos castelhanos. Nestes papéis, os portugueses eram vassalos que sofriam com as decisões de um tirano, vide as várias menções à entrega de Tânger e ao sofrimento das pessoas que tem de sair daquele local sem seus pertences, além da ênfase em discorrer sobre os (maus) usos dos templos católicos que fazem os ingleses. Dos dois lados da fronteira, porém, encontramos um ponto em comum nas notícias difundidas: a população sempre estaria disposta a passar para o lado do outro rei, já que de acordo com os papéis castelhanos, os portugueses gostaria de voltar a ser vassalos de Dom Felipe IV, enquanto castelhanos e galegos, segundo as notícias lisboetas, estariam dispostos a terem Dom João IV como rei.

A intenção de publicar notícias como essa, assim, demonstra a busca por convencer o leitor da superioridade bélica, mas também moral, dos exércitos portugueses e castelhanos. Esse leitor poderia ser tanto a população das cidades em que os papéis eram produzidos, como também estrangeiros, tendo em vista a necessidade de conseguir aliados, para o caso português, e de demonstrar poder diante de diferentes reinos, para a Monarquia Hispânica. A burla também foi usada pelos portugueses para se referir ao inimigo, como o castelhano que foge vestido de mulher da cadeia, ou o marquês que ameaça destruir Lisboa, mas ao final teria fugido do campo de batalhas. Esse recurso não aparece nas relações e na gazeta produzidos em Madrid, o que só nos traz a certeza de que aqueles papéis buscavam tratar os portugueses ainda como vassalos e preocupavam-se em não atingir membros da corte cuja origem era Portugal.

Esperamos, por fim, ter conseguido demonstrar a função que essas notícias assumiram na sociedade ibérica no decorrer da guerra da Restauração. Para além de enaltecer suas Coroas, esses papéis informavam à população sobre a guerra e os apoios conseguidos e também faziam parte do dia a dia daquelas pessoas, ampliando os espaços de sociabilidade existentes ao descrever cerimônias e festividades, além de exaltar comandantes e soldados que se destacassem em suas funções na guerra. Encontramos atrelados também a estes papéis – ainda que com foco distinto – seus impressores, interessados nos incentivos financeiros que a atividade lhes traria e preocupados com as sanções que a censura poderia lhes causar. A notícia impressa, como podemos ver, entranha-se nessa sociedade das mais diversas maneiras e corre por ruas, casas, oficinas

e palácios, seja pelas mãos de nobres exaltados por não verem sua nobreza destacada, seja por cegos que as cantam com suas violas.

Anexos

Anexo 1: Acesso aos documentos: bancos de dados online, catálogos e dicionários

Biblioteca Digital de Relaciones de Sucesos (BDRS): O projeto de catalogação e estudo das Relações de Sucessos na Idade Moderna se iniciou em 1994 por iniciativa de Sagrario López Poza, na Universidade da Coruña, em colaboração com o Laboratório de Bases de Dados da Faculdade de Informática da UDC, dirigido por Nieves R. Brisaboa. Em um primeiro momento se desenhou um projeto de catálogo informatizado que serviu para catalogar as Relações de sucessos conservadas nas bibliotecas da província de A Coruña. Teve como fruto o catálogo impresso de Nieves Pena Sueiro editado pela Xunta de Galícia: *Catálogo de 'Relacións de sucesos' (1500-1750) nas bibliotecas da província da Coruña* (Santiago de Compostela, Consellería de Cultura e Comunicación Social, 1997). Posteriormente, o grupo se ampliou e se tornou multidisciplinar. Atualmente, além de profissionais das áreas iniciais (filologia espanhola e informática) fazem parte da equipe especialistas em bibliografia, história moderna, história da arte, história do periodismo e história da imprensa. Na equipe participaram professores de todas as Universidades de Galícia (UDC, UVIGO, USC) e de outros lugares da Espanha e da Europa. Atualmente, estamos trabalhando com grupos que se somaram ao projeto com ânimo de realizar um catálogo geral de Relações de Sucessos em diferentes línguas europeias. (Digital Library of Early News Papers in Europe: DILENPE). Descrição traduzida de: <https://www.bidiso.es/estaticas/ver.htm?id=7> Sistema de Busca das Relações de Sucesso presentes no banco de dados em: <https://www.bidiso.es/RelacionesSucesosBusqueda/MainPage.jsp> Acesso dia: 04-jun-2018.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional de España: parte do acervo da Biblioteca Nacional de España também está disponível online em: <http://www.bne.es/es/Catalogos/HemerotecaDigital/>:

Boletín Oficial del Estado: Neste site é possível acessar, página por página, toda a Gazeta Nueva de Madrid. Acesso em: <https://www.boe.es/buscar/gazeta.php>;

Biblioteca Nacional Digital: o site da Biblioteca Nacional de Portugal conta com parte de seus documentos em formato digital. Ver em: <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>;

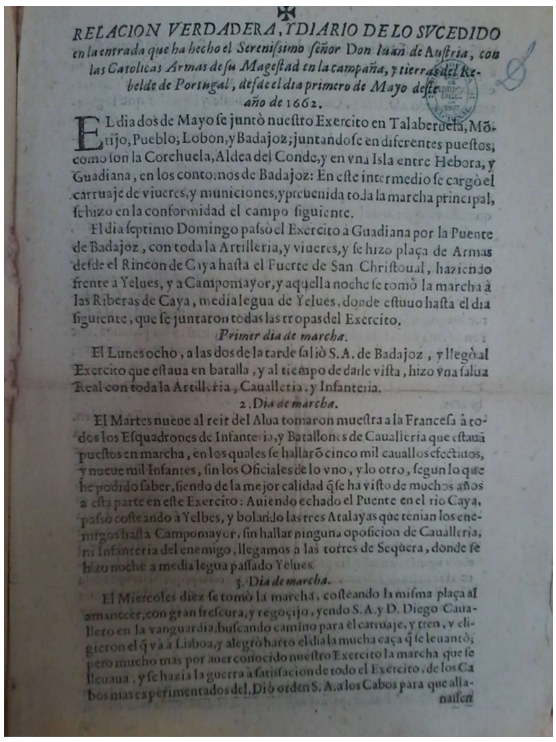
Dicionários:

Tesoro de la lengua castellana o española (Dom Sebastián Covarrubias Horozco): primeiro dicionário da língua espanhola produzido em 1611, é de fundamental importância para a pesquisa sobre o século XVII. O acesso online está disponível em: <http://fondosdigitales.us.es/fondos/libros/765/16/tesoro-de-la-lengua-castellana-o-espanola/> Acesso dia 05-jun-2018.

Vocabulario Portuguez & Latino, aulico, anatomico, architectonico... (Raphael Bluteau) O site da Biblioteca Brasiliana (USP) disponibiliza um sistema de buscas para acessar ao dicionário do início do século XVIII. Ver em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>.

Anexo 2 – Imagem das folhas de rosto das relações de sucesso enumeradas nas tabelas 5.1 e 5.2

a) Relações seriadas que tratam dos conflitos da região do Alentejo:



RELACION VERDADERA, Y DIARIO DE LO SVCEDIDO en la entrada que ha hecho el Serenissimo señor Don Iuan de Austria, con las Catolicas Armas de su Magestad en la campaña, y tierras del Rebelde de Portugal, desde el dia primero de Mayo deste año de 1662.

El dia dos de Mayo se juntò nuestro Exercito en Talaberuela, Mõtijo, Pueblo, Lobon, y Badajoz; juntandose en diferentes puestos; como son la Corchuela, Aldea del Conde, y en vna Isla entre Hebora, y Guadiana, en los contornos de Badajoz: En este intermedio se cargò el carruaje de viueres, y municiones, y preuenida toda la marcha principal, se hizo en la conformidad el campo siguiente.

El dia septimo Domingo passò el Exercito a Guadiana por la Puente de Badajoz, con toda la Artilleria, y viueres, y se hizo plaça de Armas desde el Rincon de Caya hasta el Fuerte de San Christoual, haziendo frente a Yelues, y a Campomayor, y aquella noche se tomò la marcha à las Riberas de Caya, media legua de Yelues, donde estuuo hasta el dia siguiente, que se juntaron todas las tropas del Exercito.

Primer dia de marcha.

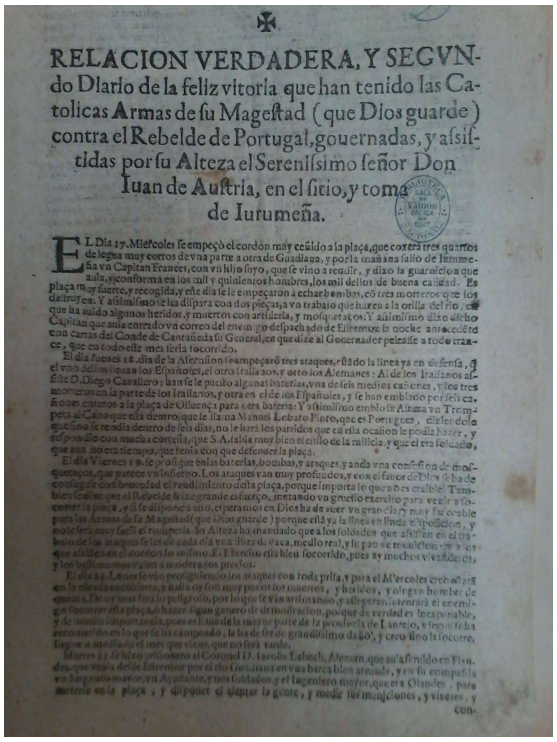
El Lunes ocho, a las dos de la tarde saliò S. A. de Badajoz, y llegò al Exercito que estaua en batalla, y al tiempo de darle vista, hizo vna salua Real con toda la Artilleria, Caualleria, y Infanteria.

2. *Dia de marcha.*

El Martes nueue al reit del Alua tomaron muestra a la Francesa à todos los Esquadrones de Infanteria, y Batallones de Caualleria que estaua puestos en marcha, en los quales se hallarõ cinco mil cauallos efectiuos, y nueue mil Infantes, sin los Oficiales de lo vno, y lo otro, segun lo que se pudido saber, siendo de la mejor calidad q̃ se ha visto de muchos años a esta parte en este Exercito: Auiendo echado el Puente en el rio Caya, passo costeando a Yelbes, y bolando las tres Atalayas que tenian los enemigos hasta Campomayor, sin hallar ninguna oposicion de Caualleria, ni Infanteria del enemigo, llegamos à las torres de Sequera, donde se hizo noche a media legua passado Yelues.

3. *Dia de marcha.*

El Miercoles diez se tomò la marcha, costeando la misma plaça al amanecer, con gran frescura, y regoçijo, yendo S. A. y D. Diego Caualllero en la vanguardia, buscando camino para el carruaje, y tren, y eligieron el q̃ va à Lisboa, y alegrò harto el dia la mucha caça q̃ se leuantò; pero mucho mas por auer conocido nuestro Exercito la marcha que se lleuaua, y se hazia la guerra à satisfacion de todo el Exercito, de los Cabos mas experimentados del. Diò orden S. A. a los Cabos para que allanasen



RELACION VERDADERA, Y SEGVNdo Diario de la feliz vitoria que han tenido las Catolicas Armas de su Magestad (que Dios guarde) contra el Rebelde de Portugal, gouernadas, y assistidas por su Alteza el Serenissimo señor Don Iuan de Austria, en el sitio, y toma de Iurumeña.

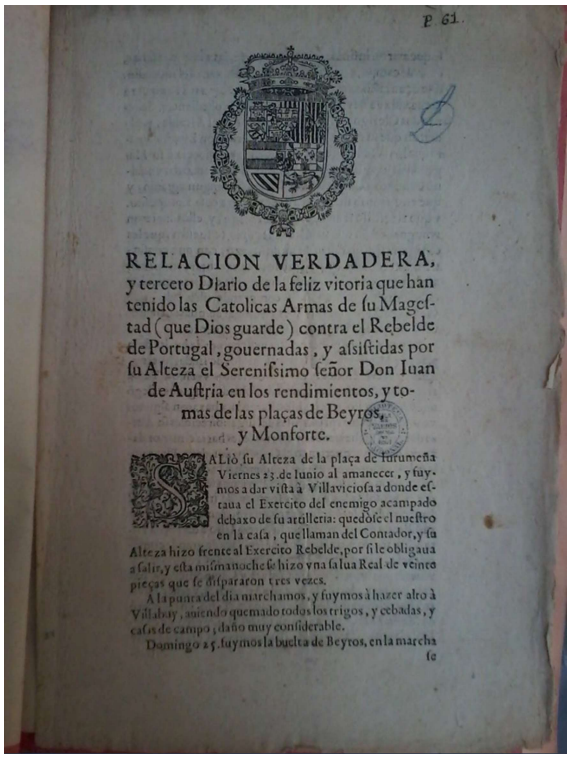
El Dia 17. Miercoles se empeçò el cordon muy ceñido a la plaça, que costera tres quartos de legua muy cortos de vna parte a otra de Guadiaqe, y por la mañana saliò de Iurmeña vn Capitan Frances, con vn hijo suyo, que se vino a reuelir, y dixo la guarnicion que auia, y conforma en los cuatro quinientos hombres, los mil dellos de buena calidad. Es plaça muy fuerte, y recogida, y este dia se le empeçaron a echar bombas, cõ tres morteros que los destruyen. Y assimismo se les dispara con dos piçças, y vn trabajo que hazen a la orilla del rio, de que ha auido algunos heridos, y muertos con artilleria, y mosquetas. Y assimismo dixo dicho Capitan que auia entrado vn correo del enemigo despachado de Estremoz la noche antecedẽte con cartas del Conde de Cantañeda su General, en que dize al Gouernador pelease a todo trance, que en todo este mes lo socorrido.

El dia Iueues 18. dia de la Ascension se empeçaron tres araques, q̃ dado la linea ya en defensa, q̃ el vno dellos tenia los Españoles, el otro Italianos, y otro los Alemanes: Al de los Italianos assiste D. Diego Caualllero; han se le puesto algunas baterias, vna de seis medios cañones, y los tres morteros en la parte de los Italianos, y otra en el de los Españoles, y se han embiado por seis cañones, y otros a la plaça de Olivença para otra bateria: Y assimismo embio su Alteza vn Trompeta al Capitan que esta dentro, que se llama Manuel Lobato Pinto, que es Portugues, a decirle que si no se rendia dentro de seis dias, no le harà los partidos que en esta ocasion le podia hazer, y respondio con mucha cortesia, que S. A. sabia muy bien el estilo de la milicia, y que el era soldado, que aun no era tiempo, que tenia con que defender la plaça.

El dia Viernes 19. se prosigue en las baterias, bombas, y araques, y anda vna conferencia de mosquetazos, que parece vn fuego fuerte. Los araques van muy profundos, y con el fauor de Dios se ha de conseguir con breuedad el rendimiento desta plaça, porque importa lo que no es creible. Tambien se dixo que el Rebelde ha hecho grande esfuerço, juntando vn gruesso exercito para veer si socorre la plaça, y si se dispone a esto, esperamos en Dios ha de auer vn gran dia, y muy fauorable para las Armas de la Magestad (que Dios guarde) porque està ya la linea en linda disposicion, y no es fera muy facil el rompella. Su Alteza ha mandado que a los soldados que assisten en el trabajo de los araques se les de cada dia vna libra de vaca, medio real, y si pasa de trauajo, se les que assisten en el cordon se les mismo. El Exercito esta bien socorrido, pues ay muchos viueres, y los bastimentos vienen a moderados precios.

El dia 20. Sabado se vio proseguiendo los araques con toda prisa, y para el Miercoles creo estarà en la otra ala escalera, y hasta oy son muy pocos los muertos, y heridos, y ningun hombre de quenta. Dios y nuestra Iusticia, por lo que se van arrimando, y alegran el tentar el enemigo socorrer esta plaça, o hazer algun genero de demostracion, porque de verdad es lastimable, y de mucha importancia, pues es la que dela mayor parte de la provincia de Lantejo, y tengo de la reconocida en lo que se ha campeado, le ha de ser de grandissimo daño, y creo sino la socorre, llegue a mediado el mes que viene, que no serà tarde.

Martes 21. se hizo prisionero al Coronel D. Iacobo Lebach, Aleman que auia sido en Flandes, que venia desde Estremoz por el rio Guadiana en vna barca bien armado, y en su compañia vn Sargento mayor, vn Ayudante, y tres soldados, y el Ingeniero mayor, que era Olandes para meterle en la plaça, y dispuesto el alojar la gente, y medir sus municiones, y viueres, y con-



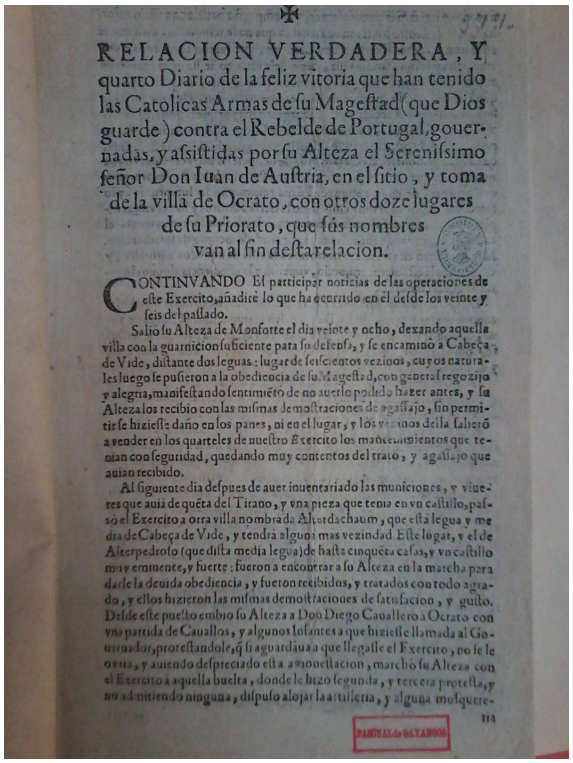
P. 61.

RELACION VERDADERA, y tercero Diario de la feliz vitoria que han tenido las Catolicas Armas de su Magestad (que Dios guarde) contra el Rebelde de Portugal, gouernadas, y assistidas por su Alteza el Serenissimo señor Don Iuan de Austria en los rendimientos, y tomas de las plaças de Beyros, y Monforte.

SALiò su Alteza de la plaça de Iurumeña Viernes 23. de Iunio al amanecer, y fuymos a dar vista à Villaviciosa a donde estaua el Exercito del enemigo acampado debaxo de su artilleria: quedòse el nuestro en la casa, que llaman del Contador, y su Alteza hizo frente al Exercito Rebelde, por si le obligaua a salir, y esta misma noche se hizo vna salua Real de veinte piçças que se dispararon tres vezes.

A la quarta del dia marchamos, y fuymos à hazer alto à Villaboy, auiendo quemado todos los trigos, y cebadas, y casas de campo, daño muy considerable.

Domingo 25. fuymos la buelta de Beyros, en la marcha se



RELACION VERDADERA, Y quarto Diario de la feliz vitoria que han tenido las Catolicas Armas de su Magestad (que Dios guarde) contra el Rebelde de Portugal, gouernadas, y assistidas por su Alteza el Serenissimo señor Don Iuan de Austria, en el sitio, y toma de la villa de Ocrato, con otros doze lugares de su Priorato, que sus nombres van al fin desta relacion.

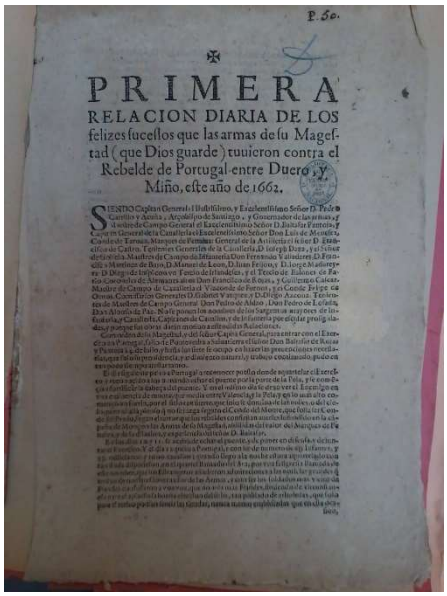
CONTINVANDO El participar noticias de las operaciones de este Exercito, añadirè lo que ha ocurrido en el desde los veinte y seis del passado.

Salio su Alteza de Monforte el dia veinte y ocho, dexando aquella villa con la guarnicion suficiente para su defensa, y se encaminò a Cabeça de Vide, distante dos leguas: lugar de seiscientos vezinos, cuyos naturales luego se pusieron a la obediencia de su Magestad, con general regozijo y alegria, manifestando sentimiẽto de no auerlo podido hazer antes, y su Alteza los recibio con las mismas demostraciones de agassajo, sin permitirse hiziesse daño en los panes, ni en el lugar, y los vezinos della salieron a vender en los quarteles de nuestro Exercito los mantenimientos que tenian con seguridad, quedando muy contentos del trato, y agassajo que auian recibido.

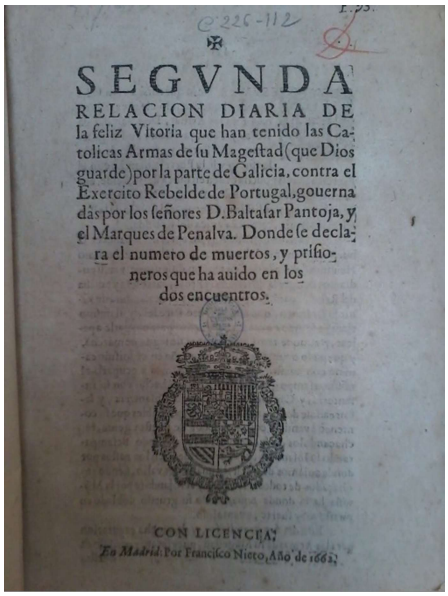
Al siguiente dia despues de auer inuentariado las municiones, y viueres que auia de quẽta del Tirano, y vna pieza que tenia en vn castillo, passò el Exercito a otra villa nombrada Alterdachaum, que esta legua y media de Cabeça de Vide, y tendrà alguna mas vezindad. Este lugar, y el de Alterpedroso (que dista media legua) de hasta cinquenta casas, y vn castillo muy eminente, y fuerte: fueron a encontrar a su Alteza en la marcha para darle la deuida obediencia, y fueron recibidos, y tratados con todo agrado, y ellos hizieron las mismas demostraciones de satisfacion, y gusto. Desde este puesto embio su Alteza a Don Diego Caualllero a Ocrato con vna partida de Caualllos, y algunos Infantes a que hiziesse llamada al Gouernador, protestandole, q̃ si aguardaua a que llegasse el Exercito, no se le oyria, y auiendo despreciado esta amonestacion, marchò su Alteza con el Exercito a aquella buelta, donde le hizo segunda, y tercera protesta, y no admitiendo ninguna, dispuso alojar la artilleria, y alguna mosquete-

PASTRAL do SATANOS

b) Relações seriadas que tratam dos conflitos da região da Galícia

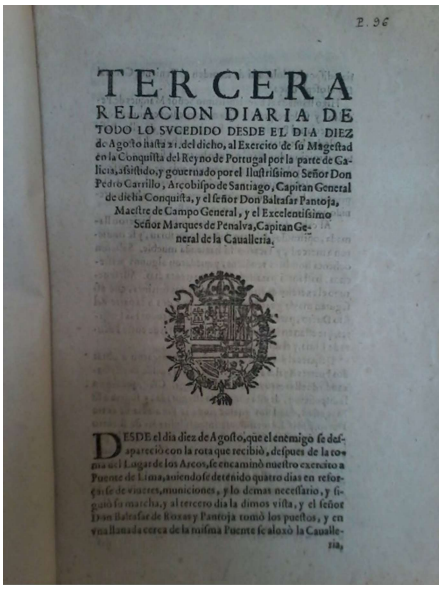


PRIMERA
RELACION DIARIA DE LOS felizes sucessos que las armas de su Magestad (que Dios guarde) tuuieron contra el Rebelde de Portugal entre Duero, y Miño, este año de 1662.

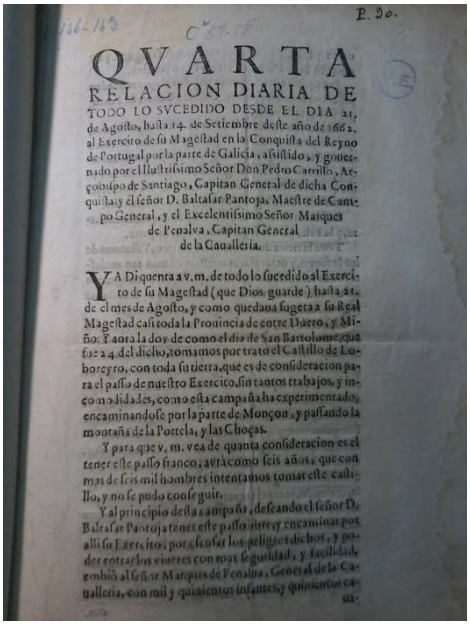


SEGVNDA
RELACION DIARIA DE la feliz Vitoria que han tenido las Catolicas Armas de su Magestad (que Dios guarde) por la parte de Galicia, contra el Exercito Rebelde de Portugal, gouernadas por los señores D. Baltasar Pantoja, y el Marques de Penalva. Donde se declara el numero de muertos, y presioneros que ha auido en los dos encuentros.

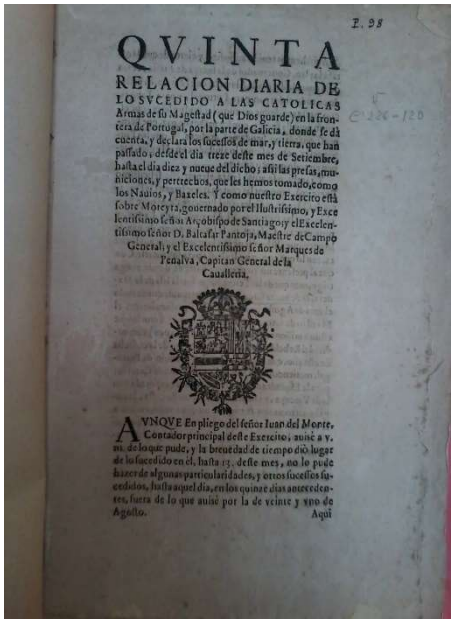
CON LICENCIA.
En Madrid. Por Francisco Nieto, Año de 1662.



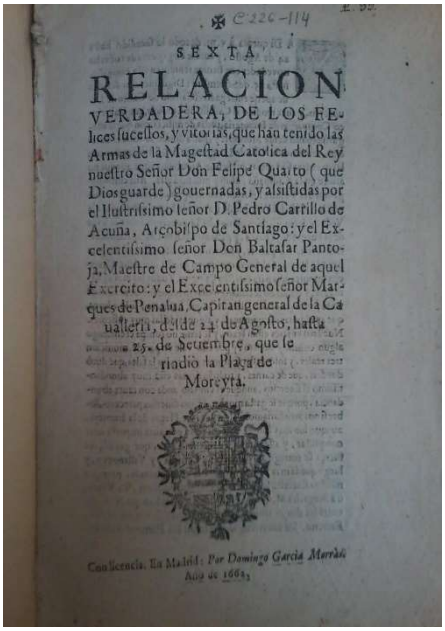
TERCERA
RELACION DIARIA DE TODO LO SVCEDIDO DESDE EL DIA DIEZ de Agosto hasta 21. del dicho, al Exercito de su Magestad en la Conquista del Reyno de Portugal por la parte de Galicia, asistido, y gouernado por el Ilustrissimo Señor Don Pedro Carrillo, Arçobispo de Santiago, Capitan General de dicha Conquista, y el señor Don Baltasar Pantoja, Maestre de Campo General, y el Excelentissimo Señor Marques de Penalva, Capitan General de la Caualleria.



QVARTA
RELACION DIARIA DE TODO LO SVCEDIDO DESDE EL DIA 21. de Agosto, hasta 14. de Setiembre deste año de 1662. al Exercito de su Magestad en la Conquista del Reyno de Portugal por la parte de Galicia, asistido, y gouernado por el Ilustrissimo Señor Don Pedro Carrillo, Arçobispo de Santiago, Capitan General de dicha Conquista, y el señor D. Baltasar Pantoja, Maestre de Campo General, y el Excelentissimo Señor Marques de Penalva, Capitan General de la Caualleria.



QVINTA
RELACION DIARIA DE LO SVCEDIDO A LAS CATOLICAS Armas de su Magestad (que Dios guarde) en la frontera de Portugal, por la parte de Galicia, donde se dà cuenta, y declara los sucessos de mar, y tierra, que han passado, desde el dia treze deste mes de Setiembre, hasta el dia diez y nueue del dicho; assi las presas, municiones, y pertrechos, que les hemos tomado, como los Nauios, y Bazeles. Y como nuestro Exercito està sobre Moreyta, gouernado por el Ilustrissimo, y Excelentissimo señor Arçobispo de Santiago, y el Excelentissimo señor D. Baltasar Pantoja, Maestre de Campo General, y el Excelentissimo señor Marques de Penalva, Capitan General de la Caualleria.



SEXTA
RELACION VERDADERA, DE LOS FELICES sucessos, y Vitorias, que han tenido las Armas de la Magestad Catolica del Rey nuestro Señor Don Felipe Quarto (que Dios guarde) gouernadas, y assistidas por el Ilustrissimo señor D. Pedro Carrillo de Acuña, Arçobispo de Santiago: y el Excelentissimo señor Don Baltasar Pantoja, Maestre de Campo General de aquel Exercito: y el Excelentissimo señor Marques de Penalua, Capitan general de la Caualleria, desde 24. de Agosto, hasta 25. de Setiembre, que se rindio la Plaza de Moreyta.

Con licencia. En Madrid: Por Domingo Garcia Morràs. Año de 1662.

Fontes de pesquisa e Referência Bibliográfica

Fontes de pesquisa

Dividimos as fontes de pesquisa entre Portugal e Espanha e, a partir dessa divisão, por instituições. Preferimos organizar uma lista das relações de sucesso encontradas nos dois principais acervos pesquisados: a Biblioteca Nacional de Portugal e a Biblioteca Nacional de España. Evidenciamos ainda os anos nos quais as relações de sucesso pesquisadas foram impressas, para que o leitor visualize o volume publicado em determinados períodos da guerra. Alguns documentos foram lidos em diferentes acervos, o que também é indicado na listagem abaixo. Depois separamos como "demais fontes" os documentos que não se encaixam nessa categoria, como manifestos e livros. Os anos indicados entre parênteses denotam que o documento não traz essa informação, mas que seu conteúdo remete àquela data aproximada.

PORTUGAL

Biblioteca Nacional de Portugal

1641

1. Carta qve escribió vn cortezano de Madrid a vn señor de título de Andaluzia. Lourenço de Anvers. Setembro de 1641. [BNP FR 978-2];
2. Copia da carta qve os Estados de Olanda escreuerão a Sua Magestade o Serenissimo, & Potentissimo Senhor Rey Dom João IV de Portugal. Com outra relação da entrada, que o Fronteiro mor Dom Gastão Coutinho fez pelo Reyno de Galiza em noue de Setembro deste Anno de 641. Jorge Rodrigues (Setembro de 1641). [BNP FR 131/29];
3. Copia de vna carta qve escrevio vn caballero andalvs a otro residente en Madrid. Lourenço de Anvers. Novembro de 1641. [BNP SC 264/3];
4. Epitome de los princípios, y progressos de las guerras de Cataluña en los años 1640 y 1641 y señalada vitoria de Monjuyque. Antonio Alvarez. Junho de 1641. [BNP HG 4971/1];
5. Gazeta em que se relatam as novas todas, que ouve nesta corte, e que vieram de várias partes no mês de Novembro de 1641. Diversos Impressores. 1641 a 1647. Disponível online, porém incompleta, em: <purl.pt/2080>. Utilizamos a transcrição disponível em: DIAS, Eurico Gomes. *Gazetas da Restauração*: 1641-1648. Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita). Ministério dos Negócios Estrangeiros: Portugal, 2006;
6. Proclamacion Catolica a la Magestad Piadosa de Felipe el Grande Rey de las Españas, y Emperador de las Indias. Nvestro Señor. Antonio Alvarez. Julho de 1641. [BNP RES 6057/19];

7. Relaçam da entrada qve o general Martim Affonso de Mello fez na Villa de Valuerde, & victoria que alcançou dos Castelhanos, &c. Jorge Rodrigues. Novembro de 1641. [BNP FR 131/2];
8. Relaçam da entrada qve o mestre de Campo Dom Francisco de Sovza fez na villa de Valença de Bomboy em Sabbado tres de Agosto deste prezente anno de mil & seiscentos, & quarenta & hum. Jorge Rodrigues. Agosto de 1641. [BNP FR 131/1];
9. Relaçam da insigne vitória qve do castelhano alcançou em Brandillena o Capitão mor, & superintendente das armas de Miranda Pedro de Mello, em companhia do Fronteiro mor Ruy de Figueiredo aos 25 de Outubro. Lourenço de Anvers. Novembro de 1641. [BNP RES 3365P];
10. Relaçam da vitória qve alcançov em dovs deste mês de Setembro, o General Martim Afonso de Melo, nos campos da Cidade d'Eluas, contra o inimigo Castelhano. Manoel da Silva. Setembro de 1641. [BNP FR 131/3];
11. Relaçam da vitória qve governador de Olivença Rodrigo de Miranda Henriques teue dos Castelhanos, & socorro com que lhe acodio o General Martin Affonso de Mello em 17 de Setembro de 1641. Antonio Alvarez. Outubro de 1641. [BNP FR 131/4];
12. Relaçam de dvas vitorias qve os moradores da Aldeya de S. Aleixo, & das Villas de Mourão, & Monfarás alcançarão dos Castelhanos a 6 & 16 deste mez de Octubro, & socorros, que lhes mandou o General Martim Affonso de Mello, & de outro sucesso na Villa de Campo Mayor em o mesmo mês de Outubro 641. Jorge Rodrigues. Novembro de 1641. [BNP FR 131/5];
13. Relaçam de hua carta do Dovtor Ignasio Ferreira, do Dezembargo delRey Nosso Senhor & outra de hum Religioso do Mosteiro de Bouro, em q' se referem alguas entradas, q' se fizerão no Reyno de Galiza. Jorge Rodrigues. Outubro de 1641. [BNP FR 131/6];
14. Relaçam do encontro qve o Mestre de Campo Dom Nuno Mascarenhas teue cõ o inimigo em Montaluão, & da entrada que fez em Ferreyra a 15 de Agosto 1641. Manoel da Silva. Setembro de 1641. [BNP FR 131/7];
15. Relaçam do felice svcesso milagrosa vitoria, que ouue o Capitão Luis Mendes de Vasconcellos, contra o inimigo Castellano, no termo da cidade de Eluas [10] de Julho de 1641. Manoel da Silva. Setembro de 1641. [BNP FR 131/8];
16. Relaçam do felice svcesso, qve tiveram Fr. Dioguo de Mello Pereira de Britiandos Comendador de Moura Morta & Fr. Lopo Pereira de Lima, seu irmão Commendador de Barró da Ordem de Malta, a quem o General Dom Gastão Coutinho encarregou o Gouerno das armas, na entrada, que se fez, em Galiza, pello porto dos Caualleiros em 9 de Setembro de 1641 Com hua carta dos Capitães del Rey de Castela, & reposta (sic) a ella dos Capitães assima. Lourenço de Anvers. Outubro de 1641. [BNP RES 6057/15];
17. Relaçam do qve em svstancia contem a carta que o general Dom Gastam Coutinho, [escreueo] Sua Magestade de 12 do presente mês de Setembro, de 1641 sobre a entrada que com o exercito da Prouincia de entre Douro & Minho, fez em Galiza, segunda feira que forão noue do dito mês. Antonio Alvarez. Setembro de 1641. [BNP FR 131/9];
18. Relaçam do qve fez a Villa de Gvimaraens do tempo da felice aclamação de Sua Magestade, até o mês de Octubro de 1641. Jorge Rodrigues. Setembro de 1641 [BNP FR 131/10];
19. Relaçam do qve tem obrado Rodrigo Pereira de Soto Mayor fidalgo da caza de S. Magestade capitão mor, & Alcaide mor da villa de Caminha, & da de Valadares no seruiço de S. Magestade, depois de [] felice acclamação & restauração neste Reyno de Portugal. Lourenço de Anvers. Novembro de 1641. [BNP FR 131/11];

20. Relaçam do svecesso qve o Padre Mestre Ignacio Mascarenhas da Companhia de Jesv teue na jornada, que fez a Catalunha, por mãdado de S. M. elRey Dom Joam o IV nosso Senhor aos 7 de Janeiro de 1641. Lourenço de Anvers. Agosto de 1641. [BNP FR 131/16];
21. Relaçam verdadeira da milagrosa victoria que alcançarão os Portugueses, que assistem na Fronteira de Oliuença, a 17 de Setembro de 1641. Jorge Rodrigues. Outubro de 1641 [BNP FR 131/17];
22. Segvnda carta de vn cortezano de Madrid. Jorge Rodrigues. Novembro de 1641 [BNP FR 978-3];
23. TRESLADO da carta original que S. Magestade el Rey D. Joam IV nosso Senhor, escreueo a elRey Christianissimo Luis XIII de França, que lhe enuiou pelos Embaxadores Francisco de Mello, & Antonio Coelho de Carualho. Lourenço de Anvers. Setembro de 1641. [BNP RES 6057/7] Há online o mesmo traslado impresso por Antonio Alvarez em: <purl.pt/12083>;

Relações "seriadas"

24. Relaçam do svcesso qve Ruy de Figveiredo fronteiro d'Arraya de tralos montes teue na entrada que fez no Reyno de Galiza. Manuel da Silva. Setembro de 1641 [BNP FR 131/12];
25. Segvnda relaçam verdadeira e algvns svcessos venturosos q' teue Ruy de Figueiredo Fron[]iro mor da Villa de Chaues, na entrada que fez, & ordenou em algus lugares do Reyno de Galiza, nos vltimos dias de Agosto até se recolher a dita villa: copiada de hua carta que o dito Frõteiro enuiou a S. Magestade. Manuel da Silva. Setembro de 1641. [BNP FR 131/13];
26. Terceira Relaçam do sucesso, que teve Rui de Figueiredo de Alarcão nas fronterias de Chaves, Monte Alegre & Monforte, segunda feira, nove do mês de setembro de 641. de que he general & fronteiro mor, tirada da carta que escreveo a sua majestade. Jorge Rodrigues. Outubro de 1641. [BNP FR 131/14];
27. Qvarta Relaçam verdadeira da victoria, qve o fronteiro mor de Traslos Montes Ruy de Figueiredo de Alarcão ouue na sua fronteira, sinco legoas de Miranda, em Brandelhanes terra de Castella, em que por sua ordem se achou com elle Pedro de Mello Capitão mor de Mirãda. A qual mandou a sua Magestade o dito fronteiro mor assinada por sua mão &c. Jorge Rodrigues. Novembro de 1641. [BNP FR 131/15];

1642

28. Antipelargesis Ibero. Anonimo [BNP FR 978-1];
29. Carta de hvm estvdante de Coimbra a ovtro em Lisboa. Paulo Craesbeck. Novembro de 1642. [BNP FR 131/38]. Documento transcrito em: <http://arlindo-correia.com/201105.html>;
30. Cartas qve escreveo o Marqves de Montalvam sendo VisoRey do Estado do Brasil, ao Conde de Nassau, que gouernaua as armas em Pernambuco dandolhe auiso da felice acclamação de sua Magestade o Senhor Rey Dõ Jão o IV nestes seus Reynos de Portugal, e reposta do Conde de Nassau. Domingos Lopes Rosa. Fevereiro de 1642. [BNP FR 131/39];

31. Cartel de Desafio, y protestación caballeresca de Don Quixote de la Mancha Cauallero de la triste figura en defensión de sus Castellanos. Impressor: Domingos Lopes Rosa. Disponível online em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000191843&page=1>;
32. Copia da carta qve elRey Christianissimo escreveo a sev parlamento acerca da conjuraçam descuberta, & intentada por artificios de Castella cõtra seu estado. Domingos Lopes Rosa. Setembro de 1642. [BNP FR 998/12];
33. Copia das cartas, qve a Raynha de Svecia escreueo a Sua Magestade o Serenissimo Rey Dom Joam o IV & a Raynha Nossa Senhora. Com a Relação das Armas que do Reyno de Svecia tras o Embaixador Francisco de Sousa Coutinho. Antonio Alvarez. Dezembro de 1642. [BNP FR 131/44];
34. Copia de hva carta em qve se da breve noticia do succedido desde o dia da felice acclamação delRey nosso Senhor até o prezente. Paulo Craesbeck. (não há). [BNP FR 131/40];
35. Facçoens ventvrosas qve tiverão na fronteira de Almeida o General Fernão Telles de Menezes, & o Mestre de Campo D. Sancho Manoel contra o inimigo Castelhano em 2 & 4 deste mês de Nouembro do anno presente 1642. Domingo Lopes Rosa. Novembro de 1642 [BNP FR 1000/1];
36. Proposta qve fez nas Cortes que se celebrarão em 18 de setembro na cidade de Lisboa, D. Manoel da Cunha Bispo Capelão mor, diante da Magestade del Rey Dom João o quarto nosso Senhor. Manuel da Silva. 1642. [BNP FR 998/10];
37. Relaçam da entrada qve fizeram em Galliza os gouernadores das armas da Prouincia de entre Douro, & Minho o Mestre de Campo Violi de Athis, que por carta de Sua Magestade exercita o cargo de Mestre de Campo General, & Manoel Telles de Menezes Gouernador do Castello de Vianna, & Frey Diogo de Mello Pereira Cõmendador de Moura Morra, & Veade da Religião de sam Joam de Malta, Capitam mor de Barcellos. Domingos Lopes Rosa. Outubro de 1642. [BNP FR 131/18];
38. Relaçam da insigne vitoria que o General Fernão Telles de Menezes alcançou dos Castelhanos em 22 de Agosto de 1642, conforme o auiso que veyo a S. Magestade. Manoel da Silva. Setembro de 1642. [BNP FR 131/21];
39. Relaçam da victoria qve o general da cavallaria Francisco de Mello Mõteiro mòr do Reyno teue dos Castelhanos, nos campos de Badajoz, dia do glorioso Sanctiago do presente anno de 1642. Domingos Lopes Rosa. Agosto de 1642 [BNP HG 21603-7];
40. Relaçam da vitoria, qve alcançov o mestre de Campo Dom Sancho Manoel na villa de Frixeneda. Manoel da Silva. Agosto de 1642. [BNP FR 131/19];
41. Relaçam das victorias qve o Mestre de Campo Dom Sancho Manoel alcançou dos inimigos Castelhanos por si só, & em companhia do General Fernão Telles de Meneses, neste presente mês de Nouembro de 1642. Antonio Alvarez. Novembro de 1642. [BNP FR 131/23];
42. Relaçam do svcesso qve teve Fernam Telles de Meneses general da Prouincia da Beira nas villas de Aldea do Bispo, & Castelejo do Reyno de Castella, em 30 de Mayo de 1642, conforme o auiso, que sua Magestade, que Deos guarde, teue daquellas partes. Domingos Lopes Rosa. Junho de 1642. [BNP FR 131/24];
43. Relaçam dos assaltos qve dev o general Fernam Telles de Menezes na villa de Fuentes, & em Freixineda. Domingos Lopes Rosa. Agosto de 1642. [BNP HG 21603-9];
44. Relaçam dos svcessos, qve o Monteiro Mor General da Caualleria, teue com os Castelhanos de Villa noua del Fresno, em 17 & 18 do mês de Feuereiro de 1642. Lourenço de Anvers. Outubro de 1642. [BNP FR 131/27];

45. Relaçam verdadeira da entrada, qve o exercito castelhano fez nos campos, & oliuaes da Cidade d'Eluas & de como o general Martim Affonso de Mello o fez retirar, & os nossos saquearão a Villar de Rey. Domingos Lopes Rosa. Março de 1642. [BNP HG 21603-10];
46. Relação da victoria qve as armas de Sva Magestade, que Deos guarde, alcançarão na Prouincia da Beira, gouernadas pello General Fernão Tellez de Menezes, na entrada que fez em Castella dia das Chegas de S. Francisco, a 17 de Septêbro deste presente anno de 1642. Conforme ao auizo que veyo a S. Magest. Jorge Rodrigues. Outubro de 1642 [BNP FR 131/20];
47. Relação da victoria qve o Monteiro mor Francisco de Mello General da Cavalleria, alcansou dos Castelhanos em os campos, & villa de Alconchel. Lourenço de Anvers. Junho de 1642 [BNP FR 131/22];
48. Relação do svcesso qve o embaixador de Portvgal teve em Roma com o Embaixador de Castella. Conforme a copia que veyo de Frãça. Lourenço de Anvers. Dezembro de 1641. [BA 55-IV-28 n.12; BNP HG 21603-3];
49. Relaçao do svcesso qve o Monteiro mor Francisco de Mello general de Caualleria teue com os Castelhanos em 10 de Outubro corrente de 1642. Lourenço de Anvers. Novembro de 1642. [BNP FR 131/25];
50. Relação dos svcessos qve o Monteiro Mor Francisco de Mello General da Caualleria teue com os inimigos Castelhanos em as Villas de Chellas, & Valuerde, Campos de Badajos, com o memorauel feito de hum Antonio Fernandes & a entrada que fez por Castella dentro & a Villa de Figueiró de Vargas a doze pera treze do corrente. Lourenço de Anvers. Julho de 1642 [BNP FR 131/26];
51. Relação verdadeira dos sucessos do Conde de Castel Melhor, preso na cidade de Cartagena de Indias, & hoje liure, por particular merce do Ceo, & fauor delRey Dom João IV nosso Senhor, na cidade de Lisboa. Domingos Lopes Rosa. Dezembro de 1642. [BNP FR 131/28];
52. Relacion de algvnas perdidas, qve tvvo Filippe IV Rey de Castilla, para siempre já más. Amen. Domingos Lopes Rosa. Abril de 1642 [BNP FR 131/37];
53. Svcesso qve teve o fronteyro mor Ruy de Figueyredo de Alarcam na entrada que fez por Galiza em este mês de Setembro de 1642. Paulo Craesbeck. Outubro de 1642. [BNP FR 131/48];
54. Tratado das vitorias qve alcançou Simam Pitta de Ortigveira Governador do Presidio de Moumenta, & Monfreita, à ordem do Fronteiro Mor Ruy de Figueiredo de Alarcam. Com hva relaçam do assalto que deu Antonio de Queirós Mascarenhas Capitão mor da villa de Valladares em algus lugares de Galiza, até Abril deste anno de 1642. Domingos Lopes Rosa. Maio de 1642. [BNP FR 131/49];

Relações impressas na Catalunha

55. Copia de vna carta qve há enviat lo Abat Jon Masó de la escaramuça que han tingut em Roma lo Marquez de los Velez, Embaxador de Portugal, los morts que em dita escaramuça y há de vna part, y altra, y tambe se anomenan tots los Catalans que pelearen em fauor del Embaxador de Portugal. 1642. Impressor: Jaume Romeu. [BNP FR 131/42];
56. Copia de vna carta qve há escrito vn cavallero de Lisboa a vn correspondente suyo, que viue em esta Ciudad de Barcelona, em la qual le da noticia de lo que passa por alla,

y de vnas nueuas, y cosas notables, que há referido el Capitan de vna esquadra de vareles Holandeses, que han llegado a la dicha Ciudad de Lisboa, a los vltimos de Abril del presente año de 1642. Impressor: Jaume Romeu. [BNP FR 131/41];

57. Copia de vna carta, qve vn hidalgo embio a vn cauallero Andaluz, deseoso de saber nueuas de la Corte. Dasele razon, no solo de ella, sino de los sucessos de Cataluña, y otras partes. 1642. Impressor: Jaume Romeu. [BNP FR 131/45];
58. Novas extraordinarias, qve contenen los maltracte que han set los Imperials al germá del Rey de Portugal que tenian pres. Cartas qve donan noticia de las cosas de Alemanya; y la preparacio de guerra em Inglaterra &c. 1642. Impressor Jaume Romeu. [BNP FR 131/47];
59. Relacio dels svccessos de Portvgal desde tot gener fins al comensament de Maros del any 1642 (...). Impressor: Jaume Mathevar. [BNP FR 131/35];
60. Relacio dels svcesos ventvrosos de las armas de Portugal, há []on tan guarnyat moltas banderas dels Castellans, y cremat moltas Vilas y llochs, y entre ells a Monterey. 1642. Impressor: Jaume Mathevar. [BNP FR 131/34];
61. Relacio molt certa y verdadera dels ditoxos, y felices successos de las Armas del Rey de Portugal, y dels embelecos vsan los Castellans. 1642. Impressor: Gabriel Nogues. [BNP FR 131/33];
62. Relacio Molt verdadera de la victoria qve han tingut las armas delRey de Portugal, contra las del Rey de Castella, a 17 de Noembre 1642. Impressor: Jaume Matevat. [BNP FR 131/36];
63. Varios avisos dels bons svccessos del Rey de Portvgal, y disposicio de sas armadas de mar, y terra: progressos, y estat de las cosas de Alemania y Flandes. 1642. Impressor Pere Lacaualleria. [BNP FR 151/50].

1643

64. Carta qve se escreveo do nosso exercito em 23 de Setembro. Paulo Craesbeck. Setembro de 1643. [BNP RES 814//2];
65. Copia de hvma carta, qve de Evora escreueo hum Colegial do Real Colegio da Purificação a outro seu amigo em Lisboa, em que lhe relata o recebimento de Sua Magestade nesta cidade de Euora. Paulo Craesbeck. Setembro de 1643. [BNP RES 814//4;
66. Copia de la carta qve de Roma escrivio el Excelentissimo senhor Marques de los Velez al Conde Duque Caualleriço mayor y lo más intimo, y familiar valido del gran Monarca de las Españas Señor de vno, y otro Mundo, en la qual le dá cuenta de su partida de la Curia Pontificia. Lourenço de Anvers. Março de 1643. [BNP RES 3797];
67. Relaçam da surpresa, e tomada da villa, e castello de Salvaterra em Galiza, pelo Conde de Castel-Melhor Gouernador das armas da Prouincia d'entre Douro & Minho no Domingo 31 de Mayo 643 No domingo 31 de Mayo 643. Domingos Lopes Rosa. Julho de 1643 [BNP FR 998/17];
68. Relação da vitoria qve Dom Joseph Margarita Governador de Catalunha por elRey Christianissimo, alcançou dos Castelhanos em o Valle de Aram, por ordem do Marichal da Motha. 1643. Impressor: Lourenço de Anvers. [BNP HG 23770; digitalizado em <http://purl.pt/28862>];

69. Relaçam de como o Cardeal Espinola General do Reyno de Galliza, cometeo ao Conde de CastelMelhor, General das Armas de entre Douro & Minho na praça de Saluaterra, onde foy rebatido vale rosamente, & de como passarão os Gallegos o Rio Minho, & acometerão Villanoua de Cerueira, & os nossos alcãçarão delle victoria em 23, até 28 de Setembro, do anno de 1643. Domingos Lopes Rosa [BNP RES 814//8];
70. Relaçam do sitio, qve o exercito de Sva Mag.de poz a Villa noua del fresno, & tudo o que nelle passou até ser rendida, & capitulaçoens com que se entregou. Domingo Lopes Rosa. Dezembro de 1643. [BNP RES 814//10] online <http://purl.pt/15276>;
71. Relação de como os castelhanos levantaram o cerco de Mirabel em Catalunha. Em o qval o exercito delRey Christianissimo, governado pello Marichal da Mota, matou mais de 500 castelhanos, fez prisioneiros mais de 1200 & lhes ganhou todas suas bandeiras, bagage, & duas peças de Artilharia. Lourenço de Anvers. Junho de 1643 [BNP FR 998/5];
72. Relação do sucesso que Francisco de Mello monteiro mor do reyno, general da cavalleria, teve como os castelhanos, junto de Albuquerque: em o qual matando a muyto delles, fez mais de sincoenta prisioneiros, & hua grande preza de gado. Domingo Lopes Rosa. Dezembro de 1643. [BNP FR 998/18];
73. Relação svmaria da entrada, qve o exercito de S. Magestade fez em Castella, pelas frõteiras de Alentejo, & dos lugares que tomou, & abrazou até hoje seis de Outubro, & do que passou no sitio, & entrega do Castello de Alconchel. Domingo Lopes Rosa. Outubro de 1643. [BNP FR 998/21];
74. Segvnda entrada qve fez o Conde de Castel Melhor João Rodrigues de Sousa, & Vasconcellos, General das armas Portuguesas, da Prouincia de Entre Douro & Minho na villa de Saluaterra, em Galliza, chamada hoje Saluaterra de Portugal. Domingos Lopes Rosa. Setembro de 1643 [BNP RES 814//20];

1644

75. Relaçam de hum sucesso notauel, que teue hua companhia nossa de cauallos junto a villa de Arronches pelejando com sinco do inimigo em 29 de Dezembro de 643. Paulo Craesbeck. 1644. [BNP FR 998/18];
76. Relaçam em qve se refere parte dos gloriosos svcessos, que na Prouincia da Beira tiuerão contra Castelhanos, as armas de S. Magestade, governadas por D. Aluaro de Abranches, seu capitão General nos meses de Mayo ate Dezembro de 643. 1644. Impressor: Manoel da Silva [BNP sem acesso; digitalizado em <http://purl.pt/12510>];
77. Relaçam em qve se refere parte dos gloriosos svcessos, que na Prouincia da Beira tiuerão contra Castelhanos, as armas de S. Magestade, governadas por D. Aluaro de Abranches, seu Capitão General, nos meses de Mayo até Dezembro de 643. Por Manoel da Sylua Impressor no Poço da Forea, anno 1644. [acesso apenas online] Disponível em: <http://purl.pt/12510>
78. Relaçam svmaria & verdadeira do estado presente do Reyno de Irlanda, tirada de muitas cartas de pessoas graues, & de informaçoens de alguns homens de credito, que vierão de lá estes dias. Paulo Craesbeck. Janeiro de 1644. [BNP FR 998/4];
79. Relaçam verdadeira da entrepreza da villa da Barca no Reyno de Galliza obrada pelas armas delRey cosso [sic] Senhor, gouernadas pello Conde de Castelmelhor João

Rodrigues de Vasconcellos & Souza, na Prouincia de Entre Douro & Minho, em tres de Março de 1644. Domingos Lopes Rosa. Março de 1644. [BNP FR 998/6];

1645

80. Relação dos svcessos, qve nas fronteiras deste Reyno tiuerão as armas DelRey Dom Joam o qvarto N. S. com as de Castella, despois da jornada de Montijo, ate fim do anno de 1644 com a victoriosa defensa de Eluas. Antonio Alvarez. Janeiro de 1645. [BNP FR 1000/2];

1646

81. Relaçam geral de tvdo o svcedido nas fronteiras de Portugal o mês de Julho & a Agosto com a tomada da Codiceira, & da Põte de São Felizes na Beira. Domingos Lopes Rosa. [BNP HG 21603-6];

1648

82. Relaçam do svcesso da villa de Olivença, que os castelhanos procurauam ganhar por entrepresa. (Domingos Lopes Rosa. 1648 – informação do catálogo; não consta no impresso). [BNP HG 32301 P];

1649

83. Relaçam do svcesso qve alcançaram oito tropas de cavalleria de Olivença, Contra sete Companhias do inimigo Castelhano, em 12 de setembro de 1649. Paulo Craesbeeck. [BNP HG 21603-8];

1659

84. Relaçam da vitória qve alcançaram as Armas do muy alto, & poderoso rey D. Affonso VI em 14 de Janeiro de 1659. Antonio Craesbeeck. Julho de 1659 [BNP F 231-1];

1661

85. Relaçam certa da vitória qve tiveram as Armas Portuguezas, governadas na Prouincia da Beira no partido de Ribacoa, por João de Mello contra os castelhanos. s/i. Novembro de 1661 [BNP F 231-5];
86. Relação da vitória que o conde de Villa Flor D. Sancho Manvel, e João de Mello Governadores das Armas da Provincia da Beira ganharão aos Castelhanos. Antonio Craesbeeck. Outubro de 1661 [BNP F 231-4; BNE 3/60611 (2); BPA III-30 n. 25];
87. Relação dos Svcessos de Portvgal e Castella nesta Campanha de 1661. Antonio Craesbeeck. Novembro de 1661. [BNP F 231-3];
88. Relacion verdadera, de los svcessos de las armas de Portvgal, y Castilla en la Campaña del año 1661. Huida de Don Juan de Austria, en Alem-Tejo, y Estremadura. Perdida del

Marquez de Viana, en entre Dvero, y Miño, y Gallicia. Retirada del Duque de Ossuna, en la Beira, y Castilla la vieja. Y otras particularidades dignas de saberse, y de notarse. Henrique Valente de Oliveira. Novembro de 1661. [BNP F.231/6BNE VC/56/150;];

1662

89. Relaçam terceira e qvarta da victoria qve o Conde de Villa Flor Dom Sancho Manvel Gouernador das Armas da Prouincia da Beira alcançov das Armas Castelhanas a noue & a dez de Agosto deste anno de 662. Domingos Carneiro. Agosto de 1662. [BNP F 231-11];
90. Verdadera Relacion de verinvncio ermitaño de nvestra señora del Faro. Embiada al P. Guardian del Santo Sepulchro de Gerusalen. En respuesta de hauersela pedido. De los sucessos de las Armas Portuguesas, y Castellanas en Entre Duero y Miño, en la Campaña del año 1661. Henrique Valente de Oliveira [BNP F 231-9];

1663

91. Cartas halladas por vn soldado en la Ciudad de Evora, En el dia que la recuperaron los Portugueses. Henrique Valente de Oliveira. [BNP F.231/16 (falta a folha 3v e 4); BNE 3/60611 (6)];
92. Copia de las Cartas qve dexo escritas en Castilla D. Estevan de Menezes, hijo segundo del Conde de Tarouca, pasando a Portugal. Henrique Valente de Oliveira. 1663. [BNP F.231/17; BNE 3/60611(5)];
93. Mercurio Portuguez. Antonio de Sousa de Macedo. Diversos Impressores. 1663 a 1667. Disponível online em: <purl.pt.12044> o Mercurio encontrado na BNE está em [3/60611 (3)];
94. Proposta qve o secretario de Estado Antonio de Sousa de Macedo fez vocalmente por mandado de Sua Magestade, a junta dos eclesiásticos, Cathedraticos, & outras pessoas doutas, & ministros de Tribunaes. Henrique Valente de Oliveira. Março de 1663 (data do discurso). [BNP R. 15833 V; BNE 60611(4)];
95. Relação da victoria que tiuerão as armas delRey de Portugal N. S. D. Affonso VI na Provincia do Alentejo em 8 de Junho de 1663, governadas pello Conde de Villa Flor Dom Sancho Manoel naquela Prouincia. Henrique Valente de Oliveira. [relação em prosa, mas com rima] [BNP F 231-13];
96. Relacion impressa en Madrid este año de 1663. Anônimo. [parece-nos uma impressão feita para parecer castelhana, mas impressa em Lisboa, já que são duas cartas entre amigos cuja resposta enfatiza o poder português diante do exército de Castela] [BNP F231-15; BNE VC/56/152];

(**1665**)

97. Carta de vn sargento Portugves de vn tercio de la guarnicion de Lisboa al Marquez de Carracena sobre su voto al Rey de Castilla. Anonimo [BNP F 231-23; BNE VC/121/59]
98. Carta de vn sargento portvguez al Marqvez de Caracena sobre la perdida de su Exercito. Anônimo. [BNP F231/22; BNE VC/121/59];

99. Carta do svcesso da Campanha, para João Nvnez da Cvnha, Visorrey da India. Escrita por hum soldado, que esteue com elle em Setuual. Anonimo [BNP F 231-24];

(**1667**)

100. Copia da Carta qve ElRey Christianissimo Luis XIV Escreueo ao Serenissimo Rey de Portugal D. Affonso VI. Anonimo [BNP F 231-21];

Demais fontes na BNP

101. ALMEIDA, Gregório (pseud.) *Restauração de Portugal Prodigiosa*. Offerecida ao Serenissimo, e Felicissimo Rey Dom Joam IV, do nome entre os Reys de Portugal. Em Lisboa, por Antonio Alvarez Impressor DelRey N. S. 1643-4 [disponível online em: <http://purl.pt/11978>];
102. CUNHA, Antonio Alvares. Campanha de Portvgal: pella província do Alentejo Na Primauera do Anno de 1663. Governando as Armas daquela Prouincia Dom Sancho Manoel Conde de Villa Flor. Offerecida a Magestade de ElRey D. Affonso VJ Nosso Senhor. Lisboa. Com todas as licenças necessárias. Na Officina de Henrique Valente de Oliveira. Impressor delRey N.S. Anno de 1663. Setembro de 1663. [BNE 3/60611 (1); BNP FR 946];
103. Discvrsos qve se presentaram na cvria romana, porqve se mostra que o Illustrissimo, & Reuerendissimo Senhor Dom Miguel de Portugal Bispo de Lamego auia de ser recebido em aquella Corte, como Embaixador do Serenissimo Rey de Portugal Dom Joam o IV nosso Senhor. Traduzidos de Italiano em Portuguez. Antonio Alvarez, março de 1642. [BNP FR 998/3];
104. Memoria da Jornada e Svcessos, qve ovve nas duas Embaixadas, q' Sua Magestade, que Deos o guarde, mãdou aos Reynos de Suecia, & Dinamarca. Domingos Lopes Rosa. Abril de 1642. [BNP F.1384; BNP FR 131/44];
105. *Os do conselho geral do Sancto Officio da Inquisição... fazemos saber... a todos os fieis Christão... prohibimos e hauemos por prohibida, a lição, comunicação, & retenção das ditas trouas do dito Gonçalaannes Bandarra*... Inquisição. Manoel da Costa de Britto, que serve de Secretario do Conselho Geral a fez. Lisboa, 3 de novembro de 1665. [BNP digitalizado em: <http://purl.pt/4455>];
106. Pvblico sentimento da inivstiça de Alemanha ao Rey de Vngria. s/i. Dezembro de 1642 [BNP FR 998/14];
107. Segredos pvblicos. Pedra de toqve dos intentos do Inimigo, & a luz da verdade. Lourenço de Anvers. Dezembro de 1641. [BNP HG 4971/3];
108. Verdades portvguesas contra calvmnias Castelhanas escritas en Relaciones y gazetas para desengano delos que las leyeren. Lourenço de Anvers. Fevereiro de 1645 [BNP FR 1000/3];

Torre do Tombo

109. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 13031. Processo de Antônio Alvares. Torre do Tombo. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2313239> Acesso dia 08-nov-2018;
110. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 1804. Processo de Domingos Lopes Rosa. Torre do Tombo. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2301705> Acesso dia 08-nov-2018;

Biblioteca do Palácio da Ajuda

111. Carta qve a vn señor de la Corte de Inglaterra Escriuió El Dotor Antonio de Sousa de Macedo, Oydor de la Chancelaria de la ciudad de Porto, Secretario de la Embaxada del Serenissimo Don Juan Rey de Portugal, al Serenissimo Carlos Rey de la gran Bretaña Sobre el manifiesto, que por parte delRey de Castilla publicó su chronista D. Joseph Pellizer. Lourenço de Anvers. Setembro de 1641 [BPA 55-IV-28 n.3];
112. Relaçam da vitoria qve alcançov o Alferez Christouão de Carualho, nos campos da Villa de Oliuença contra o enimigo Castelhano. Em 25 de Setembro de 1641. Antonio Alvarez, outubro de 1641 [BPA 154-II-10 n.5];
113. Relaçam do que sucedeo na Provincia da Beira, depois que chegou Dom Alvaro de Abranches por Capitão General della, & do exercito que assiste, naquellas fronteiras. Antonio Alvarez. Novembro de 1641 [BPA 154-II-10 n.4];
114. Relação de tvdo o qve passov na Felice Aclamação do Mui Alto, & mui Poderoso Rey Dom João o IV nosso Senhor, cuja Monarquia prospere Deos por largos Annos. Lourenço de Anvers. Setembro de 1641. [BPA 55-III-30 n.8];
115. Discvrsos qve se presentaram na cvria romana, porqve se mostra que o Illustrissimo & Reuerendissimo Senhor Dom Miguel de Portugal Bispo de Lamego auia de ser recebido em aquella Corte, como Embaixador do Serenissimo Rey de Portugal Dom João o IV nosso Senhor. Antonio Alvarez. Março de 1642 [BPA 55-IV-28 n.11];
116. Relaçam da forma com qve a Magestade delRey da Grão Bretanha, manifestou a seus Reynos, tinha ajustado seu casamento, com a Serenissima Infante de Portugal, a Senhora Dona Catherina. Antonio Craesbeeck. Agosto de 1661. [BPA 55-III-30 n.7];

Biblioteca Pública de Évora

1642

117. Relacion verdadera de la notable rota del Marques de la Ynojoza, General del Rey de Castilla, cerca de la Villa de Vals, en Cataluña, a los 19 de Enero de 1642, por el Señor de la Mota de Houdacourt lugar Teniête General de la Majestad Christianissima en el Principado de Cataluña. Lourenço de Anvers. Abril de 1642 (vendida por Paulo Craesbeeck) [BPE RES 0453];

(**1644**)

118. Carta de Ca'po mayor de 27 de mayo de 1644 sobre o sucesso de Alentejo [manuscrita] [BPE RES 450 m-4];
119. Copia da Carta q' o General Mathias de Albuquerque mandou a sua Magde a 27 de mayo de 1644 [manuscrita] [BPE RES 450 m-6];
120. Decimas q' o inimigo castelhano deixou fixdas na porta da ermida de São Brás q' esta junto a ponte de Olivença em 4 de Agosto de 1645 que arruinarão seis arcos della com hua torrezinha que estava em o meio della. [manuscrita] [BPE RES 0463 m-1];
121. Relação da entrada do Marques de Cascaes em Paris e audiências dos Christianissimos. [manuscrita] [BPE RES 450 m-16];
122. Relação das lutas de 8 de Dezembro de 1644 [BPE RES 0453 manuscrito 3];
123. Relação do que passou o nosso exercito na entrada que fez em Castella o s.or Mathias de Albuquerque aos 26 de Mayo de 1644. [manuscrita] [BPE RES 450 m-2]
124. Rellação do q' sucedeo na entrada q' fes o snor Mathias em Castella com o exercito de sua Mgde q' D.s gde o qual assiste nesta frnt.ra de Alentejo [manuscrita] [BPE RES 450 M-1];

1645

125. Relação do sucesso que se teve co' o enemigo na provincia da Beira em 2 de out.ro de 1645 anno. Tresladada da Relação que veio a sua mag.de [manuscrita] [BPE RES 0463 m-9];
126. Vitoria qve as armas portvguesas governadas pelo Conde de Serem Marichal deste Reyno alcançarão do inimigo Castelhano na Prouincia da Beira em 2 de Outubro de 645. Domingos Lopes Rosa. Outubro de 1645. [manuscrita] [BPE RES 0463];

1664

127. VOTO do Marquez de Carracena, sobre a guerra com Portugal. Madrid, 13 de dezembro de 1664. [manuscrito] [BPE CVIII 1-7 n.o 54];

ESPANHA

Biblioteca Nacional de España

1649

1. Relacion verdadeira sacada de vna copia Remito a su Magestad em manos del Secretario Ga[]reta, don Francisco de Velasco, Teniente general de la caualleria del Reyno de Galicia, cuyo cargo estan las armas de la frontera de Monterrey, a vn troço de gente del Rebelde de Portugal, sobre el puesto de la torre de Erbededo, junto a la placa de Chaues, em 17 de Julio de 1649. Impressor: Juan Sanchez [BNE Ms 18400 h. 291-291v];

1652

2. Relacion fidedigna del feliz svcesso qve han tenido las armas de su Magestad Catolica, contra el Exercito del Rebelde de Portugal: Sucedido media légua de Alcantara, junto a la Cruz, que llaman de Rebollo, a 6 de Março deste presente año de 1652. In cuarto. Impressor: Pablo de Val. [BNE VE/66/5]

(1657)

3. Relacion verdadera de como fue restaurada la Plaça de Moron por las armas del Rey Don Alonso VI de Portugal: con lo más, que sucedió en la Canpaña deste Otoño de 1657. Anônima. [Portuguesa] [BNE VC/56/142];

1658

4. Copia de vna carta remitida desde el campo sobre Monçon, en las fronteras de Portugal, à vn Cauallero de esta Corte, dándole cuenta de lo sucedido en quitarles a los Portugueses el socorro que querían introducir por el Miño a dicha Plaça. Sucedido el Sabado siete deste presente mes de Diziembre de 1658. Impressor: Julian de Paredes [BNE VC/250/95];
5. Relacion de la famosa vitoria que han tenido las Catolicas Armas de su Magestad, que Dios guarde, governadas por el Excelentissimo señor Don Rodrigo Pimentel Marques de Viana, Gouernador y Capitan General del Reino de Galicia. Impressor: Julian de Paredes [BNE VC/250/93];
6. Relacion en que se da cventa de todo lo sucedido al Exercito de su Magestad (que Dios guarde) governado por el Excelentissimo Señor D. Luis Mendez de Haro, desde diez y seis de Octubre deste presente año de 1658 que salió de la Ciudad de Badajoz, para el sitio, y Campaña de Yelves, hasta 27 de dicho mes. Impressor: Diego Diaz [BNE VC/250/94];

1661

7. Gazeta Nueva: vinte números impressos entre os anos de 1661 e 1663. Impressor: Julian de Paredes (este documento só está disponível em microfilme, idêntico ao livro de Eulogio Varela Hervias que publicou a Gazeta Nueva em fac-simile; assim, utilizamos esta edição para a análise);

1662

"seriadas" Alentejo

8. Relacion verdadera, y diario de lo sucedido en la entrada que há hecho el serenissimo señor Don Iuan de Austria, com las catolicas armas de su Magestad em la campaña i

tierras del Rebelde de Portugal desde el dia primero de mayo deste año de 1662. Impressor: Francisco Nieto [BNE VC/226/46];

9. Relacion verdadera, y segvndo Diario de la feliz vitória que han tenido las Catolicas Armas de su Magestad (que Dios guarde) contra el Rebelde de Portugal, governadas, y assistidas por su Alteza el Serenissimo señor Don Juan de Austria, en el sitio y toma de de Iurumeña. Impressor: Francisco Nieto [BNE VC/226/11];
10. Relacion verdadera, y tercer Diario de la feliz vitoria que han tenido las Catolicas Armas de su Magestad (que Dios guarde) contra el Rebelde de Portugal, gouernadas, y assistidas por su Alteza el Serenissimo señor Don Uian de Austria em los rendimientos, y tomas de las plaças de Beyros, y Monteforte. Impressor: Francisco Nieto. [BNE VC/226/48];
11. Relacion Verdadera, y quarto Diario de la feliz vitória que han tenido las Catolicas Armas de Su Magestad (que Dios guarde) contra el Rebelde de Portugal, governadas, y assistidas por su Alteza el Serenissimo señor Don Iuan de Austria, en el sitio, y toma de la villa de Ocrato, con otros doze lugares de su Priorato, que sus nombres van al fin desta relación. Impressor: Francisco Nieto [BNE VC/250/81];

"seriadas" Galícia

12. Primera relación diaria de los felizes sucessos que las armas de su Magestad (que Dios guarde) tuuieron contra el Rebelde de Portugal entre Duero, y Miño, este año de 1662. Impressor: D. Francisco Nieto. [BNE VC/226/19];
13. Segvnda relacion diaria de la feliz Vitoria que han tenido las Catolicas Armas de su Magestad (que Dios guarde) por la parte de Galicia, contra el Exercito Rebelde de Portugal, gouernadas por los Señores D. Baltasar Pantoja y el Marqués de Penalva. Donde se declara el numero de muertos, y prisioneros que ha auido en los dos encuentros. Impressor: Francisco Nieto [BNE VC/226/112];
14. Tercera Relacion diaria de todo lo svcedido desde el dia diez de Agosto hasta 21 del dicho, al Exercito de su Magestad en la Conquista del Reyno de Portugal por la parte de Galicia, assistido, y gouernado por el Ilustrissimo Señor Don Pedro Carrillo, Arçobispo de Santiago, Capitan General de dicha Conquista, y el señor Don Baltasar Pantoja, Maestre de Campo General, y el Excelentissimo Señor Marques de Penalva, Capitan General de la Caualleria. Impressor: José Fernandez Buendía [BNE VC/226/27;
15. Qvarta relacion diaria de todo lo svcedido desde el dia 21 de Agosto, hasta 14 de Septiembre deste año de 1662 al exercito de su Magestad en la Conquista del Reyno de Portugal por la parte de Galicia, assistido, y gouernado por el Illustrissimo Señor Pedro Carrillo, Arçobispo de Santiago, Capitan General de Dicha Conquista; y señor D. Baltasar Pantoja, Maestre de Campo General, y el Excelentissimo Señor Marques de Penalva, Capitan General de la Caualleria. Impressor: José Fernandez Buendía [BNE VE/59/58];
16. Qvinta Relacion diaria de lo svcedido a las católicas Armas de su Magestad (que Dios guarde) en la frontera de Portugal, por la parte de Galicia, donde se dá cuenta, y declara los sucessos de mar, y tierra, que han passado, desde el dia treze deste mes de Setiembre, lasta el dia diez y nueue del dicho; assi las presas, municiones, y pertrechos, que les hemos tomado, como los Nauios, y Baxeles. Y como nuestro

Exercito está sobre Moreyra, gouernado por el Ilustrisimo, y Excelentisimo señor Arçobispo de Santiago, y Excelentissimo señor D. Baltasar Pantoja, Maestre de Campo General; y el Excelentissimo señor Marques de Penalua, Capitan General de la Caualleria. José Fernandez Buendía. [BNE VC/226/120];

17. Sexta relacion verdadera de los felices sucessos, y vitorias que han tenido las Armas de la Magestad Catolica del Rey nuestro Señor Don Felipe Quarto (que Dios guarde) governadas, y assistidas por el Ilustrissimo señor D. Pedro Carrillo de Acuña, Arçobispo de Santiago: y el Excelentissimo señor Don Baltasar Pantoja, Maestre de Campo General de aquel Exercito: y el Excelentissimo señor Marques de Penalva, Capitan general de la Caualleria, desde 24 de agosto, hasta 25 de setiembre, que se rindió la Plaça de Moreyra. Impressor: Domingo Garcia Morras. [BNE VC/226/114];

Demais relações

18. Copia de carta escrita de vn cortesano de Lisboa a vn ciudadano de Cadiz, en que le dá quenta de algunas cosas que allá pasan, traducida de Portugues en Castellano. Impressor: Francisco Nieto [BNE VE/199/8];
19. Relacion de los felices svcessos que han tenido las Catholicas Armas de su Magestad, governadas del señor Don Ventura de Tarragona, General de la Artilleria, a cuyo cargo está el gouierno de la Fortaleza de Arronches, en la Prouincia de Alentejo. Impressor: Julian de Paredes [BNE VC/226/115];
20. Relacion verdadera de la feliz Victoria que han tenido las Catolicas Armas de su Magestad (que Dios Guarde) por la parte de Galicia, contra el Exercito Rebelde de Portugal, gouernadas por los señores D. Baltasar Pantoja, y el Marques de Penalua. Donde se declaran los lugares que se han quemado, viueres, ganado, y municiones, que les tomamos. Impressor: José Fernandez Buendía. [BNE r.micro/35.649 (doc. 1)];
21. Relacion verdadera de lo svcedido a las Catolicas Armas de su Magestad, contra el rebelde de Portugal por la parte de Ciudad-Rodrigo, governadas por el Excelentissimo Señor Duque de Ossuna, Capitan General de aquellas Fronteras. Donde se dá cuenta de la toma de Escallon, y de todo lo sucedido desde ocho del mes de Julio hasta diez y nueue de Setiembre deste año de 1662. Impressor: José Fernandez Buendía, [BNE r.micro35.649 (doc.11)];
22. Relação do svcesso qve tiveram as armas Portuguezas governadas por D. Sancho Manvel conde de Villa flor, e Governador das Armas do Partido de Castello Branco na Provincia da Beira, Em 17 de Dezembro do anno passado de 1661. Antonio Craesbeck. 1662. [Portuguesa] [BNE 3/60611 (7)];
23. Relacion de las fiestas qve se hizieron en Lisboa, Com la nueua del casamento de la Serenissima Infanta de Portugal. Doña Catalina (ya Reyna de la Gran Bretaña,) con el Serenissimo Rey de la Gran Bretaña. Henrique Valente de Oliveira. 1662. [Portuguesa] [BNE 3/60611 (9)];

1663

24. Copia de carta venida del Exercito, em que se auisa la toma de Ebora Ciudad, y el feliz sucesso de las Armas de su Magestad. Impressor: Francisco Nieto [BNE Mss 18400 h. 359-360v];
25. Relacion de la famosa, y memorable vitória que el Exercito de ElRey de Portvgal, Gouernado por el Conde de Villa-Flor, alcançó del exercito delRey de Castilla, gouernado por su hijo Don Juan de Austria. En la Prouincia de Alem-Tejo, en 8 de Iunio de 1663. En qve Don Jvan de Avstria perdió el Artilleria, bagaje, grande numero de muertos, y prisioneros, y la principal Nobleza de Castilla, finalmente todo el exercito, y se escapó con pocos cauallos. Henrique Valente de Oliveira. 1663. [Portuguesa] [BNE VC/56/153];

(1663)

26. Relacion de lo qve ha svcedido despves qve se tomo la civdad de Ebora: y de los lugares que han venido a dar obediencia a su Magestad, que Dios guarde. s/i. BNE VE/63/73];
27. Relacion impressa en Madrid este año de 1663. Con titulo de carta de D. Juan Trancoso a vn amigo, y la respuesta del amigo D. Pedro de Albernoz. s/i. [Portuguesa] [BNE VC/56/152];

Demais fontes na BNE

28. Beatissimo Padre. Don Juan Chumacero y Carrillo, Embaxador extraordinario de la Magestad Catolica. Sobre la exclusión del Obispo de la Mego. (sem impressor nem data, nem local). (1642) [BNE Mss 18400];
29. CORA Y BAAMONDE, Manuel Franco de. Exortacion al Reyno de Portvgal, persvadiendole bvelva a la obediência de su Rey, y Señor Natural, Don Felipe Quarto nuestro Señor. 1658. Impressor: Don Francisco Nieto y Salcedo. [BNE VE/43/48; BNP SC 264/1];
30. Jornada del señor Don Iuan de Avstria. Contra Lusitania Rebelada. Dedicada a Sv Alteza. Escrita por Fr. Luis de Mesa. (sem impressor nem data). (1663). [BNE VE/113/10];
31. MASCARENHAS, Dom Gerónimo. Campaña de Portugal por la parte de Estremadvra. El año de 1662. Exectvada por el Serenissimo Señor Don Ivan de Avstria, Gran Prior de Castilla de la Orden de San Ivan, del Consejo de Estado de Su Magestad, Covernador, y Capitan General de los Payses Baxos, Governador de las Armas marítimas, y Capitan General del Exercito de la recuperacion de Portugal. 1663. Impressor: Diego Diaz de la Carreta. [BNE 2/13626];
32. Antipelargesis. Anônimo. 1642. [Português] [BNE R/25149(3)];

33. BAHIA, Jerônimo. Canção Heroica a Magestade Serenissima de nosso Invicto Monarcha. Impressor: Henrique Valente de Oliveira. Julho de 1663. [Portuguesa] [BNE 3/60611 (8)];
34. Ocvpa elrey D. Felipe o II de Castella o Reyno de Portugal injusta, & violentamente. Continuão nesta injustiça, & violencia, aquelle Rey, & seu filho, & neto D. Felipe o III & IV. Anônimo [BNE R/25149(8)];

Real Academia Española

35. Mercurio Portuges con las nuebas de henero deste anno de 1669 (na verdade, 1665). RAH Jesuitas_ Tomos_ Olimp 9-17-7 3655 (arquivos 0020-0025);
36. Breve compendio de lo svcedido en la Europa, desde Março de 1645 hasta fin de Abril de 1646. (não indica impressor nem data ou local de impressão). [RAH M-RAH 9/3729 (5)];
37. Escriuense los sucessos mas notables de la Europa, desde 15 de Abril de 1660 por todo el de 1661. (não apresenta impressor nem data ou local de impressão) [RAH M-RAH 9/3746(35)];

FONTES ONLINE

38. COSTA, Padre Antonio Carvalho da. *Corografia Portugueza, e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal...* Tomo terceyro. Na Officina Real Deslandesiana: Lisboa, 1712 [disponível no Google Books em: <https://books.google.com.br/books?id=W29UAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>];
39. MACEDO, Antonio de Sousa de. *Flores de España, Excelencias de Portugal*. Officina de Antonio Simoens Ferreyra: Coimbra, 1737. [primeira edição de 1631] disponível online no Google Books em: <https://books.google.com.br/books?id=QmJZAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>;

Referência Bibliográfica

Dicionários, Manuais e Obras de referência

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728;

CANAVEIRA, Rui. *Dicionário de Tipógrafos Famosos*. Agora Publicações, S.l.: 1997;

COVARRUBIAS HOROZCO, Sebastian. *Tesoro de la lengua castellana o española***.** Patria. Madrid: Luis Sanchez impresor del Rey, 1611;

DELGADO CASADO, Juan. *Diccionario de impresores españoles* (siglos XV-XVII). Madrid: Arco Libros, 1996;

DIAS, Eurico Gomes. *Gazetas da Restauração:* (1641-1648). Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita). Colecção Biblioteca Diplomática do MNE, 2006;

GUZMÁN y GALLO, Juan Pérez de. *Bosquejo Histórico-Documental de la Gaceta de Madrid.* Imprenta de la sucesora de M. Minuesa de los Rios: Madrid, 1902;

HESPANHA, António Manuel (coord.) História de Portugal. O Antigo Regime. Estampa: s/l, 1998;

LOFF, Maria Isabel. *Impressores, Editores e Livreiros no século XVII em Lisboa*. Coimbra, s.n., 1967;

MATTOSO, José (dir.) *História da Vida Privada em Portugal*. A Idade Moderna. Círculo de Leitores. s/l, 2011;

MOLL, Jaime (ed.). *Institución y origen del Arte de la Imprenta y reglas generales para los componedores*. Por Alonso Víctor de Paredes. Profesor del mismo Arte. Madrid: Calambur, 2002;

ORDENAÇÕES FILIPINAS, (1603) Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm> Acesso dia: 17 de outubro de 2017;

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense*. Tomo III. Imprensa Nacional: Lisboa, 1870;

SAMPAIO, Albino Forjaz de. *História da Literatura portuguesa ilustrada*. Vol. 3. Lisboa: Bertrand. 1929-1942;

VARELA HERVIAS, Eulogio. *Gazeta Nueva* 1661-1663 (notas sobre la historia del Periodismo Español en la segunda mitad del siglo XVII. Madrid; Murcia: Oficina Tipográfica de los sucesores de Nogués, 1960;

Livros, artigos e teses

ALCALÁ-ZAMORA, José. BELENGUER, Ernest (coord.) *Calderón de la Barca y la España del Barroco.* Vol II. Centro de Estudios políticos y constitucionales: Madrid, 2001;

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. SILVA, Gian Carlo de Melo. RIBEIRO, Marília de Azambuja (orgs.). *Cultura e sociabilidades no mundo Atlântico*. Recife: Ed. Universitária, 2012;

ÁLVAREZ SELLERS, María Rosa (ed.) *Literatura portuguesa y literatura española*: influencias y relaciones. Universitat de València, Departament de Filología Espanyola: València, 1999. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/castellanos-y-portugueses-en-la-historiografia-de-felipe-iv-antonio-de-solis-contra-jeronimo-mascarenas-1662-1663/> Acesso dia 17-jul-2018;

ANÁSTACIO, Vanda. Fragmenting Iberia: Images of Castile in Seventeenth-Century Portuguese Pamphets. In: *Portuguese Studies*. vol. 25, 2009;

___ Heroicas virtudes e escritos que as publiquem. D. Quixote nos papéis da Restauração. In: *Iberoamericana*. VII, 28, 2007;

ANDRADE, Luís Oliveira. *História e Memória*. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940. MinervaCoimbra: Coimbra, 2001;

ANDRADE, Maria Fernanda Macedo Nogueira de. Academias Portuguesas dos sécs. XVII e XVIII – Um acadêmico: Paulo Nogueira de Andrade. In: *Revista século XVIII*. Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII. Volume I. Tomo I: Lisboa, 2000;

ARREDONDO, María Soledad. *Literatura y propaganda en tempo de Quevedo*: Guerras y plumas contra Francia, Cataluña y Portugal. Iberoamericana, Vervuert: Madrid, Frankfurt, 2011;

ASENSIO, Eugenio. *Estudios Portugueses*. Pares: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1974;

BELO, André. *As Gazetas e os Livros*. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2001;

BENIGNO, Francesco. *Las palabras del tiempo*. Un ideario para pensar históricamente. Trad. De Jesús Villanueva. Ediciones Cátedra: Madrid, 2013;

BERGEL, Antonio Jesús Alías. As Relações de sucessos nas origens do jornalismo. In: *Leituras*. Revista da Biblioteca Nacional. n.os 14-15 Primavera-Outono 2004;

BESSELAAR, José Van Der. *O sebastianismo*. História sumária. Lisboa: ICLP, 1987;

BORGES, A. Antunes. Provisão dos bispados e Concílio Nacional no reinado de D. João IV In: *Lusitanea Sacra*. Centro de Estudos de História Eclesiástica, 1957. Disponível em: <http://biblioteca.versila.com/2752858> Acesso: 18 abr. 2016;

BOUZA, Fernando. 'Clarins de Jericho'. Oratoria sagrada y publicísta en la Restauração portuguesa. In: *Cuardernos de Historia Moderna y Contemporanea*, Edit. Univ. Complutense, VII-1986;

___ . '*Dásele licencia y privilegio'*. Don Quijote y la aprobación en el siglo de Oro. Madrid: Akal, 2012;

___ . *Corre Manuscrito*. Una historia cultural del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001;

___. *Del Escribano a la Biblioteca*. La Civilización Escrita Europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVIII). Madrid, Editorial Sintesis (col. Historia Universal, Moderna, nº 5), 1992;

___. Entre dos reinos, una patria rebelde: fidalgos portugueses en la monarquía hispánica después de 1640. In: *Estudis*: Revista de Historia Moderna, No. 20, 1994;

___. Gramática de la crisis. Una nota sobre la historiografía del 1640 hispánico entre 1940 y 1990. In: *Cuadernos de Historia Moderna*. n.o 11. Edit. Univer. Complutense. Madrid, 1991;

___. Lisboa Sozinha. Quase viúva. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Felipes. In: *Penélope*. Fazer e desfazer a história. n. 13, 1994;

___. *Papeles y Opinión*. Políticas de Publicación en el siglo de Oro. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008;

___. *Portugal en la Monarquía Hispánica* (1580-1640) Felipe II, Las cortes de Tomar y la Genesis del Portugal Católico. Tomo I. Tesis Doctoral. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, 1987;

___. Primero de diciembre de 1640: ¿una revolución desprevenida? In: *Manuscrits*: Revista d'Història Moderna. n. 9, 1991;

BRANDTZAEG, Siv Goril. GORING, Paul. WATSON, Christine. (eds.*) Travelling Chronicles*. News and Newspapers from the Early Modern Period to the Eignteenth Century. Boston: Brill, 2018;

BRAZÃO, Eduardo. *A Restauração*. Relações diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d;

BUESCU, Ana Isabel. *Memória e Poder*. Ensaios de história cultural (séculos XVI-XVIII) Lisboa: Edições Cosmos, 2000;

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. SARAIVA, Daniel Magalhães Porto. SILVA, Pedro Paulo de Figueiredo. O papel da batalha: a disputa pela vitória de Montijo na publicística do século XVII. In: *TOPOI*, v. 13 n. 24, 2012;

CARDIM, Pedro. Embaixadores e representantes diplomáticos da coroa portuguesa no século XVII. In: *Cultura*. Revista de História e Teoria das Ideias. vol. 15, 2002;

___. *Portugal Unido y Separado.* Felipe II, la unión de territorios y el debate sobre la condición política del Reino de Portugal. Valladolid: Cátedra Felipe II; Ediciones Universidad de Valladolid, 2014;

___. *Portugal y la Monarquía Hispánica.* (ca. 1550-ca 1715). Madrid: Marcial Pons, 2017;

CAROLINO, Luís Miguel. *Ciência, Astrologia e sociedade*. A teoria da influência celeste em Portugal (1593-1755). Porto: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003;

CARVALHO, Daniel Pimenta Oliveira de. *Mais na opinião que nas forças*. Antonio de Sousa de Macedo e a impressão do Mercurio Portuguez (1663-1667). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. IFCS/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009;

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. AMELANG, James S. (coord.). *Opinión pública y espacio urbano en la Edad Moderna.* Gijón: Trea, 2010;

___. *El placer de los libros inútiles y otras lecturas en los Siglos de Oro*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas: Madrid, 2018. Acesso livre após cadastro em: <http://libros.csic.es/product_info.php?products_id=1201&language=es> Acesso dia 05-jul-2018;

___. *Entre la pluma y la pared*. Una historia social de la escritura en los Siglos de Oro. Madrid: Akal, 2006;

___. Outros textos, outras leituras. Divagações Metodológicas em Torno de Efêmeros e Papéis Menores. Trad. Cláudio Giordano. In: *Livro*. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição. n. 6. Ateliê Editorial; Universidade de São Paulo: São Paulo, 2016. p. 351-364;

CÁTEDRA GARCÍA, Pedro M. (dir.*) Géneros Editoriales y Relaciones de Sucesos en la Edad Moderna*. Sociedad Internacional para el Estudio de las Relaciones de Sucesos: Salamanca, 2013;

CERQUEIRA, André Sekkel. *A donzela alada*. Reflexão sobre a retórica e história em Portugal no século XVII. Tese de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2017. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17072017-192645/pt-br.php> Acesso dia 17-jul-2018;

CIDADE, Hernani. *A literatura autonomista sob os Filipes*. Livraria Sá da Costa: Lisboa, 1940;

COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração* 1641-1668. Lisboa: Livros Horizonte, 2004;

COSTA, Leonor Freire. CUNHA, Mafalda Soares da. *D. João IV*. Círculo de Leitores, Lisboa, 2008;

CUE, Alberto (ed.) *Cultura escrita, literatura e historia*. Coacciones transgredidas y libertades restringidas. Conversaciones de Roger Chartier con Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin y Antonio Saborit. México: Fondo de Cltura Econômica, 1999;

CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança* (1560-1640). Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editorial Estampa, 2000;

CURTO, Diogo Ramada. A Restauração de 1640: nomes e pessoas. In: *Península.* Revista de Estudos Ibéricos. n.o 0, 2003. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo12731.pdf> Acesso dia: 30-06-2016;

___. *Cultura Escrita*. Séculos XV a XVIII. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007;

___. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais* (séculos XV a XVIII). Campinas: Editora da Unicamp, 2009;

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora UNESP, 2014;

___. *As ordens dos livros*: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Mary del Priore. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2ª edição, 1998;

___. ESPEJO, Carmen (eds.) *La aparición del periodismo en Europa.* Comunicación y propaganda en el Barroco. Madrid: Marcial Pons, 2012;

DANTAS, Vinícius Orlando de Carvalho. *O conde de Castelo Melhor*: valimento e razões de Estado no Portugal seiscentista (1640-1667). Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2009;

DIAS, João José Alves. *Craesbeeck*. Uma dinastia de impressores em Portugal. Lisboa: Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, 1996;

DÍEZ BORQUE, José María (dir.) *Bibliotecas y librerías en la España de Carlos V*. Biblioteca Litterae: Madrid, 2015;

EIRAS ROEL, Antonio (dir.) *Actas de las Juntas del Reino de Galicia.* Vol. VI 1648-1654. Xunta de Galicia, Consellería de Cultura, Comunicación Social e Turismo. Santiago de Compostela, 1999;

ELLIOTT, John. *El Conde-Duque de Olivares*. El político en una época de decadencia. Trad. Teófilo de Loroya. Austral: Barcelona, 1990;

___. MOUSNIER, Roland (y otros) *Revoluciones y rebeliones de la Europa moderna*. Biblioteca Fundamental de nuestro tiempo. Alianza Editorial: Madrid, 1984;

ESPEJO Cala, Carmen. El impresor sevillano Juan Gómez de Blas y los orígenes de la prensa periódica. La Gazeta Nueva de Sevilla (1661-1667). In: *Zer*. Vol. 13. n.o 25, 2008. p. 243-267. Disponível em: <https://www.unav.es/fcom/communication-society/es/articulo.php?art_id=600>. Acesso dia: 07-mai-2018;

ESPEJO, Cristóbal. Pleito entre ciegos e impresores (1680-1755). In: *Revista de la Biblioteca, Archivo y Museo*. Año II, n.o 5, 1925;

ETTINGHAUSEN, Henry. Informació, comunicació i poder a l'Espanya del segle XVII. In: *Manuscrits*: Revista d'història moderna. n. 23, 2005. p. 45-58. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/record/4793> Acesso dia: 13-jul-2018;

___. *Noticias del siglo XVII*: Relaciones Españolas de sucesos naturales y sobrenaturales. Barcelona: Puvill Libros, 1995;

___. Pellicer y la prensa de su tiempo. In: *Janus*: estudios sobre el Siglo de Oro. n. 1, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/345707> Acesso dia: 13-jul-2018;

FARIA, João André de Araujo. *A Restauração de Portugal Prodigiosa*, 1640-1668. Dissertação de mestrado. Seropédica-RJ: ICHS/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010;

FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. Hucitec: São Paulo, 1997;

GALENDE DÍAZ. Juan Carlos (dir.) *V Jornadas Científicas sobre documentación de Castilla e Indias en el siglo XVII*. Dpto. de Ciencias y Técnicas Historiográficas. Universidad Complutense de Madrid, 2006. Disponível em: <https://www.ucm.es/citehar/v-jornadas-cientificas-sobre-documentacion-en-espana-e-indias-en-el-siglo-xvii> Acessado: 04-mai-2018.

GARCÍA HERNÁN, Enrique. MAFFI, Davide (eds.) *Guerra y sociedad en la Monarquía Hispánica*: Política, Estrategia y Cultura en la Europa Moderna (1500-1700). vol. 1; Política, Estrategia, Organización y Guerra en el mar. Madrid: Ediciones Labirinto, 2006;

GARCÍA LÓPEZ, Jorge. BOADAS, SÒNIA (eds) *Las relaciones de sucesos en los cambios políticos y sociales de la Europa Moderna*. Atas da Siers. Universitat Autònoma de Barcelona; Servei de Publicacions: Bellaterra, 2015;

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaios II sobre a História de Portugal*. 2ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978;

GOMES, Cassiana Maria Mingotti Gabrielli. *Diplomacia e Concorrência Colonial*. Portugal e França (1640-1715). Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2014;

GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Carlos Alberto. *Homo Viator, Homo scribens*. Cultura Gráfica, información y gobierno en la expansión atlántica (siglos XV-XVII). Madrid: Marcial Pons, 2007;

GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo*. História de uma mundialização. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte; São Paulo: Editora UFMG; EDUSP, 2014;

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2014;

HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado*. A construção do sebastianismo em Portugal. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1999;

HERMANT, Héloïse. *Guerre de Plumes*. Publicité et cultures politiques dans l'Espagne du XVIIe siècle. Madrid: Casa de Velázquez, 2012;

HESPANHA, António Manuel. O governo dos Áustrias e a 'modernização' da constituição política portuguesa. In: *Penélope*. Fazer e desfazer História, n.o 2, 1989;

HUGON, Alain. *Felipe IV y la España de su tiempo*. El siglo de Velázquez. Trad. de Carme Castells. Crítica: Barcelona, 2014;

HUTZ, Ana. *Homens de Nação e de Negócio*: redes comerciais no Mundo Ibérico (1580-1640). Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2014;

IGLESIAS CASTELLANO, Abel. El ciego callejero en la España Moderna: balance y propuestas. In: *LaborHistórico*. Rio de Janeiro, 2 (1), 2016. p. 74-90. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/4809> Acesso dia: 06-ago-2018;

JOVER ZAMORA, José María. *Tres actitudes ante el Portugal Restaurado*. Hispania 38, 1950;

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006;

LAMARQUE, Maria Pilar. Cartas de Francisco Fabro Bremundans al Dr. Diego J. Dormer. In: *Cuadernos de Historia Jerónimo Zurita* 23-24, 1970. Disponível em: <https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/07/06/3lamarque.pdf> Acesso dia: 17-jul-2018;

LIMA, Luís Filipe Silvério. *O Império dos Sonhos*. Narrativas proféticas, sebastianismo & messianismo brigantino. São Paulo: Alameda, 2010;

LISBOA, João Luis. (coord.) Gazetas. A informação política nos finais do Antigo Regime. *Cadernos de Cultura 4*. Suplemento da Revista Cultura, 2002. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/chc/pdfs/Cadernos4.pdf> Acesso em: 18-04-2016;

LISBOA, João Luís. MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. OLIVAL, Fernanda. *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora* vol. 1 (1729-1731). Lisboa: Edições Colibri, 2002;

MAGNOLI, Demétrio (org.) *História das guerras.* 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2006;

MARAVALL, José Antonio. *A Cultura do Barroco*. Análise de uma Estrutura Histórica. Trad. de Silvana Garcia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997;

MARQUES, João Francisco. *A Parenética portuguesa e a Restauração.* 1640-1668. A Revolta e a mentalidade. 2 vols. Dissertação de doutorado. Universidade do Porto: Porto, 1983. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18106> Acesso dia 20-jul-2018;

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras:* leitura e escrita em Portugal no século XVII. Bragança Paulista: EDUSF, 2003;

MARTÍN MARCOS, David. IÑURRITEGUI, José María. CARDIM, Pedro (orgs.) *Repensar a identidade*. O mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia. Lisboa: Centro de História do Além-Mar, 2015;

MARTINS, Heitor. *Manuel de Galhegos.* Um poeta entre a Monarquia Duas e a Restauração. Anadia: Tipografia Cisial, 1964;

MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005;

MEGIANI, Ana Paula Torres. Memória e conhecimento do mundo: coleções de objetos, impressos e manuscritos nas livrarias de Portugal e Espanha, séculos XV-XVII. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v. 17. n. 1, 2009. p. 155-171. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000100010> Acesso dia: 10-nov-2018;

___. *O rei ausente*. Festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581-1619). Alameda: São Paulo, 2004;

___. SANTOS PÉREZ, José Manuel Santos, SILVA, Kalina Vanderlei (orgs.) *O Brasil na Monarquia Hispânica* (1580-1668). Novas interpretações. São Paulo: Humanitas, 2014;

MENDES, Caroline Garcia. A guerra da Restauração nos materiais impressos de notícias em Madrid e Lisboa (1640-1668). In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira et al. (orgs.). *Anais do VII Encontro Internacional de História Colonial*. Mossoró-RN: EDUERN, 2018. p. 691-706. Disponível online em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/a91bf3_5f33540a01324e238013be96fb4dac91.pdf> Acesso dia: 18-mai-2019;

___. "Por ser nova de grande alegria para este reino, se pôs nessa Gazeta": A circulação de notícias e a Gazeta 'da Restauração' em Portugal (1641-1647). In: *LaborHistórico*. Cultura escrita moderna: entre múltiplos saberes. vol. 2 número 1. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. p. 124-136. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/issue/view/421/showToc> Acesso dia 11-nov-2018;

MILLONES FIGUEROA, Luis. LEDEZMA, Domingos (eds.). *El saber de los jesuitas, historias naturales y el Nuevo Mundo*. Vervuert; Iberoamericana: Frankfurt; Madrid, 2005;

MOLL, Jaime. Problemas bibliográficos del libro del Siglo de Oro. In: *Boletín de la Real Academia Española*. Tomo 59, cuaderno 216, 1979. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/problemas-bibliograficos-del-libro-del-siglo-de-oro--0/html/991e03ab-cf57-4f73-accd-b5d3621e934a_10.html#I_0_> Acesso dia: 05-mar-2018;

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho*. A monarquia portuguesa e a colonização da América 1640-1720. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2002;

OLIVARI, Michele. *Avisos, pasquines y rumores*. Los comienzos de la opinión pública en la España del siglo XVII. Ediciones Cátedra: Madrid, 2014;

OLIVEIRA, Ricardo de. O Melhor Amigo do Rei. A imagem da perfeita privanza na Monarquia Hispânica do século XVII. In: *História* (São Paulo), vol. 28, núm, 1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/23.pdf> Acesso dia: 10-nov-2018;

PENA SUEIRO, Nieve. Estado de la cuestión sobre el estudio de las Relaciones de sucesos. In: *Pliegos de bibliofilia*, 13 (1º trimestre de 2001), p. 43-66. Disponível em: <http://www.bidiso.es/upload/estadocuestion.pdf > Acesso dia 21 de junho de 2017;

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas*. Monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008;

RAYMOND, Joad. MOXHAM, Noah (ed.) *News Networks in Early Modern Europe*. Brill: Leiden; Boston, 2016;

REY HAZAS, Antonio. GUTIÉRREZ, Mariano de la Campa. JIMÉNEZ PABLO, Esther (coords.) *La corte del Barroco. Textos literarios, avisos, manuales de corte, etiqueta y oratoria*. Ediciones Polifemo: Madrid, 2016;

REYES GÓMEZ, Fermín de los. *El libro en España y América*. Legislación y Censura (siglos XV-XVIII) vol.1. Madrid: Editorial Arco/Libros, 2000;

RUAS, João. O engenho de papel. In: *Revista semestral de Edifícios e Monumentos*. Dossiê Vila Viçosa. n.o 27, 2007;

RUIZ RODRÍGUEZ, Ignacio. *Don Juan José de Austria en la Monarquía Hispánica*. Entre la política, el poder y la intriga. Madrid: Dykinson, 2007;

SANTOS, Maria José Ferreira dos. Marcas de água e história do papel. In: *Cultura.* Vol. 33, 2014. Disponível em: <http://cultura.revues.org/2334> Acessado: 04-mai-2018;

SARAIVA, Daniel Magalhães Porto. *L'Arche de l'opinión*. Politique et jugement publica u Portugal aux Temps Moderns (1580-1668). Thèse. Université Paris-Sorbonne, 2017;

SCHAUB, Jean-Frédéric. *Le Portugal au temps du comte-duc d'Olivares* (1621-1640). Le conflit du jurisdictions comme exercice de la politique. Madrid : Casa de Velázquez, 2001;

SILVA, Pedro José Barbosa da. *Antonio de Sousa de Macedo*. Diplomata, Conselheiro da Fazenda, Secretário de Estado. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras da universidade de Coimbra, 2015;

SIMÓN I TARRÉS, Antoni. La revuelta catalana de 1640. In: *Annals de l'Institut d'Estudis Gironins*. vol. 25 n.o 2, 1981;

SOUSA, Jorge Pedro et al. *A Gazeta 'da Restauração'*: Primeiro periódico português – uma análise do discurso. Covilhã-Portugal: Livroslabcom, 2011;

___. *Em busca do primeiro jornal português*: as Relações de Manuel Severim de Faria e a Gazeta 'da Restauração'. Disponível em: <http://gazeta.ufp.edu.pt/20-textos-conexos/20-09-em-busca-do-primeiro-jornal-portugues> Acesso dia: 11-nov-2018;

___. *Jornalismo em Portugal no Alvorecer da Modernidade*. Media XXI: Porto, 2013;

SOUZA, Laura de Mello e. FURTADO, Junia Ferreira. BICALHO, Maria Fernanda (orgs.) *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009;

TALLON, Alain (ed.) *Le sentiment nacional dans l'Europe méridionale aux XVIe et XVIIe siècles*. Madrid: Casa de Velázquez, 2007;

TEIXEIRA, Patrícia Oliveira. *Os sistemas jornalísticos europeus no século XVII e a gênese do jornalismo* – Uma comparação entre Portugal, Espanha e França. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2013. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/4235> Acesso dia 02-ago-2018;

TENGARRINHA, José. *História da Imprensa periódica portuguesa*. (2ª edição) Lisboa: Editora Caminho, 1989;

THOMAS, Werner. STOLS, Eddy. KANTOR, Iris. FURTADO, Junia (orgs.) *Um mundo sobre papel*: livros, gravuras e impressos flamengos nos Impérios Português e Espanhol (séculos XVI-XVIII). São Paulo/ Belo Horizonte: Editora Universidade de São Paulo; Editora UFMG, 2014;

TORGAL, Luis Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. vol. 1. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981;

VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal*. Guerra e Restauração (1640-1680). Trad. de Pedro Cardim. A Esfera dos Livros: Lisboa, 2006;

___. *La guerra olvidada*: Ciudad Rodrigo y su comarca durante la restauración de Portugal (1640-1668). Centro de Estudios Mirobrigenses. Excmo. Ayuntamiento de Ciudad Rodrigo, 1998;

___. *Portugal y la Monarquía Hispánica* 1580-1668. Arco Libros: Madrid, 2000;

___. Sobre reyes de invierno. El diciembre portugués y los cuarenta fidalgos (o algunos menos, con otros más). In: *Pedralbes*. Revista d'História Moderna. N.o 15, 1995;

___ *'Por toda la tierra'*. España y Portugal: globalización y ruptura (1580-1700). CHAM: Lisboa, 2016. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/20745> Acessado dia 15-fev-2018;

XAVIER, Ângela Barreto. CARDIM, Pedro. D. Afonso VI. s/l. Temas e Debates, 2008;